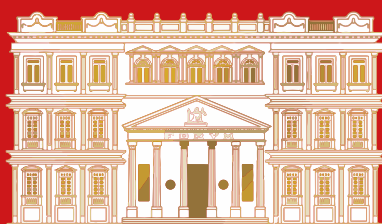




Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

1 ANO DE GESTÃO 2016/2017



2017



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO 1 ANO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO

2016/2017

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em 2016, o Tribunal de Justiça do Maranhão enfrentou muitos e grandes desafios frente a realidade econômica e financeira do país, que se refletiu diretamente no planejamento e execução dos trabalhos desta gestão à frente da Presidência. Ainda assim, avançamos e temos conquistas importantes a destacar.

A nomeação e posse de mais 16 juízes na Justiça estadual é uma delas. Praticamente zeramos o número de comarcas sem juiz titular em todo o Maranhão, realidade bem diferente de há pouco mais de um ano e meio, quando chegamos a ter mais de 40 comarcas sem juízes titulares no estado, uma lacuna que prejudicava milhares de maranhenses. Atualmente, temos as unidades judiciais em pleno funcionamento, sendo saneadas com novos magistrados, todos recebendo o apoio incondicional dos servidores que ali já estavam.

Para que estes mesmos servidores pudessem receber atualização em suas tabelas de vencimentos, incessantemente negociamos com o governo do Estado suplementação para o Orçamento deste Tribunal, garantindo assim a atualização da tabela dos servidores para 2017, pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária ainda em 2016 e efetivação de outros benefícios.

Unidos, magistrados e servidores deram as mais importantes contribuições para enfrentar o ano de 2016, como o empenho nas ações de economicidade, diminuindo gastos com papel, impressão, telefone, copos descartáveis, energia, correspondência, otimizando os recursos e dando exemplo de atitude condizente com a consciência socioambiental.

E o trabalho na área socioambiental é um dos destaques de 2016, quando implementamos o Núcleo especializado, que em parceria com diversas diretorias e setores do Tribunal, realiza ações que engajam a todos na responsabilidade pela atitude e consumo consciente.

Conseguimos ainda, ao longo de 2016, inaugurar novos fóruns, como o de Colinas, Santa Luzia e Matões, além de realizar reparos e manutenções em outros prédios instalados em diferentes regiões do Estado. Obras de novos fóruns em outras comarcas estão previstas para serem inauguradas e serem iniciadas em 2017.

Muito ainda temos a fazer ao longo do ano de 2017, mantendo o compromisso da transparência em todas as ações e de uma gestão participativa, na qual, magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados continuam tendo total acesso e liberdade para apresentar críticas e sugestões para a melhoria da Justiça.

DIRETORES

ISABELLA DE AMORIM
PARGA MARTINS LAGO
Diretora-Geral

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Controle Interno

ALEXANDRE MAGNO DE
SOUZA NUNES
Diretor de Segurança Institucional

DENYSE REIS BATISTA
Diretora Judiciária

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretor Financeiro

CELERITA DINORAH SOARES
DE CARVALHO SILVA
Diretora do FERJ

MARIA DO SOCORRO PATRICE
CARVALHO M. DE SOUSA
Diretora Administrativa

MARIANA CLEMENTINO BRANDÃO
Diretora de Recursos Humanos

TYARA SILVA ALBUQUERQUE
DE OLIVEIRA
Diretora de Engenharia, Obras e Serviços

PAULO ROCHA NETO
Diretor de Informática e Automação

ROBERTA CAMPOS
DA CRUZ GOMES
**Assessora-chefe de Comunicação
da Presidência**

SUMÁRIO

SETORES

DIRETORIA GERAL	8
ADMINISTRATIVA	13
FINANCEIRA	47
RECURSO HUMANOS	71
JUDICIÁRIA	79
INFORMÁTICA	81
SEGURANÇA	87
FERJ	93
ENGENHARIA	98
CONTROLE INTERNO	109
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	116
VICE-PRESIDÊNCIA	119
CHEFIA DE GABINETE	122
CERIMONIAL	124
GESTÃO ESTRATÉGICA	132
COORDENADORIA DE PADs	139
OUVIDORIA	141
CEMULHER	147
NUPEMEC	151
INFÂNCIA E JUVENTUDE	154
SOCIOAMBIENTAL	159

DIRETORIA
Geral

Durante o primeiro ano da gestão 2016/2017 do TJMA, a Diretoria Geral teve um total geral de aproximadamente **18 mil movimentações**. Todos os processos que dependem da assinatura e parecer da Presidência do Tribunal passam pela Diretoria Geral.

• PORTARIAS	72
• RESOLUÇÕES	78
• AGENDA	35
• RESENHA	28
• EDITAL	44

• DECISÃO PLENÁRIA ADM (DPA)	422
------------------------------	------------

**MOVIMENTAÇÃO TOTAL:
17.979**

*MAIORIA DOS DESPACHOS SÃO FEITOS NA MOVIMENTAÇÃO.
** NÚMEROS DE 02/01/16 A 14/12/16

RESOLUÇÕES DA PRESIDÊNCIA

Resolução-GP-12016: Dispõe sobre a composição das Comissões Técnicas Permanentes do Tribunal de Justiça.(Publicada no D.J.E., ed. 33 de 23.02.2016, p. 50-51)

Resolução-GP-32016: Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 33 de 23.02.2016, p. 51-52)

Resolução-GP-42016:Dispõe sobre os novos valores das diárias concedidas a magistrados, servidores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 33 de 23.02.2016, p. 52-53)

Resolução-GP-52016: Dispõe sobre a nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 12/12.(Publicada no D.J.E., ed. 37 de 29.02.2016, p. 54)

Resolução-GP-72016: Altera a Resolução nº 32/14, que instituiu a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 42 de 07.03.2016, p. 88)

Resolução-GP-82016: Altera a Resolução nº 18/09 que disciplina o exercício da função de juiz auxiliar da Presidência.(Publicada no D.J.E., ed. 42 de 07.03.2016, p. 88-89)

Resolução-GP-92016: Altera a Resolução nº 24/2009, que regulamenta a realização de correição e inspeção pelo Corregedor-Geral da Justiça e seus juízes corregedores e pelos juízes de direito, conforme determina o art. 35 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E.de 14.03.2016, p. 52-55)

Resolução-GP-102016: Altera, acresce e revoga dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 53 de 22.03.2016, p. 16-28)

Resolução-GP-112016: Art.1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância

inicial do Estado do Maranhão, regido pelo Edital nº 001/2012,....(Publicada no D.J.E., ed. 59 de 04.04.2016, p. 93-95)

Resolução-GP-132016: Dispõe sobre o fornecimento dos selos de fiscalização das serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão e a devida prestação de contas.(Publicada no D.J.E., ed. 62 de 07.04.2016, p. 39-40)

Resolução-GP-142016: Altera as Resoluções nº 06/2004 e 10/2008, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, as Resoluções nºs 44/08 e 63/08, que dispõem sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário, bem como a resolução nº 29/1015, que denomina e lota as funções Gratificadas do Poder Judiciário e dá outras providências do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 77 de 29.04.2016, p. 44-45)

Resolução-GP-152016: Regulamenta o Programa de Estágio no Poder Judiciário do Estado do Maranhão,para estudantes de instituições de ensino superior públicas e privadas.(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 123-126)

Resolução-GP-162016: Art.1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimentos dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial....(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 126-128)

Resolução-GP-172016: Dispõe sobre a denominação do Edifício do Fórum da Comarca de Matões.(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 128)

Resolução-GP-182016: Dispõe sobre a denominação do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Matões.(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 129)

Resolução-GP-192016: Dispõe sobre a denominação do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Colinas,(Publicada no D.J.E., ed. 78 de 02.05.2016, p. 129)

Resolução-GP-202016: Dispõe sobre a denominação da Sala de Depoimento Especial do Fórum da Comarca de Colinas.(Publicada no D.J.E., ed. 78, de 02.05.2016, p. 129)

Resolução-GP-212016: Altera a Resolução nº 23/13, que trata das férias dos juizes de direito e dá outras providências. (Publicada no D.j.E., ed. 90 de 18.05.2016, p. 109)

Resolução-GP-222016: Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. (Publicada no D.J.E., ed. 93 de 23.05.2016, p. 50-51)

Resolução-GP-232016: Dispõe sobre o uso de formatos abertos de arquivos para criação, edição, armazenamento e disponibilização digital de documentos editáveis para aplicações de escritório dos tipos texto, planilha e apresentação, regula o formato padrão de documentos não editáveis e disciplina uso de software livre no Tribunal de Justiça do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 101 de 06.06.2016, p. 146-148)

Resolução-GP-242016: Dispõe sobre os procedimentos para a expedição das Certidões de Distribuição das Ações Penais, de Improbidade Administrativa e Certidões para Fins Eleitorais. (Publicada no D.J.E., ed. 97 de 31.05.2016, p. 79-80)

Resolução-GP-252016: Dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais.(Publicada no D.J.E., ed. 104 de 09.06.2016, p. 167-168)

Resolução-GP-262016: Art. 1º Transferir o feriado do dia 28 de julho, quinta-feira, Dia da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, para o dia 29 de julho, sexta-feira.(Publicada no D.J.E., ed. 110 de 17.06.2016, p. 142)

Resolução-GP-272016: Altera a Resolução nº 28/10, que aprova o Regulamento do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorgada das Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Ingresso e Remoção.(Publicada no D.J.E., ed. 111, de 20.06.2016, p. 169-172)

Resolução-GP-282016: Regulamenta as concessões de licenças relacionadas à saúde dos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 111, de 20.06.2016, p. 172-174)

Resolução-GP-292016: Dispõe sobre a concessão da licença-paternidade.(Publicada no D.J.E., ed. 111 de 20.06.2016, p. 174-175)

Resolução-GP-302016: Art. 1º Aprovar a Comissão do Concurso Público de provas e títulos para outorga das Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão...(Publicada no D.J.E., ed. 116 de 27.06.2016, p. 93-94)

Resolução-GP-312016: Dispõe sobre a alteração da RESOL-GP 132016, que disciplinou o fornecimento de selos de fiscalização das serventias extrajudiciais das serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 118 de 30.06.2016, p. 78-79)

Resolução-GP-322016: Art. 1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 122 de 06.07.2016.)

Resolução-GP-332016: Altera a Resolução 28/2016-GP, que regulamenta as concessões de licenças relacionadas à saúde dos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 128 de 14.07.2016, p. 54)

Resolução-GP-352016: Dispõe sobre as citações e intimações pela via digital da União, dos Estados, dos Municípios, das suas respectivas entidades da administração indireta, assim como as intimações da Advocacia pública, Ministério Público e Defensoria Pública.(Publicada na D.J.E., ed. 129 de 15.05.2016, p. 40-41)

Resolução-GP-372016: Art. 1º Fica designada a Comissão Especial Avaliadora das Provas Orais dos candidatos acima referenciados, com a seguinte composição: (Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 66-67)

Resolução-GP-382016: Altera a redação do § 2º do art. 13 da Resolução nº 29/2010, que regulamenta a realização de eventos internos, visando o aperfeiçoamento funcional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, bem como, a atuação de servidores como instrutores.(Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 67)

Resolução-GP-392016: Altera a Resolução nº 06/2004(alterada pelas Resoluções nºs 46/2007, 10/2008, 36/2008, 55/2009, 60/2010, 52/72011, 1/2013, 6/2013, 9/2013, 19/2013, 30/2013, 45/2013, 47/2013, 1/2014, 08/2014, 10/2015 e 29/2015-GP), bem como a Resolução nº 63/2008, que denomina e lota as Funções Gratificadas do Poder Judiciário e dá outras providências(alterada pelas Resoluções nºs 9/2013, 10/2015-GP e 29/2015-GP), e, ainda, a Resolução nº 44/2008(alterada pelas Resoluções nºs 55/2009, 60/2010, 52/2011, 53/2011, 66/2011, 11/2012, 45/2013, 47/2013, 1/2013, 6/2013, 9/2013, 19/2013, 30/2013, 63/2013, 1/2014, 08/2014, 10/2015-GP e 29/2015-GP). (Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 67-68)

Resolução-GP-402016: Dispõe sobre a consulta aos Juizes de Direito acerca da situação das obras de construção, reforma e manutenção de edificações que sediem unidades judiciais.(PUBLICADA no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 68)

Resolução-GP-412016: Institui o Termo Circunstanciado Administrativo, visando o ressarcimento ao arário de eventuais prejuízos causados por servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, não decorrentes das práticas de infrações disciplinares.(Publicada no D.J.E., ed. 141 de 03.08.2016, p. 68-70)

Resolução-GP-422016: Art.1º Publicar nova lista de classificação do Concurso Público para provimento

dos cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância inicial do Estado do Maranhão,...(Publicada no D.J.E., ed. 145 de 09.08.2016, p. 89-91, referendada, por unanimidade, na sessão plenária administrativa do dia 17.08.2016 e republicada em 29.08.2016, p. 39-41)

Resolução-GP-432016: Dispõe sobre os procedimentos para a expedição das Certidões de Distribuição das Ações Penais, de Improbidade Administrativa e Certidões para Fins Eleitorais. (Publicada no D.J.E., ed. 150 de 18.08.2016, p. 190-191, referendada em 21.09.2016 e republicada em 03.10.2016, p. 59-60)

Resolução-GP-442016: Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 158, de 26.08.2016, p. 55-56)

Resolução-GP-452016: Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, para o período de 2016 a 2020.(Publicada no D.J.E., ed. 154 de 22.08.2016, p.101, referendada em 21.09.2016 e republicada em 03.10.2016, p. 60-61)

Resolução-GP-462016: Art. 1º Decretar ponto facultativo no dia 09 de setembro de 2016.(Publicada no D.J.E., ed. 164 de 05.09.2016, p. 38)

Resolução-GP-472016: Altera dispositivos da RESOL-GP 582013 a fim de estabelecer as atribuições da Diretoria de Controle Interno e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento. (Publicada no D.J.E., ed. 167 de 13.09.2016, p. 37-38)

Resolução-GP-482016: Altera dispositivos da RESOL-GP 12013 quanto à competência dos titulares de cargos em comissão e de função gratificada da Diretoria de Controle Interno e de suas Coordenadorias.(Publicada no D.J.E., ed. 167 de 13.09.2016, p. 38-39)

Resolução-GP-492016: Dispõe sobre a remessa mensal da Prestação de Contas pelos interinos/interventores das Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 167 de 13.09.2016, p. 39-40)

Resolução-GP-502016: Dispõe sobre a instituição do Núcleo de Gestão Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 177 de 27.09.2016, p. 45-46)

Resolução-GP-512016: Altera a Resolução nº 7/2015, que regulamenta a prestação de serviço voluntário no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 178 de 28.09.2016 de 28.09.2016, p. 53)

Resolução-GP-522016: Altera a redação dos art.153-B e 153-C, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 178 de 28.09.2016, p. 54)

Resolução-GP-532016: Altera a redação do art. 242-C do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do

Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 180 de 30.09.2016, p. 64)

Resolução-GP-542016: Dispõe sobre a regulamentação do serviço do Plantão Judiciário de 2º Grau da Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E. ed. 180 de 30.09.2016, p. 64-65)

Resolução-GP-552016: Estabelece regras voltadas à economicidade no uso e aquisições de materiais e serviços...(Publicada no D.J.E, ed.186 de 10.10.2016, p.105-109)

Resolução-GP-562016: Altera a Resolução nº59/2010-GP, de 12/01/2011, que regulamenta a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ...(Publicada no D.J.E, ed.186 de 10.10.2016, p.109).

Resolução-GP-572016: Regulamenta o recebimento do custeio de diligências do oficial de justiça e do comissário da infância e juventude, na forma da Resolução 152/2012 do Conselho Nacional de Justiça.(Publicada no D.J.E, ed. 194, de 21.10.2016, p. 165-166)

Resolução-GP-582016: Institui o “Programa de Descontos e Vantagens” para os servidores do TJMA e dá outras providências.(Publicada no D.J.E., ed. 194 de 21.10.2016, p. 166-169)

Resolução-GP-592016: Relaciona os dias em que não haverá expediente nos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no ano de 2017...(Publicada no D.J.E, ed.196 de 25.10.2016, p.39)

Resolução-GP-602016: Dá nova redação à Resolução-GP nº09/2008, que cria Protocolo Descentralizado de Segundo Grau...(Publicada no D.J.E, ed.196 de 25.10.2016, p.39-41)

Resolução-GP-612016: Dispõe sobre a utilização do sistema de videoconferência para realização de audiências no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.(Publicada no D.J.E., ed. 199 de 31.10.2016, p.90-91, referendada na sessão plenária administrativa do dia 16.11.2016 e republicada em 25.11.2016, p.9-10, referenciada no dia 15.02.2017 e republicada no D.J.E., ed. 34 de 24.02.2016, p. 8).

Resolução-GP-622016: Art. 1º Aprovar a Comissão de Concurso Público de Provas e Títulos para outorga de delegação de serviços de notas e de registro do Estado do Maranhão,...(Publicada no D.J.E., ed. 206, de 10.11.2016, p. 12-13)

Resolução-GP-632016: Art.1º Nas sessões jurisdicionais e administrativas do Tribunal Pleno e nas jurisdicionais das Câmaras Reunidas e Isoladas,... (Publicada no D.J.E., ed. 206 de 10.11.2016, p. 13)

Resolução-GP-642016: Designar os Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro e Raimundo José Barros de Sousa, respectivamente, como membros titular e suplente da Comissão de Concurso Público de Provas e Títulos para outorga de delegação de serviços de notas e de registro do Estado do Maranhão, cabendo ao primeiro a presidência da Comissão. (Publicada no D.J.E.ed. 206,

de 10.11.2016, p. 13)

Resolução-GP-652016: Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, para o período de 2016 a 2020. (Publicada no D.J.E., ed. 209 de 16.11.2016, p. 243-244)

Resolução-GP-662016: Dispõe sobre a substituição dos titulares de cargos em comissão e de funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E, ed.213 de 22.11.2016, p.47-48)

Resolução-GP-672016: Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, e... (Publicada no D.J.E, ed.217 de 28.11.2016, p.90-91)

Resolução-GP-682016: Altera o art.3º da Resolução n.º64/2008, que regulamenta o art.7º-C da Lei n.º8.715

de 19 de novembro de 2007, que dispõe sobre o auxílio-saúde e o art.3º da Resolução n.65/2008, que regulamenta o art.7º-A da Lei n.º8.715 de 19 de novembro de 2007, que dispõe sobre o auxílio-alimentação... (Publicada no D.J.E, ed.220 de 01.12.2016, p.84-85)

Resolução-GP-692016: Dispõe sobre a denominação da Biblioteca do Tribunal de Justiça. (Publicada no D.J.E, ed.220 de 01.12.2016, p.85)

Resolução-GP-702016: Altera a Resolução n.º52/11, que dispõe sobre a Diretoria de Segurança Institucional. (Publicada no D.J.E, ed.228 de 14.12.2016, p.68-69)

Resolução-GP-722016: Altera a redação do inciso I do art.13 do Regimento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E, ed.228 de 14.12.2016).

DIRETORIA
Administrativa

A Diretoria Administrativa é constituída pelas seguintes Coordenadorias e Divisões: Coordenadoria de Material e Patrimônio, que possui as Divisões de Administração de Materiais e de Administração Patrimonial; Coordenadoria de Apoio Administrativo, que possui as Divisões de Protocolo Administrativo, Serviços Gerais e Divisão de Transportes; e Coordenadoria de Licitações e Contratos, que possui a Divisão de Contratos e Convênios.

Visando transmitir uma melhor compreensão das

práticas desenvolvidas no ano de 2016, detalhamos neste relatório as práticas específicas desenvolvidas em cada uma das Coordenadorias que compõem esta Diretoria Administrativa, a fim de que, a partir das partes, se vislumbre a produção global deste setor, ressaltando-se que todas as medidas têm por objetivo maximizar resultados com o mínimo de despesa possível.

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Coordenação de Material e Patrimônio possui a Divisão de Administração de Material e Divisão de Administração Patrimonial.

Processos cotados pela Coordenadoria de Material e Patrimônio: **220**

Processos abertos e iniciados pela coordenadoria:

PROC.	OBJETOS	EMPRESAS	SITUAÇÃO
10562/2016	Material Gráfico	Editora Gráfica Aliança – Lote 2 e 5	Assinado
		TEXGRAF Editora Ltda – lote 4	Assinado
		I. N. BARROS & CIA LTDA – lote 1	Assinado
		Reinaldo Vales Junior -ME – Lote 3 (Aguardando substituição para reserva da Ata)	Empresa não assinou Contrato
44801/2016	Camisas	Luis André Alves de Oliveira EIRELE – ME – Itens 1,2,5	Fracassado
		CONEXÃO CHINELOS – lote 1 – Itens 3 e 4	Assinado
		Lucileide dos santos Aquino Barroso – Item 6	Assinado
29907/2016	Carimbos, Chaves e Encadernação	L Santana de Oliveira – ME Lote 01	Assinado
		Jucineide D. S. Brito Lote 02	Assinado
		Livraria Econômica – A. E. MENDES – EPP Lote 03	Assinado
11874/2016	Placas e Brasões	K.C. VIDAL (KALPLACAS) – itens 1,2,3,4,5,6, 7,8,9,11,12,13,14,16,17	Assinado
		S. P. A. REIS - itens 10,19,20,21	Assinado
		JONISAN Ind,. Comércio de metais LTDA – item 15	Assinado
		BR DISPLAY LTDA – item 18	Assinado
47787/2016	Camisas	Processo em licitação	Tramitando

1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Total de requisições recebidas em 2016 até 14 de dezembro de 2016 foi de 1.216, das quais 984 (80,92%) foram atendidas mediante distribuição de bens, 215 (17,68%) foram negadas com a devida justificativa e apenas 17 (1,4%) estavam em tratamento.

Todas as requisições foram atendidas dentro do prazo estabelecido pela Portaria-TJ nº 2121/2014, que constitui uma das metas (Meta 01) estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização. Não obstante, a maior parte das requisições são atendidas em menos tempo: 91,50% são atendidas em até 10 dias.

Distribuição de bens permanentes
2.214 para o 1º Grau
3.263 para o 2º Grau

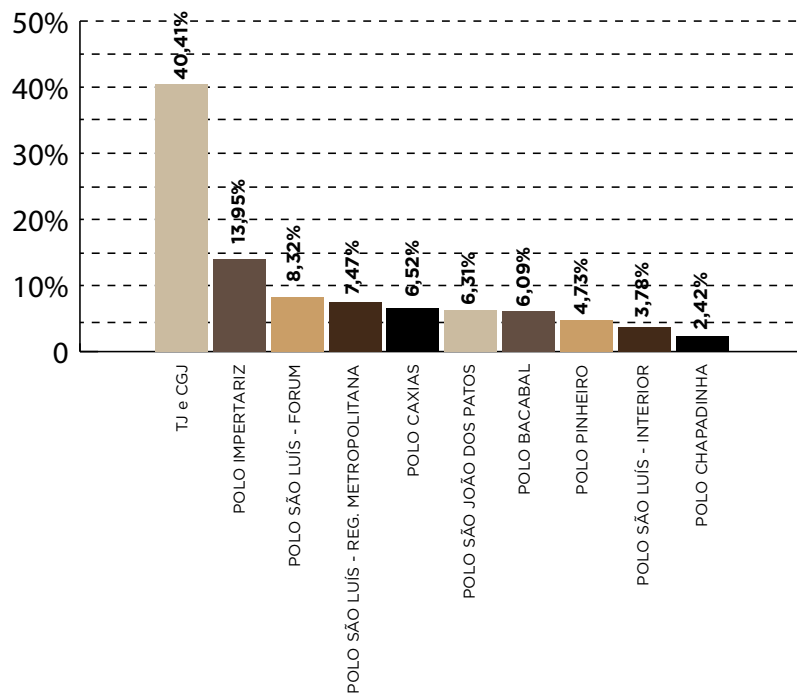


Gráfico 4: Percentual de Bens Distribuídos por Polo Judicial ou Grupo de Unidades
Fonte: Divisão de Administração Patrimonial (2016)

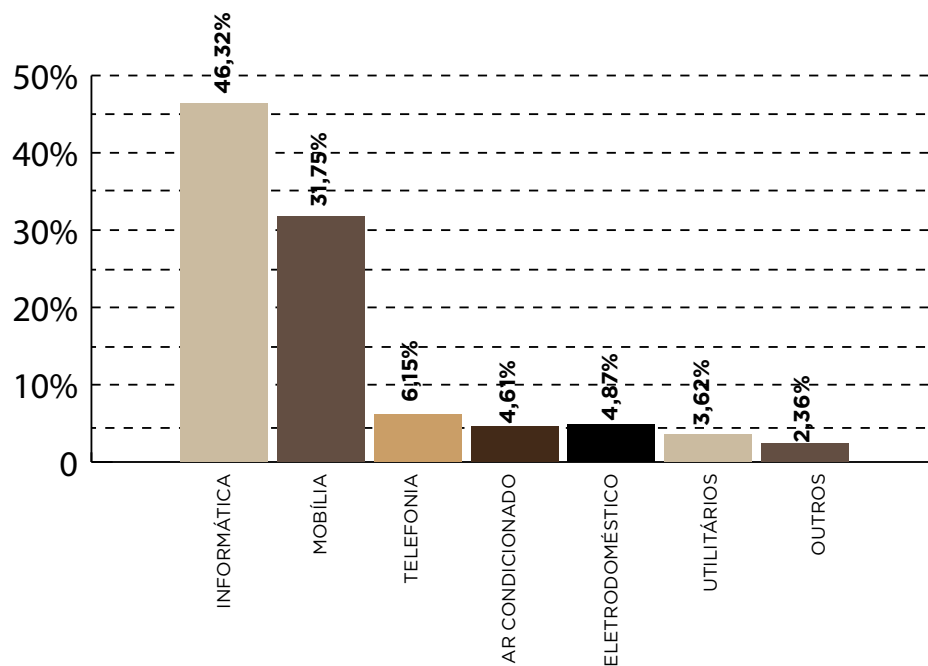


Gráfico 5: Percentual de Bens Distribuídos por Tipo de Material
Fonte: Divisão de Administração Patrimonial (2016)

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL 2016

ITEM	PROCESSO	OBJETO	ARP	VALOR TOTAL REGISTRADO	SALDO DA ARP	QUANT. SALDO	VALOR DO EMPENHO	EMPENHOS
1	170052015	Ar condicionado 60.000BTUs	22/2016	R\$ 461.300,00	R\$ 250.420,00	35	R\$ 164.750,00	2016NE00323
							R\$ 19.770,00	2016NE01003
							R\$ 46.130,00	2016NE01004
2	170052015	Ar condicionado 18.000BTUs	20/2016	R\$ 209.701,10	R\$ 0,00	0	R\$ 149.786,50	2016NE00324
							R\$ 17.974,38	2016NE00994
							R\$ 41.940,22	2016NE00992
3	170052015	Ar condicionado 22.000BTUs	21/2016	R\$ 254.800,00	R\$ 0,00	0	R\$ 182.000,00	2016NE00327
							R\$ 50.960,00	2016NE01026
							R\$ 21.840,00	2016NE01027
4	170052015	Ar condicionado 12.000BTUs	19/2016	R\$ 172.900,00	R\$ 0,00	0	R\$ 123.500,00	2016NE00326
							R\$ 49.400,00	2016NE1072
5	170052015	Ar condicionado 9.000BTUs, 36.000BTUs e 48.000BTUs	18/2016	R\$ 1.010.590,00	R\$ 476.430,00	30 de 36.000 e 45 de 48.000	R\$ 371.810,00	2016NE00325
							R\$ 48.705,00	2016NE01001
							R\$ 113.645,00	2016NE01000
6	470342015	Telefone com fio	13/2016	R\$ 25.095,00	R\$ 15.057,00	300	R\$ 10.038,00	2016NE00302
7	47034/2015	Carrinho para transporte de processos.	16/2016	R\$ 17.198,00	R\$ 8.199,00	100	R\$ 8.599,00	2016NE00301
8	47034/2015	Cafeteira e fogão	15/2016	R\$ 104.696,00	R\$ 78.522,00	150 cafeteiras e 150 fogões	R\$ 26.174,00	2016NE00299
9	470342015	Headseats	17/2016	R\$ 11.850,00	R\$ 5.925,00	50	R\$ 5.925,00	2016NE00303
10	47034/2015	Telefone sem fio	14/2016	R\$ 42.500,00	R\$ 25.500,00	300	R\$ 17.000,00	2016NE00300
11	43283/2016	Cadeiras e longarinas	67/2015 UFPA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 620.921,20	2016NE03519 e 2016NE03518
12	431022016	Cadeiras presidenciais	12/2016 CNJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 43.630,00	2016NE03472
13	37257/2016	Estação de trabalho e mesas.	01/2016 AC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 167.350,00	2016NE00927 e 2016NE00928
14	40131/2016	Armários, mesas e gaveteiros.	02/2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 520.450,00	2016NE00930 e 2016NE00931

Processos em andamento

ITEM	OBJETO	STATUS
1	Registro de preço objetivando a aquisição de ares condicionados	Coordenadoria de Orçamento para verificação de disponibilidade orçamentária.
2	Registro de preço objetivando a aquisição de quadros, tvs e bebedouros.	Coordenadoria de Licitação e Contratos para publicação do Edital.

PROJETO ROTA INTELIGENTE

Foi implantado o Projeto "Rota Inteligente", em consonância com a Meta 20, uma das metas nacionais do Poder Judiciário estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução n.º 198/2014, qual seja, promover 10 ações que visem à adequação da distribuição de material segundo perfil definido para cada unidade administrativa e judicial.

O projeto inicia-se com a identificação da real demanda por bens permanentes (móveis) de cada Unidade Administrativa/Jurisdicional dos 07 (sete) pólos do TJMA, consistindo na identificação das quantidades de insumos (mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática, entre outros) necessários ao pleno funcionamento dos setores, a partir da necessidade individualizada por Unidade, com base no estado de preservação atual e a vida útil média de cada insumo.

Logo após, disponibilizou-se, via Sistema de Gestão Patrimonial (E-MAT), lista de materiais permanentes disponíveis no estoque para atendimento de cada Unidade Administrativa e Jurisdicional, de modo que as Unidades somente poderiam requisitar os bens disponíveis dentro de determinado período de tempo, possibilitando a elaboração de um cronograma bimestral de execução de entrega de materiais, ajustando-se as rotas e solicitação de diárias para cada pólo judicial.

Assim, diminuimos os custos logísticos em 52,9% (reduzindo de 34 para 18 as entregas realizadas mediante transporte próprio, isto é, caminhões de grande porte tipo baú conduzidos por motoristas próprios e com o apoio de dois colaboradores terceirizados), sobretudo no que tange às despesas com transporte (combustível) e diárias de deslocamento dos nossos colaboradores, bem como outros custos operacionais. Além disso, o projeto garantiu que todos os polos judiciais fossem atendidos pelo menos três vezes ao ano.

DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Ao contrário do que ocorre com materiais de consumo, a gestão dos materiais permanentes não se encerra com a sua distribuição inicial. Logo após a saída dos bens de nossos estoques, mediante a transferência de responsabilidade, é necessário gerir os bens durante toda a sua vida útil, isto é, desde a entrada em estoque até a sua devolução quando estes são considerados ociosos ou inservíveis pelas unidades nas quais estavam em uso.

Outrora, estes bens quando devolvidos se acumulavam e se deterioravam mais rapidamente, pois não havia espaço físico suficiente e nem condições adequadas de armazenamento em nossos galpões. Então, tratamos de realizar a baixa de bens e a sua alienação mediante doação a instituições que prestam serviços de notório interesse social, como instituições filantrópicas, associações comunitárias e igrejas. Em 2016 foram ao todo 16 (dezesseis) instituições beneficiadas.

Além disso, em razão de convênio estabelecido entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL), foram descartados 2,4 toneladas de materiais inservíveis, a maioria lixo eletrônico, de modo ecologicamente sustentável.

2. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

No início da gestão, a Divisão encontrava-se desabastecida de diversos tipos de materiais de consumo - muitos deles indispensáveis para o funcionamento deste Tribunal de Justiça - tais como: Papel A4, colchetes, envelopes, canetas, toners, sacos de lixo, papel toalha, café, açúcar,

entre outros.

Como medida emergencial foram utilizadas adesões às atas de registro de preço, para viabilizar de forma mais ágil a reposição de papel A4, colchetes, canetas, toners e café. As referidas aquisições totalizaram um montante de R\$ 556.173,80.

Aquisições por Adesão à ARP

Material de expediente – R\$ 380.476,00

Toners e cartuchos – R\$ 112.420,30

Gêneros alimentícios – R\$ 63.277,50

Dentro das aquisições por compras regulares, foram gerenciados 15 (quinze) processos de aquisição de materiais de consumo, sendo 5 (cinco) deles ainda da gestão anterior (Material de Limpeza, Toners, Capas de Processo, Material de Copa, Cozinha e Descartáveis e Água Mineral) e o restante já elaborado pela nova gestão (Gêneros Alimentícios, Material de Expediente, Material de Escritório, Recarga de Gás, Materiais Diversos, Pallets, Papel A4, Papel Toalha-Interfolha, Capas de Processo, Outros Toners).

Todos os processos licitatórios geraram um total de 52 (cinquenta e duas) Atas de Registro de Preços, todas sob fiscalização desta Divisão de Administração de Material, com a aquisição de itens de qualidade reconhecida, com marcas como: Bic, Faber-Castell, Bom Bril, Jonhson, FC Oliveira, Kitchen, Bom Ar, Branca de Neve, Nobre, entre outras. Houve, também, a reinserção no estoque de materiais que há mais de seis meses estavam em descontinuidade de fornecimento, a saber: colchetes, envelopes, papel toalha e sacos de lixo.

Até dezembro de 2016 foram efetivamente adquiridos o montante de R\$ 3.266.480,90:

MATERIAL DE LIMPEZA	R\$ 1.351.166,80
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 1.156.924,45
PALLETS	R\$ 41.370,00
CAPAS DE PROCESSO E CINTAS ELÁSTICAS	R\$ 175.571,00
GÁS GLP	R\$ 11.918,40
TONERS E CARTUCHOS	R\$ 310.734,50
COPA, COZINHA E DESCARTÁVEIS	R\$ 36.646,05
DIVERSOS	R\$ 28.092,70
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	R\$ 154.057,00
TOTAL ADQUIRIDO	R\$ 3.266.480,90

Durante 2016 efetuados três inventários dos materiais de consumo armazenados nos galpões desta Divisão, nas datas de 07 e 08 de janeiro, 19 e 20 de abril e 16 a 18 de novembro.

As atividades desempenhadas visaram em um primeiro momento conhecer qual o estoque real dos materiais armazenados em almoxarifado, em razão da nova gestão não ter recebido qualquer relatório do que havia em estoque nos galpões e possibilitar a distribuição dos materiais de forma mais racional, evitando avarias e que materiais fossem distribuídos de acordo com a ordem cronológica de recebimento, evitando que o prazo de validade expirasse.

Atualmente, conseguiu-se substituir os pallets de madeira por outros de polietileno, diminuindo a incidência de cupins, bem como houve uma melhor acondicionamento dos itens.

Requisições tratadas - **9.273**

Média mensal - **773**

Atendimento médio dos itens de cada requisição - **69%**

Em relação a 2015, houve redução de 13% na quantidade das requisições, em razão da manutenção dos estoques, sem que houvesse desabastecimento, bem como da utilização das rotas de entregas, além de melhora de 10% no atendimento por itens por requisição.

Comparativo de requisições

	2015
Total:	10.617
Mensal:	884
Atendimento:	59%
	2016
Total:	9.273
Mensal:	773
Atendimento:	69%

Com a implantação do Rotas Inteligentes, houve a pretensão de promover uma maior economia nos gastos com Correios, diminuindo o volume de requisições – em razão do pedido ser efetuado visando atender a demanda bimestral –, tornar a entrega mais ágil e diminuir os números de reclamações com volumes

extraviados e encomendas que não eram entregues nas comarcas, motivo pelo qual os Correios já haviam sido notificados e multados (Processo nº 18167/2016).

De junho a agosto de 2016, a despesa média com os Correios foi de R\$ 56.783,47, obtendo uma queda média de 28% após o início das rotas. Se comparado apenas o mês de agosto – último antes do início das rotas – com o mês de outubro, a redução é de quase 40%. Como as rotas abrangem a demanda bimestral das comarcas inseridas, o impacto da economia total das viagens já realizadas será repercutido até as faturas dos Correios de março de 2017, em virtude do período de recesso do judiciário.

Como forma de levantar o impacto positivo das rotas inteligentes, foi feito o cálculo estimado, considerando o valor médio cobrado por volume normal, que é de R\$ 33,93 e o preço para transporte de uma caixa de papel A4, fixado em R\$ 73,82.

Levando em consideração que foram despachados pelas rotas inteligentes o quantitativo de 1.320 volumes normais e 400 caixas de papel A4, totalizou-se uma economia estimada com os Correios de R\$ 74.315,60.

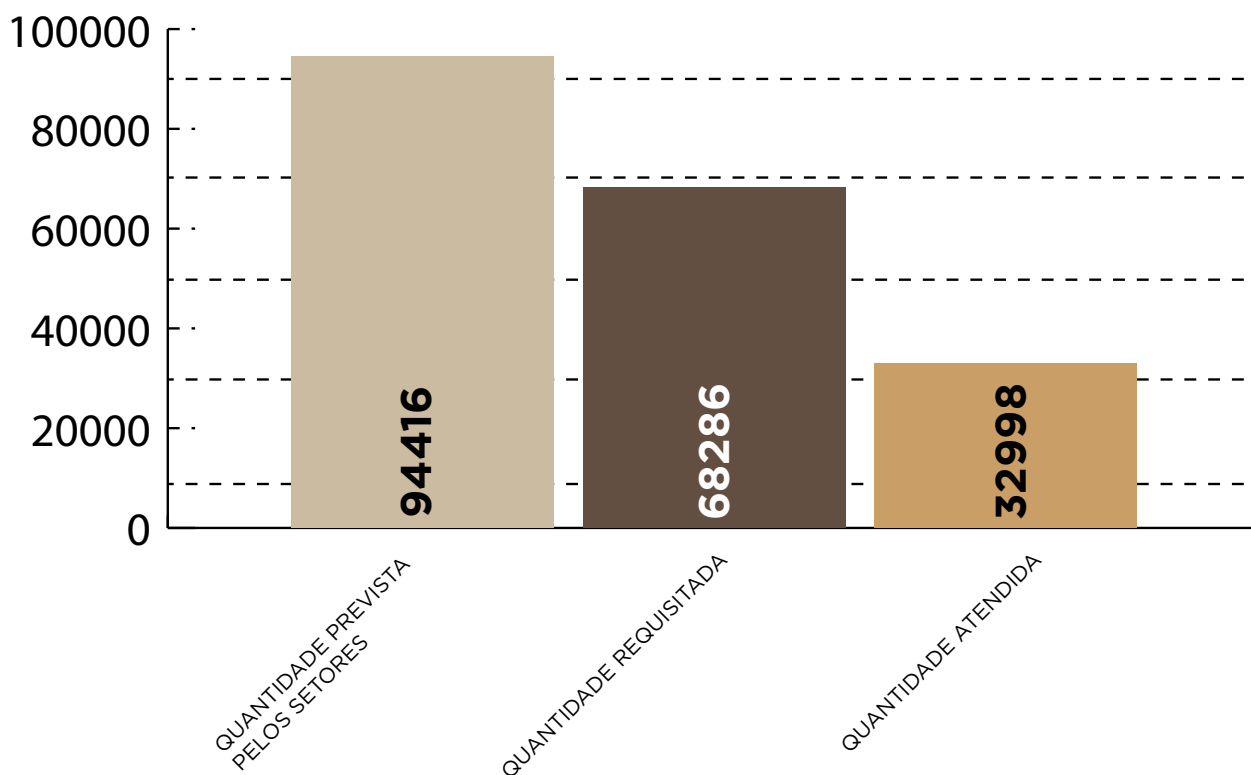
Levando-se em consideração os custos operacionais, discriminados na tabela abaixo, a economia líquida nas quatro viagens realizadas durante o ano de 2016 é de R\$ 55.315,60

SUSTENTABILIDADE

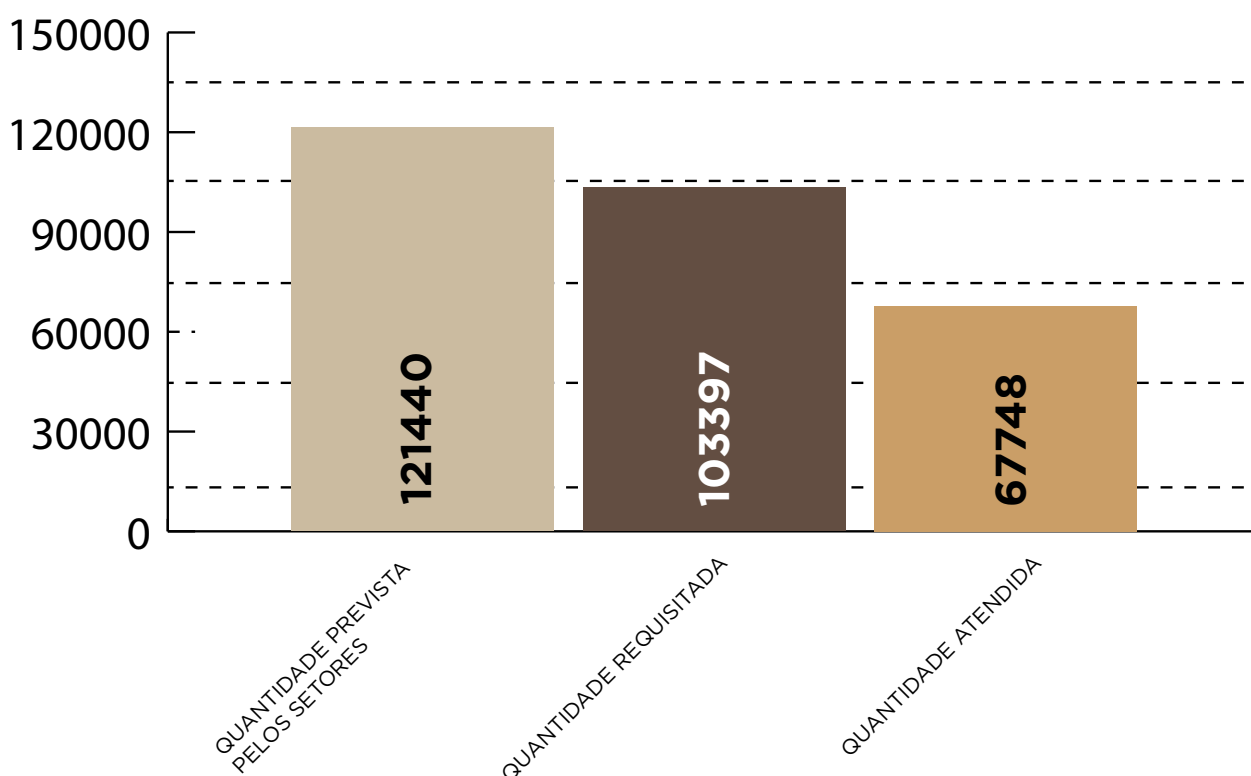
A Divisão de Administração de Material também tem estimulado o uso racional dos materiais de consumo, com maior ênfase para os itens Papel A4 e Copos Descartáveis, ao efetuar a avaliação de cada requisição de acordo com o perfil da unidade e realizando os cortes necessários.

No ano de 2016, todas as unidades administrativas e jurisdicionais informaram, no planejamento de consumo, que estimavam um consumo anual de 94.416 centos de copo para água, o equivalente a R\$ 184.300,03.

No decorrer de 2016, foram efetivamente requisitados 68.286 centos de copo para água, tendo sido atendidos 32.998 centos: redução de 52% para a quantidade requisitada e uma queda de 75% se comparada com o planejamento dos setores, representando uma economia de R\$ 119.887,93.



Com relação ao Papel A4, todos os setores estimaram o consumo de 121.440 resmas, o que representaria um montante de R\$ 1.578.720,00, sendo efetivamente atendida a quantidade de 67.748 resmas: redução de 44%, representando uma economia de R\$ 697.996,00.



Também foi firmada parceria com a OSCIP “Amigos do Futuro”, para o recolhimento de toners usados e em desuso para dar boa administração e destinação adequada, com a finalidade de reciclar os mesmos, sem prejuízo à natureza. A instituição realizou três coletas no ano de 2016, proporcionando a reciclagem de 1.302 cartuchos de impressoras.

Outra forma de contribuir com o meio ambiente foi a utilização da logística reversa, disponibilizada pelas empresas que produzem os cartuchos, tais como a HP, Lexmark, Xerox e Samsung. No corrente ano, utilizamos o canal disponibilizado pela HP, com a devolução de 250 cartuchos de impressoras que, também, foram destinados a reciclagem.

3. COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Coordenadoria de Apoio Administrativo tem como papel principal coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas às funções de apoio nas áreas de protocolo administrativo, serviços gerais e transportes, assim como estabelecer e viabilizar normas operacionais nas áreas sob

sua responsabilidade, além da movimentação diária de documentos de expediente e processos administrativos oriundos das diversas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário Estadual.

TERMOS DE REFERÊNCIAS ELABORADOS

OBJETO	PROCESSO	DOCUMENTO
Contratação de empresa especializada em instalação de ar condicionado	167752016	MEMO-CAA –632016
Aquisição de placa adtech para elevador do prédio sede que dá acesso ao gabinete do diretor geral	147362016	MEMO-CAA - 602016
Contratação de empresa de serviços de dedetização	201632016	MEMO – CAA -682016
Contratação de empresa para serviços gerais	167752016	MEMO-CAA-632016

RELATÓRIO DE CONTRATOS FISCALIZADOS

Contrato	Processo	Início	Fim	Descrição	Empresa
032/2013	36252016	10/03/2016	06/03/2017	3º ADITIVO - Manutenção de elevadores	Thyssenkrupp Elevadores SA
010/2012	10552016	13/03/2016	12/03/2017	5º ADITIVO - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
068/2012	170672016	13/06/2016	11/06/2017	5º ADITIVO AO CT 68/2012 - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
005/2015	514712014	26/01/2015	26/01/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Restauração do Relógio Histórico	L. N. Pereira Junior
007/2015	402672014	13/02/2015	13/02/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Prestação serviço nas funções de cozinheiro e cuidadores	START Serviços Ltda-ME. Lote 3
042/2015	429962014	13/04/2015	13/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Lavagem de sofá, poltrona, cortina e persiana	Tetraclean Limpeza Ltda
044/2015	253402013	13/04/2015	13/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Detetização, descupinização e desratização	Jakeline D. Pereira - ME
045/2015	253402013	13/04/2015	13/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Detetização, descupinização e desratização	Zacheu & Cia Ltda - ME
046/2015	253402013	14/04/2015	14/04/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Detetização, descupinização e desratização	A dos Santos Cunha - ME
052/2015	16642016	25/04/2016	24/04/2017	1º ADITIVO AO CT 52/2012 - Prestação de serviços comuns e continuados	Gestor Serviços Empresariais
076/2015	202712015	08/07/2015	08/07/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Prestação serviço nas funções de recepcionistas e garçons	Potencial Serviços Especializados Ltda
10/2016	13162016	03/03/2016	02/03/2017	CONTRATO PRINCIPAL - Instalação de Ar condicionado (POLO I, IV e VI)	W. B. Ripardo & Cia Ltda
074/2015	45252014	24/06/2015	24/06/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Instalação de Ar condicionado (POLO II e III)	V. M. Comercio e Serviço Ltda-ME
075/2015	45252014	24/06/2015	24/06/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Instalação de Ar condicionado (POLO V)	Global Comercio e Serviço Ltda-ME
096/2015	50042015	29/07/2015	29/07/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Confecção de tapetes	Capachos & Capachos Importados e Comercio Ltda
75/2016	274202016	11/07/2016	09/07/2017	ONTRATO PRINCIPAL - Agua potavel (Carro-Pipa)	Transagua - F. M. B. Sabóia

167/2015	395452015	05/11/2015	05/11/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Dedetização, descupinização e desratização (COMPLEMEN)	Jakeline D. Pereira - ME
14/2016	52772016	09/11/2016	30/11/2016	CONTRATO PRINCIPAL - Lavagem a seco de tapetes	Lavanderia São Francisco

RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO/PROCESSOS SOLICITADOS E PENDENTES

PROC	REQUERENTE	CONTRATO	OBJETO	DATA DA ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO	SETOR	FASE
165382014	Gestor Serviços Empresariais	94/2011	Diferença de repactuação R\$ 394.805,32	8/6/16	DA	Análise e manifestação, se em razão do quantitativo de
402672014	Coordenação de Apoio Administrativo		Prestação de serviços comuns e continuados (substituição ao Contrato 94/2010)	21/3/16	CF	terceirizados identificados após o cadastramento
424302014	Coordenação de Apoio Administrativo		Recuperação das caixas d'águas do TJ sede	11/6/15	DSO	Informa sobre saldo do constrato 7
514712014	Coordenação de Apoio Administrativo		Restauração do relógio externo - histórico	06/06/2016	DA	Para decisão da DG em relação a realização da estrutura a ser usada
424302014	Coordenação de Apoio Administrativo		Recuperação das caixas d'águas do TJ sede	11/06/2015	DSO	Arquivado - indeferimento do pedido de reconsideração
61782015	Gestor Serviços Empresariais		Repactuação (3ª) 2015 do contrato nº 68/2012	09/06/2016	DCC	Para decisão da DG em relação a realização da estrutura a ser usada
61792015	Gestor Serviços Empresariais		Repactuação (4ª) 2015 do contrato nº 10/2012	09/06/2016	DCC	Para elaboração da minuta do contrato
299112015	Gestor Serviços Empresariais		Repactuação (1ª) 2015 do contrato nº 52/2015	27/07/2016	CO	Para elaboração da minuta do contrato
511192015	Coordenação de Apoio Administrativo		Dedetização, Descupinização e Desratização	22/6/16	CF	Para informar disponibilidade orçamentária
16642016	Coordenação de Apoio Administrativo		Prorrogação do CTPS 52/2015	11/4/16	CF	PROCESSO DE PAGAMENTO DA EMPRESA JAKELINE D PEREIRA ME 27185/2016
10552016	Coordenação de Apoio Administrativo		Prorrogação do CTPS 10/2012	16/3/16	DG	Aditivo assinado pela empresa
13162016	Coordenação de Apoio Administrativo		Instalação de ar condicionado - Ripardo - Polos I, IV e VI	4/4/16	DCC	5º TA ao CTPS 10-2012 publicado
36252016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação e Repactuação 2015 do contrato nº 32/2013 - Manutenção de ELEVADOR - 3º aditivo	22/3/16	CF	Aguardando prestação de contas NF

52772016	Coordenação de Apoio Administrativo		Solicitação de Serviços de Lavagem de Tapetes - Contratação de Saldo de ARP	3/6/16	CF	Com publicação da resenha
Memo CAA 40/2016	Coordenação de Apoio Administrativo		Irregularidades Potencial - Salário menor	22/02/16	DCC	Com pagamento da NF 2154
54682016	Diretoria Administrativa		Possíveis irregularidades referente ao contrato de prestação de serviços n.º 52/2015 -GESTOR	19/5/16	AJERP	Análise
75022016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação do contrato 61/2015 - Manutenção de ar condicionado	06/07/2016	CF	Com informações da CAA da impossibilidade de prestar informações
77472016	Coordenação de Apoio Administrativo	76/15 - POTENCIAL	Apostilamento do contrato 76/15 - Indicação de Fiscal (p/ Cerimonial)	16/03/2016	CF	Apensado ao Proc. 244282015
121392016	Coordenação de Apoio Administrativo		RETIFICAÇÃO DE CONTRATO N.º 52/2015 - INSERÇÃO DE CLAUSULA, CONFORME SOLICITADO NO MEMO ANEXADO	13/4/16	CF	1º TA - Mudança de fiscal
133122016	Coordenação de Apoio Administrativo		Nova contratação - Instalação de Ar Condicionados	12/08/2016	Licitação	Com o 1º TA
167752016	Coordenação de Apoio Administrativo		Contratação de empresa para serviços gerais	15/09/2016	CMEP	Confeccionar Minuta do Edital
170672016	Coordenação de Apoio Administrativo		Prorrogação do CTPS 68/2012	21/6/16	DCC	cotação
180772016	Coordenação de Apoio Administrativo		Reforço do empenho referente ao contrato n.º 32/2013	28/4/16	CAA	Com 5º aditivo assinado
182332016	Coordenação de Apoio Administrativo		Gestor solicitando providencias quanto a cargos diversos do contratado	02/8/16	DA	Arquivado - pois o empenho será realizado à medida que forem sendo apresentados
206132016	Coordenação de Apoio Administrativo		Contratação de empresa especializada no serviços de dedetização, desratização ou descupinização.	20/7/16	CLC	Para Gestor enviar comprovação de solicitação feita pelo TJ
213452016	Coordenação de Apoio Administrativo		Repectuação de Contrato - 52/16 Data Base 01.01.16	09/8/16	AGP	Elaborar minuta

213472016			Repactuação de Contrato - 10/16 Data Base 01.01.16	08/8/16	CAA	PARECER-AJP-15402016 pendente de assinatura
213492016	Coordenação de Apoio Administrativo		Repactuação de Contrato - 68/16 Data Base 01.01.16	08/8/16	CAA	Sobrestado
237482016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação contrato 74/2015 - VM Comércio	24/6/16	CAA	Sobrestado
237532016	Coordenação de Apoio Administrativo		Renovação contrato 74/2015 - Global Serviços	24/6/16	CAA	ARQUIVADO - solicitação indeferida pela Presidência
27420/2016	Coordenação de Apoio Administrativo		Contratação Saldo da Ata 68/2015 - Transágua	1/7/2016	CAA	ARQUIVADO - solicitação indeferida pela Presidência
REQ 398247	Coordenação de Apoio Administrativo		Aquisição de 2 cpus	1/7/2016	DAP	INSCREVER EM RESTOS A PAGAR EM DEZEMBRO
33854/2016	Coordenação de Apoio Administrativo		SUPRESSÃO DE VALOR DO CONTRATO Nº. 52/2015 - SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA	29/08/16	AGP	Arquivado - solicitação deferida
384292016	Coordenação de Apoio Administrativo		Aditivo de 23,78% do CT 10/2016 - Ripardo - Instalação ar condicionados - somente para olos IV e VI -	29/08/16		Para análise da minuta
490402016	Coordenação de Apoio Administrativo		NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA THYSENKRUPP	10/11/2016	AGP	Licitação- Formalização do aditivo
						Entregue diretamente à empresa

RELATÓRIO DE REQUISIÇÃO/PROCESSO RECEBIDOS

TIPO / ASSUNTO	QUANT.	FONTE
Manutenção de elevador	31	Digidoc
Manutenção de ar condicionado	219	Digidoc
Instalação de ar condicionado	113	Digidoc
Reserva de auditório	23	Digidoc
Dedetização, desratização ou descupinização	123	Digidoc
Solicitação de serviços gerais (limpeza carregamento)	146	Digidoc

RELATÓRIO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS

TIPO / SIGLA	QUANT.	FONTE
Memorandos (MEMO-CAA)	100	Digidoc
Ofícios (OFC-CAA)	03	Digidoc
Despachos (DESPACHO-CAA)	84	Digidoc
Ordens de Serviços (OS-CAA)	348	Digidoc
Emails (coapoio@tjma.jus.br)	711	Outlook
Fotocópias (Xerox)	1809	Arquivos físicos

RELAÇÃO DE NOTAS ATESTADAS

NOTAS FISCAIS	CONTRATO	MÊS/ANO REF.	EMPRESA	PROCESSO	DATA DO RECEBIMENTO	SITUAÇÃO (AZUIS ESTÃO PAGAS)
55009 a 55017, 55020 a 55023, 55069 e 55070	10/2012	jan/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	19/02/2016	ORDEM BANCÁRIA EMITIDA EM 08/03/2016. NOTA DE EMPENHO N.º 2015NE00325-, 2016NE-00079-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20150B00269 A 278-FERJ. DISPONÍVEL PORTAL DA TRANSPARENCIA.
55024 a 55029; 55031 a 55068	68/2012	jan/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	19/02/2016	PAGAMENTO DAS NFS: 55024 A 55029/55031 A 55068/ 55993 A 56036, REFERENTE A JAN E FEV/2016 REALIZADO EM 13/04/2016. NOTA DE EMPENHO N.º 2016NE00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N.º 20160B00547 A 551-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
55301 a 55314	52/2015	jan/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	19/02/2016	PAGAMENTO DO MÊS DE JANEIRO/2016, REALIZADO EM 28/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N. 2016NE00134-FERJ E ORDENS BANCARIAS N.º 20160B00440 A 443-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.

299	124/2015	jan/16	TRANSÁGUA	23212016	19/02/2016	ORDEM BANCÁRIA EMITIDA EM 03/03/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00666-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00248/249-FERJ. DISPONÍVEL NO LINK PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR
10285	32/2013	jan/16	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	26/02/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N° 9927,10105,10285, REALIZADO EM 11/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2015NE-00012-FERJ (RAP) E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00298,299,300,316 DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/.
1443, 1444, 1445, 1446 E 1447	76/2015	jan/16	POTENCIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	202712015	01/03/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N° 1443 A 1447(JAN/16), REALIZADO EM 11/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00106-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00310 A 314-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/.
320	124/2015	jan/15	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	03/03/2016	PAGAMENTO DA NF 320 REALIZADO EM 14/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00033,34-ESMAM E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB0078-81. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/.
448	61/2015	jan/15	W. B. RIPARDO & CIA LTDA	244282015	05/01/2016	Em 30/05/2016 - AJP - Para análise e parecer sobre e aminuta
453	61/2015	fev/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA	244282015	10/03/2016	Em 30/05/2016 - AJP - Para análise e parecer sobre e aminuta
55978 a 55992	10/2012	fev/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	16/03/2016	PAGAMENTO DOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO/2016, REALIZADO EM 28/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N. 2016NE00560-TJ E ORDENS BANCARIAS N° 2016OB00907 A 909-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS.
55993 a 56036	68/2012	fev/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	16/03/2016	PAGAMENTO DAS NFS: 55024 A 55029/55031 A 55068/ 55993 A 56036, REFERENTE A JAN E FEV/2016 REALIZADO EM 13/04/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00547 A 551-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/
55964 a 55977	52/2015	fev/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	16/03/2016	PAGAMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO/2016, REALIZADO EM 31/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N. 2016NE00134-FERJ E ORDENS BANCARIAS N° 2016OB00451 A 454-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS.
320	124/2015	fev/16	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	06/04/2016	RETIFICANDO O ID 5225017, REGISTRO O PAGAMENTO DA NF 320 REALIZADO EM 14/03/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2015NE00666-FERJ (RAP) E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00320; 00321-FERJ, DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/.
459	73/2015	mar/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA-ME (INSTALAÇÃO)	312082015	01/04/2016	PAGAMENTO DA NF 459 REALIZADO EM 13/05/2016. NOTA DE EMPENHO N° 2015NE-00441-TJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00797/798-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/
353 (NF canc. Substituída pela 135)	124/2015	mar/16	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	23212016	06/04/2016	Em 02/06/2016 - CAA - Para juntada de certidões atualizadas
462	61/2015	mar/16	W.B. RIPARDO & CIA LTDA-ME	244282015	13/04/2016	aguardando abertura -
57150 a 57164	52/2015	mar/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	20/04/2016	PAGAMENTO REALIZADO EM 05/05/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO N° 2016NE00134-FERJ E ORDEM BANCÁRIA N° 2016OB00705,706,707,708. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANÇAS/.

57165 a 57178 e 57230	10/2012	mar/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	16/04/2016	PAGAMENTO REALIZADO EM 05/05/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B00700-704. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
57181 a 57223 e 57229	68/2012	mar/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	16/03/2016	PAGAMENTO DAS NFS: 57181 A 57223 E 57229, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO/2016 REALIZADO EM 28/04/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B00649 A 653-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
136	124/2015	abr/16	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	10/05/2016	Em 02/06/2016 - CAA - Para juntada de certidões atualizadas
8	42/2015	abr/16	TETRACLEAN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	429962014	10/05/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N. 8 REALIZADO EM 19/05/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2015NE00215-TJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B00828,829. DISPONÍVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
2154	179/2015	ref a dez/2015	LAVANDERIA SÃO FRANCISCO	52772016	18/05/2016	PAGAMENTO DA NF Nº 2154 REALIZADO EM 03/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00527-TJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01944,-1945-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS
58699 a 58711; 58713 e 58776	52/2015	abr/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	20/05/2016	PAGAMENTO DAS NFS 58699 A 58711/58713 A 58776 REALIZADO EM 30/05/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00134-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B00852 A 855-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
58729 a 58765; 58767 a 58770; 58774; 58777 e 58778	68/2012	abr/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	20/05/2016	PAGAMENTO DA NF 58774 REALIZADO EM 30/05/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B00856 A 860-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
58714 a 58728	10/2012	abr/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	20/05/2016	PAGAMENTO DA NF 179 REALIZADO EM 03/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2015NE-00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B00885 A 889-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
466	61/2015	abr/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA	244282015	17/05/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAIS Nº. 448,453,462,466 REALIZADO DIA 14/07/2016. NOTA DE EMPENHO 2016NE00632-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01182/1183-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIAertura
038 e 039	mai/16	mai/16	ZAQUEU e CIA LTDA		12/06/2016	aguardando abertura
430	124/2015	mai/16	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	06/06/2016	PAGAMENTO DA NF 430 REALIZADO EM 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00666-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01020/1021-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/. R\$ 425,00
472	61/2015	mai/16	W.B RIPARDO & CIA LTDA	244282015	09/06/2016	PAGAMENTO NF 479 REALIZADO NO DIA 20/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE-00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01237,-1238-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA
317	jun/16	jun/16	A DOS SANTOS CUNHA-ME	275532015	10/06/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº. 317 REALIZADO DIA 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE-00009-FERJ. ORDENS BANCÁRIAS 20160B01022,-1023-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.
59966 a 59979; 60041; 60043	52/2015	MAIO/16	A DOS SANTOS CUNHA-ME	394677	24742015	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº. 317 REALIZADO DIA 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE-00009-FERJ. ORDENS BANCÁRIAS 20160B01022,-1023-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

59980, 59982 a 59995	10/2012	MAIO/16	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	394688	74462012	PAGAMENTO REALIZADO EM 24/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01066 A 1070-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
59996 a 60038 e 60047	68/12	MAIO	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	394699	208092012	PAGAMENTO DAS NFS Nº 59996 A 60047 REALIZADO EM 22/06/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00007-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01166-FERJ. DISPONÍVEL NA
129 - foi substituída pela 130	ct 04/16	01/05/2016	JAKELINE D. PEREIRA - ME (LOTE 1)	395943	271852016	PAGAMENTO DAS NFS130 REALIZADO EM 12/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01029 A 1033-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA:
142	124/2015	01/06/2016	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	399990	23212016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 142 REALIZADO DIA 19/07/2016. NOTA DE EMPENHO 2015NE-00666-FERJ,ORDEM BANCÁRIA 20160B01219,-1220-FERJ. DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
479	61/2015	01/06/2016	W.B RIPARDO & CIA LTDA	400346	244282015	PAGAMENTO NF 479 REALIZADO NO DIA 20/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE-00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01237,-1238-FERJ. DISPONIVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
60793 a 60807	10/2012	01/06/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	15/06/2016	PAGAMENTO DAS NFS 60793 A 60807 DE JUNHO/2016 REALIZADO EM 19/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001199 A 1203-FERJ.
6077 a 60792	52/2015	01/06/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	400772	15/06/2016	PAGAMENTO NF'S 60777 A 60792 REALIZADO NO DIA 20/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº. 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA 20160B01227,1228,1229,1230-FERJ. DISPONIVEL
60966, 60990, 60992 a 60997, 60999 a 61009, 61011, 6120668/2012	68/2012	01/06/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	400777	15/06/2016	PAGAMENTO DAS NFS 60966 A 60990, 60992 A 60997, 60999 A 61009, 61011 E 61206 DO MÊS DE JUNHO/2016 REALIZADO EM 22/07/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00237-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01245 A 1249-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
485	61/2015	01/07/2016	W.B RIPARDO & CIA LTDA	406038	10/03/2016	PAGAMENTO DA NF 485 REALIZADO EM 18/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01393/1394-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
22371 e 22338	96/2015	01/07/2016	CAPACHOS e CAPACHOS IMOPRTAÇÕES	405213	03/08/2016	PAGAMENTO DAS NFS 22371 E 22338 REALIZADO EM 11/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-02197-TJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B02912-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
145	124/2015	01/07/2016	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	23212016	11/08/2016	PAGAMENTO DA NF 145 REALIZADO EM 26/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00666-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001462/1463-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
62097 a 62112	52/2015	01/07/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	15/07/2016	PAGAMENTO DAS NFS 62097 A 62112 DE JULHO/2016 REALIZADO EM 23/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001437 A 1440-FERJ.
62113 a 62126, 62128	10/2012	01/07/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	15/07/2016	PAGAMENTO DAS NFS 62113 A 62128 DE JULHO/2016 REALIZADO EM 23/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001441 A 1445-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
489	ct 10/16	01/07/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	374082016	23/08/16	PAGAMENTO DA NF 489 REALIZADO EM 26/08/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00112-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B001460/1461-FERJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA:

11474	19/2016	01/07/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A - PLACA ADETECH	389952016	29/08/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 11474, REALIZADO EM 13/09/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00575-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01555,1556,1557.DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
146	124/15	01/08/2016	F. M. B. SABOIA - TRANSAGUA	23212016	13/09/2016	PAGAMENTO NF 146 REALIZADO EM 16/09/2016. NOTA DE EMPENHO E ORDEM BANCÁRIA DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/ NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00666-FERJ. ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01578,1579.
Nº. 63565, 63566, 63567, 63568, 63569, 63570, 63571, 63572, 63573, 63574, 63575, 63576, 63577, 63578, 63579, 63581 E 63582.	10/2012	01/08/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	14/09/2016	PAGAMENTO DAS NFS 63565 A 63579/63581/63582 DE AGOSTO/2016 REALIZADO EM 22/09/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº
63600 a 63643; 63645	68/12	01/08/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	14/09/2016	PAGAMENTO DAS NFS 63600 A 63643 E 63645 REALIZADO EM 21/09/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00465-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01615 A 1619-FERJ.
63583 a 63599	52/2015	01/08/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	14/09/2016	PAGAMENTO DAS NFS 63583 A 63599 DE AGOSTO/2016 REALIZADO EM 22/09/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº
22340	96/2015	01/08/2016	CAPACHOS E CAPACHOS IMP. E COM LTDA	50042015	23/09/2016	PAGAMENTO DA NF 22340 REALIZADO EM 04/10/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-02197-TJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B03740-TJ. DISPONÍVEL NA PÁGINA: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
11676	32/2013	01/08/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	28/09/2016	Em 14/10/2016 - CC - Com memória do cálculo
149	61/2015	01/09/2016	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	244282015	06/10/2016	Em 13/10/2016 - Decisão GP 65452016 - pendente de assinatura
498	ct 10/16	01/09/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	374082016	06/10/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 498, REALIZADO EM 13/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00112-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B0001782,1783, DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/
11871	32/2013	01/09/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	25/11/2016	Aguardando abertura
65077 A 65105/65108 A 65112/65114 A 65124	68/2012	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	11/10/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.65077 A 65105,65108 A 61524-SET/16 REALIZADO EM 26/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0465-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01867 A 1871. DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
65040 A 65046/65052 A 65054/65056 A 65058/ 65060/ 65125/ 65179	52/2015	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	11/10/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.65040 A 65060,65125,65179 REALIZADO EM 26/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE-00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01863 A 1866. DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
65061 A 65065/65067 A 65076/65178	10/12	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	418064	11/10/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.65061 A 65065,65067 A 65076,65178 REALIZADO EM 26/10/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 20160B01872 A 1876. DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.

501	ct 10/16	01/10/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	374082016	04/11/2016	PAGAMENTO REALIZADO EM 17/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0112-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB01991,1992.DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
504	ct 61/15	01/09/2016	W. B. RIPARDO & CIA LTDA (INSTALAÇÃO)	244282015	09/11/2016	PAGAMENTO NF 504 REALIZADO EM 25/11/2016. NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00187-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB02025-2026-FERJ. ORDEM BANCÁRIA DISPONÍVEL EM: WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS.
66442 a 66457/66505	10/12	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	74462012	16/11/2016	PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS N.66442 A 66457 E 66505 REALIZADO EM 22/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE0111-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº
66458 a 66502	68/12	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	208092012	16/11/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 66458 A 66502(OUT/16), REALIZADO EM 29/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 465-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB02093-2101, DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
66425 a 66438/66440 e 66441/66504	52/15	01/09/2016	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA	24742015	21/11/2016	PAGAMENTO DA NOTA FISCAL N.66425 A 66438/66440/66441/66504. REALIZADO EM 30/11/2016, CONFORME NOTA DE EMPENHO Nº 2016NE00133-FERJ E ORDEM BANCÁRIA Nº 2016OB02118-2125.DISPONIVEIS EM WWW.TJMA.JUS.BR/FINANCAS/.
12074	32/2013	01/09/2016	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	239772012	25/11/2016	Aguardando abertura
154	75/2016	01/11/2016	TRANSAGUA-F.M.B-SABOIA	274202016	06/12/16	Aguardando abertura

RESUMO NOVEMBRO/15		
CONTRATO 10	118	237.050,35
CONTRATO 68	334	844.589,35
CONTRATO 52	420	714.734,19
TOTAL	872	1.796.373,89

RESUMO DEZEMBRO/15		
CONTRATO 10	100	202.050,62
CONTRATO 68	187	344.493,25
CONTRATO 52	339	685.835,78
TOTAL	626	1.232.379,65

RESUMO JANEIRO/16		
CONTRATO 10	100	202.050,62
CONTRATO 68	336	680.425,31
CONTRATO 52	162	339.758,50
TOTAL	598	1.222.234,43

RESUMO FEVEREIRO/16		
CONTRATO 10	100	202.050,62
CONTRATO 68	336	680.426,490
CONTRATO 52	162	338.080,860
TOTAL	598	1.220.557,970

RESUMO MARÇO/16		
CONTRATO 10	99	199.899,27
CONTRATO 68	336	679.631,59
CONTRATO 52	159	335.775,41
TOTAL	594	1.215.306,27

RESUMO ABRIL/16		
CONTRATO 10	104	209.329,22
CONTRATO 68	331	670.201,64
CONTRATO 52	159	334.084,95
TOTAL	594	1.213.615,81

RESUMO MAIO/16		
CONTRATO 10	100	202.129,30
CONTRATO 68	321	656.218,69
CONTRATO 52	160	339.560,31
TOTAL	581	1.197.908,30

RESUMO JUN/16		
CONTRATO 10	99	199.639,60
CONTRATO 68	319	646.502,91
CONTRATO 52	160	348.904,13
TOTAL	578	1.195.046,64

RESUMO JUL/16		
CONTRATO 10	99	199235,87
CONTRATO 68	317	646502,91
CONTRATO 52	173	365441,83
TOTAL	589	1.211.180,61

RESUMO AGO/16		
CONTRATO 10	99	200850,81
CONTRATO 68	303	619747,67
CONTRATO 52	191	405671,05
TOTAL	593	1.226.269,53

RESUMO SET/16		
CONTRATO 10	98	198899,43
CONTRATO 68	302	612725,23
CONTRATO 52	191	402780,16
TOTAL	591	1.214.404,82

RESUMO OUT/16		
CONTRATO 10	89	194456,45
CONTRATO 68	285	612148,13
CONTRATO 52	178	403686,59
TOTAL	552	1.210.291,17

RELATÓRIO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS

Os funcionários terceirizados somam 552 (quinhentos e cinquenta e dois) colaboradores distribuídos em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Importante ressaltar que foi iniciado no início desta gestão um processo recadastramento

pela Diretoria Administrativa a fim de realizar uma readequação da mão de obra e identificar todos os postos de trabalho, assim como realocar funcionários de unidades com demanda inferior para unidades com carência de terceirizado visando reduzir custos e otimizar os resultados.

CARGOS	CONTRATO 68/2012	CONTRATO 10/2012	CONTRATO 52/2015
Auxiliar de Serviços Gerais	232	72	153
Ascensorista	9	12	5
Encarregado	9	1	3
Copeiro	12	2	5
Técnico de som	5	0	1
Jardineiro	1	2	
Carregador	11	0	1
Empacotador	1		
Operador de maquina	5		10
TOTAL POR CONTRATO	285	89	178

AÇÕES REALIZADAS

No início desta Gestão também foram realizadas as ações no sentido de minimizar os efeitos da ação do mosquito da dengue e outras pragas neste Tribunal:

- Realizada dedetização na área do jardim e ao redor do prédio sede;
- Evacuação da água que fica acumulada nas canaletas que escoam no jardim;
- Retirada de materiais (lonas, baldes...) que possam acumular água na lateral do prédio, assim como a limpeza diária do local;
- Colocação de tampa nas caixas de água do prédio;
- No jardim, eliminou-se qualquer possibilidade de água acumulada, como retirada de plantas aquáticas e, a limpeza da área é feita diariamente;
- Como medida de economia de gastos e eliminação de criadouro do mosquito, a fonte do jardim foi

esvaziada e tomada as providências para sua lavagem;

- Identificação e reparo dos drenos dos ares condicionados para que estes escoem diretamente nas caixas de passagem.

- Foi enviado ofício à Secretaria de Saúde Municipal para que realize aplicação de fumacê nas áreas do Centro Histórico.

Foram também realizados, durante o mês de maio e junho deste ano a 1 (primeira) aplicação de produtos de dedetização nas Comarcas do interior, e no mês de setembro, outubro e novembro a 2 (segunda) aplicação, conforme a planilha abaixo. A 3 (terceira) aplicação será realizada após 120 (cento e vinte) dias, nos termos do contrato:

Empresa Zacheu & Cia		
LOTE 02- CHAPADINHA		
PROCESSO	PROCESSO	PRÉDIO
190562016	190562016	Comarca de Araióses
195702016	195702016	Comarca de Barreirinhas
192872016	192872016	Comarca de Brejo (Fórum e Alojamento)
189942016	189942016	Comarca de Buriti
		Comarca de Cantanhêde
196092016	196092016	Comarca de Chapadinha
194152016	194152016	Comarca de Coroatá
189932016	189932016	Comarca de Humberto de Campos
189922016	189922016	Comarca de Icatu
192442016	192442016	Comarca de Itapecuru-Mirim
195502016	195502016	Comarca de Magalhães de Almeida
190512016	190512016	Comarca de Morros
189892016	189892016	Comarca de Rosário
190552016	190552016	Comarca de Santa Quitéria
191722016	191722016	Comarca de Santa Rita
144382016	144382016	Comarca de São Bernardo
191002016	191002016	Comarca de São Mateus
192032016	192032016	Comarca de Timbiras
191732016	191732016	Comarca de Tutóia

190022016	190022016	Comarca de Urbano Santos (Fórum e Alojamento)
189872016	189872016	Comarca de Vargem Grande

LOTE 03- PINHEIRO		
PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
226722016	VARA ÚNICA	Comarca de Alcântara
195512016	VARA ÚNICA	Comarca de Arari
202822016	VARA ÚNICA	Comarca de Bacuri
202992016	VARA ÚNICA	Comarca de Bequimão
203112016	VARA ÚNICA	Comarca de Cândido Mendes
190842016	VARA ÚNICA	Comarca de Carutapera
194052016	VARA ÚNICA	Comarca de Cedral
195492016	VARA ÚNICA	Comarca de Cururupu
191762016	VARA ÚNICA	Comarca de Governador Nunes Freire
197112016	VARA ÚNICA	Comarca de Guimarães
202802016	VARA ÚNICA	Comarca de Maracaçumé
190522016	VARA ÚNICA	Comarca de Matinha (Fórum e Alojamento)
195802016	VARA ÚNICA	Comarca de Mirinzal
192042016	VARA ÚNICA	Comarca de Olinda Nova do Maranhão (Fórum e Alojamento)
190542016	VARA ÚNICA	Comarca de Penalva
190872016	2ª VARA	Comarca de Pinheiro
202782016	1ª VARA	Comarca de Santa Helena
190532016	1ª VARA	Comarca de Santa Luzia do Paruá
193072016	VARA ÚNICA	Comarca de São Bento
194102016	VARA ÚNICA	Comarca de São João Batista
192062016	VARA ÚNICA	Comarca de São Vicente Férrer
190502016	VARA ÚNICA	Comarca de Turiaçu (Fórum e Alojamento)
228872016	1ª VARA	Comarca de Viana
208902016	VARA ÚNICA	Comarca de Vitória do Mearim

LOTE 04 - SANTA INÊS – Empresa Jakeline D.		
PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
199922016	Diretoria do Fórum de Santa Inês	Comarca de SANTA INÊS
215052016	Vara Única de Anajatuba	Comarca de Anajatuba

215352016	Vara Única de Bom Jardim	Comarca de Bom Jardim
2121802016	Diretoria do Fórum de Bacabal	Comarca de BACABAL
218662016	Vara Única de Buriticupu	Comarca de Buriticupu
232532016	Vara Unida de Esperantinópolis	Comarca de Esperantinópolis
224922016	Vara Única Igarapé Grande	Comarca de Igarapé Grande
214542016	2ª Vara de Lago da Pedra	Comarca de Lago da Pedra
215092016	Vara Única de Monção	Comarca de Monção
202442016	Vara Única de Olho D'água das Cunhas	Comarca de Olho D'água das Cunhas
215982016	Vara Única de Paulo Ramos	Comarca de Paulo Ramos
214502016	Diretoria do Fórum de Pedreiras	Comarca de Pedreiras
202402016	Vara Única de Pindaré-Mirim	Comarca de Pindaré-Mirim
199962016	Vara Única de Pio XII	Comarca de Pio XII
224922016	Vara Única de Igarapé	Comarca de Poção de Pedras
215542016	2ª Vara de Santa Luzia	Comarca de Santa Luzia (do Tide)
		Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão
228262016	1ª Vara de Vitorino Freire	Comarca de Vitorino Freire
214362016	2ª Vara de Ze Doca	Comarca de Zé Doca

LOTE 05 – CAXIAS – Empresa A dos Santos Cunha

PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
189902016	DIRETORIA DO FÓRUM	Comarca de CAXIAS
191782016	VARA ÚNICA	Comarca de Buriti Bravo
20658/2016	1ª VARA	Comarca de Barra do Corda
192152016	VARA ÚNICA	Comarca de Barão de Grajaú
152532016	VARA ÚNICA	Comarca de Codó
189952016	1ª VARA	Comarca de Coelho Neto

146692016	VARA ÚNICA	Comarca de Colinas
190642016	VARA ÚNICA	Comarca de Dom Pedro
197132016	VARA ÚNICA	Comarca de Governador Eugênio de Barros
190012016	VARA ÚNICA	Comarca de Joselândia
195642016	VARA ÚNICA	Comarca de Matões
	VARA ÚNICA	Comarca de Mirador
208952016	VARA ÚNICA	Comarca de Parnarama
194212016	VARA ÚNICA	Comarca de Paraibano
207202016	VARA ÚNICA	Comarca de Passagem Franca
191802016	VARA ÚNICA	Comarca de Presidente Dutra
189992016	VARA ÚNICA	Comarca de Santo Antônio dos Lopes
	VARA ÚNICA	Comarca de São Domingos do Maranhão
192092016	VARA ÚNICA	Comarca de São Francisco do Maranhão
190892016	VARA ÚNICA	Comarca de São João dos Patos
205842016	VARA ÚNICA	Comarca de Sucupira do Norte
149672016	VARA ÚNICA	Comarca de Timon
195632016	1ª VARA	Comarca de Tuntum
LOTE 06 - IMPERATRIZ		
PROCESSO	SETOR	PRÉDIO
189962016	VARA ÚNICA	Comarca de IMPERATRIZ (fórum e juizados)
189862016	VARA ÚNICA	Comarca de Açailândia (fórum e juizado)
198052016	VARA ÚNICA	Comarca de Amarante do Maranhão
189972016	VARA ÚNICA	Comarca de Arame
191742016	2ª VARA	Comarca de Estreito
192152016	1ª VARA	Comarca de Grajaú
191692016	VARA ÚNICA	Comarca de Itinga
189982016	VARA ÚNICA	Comarca de João Lisboa
190002016	VARA ÚNICA	Comarca de Montes Altos
	VARA ÚNICA	Comarca de Porto Franco
202452016	VARA ÚNICA	Comarca de São Pedro da Água Branca
190622016	VARA ÚNICA	Comarca de Senador La Roque
LOTE 07 - BALSAS		
PROCESSO	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	PRÉDIO
196002016	VARA ÚNICA	Comarca de BALSAS
190592016	VARA ÚNICA	Comarca de Alto Parnaíba
	VARA ÚNICA	Comarca de Carolina
	VARA ÚNICA	Comarca de Loreto

152522016	VARA ÚNICA	Comarca de Pastos Bons
195912016	VARA ÚNICA	Comarca de Riachão
190612016	VARA ÚNICA	Comarca de São Domingos do Azeitão
199932016	VARA ÚNICA	Comarca de São Raimundo das Mangabeiras
196012016		Comarca de Tasso Fragoso
202452016	VARA ÚNICA	Comarca de São Pedro da Água Branca
190622016	VARA ÚNICA	Comarca de Senador La Roque

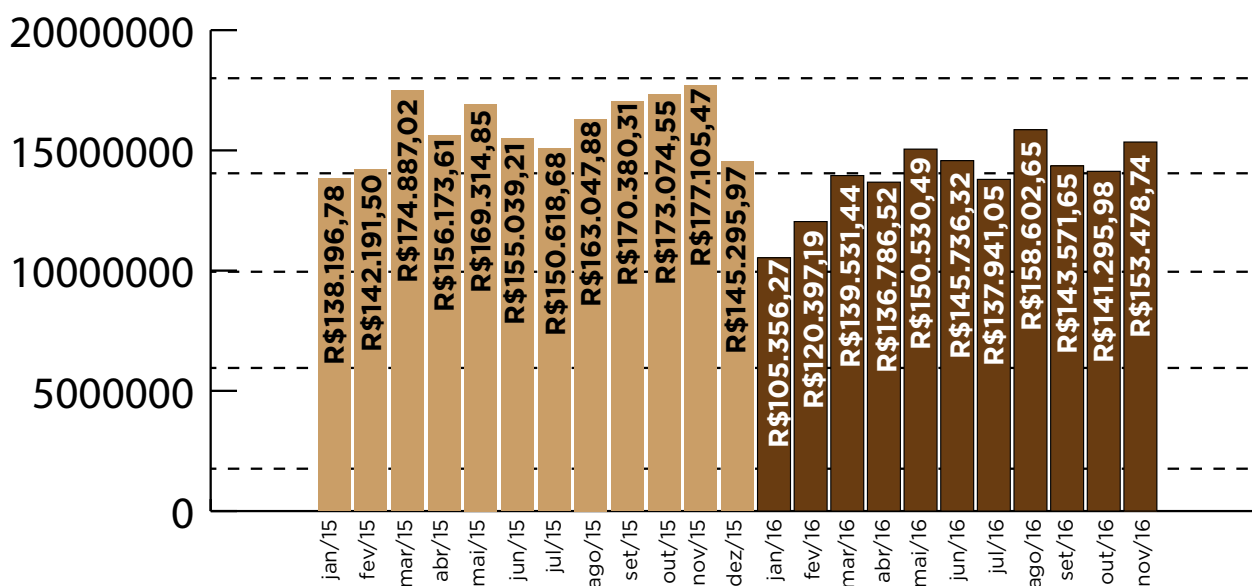
2.1 TRANSPORTE

A Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículo CT nº. 67/2014 o Contrato de Terceirização de Motoristas CT nº. 108/2013, e CT. nº. 34/2015 Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos. Todos estes contratos se encontram em regular vigência.

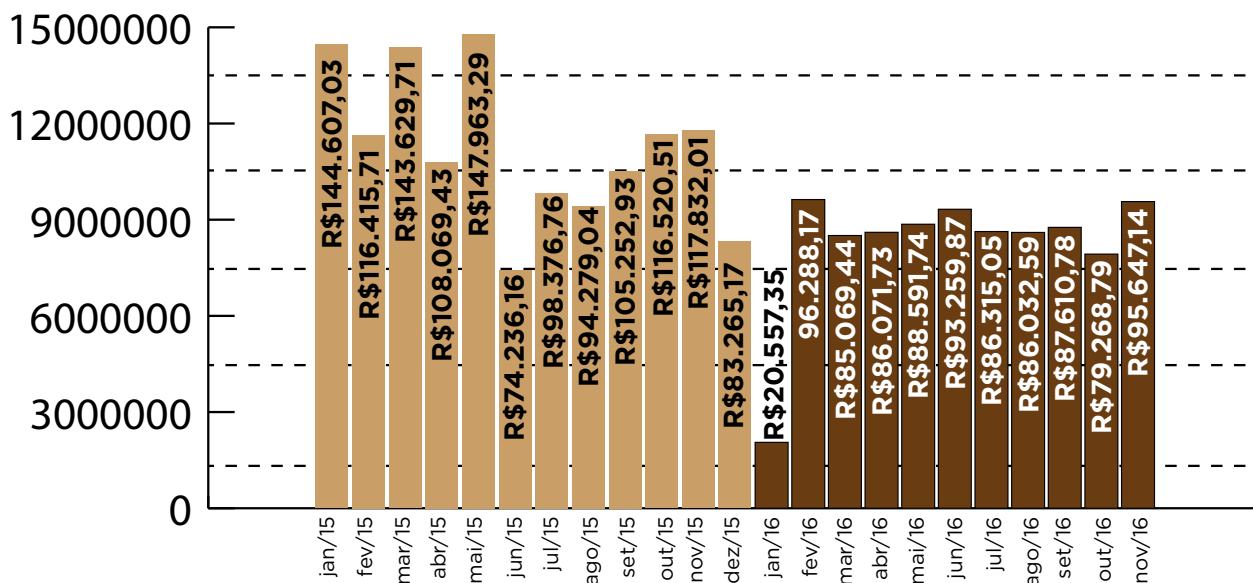
Divisão de Transportes tem realizado rigoroso acompanhamento das despesas com abastecimento e manutenção, como se pode averiguar pela tabela

e gráficos abaixo que comparam as despesas de 2015 e 2016 as quais demonstram uma drástica redução nestas despesas mesmo em tempo de inflação alta que contribuirão para o aumento no preço dos combustíveis e serviços de manutenção de veículos, ainda assim obteve-se redução nos gastos para com estas despesas resultando em uma economia de janeiro a novembro de na montante de **R\$ 599.271,34**

COMPARATIVO ABASTECIMENTO 2015/2016



COMPARATIVO CONSUMO MANUTENÇÃO 2015/2016



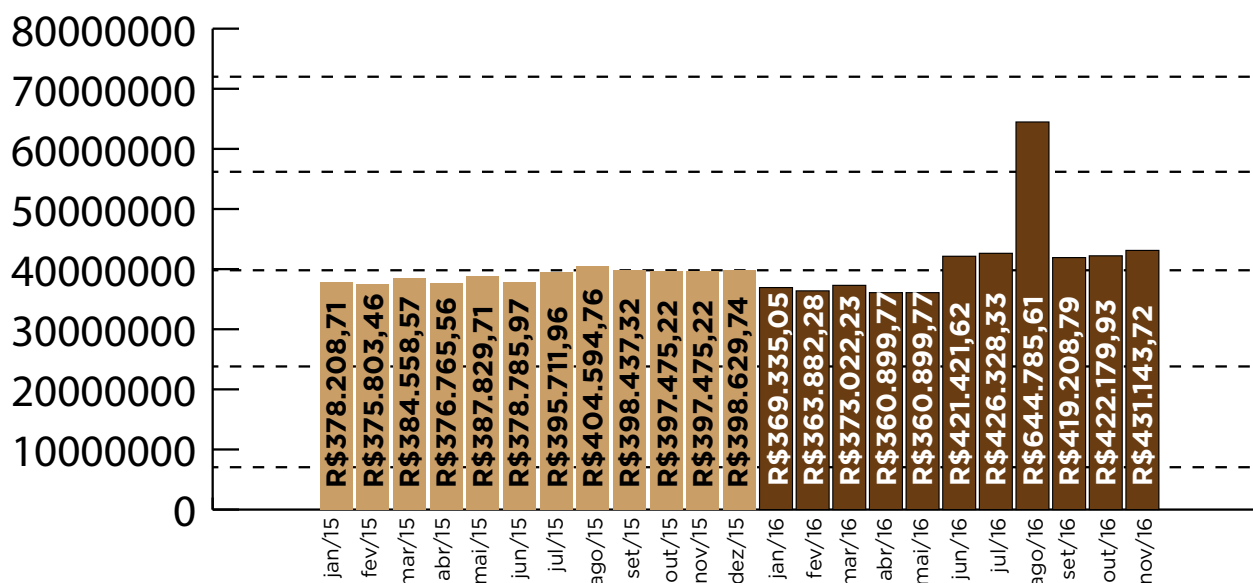
Em se tratando de mão obra terceirizada o Tribunal de Justiça do Maranhão celebra com a empresa Atlântica Serviços Gerais Ltda. Contrato de prestação de serviços nº. 109/2013 que tem como objeto a contratação de mão de obra terceirizada de motoristas e motoboy para a condução de veículos pertencente à frota do Tribunal.

A contratação de mão de obra terceirizada de motorista/motoboy é de fundamental importância, uma vez que o Judiciário maranhense possui em seu quadro de servidores, reduzido número de motoristas efetivos, em relação ao quantitativo de veículos pertencentes ao Tribunal.

RELATÓRIO DE CONSUMO - MOTORISTA TERCEIRIZADOS					
Mês	Mão De Obra	Diárias	Hora Extra	Repactuação	R\$ 378.208,71
jan/15	R\$ 366.374,88	R\$ 11.833,83	R\$ 83,52		R\$ 375.803,46
fev/15	R\$ 366.374,88	R\$ 9.428,58	R\$ 574,20		R\$ 384.558,57
mar/15	R\$ 366.374,88	R\$ 18.183,69	R\$ 146,16		R\$ 376.765,56
abr/15	R\$ 366.374,88	R\$ 10.390,68	-		R\$ 387.829,71
mai/15	R\$ 366.374,88	R\$ 21.454,83	-		R\$ 378.785,97
jun/15	R\$ 366.374,88	R\$ 12.411,09	R\$ 584,64	R\$ 69.538,98	R\$ 395.711,96
jul/15	R\$ 376.309,02	R\$ 19.402,94	-		R\$ 404.594,76
ago/15	R\$ 376.309,02	R\$ 28.285,74	-		R\$ 398.437,32
set/15	R\$ 376.309,02	R\$ 22.128,30	R\$ 468,64		R\$ 397.475,22
out/15	R\$ 376.309,02	R\$ 21.166,20	-		R\$ 397.475,22
nov/15	R\$ 376.309,02	R\$ 21.166,20	-		R\$ 398.629,74
dez/15	R\$ 376.309,02	R\$ 22.320,72	R\$ 234,28		R\$ 369.335,09
jan/16	R\$ 368.950,25	R\$ 384,84	-		R\$ 363.882,28

fev/16	R\$ 360.899,77	R\$ 2.982,51	-		R\$ 373.022,23
mar/16	R\$ 360.899,77	R\$ 12.122,46	-		R\$ 360.899,77
abr/16	R\$ 360.899,77	R\$ -			R\$ 360.899,77
mai/16	R\$ 360.899,77	R\$ -			R\$ 421.421,62
jun/16	R\$ 408.048,43	R\$ 13.373,19			R\$ 426.328,33
jul/16	R\$ 408.048,43	R\$ 18.279,90			R\$ 644.785,61
ago/16	R\$ 408.048,43	R\$ 18.472,32		R\$ 218.264,86	R\$ 419.208,79
set/16	R\$ 408.048,43	R\$ 11.160,36			R\$ 422.179,93
out/16	R\$ 408.048,43	R\$ 14.131,50			R\$ 431.143,72
nov/16	R\$ 408.048,43	R\$ 22.944,19	151,1		

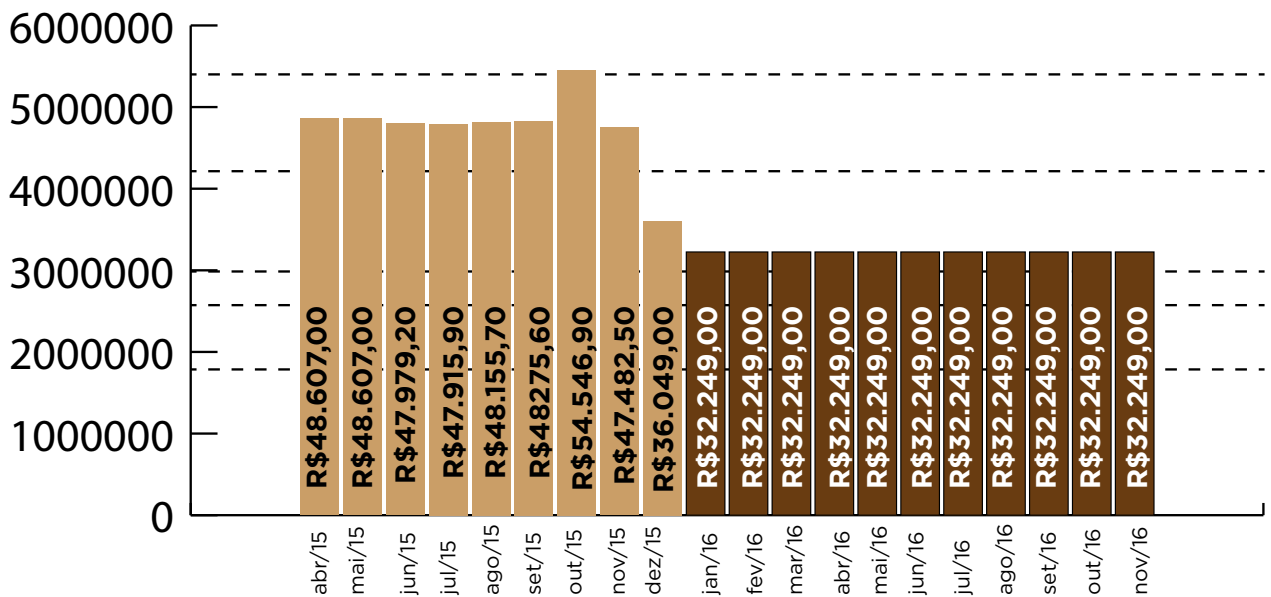
EVOLUÇÃO DA DESPESA COM MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA



A locação de veículos proporciona significativa economia obtida com a ausência de despesas com manutenção e contratação de seguros para os veículos, visto que tais encargos ficam sob a responsabilidade da empresa contratada. Além de propiciar a renovação constante da frota de veículos.

No tocante ao Contrato 34/2015 celebrado com a empresa Marajó Veículos Ltda, este se encontra em sua regular vigência, destacando-se que mesmo havendo previsão para contratação de locação eventual de veículo, neste ano optou-se por não utilizar tais recursos o que proporcionou uma economia na monta de **R\$ 133.577,80**.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS



ATEDIMENTOS

O Sistema Frotas controla a utilização de veículos no âmbito da Justiça de 1º e 2º Graus. Todas as solicitações, andamento, rotas e finalizações são controladas através do sistema informatizado.

- Solicitações: **4.965**
- Aprovadas: **4.188**
- Avaliadas: **4.162**
- Ótimo: **3.828**
- Bom: **328**
- Insatisfeito/ péssimo: **0**

A Divisão de Transportes possui ligados ao setor atualmente 25 servidores efetivos, dos quais 01 servidor administrativo Técnico Judiciário, 02 servidores administrativos Auxiliares judiciários, 01 Auxiliar Judiciários Agentes de Segurança, e 21 Auxiliares Judiciários motoristas. Possuímos mais ainda 12 motoristas terceirizados. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente como uma frota de 170 todos em efetiva utilização, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º graus.

4. COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenadoria de Licitações (pregoeiros e divisão) obteve uma economia relativa para os cofres do Poder Judiciário na ordem de R\$ 25.819.662,92; economia essa que se consolida em cerca de 25% na celebração dos contratos e à medida que os fluxos processuais forem se consolidando e as empresas se habituando com as rotinas de operação dos pregões eletrônicos.

LICITAÇÕES REALIZADAS ATÉ 26/11/2014				
Modalidade	Quantidade	Valor estimado total	Valor Adjudicado	Economia na licitação
Pregão Eletrônico	104	R\$ 88.224.773,49	R\$ 62.405.110,57	36,70%
Pregão Presencial	5			
Concorrência	5			
Credenciamento	1			

PROCESSOS DISTRIBUIDOS	
Pregão Eletrônico	105
Pregão Presencial	5
Concorrência	5
TOTAL	115
PREGOEIROS	4
MÉDIA P/ PREGOEIRO	29

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS ATÉ 30/11/2016	
Fornecimento	113
Prestação de Serviços	51
Locação de Imóveis	10
Aditivos Contratuais	93
Termo de Cooperação Técnica	18
Convênios	02
ARP	139
Adesões a ATAS	09
Contratação por NE e outros termos Administrativos	241
TOTAL	676

COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIOS ANTERIORES

MODALIDADE	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pregão Eletrônico	43	61	76	33	39	104
Pregão Presencial	8	9	13	6	9	5
Concorrência	26	3	7	11	3	5
Credenciamento	0	0	0	0	0	1
Total	77	73	96	50	51	115

Como se percebe houve um aumento considerável na quantidade de licitações no exercício 2016; isso se deve ao fato de que muitos contratos existentes eram oriundos de adesões a atas de registro de preços de outros órgãos ou da

realização de dispensas de licitação. Entre os anos de 2015 e 2016 perceberemos que o aumento da demanda foi de aproximadamente 225%, ou seja, mais que o dobro.

EVOLUÇÃO DA DEMANDA						
PROCESSOS DISTRIBUIDOS						
Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pregão Eletrônico	43	61	76	33	39	105
Pregão Presencial	8	9	13	6	9	5
Concorrência	26	3	7	11	3	5
TOTAL	77	73	96	50	51	115
PREGOEIROS	5	7	7	6	6	4
MÉDIA P/ PREGOEIRO	15	10	14	8	9	29

Outro diferencial na atual gestão foi o aumento súbito da demanda de processo. A relação processo/ pregoeiro passou de 09 para 29, um aumento de 322%. Assim, foi necessário estabelecer prioridades no atendimento o que, de certa forma, causou a demora no atendimento de alguns processos.

Mesmo assim, a equipe concluiu todos as licitações autorizadas até outubro de 2016 e, ainda, ultimou 12 (doze) certames cujos processos tramitavam desde 2015; com destaque para

videomonitoramento e controle de acesso. Além destes, outras 3 (três) licitações que tramitavam desde 2014 (locação do espaço para exploração de serviços de lanchonete, restaurante e cafeteria do Fórum da Capital, Data Center e Construção do Fórum de Vitorino Freire). Esta última, em caráter de urgência, foi concluída em apenas 54 (cinquenta e quatro) dias após a autorização, em média uma licitação dessa natureza duraria 180 dias.

HISTÓRICO DAS CONTRATAÇÕES 2012-2016				
EXERCÍCIO	2012	2013	2014/2015	2016
Fornecimento	117	83	136	113
Prestação de Serviços	52	46	82	51
Locação de Imóveis	14	14	17	10
Aditivos Contratuais	115	78	107	93
Termo Coop Técnica	10	1	11	18
Convênios	76	1	06	02
Adesões a ATAS	-	-	-	09
Outros termos Administrativos	-	-	-	24
Contratos por Empenho	-	-	-	217
ARP	117	4	129	139
TOTAL	501	227	488	676

O volume de contratações também aumentou no ano de 2016. Notadamente na celebração de termos de cooperação técnica e na contratação por empenhos, conforme § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93. Todos os dados acima podem ser consultados no Portal da Transparência do Poder Judiciário Estadual.

VALORES AGREGADOS NAS LICITAÇÕES: SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE E PREÇOS COMPATÍVEIS COM O MERCADO LOCAL

Os governos e as melhores gestões públicas têm buscado a concretização de uma “COMPRA RESPONSÁVEL”, qual seja: aquela que agrega valores que vão além da economicidade como por exemplo a sustentabilidade, a qualidade, a efetividade, a adequação, entre outros. Na gestão de 2016 o Tribunal de Justiça do Maranhão teve a oportunidade de realizar grandes avanços nesses segmentos.

Para exemplificar, o Tribunal adquiriu, pela primeira vez, canetas esferográficas de qualidade superior e com notória economicidade - CANETAS BIC CRISTAL – R\$ 0,39 (trinta e nove centavos) a unidade. Como é cediço em qualquer loja do ramo essa caneta é vendida por no mínimo R\$ 0,80 (oitenta centavos). Uma economia superior a 100%.

O Tribunal investiu na aquisição de condicionadores de ar com tecnologia de ponta que permitem a redução do consumo de energia em até 50% e utilizam gás biodegradável, inofensivo à camada de ozônio. Trata-se dos novos ares-condicionados com tecnologia inverter, que irão, gradativamente, substituir os antigos condicionadores de ar; menos eficientes e poluidores do meio ambiente.

Ainda, em termos de economicidade e qualidade, soltam aos olhos a aquisição de papéis tipo A4 da marca REPORT a um preço de R\$ 13,00 (treze reais) resma. Atualmente, na maioria dos supermercados da capital, não se compra este papel por menos de R\$ 18,00 (dezoito reais) resma.

Além dessas aquisições é necessário consignar que alguns materiais de expediente e de subsistência não existiam em estoque no início da gestão, em janeiro de 2016, ou seja, não havia fornecimento de papel, café, açúcar, capas de processos, produtos de limpeza, etc.

Na nova gestão todos os problemas de fornecimento foram resolvidos, não havendo que se falar hoje em falta de material de expediente ou de produtos de subsistência.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

No segmento prestação de serviços houve uma significativa redução de preços dos contratos novos, como por exemplo, o contrato de publicação de avisos de licitação onde o valor anterior de R\$ 81,00 cm/coluna passou a ser de R\$ 21,00 cm/coluna. Uma economia para o Poder Judiciário na ordem de 381% a cada publicação.

O novo contrato de emissão de Passagens Aéreas também teve uma redução significativa. Fizemos uma média do uso e dos custos desses serviços e notamos que a média dos valores referentes ao contrato anterior era de 52.376,00 (cinquenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais) mensais, enquanto que o novo contrato passou a ser R\$ 49.081,00 (quarenta e nove mil e oitenta e um reais).

Além de reduzir custos, esta gestão teve ainda a oportunidade obter recursos para investimentos na formação e capacitação dos seus magistrados e servidores. Foi o caso do processo licitatório para seleção de empresa para realização do Concurso de Notários do Maranhão – 2016, em que parte do valor arrecadado com as inscrições foi revestida para a Escola da Magistratura do Maranhão – ESMAM. Aproximadamente R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) devem ser repassados para ESMAM após a conclusão de todas as fases do concurso.

Cabe lembrar, ainda, que no início da gestão havia uma determinação do CNJ para que o concurso fosse realizado no prazo máximo de 60 dias. A seleção foi realizada e atualmente o concurso prossegue sem problemas, apesar da tentativa de o suspenderem perante o CNJ alegando vício na contratação, o que foi afastado pelo colendo Tribunal após verificar a legalidade e regularidade do certame.

Em 2016 a Administração investiu na capacitação dos servidores que trabalham diretamente na realização dos contratos e na fiscalização dos serviços. Há muito tempo os Pregoeiros reivindicavam a participação em cursos de relevância na área de licitações e contratos. Este ano todos os pedidos foram atendidos, somando-se mais de 380h de cursos e a capacitação de 212 servidores.

Por fim, a atual coordenadoria reativou os serviços de publicação das licitações no site do TJMA, que não vinha sendo cumprida desde 2013. Exigência da lei 10.520/02, da lei 8.666/93, e da Lei de Acesso à Informação.

5. DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente a Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspondências destinadas ao Correio.

MÊS	DIGIDOC	THEMIS SG	PROCESSOS DE CORRESPONDÊNCIA PARA POSTAGEM
JAN	567	362	151
FEV	507	361	166
MAR	561	733	212
ABR	718	743	246
MAI	702	678	231
JUN	866	1012	245
JUL	558	1190	232
AGO	674	1129	257
SET	292	560	206
OUT	753	638	231
NOV	754	735	259
DEZ	400	178	93
TOTAL	7.352	8.319	2.529

Considerando o contingenciamento orçamentário-financeiro imposto pelo cenário de crise nacional, a Divisão de Protocolo e Arquivo, responsável pela fiscalização do contrato celebrado entre o Tribunal e a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, iniciou em fevereiro deste ano um trabalho de medidas restritivas e contenção de gastos com as correspondências, que resultou na economia de R\$ 331.446,87 comparando os gastos com o ano de 2015, conforme planilha abaixo:

MÊS	2015 TJ	2016 TJ	2015 CGJ	2016 CGJ	2015 TOTAL	2016 TOTAL
JAN	R\$ 68.164,02	61.772,65	316.433,26	260.366,27	384.597,24	322.138,92
FEV	R\$ 53.585,78	54.045,03	370.500,68	365.064,97	424.086,46	419.110,00
MAR	R\$ 84.615,03	94.112,29	462.050,09	337.087,82	546.665,12	431.200,11
ABR	R\$ 61.217,01	82.697,05	389.718,91	422.543,95	450.935,92	505.241,00
MAI	R\$ 72.946,75	81.456,43	476.273,62	392.785,90	549.220,37	474.242,33
JUN	R\$ 77.934,25	67.691,70	446.000,22	392.522,57	523.934,47	460.214,27
JUL	R\$ 75.552,72	92.253,85	452.309,11	405.981,60	527.861,83	498.235,45
AGO	R\$ 75.423,82	82.095,23	461.655,52	386.901,38	537.079,34	468.996,61
SET	R\$ 72.948,32	99.874,54	460.888,47	428.097,38	533.836,79	527.971,92
OUT	R\$ 85.004,78	87.983,42	479.525,13	374.542,21	564.529,91	462.525,63
NOV	R\$ 65.871,02	72.505,04	364.136,68	369.390,11	430.007,70	441.895,15
DEZ	R\$ 61.772,85	85.817,75	260.366,27	365.858,30	322.139,12	451.676,05
TOTAL	855036,35	962.304,98	4.939.857,96	4.501.142,68	5.794.894,31	5.463.447,44

DIRETORIA
Financeira

1. GABINETE DA DIRETORIA FINANCEIRA

De forma abrangente, ao longo do exercício de 2016, as atividades do Gabinete da Diretoria Financeira compreenderam: o controle de documentações exercendo a gerência de apoio à execução de atos da Administração; a preparação e encaminhamento de expedientes; a revisão de atos administrativos e normativos; a supervisão dos encaminhamentos indicados pelo Diretor; a publicidade

aos Instrumentos Normativos (vistos ao Portal das Finanças, publicação de empenhos e portarias, etc.), realização de reuniões com demais setores objetivando a programação orçamentária 2016; a emissão de cartões corporativos a titulares, em consonância com os normativos deste Tribunal e o controle dos lançamentos de créditos para uso do cartão corporativo aos titulares no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Processos e Documentos ao Gabinete da Diretoria Financeira em 2016

No exercício 2016 destaca-se a realização de: 29 (vinte e nove) aberturas de processos no setor, 7.764 processos recebidos, 13 processos arquivados e 7.766 processos encaminhados (distribuídos para demais setores com e/ou sem documentos), perfazendo tempo médio de 0,4 (zero vírgula quatro) dia ao gabinete. Ressalta-se que, os processos de maior incidência no setor foram ADIANTAMENTOS, PAGAMENTO DE FATURAS, REVISÃO DE PROVENTOS (PESSOAL), LOCAÇÃO DE IMÓVEIS e PAGAMENTO DE FORNECEDORES.

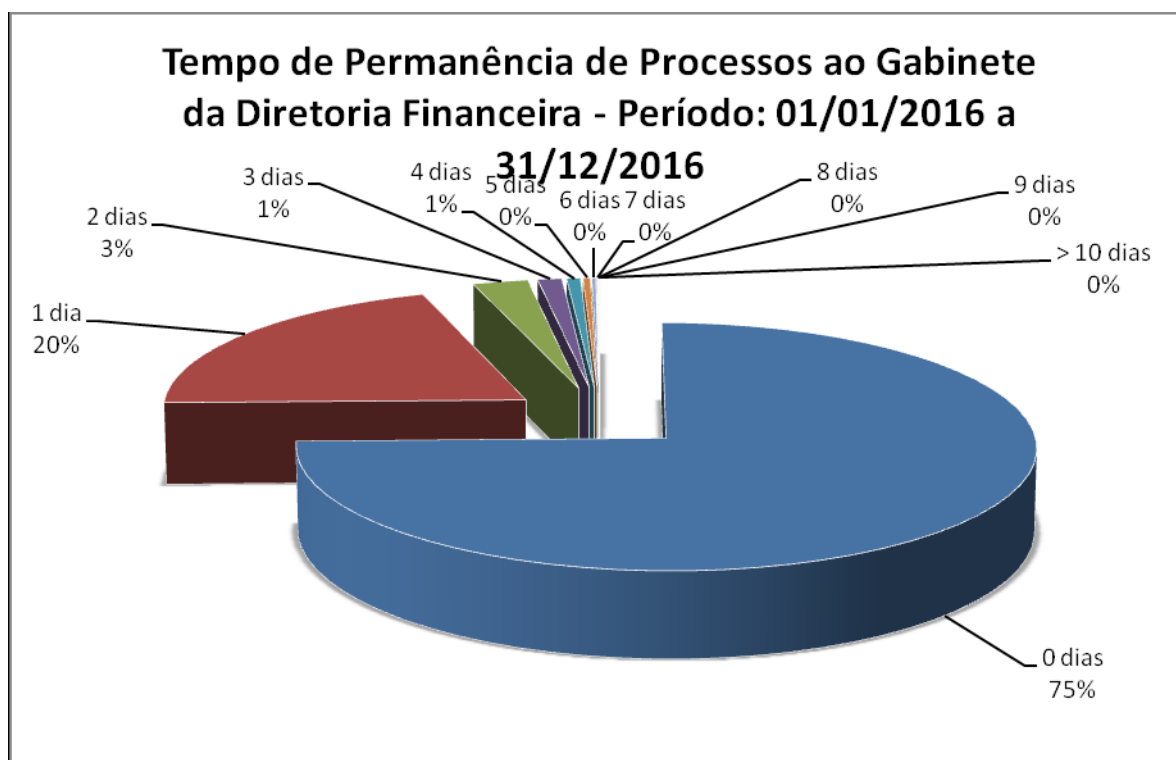


Figura 1 - Permanência de Processos no Gabinete da Diretoria Financeira. FONTE: DIGIDOC, 2016.

No quadro a seguir, apresenta-se a criação de documentos no exercício 2016 e o comparativo com o exercício 2015. Destaca-se, entretanto, que: 1) As decisões passaram todas ao Presidente, visto em 2015, na gestão anterior, o diretor financeiro recebera delegação para decisões em processos de pagamento luz, água, telefone, etc; 2) A maior parte dos despachos 2016 envolveram despacho de processos de adiantamento do cartão corporativo; e 3) O quantitativo maior de ofícios em 2015, com mais ocorrências, visto um serviço não-rotineiro, objetivando a comunicação/notificação de providências para portadores do cartão corporativo, no intuito de regularizar a situação junto ao setor.

**QUANTITATIVO
DE DOCUMENTOS
EXPEDIDOS**
01/01/2016 a
31/12/2016



1 Circular	15 Informações	5 Decisões	5 Declarações	175 Ofícios
1 Notificações	2096 Despachos	787 Portarias de Diárias	109 Memorandos	

1.2 Portarias e Pagamento de Diárias em 2016

Em 2016 deu-se a criação de 787 (setecentos e oitenta e sete) Portarias de Diárias, originando Total de Diárias Pagas no exercício de 2016 em R\$ 1.825.241,35 (hum milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e hum reais e trinta e cinco centavos).

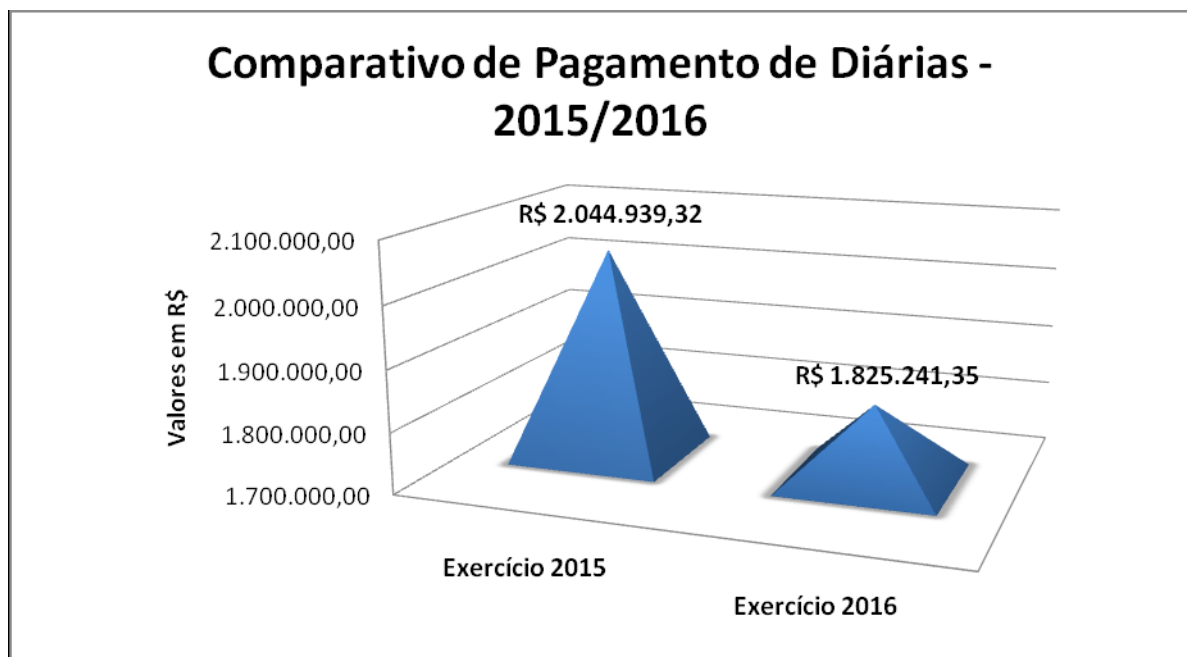


Gráfico 1 - Pagamento de Diárias 2016 (comparativo com 2015). FONTE: Relatório SCO, 2016.

1.3 Suprimento de Fundo - Emissões de Cartões Corporativos e Créditos Adiantamentos

Quanto as providências nas emissões de cartões corporativos a titulares para uso de créditos via cartão corporativo, dos quais ao final do exercício de 2016, obteve-se a seguinte apuração:

EMISSÕES DE CARTÕES CORPORATIVOS – 01/01/2016 a 31/12/2016 (Comparativo ao mesmo período em 2015)						
Quantidade por Centro de Custo	Despesas de Pronto Pagamento		Júri		Adiantamento Excepcional	
	em 2015	2016	em 2015	2016	em 2015	2016
Total	73	62	38	15	25	17

Quadro 1 - Emissões de Cartões Corporativos pela Diretoria Financeira TJMA. Fonte: SCO, 2016.

DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS - ADIANTAMENTO CARTÃO CORPORATIVO PERÍODO DE 01/01/2016 A 31/12/2016 (Incluída comparação ao mesmo período ao exercício 2015)						
Tipos	EMPENHADO (em R\$)		LIQUIDADADO (em R\$)		PAGO (em R\$)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Pronto Pagto	620.984,09	622.688,22	620.984,09	622.418,40	620.984,09	622.418,40
Júri	273.639,77	349.914,24	273.639,77	349.914,24	273.639,77	349.914,24
Excepcional	0,00	59.672,00	0,00	59.672,00	0,00	59.672,00
Totais	894.623,86	1.032.274,46	894.623,86	1.032.004,64	894.623,86	1.032.004,64

Quadro 2 - Despesas com Suprimento de Fundos (Créditos p uso do cartão). Fonte: SCO 2015/2016, SIAFEM, 2015/2016.

1.4 Participação na Elaboração de Normativos

- Resolução-GP-42016 - Dispõe sobre os novos valores das diárias concedidas a magistrados, servidores e colaboradores eventuais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências (obs: já em vigência no âmbito do TJMA);
- Resolução-GP-12017 - Dispõe sobre a concessão de auxílio-bolsa de estudos para cursos de graduação e de pós graduação no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, e outras providências. (Publicada no D.J.E, ed. 8/2017 de 19.01.2017, p.37-40);;
- Resolução-GP-582016 - Institui o “Programa de Descontos e Vantagens” para os servidores do TJMA e dá outras providências. (Publicada no D.J.E., ed. 194 de 21.10.2016, p. 166-169);
- Resolução-GP-552016 - Estabelece regras voltadas à economicidade no uso e aquisições de materiais e serviços e altera o art. 4º da Resolução nº. 27/2010, que versa sobre gestão de gastos e responsabilidade ambiental. (Publicada no D.J.E, ed.186 de 10.10.2016, p.105-109);
- Portaria-GP-10932016 - Dispõe sobre a utilização de Plano(s) Interno(s) de Ações como instrumento gerencial de gestão orçamentária e financeira no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. (Publicada no D.J.E., ed. 206 de 10.11.2016, p. 262-275) e Republicada no D.J.E., ed. 206(suplemento) de 10.11.2016, p. 8-10).

1.5 Atendimento às exigências adaptações do CNJ

Assiduamente, esta Diretoria promoveu o atendimento de ajustes das exigências legais e normativas de controle da Resolução 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Ajustes na Publicação da Resolução 195 do Conselho Nacional de Justiça

– CNJ, que trata: 1- QDD interno da Lei Orçamentária Anual de 2016; 2-Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária de 2015. Observação: AJUSTES NA DATA, conforme verifica-se ao processo Digidoc 10296/2016.

2. COORDENADORIA DE FINANÇAS

A Coordenadoria de Finanças, no exercício financeiro 2016, realizou atividades objetivando a efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário; assim como o acompanhamento das movimentações bancárias; comunicação com credores; elaboração de fluxo financeiro para o exercício fiscal; assessoramento de

outras unidades administrativas/judiciais do TJMA; atualização do portal da transparência do TJ-MA. Outrossim, foram desenvolvidas medidas de controle de gestão reequilíbrio econômico-financeiro da unidade gestora do TJMA 040101; Inscrição e liquidação de empenhos inscritos em restos a pagar com correspondente financeiro; regularização dos

pagamentos de despesas de exercícios anteriores. Em verificação ao Relatório do Sistema Digidoc, a Coordenadoria de Finanças do TJMA, neste período, operou com 12.282 (doze mil, duzentos e oitenta e dois) processos, gerando o relatório estatístico a seguir:

QUANTITATIVO DE EMPENHOS REALIZADOS POR UNIDADE GESTORA (UG) - PERIODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016

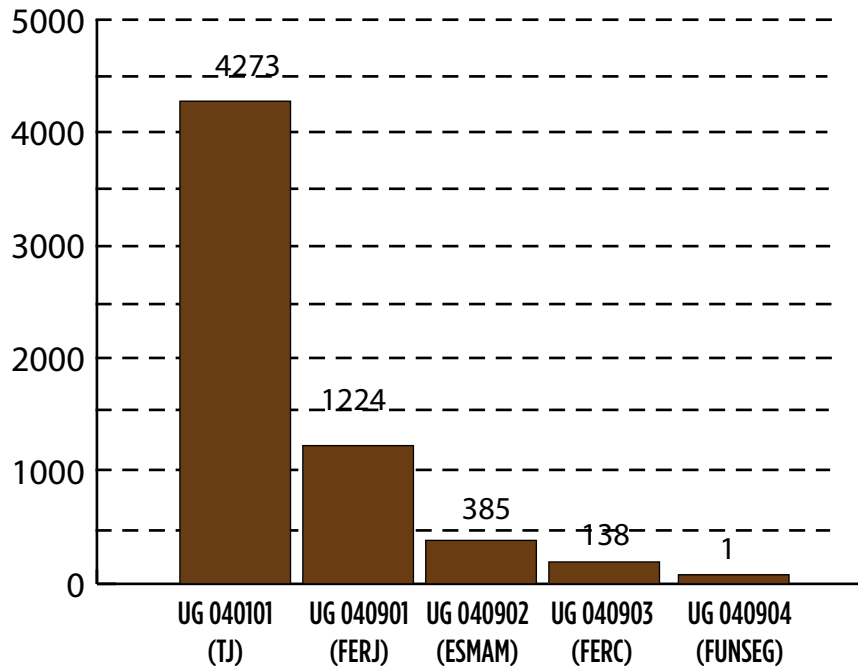


Gráfico 2 - Quantitativo de Empenhos Realizados Por Unidade Gestora (UG). FONTE: Siafem, 2016.

QUANTITATIVO DE LIQUIDAÇÕES REALIZADOS POR UNIDADE GESTORA (UG) - PERIODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016

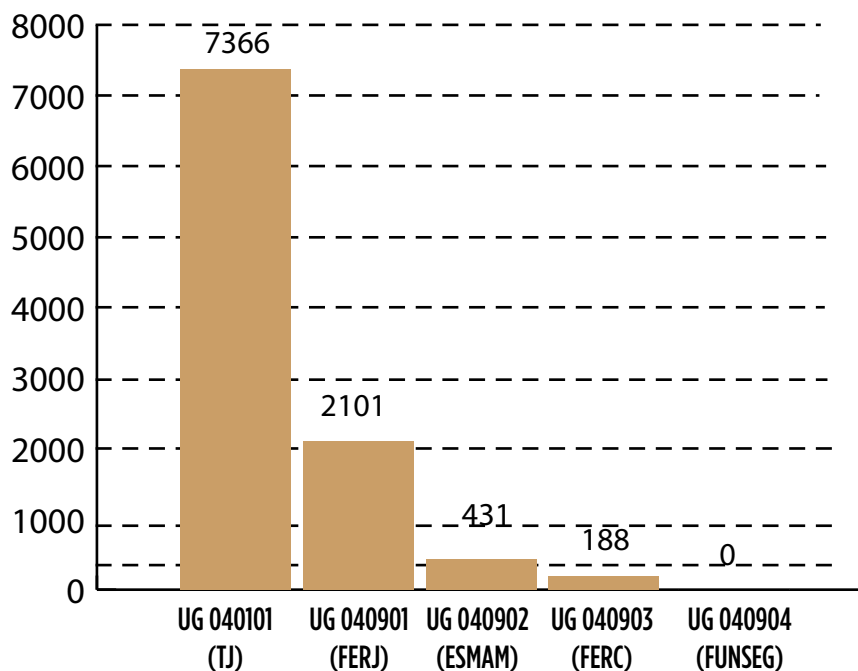


Gráfico 3 - Quantitativo de Liquidações Realizadas Por Unidade Gestora (UG). FONTE: Siafem, 2016.

QUANTITATIVO DE ORDENS BANCÁRIAS REALIZADOS POR UNIDADE GESTORA (UG) - PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016

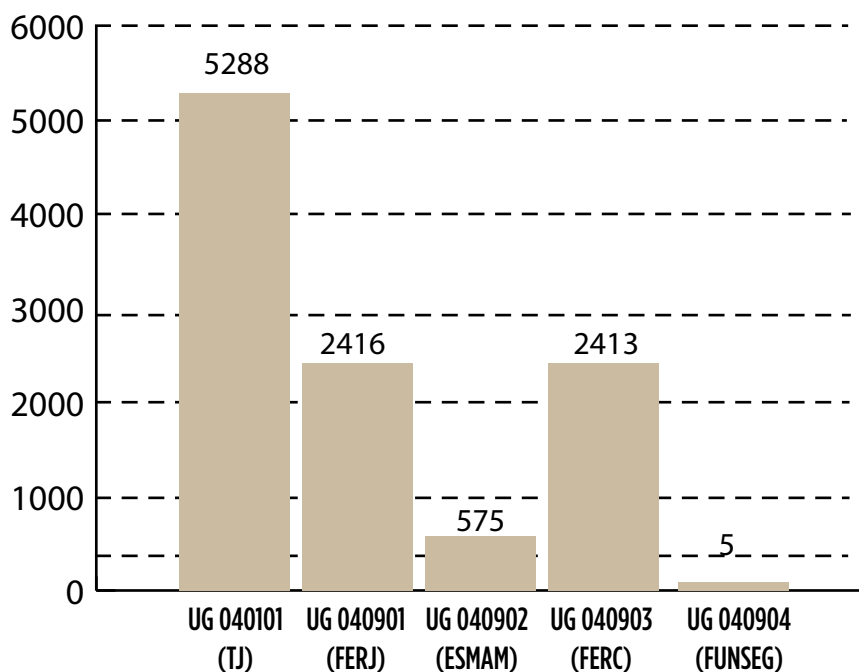
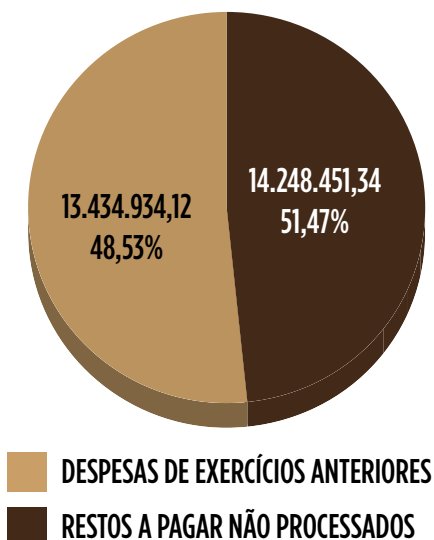


Gráfico 4 - Quantitativo de Ordens Bancárias Por Unidade Gestora (UG). Fonte: Siafem 2016.

Envidando esforços, durante todo o exercício financeiro de 2016, para quitar passivos do Tribunal, oriundos de gestões anteriores, foram adimplidos o montante de **R\$ 13.434.934,12** (treze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais e doze centavos) de Restos a

Pagar executados, bem como o montante de R\$ 14.248.451,34 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) de Despesas de Exercícios Anteriores, reconhecidas e adimplidas.

PASSIVOS DE GESTÕES ANTERIORES - Total de Passivos Pagos: R\$27.683.385,46



3. COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenação de Contabilidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, vinculada à Diretoria Financeira – TJ/MA, dentre as suas várias atribuições, destacamos como realizadas no primeiro semestre de 2016, as seguintes: O Gerenciamento da Prestação de Contas do Cartão Corporativo, o controle dos Reembolsos Auxílio-Livro a Magistrados e Contabilização das contas do TJMA.

3.1 Dos Adiantamentos do Exercício 2016

A análise e controle dos processos de liberação de créditos do Cartão Corporativo, no exercício 2016, totalizaram 878 (oitocentos e setenta e oito) processos efetivamente liberados, nas seguintes finalidades:

Quantitativo de Adiantamentos Requisitados em 2016 (Período até 31/12/2016)					
Código	Tipo	Quant.	Valores		
			Requerido (R\$)	Pago (R\$)	Apresentado (R\$)
3	Alimentação do Júri	208	388.760,00	352.077,70	337.859,90
5	Excepcional	8	59.672,00	51.672,00	51.672,80
1	Pronto Pagamento	662	656.600,00	623.126,96	619.830,61
Total		878	1.105.032,00	1.026.876,66	1.009.363,31

Gráfico 6 - Quantitativo de Adiantamentos Requisitados em 2016 (Período até 31/12/2016). FONTE: SCO e SIAFEM, 2016.

Das liberações efetuadas no exercício o montante de R\$ 1.009.363,31 (um milhão nove mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos) já foram comprovadas, conforme processos de prestações de contas encaminhados à coordenação.

3.2 Da Contabilização da Folha de Pessoal 2016

A Contabilização da Folha de Pessoal, exercício 2016, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de Contas aplicado ao Setor Público. Identificando as despesas de pessoal e as de custeio pagos em contracheque, tais como os auxílios (auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte,

auxílio moradia magistrados, auxílio aos militares - convênio, auxílio produtividade oficiais de justiça e auxílio transporte dos oficiais de justiça, totalizando até o mês de dezembro, incluindo 2ª parcela do décimo, **R\$ 818.843.195,16** (oitocentos e dezoito milhões oitocentos e quarenta e três mil cento e noventa e cinco reais e dezesseis centavos).

FOLHA DE PESSOAL				
Mês / Tópico	PESSOAL	ENCARGOS PATRONAIS	AUXÍLIOS	TOTAL
JANEIRO	46.035.932,25	6.546.427,79	9.145.245,87	61.727.605,91
FEVEREIRO	46.527.399,92	6.546.866,31	9.224.181,36	62.298.447,59
MARÇO	45.793.326,65	6.505.705,45	9.324.536,54	61.623.568,64
ABRIL	46.253.794,10	6.553.380,23	9.393.829,58	62.201.003,91
MAIO	46.272.798,83	6.526.437,96	9.316.928,09	62.116.164,88
JUNHO (1ª PAR- CELA DÉCIMO)	67.406.818,31	6.581.208,59	8.572.605,06	82.560.631,96
JULHO	53.412.852,11	6.600.892,56	8.474.857,34	68.488.602,01
AGOSTO	53.210.856,19	6.679.026,43	8.503.494,02	68.393.376,64
SETEMBRO	47.090.220,85	6.709.723,23	8.616.794,63	62.416.738,71
OUTUBRO	53.100.004,02	6.661.385,90	9.019.349,63	68.780.739,55
NOVEMBRO	47.063.621,30	6.668.966,03	9.001.327,68	62.733.915,01
2ª PARCELA DÉCIMO	23.131.919,35	6.220.989,07	-	29.352.908,42
DEZEMBRO	49.866.213,03	6.640.570,94	9.642.707,97	66.149.491,94
TOTAL	625.165.756,91	85.441.580,48	108.235.857,77	818.843.195,16

Quadro 3 - Contabilização da Folha de Pessoal 2016. FONTE: SIAFEM, 2016.

Os auxílios financeiros pagos em folha de pessoal tiveram o seguinte detalhamento:

AUXÍLIOS CUSTEIO (GRUPO 3) TRIBUNAL - Benefícios (Valores em R\$)	
AUX. MORADIA (MAGISTRADOS)	15.733.561,64
AUX. ALIMENTAÇÃO	48.962.707,32
AUX. SAÚDE	13.999.119,33
AUX. MORADIA (PAE)	4.033.425,95
FUNÇÃO MILITAR CONVÊNIO	6.464.579,68
HORA-AULA	44.328,00
VALE TRANSPORTE	3.466.085,20
TOTAL	92.703.807,12
AUXÍLIOS CUSTEIO (GRUPO 3) FERJ - Benefícios (Valores em R\$)	
AUX. TRANSPORTE OFICIAIS	4.306.223,97
PRODUTIVIDADE OFICIAIS	11.225.826,68
TOTAL	15.532.050,65

Quadro 4 - Auxílios financeiros pagos em folha de pessoal. FONTE: SIAFEM 2016.

3.3 Das demais atividades da Coordenadoria de Contabilidade em 2016

1) Contabilização das restituições ao erário efetuadas por servidores por recebimento de valores indevidos, no período de janeiro a dezembro, no valor de R\$ 204.920,35 (duzentos e quatro mil novecentos e vinte reais e trinta e cinco centavos);

2) Contabilização dos ressarcimentos dos servidores cedidos para outros órgãos, no período de janeiro a dezembro, no valor de R\$ 2.363.163,50 (dois milhões trezentos e sessenta e três mil cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos);

3) Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º Quadrimestre de 2016 evidenciando um percentual de 5,44% e 5,22% da Receita Corrente Líquida, respectivamente;

4) Elaboração das conciliações bancárias das Unidades Gestoras do Poder Judiciário;

5) Lançamento de Aplicações Financeiras dos meses de janeiro a novembro totalizando R\$ 9.758.290,03 (nove milhões setecentos e cinquenta e oito mil duzentos e noventa reais e três centavos);

RENDIMENTO APLICAÇÃO TOTAL 2016 (R\$)			
UG	C/C	VALOR	TOTAL UG
TJ	18636-8	2.028.726,66	5.018.691,67
	10000-5	1.875.437,71	
	5169-1	52.952,78	
	31000-X	8.764,38	
	29000-9	1.052.810,14	
ESMAM	6420-3	191,81	37.659,25
	28472-6	37.467,44	
FERJ	10685-2	1.137.474,08	4.048.724,55
	6458-0	981.215,32	
	9575-3	1.930.035,15	
FERC	6884-5	426.742,76	518.423,51
	6837-3	91.680,75	
FUNSEG	7956-1	134.791,05	134.791,05
Total (R\$)			9.758.290,03

Quadro 5 - Rendimento Aplicação Total 2016. FONTE: SIAFEM, 2016.

6) Inscrição responsabilidades por valores não restituídos na Dívida Ativa do Estado, totalizando 86 inscrições no período de jan a dezembro/2016;

7) Apuração das Receitas do FERJ, FERC, FUNSEG e Contrato de consignação Banco do Brasil para Contabilização, dos meses de janeiro a novembro/2016;

ARRECADAÇÃO 2016	
FERJ	87.028.077,72
FERC	5.574.809,57
B BRASIL	13.004.730,48
FUNSEG	2.610.842,33
Total	108.218.460,10

Quadro 6 - Apuração das Receitas. FONTE: SIAFEM, 2016.

8) Foram liberados 247 (duzentos e quarenta e sete) requisições de reembolso Auxílio-livro, totalizando R\$ 217.138,94 (duzentos e dezessete mil cento e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Ademais, informamos que todas as outras atribuições desta coordenadoria foram desenvolvidas dentro do padrão de normalidade e atenderam as exigências demandadas.

4 COORDENADORIA DE PAGAMENTO

Considerando o exercício 2016, a Coordenadoria de Pagamento, juntamente a sua Divisão de Folha de Pagamento vem informar realizou as seguintes atividades, destacando-se:

- nomeações de cargos efetivos, comissionados, militares, requisitados e magistrados; inclusão/exclusão/alteração de funções gratificadas; exonerações e cálculos de verbas rescisórias; alterações de cargos comissionados (troca de cargos); cálculos e pagamentos de substituição de servidores; pagamentos de substituição de magistrados; informações, cálculos e implantação de processos de restituição ao erário; envio de remessa para pagamento de consignações; inclusão/alteração/exclusão de empréstimos consignados; inclusão/alteração/exclusão de desconto da contribuição sindical (SINDJUS-MA); inclusão/alteração/exclusão de desconto de auxílio-saúde (SINDJUS-MA); inclusão/alteração/

exclusão de desconto de filiação à ASFUJEMA; inclusão e exclusão de dependentes;; implantação e cálculos de titularização de magistrados; cálculos e implantação de indenização de licença-gestante (estabilidade); certidão de imposto de renda (magistrados); GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS); cálculos e implantação de abono permanência; cálculos, inclusão/exclusão da gratificação por atividade judiciária (GAJ); informações às notas de auditoria; cessão/requisição de servidores; inclusão/exclusão de contribuição sindical anual; processos de pagamento de gratificação natalina integral, entre outros inerentes à atribuições do setor;

Informamos ainda que, a partir de janeiro/2016, a empresa ZetraSoft Ltda, passou a exercer o controle efetivo das consignações dos membros e servidores deste Poder, através do sistema E-CONSIG, conforme termo de Comodato n.º 01/2015 TJMA.

4.1 Das atividades da Coordenadoria de Pagamento em 2016

QUANTITATIVO DE PROCESSOS - COORD. PAGAMENTO 2016												
COORDENADORIA DE PAGAMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Processos Remanescentes mês anterior	0	431	450	546	567	673	840	732	591	717	772	831
Processos abertos	299	259	273	202	233	205	186	166	92	122	122	41
Processos Recebidos/ Entradas	275	474	506	431	398	518	403	557	357	366	440	279
Processos Arquivados	22	40	147	20	23	12	18	121	186	16	13	10
Processos Encaminhados/ Saídas	382	432	613	517	587	605	404	710	404	346	494	251

Quadro 7 - Relatório Estatístico de Processos da Coord. de Pagamento. FONTE: Relatório DIGIDOC, 2016.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS - DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO												
DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Processos Remanescentes mês anterior	0	252	328	362	480	533	606	664	716	660	626	603
Processos abertos	153	70	94	80	70	116	105	94	84	56	65	25
Processos Recebidos/ Entradas	206	354	373	206	293	248	210	380	231	271	180	99
Processos Arquivados	1	5	1	3	3	2	1	2	2	6	0	0
Processos Encaminhados/ Saídas	267	258	390	249	242	209	241	414	261	377	279	147

Quadro 8 - Relatório Estatístico de Processos da Divisão de Folha de Pagamento. FONTE: Relatório DIGIDOC, 2016.

Entretanto, algumas atividades desenvolvidas não são advindas de processos administrativos, motivo pelo qual há a impossibilidade de demonstrar comprovadamente por relatório do Digidoc, dentre elas, por exemplo, as exonerações e nomeações de servidores.

Dessa forma, considerando relatórios do sistema Mentorh, informamos que forma cerca de 310 (trezentos e dez) exonerações, sendo:

Quantidade de Exonerações do Quadro de Pessoal TJMA Período 01/01/2016 a 31/12/2016

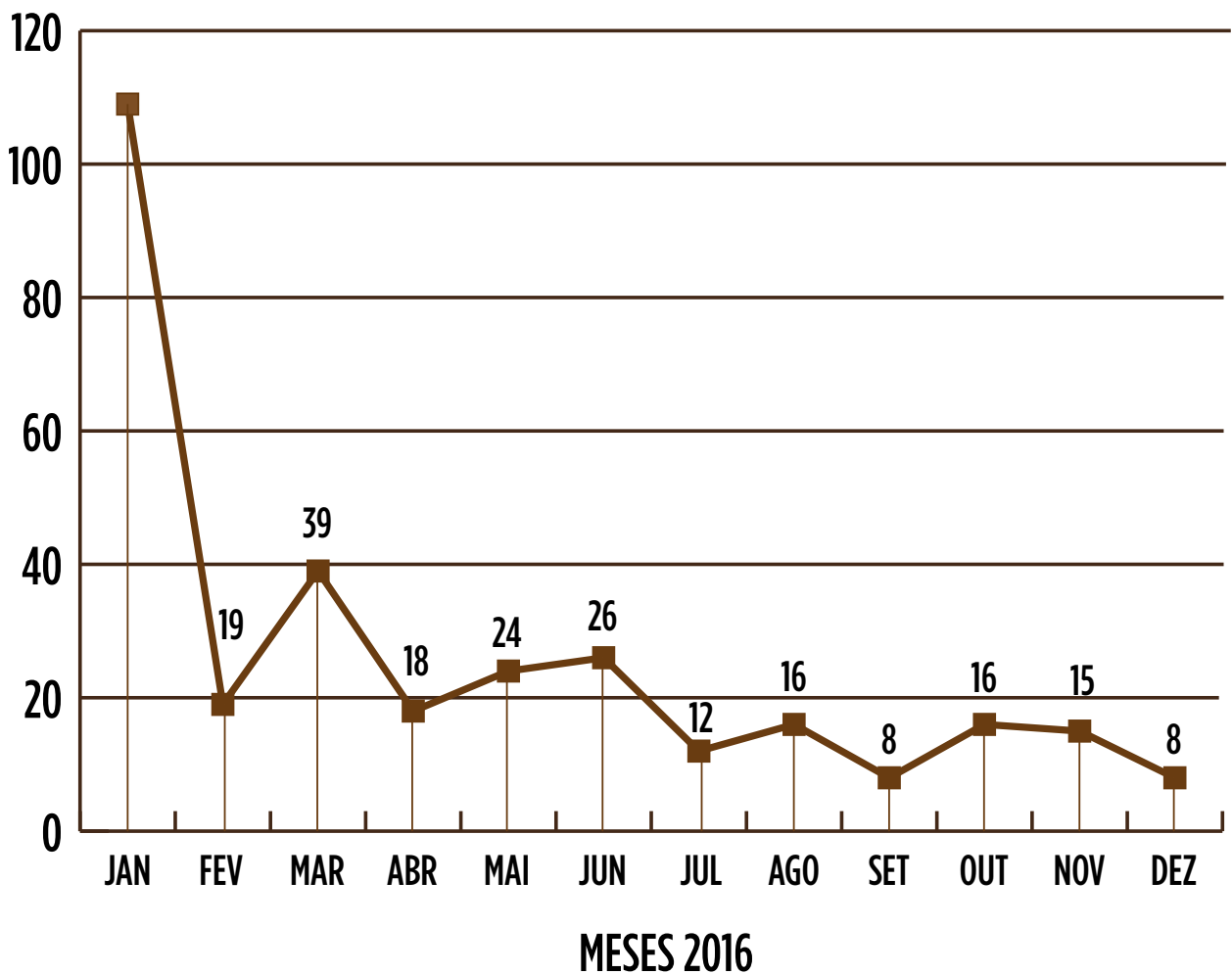


Gráfico 7 - Exonerações do Quadro de Pessoal TJMA em 2016. FONTE: Sistema MENTORH, 2016.

Ressalte-se que, o grande número constatado no mês de janeiro/2016 deveu-se às nomeações de novos servidores tendo em vista a posse da nova administração.

Por sua vez, dentre as nomeações/designações, estas totalizaram cerca de 387 (trezentos e oitenta e sete), sendo:

NOMEAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2016					
MÊS	MAGISTRADOS	SRV EFETIVO	COMISSIONADOS	REQUISITADOS	TOTAL
Janeiro	0	46	26	3	75
Fevereiro	0	17	20	8	45
Março	0	16	11	0	27
Abril	0	11	18	1	30
Maiο	0	4	18	1	23
Junho	5	6	25	3	39
Julho	0	6	29	1	36
Agosto	5	4	8	7	24
Setembro	0	8	20	3	31
Outubro	0	5	14	1	20
Novembro	0	2	13	2	17
Dezembro	0	5	8	7	20
TOTAL	10	130	210	37	387

Quadro 9 - Nomeações no exercício de 2016. Fonte: Sistema MENTORH 2016.

Esclarecemos que as nomeações de servidores efetivos inclui também as nomeações destes para cargo em comissão, ou designações para funções gratificadas.

Realizamos os pagamentos da GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária) relativo ao exercício de 2015, nos meses de julho, agosto e outubro/2016 de acordo com a apuração do planejamento estratégico e em novembro e dezembro/2016, aos servidores que entraram com recursos administrativos deferidos pela presidência deste Poder, sendo:

Pagamento da GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária) relativo ao exercício de 2015	
MÊS	MAGISTRADOS
Mês	Valor (em R\$)
JULHO/2016	5.912.993,09
AGOSTO/2016	5.964.353,89
OUTUBRO/2016	5.917.296,44
NOVEMBRO/2016	37.546,53
DEZEMBRO/2016	102.202,57
TOTAL	17.934.392,52

Obs: O pagamento da GPJ ocorreu nos meses de Julho/16, Agosto/16 e Outubro/16.

Quadro 10 - Pagamentos da GPJ (Gratificação por Produtividade Judiciária) relativo ao exercício de 2015, nos meses de julho, agosto e outubro/2016. Fonte: SCO, MENTORH, 2016.

Por fim, em dezembro/2016, esta Coordenadoria realizou os reajustes dos auxílios saúde e alimentação aos servidores ativos deste Poder, conforme RESOLUÇÃO GP 68/2016, retroativo ao mês de novembro/2016 e o pagamento da 2ª parcela da gratificação natalina aos servidores e magistrados deste Poder, com autorizado para o dia 15/12/2016.

5 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO

As atividades da Coordenadoria de Orçamento, dentro do exercício 2016, objetivaram: 1) Proceder às informações e dados necessários para a elaboração da proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do Poder Judiciário; 2) Coordenar e fiscalizar a aplicação dos créditos, efetuando as operações necessárias ao controle e execução do orçamento; 3) Promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções

relacionadas ao orçamento do Poder Judiciário; 4) Analisar e avaliar os processos que envolvam gastos públicos, observando os aspectos legais; 5) Realizar os provisionamentos (disponibilidade orçamentária) das despesas autorizadas no âmbito do Poder Judiciário; 6) Acompanhar a realização dos créditos orçamentários e; 7) Exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

5.1 Apresentação de dados estatísticos, levantamentos e abordagem do desempenho das atividades da Coordenadoria de Orçamento TJMA

Encaminhamos em anexo, relatório que retrata a execução da despesa orçamentária deste poder Judiciário no período de janeiro a dezembro (01/01 a 15/12/2016) do corrente ano, extraído do SISTEMA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - SCO, informando os recursos orçamentários disponíveis e comprometidos, assim como os valores empenhados e liquidados até a presente data, para comparação dos dados.

Anexamos ainda levantamento do quantitativo de processos administrativos que tramitaram por esta Coordenadoria de Orçamento, extraídos do Sistema Digidoc, para atendimento de diversas solicitações

(solicitação de disponibilidade orçamentária, fracionamento de despesa, renovações contratuais, aditivos, execução contratual entre outras).

PROCESSOS NA COORD. DE ORÇAMENTO - EXERCÍCIO 2016													
Tópico/Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Processos Abertos	1	0	4	1	0	1	2	6	3	1	5	0	24
Processos Recebidos/ Entradas	218	329	445	410	418	434	360	494	407	395	492	177	4579
Processos Arquivados	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	2	0	5
Processos Encaminha- dos/ Saídas	164	368	431	395	382	431	343	453	406	391	490	192	4446

Quadro 11 - Relatório Tramitação de Processos JAN-DEZ 2016. Fonte: Digidoc 2016.

5.2 Implementação de medidas adotadas para Controle de Gestão e atividades da Coordenadoria de Orçamento TJMA

Inicialmente temos a informar que no primeiro semestre da Gestão do Des. Cleones Carvalho Cunha na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão a Diretoria Financeira realizou diversas avaliações no que diz respeito à adequação da realidade orçamentária deste Poder Judiciário com as despesas previstas a serem honradas.

Na Proposta Orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão, para o exercício financeiro de 2016, ocorreu um corte no valor de R\$ 255.535.826,00 (Duzentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e vinte e seis reais), quando da publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei N° 40.405/2015 de 30/12/2015).

Através do Ofício N°. 001/2016/DF-GP, foi solicitado junto ao Poder Executivo, por meio da Presidência desta E. Corte, a abertura de créditos adicionais para reforço dos valores já disponibilizados com a justificativa de garantir a liquidação das obrigações já assumidas, das pendentes e das que dependem de implemento de condição.

Após especificado e justificado todos os valores necessários foram autorizados o atendimento de créditos adicionais suplementares a este Poder Judiciário no montante de R\$ 68.132.815,00

(Sessenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil e oitocentos e quinze reais) para obrigações de Custeio e Pessoal.

Exposto isso, importante ressaltar que, considerando a situação de severa restrição orçamentária e financeira em que se encontra o Governo do Estado e, por consequência, este Poder Judiciário, e em função da situação econômico financeira que passa atualmente o País, os esforços realizados pela mesa diretora no sentido de redução imediata e efetiva das despesas de custeio e com nossa folha de pessoal já percebidas nesse primeiro ano de gestão.

Dentre as situações como essas, podemos citar ampliação dos critérios de avaliações para justificar as solicitações de novas contratações, renovações contratuais, reajustes e etc.

Na oportunidade, a Diretoria Financeira informou à Diretoria Geral os rateios com os tetos máximos das Macro despesas deste Poder Judiciário, e solicitou que as unidades administrativas envolvidas realizassem as adequações de suas despesas de custeio à realidade orçamentária apresentada.

Foram sugeridas ainda, em relação aos pagamentos das repactuações contratuais que encontravam-se pendentes, readequações nesses

referidos Contratos em vigor, para que os valores a serem reduzidos, pudessem ser absolvidos por essa quantia a ser liquidada.

Importante destacar a criação de um controle de pagamentos indenizatórios de pessoal, que encontravam-se ainda pendentes, em relação a

exercícios anteriores dentre vários tipos de despesas (decisões judiciais; adicional de tempo de serviço; revisão de proventos; progressões e promoções funcionais; substituições; descompressão salarial; diferença de 13º salário e entre outros), totalizando cerca de 637 (seiscentos e trinta e sete) processos.

Quantitativo de Processo de Pessoal de Exercícios Anteriores (Pendentes), pagos em 2016						
Mês	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16
Qtde Processos	-	39	9	36	31	40
Valor (R\$)	-	R \$ 415.054,52	R \$ 823.740,27	R \$ 490.046,26	R\$ 1.429.495,76	R\$ 652.899,09
Mês	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
Qtde Processos	195	104	58	52	43	30
Valor (R\$)	R \$ 967.842,98	R \$ 1.444.791,67	R \$ 899.888,70	R \$ 2.022.451,01	R \$ 1.884.943,84	R \$ 759.835,41

QUADRO RESUMO - TOTAIS	
Qtde Processos	637
Valor (R\$)	R\$ 11.790.989,51

Quadro 15 – Relatório Tramitação de Processos JAN-DEZ 2016. Fonte: Digidoc 2016.

Foram realizadas também reuniões setoriais com as diversas Diretorias, Assessoria de Comunicação e com a Corregedoria Geral de Justiça tratando-se tanto da execução orçamentária do exercício financeiro 2016, assim como da elaboração da proposta orçamentária para a Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro 2017 e sua adequação à Resolução N° 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Tratando-se especificamente da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, cabe destacar as mudanças para o seu mecanismo de elaboração, como a adoção de categorias de despesa, agregadores e despesas agregadas, com a criação de planos internos específicos demonstrando de forma mais clara e qualitativa os valores das previsões orçamentárias.

Outra consideração deve ser feita aos cursos de capacitação ofertados aos servidores dessa Coordenadoria de Orçamento (Contabilidade Pública; Auditoria em Obras Públicas; Gestão Tributária de Contratos e Convênios; Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e a Lei de Responsabilidade Fiscal) contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas nesse setor assim como da qualidade e modernização dos serviços prestados.

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
ORGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / PROJETO-ATIVIDADE / PLANO INTERNO	DOT.INICIAL	CRÉD.ADIC.	DOT.ATUAL (A)	COMPROMET.	EMP.SIAFEM (B)	LIQ.SIAFEM (C)	(C)/(A) EM %
04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	1.142.631.132	97.495.847	1.227.495.074	1.095.680.724	1.082.946.199	1.058.194.381	86,2%
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	1.018.686.461	81.228.806	1.086.983.362	972.039.305	958.548.012	953.051.584	87,7%
0900 - CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	63.000.000	734.955	63.734.955	63.302.637	63.302.637	63.302.637	99,3%
319107-0101000000 - CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	63.000.000	734.955	63.734.955	63.302.637	63.302.637	63.302.637	99,3%
319113-0101000000 - OBRIGACOES PATRONAIS	0	0	0	0	0	0	0,0%
319192-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE PESSOAL	0	0	0	0	0	0	0,0%
0901 - CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	25.000.000	0	25.000.000	22.239.991	22.239.991	22.239.991	89,0%
319013-0101000000 - OBRIGACOES PATRONAIS	25.000.000	0	25.000.000	22.239.991	22.239.991	22.239.991	89,0%
0902 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	229.482.026	0	229.482.026	123.338.328	123.337.987	123.337.987	53,7%
339091-0101000000 - SENTENCAS JUDICIARIAS DE DESPESAS CORRENTES	229.482.026	0	229.482.026	123.338.328	123.337.987	123.337.987	53,7%
4305 - ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAUDE	14.500.000	28.500	14.528.500	13.999.119	13.999.119	13.999.119	96,4%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.500.000	28.500	14.528.500	13.999.119	13.999.119	13.999.119	96,4%
4434 - ACESSO À JUSTIÇA	683.917.030	80.465.351	753.650.476	748.695.951	735.204.999	729.800.597	96,8%
319011-0101000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	552.034.639	19.893.358	495.627.997	495.528.887	495.527.377	495.405.710	100,0%
319016-0101000000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.600.000	0	5.400.000	5.348.497	5.348.497	5.348.497	99,0%
319091-0101000000 - SENTENCAS JUDICIARIAS DE PESSOAL	41.638.100	0	100.017.100	99.592.248	99.592.248	99.592.248	99,6%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
319092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE PESSOAL	2.000.000	18.271.901	26.460.996	24.812.871	24.184.838	24.184.838	91,4%
319093-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE PESSOAL	0	0	0	0	0	0	0,0%
319094-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	500.000	0	500.000	421.710	421.710	421.710	84,3%
319096-0101000000 - RESARCIMENTO DE PESSOAL REQUISITADO	200.000	0	200.000	80.142	80.142	77.036	38,5%
339008-0101000000 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0	0	0,0%
339014-0101000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	800.000	0	1.081.000	1.053.270	1.049.795	1.049.795	97,1%
339030-0101000000 - MATERIAL DE CONSUMO	250.000	0	3.560.000	3.037.273	3.032.598	1.893.281	53,2%
339030-0301000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	13.096.001	20.300	0	0	0	0,0%
339033-0101000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	450.000	0	680.000	679.291	679.291	577.020	84,9%
339034-0101000000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	2.300.000	0	62.000	61.634	61.634	61.634	99,4%
339036-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	300.000	0	290.000	247.949	247.949	197.926	68,3%
339037-0101000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	9.621.000	12.619.236	12.910.236	12.828.057	12.828.057	12.080.227	93,6%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.150.000	0	8.104.770	7.525.277	7.523.217	6.135.971	75,7%
339041-0101000000 - CONTRIBUIÇÕES	0	0	12.000	12.000	12.000	12.000	100,0%
339046-0101000000 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO	42.500.000	7.068.970	49.568.970	49.027.623	49.027.623	49.027.623	98,9%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0	0	12.000	11.050	11.050	5.525	46,0%
339048-0101000000 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	14.000.000	415.885	15.765.885	15.733.562	15.733.562	15.733.562	99,8%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016				Fim da dotação: 31/12/2016			
339049-0101000000 - AUXÍLIO TRANSPORTE	2.000.000	1.600.000	3.600.000	3.466.095	3.466.095	3.466.095	96,3%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	7.173.291	7.500.000	12.721.291	12.208.272	12.208.272	12.201.321	95,9%
339092-0301000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	12.845.701	12.845.700	0	0	0,0%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	50.000	0	857.000	822.632	817.432	814.701	95,1%
339139-0101000000 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	350.000	0	353.230	353.176	352.875	352.875	99,9%
449052-0101000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	0	3.000.000	2.998.737	2.998.737	1.161.002	38,7%
4478 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	2.787.405	0	587.405	463.278	463.278	371.251	63,2%
339030-0101000000 - MATERIAL DE CONSUMO	800.000	0	30.000	0	0	0	0,0%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.700.000	0	350.000	276.008	276.008	183.981	52,6%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	187.405	0	107.405	104.287	104.287	104.287	97,1%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	100.000	0	100.000	82.983	82.983	82.983	83,0%
04102 - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	18.768.051	0	18.768.051	18.693.791	18.490.483	16.353.690	87,1%
4434 - ACESSO A JUSTIÇA	18.768.051	0	18.768.051	18.693.791	18.490.483	16.353.690	87,1%
339014-0101000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	875.000	0	515.000	504.322	499.439	499.439	97,0%
339030-0101000000 - MATERIAL DE CONSUMO	1.500.000	0	2.250.000	2.244.845	2.211.176	1.981.216	88,1%
339033-0101000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	600.000	0	60.000	60.000	60.000	28.477	47,5%
339036-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.415.000	0	1.360.000	1.357.772	1.249.203	1.132.260	83,3%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
339037-0101000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	11.295.000	0	11.070.000	11.069.816	11.069.816	9.417.734	85,1%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.678.051	0	2.093.471	2.055.406	1.999.666	1.894.476	90,5%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000	0	5.000	645	548	548	11,0%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	500.000	0	435.000	426.280	425.930	424.834	97,7%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	360.000	0	370.000	365.131	365.131	365.131	98,7%
339139-0101000000 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	540.000	0	609.580	609.575	609.575	609.575	100,0%
04901 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAP. DO JUDICIÁRIO-FERJ	97.700.726	14.322.095	112.322.821	101.389.383	102.850.157	85.828.192	76,4%
1656 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO PODER JUDICIÁRIO	43.185.500	0	20.269.709	12.249.016	14.151.531	5.925.180	29,2%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	23.185.500	0	6.213.219	5.432.453	5.432.453	4.060.572	65,4%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	159.095	94.379	9.987	9.987	6,3%
449051-0107000000 - OBRAS E INSTALACOES	20.000.000	0	12.387.395	5.362.946	6.962.946	108.476	0,9%
449092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE CAPITAL	0	0	1.510.000	1.359.238	1.746.145	1.746.145	115,6%
4436 - MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	53.392.851	14.322.095	91.430.737	88.695.059	88.255.267	79.483.684	86,9%
339030-0107000000 - MATERIAL DE CONSUMO	2.283.345	0	535.424	519.887	519.887	301.789	56,4%
339030-0301000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	7.454.576	0	0	0	0	0,0%
339030-0307000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	6.867.519	594.375	283.778	283.778	213.086	35,9%
339033-0107000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0	0	0	0	0	0	0,0%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
339034-0107000000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	0	0	147.921	147.920	147.920	147.920	100,0%
339036-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.925.000	0	311.000	259.627	250.627	175.748	56,5%
339037-0107000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	0	0	20.145.791	20.138.399	20.138.399	17.749.117	88,1%
339037-0307000000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	0	0	100.000	19.505	19.505	19.505	19,5%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	17.990.030	0	37.142.238	36.495.555	36.495.553	31.930.433	86,0%
339039-0307000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0	0	525.000	316.105	303.415	240.728	45,9%
339046-0107000000 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO	700.000	0	114.000	113.652	113.652	32.109	28,2%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0	0	4.000	1.800	0	0	0,0%
339049-0107000000 - AUXÍLIO TRANSPORTE	160.000	0	26.000	25.704	25.704	12.750	49,0%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	1.630.000	0	3.150.000	2.994.263	2.994.263	2.990.924	94,9%
339092-0307000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	950.000	947.674	947.674	947.674	99,8%
339093-0107000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.104.502	0	4.532.294	4.357.959	4.350.580	4.350.580	96,0%
339093-0301000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0	0	7.454.576	7.454.576	7.454.575	7.454.575	100,0%
339093-0307000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0	0	4.698.144	4.641.787	4.641.787	4.631.759	98,6%
449039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	0	0	1.540.000	1.537.582	1.537.582	1.537.582	99,8%
449051-0107000000 - OBRAS E INSTALACOES	0	0	37.000	36.864	36.864	0	0,0%
449052-0107000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.699.974	0	6.940.974	6.937.780	6.887.780	5.641.683	81,3%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS							
Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
449092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - DESPESAS DE CAPITAL	900.000	0	2.482.000	1.464.643	1.105.722	1.105.722	44,5%
4437 - GESTÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.122.375	0	622.375	445.309	443.359	419.329	67,4%
339014-0107000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0	0	0	0	0	0	0,0%
339033-0107000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100.000	0	30.000	0	0	0	0,0%
339036-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	70.000	0	170.000	97.832	97.832	97.832	57,5%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	922.375	0	342.375	324.280	323.800	299.770	87,6%
339047-0107000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	30.000	0	30.000	19.566	19.566	19.566	65,2%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	0	0	40.000	1.470	0	0	0,0%
339093-0107000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0	0	10.000	2.160	2.160	2.160	21,6%
04902 - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA DO ESTADO - ESMAM	611.337	149.178	760.515	657.428	625.963	559.303	73,5%
4438 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO CONHECIMENTO NO PODER JUDICIÁRIO	611.337	149.178	760.515	657.428	625.963	559.303	73,5%
339014-0101000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	200.000	0	127.000	120.485	119.036	118.856	93,6%
339014-0301000000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0	149.178	79.178	16.051	16.051	16.051	20,3%
339031-0101000000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, CIENT. DESPORTO E OUTROS	0	0	8.000	7.975	7.975	7.975	99,7%
339033-0101000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	50.000	0	0	0	0	0	0,0%
339033-0301000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0	0	60.000	60.000	60.000	0	0,0%

RELATÓRIO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS							
Projeto/atividade: TODOS Plano: TODOS Natureza: TODAS Fonte: TODAS Início da dotação: 01/01/2016 Fim da dotação: 31/12/2016							
339036-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	100.000	0	366.000	354.930	354.930	350.180	95,7%
339039-0101000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	171.337	0	41.337	33.800	3.800	3.000	7,3%
339047-0101000000 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000	0	62.000	49.516	49.500	48.570	78,3%
339092-0101000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	20.000	0	9.000	7.287	7.287	7.287	81,0%
339093-0101000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	20.000	0	8.000	7.384	7.384	7.384	92,3%
04903 - FUNDO ESPECIAL DAS SERVENTIAS DE REGISTRO CIVIL	3.900.000	0	3.900.000	2.739.576	2.409.534	2.401.613	61,6%
4430 - GRATUIDADE DO REGISTRO CIVIL	3.900.000	0	3.900.000	2.739.576	2.409.534	2.401.613	61,6%
339030-0107000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	0	450.000	330.000	0	0	0,0%
339039-0107000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	100.000	0	150.000	144.000	144.000	136.079	90,7%
339092-0107000000 - DESPESAS EXERC. ANTERIORES - OUTRAS DESP.CORRENTES	165.000	0	165.000	161.547	161.547	161.547	97,9%
339093-0107000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.635.000	0	3.135.000	2.104.029	2.103.987	2.103.987	67,1%
04904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	2.964.557	1.795.768	4.760.325	22.050	22.050	0	0,0%
4686 - APOIO A SEGURANÇA DA MAGISTRATURA	2.964.557	1.795.768	4.760.325	22.050	22.050	0	0,0%
339030-0107000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0	0	25.000	22.050	22.050	0	0,0%
449052-0107000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.964.557	0	2.939.557	0	0	0	0,0%
449052-0307000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	1.795.768	1.795.768	0	0	0	0,0%
TOTALIZAÇÕES	1.142.631.132	97.495.847	1.227.495.074	1.095.541.532	1.082.946.199	1.058.194.381	86,20%

6 DIVISÃO DE ANÁLISE DE FATURAS

As atividades da divisão no exercício 2016 compreendeu-se nas ações de forma integrada com os setores do Tribunal de Justiça referente a analisar, atestar e controlar as faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica, telefonia fixa e serviços

prestados pelos Correios, visando quitação, assim como detectar eventuais dualidades de cobrança e outras incorreções que acarretam prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça.

6.1 Apresentação de levantamento do consumo do Tribunal de Justiça em 2016

Os dados a seguir referem-se aos valores de faturas, período de 01/01/2016 a 31/12/2016, os quais foram devidamente analisados e atestados nesta divisão, relativa as despesas realizadas com consumo de água, energia elétrica, telefonia e serviços de postagem no citado período, em todas as unidades (sede do TJ, juizados, centro administrativo/TJ, Fóruns, creche, garagens etc.), sob responsabilidade do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça.

CORREIOS (R\$)	CEMAR (R\$)	CAEMA (R\$)	OI (R\$)	ODEBRECHT AMBIENTAL (R\$)	SAAE, CAESI/ ITINGA E ÁGUAS DE TIMON/ TIMON (R\$)	INFRAERO (R\$)
5.370.969,37	7.913.548,60	942.801,08	1.101.635,21	23.522,58	43.638,20	5.660,93

COMPARATIVO GASTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EXERCÍCIOS 2015 E 2016

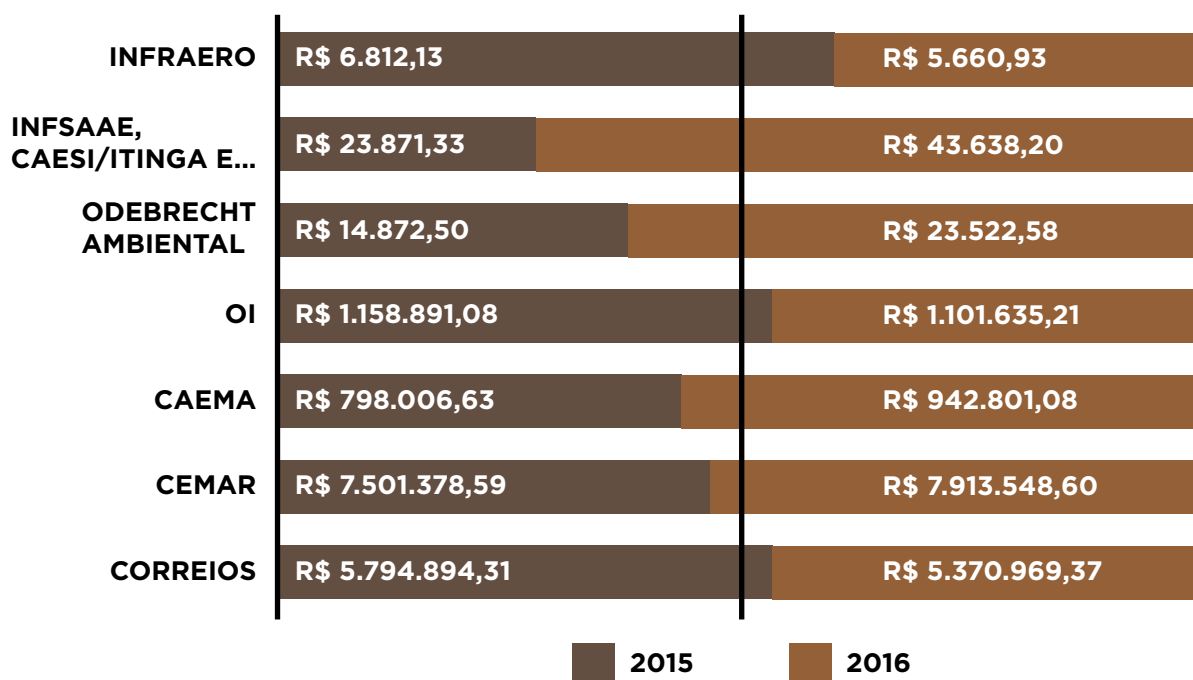


Gráfico 8 - Comparativo com o consumo do exercício anterior. FONTE: Faturas 20115 e 2016.

Nesse exercício destaca-se a implantação de nova metodologia de realização de ligações no Prédio Administrativo do TJMA (Anexo da Rua do Egito). Tal método coube a inclusão de matrícula e quatro dígitos do CPF do usuário ao fazer ligações, utilizando o OI FIXO. Em suma, ocorreu uma redução de 60% no consumo total, conforme verifica nos números e gráficos abaixo:

Gastos OI FIXO Prédio Administrativo TJ
Período de: 01/01/2016 a 31/12/2016

(Obs: Detalhe na redução dos valores a partir do final de Abril/16 com a implantação da nova sistemática de realização de ligações)

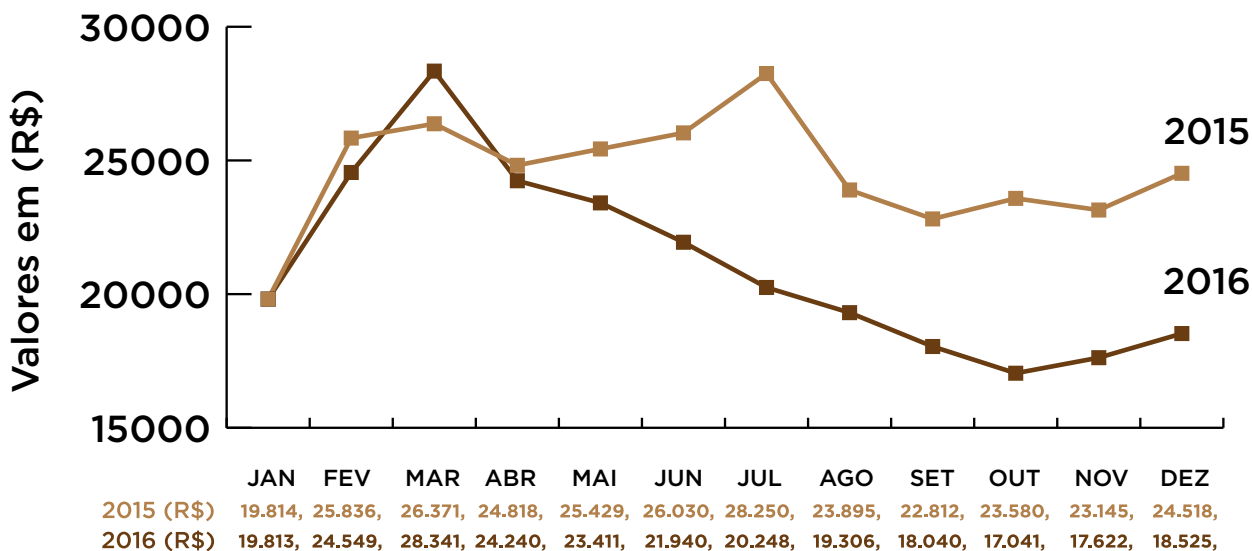


Gráfico 9 - Demonstrativo mensal nos valores das faturas OI FIXO - Anexo TJMA Rua do Egito. FONTE: Faturas OI, 2016.

Demonstrativo Redução Ligações efetuadas usando OI FIXO
com a implantação da nova sistemática de discagem
no fim de ABRIL/2016 -
Prédio Anexo da Rua do Egito - 2015/2016



Gráfico 10 - Demonstrativo chamadas OI FIXO - Anexo TJMA Rua do Egito. FONTE: Faturas OI, 2016.

DIRETORIA
Recursos Humanos

1. AÇÕES DE MELHORIA

1.1 Ponto Eletrônico

- Limitação na quantidade de liberações no ponto eletrônico pelo Gestor da unidade;
- Cômputo no banco de horas das batidas parciais da frequência;
- Possibilidade de desconto em folha de pagamento do banco de horas negativo.

1.2 Desenvolvimento da Meta Gestão por Competência

O Plano de Gestão por Competência tem como estratégia a Realização da Equalização da força de trabalho no âmbito do Poder Judiciário Estadual (TJMA). A Meta final deste Plano é a implantação de 100% da Política de Gestão por Competência no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Atividade Desenvolvida	Data de Entrega	Status
Sensibilização da Gestão por Competência (GC): <ul style="list-style-type: none">• Palestra de Sensibilização da Gestão por Competência para Magistrados e Servidores com o Profº Joel Dutra (Auditorio do Forum do Calhau)• Workshop para a Equipe Operacional de Implantação GC com Profº Joel Dutra na ESMAM• Participação dos líderes da equipe //Operação GC do TJMA no 1º Forum Aprimore do STJ.	20/05/2016	Realizada
Composição da equipe para a implementação/Comitê Gestor em parceria com a Assessoria de Modernização e Planejamento Estratégico	30/06/2016	Em andamento
Definição da metodologia a ser adotada pelo TJMA.	30/07/2016	Em andamento

1.3 Redução de Custos na Folha de Pessoal

- Preenchimento de 80% do quadro de cargos comissionados da Secretaria do TJ com servidores efetivos;
- Redução dos gastos com pagamento de substituições;
- Recadastramento do vale-transporte a fim de atualizar os pagamentos dos mesmos;
- Estudo para redução da carga horária e conseqüente exclusão do auxílio alimentação para estagiários.

Atividade Desenvolvida	Descrição	Status
Portaria do vale-transporte	Regulamentação da concessão e majoração do vale-transporte	Aguardando aprovação
Projeto de Lei das substituições de cargos e funções	Trata da substituição dos titulares de cargo em comissão e funções gratificadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	Para aprovação do comitê.
Resolução de substituição de cargos e funções	Visa essencialmente alterar as atuais regras para substituições de cargos e funções, mormente acerca dos cargos e do período mínimo de apuração para pagamento da substituição realizada.	Adequação da resolução ao sistema de RH.
Módulo de Substituição de cargos no Sistema de RH	Automatização do procedimento de substituições/pagamento no sistema de RH	Em andamento

1.4 Projeto de Redistribuição da Força de Trabalho

Início do estudo da redistribuição da força de trabalho que tem como objetivo final a distribuição mais equânime de recursos e o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos cidadãos. A resolução, aprovada pelo CNJ, deve ser implementada até o dia 1º de janeiro de 2017, salvo casos específicos.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Portaria de criação do Comitê	30/06/2016	Em estudo
Estudo da distribuição de servidores das áreas de apoio direto à atividade judicante entre primeiro e segundo graus	01/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição dos servidores das áreas de apoio indireto à atividade judicante.	01/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição dos cargos em comissão e funções de confiança.	01/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição da força de trabalho – entrância inicial	06/06/2016	Realizado
Estudo da distribuição da força de trabalho – entrância intermediária	30/06/2016	Números levantados e calculados. Resta agrupar unidades semelhantes
Estudo da distribuição da força de trabalho – Entrância Final	30/07/2016	Realizado
Levantamento das soluções e plano de ação	31/08/2016	Em elaboração
Execução do Plano de Ação	31/12/2016	A fazer
Reavaliação da situação dos servidores que foram removidos judicialmente/administrativamente por motivo de saúde	31/12/2016	A fazer

1.5 Projeto Portal RH

Em parceria com a Assessoria de Comunicação, este projeto, com previsão para o primeiro triênio de 2017, visa informar e esclarecer aos servidores, através da rede de informação eletrônica do judiciário maranhense, direitos, deveres, ações, dúvidas, questionamentos e sugestões, bem como, dispor de forma transparente os principais editais e resultados oriundos de projetos relacionados à Diretoria de Recursos Humanos.

1.6 Elaboração de Pesquisa de Clima Organizacional

Visa analisar aspectos internos e externos, assim como acompanhar do estado de satisfação e comprometimento dos servidores com o TJMA, proporcionando a elaboração de estratégias e ações para o crescimento e desenvolvimento das pessoas.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Benchmarking com outras instituições	01/06/2016	Realizado
Definição da Metodologia a ser adotada	15/06/2016	Realizado
Entrega da Pesquisa solicitado a empresa OSM	20/06/2016	Realizado
Aplicação da Pesquisa	22/06/2016	A realizar
Análise da Pesquisa	Outubro 2016	Realizado
Plano de Ação	Início em Dezembro 2016 a 2018	Em realização

1.7 Meta Política de Atenção à Saúde de Servidores e Magistrados

PROJETO CUIDAR

TJMA Lançado em 17.03.2016 consiste na elaboração de protocolo para realização dos exames médicos periódicos de servidores e magistrados.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Desenvolvimento de sistema informatizado	01/12/2016	Em desenvolvimento

1.8 Atualização cadastral

Essa ação cumpre os dispositivos legais que tratam do tema, de manter atualizados os dados cadastrais de magistrados e servidores e enseja o aperfeiçoamento do sistema de controle de pessoal, MENTORH, bem como traz melhorias na instrumentalização da gestão de Recursos Humanos deste Tribunal.

Atividade Desenvolvida	Data da Entrega	Status
Criação de portaria	01/05/2016	Realizado
Implementação no sistema	20/05/2016	Realizado
Recadastramento	01/06/2016	Realizado

1.9 Elaboração de resolução de concurso de remoção

Atividade Desenvolvida	Descrição	Status
Resolução do concurso de remoção	Visa essencialmente alterar as atuais regras para remoção de servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.	Aguardando aprovação

1.10 Elaboração de estudos para redefinição da descrição de cargos e requisitos de admissão

Atividade Desenvolvida	Status
Levantamento dos cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.	Em estudo
Compilação das resoluções relacionadas a cargos e pessoas.	Em andamento

1.11 Celeridade nos trâmites processuais

Atividade Desenvolvida	Status
Criação virtual das pastas funcionais no Sistema Digidoc	Em fase de teste
Integração do auxílio saúde na folha de pagamento	Realizado
Desenvolvimento de Sistema de concessão de férias	Em fase de finalização
Desenvolvimento de Sistema de substituição de cargos	Em fase de finalização
Desenvolvimento de Sistema gerenciador de Atos e Portarias	Em fase de finalização

1.12 Projetos de Resoluções RH

Projeto	Descrição	Status
Projeto de resolução de cessão e requisição de servidores	Resolução que estabelece quais os requisitos para deferimento da cessão, obrigações assumidas pelo órgão cedentes, cessionários e servidores, prazos, tipo de ônus, modalidade de ressarcimento, efeitos da cessão, entre outras disposições.	Em Elaboração
Recadastramento de instrutores internos	Realizar o recadastramento de instrutores internos para fins de atualização de banco de dados nos termos da Resolução nº 29/2010	Em Elaboração

Projetos de Lei nº Regulamentação Pagamentos Juízes Auxiliares 5. Projeto de Resolução nº Meritocracia – Parceria Diretoria Financeira 7. Resolução nº Gratificação de Atividade Judiciária – Diretoria Geral 8. Resolução nº Descrição de Cargos Efetivos do Poder Judiciário 9. Portaria Auxílio- transporte 10. Resolução Reajuste Auxílios – Parceria Diretoria Financeira 11. Projeto de Resolução Teletrabalho 13. Resolução do Estágio 14. Projeto de Resolução de Férias		Aprovado
2. Projeto de Lei Substituição	Resolução n.	Aprovado
4. Resolução nº Auxílio Bolsa – Parceria Diretoria Financeira		
Avaliação de Desempenho	Alteração da avaliação de desempenho	Em Elaboração
RH Itinerante	Este projeto prevê visitas periódicas às comarcas para levar informações, orientações de saúde e qualidade de vida, palestras e eventos buscando o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis no ambiente de trabalho, redução dos níveis de estresse e lideranças positivas.	Início Novembro de 2016

1.13 Principais Eventos / Capacitação

Outubro Rosa	Palestra sobre Prevenção do Cancer de Mama – Palestrante Dra. Giovana Borba	
Ciclo de Palestras	<p>São Luís : Relacionamento Interpessoal e estratégias de enfrentamento de conflitos no trabalho (Psicóloga e Professora Ingrid Rodrigues) O avanço nas licitações sustentáveis - em parceria com o Núcleo Socioambiental (Katlin Scartezini) Atividade Física, saúde e qualidade de vida – em parceria com o Núcleo Sócio ambiental (Professor Dr. Mario Sévillo) Caxias/Timon/Imperatriz Eu quero, portanto eu faço. E você ? (Servidor e Professor Rodrigo Valente)</p> <p>Bacabal/Santa Inês/Pinheiro Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho O servidor em um ambiente em transformações (Psicólogo Mestrando Railson Rodrigues)</p>	
Novembro Azul	Palestra de Prevenção ao Câncer de Próstata e de Pênis – Dr. Leudivan Nogueira	
Projetos Encontro com RH	I Encontro Junino de Integração servidores do Centro Administrativo; Apresentação da Peça Pão com Ovo – prevenção câncer - novembro azul	
I Corrida TJMA	Projeto que incentiva prática de esportes e visa desenvolvimento de qualidade de vida e bem estar de servidores e magistrados	Outubro 2016
I Encontro de Gestores de Pessoas de Organizações Públicas do TJMA	Encontro entre gestores de pessoas de vários órgãos públicos do estado do Maranhão. (Prof. Dr.Bruno)	Setembro de 2016
Capacitação em Coaching para Secretários Judiciais	Coach Felipe Mussalém	Ate Dezembro de 2016
Capacitação em Coaching para Magistrados	Coach Padua Weber	Fevereiro 2017
Qualidade de Vida	Campanha de vacinação dos servidores contra gripe H1N1	

. ANEXOS

RH EM NÚMEROS 2016

Desembargadores	27
Juízes de 1º Grau	297
Servidores Comissionados	922
Servidores Efetivos	3667
Servidores Estáveis ANT 1988	163
Servidores Excepcionais	42
Servidores Reintegrados	40
Militares da Reserva	229
Militares Ativos	129
Convênio – Prefeitura	44
Total	5.560

SERVIDORES CEDIDOS

Tipo	Quantidade de servidores requisitados
Cedidos com ônus de origem	12
Cedidos com ônus ressarcido de origem	23
Cedidos sem ônus de origem	06
Total	41

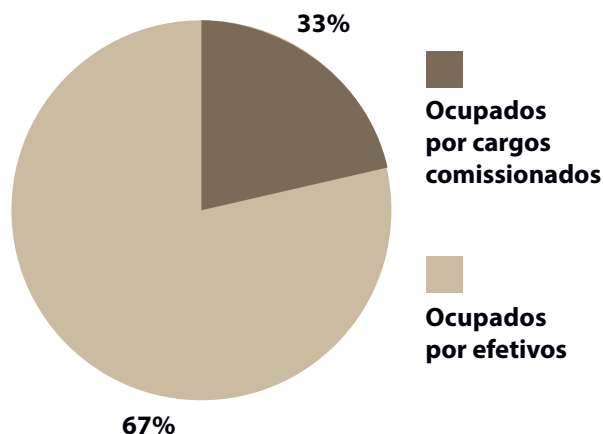
COORDENAÇÃO DE DIREITOS E REGISTROS

ASSUNTO	QUANTIDADE
CESSÃO DE SERVIDOR COM ÔNUS RESSARCIDO	621
DEVOLUÇÃO DE VALORES	1220
DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR	101
ENQUADRAMENTO NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS	3
IMPLANTAÇÃO DE PERCENTUAL	240
OUTROS	7913
Total	10098

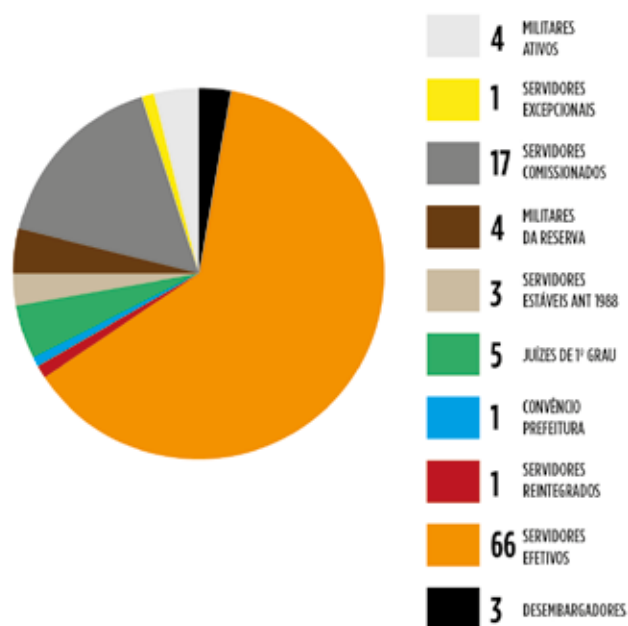
SERVIDORES REQUISITADOS

Tipo	Quantidade de servidores requisitados
Requisitados com ônus de origem	13
Requisitados com ônus ressarcido	02
Requisitados sem ônus de origem	07
Total	22

DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - TJMA



DIRETORIA
Judiciária

Quantitativo de processos distribuídos (Themis SG e PJE)	29.505
Quantitativo de processos julgados (Themis SG e PJE)	27.550
Quantitativo de processos baixados (Themis SG e PJE)	27.929
Quantitativo de processos originários autuados	6.890
Processos entregues em carga aos advogados	5.372
Processos entregues em carga a PGJ	23.446
Publicações no Diário da Justiça Eletrônico	49.968
Tramitações efetuadas no Sistema Themis SG pelos servidores da DJ.	4.725.380

Observo que no mês de julho de 2016 iniciamos o recebimento de PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS -PJE nas Câmaras Cíveis Isoladas, conforme disciplinado através da Portaria 427/2016, e, em novembro de 2016, foi instituído o PROTOCOLO DESCENTRALIZADO, destinando-se ao recebimento de petições iniciais e intermediárias endereçadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

DIRETORIA
Informática

PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS EM 2016

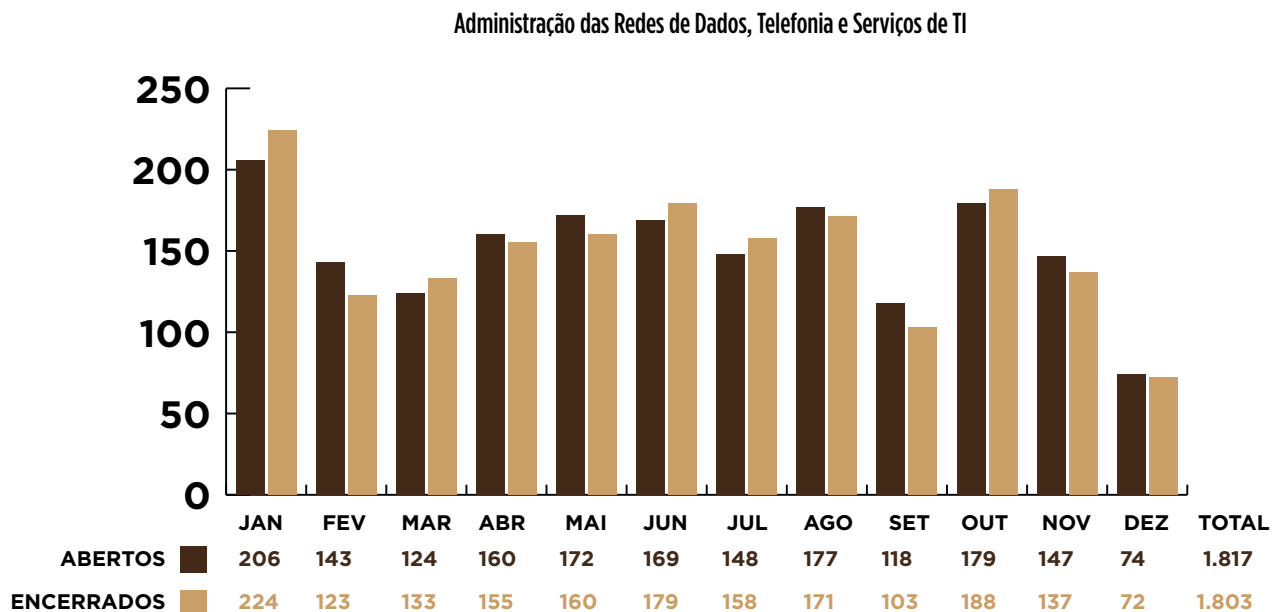
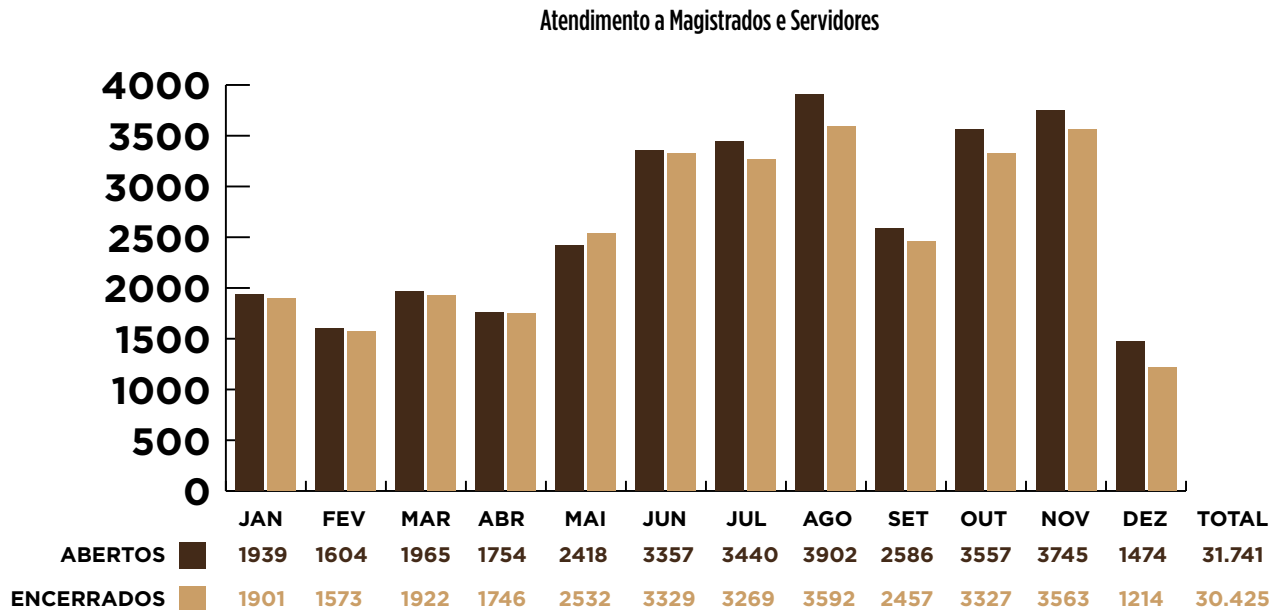
Item	
1	Implantação do sistema PJe no 1º Grau A partir de 2016 as varas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Itapecurú, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz e Caxias passaram a utilizar o sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe. Com a implantação, o PJe passa a funcionar em 55% das unidades de 1º Grau da justiça maranhense, elegíveis para receber o sistema.
2	Implantação do sistema PJe no 2º Grau A partir de 2016 todas as Câmaras Cíveis do TJMA passaram a utilizar o sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe. Com a implantação, o PJe passa a funcionar em 100% das unidades de 2º Grau da justiça maranhense.
3	Contratações e aquisições de serviços de informática Foram realizadas licitações para contratações de serviços de TI para regularização do fornecimento de suporte técnico para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do Datacenter, bem como aquisição de centrais de telefonia, computadores, scanners, links de dados, notebooks, monitores, leitoras de código de barras, mouses, teclados, kits de gravação de audiência e kits de depoimento sem dano, e outros componentes para reparo de equipamentos de informática.
4	Plataforma de sustentação oral à distância para advogados O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) implantou sistema que permite a advogados realizarem sustentação oral a distância, através de videoconferência, nas sessões de julgamento do Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminais (Isoladas e Reunidas).
5	Emissão de certidões negativas via internet As certidões negativas para fins eleitorais, de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa – no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Maranhão – já podem ser emitidas gratuitamente no Portal do Poder Judiciário. As certidões serão processadas exclusivamente pelos sistemas eletrônicos THEMIS PG, THEMIS SG, VEP/CNJ e PJE, com base nos registros do banco de dados.
6	Novo serviço de Atendimento ao Usuário A empresa CTIS foi contratada para fornecimento do serviço de atendimento ao usuário de informática do TJMA, regularizando-se o serviço de suporte a magistrados e servidores que estava comprometido por problemas com a empresa anterior.
7	Nova versão do sistema de EAD da ESMAM Uma nova versão do sistema Moodle foi disponibilizada para a ESMAM, permitindo a correção de falhas da versão anterior e disponibilizando novas funcionalidades para a Escola da Magistratura.
8	Novo modelo de gestão de ligações telefônicas Com o objetivo de reduzir os gastos com telefonia o TJMA está adotando um novo modelo de gestão de uso de telefones, com a adoção de usuário e senha para realização de ligações telefônicas. O modelo foi implantado com êxito no Centro Administrativo e no prédio sede do TJMA, onde já possibilitou a redução de 47% nos gastos, e será agora expandido para outras comarcas.
9	Certificados Digitais para magistrados e servidores Foram adquiridos 2.500 certificados digitais para distribuição a magistrados e servidores, possibilitando a implantação do sistema PJe, bem como a utilização dos sistemas INFOJUD e RENAJUD, cujo acesso se dá exclusivamente através do uso de certificação digital.

10	<p>Programa Software Livre no Judiciário O Poder Judiciário do Maranhão passará agora a utilizar sistemas operacionais livres para criação, edição, armazenamento e disponibilização digital de documentos editáveis para aplicações de textos, planilha e apresentação. A medida – regulamentada na Resolução 23/2016, do Tribunal de Justiça do Maranhão – visa gerar economia com melhor aproveitamento dos recursos financeiros, assegurando também a uniformização de critérios para a política de utilização e migração para o uso de software livre e programas com código aberto.</p>
11	<p>Scanners departamentais para envio de Recursos Constitucionais Foram adquiridos scanners departamentais (de grande capacidade de digitalização) para a regularização do serviço de envio de recursos aos tribunais superiores. O envio dos recursos especiais e extraordinários estava comprometido devido à ausência de equipamentos em operação que pudessem suprir a demanda dos serviços de digitalização.</p>
12	<p>Atualização de sistemas de informação Os sistemas DIGIDOC, Themis PG, Themis SG, Tutor, Salus, VEP/CNJ, e-Mat, Atende, Convictus, Auditus, Siaferj, UMF, Jurisconsult, Gestor e Promeritus foram atualizados, recebendo melhorias e correções para otimização das atividades das unidades judiciais e administrativas.</p>
13	<p>Informatização do controle de depósitos judiciais O TJMA iniciou a operação do módulo de controle de depósitos judiciais. Integrado ao FERJ, o módulo permitirá maior segurança e controle na manipulação das informações de depósitos judiciais, bem como a integração com os sistemas dos bancos.</p>
14	<p>Inspeções de segurança da informação Foram realizadas ações de inspeção nos cadastros de usuários e magistrados com o objetivo de revisar as habilitações em sistemas de informação e serviços (email, internet, etc.) permitindo a exclusão de cadastros de pessoas que já haviam sido exoneradas e a adequação de permissões para pessoal que teve sua lotação alterada, impedindo a realização de ações não autorizadas em sistemas, aumentando a segurança no acesso a manuseio da informação. Os serviços de Correio Eletrônico e AD foram atualizados, com melhorias na segurança.</p>
15	<p>Manutenções preventivas e corretivas no Data Center Realizadas manutenções corretivas e preventivas nos equipamentos de armazenamento de dados instalados no Data Center do TJMA, permitindo o reorno do ambiente computacional do TJMA ao seu regular funcionamento e possibilitando a expansão do centro de processamento de dados, preparando-o para a implantação do PJe.</p>
16	<p>Manutenção corretiva e preventiva nas unidades judiciais As comarcas de Icatu, Maracaçumé, Cururupu, Codó, Coelho Neto, Humberto de Campos, Santa Luzia do Paruá, Colinas, Buriti Bravo, Anajatuba, Sucupira do Norte, Chapadinha, Vargem Grande, Urbano Santos, Santa Luzia do Tide, Caxias, Colinas, Lago da Pedra, Coroatá, Igarapé Grande, Porto Franco, Carolina, Pinheiro, Grajau, S. Pedro Água Branca, Matões, Cururupu, Turiaçu, Guimarães, Alto Parnaíba, Barra do Corda, Buriti Bravo, Coroatá, Ze Doca, Arari, Anajatuba, Santa Quitéria, Presidente Dutra, Porto Franco, Buriticupu, Pinheiro, Vitorino Freire e Poção de Pedras passaram por manutenção em seus computadores e na rede lógica e de telefonia nos meses de janeiro a dezembro.</p>
17	<p>Aplicativo Telegram é adotado como comunicador instantâneo padrão do TJMA Depois de avaliações e estudos acerca de uma alternativa para troca de mensagens instantâneas a ser utilizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Diretoria de Informática e Automação definiu o aplicativo Telegram como a ferramenta mais adequada, passando a ser o comunicador instantâneo padrão entre magistrados e servidores do Judiciário maranhense.</p>
18	<p>Consulta da GPJ no Jurisconsult As unidades judiciais de 1º Grau já podem consultar a produtividade da GPJ 2016 no sistema Jurisconsult. Os dados são extraídos dos sistemas judiciais (Themis, PROJUDI, PJE, etc.) e consolidados todos os dias, às 22:00h, exceto às sextas-feiras e finais de semana. Na consulta é possível verificar o acervo inicial, os processos julgados até o momento e o saldo do acervo. Pode-se ainda conhecer quais processos foram considerados na meta.</p>

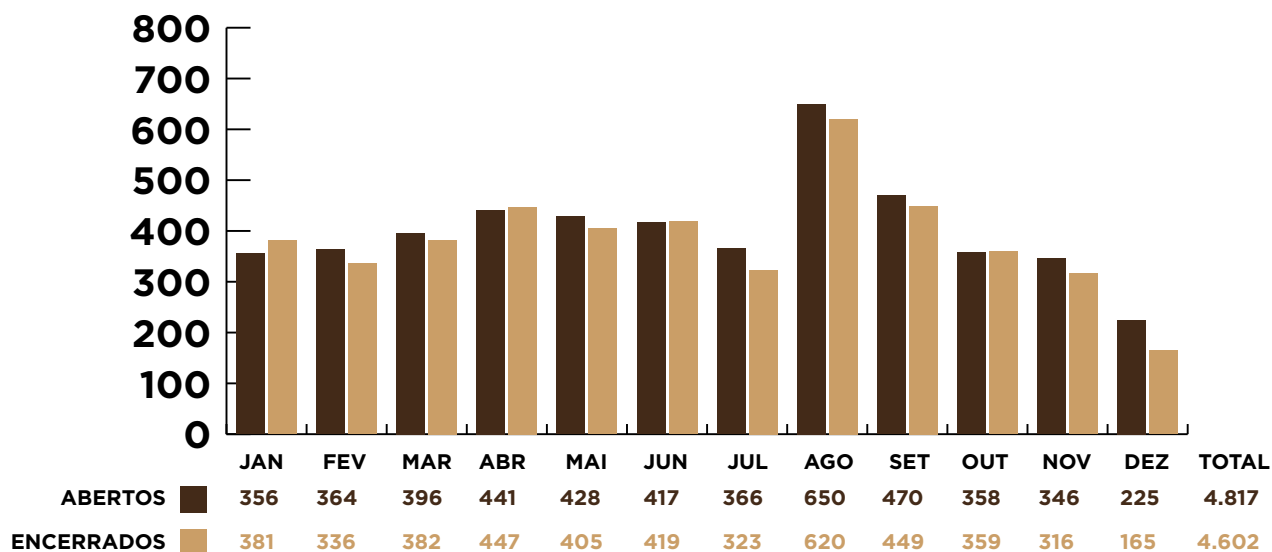
19	Consulta da produtividade de magistrados no Jurisconsult Os magistrados de 1º Grau já podem consultar a sua produtividade no sistema Jurisconsult. Os dados são extraídos diretamente dos sistemas judiciais (Themis, PROJUDI, PJE, etc.) permitindo que os juizes e juizas acompanhem, on line, a evolução da apuração de sua produtividade para efeito de participação em promoções e remoções por merecimento.
20	Novo módulo de Correções Virtuais no Auditus O Tribunal de Justiça desenvolveu um novo módulo para o sistema Auditus. O módulo permite que as unidades judiciais sejam correicionadas virtualmente pela Corregedoria Geral de Justiça, de acordo com a portaria CGJ-9352016, não excluindo a necessidade de realização de correições presenciais.
21	Nova política de controle de acesso à Internet O Tribunal de Justiça está implantando uma nova política de controle de acesso à Internet. A medida, normatizada através da PORTARIA-TJ – 49312016, leva em consideração a necessidade de otimizar o uso dos links das unidades judiciais, priorizando seu uso para os sistemas e serviços do Judiciário.
23	Novo módulo de Central de Vagas O Tribunal de Justiça desenvolveu um novo módulo para o sistema de Remoção. O módulo permite que as unidades informem suas necessidades de pessoal e que os servidores cadastrem a sua disponibilidade de mudar de lotação. A partir dessas informações o sistema cruza os dados e emite relatórios informando as possibilidades de relocação de servidores.
24	Novos computadores para as comarcas do PJe O Tribunal iniciou a distribuição de novos computadores para as comarcas que utilizarão o sistema PJe. A medida visa substituir equipamentos obsoletos e possibilitar a implantação do sistema de processo eletrônico. Receberam novos equipamentos as comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Itapecurú, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz e Caxias.
25	Serviço de videoconferência com unidades prisionais O Tribunal de Justiça inaugurou em 2016 duas salas de videoconferência no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Os equipamentos foram doados pelo TJ ao Executivo e as salas permitirão que as audiências de réus presos sejam realizadas sem a necessidade de deslocamento para os fóruns, gerando maior segurança para magistrados e servidores, além de minimizar o cancelamento de audiências por ausência dos réus.
26	Interligações via fibra ótica O Tribunal interligou as sedes do Fórum de São Luís e da UMF com o prédio sede do TJMA através de fibra ótica. A iniciativa aumenta a velocidade de acesso aos sistemas e serviços ao mesmo tempo em que permite a economia de recurso financeiro.
27	Ampliação do link de acesso à Internet O Tribunal ampliou o link de acesso à Internet de 100 para 300 mbps. A medida permitirá a ampliação da velocidade de acesso das unidades, bem como a melhoria dos serviços prestados à sociedade, possibilitando um acesso mais rápido e estável aos sistemas e soluções disponibilizados pelo TJMA.
28	Distribuição de notebooks a magistrados O Tribunal distribuiu novos notebooks aos juizes de primeiro grau e desembargadores, substituindo os equipamentos atuais. A medida está alinhada com o planejamento de implantação do PJe e permitirá maior celeridade no uso dos sistemas e serviços do Judiciário.
29	Ampliação dos links de dados das unidades judiciais O Tribunal está ampliando os links de diversos fóruns, aumentando sua velocidade e capacidade de comunicação de dados. A iniciativa está alinhada com a implantação do sistema PJe, preparando as comarcas para receber o sistema, e foi planejada após a realização de estudo de capacidade e utilização. Serão ampliados os links de Caxias, Açailândia, Bacabal, Chapadinha, Codó, Imperatriz, Joselândia, Santa Inês, São José de Ribamar, Timon, Alto Parnaíba, Igarapé Grande, São Domingos do Azeitão e São Pedro da Água Branca.

TI EM NÚMEROS

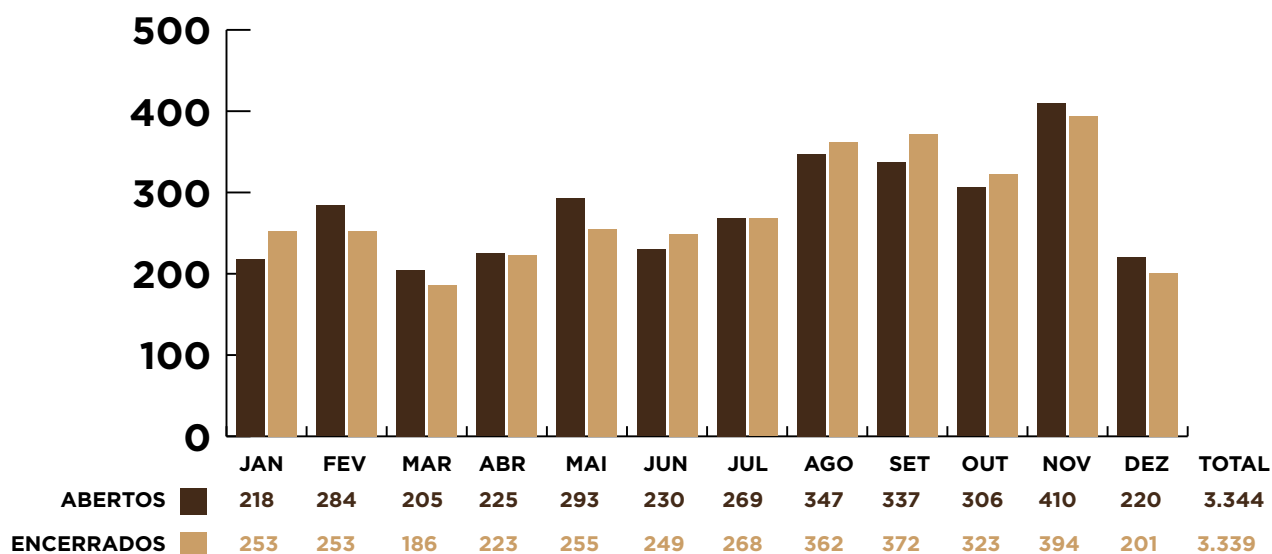
Os dados a seguir referem-se aos valores de faturas, período de 01/01/2016 a 31/12/2016, os quais foram devidamente analisados e atestados nesta divisão, relativa as despesas realizadas com consumo de água, energia elétrica, telefonia e serviços de postagem no citado período, em todas as unidades (sede do TJ, juizados, centro administrativo/TJ, Fóruns, creche, garagens etc.), sob responsabilidade do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça.



Administração de Sistemas de Informação e Banco de Dados



Manutenção de Equipamentos



DIRETORIA
Segurança

As atividades desenvolvidas pela Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão são realizadas por meio da Coordenadoria de Segurança, Divisão de Proteção ao Magistrado e a Divisão de Inteligência, composta pelo quadro funcional previsto na Lei nº 9.488/2011, de 04/11/2011, em conjunto com a Resolução – GP – nº 52/2011 e Resolução – GP – 702016, nas áreas de segurança de magistrados e servidores, segurança patrimonial, realização e execução de projetos para a segurança institucional.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

a) ADMINISTRATIVO:

Confecção e entrega de 38 Planos de Segurança Orgânico das seguintes unidades jurisdicionais:
Confecção de Relatórios de Inteligência.

b) OPERACIONAL:

b.1) Atendimentos a ocorrências envolvendo magistrados e servidores

No exercício do ano em curso, foram realizados 113 atendimentos a ocorrências envolvendo magistrados e servidores. Sendo 72 foram solicitações de Magistrados e 41 atendimentos diversos.

Foram realizados 04 atendimentos de ocorrências envolvendo incêndios em Fóruns.

COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

a) ADMINISTRATIVO:

1. Coordenação da Cartilha de Segurança Institucional

a.1) Fiscalização dos Contratos de Segurança e Vigilância Privada

A Diretoria de Segurança possui sob sua responsabilidade de fiscal 04 contratos de prestação de serviços de segurança e vigilância armada para o Poder Judiciário, firmados com as Empresas Atlântica Segurança Técnica Ltda e Potencial Segurança e Vigilância Ltda, a saber: 132/2011, 183/2011, 214/2011 e 44/2014, totalizando 84 postos de serviço, distribuídos na capital e interior.

Foram realizadas aproximadamente 31 notificações a Empresa Potencial e 07 para Empresa Atlântica, em virtude de descumprimento de

cláusulas contratuais durante o ano de 2016.

b) OPERACIONAL

b.1) Implantação do Sistema de Controle de Acesso:

Foram instalados no ano de 2016, 05 aparelhos de RX distribuídos nas comarcas de **Caxias, Timon, Imperatriz e na sede do Tribunal de Justiça**, tal investimento visa em maior segurança para as referidas unidades jurisdicionais.

Também foram instalados 13 portais detectores de metais conforme relação abaixo:

- √ 02 portais detectores de metais na entrada do prédio sede do TJMA;
- √ 01 portal detector de metais no Anexo II do prédio sede do TJMA;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Santa Inês;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Lago da Pedra;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Arame;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Codó;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Pedreiras;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Balsas;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Bacabal;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Timon;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Caxias;
- √ 01 portal detector de metais no Fórum de Açailândia.

Com previsão para o início do ano de 2017, a instalação de 05 portais detectores de metais, no prédio da Corregedoria Geral da Justiça, na 2ª Vara de Execuções Penais; no Fórum do município de São José de Ribamar; no Fórum do município de Raposa e no Fórum do município de Paço do Lumiar, aguardam apenas as adequações físicas necessárias.

Por fim, no tocante aos trabalhos do sistema de controle de acesso nas dependências do Poder Judiciário, esta Diretoria aguarda a conclusão do processo licitatório nº 405162015, no qual consta a aquisição de 102 portais detectores de metais, que serão instalados em todas as comarcas do Estado.

b.2) Implantação do Sistema de Monitoramento Eletrônico

No ano em curso foram realizadas a instalação de câmeras de segurança na 2ª VEP, Centro Administrativo do TJMA e na sede do Tribunal de Justiça, além da manutenção dos sistemas já existentes em outras unidades da capital e interior do Estado. Contudo, esta Diretoria aguarda a conclusão do processo licitatório nº 405162015, para que seja dado prosseguimento ao projeto de instalação de videomonitoramento em todas as comarcas.

b.3) Instalação e manutenção do sistema de câmeras nas unidades jurisdicionais

CAPITAL

- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Fachada do Centro Administrativo;
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Recepção do Centro Administrativo;
- √ Instalação de Sistema de Videomonitoramento – 2ª Vara de Execuções Penais;
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Estacionamento Centro Administrativo
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Tribunal de Justiça Sede
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Diretoria Administrativa
- √ Instalação de Câmera de monitoramento – Fachada Monitoramento Carcerário
- √ Manutenção e Configuração de Servidor videomonitoramento – Raposa;
- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – S. J. de Ribamar;
- √ Configuração de Servidor de Videomonitoramento – ESMAM;
- √ Manutenção de câmeras de monitoramento – TJMA SEDE
- √ Manutenção de câmeras de monitoramento – Centro Administrativo TJMA
- √ Manutenção e Configuração de Servidor e Câmeras – ESMAM
- √ Manutenção e Configuração de Servidor e Câmeras – 2ª Vara de Execuções Penais

INTERIOR

- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – Imperatriz
- √ Instalação e manutenção de Sistema de Videomonitoramento – Timon;
- √ Configuração de Servidor de

Videomonitoramento – Caxias;

- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – Imperatriz/MA;
- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento Buriti de Inácia Vaz/MA;
- √ Manutenção e Configuração de Servidor de Videomonitoramento – Buriti;

DIVISÃO DE PROTEÇÃO AO MAGISTRADO

a) ADMINISTRATIVO:

a.1) Confeção de Crachás

Ao longo do exercício de 2016 foram confeccionados 344 crachás, sendo 182 na capital distribuídos da seguinte forma: 162 para servidores, 03 para Promotores de Justiça, 04 para Defensores Públicos, 02 para estagiários, 04 para terceirizados e 07 para servidores cedidos (SEJAP).

As unidades do interior atendidas com a feitura de 162 crachás foram: comarca de Arari 10, Bacuri 10, Brejo 16, Colinas 14, Grajaú 06, Itapecuru Mirim 42, Presidente Dutra 32, Santa Luzia 20 e São Domingos do MA com 12.

b) OPERACIONAL:

b.1) Recolhimento de armamento para destruição e/ou custódia;

A Diretoria de Segurança Institucional planejou e executou o trabalho de recolhimento de armas de fogo e armas brancas, referentes aos processos criminais em tramitação, as quais permanecem sob a guarda do poder judiciário.

Ao longo do ano de 2016 foram recebidas 204 requisições com fim de recolhimento de armamento, das quais 193 foram atendidas. Ficando pendentes 11 requisições.

Foram recolhidas ao longo do ano em curso 3637 armas, sendo realizadas 05 remessas de armas ao 24º BIL (Batalhão de Infantaria Leve), para fins de destruição, 2636 armas, sendo 1209 armas de fogo e 1427 armas brancas.

Sob custódia do poder judiciário encontram-se 2147 armas de fogo, das quais 2073 permanecem vinculadas a processos judiciais e 74 (setenta e quatro) para destruição.

Em relação a armas brancas existem 771 (setecentas e setenta e uma) armas custodiadas vinculadas a processo ainda não finalizados e 83 (oitenta e três) com autorização para destruição, totalizando 854 (oitocentos e cinquenta e quatro)

armas brancas.

b.2) Outras Atividades

- Armas encaminhadas ao INCRIM – 02 (duas);
- Armas restituídas – 07 (sete);
- Armas encaminhadas a Delegacia – 07 (sete)
06 (seis): Delegacia de homicídio
01 (uma): 3º Distrito policial
- Armas devolvidas a unidades judiciais
01 (uma): 2ª Crim. São José de Ribamar
15 (quinze) facas: Comarca de Magalhães de Almeida
06 (seis): 3ª Tribunal do Juri
01 (uma) Ribamar
01 (uma) Paço do Lumiar

c) Proteção ao Magistrado

Com aprovação em Sessão plenária da Resolução – GP-702016 datada de 30 de novembro de 2016, passa vigorar a nova nomenclatura de Divisão de Proteção ao Magistrado em substituição a Divisão de Segurança.

A referida Divisão realizou ao longo do ano 07 escoltas dedicadas a magistrados, das quais 03 magistrados permanecem com escolta.

DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

a) ADMINISTRATIVO:

a.1) Cursos

- √ Segurança no Cumprimento de Mandados - 3 (três) turmas (São Luís, Imperatriz e Caxias);
- √ Realização de palestra na área de segurança institucional para servidores da DSI, sobre Plano de Segurança Orgânica dos Fóruns e Análise de Riscos;
- √ Instrução teórica e prática do sistema Digidoc, ministrada pela chefe da Divisão de Protocolo Administrativo aos integrantes da DSI, realizado em duas etapas;
- √ Instrução e capacitação dos servidores da Diretoria de Segurança em minicurso de informática- Windows Básico e Word;
- √ Palestra do Excelentíssimo Dr Ferdinando sobre Cyber Crimes realizado no mês de maio com toda a equipe da DSI;
- √ I Curso de Segurança Institucional para Magistrados em parceria com a ESMAM, atuando diretamente na coordenação e estruturação dos trabalhos desenvolvidos pelos instrutores e alunos do curso;

√ Realização da 2ª turma do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEGINSTM) 2016 no mês de outubro, na cidade de Imperatriz-MA, sob a coordenação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM);

a.2) Atuação da DSI na Comissão Permanente de Segurança Institucional- CPSI

a) Janeiro

√ Apresentação de relatório de ocorrência envolvendo magistrado.

b) Fevereiro

√ Desmobilização de escolta de magistrado;

√ Apresentação da proposta do Curso de Segurança Pessoal no Cumprimento de Mandados a ser realizado nas cidades de São Luís, Caxias e Imperatriz;

√ Apresentação de proposta para distribuição de 20 pórticos detectores de metais às comarcas, conforme critérios definidos pela CPSI.

c) Março

√ Apresentação de relatório de ocorrência envolvendo magistrado;

√ Concessão de escolta a magistrado;

√ Apresentação de Projeto para atualização do Plano de Proteção e Assistência a Juizes em Situação de Risco;

√ Proposta de Curso de Segurança Institucional para Magistrados;

√ Proposta para distribuição de Pórticos e equipamentos de Raio "X";

√ Proposta de aplicação dos recursos do FUNSEG conforme Planejamento Estratégico;

√ Apresentação de Portaria da SMTT, com fins de disciplinar a presença de carro de som na área livre da Praça Pedro II.

d) Maio

√ Instalação de 02 (dois) aparelhos de Raio "X" e Pórticos de Segurança no prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão;

√ Aplicação da Portaria nº. 79/2016 da Prefeitura Municipal da São Luís, que dispõe acerca da disciplina e proibição da circulação de veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação, entretenimento e comunicação, nas imediações da Praça Pedro II;

√ Deliberação de confecção de um expediente ao Comandante Geral da PMMA, solicitando o acautelamento de armas vinculadas a processos.

e) Junho

√ Apresentação de proposta de Convênio para contratação de policiais Militares da ativa;

√ Apresentação do MEMO-GDJAP-123/2016 do CNJ que versa sobre a Continuação de Diagnóstico sobre Segurança Institucional – preenchimento de pesquisa;

√ Apresentação do Relatório do Curso de Segurança aos Magistrados (16/05/2016 a 20/05/2016) e proposta do Manual de Segurança Institucional elaborado pelos juízes e instrutores do curso SEGINSTM.

f) Julho

√ Aprovação do Convênio TJMA x PMMA (Jornada Operacional), para contratação de Policiais Militares da Ativa, tendo como municípios inicialmente alcançados Imperatriz, Caxias e Timon;

√ Aprovação do Manual de Segurança.

g) Agosto

√ Deliberação de manutenção da escolta pessoal para magistrado;

√ Autorização do deslocamento de uma equipe para acompanhar magistrado em audiência.

h) Setembro

√ Deliberações sobre protocolo de escoltas a ser utilizado, sob ação e supervisão da Diretoria de Segurança Institucional;

√ Deliberação de vistoria, por parte de membro desta Comissão, nas instalações do Fórum de São José de Ribamar, para fins de verificação quanto à possibilidade de instalação do pórtico e do aparelho de raio-X;

√ Solicitação junto à Corregedoria para que identifique e relacione todos os processos em tramitação no 1º Grau envolvendo integrantes de facções criminosas, verificando inclusive a possibilidade de formação do órgão colegiado para julgamento destes processos;

√ Deliberado sobre o aluguel de um veículo blindado para ser utilizado pelo TJMA, enquanto não houver processo para aquisição definitiva do referido veículo;

√ Deliberação pela aquisição de 10 (dez) coletes a prova de balas, para destinação nos casos que envolvam magistrados em situação de risco ou ameaça.

i) Outubro

√ Deliberação de adesão a atas vigentes de outros órgãos, assim como possibilidade de abrir outras frentes de compras para aquisição de carros blindados para uso na Segurança Institucional do TJMA;

√ Deliberação de visita pela Comissão de Segurança Institucional ao Secretário de Segurança Pública do Estado, para tratarem de assunto no campo da Segurança Institucional.

j) Novembro

√ Deliberação da elaboração de uma Circular da Comissão, com recomendações aos magistrados sobre o Protocolo de Segurança;

√ Deliberação da realização do Curso de Segurança para magistrados no mês de fevereiro na cidade de Teresina;

√ Deliberação pela aquisição de 30 (trinta) coletes, correspondendo a mais ou menos 10% do número de magistrados do estado, sendo custeados com os recursos do FUNSEG-JE, e por meio da adesão de Ata vigente;

√ Deliberação pela aquisição de 4 (quatro) veículos, utilizando os recursos do FUNSEG-JE, sendo: 2 por adesão a atas que atendam as necessidades da Comissão e 2 através de processo licitatório.

k) DEZEMBRO

Aprovação do calendário de reuniões da Comissão Permanente de Segurança Institucional exercício 2017;

Foi decidido pela atualização do Plano de Proteção a Magistrados, com as recomendações quanto a afastamentos de prefeitos, policiais servidores da justiça e etc;

Aprovação de calendários de cursos da ESMAM;

3. Ações Gerais Realizadas

√ Apresentação no Gabinete da Presidência, para a mesa diretora do TJMA e Associação dos Magistrados Maranhenses- AMMA, do Plano de Segurança Institucional do TJMA, aprovado pela Comissão de Segurança Institucional;

- √ Apresentação na Diretoria de Engenharia da palestra sobre Segurança Orgânica e Vulnerabilidade nas Unidades Judiciárias;
- √ Participação da palestra sobre o Plano de Gestão por Competência do Poder Judiciário;
- √ Participação de Reunião da Comissão Permanente de Segurança Institucional nos meses de Janeiro a Junho;
- √ Participação de Reunião da Comissão Permanente de Segurança – CPSI na cidade de Caxias;
- √ Participação da Reunião do FUNSEG ;
- √ Participação na inauguração do Fórum de Matões/MA e Colinas/MA;
- √ Acompanhamento e participação no Seminário de Integração do Curso de Direito – Faculdade do vale do Itapecuru – Caxias;
- √ Deslocamento ao Conselho Nacional de Justiça em caráter oficial no mês de junho;
- √ Conclusão da Cartilha de Segurança Institucional sendo apresentada reunião ordinária no mês de junho da CPSI;
- √ Elaboração e entrega de 38 (vinte e dois) Planos de Segurança Orgânico das comarcas de Magalhães de Almeida, Imperatriz, Pinheiro, Olinda Nova, Codó, Coroatá, Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Bacabal, Humberto de Campos, Urbano Santos, Joselândia, Buriti, Igarapé Grande, Santa Helena, Turiaçu, Bacuri, Cururupu, São Bento, São Vicente de Ferrer, Icatu, Rosário, São Luís, Lago da Pedra, Caxias, Timon, Colinas, Itapecuru, Santa Inês, Presidente Dutra, Bequimão, Morros, São José de Ribamar, Mirinzal, Cedral, Humberto de Campos, Alcântara e Pedreiras.
- √ Aquisição de 20 (vinte) Pórticos e 05 (cinco) Raio-x tendo sido instalados 13 (treze) pórticos de acordo com aprovação da CPSI (Comissão Permanente de Segurança Institucional) nas seguintes unidades judiciais: TJMA, Bacabal, Codó, Santa Inês, Balsas, Lago da Pedra, Pedreiras, Caxias, Açailândia, Timon e Arame, e sendo instalados os 05 (cinco) equipamentos de raio x sede do Tribunal de Justiça e nas comarcas de Caxias, Timon e Imperatriz;
- √ Instalação do Sistema de controle de acesso dos Fóruns de Timon, Caxias, Imperatriz e sede do TJMA;
- √ Planejamento da 2ª turma do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEINSTM) 2016 com previsão para no mês de outubro, sob a coordenação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM);

- √ Execução do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEINSTM) realizado no período de 16 a 20 de maio do corrente ano;
- √ Planejamento e elaboração do Convênio para “Aquisição de Munições Treina”;
- √ Planejamento e realização de palestra na área de segurança institucional para servidores da DSI, sobre Plano de Segurança Orgânica dos Fóruns e Análise de Riscos;
- √ Planejamento e elaboração do Convênio TJMA X PMMA “Jornada Operacional”;
- √ Planejamento da segurança e realização dos serviços de escolta de autoridades em visita oficial ao Tribunal de Justiça: visita oficial do Ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca a comarca de Imperatriz, visita oficial do Desembargador TJSP Ricardo DIP ao Fórum Desembargador Sarney Costa, visita oficial do Subprocurador-Geral da República e Coordenador da Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal, Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e visita oficial do Ministro do STJ Mauro Luiz Campbell Marques a ESMAM, “I Seminário de Meio Ambiente” ex ministra Maria Osmarina Marina da Silva e Dr. Nicolao Dino de Castro;
- √ Apoio e acompanhamento do Curso de Oficial de Justiça realizado na cidade de Imperatriz e Caxias-Ma;
- √ Proposta de alteração do provimento de recolhimento de armamento
- √ Revisão da Diretriz de Recolhimento de arma;
- √ Participação no Seminário do Servidor;
- √ Realização do 2º turma do Curso de Segurança Institucional para Magistrados (SEINSTM) 2016 no mês de outubro, sob a coordenação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM);
- √ Participação na palestra “Sensibilização e Apresentação do Plano de Gestão por competência do poder público”;
- √ Participação na palestra “Desafios da Liderança na Gestão Pública”;
- √ Participação no curso “Elaboração de Termo de Referência”;
- √ Participação no seminário “O avanço nas licitações sustentáveis”;
- √ Participação no seminário “Gestão e fiscalização de contratos”;
- √ Atendimento a ocorrências pelo Plantão da Diretoria de Segurança, o qual atende pelos números 3231-6188 e 98880-5226.

DIRETORIA
FERJ

O ano de 2016 é um ano de superação para a Diretoria do FERJ, tendo um cenário financeiro totalmente desfavorável para realizar suas atividades que buscam principalmente alavancar a arrecadação de custas e emolumentos extrajudiciais, a fim de garantir ao Gestor de Despesas o cumprimento dos planos financeiros e orçamentários para o biênio 2016 e 2017 deste Egrégio Tribunal.

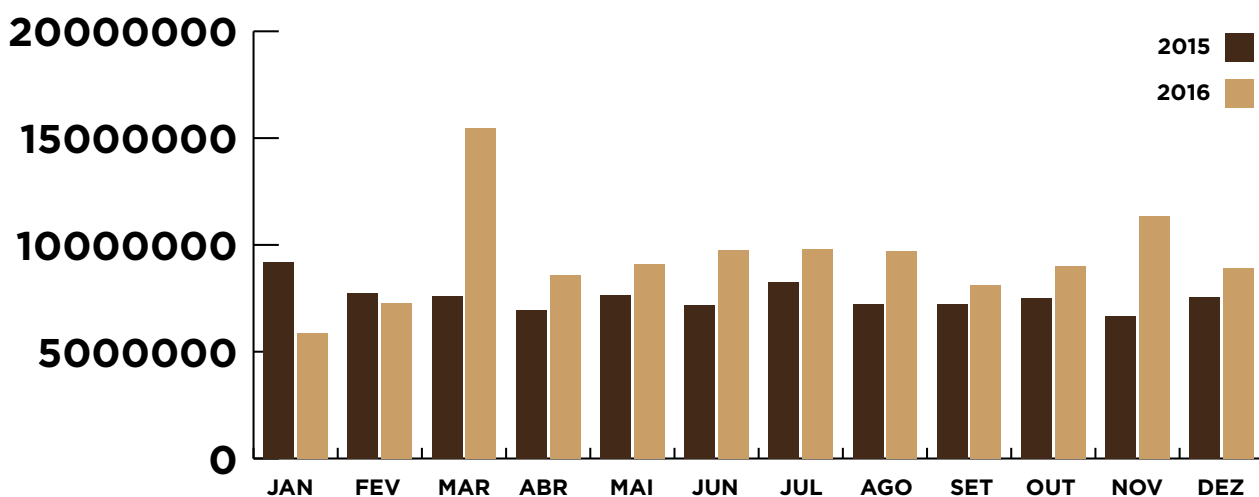
Ao fazermos o balanço deste ano de gestão do Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, observamos que são significativas as ações

já empreendidas para cumprir os princípios estabelecidos com a Presidência e as Diretorias.

A Diretoria do FERJ atendendo às políticas definidas pela atual gestão demonstra por meio desse Relatório de Atividades os indicadores das atividades desempenhadas, no ano corrente, para o aprimoramento e modernização do Poder Judiciário Maranhense.

Ao considerar o ano 2016, a nossa Diretoria teve como receita o montante de R\$ 113.059.158,36, o que compreende os campos da cobrança de custas finais e protesto, fiscalização, repasses provindos dos saldos de balancete, venda de selos.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO - FERJ - 2015 x 2016



ARRECADAÇÃO - 2015 X 2016 (em R\$)		
ANO	2015	2016
JANEIRO	9.216.317,18	5.881.356,56
FEVEREIRO	7.730.215,51	7.276.402,48
MARÇO	7.593.300,40	15.494.729,11
ABRIL	6.939.858,99	8.604.158,25
MAIO	7.660.957,17	9.088.003,20
JUNHO	7.200.607,18	9.767.965,67
JULHO	8.249.417,51	9.819.633,71
AGOSTO	7.234.498,04	9.697.560,31
SETEMBRO	7.246.908,62	8.140.279,33
OUTUBRO	7.517.899,56	9.005.144,57
NOVEMBRO	6.680.615,43	11.361.843,48
DEZEMBRO	7.553.107,36	8.922.081,69
TOTAL	90.823.702,95	113.059.158,36
Crescimento	24,48%	

Verifica-se que o crescimento anual foi de R\$ 22.235.702,95, nesta gestão em referência ao mesmo período da gestão anterior, o que representa um crescimento acumulado de 24,48%. Isso demonstra que a Diretoria do FERJ apresentou bons resultados, considerando todos os agravantes que o cenário externo de recessão econômica gera na arrecadação.

Segundo o artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 diferentes tipos de fontes de receita do FERJ, dentre as quais, destacam-se principalmente dois grupos mais expressivos: as receitas oriundas do recolhimento de custas e despesas processuais e as derivadas da taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais.

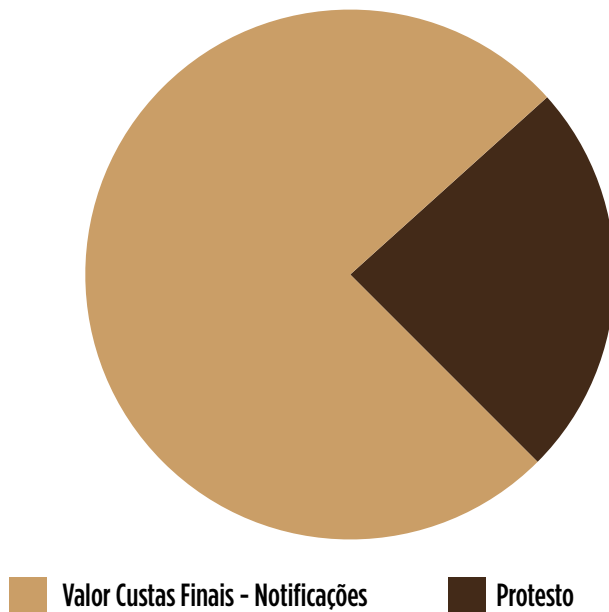
Para o recolhimento de custas finais a Diretoria do FERJ tem utilizado os seguintes meios de cobrança: envio de notificações e boleto via Correios e por

e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Os pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Eletrônico – DJE as custas finais e os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias.

Àquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no Serasa, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA.

No período de janeiro a 10 de dezembro de 2016, a Diretoria do FERJ com custas finais arrecadou R\$ 374.749,25, sendo que desse valor temos o montante de R\$ 256.765,60 que foi arrecadado diretamente através das notificações aos devedores (cartas e editais) e o valor de R\$ 117.983,65 oriundo das Certidões de Dívidas Ativas encaminhadas as serventias para protesto.

CUSTAS FINAIS - 2016



2016 – ATÉ 10.12.2016	
Valor Custas Finais - Total	R\$ 374.749,25
Protesto	R\$ 117.983,65
Valor Custas Finais - Notificações	R\$ 256.765,60

As atividades de fiscalização realizadas pelo FERJ, tanto nas serventias extrajudiciais quanto nas secretarias judiciais, tem como foco a apuração de fraudes, evasão de receitas e possíveis abusos contra a população na cobrança dos emolumentos.

A realização da fiscalização extrajudiciais contribui de forma importante ao fiel cumprimento da legislação na cobrança de emolumentos, garantindo ao Poder Judiciário o valor correto de arrecadação, bem como ao usuário do serviço a importância real a ser paga, por examinar os possíveis emolumentos cobrados indevidamente ao cidadão.

No ano de 2016, a Diretoria do FERJ, por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, desenvolveu o projeto de Recuperação de Receitas nas secretarias judiciais.

Essas atividades junto as unidades judiciais buscam promover a capacitação dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no tocante aos procedimentos de cálculo e recolhimento de custas judiciais, com as modificações da Lei Estadual nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009, bem como, pelas inovações advindas com o novo Código de Processo Civil, contribuindo, dessa forma, para a otimização e aumento da arrecadação das receitas do FERJ.

A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário, no tocante a otimização dos recursos públicos, ao fazer um trabalho de logística e adequação possibilitou a realização do trabalho de fiscalização nas serventias extrajudiciais juntamente com o do treinamento judicial.

As atividades de fiscalização extrajudicial juntamente judicial iniciaram em junho de 2016, contudo o comprometimento da equipe do FERJ proporcionaram os resultados de:

- 40 serventias extrajudiciais auditadas, referente aos anos de 2013 a 2015;
- 56 comarcas que receberam orientações quanto à cobrança de custas finais, o que representa mais de 100 varas judiciais que tiveram seus servidores capacitados pela equipe do FERJ.

Dentre as comarcas visitadas temos: Amarante do Maranhão, Paço do Lumiar, Raposa, São José de

Ribamar, Açailândia, Itinga, Carolina, Montes Altos, Senador La Roque, Coroatá, Timbiras, Caxias, Barra do Corda, Loreto, Balsas, Timon e Imperatriz.

A partir do mês de março do ano de 2012, o FERJ iniciou o controle das informações dos balancetes dos interinos do Estado do Maranhão. Esse trabalho rendeu aos cofres públicos, no período de janeiro/2016 a 10 de dezembro/2016, o valor de R\$ 2.641.968,41.

As serventias extrajudiciais interinas que por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ repassam valores financeiros ao FERJ, em virtude de saldo positivo, conforme determina o art. 2º do Ato da Presidência n.º 09/2010.

Em relação ao Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE, o FERJ durante o ano de 2016, mostrou excelência ao alcançar a meta proposta para a Gratificação de Produtividade Judiciária – GPJ. O índice de produtividade mensal é Aumentar 5% do total da arrecadação das receitas do FERJ, comparando com a arrecadação do mesmo período do ano anterior.

Em relação ao ano de 2016, o resultado divulgado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE, abrangendo o período de apuração de do 3º trimestre de 2016, informa que a Diretoria do FERJ tem alcançado a meta estipulada para o ano.

Já em relação ao FERC, a Diretoria e a Divisão do FERC durante o ano de 2016 desenvolveram um trabalho contínuo na análise e compensação dos atos gratuitos. Como resultado do esforço, nenhum registrador com situação regularizada ficou sem sua devida compensação no prazo estimado.

Durante o ano de 2016, o FERC encaminhou 76 processos contendo ordens de pagamentos, de forma que as serventias recebam os valores das compensações. Esses processos compreendem os meses de dezembro/2015 a novembro/2016.

Por fim, os registradores civis passaram a receber, em 2016, a quantia de R\$ 14,87 por cada ato gratuito, como forma de compensar os atos gratuitos praticados, conforme determinou a RESOL-GP 41/2015 que atualizou monetariamente do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº. 130/2009.

PROJETOS 2016

Projetos	Situação	Status
Implantação do Selo Digital	O Projeto "Selo Digital" está em construção juntamente com a Diretoria de Informática	Em execução
Alteração da Lei Estadual nº 9.109/2009, visando promover ajustes no texto legal (aprovada pela LEI 10534-2016 - PODER EXECUTIVO)	O projeto de alteração da legislação foi devidamente criado em outubro/2016, por meio do processo n.º 44200/2016	Realizado
Realização de atualização monetária das tabelas de custas e emolumentos previstas na Lei Estadual nº. 9.109/2009, para o exercício de 2017	Encaminhada para assinatura Resolução n.º 77/2016, com atualização monetária em 7,39%	Realizado
Realização da atualização o valor unitário dos selos de fiscalização dos atos notariais, registrais e de distribuição extrajudiciais, criados pela Lei Complementar nº. 48, de 15 de dezembro de 2000	Encaminhada para assinatura da Resolução n.º 76/2016, que entrará em vigor no dia 1º janeiro de 2017	Realizado
Realização da atualização monetária do limite unitário máximo para compensação de atos gratuitos da Lei Complementar Estadual nº. 130/2009, para o exercício de 2015	O limite unitário máximo para compensação passará a vigorar no valor de R\$ 15,97, após assinatura e publicação da Resolução n.º 75/2016	Realizado
Pedido de selos online, garantindo agilidade e controle das informações	Criada a ferramenta para pedido de selos, das serventias extrajudiciais, de forma online através do SIAFERJWEB	Realizado
Depósito Judicial – informações cadastradas no SIAFERJ-WEB	Criada a ferramenta para gestão e controle dos depósitos judiciais	Realizado
Recuperação de Receitas Judiciais	As capacitações dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no tocante aos procedimentos de cálculo e recolhimento de custas judiciais estão sendo realizadas	Em execução
Alterações no Gerador de Custas	Atualizado conforme o novo CPC, nos itens mais urgentes, e implementação nos outros itens que também foram atingidos pelo novo Código.	Realizado

DIRETORIA
ENGENHARIA

As atividades da Diretoria de Engenharia são realizadas seguindo a divisão territorial do Maranhão por lotes: Polo São Luís I, Polo São Luís II, Polo São Luís III, Polo Pinheiro, Polo Chapadinha, Polo Santa Inês, Polo Caxias e Polo Imperatriz.

1. POLO SÃO LUÍS - LOTES 01 e 02

1.1. SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE REFORMA DO PRÉDIO DA ESMAM – DEVOLUÇÃO

Descrição dos serviços: Serviços de reforma realizados no prédio da ESMAM.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 002/2016

Valor: R\$ 15.926,35

Valor Pago: R\$ 15.926,35

Data de início: 23/02/2016 Data de Término: 14/03/2016

1.2. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS JUIZADOS E ANEXOS DO TJ, REFERENTE AOS MESES DE DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 03/2016

Valor: R\$ 114.248,52

Valor Pago: R\$ 114.248,52

Data de início: 18/12/2015 Data de Término: 01/04/2016

1.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS JUIZADOS E ANEXOS DO TJ, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 04/2016

Valor: R\$ 70.880,66

Valor Pago: R\$ 70.880,66

Data de início: 01/03/2016 Data de Término: 31/03/2016

1.4 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS JUIZADOS E ANEXOS DO TJ REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO

Descrição dos serviços: Serviços de manutenção predial.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 05/2016

Valor: R\$ 91.014,78

Valor Pago: R\$ 91.014,78

Data de início: 01/08/2016 Data de Término: 07/10/2016

1.5 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO DE 05 A 25 DE ABRIL DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 06/2016

Valor: R\$ 92.900,13

Valor Pago: R\$ 92.900,13

Data de início: 05/04/2016 Data de Término: 25/04/2016

1.6. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO PERÍODO DE 26 DE ABRIL A 16 DE MAIO DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos

com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 07/2016

Valor: R\$ 104.435,85

Valor Pago: R\$ 104.435,85

Data de início: 26/04/2016 Data de Término: 16/05/2016

1.7. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 17 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 10/2016

Valor: R\$ 62.697,83

Valor Pago: R\$ 62.697,83

Data de início: 17/05/2016 Data de término: 01/06/2016

1.8. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 02 A 17 DE JUNHO

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidro- sanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e

Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 11/2016

Valor: R\$ 24.213,31

Valor Pago: R\$ 24.213,31

Data de início: 02/06/2016 Data de Término: 17/06/2016

1.9 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 20 DE JULHO A 05 DE AGOSTO

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 13/2016

Valor: R\$ 112.079,85

Valor Pago: R\$ 112.079,85

Data de início: 20/07/2016 Data de Término: 05/08/2016

1.10. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 08 A 22 DE AGOSTO

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 14/2016

Valor: R\$ 100.467,83

Valor Pago: R\$ 100.467,83

Data de início: 08/08/2016 Data de Término:
22/08/2016

1.11 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DO TJ NO PERÍODO 22 DE SETEMBRO A 17 DE OUTUBRO DE 2016

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, instalação de janela basculante, reforma geral da copa com ampliação, assentamento de piso cerâmico nas copas, montagem de mesas, instalação de quadros, instalação de molas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, fechamento de vãos com gesso acartonado, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 17/2016

Valor: R\$ 170.659,97

Valor Pago: R\$ 170.659,97

Data de início: 22/09/2016 Data de Término:
17/10/2016

1.12. SERVIÇOS DE REVISÃO ELÉTRICA E MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DO FÓRUM DA RAPOSA

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, reforma no forro de gesso, reforma e instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna, externa das áreas reformadas e pintura na área do estacionamento.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 144/2014

Ordem de serviço nº: 32/2015

Valor: R\$ 35.085,00

Valor Pago: R\$ 35.085,00

Data de início: 09/11/2015 Data de Término:
29/02/2016

1.12A. SERVIÇOS DE REVISÃO ELÉTRICA E MANUTENÇÃO PREDIAL NA COMARCA DO FÓRUM DA RAPOSA - SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico com ampliação de salas, revisão completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, reforma no forro de gesso, reforma e instalações de esquadrias de madeira, além da pintura interna, externa das áreas reformadas e pintura na área do estacionamento.

Empresa: NISSI CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 152/2015

Ordem de serviço nº: 01/2016

Valor: R\$ 27.265,98

Valor Pago: R\$ 27.265,98

Data de início: 07/03/2016 Data de Término:
29/03/2016

1.13. SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS.

Descrição dos serviços: Readequação do espaço físico, instalação de paredes de gesso acartonado, revisão completa das instalações elétricas, instalação de luminárias novas, criação de bancadas de granito, instalações de esquadrias de madeira, além da pintura total da área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 08/2016

Valor: R\$ 25.048,98

Valor Pago: R\$ 25.048,98

Data de início: 26/04/2016 Data de Término:
25/05/2016

1.14 SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO 2º VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico com divisão de salas, balçães, visores e portas de vidro, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura interna e externa das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 16/2016

Valor: R\$ 128.533,97

Valor Pago: R\$ 128.533,97

Data de início: 06/10/2016 Data de Término:
17/10/2016

1.15. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO MEDIDAS CAUTELARES

Descrição dos serviços: Reforma e adaptação do espaço físico com divisão de salas, esquadrias de vidro, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura das áreas reformadas.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 19/2016

Valor: R\$ 43.214,58

Valor Pago: R\$ 43.214,58

Data de início: 12/10/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.16. SERVIÇOS DE REFORMA DIVISÃO DE DIREITOS E DEVERES

Descrição dos serviços: Reforma do espaço físico da divisão de direitos e deveres, mudança de layout, esquadrias de madeira, instalações elétricas, demolição de alvenaria de gesso acartonado, pintura de toda área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 22/2016

Valor: R\$ 19.505,54

Valor Pago: R\$ 19.505,54

Data de início: 04/09/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.17. SERVIÇOS DE REFORMA DIVISÃO EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS

Descrição dos serviços: Reforma do espaço físico, mudança de layout, esquadrias de madeira, instalações elétricas, demolição de alvenaria, pintura de toda área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 23/2016

Valor: R\$ 17.075,12

Valor Pago: R\$ 17.075,12

Data de início: 21/10/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.18. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO ASSESSORIA JURÍDICA

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico com divisão de salas, esquadrias de madeira,

instalações elétricas e pintura geral.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 24/2016

Valor: R\$ 50.136,61

Valor Pago: R\$ 50.136,61

Data de início: 27/09/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.19. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico com divisão de salas de gesso acartonado, balcão, esquadrias de madeira, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura das áreas reformadas e demais.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 25/2016

Valor: R\$ 22.304,06

Valor Pago: R\$ 22.304,06

Data de início: 22/09/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.20. SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO CONTROLE DE ACESSO PRÉDIO SEDE

Descrição dos serviços: Adaptação do espaço físico, piso novo, esquadrias de vidro, instalações elétricas, instalação de luminárias novas, pintura de total área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 26/2016

Valor: R\$ 37.495,22

Valor Pago: R\$ 37.495,22

Data de início: 03/11/2016 Data de Término: 18/11/2016

1.21. SERVIÇOS DE REFORMA DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES TAYRONE E CLEONICE FREIRE

Descrição dos serviços: Reforma do espaço físico, instalação de luminárias novas, pintura de toda área.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015

Ordem de serviço nº: 15/2016
Valor: R\$ 187.286,42
Valor Pago: R\$ 187.286,42
Data de início: 23/05/2016 Data de Término:
01/09/2016

1.22. SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO DE REDE LÓGICA E ELÉTRICA DO JUIZADO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Descrição dos serviços: Requalificação de toda a rede lógica incluindo mudança de local do CPD, bem como revisão da rede elétrica. Houve também o acréscimo de pontos lógicos e elétricos em cada ambiente, pintura em paredes afetadas pelo fogo, revisão de aterramento, troca de quadros de distribuição e disjuntores e troca de luminárias.

Empresa: Construtora Peniel Indústria e Comércio Ltda.

Contrato: 151/2015
Ordem de serviço nº: 054/2016
Valor: R\$ 96.196,41
Valor Pago: R\$ 96.196,41

2. POLO CAXIAS - LOTE 05

2.1. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DOS LOPES - MA

Descrição dos serviços: Serviço de reforma do telhado, substituição das telhas quebradas, arrumar as telhas que estavam fora do lugar, e resolver as infiltrações. Pintura geral do prédio.

Empresa: QUALITECH ENGENHARIA LTDA
Contrato: 157/2015
Ordem de serviço nº: 23/2016
Valor: R\$ 30.591,46
Valor Pago: R\$ 30.591,46
Data de início: 14/03/2016 Data de Término:
16/05/2016

2.2. SERVIÇO DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DE COELHO NETO - MA

Descrição dos serviços: Construção de canaleta para drenagem pluvial, cobertura na área do estacionamento, instalação de portão de alumínio e automatização, pintura greal do prédio incluindo a pintura do muro limítrofe.

Empresa: QUALITECH ENGENHARIA LTDA
Contrato: 157/2015

Ordem de serviço nº: 04/2016
Valor: R\$ 188.553,38
Valor Pago: R\$ 172.561,35
Data de início: 29/06/2015 Data de Término:
17/11/2016

2.3. REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

Descrição dos serviços: novo layout, substituição de piso cerâmico, forro pvc, portas, instalações elétricas e luminárias, colocação de revestimento e rodapé cerâmico, revisão da cobertura e das instalações hidrossanitárias, troca de louças, metais e acessórios, criação de novos pontos lógicos e montagem de rack, pintura geral, construção de balcões de atendimentos, instalação de ar-condicionado, ventiladores e extintores.

Empresa: Resende Engenharia Ltda Contrato:
177/2015

Ordem de serviço nº: 01/2016
Valor: R\$ 274.561,63
Valor Pago: R\$ 274.561,63
Data de início: 15/02/2016 Data de Término:
20/08/2016

3. POLO PINHEIRO - LOTE 07

3.1. SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DO RAMAL DE ENTRADA / RAMAL DE LIGAÇÃO DO FÓRUM DE CURURUPU

Descrição dos serviços: Substituição do Ramal de Entrada / Ramal de Ligação, com nova caixa de medição instalada em abrigo para atender a nova carga elétrica do prédio, com pintura externa do cubículo e parede da fachada.

Empresa: D.A. Construções Ltda.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 006/2016
Valor: R\$ 7.321,89
Valor Pago: R\$ 7.321,89
Data de início: 01/08/2016 Data de Término:
05/08/2016

3.2. SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE MANUTENÇÃO NO FÓRUM DE MATINHA

Descrição dos serviços: Serviços emergenciais de manutenção de eletro e hidráulico e ar-condicionado.

Empresa: D.A CONSTRUÇÕES LTDA.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 004/2016

Valor: R\$ 28.366,41
Valor Pago: R\$ 28.366,41
Data de início: 10/06/2016 Data de Término:
02/08/2016

4. POLO SANTA INÊS - LOTE 08

4.1 SERVIÇOS DE REPAROS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS NO FÓRUM DE ZÉ DOCA

Descrição dos serviços: Instalação de novos quadros elétricos, barramento e disjuntores, nova central telefônica, novas luminárias, novos pontos lógicos e elétricos, novo aterramento para os quadros elétricos, reparos de tubulação e instalação de torneiras nos banheiros, desentupimentos dos vasos sanitários.

Empresa: D.A. Construções Ltda.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 12/2016
Valor: R\$ 50.006,18
Valor Pago: R\$ 50.006,18
Data de início: 10/11/2016 Data de Término:
28/11/2016

4.2 SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DE BACABAL

Descrição dos serviços: Instalação de novos quadros elétricos, barramento e disjuntores, novas luminárias, novos pontos lógicos e elétricos, novo aterramento para os quadros elétricos, troca de fiação elétrica e tomadas.

Empresa: Qualitech Engenharia Ltda.
Contrato: 147/2014
Ordem de serviço nº: 20/2016
Valor: R\$ 111.624,05
Valor Pago: R\$ 111.624,05
Data de início: 25/02/2016 Data de Término:
04/04/2016

4.3 FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA LUZIA DO TIDE

Descrição dos serviços: Impermeabilização da cobertura, instalação da rede de drenagem pluvial, pintura geral, recuperação de calçamento, colocação de grades de ferro, colocação de bomba d'água para interligar cisterna a caixa d'água, interligação

elétrica do alojamento ao fórum, substituição de lâmpadas e luminárias queimadas, instalação de ar-condicionado, instalação de equipamentos de rede lógica no rack, melhoria no aterramento elétrico, novos pontos lógicos, telefônicos e elétricos, etc.

Empresa: Qualitech Engenharia Ltda.
Contrato: 147/2014
Ordem de serviço nº: 21/2016
Valor: R\$ 267.326,61
Valor Pago: R\$ 267.326,61
Data de início: 25/02/2016 Data de Término:
04/04/2016

4.4 SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE DESOBSTRUÇÕES DE BANHEIROS NO FÓRUM DE LAGO DA PEDRA

Descrição dos serviços: Serviços emergenciais de desobstruções de banheiros.
Empresa: D.A CONSTRUÇÕES LTDA.
Contrato: 156/2015
Ordem de serviço nº: 003/2016
Valor: R\$ 39.426,40
Valor Pago: R\$ 39.426,40
Data de início: 13/06/2016 Data de Término:
02/08/2016

4.5 SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

Descrição dos serviços: Adaptação da infraestrutura da alimentação geral elétrica do Fórum da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão para recebimento da subestação de energia 112,5 kVA, incluindo a instalação de quadros elétricos, eletrodutos, cabeamento, caixas de passagem e aterramento elétrico.

Empresa: Qualitech Engenharia Ltda.
Contrato: 157/2015
Ordem de serviço nº: 005/2016
Valor: R\$ 27.581,03
Valor Pago: R\$ 27.581,03
Data de início: 22/10/2016 Data de Término:
31/10/2016

5. POLO CHAPADINHA - LOTE 06

5.1 SERVIÇOS EMERGENCIAIS NA COBERTURA

E FORRO DO FÓRUM DA COMARCA DE TUTÓIA

Descrição dos serviços: Serviços emergenciais na cobertura e forro.

Empresa: D.A CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato: 156/2015

Ordem de serviço nº: 003/2016

Valor: R\$ 14.846,51

Valor Pago: R\$ 14.846,51

Data de início: 20/05/2016 Data de Término: 10/06/2016

5.2 SERVIÇOS DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE ICATU

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura; impermeabilização de laje (marquise); recuperação dos aparelhos e ferragens dos banheiros; recuperação de reboco e pintura com emassamento; recuperação da torre de caixa d'água com substituição da mesma por 3.000lts; construção de talude e mureta de proteção; construção de depósito judicial; instalação de pontos elétricos para ar condicionado; novo sistema elétrico dividido em uso geral, lógica e ar condicionado; substituição do ramal de ligação/rala de entrada do prédio e novo sistema de aterramento.

Empresa: Módulo Engenharia Ltda.

Contrato: 155/2015

Ordem de serviço nº: 005/2015

Valor: R\$ 230.037,62

Valor Pago: R\$ 230.026,53

Data de início: 12/06/2016 Data de Término: 30/09/2016

5.4 SERVIÇOS DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE CANTANHÊDE

Descrição dos serviços: Revisão da cobertura; impermeabilização de laje (marquise); recuperação de aparelhos/ferragens dos banheiros; recuperação de algumas esquadrias, do reboco e pintura; construção de torre de caixa d'água de 3.000lts; instalação de novos pontos lógicos e telefônicos; instalação e manutenção de ar-condicionado; instalação de novo sistema elétrico do prédio, dividido em geral/lógica/ar-condicionado; substituição do ramal de ligação/ramal de entrada do prédio; novo sistema de aterramento.

Empresa: Módulo Engenharia Ltda.

Contrato: 155/2015 TJMA Ordem de serviço nº: 004/2015 Valor: R\$ 186.722,28

Valor Pago: R\$ 217.044,33

Data de início: 12/06/2015 Data de Término: 30/09/2016

6. OBRAS

6.1. SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA OBRA DO NOVO FÓRUM DE VIANA

Descrição dos serviços: Execução de serviços de conclusão da Obra do Novo Fórum da Comarca de Viana, constando das seguintes atividades: serviços preliminares; movimento em terra; infraestrutura; superestrutura; paredes e painéis; cobertura/forro; calhas; instalação hidráulica; instalação sanitária; louças, metais e aparelhos; instalação elétrica; sistema de proteção contra descargas atmosféricas; instalação telefônica; instalação de lógica; combate a incêndio; instalação de ar-condicionado; revestimento de parede; pavimentação; esquadrias; soleiras, peitoris e rodapés; pintura; diversos; serviços de urbanização; drenagem; serviços complementares; serviços finais.

Empresa: ENGETECH CONSTRUTORA LTDA

Contrato: 123/2015 – TJ/MA Ordem de serviço nº: 12/2015 Valor: R\$ 2.708.026,23

Valor Pago: R\$ 1.678.550,31 (61,98% DO VALOR TOTAL)

Data de início: 09/09/2015 Data de Término: 30/04/2017

Status: Em andamento

6.2 SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE VITORINO FREIRE

Descrição dos serviços: serviços de construção do novo fórum da comarca de Vitorino Freire.

Empresa: VERSAL CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA - EPP

Contrato: 133/2016

Ordem de serviço nº: 004/2016

Valor: R\$ 1.920.333,76

Valor Pago: 0,00

Data de início: 28/11/2016 Data de Término: 28/11/2017

Status: Obra Iniciada

6.3 SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ

Descrição dos serviços: Serviços de construção do novo fórum da comarca de Imperatriz

Empresa: LN INCORPORAÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA

Contrato: 87/2013

Ordem de serviço nº: 10/2013

Valor: R\$ 147.473.052,14

Valor Pago: R\$ 71.702.960,16

Data de início: 20/06/2013

Data de Término: S/D

Status: PARALISADA (POR DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA)

6.4 SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SANTA HELENA

Descrição dos serviços: Serviços de urbanização e pavimentação externa, drenagem pluvial, implantação dos sistemas de: combate a incêndio, de cabeamento estruturado, SPDA, sistema de esgoto (fossa e sumidouro).

Valor: R\$ 613.827,26

Status: EM FASE DE LICITAÇÃO

6.5. SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA E RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO FÓRUM DA COMARCA DE OLINDA NOVA

Descrição dos serviços: Serviços de recuperação estrutural e reforma de todo o prédio

Valor: R\$ 446.368,34

Status: EM FASE DE LICITAÇÃO

7. ARQUITETURA

7.1. NOVO FÓRUM DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA/MA.

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico para a construção do Novo Fórum da Comarca de Presidente Dutra/MA com a configuração de duas Varas Judiciais e um Salão do Júri.

Processo Digidoc nº: 357252016

Área do Terreno: 2.621,33 m² (dois mil, seiscentos e vinte e hum mil, trinta e três metros quadrados);

Área Total Construída: 905,81 m² (novecentos e cinco reais, oitenta e um metros quadrados);

Programa de necessidades: Bloco Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de Justiça; CPD; depósito judicial; almoxarifado; copa para servidores e sanitários masculino e feminino para visitantes, para servidores e para pessoas com deficiência. Bloco das Varas Judiciais: duas Varas e possuem por unidade: secretaria judicial com atendimento, arquivo e depósito; recepção; sala de audiência; sala para assessores e gabinete do juiz com entrada privativa e banheiro. Bloco do Salão do Júri: salão para sessão do Júri Popular com lugares para 89 pessoas; sala secreta; sala para testemunhas de acusação; sala para testemunhas de defesa; copa; banheiros masculino e feminino adaptados para pessoas com deficiência; salas integradas para réus e guardas provida de banheiro. Área Externa: estacionamento interno para magistrados e servidores e estacionamento externo para visitantes.

7.2. NOVO FÓRUM DA COMARCA DE GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA.

Descrição dos serviços: elaboração do Projeto Arquitetônico para construção do Novo Fórum da Comarca de Governador Nunes Freire/MA com a configuração de uma Vara Judicial e um Salão do Júri.

Processo Digidoc nº: 357342016

Área do Terreno: 1.899,94 m² (Hum mil oitocentos e noventa e nove e noventa e quatro metros quadrados);

Área Total Construída: 739,20 m² (setecentos e trinta e nove e vinte metros quadrados);

Programa de Necessidades: Bloco Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de Justiça; CPD; depósito judicial; almoxarifado; copa para servidores e sanitários masculino e feminino para visitantes, para servidores e para pessoas com deficiência. Bloco das Varas Judiciais: possuem por unidade - secretaria judicial com atendimento, arquivo e depósito; recepção; sala de audiência; sala para assessores e abinete do juiz com entrada privativa e banheiro. Bloco do Salão do Júri: salão para sessão do Júri Popular com lugares para 89 pessoas; sala secreta; sala para testemunhas de acusação; sala para testemunhas de defesa; copa; banheiros masculino e feminino adaptados para pessoas com deficiência; salas integradas para réus e guardas provida de banheiro. Área Externa: estacionamento interno

para magistrados e servidores e estacionamento externo para visitantes.

7.3 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE TUNTUM/MA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Tuntum/MA com a configuração de uma Vara e um Salão do Júri.

Processo Digidoc nº: 517452016

Área da Reforma: 471,64 m²;

Área Ampliação: 238,59 m²;

Área Total: 710,23 m²;

Programa de Necessidades: Bloco Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de Justiça; CPD; depósito judicial; almoxarifado; copa para servidores e sanitários masculino e feminino para visitantes, para servidores e para pessoas com deficiência. Bloco das Varas Judiciais: possuem por unidade - secretaria judicial com atendimento, arquivo e depósito; recepção; sala de audiência; sala para assessores e abinete do juiz com entrada privativa e banheiro. Bloco do Salão do Júri: salão para sessão do Júri Popular com lugares para 82 pessoas; sala secreta; sala para testemunhas de acusação; sala para testemunhas de defesa; copa; banheiros masculino e feminino adaptados para pessoas com deficiência; salas integradas para réus e guardas provida de banheiro. Área Externa: estacionamento interno para magistrados e servidores e estacionamento externo para visitantes.

7.4 REFORMA E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR-MA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma e adequação do Fórum da Comarca de Paço do Lumiar/MA referente ao Setor administrativo, Setor Psicossocial e Juizado Especial.

Processo Digidoc nº: 299232016

Área da Reforma: 458,36 m²;

Programa de Necessidades: Setor Administrativo: recepção; distribuição; sala para OAB; sala para oficiais de justiça; almoxarifado; copa para servidores; sanitários masculino e feminino para visitantes, servidores e pessoas com deficiência. Juizado Especial: atermação; secretaria judicial com atendimento e arquivo; duas salas de audiências; sala para assessores e gabinete do juiz com

banheiro. Setor Psicossocial: sala para psicólogo; sala para assistente social e sala de audiência com Depoimento Especial. Área Externa: Estacionamento externo para visitantes.

7.5 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de ampliação e adequação da entrada do Fórum da Comarca de São José de Ribamar/MA para implantação do controle de acesso do prédio.

Processo Digidoc nº: 369252016

Área Ampliação: 62,09 m²;

7.6 REFORMA DO NOVO GABINETE DO DES. TYRONE JOSÉ SILVA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma do Novo Gabinete do Des. Tyrone José Silva localizado no Prédio Sede do TJMA.

Área da Reforma: 67,67 m²;

Programa de Necessidades: recepção/chefia de Gabinete; gabinete provido de lavabo; sala dos analistas e copa.

7.7 REFORMA DO NOVO ESPAÇO DA COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma do Novo Espaço da Coordenadoria de Precatórios localizada no Prédio do Centro Administrativo do TJMA

Área da Reforma: 122,88 m²;

Programa de Necessidades: recepção; sala para coordenação; sala para contadoria; gabinete para magistrado; sala para assessoria; sala para técnicos e analistas; copa e arquivo.

7.8 REFORMA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA.

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma da Assessoria Jurídica da Presidência localizada no Prédio Sede do TJMA.

Área da Reforma: 78,40 m²;

Programa de Necessidades: recepção; sala para chefia; sala para assessoria e copa.

7.9 REFORMA DO NOVO ESPAÇO DA DIVISÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DO TJMA

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma do Novo Espaço da Divisão do Protocolo Administrativo localizado no Prédio Sede do TJMA

Área da Reforma: 50,92 m²;

Programa de Necessidades: recepção/ atendimento; sala para chefia; copa e sala para recebimento de correspondências e materiais.

7.10 REFORMA E ADEQUAÇÃO DA ENTRADA DO PRÉDIO SEDE E DO ANEXO II – CONTROLE DE ACESSO

Descrição dos serviços: Elaboração do Projeto Arquitetônico de reforma e adequação da entrada

do Prédio Sede, incluindo o Gabinete Militar e da entrada do Anexo II do TJMA para implantação do controle de acesso do prédio.

Área de Reforma (Prédio Sede): 61,73 m²;

Área de Reforma (Anexo II): 24,25 m²;

7.11 PROJETO DE MOBILIÁRIO DO GABINETE DO DES. FROZ SOBRINHO

Descrição dos serviços: acompanhamento da execução do projeto de mobiliário do novo gabinete do Des. Froz Sobrinho localizado no prédio sede do TJMA.

8. REQUISIÇÕES ATENDIDAS VIA SISTEMA GESTOR

450 solicitações atendidas de obras e serviços

112 solicitações de serviços de arquitetura

DIRETORIA
CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Diretoria de Controle Interno foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditoria Interna de 2016, levando-se em considerações as determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelas sugestões apresentadas por esta Diretoria de Controle Interno.

1. COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLE INTERNO E DE MONITORAMENTO

A recente reestruturação da unidade de controle interno do Poder Judiciário do Maranhão, Diretoria de Controle Interno e suas respectivas Coordenadorias, Coordenadoria de Auditoria e Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento, perpassa não apenas por uma alteração de nomenclatura na Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão para Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento, mas por uma alteração em 13 de setembro de 2016, da RESOL-GP 472016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 582013 a fim de estabelecer as atribuições da Diretoria de Controle Interno e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento; bem como da RESOL-GP 482016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 12013 quanto à competência dos titulares de cargos em comissão e de função gratificada da Diretoria de Controle Interno e de suas Coordenadorias, assim como pela revogação da Portaria-GP 142016, que estabelecia os critérios de encaminhamento de processos à Diretoria de Controle Interno, para análise e emissão de Parecer Técnico. Informamos a mudança parcial de atuação da Diretoria de Controle Interno e de uma de suas Coordenadorias, não mais possuindo a atribuição de emitir Parecer Técnico em processos, assumindo novas competências com a transformação de sua Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão em Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento.

É, em verdade, marco da mudança de sua atuação, quando se adequou aos mais modernos padrões de auditoria governamental adotados pelo Tribunal de Contas da União, modelo nacional de atuação na área de controle, refletindo padrões internacionais de controle da International Organization of Supreme Audit Institution – INTOSAI e como sugestão de boas práticas do Superior Tribunal de Justiça.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas na nova coordenadoria podemos destacar a realização

Além das auditorias que foram iniciadas em Janeiro de 2016, realizamos análises e emitimos pareceres de processos que foram enviados a esta Diretoria de Controle Interno - Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão, hoje Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento.

de avaliação de controles internos nas unidades administrativas, a fim de minimizar os riscos no atingimento de seus objetivos institucionais; propositura de minutas de resolução de assuntos ainda não regulamentados, bem como sugestão de revisão das já aprovadas, quando necessário; realização de avaliação do monitoramento das recomendações apresentadas em auditorias, a fim de subsidiar a elaboração do Plano Anual de Auditoria e a proposição de melhorias nas rotinas das unidades administrativas.

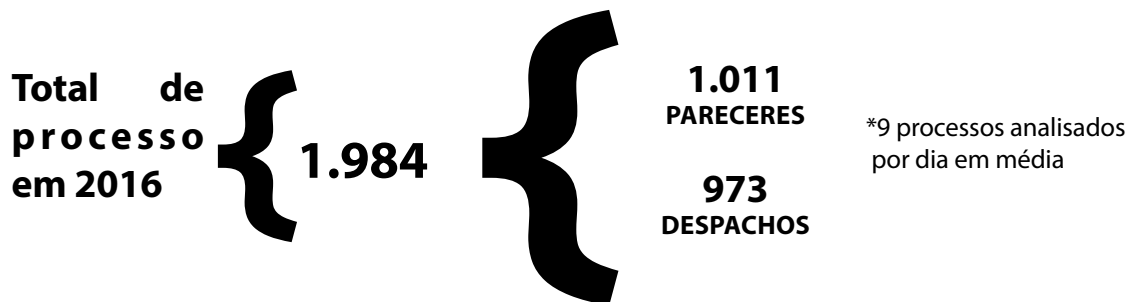
A Coordenadoria de Avaliação de Controle Interno e de Monitoramento elaborará planejamento próprio quanto à avaliação de controles internos. Os trabalhos de avaliação de controles internos serão embasados pela Matriz de Riscos e Controles, pela Matriz de Planejamento e pela Matriz de Achados, com a elaboração de Relatório ao final dos trabalhos.

Juntamente com as atividades/ações de Auditoria iniciadas em Janeiro de 2016, foram realizados trabalhos na antiga Coordenadoria de Acompanhamento de Gestão, cujas atribuições merecem ser destacadas: análise de atos e processos administrativos referentes à área de administração, de licitação, de compra e de pessoal, auxiliando os gestores na administração e nos resultados de suas ações, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos e controles. Além dessas ações, foram executadas as atividades de análise de atos e processos administrativos referentes aos atos de administração, de licitação, de compra e de pessoal; Auxílio aos gestores na administração e nos resultados de suas ações, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos e controles; Orientação às demais unidades na prática de atos administrativos, garantindo a conformidade com a legislação específica e normas correlatas.

1.1 Desenvolvimentos dos trabalhos na Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão (Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento)

Foram emitidas recomendações através de

1.011 pareceres e 973 despachos, emitidos no decorrer do ano de 2016, totalizando 1.984 documentos, totalizando uma média de aproximadamente 12 processos analisados por dia.



2. COORDENADORIA DE AUDITORIA

Foram três os trabalhos desenvolvidos nesta Coordenadoria ao longo do ano de 2016, a saber:

16 Ações de Auditoria conforme estabelecidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2016 – PAAA/2016;

03 Ações de Auditoria Extraordinária conforme decisões proferidas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão;

01 Inspeção para subsidiar tecnicamente os trabalhos da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância, Contrato de Manutenção do Polo Caxias – CPTS nº 147/2014.

2.1 Ações de Auditoria

a) Auditoria nos contratos de Prestação de Serviços

Tem como objetivo avaliar a aderência à regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão de contratos de prestação de serviços. Analisou-se 6 processos, quantidade que corresponde a 15% do universo dos processos tramitados neste órgão no ano de 2015.

Auditoria executada, conforme processo nº 18739/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 392016, na data de 29 de Abril de 2016.

b) Auditoria na Coordenadoria de Material e Patrimônio

Conforme estabelecido no COMUN-AUDIT-DCI-6/2016, o objetivo do trabalho foi avaliar os controles relacionados à existência física dos bens móveis, bem como as condições gerais das instalações do Almoxarifado (onde funciona a Coordenadoria de Material e Patrimônio), especialmente estocagem e segurança do prédio. Avaliou-se a confiabilidade do sistema de controle

patrimonial, através da verificação da existência física, por amostragem, dos bens móveis, sua localização e a responsabilidade sobre os mesmos. Além da existência de controle dos bens imóveis do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Para obtenção dos resultados foram adotadas as técnicas de Auditoria sugeridas pelo professor Diogo Duarte Barbosa, em seu livro 'Manual de Controle Patrimonial', como análise documental; inspeção física dos locais de guarda dos estoques; exame dos registros no sistema E-Mat; e correlação entre as informações fornecidas pelos seguintes setores: Coordenadoria de Material e Patrimônio, Laboratório Forense de Biologia Molecular e Setor Médico Odontológico.

Destaque-se que para o ano de 2017, faz-se necessário um estudo aprofundado para a elaboração e implantação de rotinas que possibilitem um controle patrimonial efetivo, segundo as técnicas atuais de logística e contabilidade.

c) Elaboração do Relatório do Controle Interno para compor a Prestação de Contas anual ao TCE/MA

Acompanhou-se a elaboração do processo de Prestação de Contas – Exercício 2015 e elaborou-se o Relatório do Controle Interno. Verificou-se a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado.

Auditoria executada, conforme memorando de entrega do Memorando MEMO 272016, na data de 01 de Abril de 2016, processo nº 142332016.

d) Auditoria Contábil

Visa certificar se os registros contábeis foram

efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a legislação aplicável, bem como se as demonstrações originárias refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações apresentadas.

Tem como escopo auditar mensalmente os balancetes contábeis, os saldos das contas contábeis, a contabilização da folha de pagamento do pessoal ativo e a conciliação bancária da conta específica da folha de pessoal. Atividade pioneira no âmbito desta Corte.

Auditoria em execução, através do Comunicado de Auditoria DCI 112016, Processo 19479/2016, com data para entrega de relatório final em 15 de Abril de 2017, data alterada com a aprovação do 1º Adendo ao PAA 2016.

e) Controle no uso do Cartão Corporativo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão

Através da Ação nº 05 do PAA 2016 – Auditoria nos processos de concessão de adiantamentos com a utilização de cartão corporativo no âmbito deste Poder Judiciário, foram analisados 20% dos processos de concessão de adiantamentos e suas respectivas comprovações, quanto aos meses de janeiro a dezembro de 2015, o que resultou em uma amostragem de 163 processos administrativos, eleitos de forma aleatória; sendo a presente Ação finalizada em 10 de maio de 2016, conforme processo nº 9596/2016, memorando MEMO DCI 452016.

f) Auditoria na folha de pagamento do Poder Judiciário do Maranhão

Essa Auditoria objetivou analisar a legalidade das verbas concedidas aos servidores e magistrados, em consonância com a legislação pertinente.

Auditoria na folha de pagamento por amostragem, quanto às seguintes verbas: Subsídio de magistrado (verba 102) – 100%; Auxílio moradia magistrado (verba 105) – 10%; Gratificação Diretor de Fórum (verba 106) – 10%; Função especial militar (verba 108) – 100%; Gratificação Diretor de Fórum Subst. (verba 110) – 10%; Substituição efetivo ou estável (verba 113) – 10%; Substituição comissionado (verba 114) – 10%; Auxílio saúde (verba 119) – 2%; Decisão Judicial 6,1 REQ (verba 133) – 100%; Adicional por tempo de serviço (verba 136) – 2%; Decisão Judicial URV REQ (verba 138) – 10%; Decisão judicial 21,7 REQ (verba 139) – 100%; Representação pelo exercício de cargo em

comissão (verba 143) – 10%; Representação cargo em comissão dis. (verba 144) – 20%; Decisão judicial 21,7% Analisata C. Comissão (verba 145) – 30%; Ajuda de custo (verba 189) – 100%; Gratificação Juiz Auxiliar (verba 190) – 100%; Décimo Terceiro Salário (verba 200) – 2%; Férias (verba 212) – 2%; GPJ padrão servidor (verba 214); GPJ padrão técnico inicial – Efetivo em CC (verba 215); GPJ padrão analista inicial – Comissionado (verba 216); GPJ padrão analista inicial – Efetivo em CC (verba 217); GPJ padrão técnico inicial – Comissionado (verba 219); Auxílio transporte Oficial de Justiça (verba 218) – 100%; Indenização vale-transporte (verba 227) – 5%; 13 salário proporcional (verba 228) – 10%; Gratificação de atividade judiciária (verba 230) – 2%; Indenização de férias (verba 234) – 20%; Férias exoneração (verba 237) – 100%; Férias proporcionais comissionado (verba 238) – 30%; Auxílio alimentação (verba 256) – 100%; Pagamento proc. indenizatório (verba 260) – 30%; Gratificação pelo exercício de cargo em comissão dis. (verba 262) – 100%; Gratificação pelo exercício de cargo em comissão (verba 263) – 30%; P.A.E. (verba 269) – 10%; Outras verbas – 10%

Auditoria já executada no 1º semestre, conforme processo nº 15657/2016 e comunicado de entrega de relatório MEMO DCI 502016, na data de 30 de junho de 2016.

Auditoria em execução no 2º semestre, através do Comunicado de Auditoria DCI 222016, Processo 42557/2016, com data para entrega de relatório final em 30 de dezembro de 2016, data alterada com a aprovação do 2º Adendo ao PAA 2016.

g) Auditoria no planejamento e contratos de fornecimento de bens

Tem o objetivo de avaliar a aderência à regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão de contratos de fornecimento. Analisou-se 21 processos, quantidade que corresponde a 20% do universo de 105 processos tramitados neste órgão no ano de 2015.

Auditoria executada, conforme processo nº 16280/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO CAGEST 162016, na data de 28 de junho de 2016.

h) Auditoria no planejamento e contratos de locação de imóveis

Avaliar a aderência à regulamentação relativa ao planejamento, contratação e gestão dos contratos de locação de imóveis.

Auditoria executada, conforme processo nº 18108/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 492016, na data de 30 de junho de 2016.

i) Auditoria no planejamento e contratos de bens e serviços TI

A Ação de Auditoria nº 09 foi estabelecida pelo Plano Anual de Ações de Auditoria/2016 e teve por objeto a verificação da aderência dos contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação em execução no exercício de 2015, cujas análises tinham que recair sobre sete contratos, no mínimo, ou sobre 20% dos contratos vigentes naquele ano. Dos 26 contratos vigentes em 2015 da relação apresentada, foram analisados sete. Acrescentando os outros 11 contratos estudados na Ação Extraordinária executada no ano de 2015, foram auditados 18 contratos em vigor no ano de 2015. As análises recaíram com mais ênfase sobre a fase de execução, embora todo o procedimento de contratação tenha sido verificado.

Auditoria executada, Memorando de Auditoria – MEMO DCI 532016 (Proc. 19321/2016). Relatório final entregue em 12 de julho de 2016.

j) Auditoria na arrecadação do FERJ e do FERC

Tem o objetivo de acompanhar o planejamento e a execução do controle interno do FERJ e do FERC quanto à arrecadação da receita. Analisar os principais processos de trabalho do FERJ e do FERC a fim de avaliar o controle da arrecadação da receita nas serventias judiciais e extrajudiciais, num percentual de 20%.

Auditoria em execução, através do Comunicado de Auditoria CAUD 72016, com data para entrega de relatório final em 30 de dezembro de 2016, data alterada com a aprovação do 2º e 3º Adendos ao PAA 2016.

l) Auditoria nos contratos e demais ajustes relativos a Transportes

Os contratos administrativos de transportes foram objeto da Ação de Auditoria n.º 11, na qual foi verificada a aderência do processo de contratação, da gestão, e da fiscalização destes contratos às normas vigentes e aos princípios norteadores da boa prática administrativa. Foram solicitados à Divisão de Transporte, na condição de gestora de todos os contratos dessa natureza, a listagem dos contratos firmados pelo TJMA, da qual constaram 02 contratos relativos a Transportes vigentes em

2015, tendo sido analisado cem por cento dos contratos, incluindo-se os seus aditivos. A auditoria foi realizada em consonância com os parâmetros apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça, e orientada pela aplicação da matriz de planejamento elaborada por esta Diretoria de Controle Interno, tendo se encerrado em 23 de setembro de 2016.

m) Convênios e Ajustes de Cooperação Técnica

Avaliar, com base na legislação vigente, os convênios e Ajustes de Cooperação Técnica celebrados pelo Poder Judiciário do Maranhão. Auditoria já executada, Comunicado de Auditoria DESPACHO DCI 2472016 (Proc. 33591/2016), relatório final entregue em 30 de setembro de 2016, alterada pelo 2º adendo PAA2016.

n) Controle dos Atos de Admissão dos servidores

Auditoria teve por objetivo verificar o ingresso de novos servidores no órgão, a fim de verificar a legalidade dos atos de admissão dos servidores no exercício de 2015.

Ação já executada, Comunicado de Auditoria – MEMO DCI 612016 (Proc. 31502/2016), relatório final entregue em 30 de setembro de 2016, alterada pelo 2º adendo PAA2016

o) Auditoria no planejamento e contratos de obras e serviços de engenharia

Determinada pelo Plano Anual de Ações de Auditoria/2016, a Ação de Auditoria nº 14 teve por objeto a verificação da aderência dos contratos de obras e serviços de Engenharia em execução no exercício de 2015 às normas e princípios vigentes. Tomados por amostragem, deveriam ser analisados 20% dos contratos firmados pelo TJMA, o que resultou em sete contratos auditados, posto que 35 contratos se encontravam vigentes no ano de 2015. A análise recaiu sobre todo o procedimento, desde o processo de contratação até sua execução, tendo se dado mais ênfase para esta última fase.

Auditoria executada, Comunicado de Auditoria – MEMO CAUD 402016 (Proc. 39124/2016), relatório final entregue em 02 de dezembro de 2016.

p) Verificação da legalidade dos atos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais

Auditoria com o objetivo de analisar os

processos de concessão de diárias e passagens a magistrados, servidores e colaboradores eventuais em consonância com a Resolução n.º 31/2009 – TJ/MA e suas alterações.

Auditoria executada, Comunicado de Auditoria – MEMO DCI 802016 (Proc. 40777/2016), relatório final entregue em 14 de dezembro de 2016.

q) Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2016 – PAAA/2016

Elaboração do Plano Anual de Atividades com base no trabalho realizado em 2015 e em consonância com o Planejamento Estratégico do órgão, levando em consideração a tabela de férias dos servidores da Auditoria. Objetivo principal de estabelecer o planejamento das ações da Auditoria para 2017 e definir ações e equipes de auditoria. Auditoria já executada, Comunicado de Auditoria – MEMO DCI 772016 (Proc. 52323/2016).

2.2 Ações de Auditoria Extraordinária

a) Auditoria Extraordinária dos Contratos vigentes em 2016

Esta ação de controle desenvolvida por esta Diretoria, apresentou como recorte a verificação da aderência aos contratos administrativos em execução no ano de 2016 às normas vigentes e aos princípios norteadores da boa prática administrativa, possibilitando o fornecimento de informações necessárias à continuidade da gestão.

As análises realizadas foram fundamentadas respeitando as principais fontes de critério de auditoria e Atos Normativos específicos referentes a cada natureza do objeto auditado.

O presente trabalho teve início a partir de determinação da Presidência deste Tribunal, gestão biênio 2016/2017, através do OFC-GP-1124/2015 e foram desenvolvidos no período de 04/01/2016 a 22/05/2016, sendo subdivididos em quatro fases: início (04/01/16), planejamento (05 a 29/01/16), execução (01/02 a 08/04/16) e relatório (22/05/16).

Realizamos uma análise acurada de 98 (noventa e oito) vigentes, sendo: 11 (onze) de engenharia, 03 (três) de fornecimento, 29 (vinte e nove) de locação, 37 (trinta e sete) de serviço e 18 (dezoito) de TI.

b) Auditoria Extraordinária dos processos administrativos de restituição ao erário

Este trabalho foi iniciado por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do

Maranhão, por meio do memorando MEMO GDG 662016. Teve por objeto a verificação da ocorrência de um grande número de processos de restituição ao erário em tramitação na esfera administrativa, bem como os recursos administrativos advindos dos mesmos, razão pela qual, foi solicitado uma análise de auditoria.

Lista recebida de todos os processos desta natureza, onde constaram 1.528 processos administrativos e 06 processos com recursos que encontram-se sobrestados aguardando o término da auditoria e 30 processos com recursos em fase de tramitação, tendo recaído o estudo sobre o total informado. Contudo, em razão da complexidade do objeto e do prazo restrito para o desenvolvimento destas análises, foram analisados 1.328 - 87% de processos administrativos, no valor total de R\$ 1.203.159,73 e 36 - 100% dos processos a nível de recursos, no valor total de R\$ 173.141,78.

Auditoria executada, conforme processo nº 42465/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 742016, na data de 18 de novembro de 2016.

c) Auditoria Extraordinária – Serventia Carutapera

A presente ação realizada em sede extraordinária, tem por escopo analisar a regularidade dos atos praticados gratuitamente pela serventia extrajudicial de Carutapera.

A análise dos atos gratuitos que geraram a compensação financeira foi realizada in loco na serventia extrajudicial mencionada, no período 19 a 23 de setembro de 2016, pela equipe formada por servidores da Diretoria do FERJ e Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Iniciou-se a partir de determinação da Presidência deste Tribunal, gestão biênio 2016/2017, através da DECISÃO GP-58372016 (Processo 39.526/2016) que determinou a abertura de auditoria por esta unidade de Controle Interno em conjunto com a Diretoria do FERJ (Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento), in loco, a fim de analisar a regularidade dos atos praticados gratuitamente pela Serventia Extrajudicial de Carutapera, considerando o teor do MEMO-DFERC-332016, no qual foi relatado a considerável repetição de atos informados no SIAFERJWEB, com vistas a compensação financeira pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC).

Auditoria encontra-se devidamente executada, conforme processo nº 39.526/2016 e memorando de entrega do relatório MEMO DCI 832016, na data

de 19 de dezembro de 2016.

2.3 Inspeção Contrato de Manutenção Polo Caxias - CPTS nº 147/2014

Após análise inicial pela comissão sindicante, a Presidência através da DECISÃO-GP-9662016 determinou a realização de Auditoria conjunta

da Diretoria de Controle Interno e Diretoria de Engenharia, a fim de identificar irregularidades nas ordens de serviço do Contrato nº 147/2014 emitidas para as Comarcas que compõem o Pólo 5, bem como, nas medições atestadas.

Para a execução deste trabalho realizou-se a análise processual e visitas "in loco" nas comarcas de Caxias, Coelho neto, Dom Pedro e São Luís Gonzaga.

DESTAQUES

Importante salientar a participação deste setor de Controle Interno no aperfeiçoamento das atividades de gestão, tais como regulamentação da gestão e fiscalização dos contratos no âmbito desta Corte, além de orientações através da emissão de despachos e pareceres.

Esta unidade de controle interno está em constante aperfeiçoamento, buscando novos conhecimentos e aprimoramento dos seus trabalhos, efetivando o acompanhamento da gestão, focado também em aspectos gerenciais, de maneira a contribuir mais diretamente para a eficácia e eficiência da Administração. Exemplo disso foi o advento da recente reestruturação da unidade de controle interno do Poder Judiciário do Maranhão, Diretoria de Controle Interno e suas respectivas Coordenadorias, Coordenadoria de Auditoria e Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e Monitoramento. Alteração ocorrida em 13 (treze) de setembro de 2016, da RESOL-GP 472016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 582013 a fim de estabelecer as atribuições da Diretoria de Controle Interno e da Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento; bem como da RESOL-GP 482016, que alterou dispositivos da RESOL-GP 12013 quanto à competência dos titulares de cargos em comissão e de função gratificada da Diretoria de Controle Interno e de suas Coordenadorias, assim como pela revogação da Portaria-GP 142016, que estabelecia os critérios de encaminhamento de processos à Diretoria de Controle Interno.

Importante citarmos também a Resolução 58/2013, instrumento que visa apoiar o gestor e que dispõe sobre a atuação da Diretoria de Controle Interno, que disciplinou as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências, cuja execução se deu de forma mais alinhada nesse ano de 2016.

**ASSESSORIA
DE COMUNICAÇÃO**

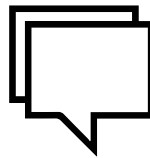
A Assessoria de Comunicação (Asscom) do Tribunal de Justiça do Maranhão exerce um papel fundamental para a construção e consolidação da imagem do Poder Judiciário do Maranhão diante de diversos públicos: jurisdicionados, servidores, advogados e magistrados. Com uma amplitude grande de atuação, que abrange comunicação externa - divulgação de ações e relação com a imprensa - e comunicação interna, Assessoria de Comunicação investe em projetos em novas mídias e canais, de forma a apresentar mais resultados e com menos custos, respeitando o atual momento financeiro do TJMA.

Estatística do Portal do Poder Judiciário

11.994.775 visualizações de página	1.612.628 usuários únicos
+ 25,4% em sessões em 2016	+ 28,5% em usuários
+ 3,83% de páginas vistas	

CANAIS PRÓPRIOS

Em 2016, a Ascom do TJMA atuou e incrementou os seguintes canais já em funcionamento:



tjma.jus.br

Intranet

Rádio Web Justiça do Maranhão

REDES SOCIAIS

Intensificação da utilização das redes sociais nas quais o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão está presente: Facebook, Twitter e Instagram.

facebook.com/tjmaoficial
f 11.128
curtidas
+ 3.543 curtidas em um ano

instagram.com/tjmaoficial
1.431
seguidores
*Ferramenta de aferição não puxou dados anteriores a maio de 2016.

twitter.com/tjmaoficial
5.913
curtidas
*Ferramenta de aferição não puxou dados anteriores a maio de 2016.

910

matérias publicadas no site e distribuídas para a imprensa



Criou o canal público do **Telegram** como disseminador de informações:

@tjmaranhao
404 membros



RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA E DIVULGAÇÃO



7.782

matérias citando o Tribunal
de Justiça publicadas na imprensa
(jornal impresso, TV, rádio e internet)

5.412 571 1.699

100 publicações (editais)

OBS: Integraram, ainda, as ações da Comunicação: produção de boletins, reportagens e programação da Rádio Web, acompanhamento de magistrados e/ou servidores em entrevistas/ matérias feitas pela imprensa, envio de notas informativas atendendo as demandas da imprensa, envio de notas de esclarecimento em casos específicos, atendimento à Rádio Justiça em gravações com magistrados e/ou servidores a partir de pautas geradas pela Ascom do TJMA.

PRODUÇÃO GRÁFICA

8
marcas
criadas

3
animação

+100
peças
Instagram

+100
peças
Facebook

67
peças
site TJMA

+900
páginas
Diagramadas

VICE-PRESIDÊNCIA

As competências e atribuições da Vice-Presidência estão definidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (art. 119 da Lei Complementar n. 14, de 17 de dezembro de 1991) e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (art. 27 do RITJMA).

Comissões técnicas: segundo dispõem o caput

e o §1º do art. 83 do RITJMA, a Vice-Presidente do Tribunal presidirá as Comissões Técnicas de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos e de Regimento Interno e Procedimentos.

Da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos: tramitaram pela Comissão 34 processos, sendo que ao longo das sete reuniões:

22 processos foram apreciados	3 arquivados	7 encontram-se em diligência	1 no gabinete do relator	1 com pedido de vista
---	------------------------	--	------------------------------------	---------------------------------

Da Comissão de Regimento Interno e Procedimentos: tramitaram pela Comissão 57 processos, tendo sido realizadas 10 reuniões. Desse total, tem-se:

31 processos decididos	2 processos aprovados ad referendum	2 processos arquivados	5 processos apensados em outro	4 processos com pedido de vista
7 processos no gabinete do relator	1 processo sobrestado	1 processo em diligência	4 processos com pedido de pauta	

Processos Administrativos de Licença: foram recebidos aproximadamente 1.026 processos com pedidos de licença, numa média aproximada de 93 processos por mês

Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família: **354 processos**

Licença-Prêmio: **531 processos**

521 foram apreciados	5 arquivados	2 apensados em outro processo já apreciados	2 em diligência	1 foi cadastrado de forma errada, não sendo da competência da Vice-Presidência
--------------------------------	------------------------	---	---------------------------	--

Licença-Paternidade: **104 processos**

Licença-Classista Remunerada: **7 processos**

Licença-Adotante: dos oito processos com pedido de licença por motivo de adoção

Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesse Particular: **10 processos**

Licença sem Vencimentos por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro: o único processo cadastrado como licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro tinha por objeto a remoção do requerente, razão pela qual foi encaminhado para a Assessoria Jurídica da Presidência, tendo em vista serem os pedidos de remoção de servidor de competência da Presidência

Pedido de Reconsideração de Decisão de Licença: 11 processos

Informações ao STF e ao STJ: por força do §1º do art. 321-B do RITJMA, foram prestadas 25 informações ao STJ.

Processos Jurisdicionais

Dos Processos Jurisdicionais Ordinários: foram recebidos 438 processos jurisdicionais no período de expediente forense, tendo em vista as substituições decorrentes do impedimento ou suspeição do Desembargador Presidente. Foram proferidos:

410 despachos e decisões; e

28 processos restantes são vínculos com os processos principais

Dos Processos Jurisdicionais do Plantão Semanal: recebidos e despachados dois processos decorrentes da substituição do Desembargador plantonista.

Dos Processos Jurisdicionais do Plantão do Recurso Forense: 134 processos, dos quais:

a) 11 (onze) agravos de instrumentos;

b) 22 (vinte e dois) mandados de segurança;

c) 98 (noventa e oito) habeas corpus;

d) 02 (duas) cautelares;

e) 01 (uma) suspensão de liminar.

Da Seção Cível: a Desembargadora Vice-Presidente presidiu a Seção Cível na sessão do dia 26.08.2016 (art. 9-A do RITJMA). As sessões agendadas para os dias 26.02.2016 e 29.04.2016 não foram realizadas em razão da inexistência de processos com pedido de pauta; as sessões dos dias 24.06.2016 e 28.10.2016 não se realizaram ante a ausência de quórum e por força do feriado forense do dia do servidor, respectivamente.

Das Convocações de Desembargadores Substitutos: realizaram-se 181 convocações de Desembargadores substitutos.

Da Substituição do Presidente do Tribunal de Justiça: no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 27, I, e 68, ambos do RITJMA, a Desembargadora Vice-Presidente substituiu o Desembargador Presidente do Tribunal nas 22 ausências justificadas, seja por viagem, seja por licença para tratamento de saúde.

Da Coordenadoria de Distribuição: a Coordenadoria de Distribuição, que, conforme o §2º do art. 241 RITJMA, subordina-se à Vice-Presidência, distribuiu o equivalente a 27.865 processos

22.811 processos Cíveis

5.054 Criminais numa

Média de 760,37 cíveis por desembargador cíveis

Média de 168,47 criminais por Desembargador.

Com relação aos processos cíveis, as classes processuais mais distribuídas foram:

12.060 apelações;

3.462 agravos de instrumento;

924 remessas necessárias.

Quanto aos processos criminais, as classes mais distribuídas foram:

2.056 apelações;

1.998 Habeas Corpus; e

324 recursos em sentido estrito.

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Atividades Administrativas

No cumprimento de seus deveres, a Chefia de Gabinete da Presidência, ao longo desse ano, tramitou 1.736 documentos dos mais variados assuntos: diárias, suspensão de expediente, realização de tribunal do júri, correição, licenças, inspeção ordinária, leis, resoluções e etc.

Foram despachados 3.051 processos sobre: afastamento de desembargador, correições ordinárias e extraordinárias, relocação de servidor, indicação de servidor, recursos administrativos e etc.

Destaque

1.736 documentos

3.051 processos despachados

Malote Digital

Durante esse período, utilizamos o sistema de comunicação interna e externa do serviço público denominado “Malote Digital” por meio do qual rece-

bemos e encaminhamos vários documentos oficiais tanto no âmbito interno quanto no externo aos tribunais.

Desta forma, foram recebidos e encaminhados 208 documentos oficiais tais como: cartas de ordens, cartas precatórias, jurisprudências dos tribunais e etc.

Expedição de Correspondências do Presidente

Durante o ano de 2016, elaborou-se e encaminhou-se, somente nesta Chefia de Gabinete, 1.023, entre estas estão respostas do Presidente aos requerimentos e solicitações apresentadas por magistrados, servidores, administrados, pedidos de providências ao Tribunal.

Além das atividades acima explicitadas, os servidores deste Gabinete trabalham no atendimento ao público de um modo geral, prestando informações sobre procedimentos administrativos, através de consulta no sistema Digidoc, além de informações jurídicas entre outras.

CERIMONIAL

JANEIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06	Visita do governador em exercício, Carlos Brandão, ao TJMA.	Sala da Presidência	Recepção
08	Realização de atividade religiosa mensal – missa	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
27	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

FEVEREIRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
03	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
17	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
29	Solenidade do Seminário Maranhão Contra a Corrupção	Fórum de São Luís	Elaboração do roteiro da cerimônia

MARÇO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
02	Seminário de Improbidade Administrativa e Criminal contra a Administração Pública.	Fórum Sarney Costa	Organização da cerimônia de abertura
09	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Solenidade de Instalação do I Balcão de Repactuação de Dívidas	Comarca de Imperatriz	Elaboração do roteiro da cerimônia
16	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
30	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
31	Inauguração do Fórum	Comarca de Santa Luzia	Elaboração e envio de convites/ Organização da cerimônia.

ABRIL

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
13	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Realização de atividade religiosa mensal – missa	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
19	Velório do juiz Cândido José Martins de Oliveira, pai do juiz Frederico Feitosa de Oliveira	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
20	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
26	Inauguração do Fórum	Comarca de Colinas	Elaboração e envio de convites/ Organização da cerimônia.

MAIO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
02	Inauguração do Fórum	Comarca de Matões	Elaboração e envio de convites/ Organização da cerimônia.
04	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
11	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
13	Missa em celebração ao Dia das Mães	Auditório	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal; organização e distribuição de prêmios.
18	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
20	Lançamentos dos Livros Transcritos dos séculos XVII-XIX, volumes I,II e III, e da Revista do TJMA.	Sala de Chá/ TJ	Elaboração e envio de convites/ Organização da exposição e cerimônia.
25	Organização do Lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

JUNHO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
02	Entrega da Medalha e Livro dos 200 anos do TJMA ao desembargador Eládio Luiz da Silva Lecey e ao Dom Orleans	Salão Nobre	Serviços de Cerimonial e garçom/ definição dos sucos
02	I Seminário Justiça e Meio Ambiente	Fórum de São Luís	Serviços de Cerimonial e garçom/ definição de cardápio do coquetel
03	Entrega da Medalha do Mérito Judiciário Antônio Velloso ao subprocurador Nicolao Dino	Gabinete da Presidência	Serviços de Cerimonial e garçom/ definição dos sucos
08	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
22	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
24	Realização de atividade religiosa mensal – missa em homenagem a São João.	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
30	Reunião da Comissão de Divisão e Organização Judiciária e Assuntos Legislativos	TJMA	Disponibilidade de água e café

JULHO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
06	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
13	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
20	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
20	Posse dos novos juízes substitutos de entrada inicial	TJMA	Elaboração e envio de convites/ Organização (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Segurança Institucional, Divisão Médica)/ Serviço de Garçom/ Organização da cerimônia.
20	Cerimônia de abertura da Semana Estadual de Valorização da Mulher	Fórum de São Luís	Organização da exposição e da cerimônia
21	Cerimônia de abertura do seminário “Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: como enfrentá-la”	Fórum de São Luís	Elaboração e envio de convites, além da cerimônia.

22	Realização de atividade religiosa mensal – missa em homenagem à Santa Maria Madalena	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
25	Velório de Maria da Conceição Abreu Costa, mãe dos juízes José de Abreu e José Costa	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
27	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

AGOSTO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
12	Realização de atividade religiosa mensal – missa em homenagem à Santa Maria Madalena	Auditório do TJ	Preparação do ritual.
03	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
10	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Lançamento da Campanha “Paz em Casa” pela vice-presidente do STF, ministra Carmem Lúcia		Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche/ Cerimonial
17	Velório de Jorrimar Fróz, pai do desembargador Froz	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
17	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
24	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
26	4ª Semana de Valorização da Magistratura/2016	Fórum Des. Sarney Costa	Preparação do roteiro da cerimônia e definição do cardápio do café da manhã
27	Dia Nacional da Construção Social	SESI ARAÇAGI	Definição do cardápio do lanche
28	Semana de Valorização de Magistratura 2016	Fórum de São Luís	Elaboração do Roteiro da cerimonia
31	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

SETEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
01	Reunião sobre Ações da Segurança Pública com a presença do governador do Estado e o Secretário de Segurança	TJ	Definição do cardápio (suco)/ Cerimonial
12	Assinatura do Protocolo de Intenções para a criação de uma Rede Solidária de Trabalho de Prevenção ao Suicídio Palestra sobre Suicídio	Gabinete da Presidência Auditório TJMA	Cerimonial dos eventos/ definição do cardápio do lanche
14	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
19 e 20	Curso sobre Gestão de Contratos Administrativos	Setor Administrativo TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom
21	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
21	I Concurso de Redação de Lago da Pedra	Comarca de Lago da Pedra	Elaboração do roteiro da cerimônia
23	Entrega da Medalha Cândido Mendes para o ministro do STF, Teori Zavascki	Gabinete da Presidência	Definição do suco/ Convites/ Contratação de recepcionista/ Cerimonial
23	Acompanhamento do ministro Teori Zavascki ao Museu Sacro	Igreja da Sé	Acompanhamento da visita feito pela Chefe do Cerimonial
23	Visitação da imagem de Nossa Senhora de Nazaré	Auditório do TJ	Envio de convites/ Organização da cerimônia.
25	4ª Ação Social da Maçonaria	Creche Nossa Senhora das Graças (Vila Nova)	Definição de de cardápio para o lanche
28	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

OUTUBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
05	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Velório do desembargador Antônio Almeida e Silva	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
19	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
24	Visita da ministra do STJ, Isabel Gallotti, entrega da medalha Cândido Mendes		
26	Velório do desembargador Esmaragdo de Sousa e Silva	PAX União	01 (uma) coroa de flores.
26	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
27	Realização de atividade religiosa mensal - missa	Auditório do TJ	Organização da missa (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Gravação, Assessoria de Comunicação; envio de email aos servidores e magistrados, para divulgar o evento; preparação do ritual e do missal.
29	1ª CORRIDA DO SERVIDOR	Litorânea	Definição de cardápio/ Organização do lanche/ Organização da Sala Vip/ Organização do kit das camisas para os desembargadores.

NOVEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
04	Sessão solene comemorativa aos 203 anos de instalação do TJMA e entrega das medalhas: Especial do Mérito Cândido Mendes, do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo e dos Bons Serviços Bento Moreira Lima.	Sala das Sessões Plenárias	Elaboração e envio de ofícios e-ou convites / Organização (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Segurança Institucional, Divisão Médica)/ Serviço de Garçom/ Organização da cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista, mestre de cerimonial, músico e de cantora além da preparação do ritual).
09	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
12	Casamento Comunitário	UFMA	Decoração/ Cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista, mestre de cerimonial, serviços de filmagem, ritual)
16	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
17	Entrega das Medalhas: Especial do Mérito Cândido Mendes e do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo ao ministro Humberto Eustáquio e ao Desembargador Fernando Cerqueira.	Sala da Presidência	Definição dos sabores dos sucos/ contratação de recepcionistas
17	Lançamento do livro do presidente Cleones Carvalho	ESMAM	Envio de convites
17	Solenidade em comemoração aos 30 anos da ESMAM/ Entrega dos Troféus da ESMAM aos agraciados	ESMAM	Definição do coquetel/ Ornamentação/ Cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista e de mestre de cerimonial, ritual)
18	ESMAM CULTURAL	Fórum de São Luís	Definição do coquetel
23	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
28	III Balcão de Negociação de Dívidas	Espaço Renascença	Preparação de convite/ 02 balcões expositores
29	Inauguração da Biblioteca “José Antônio de Almeida Silva”	Setor Administrativo	Definição de suco/ Confeção da Placa de Inauguração/ Cerimônia
29	Audiência Pública	Comarca Paço do Lumiar	Cerimônia
30	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização

DEZEMBRO

DATA	ATIVIDADES	ONDE	OBSERVAÇÃO (atividades desenvolvidas pelo Cerimonial e outras informações)
07	Posse dos novos juízes substitutos de entrada inicial	TJMA	Elaboração e envio de convites/ Organização (solicitação de serviços aos setores/TJ – Apoio, Segurança Institucional, Divisão Médica)/ Serviço de Garçom/ Organização da cerimônia (preparação do script, contratação de recepcionista e de mestre de cerimonial, ritual).
14	Organização do lanche do Pleno	Sala de Chá/ TJ	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche
15	Instalação da Pedra Fundamental	Fórum de Vitorino Freire	Convite/ Placa/ Cerimônia
16	Missa de Natal	Auditório do TJ	Envio de convites/ Organização da cerimônia, Definição do cardápio do Lanche de Confraternização.
19	Reunião com os diretores e coordenadores do TJMA	Sala da Presidência	Definição de cardápio/ Serviço de garçom/ Organização do lanche

O Cerimonial providencia ainda:

- elaboração de Termos de Referência para a contratação de passagens aéreas, organização de eventos, além do de Garçons e Recepcionistas;
- fiscaliza os contratos das empresas: TITA EVENTOS (passagens aéreas), POTENCIAL (Garçons e Recepcionistas), VISÃO E PERFIL (alimentação e decoração) e LPH (locação de equipamentos e contratação de Mestre de Cerimônia e Recepcionistas para a realização de eventos);
- envio de telegramas de pêsames por falecimentos e de felicitação pela passagem de aniversários (desembargadores, juízes e autoridades);
- informa os desembargadores sobre os eventos, através de mensagens e/ou whatsapp;
- agendamento de reuniões institucionais em âmbito local e nacional, bem como acompanhamento da presidente nesses eventos;
- solicitação de serviços de marcação, remarcação e emissão de passagens aéreas, assim como marcação de assento e check-in da presidente;
- confecção de placas de instalação de comarcas e/ou órgãos internos do TJ e de placas de identificação de salas dessas unidades.

Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização

1. ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

As atividades desenvolvidas pela AGEM durante o ano de 2016, foram:

a) Proposta de alteração da Resolução da Gratificação Por Produtividade Judiciária - GPJ

A Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ foi instituída por meio da Resolução nº 05/2011, onde foram estabelecidas metas de produtividade para as unidades judiciais e administrativas relacionadas aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

No primeiro semestre do ano de 2016, a Assessoria de Gestão Estratégica, com o apoio da Divisão de Planejamento, realizou estudos para adequação da Resolução nº 14/2015 às normas instituídas pela nova Resolução nº 219/2016 de 26 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dentre outras providências, estabelece critérios para a premiação por desempenho nos Tribunais.

Como resultado foi elaborada uma nova proposta de resolução que dispõe sobre as regras da GPJ, que foi encaminhada para apreciação da Secretaria Geral do TJ/MA, via documento administrativo, pelo sistema DIGIDOC.

b) Participação e Gerenciamento de Núcleos, Comitês e Comissões

Atualmente, a Assessoria participa e gerencia os seguintes Núcleos, Comitês e ou Comissões:

Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau;

Comissão de Acompanhamento e Apuração da Produtividade;

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;

c) Atividades administrativas e Pareceres jurídicos que versam:

Recurso contra resultado parcial e final da GPJ;
Pedido de Reconsideração;
Gratificação de Produtividade Judiciária;
Incidência da GAJ nos cálculos da GPJ;
Avaliação de Desempenho - GPJ
Substituição/Pagamento - GPJ
Ação de Auditoria
Pedido de material de expediente;
Registra-se que a soma das atividades desempe-

nhadas pela AGEM de janeiro a dezembro de 2016 mostram 1088 processos distribuídos e 1076 apreciados e tramitados, com percentual aproximado de 85% dos processos com tramitação inferior a 15 (quinze) dias.

Divisão de Planejamento

1. Elaboração dos cálculos dos percentuais devidos para pagamento da GPJ.

Após a divulgação do resultado final da GPJ/2015, no dia 12/02/2016, esta Divisão de Planejamento iniciou a elaboração da lista com os percentuais devidos aos servidores lotados em unidades vencedoras que detinham o direito ao recebimento da gratificação, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução 14/2015.

Na geração da lista, foi utilizado o relatório desenvolvido pela Diretoria de Informática e Automação, disponibilizado por meio do sistema Jurisconsult, que gera automaticamente os percentuais devidos aos servidores, considerando, para efeito de cálculo de percentuais, os afastamentos e substituições efetivados durante o período de apuração.

2. Proposta de alteração da Resolução da Gratificação Por Produtividade Judiciária - GPJ

A Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ foi instituída por meio da Resolução nº 05/2011, onde foram estabelecidas metas de produtividade para as unidades judiciais e administrativas relacionadas aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Durante o ano de 2014, a Assessoria de Gestão Estratégica, com o apoio da Divisão de Planejamento, realizou um estudo acerca da Resolução que regulamenta a GPJ (Resolução nº 05/2011); foram realizadas audiências públicas em todos os pólos do Estado, além de reuniões específicas com as áreas administrativas, com a AMMA e com o SINDJUS; e realização de enquetes para coletar sugestões e críticas sobre a resolução vigente. Elaborou-se, então, a proposta de resolução de alteração da regulamentação da GPJ, que resultou na RESOL-GP -142015, instituída após decisão em sessão administrativa do Órgão Especial do dia 18 de março de 2015, vigente até a presente data.

Entretanto, com a publicação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ da Resolução nº 219/2016 em 26 de abril de 2016, que dentre outras providências, estabelece normativos para a premiação por

desempenho nos Tribunais foi necessária a realização de novo estudo para adequação da Resolução nº 14/2015 às normas instituídas pela supracitada Resolução do CNJ.

Como resultado foi elaborada uma nova proposta de resolução que dispõe sobre as regras da GPJ, que foi encaminhada para apreciação da Secretaria Geral do TJ/MA, via documento administrativo, pelo sistema DIGIDOC.

3. Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho

Trata-se de atividade desenvolvida relacionada ao Objetivo Estratégico nº 15 “Garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais e padronização das rotinas”, que consiste na análise dos processos das unidades administrativas, na identificação das oportunidades de melhoria e na definição de um fluxo racional, eliminando possíveis retrabalhos e erros.

Para tanto, foram realizadas reuniões com as áreas interessadas, aplicação de formulários e análises processuais dos assuntos mais recorrentes e importantes destacados por cada unidade, considerando a incidência no sistema DIGIDOC.

Como resultado, foram publicadas portarias com os principais fluxos processuais das unidades - Chefia de Gabinete da Presidência, da Secretaria Geral do TJ/MA, da Coordenadoria de Processos Administrativos e Sindicância e Diretoria Administrativa, estando em andamento o da Diretoria de Recursos Humanos.

4. Proposta de Projeto de Reestruturação da ESMAM;

A Divisão de Planejamento, no ano de 2015, realizou estudos e atividades em conjunto com a ESMAM que resultaram na apresentação de um modelo de reestruturação organizacional para a Escola, com a readequação dos cargos e funções, sem acréscimo financeiro à sua Folha de Pagamento.

Dessa forma, em continuação ao trabalho iniciado, neste ano de 2016, a ESMAM solicitou o apoio desta Divisão de Planejamento no processo de readequação do Regimento Interno da Escola (Resolução nº 17/2010), no que cerne à modificação da estrutura e descrição das competências dos novos cargos e funções.

5. Elaboração do Planejamento da Coordenadoria de Precatórios

A Divisão de Planejamento, após solicitação da Coordenadoria de Precatório, iniciou, no ano de 2016, a construção do Planejamento da Coordenadoria de Precatórios, com o objetivo de sistematizar ações que visem a melhoria da estrutura física e a otimização dos processos de trabalho da Coordenadoria, no sentido de ordenar e regularizar a tramitação das rotinas e procedimentos administrativos de precatórios, no que se refere, principalmente, ao atendimento ao público, a otimização dos processos e melhoria da transparência e do controle de precatórios.

Para levantamento de informações sobre a área e seus processos de trabalho foram realizadas reuniões com a equipe de precatórios, inclusive com o Juiz Auxiliar da Presidência responsável pela Coordenadoria de Precatórios, Dr. José Nilo Ribeiro Filho e resposta a questionário de diagnóstico para levantamento dos pontos fortes e fracos e ameaças e oportunidades; bem como realização de visita na unidade para conhecimento da estrutura física atual. Após esse diagnóstico, foram definidos os objetivos para a unidade e elaborados os planos de ação/intervenção para alcance dos resultados estabelecidos. Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução e acompanhamento.

6. Planejamento Estratégico da Coordenadoria da Infância e Juventude

A Coordenadoria da Infância e Juventude buscou a Divisão de Planejamento para a construção do planejamento estratégico da unidade, para tanto foram realizadas 02 (duas) reuniões em que a referida coordenadoria solicitou tal demanda, através da exposição do que a área necessita e o envio do documento que a unidade já tinha elaborado.

Após análise técnica do documento apresentado, foram ressaltados os pontos a melhorar e, encaminhados os formulários necessários para a formatação do documento e planejamento das atividades subsequentes, dentre os quais a reunião com a equipe prevista para janeiro/2017.

7. Realização da 1ª e 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia

A Divisão de Planejamento, durante o ano de 2015, realizou ações com vistas à elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual para o período de 2016-2020, que foi instituído por meio da RESOL-GP 45/2015, de 30 de dezembro de 2015.

Com o Planejamento Estratégico institucionalizado e iniciada a sua execução pelas áreas responsáveis, faz-se necessário o monitoramento sistemático das ações, projetos e iniciativas previstos, bem como do nível de cumprimento das metas estratégicas estabelecidas.

Para tanto, a Divisão de Planejamento, após o 1º trimestre de 2016, realizou reuniões preparatórias com as áreas responsáveis por metas estratégicas para coletar informações sobre a situação de cumprimento e para orientar os gestores sobre a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, ocasião em que os gestores informaram o resultado das ações e projetos do período, bem como a incidência de possíveis desvios que dificultam o alcance do desempenho desejado.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 02 (duas) RAE's, sendo a primeira ocorrida em 20 de maio e a segunda em 12 de agosto.

8. Participação no Projeto Semana do Servidor

A Diretoria de Recursos Humanos realizou várias ações alusivas ao dia do Servidor, dentre elas, palestras na capital e comarcas do interior sobre temas variados, a fim de promover conhecimento e motivação aos servidores.

A Divisão de Planejamento foi convidada a participar do Projeto, com palestra realizada em Pindamonhangaba, no dia 25 de outubro, pela Analista Aline Mendonça, com o tema "O servidor público em um ambiente em transformações". Na oportunidade, foi discutido com os servidores as mudanças que vem acontecendo no ambiente e seu impacto no perfil do servidor público.

Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos (2015-2016)

A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos é um setor da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão responsável em atualizar, periodicamente, o Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, a exemplo da pesquisa Justiça em Números e Metas Nacionais. Cabe ao setor ainda: elaborar e divulgar o Mapa Mensal de Atividades dos Magistrados de 2º Grau; atender ao público, interno e externo, quanto a solicitações de informações estatísticas; elaborar tabelas e gráficos demonstrativos para orientar as conclusões ou os processos de tomada de decisões;

auxiliar na elaboração dos indicadores de produtividade administrativa da GPJ e encaminhar à Informática os parâmetros para aferição das metas judiciais.

Justiça em Números

Por meio da Resolução 76/2009, o relatório Justiça em Números possui atualmente três grupos de informações: orçamentárias (despesas), de pessoal (número de servidores e magistrados) e sobre litigiosidade (número de processos, classe processual, julgamentos realizados, estoque). Ao longo do ano, as informações de litigiosidade e de pessoal são repassadas por esta Divisão ao CNJ por semestre. E, as orçamentárias no final de cada exercício.

Os dados de litigiosidade são solicitados à Informática para extração nas bases de dados dos sistemas Themis, Projudi e PJE. A Divisão de Estatística fica responsável pela revisão dos dados, apontando possíveis inconsistências e consolidação das informações para envio ao conselho. Conforme a pesquisa, a taxa de congestionamento é de 78,2% e o índice de Atendimento à Demanda que mede a relação entre processos baixados e casos novos foi de 78,4%

Metas Nacionais

As metas nacionais foram assumidas pelos tribunais brasileiros como passo importante e indispensável à oferta de uma prestação jurisdicional efetiva, segura, célere e democrática. Permite subsidiar os tribunais na coleta de dados e posterior lançamento no Sistema Metas Nacionais, com vistas a possibilitar ao CNJ o acompanhamento, aferição de cumprimento e geração de relatórios estatísticos.

Especial atenção deve ser dispensada às Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, porque para fins de levantamento de quantitativos a serem lançados no Sistema de Metas os tribunais deverão a elas reportar-se, com observação das classes processuais, assuntos e movimentos contemplados pelas metas, bem como das orientações de aplicação de cada classe ou movimento.

As informações do Tribunal de Justiça relacionadas ao Segundo Grau e as Unidades Administrativas são lançadas mensalmente pela Divisão de Estatística do TJMA, enquanto os dados da justiça de Primeiro Grau são de responsabilidade da Corregedoria Geral de Justiça.

Abaixo, a tabela 1, ilustra o desempenho do segundo grau no cumprimento das metas nacionais de 2015.

Tabela 1
Metas Nacionais de 2015
Segundo Grau

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	100,00%	100,36%
2	Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 2º grau.	80,00%	98,98%
4	Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012.	70,00%	142,86%
6	Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 2º Grau.	100,00%	99,38

Fonte: Metas Nacionais do CNJ

Mapa Estatístico de Produtividade de 2º Grau

Em cumprimento ao Art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura, o Mapa Estatístico divulga mensalmente os dados estatísticos das atividades dos magistrados de segundo grau relacionados às seguintes informações: distribuição, decisões colegiadas e monocráticas, recursos internos recebidos e decididos, processos com vistas a PGJ e advogados, baixados, recursos especiais e extraordinários despachados pela presidência. São anexados ao mapa, os pedidos de vista e os votos proferidos em sessão. Os dados são extraídos do sistema Themis e Pje, sendo publicados no Diário da Justiça Eletrônico até o dia 10 do mês subsequente.

A soma dos indicadores do mapa estatístico mostra 21.784 processos distribuídos no período de janeiro a novembro de 2015 e 23.038 no mesmo período em 2016, o que demonstra um aumento de 5% em 2016. Já os julgados contam 23.029 processos em 2015 e 21.003 processos em 2016, revelando uma diminuição de 8% em relação à 2015.

Gratificação por Produtividade Judiciária

A Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ),

instituída pela Resolução nº 05/2011, alinhada na filosofia da gestão orientada a resultados, avalia o desempenho e premia as unidades que alcançarem as metas estabelecidas ao final do período de apuração.

Entende-se que a premiação contribui para a gestão estratégica do órgão, visando incentivar os servidores para o cumprimento das metas, a fim de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional.

A GPJ contempla as unidades judiciais que concorrem com as metas nacionais do CNJ e as unidades administrativas que disponham de sistemas informatizados que permitam a mensuração dos resultados, envolvendo também as unidades que dão suporte à apuração dos resultados. Em 2015, a gratificação teve como período de apuração, os meses de janeiro a dezembro com divulgações parciais trimestrais publicadas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os dados utilizados para o cômputo das metas estipuladas pela portaria nº 1345/2015 foram extraídos dos sistemas informatizados, a exemplo do Digidoc e Themis, de acordo com critérios estabelecidos pela referida portaria.

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização em conjunto com as Divisões de Planejamento

e de Acompanhamento dos Dados Estatísticos realizam reuniões com as unidades administrativas para definição, revisão e aprimoramento dos indicadores e metas, competindo a Estatística analisar a viabilidade quanto à extração e mensuração dos dados,

bem como a projeção futura dos resultados, além de prestar esclarecimentos quanto às regras e critérios estabelecidos quando solicitados.

Observa-se nas tabelas abaixo o resultado alcançado pelo Tribunal nas metas judiciais em 2015.

Tabela 2
Metas da Gratificação por Produtividade Judiciária
Primeiro Grau

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	94,25
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau	80	40,06
4	Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012	70	28,85
6	Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau	100	19,01

Tabela 3
Metas da Gratificação por Produtividade
Judiciária Juizados Especializados

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	118,47
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.	100	99,97

Tabela 4
Metas da Gratificação por Produtividade
Judiciária Turmas Recursais

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	100	132,04
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013.	100	98,96

Tabela 5
Metas da Gratificação por Produtividade
Judiciária Segundo Grau

Meta	Descrição	Esperado (%)	Grau de Cumprimento (%)
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	90,00%	108,81
2	Identificar e julgar, até 31/09/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.	80	87,38
4	Identificar e julgar 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2013.	70	94,64
6	Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 2º grau	100	98,65
9	Lavrar e publicar 90% dos acórdãos em 8 dias após a sessão de julgamento	90	106,56

Coordenadoria de
Processos
Administrativos
Disciplinares e
Sindicâncias

Em 2016 a Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares em Sindicâncias (CPADES) procurou garantir a agilidade dos trâmites processuais disciplinares conseguindo, alcançar os resultados a que se propõe. Com a edição da PORTARIA-TJ 312/2016 – que dispõe sobre a extinção de processos físicos na CPADES TJMA, datada de 17.02.2016 –, deixaram de ser instaurados “procedimentos físicos” (salvo processos de extrema complexidade em que haja necessidade de sigilo de suas apurações) dando lugar aos processos virtuais. A implementação de tal medida ocasionou uma redução no consumo de papel A4 por parte desta coordenadoria, na medida em que deixou-se de imprimir grande quantidade de volume de processos que seriam entregues às partes e seus advogados. A entrega de tais materiais é feita a partir da digitalização dos processos em arquivos de mídia CD/DVD ou então salvos em pendrives/HD’s fornecidos pelas próprias partes.

Como o sistema de tramitação processual (Digidoc) ainda não comporta dados em mídia audiovisual, as Comissões Disciplinares ainda se deslocam até as Comarcas para oitiva dos representados e testemunhas. Recentemente, iniciou-se o uso do sistema de gravações das oitivas em sistema audiovisual e se estuda a possibilidade de adequar o sistema de tramitação processual a essa realidade, como forma de racionalizar e otimizar os gastos processuais.

A fim de cumprir metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico no âmbito do Judiciário maranhense foi elaborado por esta Coordenadoria um estudo de padronização de rotinas sobre os principais fluxos processuais administrativos mais recorrentes, como forma de otimizar e tornar mais eficiente a atividade dos fluxos processuais, o qual foi aprovado pela Presidência desta Corte, através da Portaria GP 994/2016, publicada em 17.10.2016.

A fim de dar efetividade a Resolução GP 55/2016 – que estabelece regras voltadas à economicidade no uso e aquisições de materiais e serviços – procuramos reduzir o quantitativo de resmas de papel 4A (o que foi possível com a adoção de entrega de cópias digitalizadas dos procedimentos as partes e seus advogados), bem como o de copos descartáveis (cada servidor ganhou um copo permanente para água e por iniciativa adotaram o uso de canecas/xícaras para café), na medida em que estes passaram a ser utilizados para servir partes e advogados que se dirigem ao setor.

Comparativo de consumo:

Resmas de Papel A4

2015: 58

2016: 42

Cento de copo para água

2015: 76

2016: 34

Cento de copo de café

2015: 46

2016: 21

Em continuidade aos projetos da Coordenação anterior, também foi aprovado na Sessão Plenária Administrativa do dia 20 de julho de 2016, o Projeto de Resolução que propôs a criação do Termo Circunstanciado Administrativo, com o objetivo de ressarcir ao erário de eventuais prejuízos causados por servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, não decorrentes da prática de infrações disciplinares. O aludido projeto foi concretizado através da Resolução GP nº. 41/2016, datada de 27.07.2016.

Ao longo de 2016, tramitaram nesta Coordenadoria um total de 101 procedimentos instaurados tanto pela Presidência desta Corte, Corregedoria Geral da Justiça e Juízes Diretores do Fórum de 1º grau (Sindicâncias e Pad’s) em face de servidores, ex-servidores do Poder Judiciário e Titulares das Serventias Extrajudiciais. Dentre este acervo, oito eram remanescentes de 2015, dos quais restam apenas dois que se encontram sobrestados. Dos 93 instaurados esse ano, apenas nove estão em instrução.

Por sua vez, as demandas envolvendo magistrados em 2016, perfez um total de cinco procedimentos, dentre os quais dois envolveram pedidos de revisão e três PAD’s os quais já foram concluídos. Atualmente, não existe em instrução nesta Coordenadoria nenhum processo administrativo disciplinar em face de magistrado.

Processos no setor

101 procedimentos instaurados em face de servidores, ex-servidores e titulares de Serventias Extrajudiciais

Seis procedimentos envolvendo magistrados

OUVIDORIA

DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

No período compreendido entre 1º de Julho e 08 de dezembro de 2016, a Ouvidoria recebeu 1701 manifestações, que representam uma diminuição de 31% em relação ao mesmo período de 2015 (2.464 manifestações)¹. A diminuição das demandas pode ter ocorrido devido a uma maior utilização da comunicação direta entre jurisdicionados e unidades jurisdicionais, prática estimulada pela Ouvidoria, bem como o atingimento de bons resultados pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante nas unidades judiciais mais demandadas. Vale des-

taçar uma significativa melhora em unidades judiciais constantemente reclamadas no 1º semestre, e que não chegaram a figurar entre as 20 (vinte) mais reclamadas nesse 2º semestre.

Essas demandas foram recebidas notadamente pelo formulário eletrônico e via Telejudiciário, que representam as formas de acesso mais procuradas pelos cidadãos, sendo ainda assegurado contato com o órgão por e-mail e pessoalmente, prestigiando-se sempre a informalidade e o valor da informação apresentada.

Canais	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	(%)
Formulário Eletrônico	230	199	168	191	153	37	978	57,5
Telejudiciário	69	78	66	64	76	24	377	22,16
E-mail	18	33	28	20	18	10	127	7,47
Presencial	21	44	12	17	25	9	128	7,52
Ouvidoria CNJ	5	14	9	4	13	21	66	3,88
Digidoc	3	0	0	3	1	0	7	0,41
Telefone	2	0	2	2	1	3	10	0,65
Ouvidoria do MP	1	1	0	1	2	2	7	0,41
Total	349	375	284	300	289	104	1701	100

Do total de manifestações recebidas, 84,7% foram reclamações de insatisfação com os serviços e 8%, pedidos de informações. As demais manifestações consistiram em denúncias, elogios, dúvidas, sugestões e solicitações diversas, contabilizadas no campo "Outros", como solicitação de certidões de antecedentes criminais e cartorárias, solicitação de pagamento da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), reagendamento de audiência, pedidos de cadastro nos sistemas Push e PJe, pedidos genéricos de providências, e etc.

ESPÉCIES	QUANTIDADE POR MÊS - 1º SEM. 2016							TOTAL	(%)
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
Reclamação	304	310	237	252	252	86	1.441	84,7	
Pedido de Informação	26	28	29	29	15	9	136	8,0	
Denúncia	9	18	6	6	8	6	53	3,12	
Outros	5	11	6	8	6	2	38	2,23	
Elogio	1	4	2	1	0	0	8	0,47	
Dúvida	1	1	2	4	6	1	15	0,88	
Sugestão	3	3	2	0	2	0	10	0,59	

Recurso - Lei de Acesso à Informação	0	0	0	0	0	0	0	0,00
TOTAL	349	375	284	300	289	104	1701	100

Das reclamações, 90,91% foram relacionadas ao 1º grau de jurisdição, Juizados Especiais e Turmas Recursais. E a morosidade processual desponta como líder absoluto, concentrando-se 95,42% dos registros também no 1º grau, Juizados e Turmas Recursais.

RECLAMAÇÕES - 2º Sem. 2016				
DESCRIÇÃO	1º Grau	2º Grau	Cartórios	TOTAL
Quantidade	1311	93	38	1442
Porcentagem	90,91%	6,46%	2,63%	100%

MOROSIDADE PROCESSUAL - 2º SEM. 2016		
DESCRIÇÃO	1º GRAU	2º GRAU
Quantidade	1209	58
Porcentagem	95,42%	4,57%

Assuntos mais comuns das reclamações	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	(%)
Morosidade Processual	269	269	208	221	293	76	1266	87,8
Outros	7	9	11	7	12	3	49	3,4
Reclamações sobre atendimento dos servidores / magistrados	9	15	9	11	8	2	54	3,7
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	13	5	6	6	5	2	37	2,5
Ausência de magistrados na comarca	1	1	1	0	1	1	5	0,35
Sumiço de processos	2	6	0	3	1	1	13	0,9
Problemas no site do Tribunal	0	1	0	1	2	1	5	0,35
De competência imediata da Coordenadoria dos Juizados Especiais	0	2	0	2	0	0	4	0,28
TOTAL	301	308	235	251	322	86	1503	100

O campo "Outros", da tabela anterior, compreende uma grande quantidade de reclamações das mais diversas, merecendo destaque as seguintes: ausência de acessibilidade para cadeirantes a determinadas áreas do Fórum de São Luís; falta de comunicação com as unidades judiciais por problemas nas linhas telefônicas; condutas inadequadas de magistrados para com as partes; insuficiência de servidores nas Comarcas; dificuldade de agendamento no setor médico por parte dos servidores, falta de atualização nas informações disponibilizadas no site do Tribunal, etc.

20 SETORES QUE MAIS RECEBERAM RECLAMAÇÃO - 1º SEM. 2016		
Unidades de Trabalho		Quantidade
1º	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	69
2º	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS	64
3º	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	55
4º	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	54
5º	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	53
6º	1ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	49
7º	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	39
8º	3ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	39
9º	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	36
10º	VARA ÚNICA DE CANTANHEDE	35
11º	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR VARA ÚNICA DE SÃO BENTO	28
12º	7ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	28
13º	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	24
14º	2ª VARA DE CAXIAS	24
15º	1ª VARA DE CAXIAS	23
16º	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	22
17º	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	18
18º	2ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	18
19º	1ª VARA DE BACABAL	14
20º	3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	12

Elogios também foram registrados às unidades, servidores e magistrados, comprovando a existência de boas práticas em curso, que merecem reconhecimento e disseminação por todo o Judiciário.

Unidades de trabalho elogiadas - 1º Sem. 2016	
1	OUVIDORIA
2	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS
3	DIVISÃO DO JUDICIÁRIO
4	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS
5	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS
6	COORDENADORIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS
7	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS

A equipe integrante da Ouvidoria, que hoje com apenas quatro servidores no atendimento e acompanhamento das demandas, tem conseguido oferecer respostas às manifestações dos usuários dentro do prazo de vinte dias úteis, em mais de 97% dos casos, contando, para tanto, com a colaboração de considerável parcela de magistrados e de servidores de todo o Poder Judiciário Estadual, inclusive dos Cartórios.

FINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES - 1º Sem. 2016			
Descrição	Manifestações FINALIZADAS		PENDENTES
	Finalizadas ANTES de 20 dias	Finalizadas APÓS 20 dias	Pendentes dentro dos 20 dias
Quantidade	1613	17	71
TOTAL	1701		

2. INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

No primeiro semestre de 2016 a Ouvidoria recebeu 403 pedidos de informações através do SIC (Sistema de Informação ao Cidadão). Um aumento de 11,66% em relação ao número de solicitações apresentadas no mesmo período do ano passado, sinalizando que a Administração da Corte deve priorizar a transparência ativa, com a disponibilização de mais informações institucionais no próprio site do Tribunal, tornando prescindível a formalização de requisições pelos usuários.

3. TELEJUDICIÁRIO

Além do importante apoio às atividades típicas da Ouvidoria, a Divisão do Telejudiciário realizou inúmeras outras atividades no semestre, como o registro de manifestações para encaminhadas para Ouvidoria, agendamento de audiências de conciliação e de casamentos comunitários, consultas sobre movimentações de processos judiciais, informações sobre servidores, entre outros.

ACUMULADO JANEIRO A JUNHO DE 2015								
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Informações Jurídicas	Consulta a Processos de Primeiro Grau	534	595	517	484	570	154	2.854
	Consulta a Processos de Segundo Grau	71	71	50	61	62	10	325
	Consultas a Processos de Juizados Especiais	108	124	120	85	80	16	533
	Consultas a Processos nas Turmas Recursais	4	3	2	0	0	2	11
	Orientação a respeito de Ações Cíveis e Criminais	1	3	0	2	4	1	11
Plantões Judiciais e Cartoriais	Plantão Forense - 1º Grau					2		2
	Plantão de 2º Grau	4	3	0	0	2	0	9
Publicações e Comunicados Oficiais do Judiciário	Resoluções, Portarias e Atos da Presidência e Comunicados	4	6	0	0	0	0	8
Eventos Jurídicos	Informações sobre Casamentos Comunitários	28	24	14	15	30	0	111
	Agendamento de Casamento Comunitário	0	0	0	0	0	0	0
Órgãos	Informações das Comarcas	288	397	303	317	360	80	1.745
	Informações dos Setores do Judiciário: TJMA, Corregedoria de Justiça e Fórum de São Luís	418	455	325	343	379	90	2.010
	Informações de Outros Órgãos	83	103	62	66	60	24	398

Pessoas	Servidores do Poder Judiciário	1	11	7	6	12	4	41
	Magistrados	1	5	1	4	3	1	15
	Advogados	0	5	2	6	2	0	15
Informações Servidores TJMA	Informações Administrativas	25	0	0	1	0	0	26
	Senhas aos servidores - acesso aos sistemas do TJMA	14	67	50	62	58	0	251
Manifestações Ouvidoria	Reclamações	61	61	60	56	69	24	331
	Denúncias	2	7	2	2	2	0	15
	Pedidos de informações	0	1	3	2	0	0	6
	Sugestões	0	1	0	0	0	0	1
	Elogios	0	1	0	0	2	0	3
	Outros	0	3	0	1	0	0	4
	Consulta de Manifestação	16	15	14	16	11	0	72
Conciliação - CEJUSC	Agendamento de Audiência de Conciliação – CEJUSC	70	81	51	57	49	25	333
	Consulta de Conciliações	17	10	5	4	15	9	60
Outras informações	Outras Informações	17	17	14	9	9	0	66
TOTAL DE ATENDIMENTOS		1.767	2.069	1.602	1.599	1.781	440	9.258

Foram 9.258 atendimentos realizados no 2º semestre do ano de 2016. Neste semestre não tivemos os agendamentos dos casamentos comunitários pois foram realizados no 1º semestre, contudo o evento foi realizado em 12/11/16 pela Corregedoria de Justiça do Maranhão. Durante os meses de julho e agosto tivemos um aumento dos agendamentos de audiência de conciliação devido a divulgação deste serviço no II Balcão de Renegociação de Dívidas, ocorrido no período de 27/06 a 01/07.

4. PROJETOS E AÇÕES

Nesse semestre houve participação do Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador Ricardo Duailibe, no II Encontro do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais, tendo sido eleito 2º Vice-Presidente do CO-JUD; na audiência pública realizada em Cururupu, a convite do juiz Douglas Lima da Guia; no programa “Tome Consciência” - no qual o diálogo entre o Ouvidor e as unidades judiciais visa a formulação de melhores soluções para atender às demandas recebidas da população; em atendimento à solicitação formulada pela Juíza de Direito Luzia Madeira Nepomuceno, referente à ausência de clínicas públicas de internação para dependentes químicos, foram realizadas reuniões com representantes de comunidades terapêuticas e por último, com o secretário Estadual de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, objetivando realizar convênios entre o Estado e essas instituições com o intuito de proporcionar novos leitos para internação de pessoas dependentes quimicamente.

5. AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 29/11/2016 foi realizada a audiência pública no Município de Paço do Lumiar referente à atuação do Poder Judiciário nos termos judiciais de Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, evento que contou com a participação de mais de 200 pessoas, entre populares e autoridades locais, sendo a todos assegurada a oportunidade de manifestação e de participação do debate público, por meio do oferecimento de críticas e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional nos municípios englobados. Fato de destaque foi a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, cuja participação contribuiu fundamentalmente para que a população receba uma resposta mais efetiva e imediata da administração desta Egrégia Corte.

A audiência constituiu uma oportunidade rara de comunicação, controle social e de prestação de contas, favorecendo a realização da accountability indispensável para aproximar o Judiciário da sociedade.

CEMULHER

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – CEMULHER, presidida pela desembargadora Angela Salazar, é órgão permanente de assessoria à Presidência do TJMA, é composta por: Desembargadora Presidente, Juíza Assessora, Coordenadora Administrativa,

Secretária Executiva, Analista Judiciário - Assistente Social, Analista Judiciário – Psicóloga e Técnico Judiciário. A Coordenadoria conta ainda com o apoio da equipe técnica da Casa Abrigo, unidade vinculada a esta unidade, mantida pelo Poder Judiciário do Maranhão.

ATIVIDADES DA CEMULHER

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – CEMULHER, presidida pela desembargadora Angela Salazar, é órgão permanente de assessoria à Presidência do TJMA, é composta por: Desembargadora Presidente, Juíza Assessora, Coordenadora Administrativa,

Secretária Executiva, Analista Judiciário - Assistente Social, Analista Judiciário – Psicóloga e Técnico Judiciário. A Coordenadoria conta ainda com o apoio da equipe técnica da Casa Abrigo, unidade vinculada a esta unidade, mantida pelo Poder Judiciário do Maranhão.

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	PÚBLICO ATINGIDO
07 a 11/03	Manhã/tarde	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	(Ver outra tabela)
10/03	08:00h	Câmara Municipal de São Luís - Painei “Enfrentamento de todas as formas de violência contra todas as cidadãs (comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha)	100
15/03 a 18/03	08:00h	Mutirão da Cidadania - Comarca de Arame	150
29/03	15:00	Centro de Atenção Integrada a Saúde do Idoso - CAISI	56
01/04	07:00h	Construtora Escudo – Paço do Lumiar	100
20/04	15:00h	Cine Mulher / Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão (Palestra para terceirizados).	29
28/04	08:00h	Edeconsil – São Cristovão	50
03/05	07:00h	Treviso Engenharia - Residencial Piancó	98
10/05	15:00h	Cine Mulher / Fórum Des. Sarney Costa (Palestra para terceirizados)	25
13/05	07:30h	Fábrica da Concreto Engenharia - Turu	50
31/05	19:00h	Composição em mesa “Diálogos Insurgentes - Mídia, Gênero e Violência Sexual (Faculdade Estácio)	300
03/06	07:30h	Canopus Construções Ltda – Ponta do Farol	60
10/06	07:00h	Construtora Del’Este III – Jardim São Cristovão	110
01/07	07:30h	Village dos Bosques VI - Maiobinha	250
08/07	07:30h	Construtora Delman – Ponta d’areia	60
15/07	07:30h	Del’Este IV – Santa Bárbara	50
21 a 27/07	Manhã/tarde/noite	I Semana Estadual de Valorização da Mulher	(Ver outra tabela)
11/08	09:00h	Participação na X Jornada da Lei Maria da Penha	-
15 a 19/08	Manhã/tarde	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	(Ver outra tabela)
27/08	08:00h	Evento promovido pelo Sinduscon-MA – Sesi Araçagy	800
23/09	08:00h	CRAS – Cidade Operária	20
26/09	08:00h	14ª Ação Social da Maçonaria	350
06/10	08:00h	Capacitação de profissionais do CREAS (1º dia)	30

07/10	15:00h	Capacitação de profissionais do CREAS (2º dia)	25
10/10	15:00h	Associação de Moradores - Povoado Arraial (entrega de bonecas)	75
11/10	15:00h	Associação de Produtores Agrícolas da Cidade Operária-APACO (entrega de bonecas)	75
20/10	08:30h	CRAS – Cidade Operária (palestra para idosos)	24
24 e 25/10	09:00	Palestra para Policiais da Patrulha Maria da Penha/PMMA	-
18/nov	09:00 h	Abertura da Campanha com demais órgãos da REDE (Teatro Odylo Costa Filho)	50
23/nov	10:00 h	Palestra do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, integrando 2ª Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho/ SIPAT (Hospital Universitário Presidente Dutra)	35
26/nov	Manhã	Participação da 1ª Ação Social da Igreja Batista MAKARIOS (Bairro Itapiracó)	37
28/nov a 02/ dez	Manhã/tarde	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	(Ver outra tabela)
12/dez	14:00h	Participação na “1ª Amostra de experiência: O Serviço Social e as práticas de enfrentamento à violência contra a mulher” realizada pelo CRESS-2ª Região/MA (Convento das Mercês)	50
15/dez	10:30	Palestras do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano” com militares do Comando da Aeronáutica (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA)	72
TOTAL DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016			3.131

I SEMANA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA MULHER Ano de 2016

DATA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PÚBLICO ATINGIDO
21/07	Atividade na Unidade Prisional Feminina de São Luís	50
21/07 a 22/07	Seminário “Violência de Gênero na Sociedade Contemporânea: Como Enfrentá-la?” - Fórum Des. Sarney Costa	120
23/07	Distribuição de materiais informativos sobre prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher nos shoppings da Ilha, Tropical, Pátio Norte e Rio Anil	3.800
24/07	Caminhada na Av. Litôrânea pela Valorização da Mulher, com distribuição de materiais informativos de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher	1.000
25/07 a 27/07	Atividades nas Comarcas do Interior sob coordenação dos respectivos magistrados	7.750
TOTAL		12.720

16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher Ano de 2016

DATA	AÇÃO	HORÁRIO	LOCAL	Quantitativo
18/nov	Abertura da Campanha com demais órgãos da REDE	09:00H	Teatro Odylo Costa Filho	50
23/nov	Palestra do projeto “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”, integrando 2ª Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho/ SIPAT	10:00H	Hospital Dutra	35
26/nov	Participação da 1ª Ação Social da Igreja Batista MAKARIOS	Manhã	Bairro Itapiracó	37
28/nov a 02/dez	Campanha “Justiça Pela Paz em Casa”	Manhã/Tarde	Em todo o Estado do MA	-

12/dez	Participação na "1 Amostra de experiência: O Serviço Social e as práticas de enfrentamento à violência contra a mulher" realizada pelo CRESS-2º Região/MA	14:00h	Convento das Mercês	50
15/dez	Palestras do projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" com militares do Comando da Aeronáutica.	Manhã	Centro de Lançamento de Alcântara - CLA	72
TOTAL				244

**CAMPANHA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA"
 ANO DE 2016**

DATA	ATIVIDADES	AUDIÊNCIAS	SENTENÇAS	JÚRIS
07 a 11/03	Audiências e Julgamentos de processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e processos em que mulheres sejam parte.	376	298	1
15 a 19/08	Audiências e Julgamentos de processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e processos em que mulheres sejam parte.	420	228	1
28/11 a 02/12	Audiências e Julgamentos de processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e processos em que mulheres sejam parte.	234	124	2
TOTAL		1.030	650	4

NUPEMEC

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, presidido pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida e coordenador pelo juiz Alexandre Lopes de Abreu, foi instituído desde 12/11/2012, composto por 2 Centros Judiciários de Solução de Conflitos vinculados ao Tribunal de Justiça do Maranhão e 13 Centros,

vinculados a Instituições de ensinos parceiras.

As demandas processuais e pré-processuais, são cadastradas através do sistema attende. No ano de 2016 até a presente data totalizamos 11.629 agendamentos, 2.746 acordos com índice de resolutividade de 23,61% no ambiente dos Centros.

Tipo	Quantidade	Percentual(%)
Audiência realizada com Acordo	2746	23,61
Audiência realizada sem Acordo	3832	32,95
Não Comparecimento do(s) Requerido(s) Voluntariamente	1870	16,08
Não Comparecimento do(s) Requerente(s) Voluntariamente	452	3,89
Não Comparecimento do(s) Requerido(s) por Falta de Notificação	966	8,31
Não Comparecimento do(s) Requerente(s) por Falta de Notificação	198	1,7
Não Comparecimento de Ambas as Partes	1240	10,66
Desistência do(s) Requerente(s) por telefone/email (Todos)	102	0,88
Desistência do(s) Requerente(s) pessoalmente (Todos)	223	1,92
Total	11629	

1. Mutirões:

TOTAL DE AUDIÊNCIAS						
EMPRESAS	PERÍODO	AGENDADAS	REALIZADAS	COM ACORDO	SEM ACORDO	VALORES
FACAM	23 a 25/05/2016	82	15	12	3	R\$ 23.381,62
CEMAR	3 a 7/10/2016	89	43	14	29	R\$ 30.572,91
CENTRO ELÉTRICO	06 e 07/07; 29 e 30/09; 13/10/2016	63	13	13	0	R\$ 1.002.370,30
CYRELA	07 a 11/11/2016	65	50	14	36	R\$ 3.590.194,59
PITÁGORAS	5, 6, 7 e 9/12/2016	59	38	38	0	R\$ 72.139,37
TOTAL		358	159	91	68	R\$ 7.306.483,08

2. Balcão de Renegociação de Dívidas:

Repercussão Direta: medida pela presença de clientes e empresas negociando no local do evento.
Repercussão Indireta: medida pelo atendimento que as empresas presentes estão fazendo nas suas sedes, com provocação dos convites expedidos por ocorrência do evento.
Repercussão Estendida: medida pela procura de solução de pendências financeiras com empresas não participantes, cujos clientes se virão motivados pelo evento a buscar renegociar dívidas.
Repercussão Didática: por estimular no cidadão a capacidade de negociar, e nas empresas sobre a importância de manter um canal mais apropriado para dialogar com os clientes em situação de inadimplência.

II Balcão de Renegociação de Dívidas de São Luís, realizado no período de 27/06 a 01/07/2016, com a participação de 23 empresas, sendo: Alvorada Motos, Bancos Amazônia, Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, CBMAE, CDL, Ceape, Cemar, Ceuma, Claro/Net/Embratel, Credshop, Dalcar, Gabryella, Supermercado Mateus, Novo Mundo, Procon, Sefaz, Semfaz, Sinduscon, TVN, com 3780 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 4.201.814,48 em negociações.

III Balcão de Renegociação de dívidas de São Luís, realizado no período de 27/06 a 01/07/2016, com a participação de 23 empresas, sendo: Alvorada Motos, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, CBMAE, CDL, Cemar, Ceuma, Claro/Net/Embratel, Credishop, Distribuidora Litoral, Distribuidora Nascente, Franere/Marcos Regadas, Ótica Diniz, PROCON, SEFAZ, com 5048 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 3.629.827,59 em negociações.

I Balcão de Renegociação de dívidas de Santa Inês, realizado no período de 14, 16 e 17/11/2016, com a participação de 20 empresas, sendo: Sivinnet, Armazém Ypiranga, Eletrolar, Silva Sales, Econômica Magazine, Fábrica de Olhos, Feirão dos Móveis Magazine, Moveplar Móveis e Eletrodomésticos, Estrela Cosméticos, Arte e Capricho, Banco da Amazônia, Lojas Maranata, Noroeste Santa Inês, Cemar, Caema, Armazém Paraíba, Banco do Brasil, Bradesco, Super Modas, Banco do Nordeste, com 400 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 832.134,84 em negociações.

I Balcão de Renegociação de dívidas em Imperatriz, realizado no período de 15 a 18/03/2016 com a participação de 18 empresas, sendo: Armazém Paraíba, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Caema, CBMAE, Cemar, Ceape, Credishop, Óticas Maia, Sefaz, Sefaz-GO, Facimp, Fest, Unisulma, Unimed, Colégio Friobom, com 1112 atendimentos realizados, totalizando a quantia de R\$ 2.242.955,21 em negociações.

Quatro Balcões de Renegociação de Dívidas: **10340** **R\$ 10.906.732,12**
atendimentos em negociações.

3. Semana Nacional de Conciliação:

A Semana Nacional de Conciliação, ocorrida no período de 21 a 25 de novembro de 2016, destaca-se como um meio prático, observando os princípios orientadores da Política Nacional de Conciliação do CNJ incluindo informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual, que torna as partes em litígio protagonistas da solução das demandas levadas à Justiça.

Durante a preparação da 11ª Edição, o Judiciário Maranhense atuou das seguintes formas, na organização das pautas de audiências:

1 - As unidades judiciais escolheram os processos passíveis de serem apresentados em audiência de conciliação e comunicaram formalmente às partes que criaram o litígio;

2 - As empresas indicaram processos com propostas reais de acordo. Dentre estes, os que tramitavam em Varas Cíveis de São Luís foram realizadas pelo 1º Centro de Conciliação-Fórum, e os das demais unidades foram encaminhadas através de lista para realização das próprias unidades onde tramitam;

3 - Os cidadãos que manifestaram interesse em resolver seu caso via conciliação, e solicitaram a inclusão em pauta.

Segue abaixo o resultado da Semana Nacional de Conciliação:

Resultado Semana Nacional 2016	
PESSOAS ATENDIDAS	18582
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	10612
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	9454
COM ACORDO	2175
TOTAL EM ACORDO	R\$ 3.960.336,47

4. Cursos Realizados:

-15 Cursos de Formação de Conciliadores e Mediadores, formando 450 conciliadores e mediadores. (2 na comarca de São Luís, 4 em Imperatriz, 3 em Caxias, 5 em Açailândia e 1 em Balsas).

- 01 Curso de Oficina de Parentalidade, com 165 concludentes, participação de 14 municípios e 3 órgãos envolvidos (TJMA/ DEFENSORIA/ GOVERNO DO ESTADO).

Coordenadoria da
INFÂNCIA E JUVENTUDE

1. AÇÕES REALIZADAS

- Reuniões e Encontros da Infância e Juventude: no dia 19 de fevereiro o Desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude representou o TJMA na “X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão”, realizada no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O objetivo do evento foi mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos e a população em geral para a consolidação do princípio da Prioridade Absoluta, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- No dia 24 de fevereiro, a equipe da Coordenadoria se reuniu com o atual Presidente da Coordenadoria Des. José de Ribamar Castro tendo como principal objetivo a apresentação da Coordenadoria da Infância e Juventude ao presidente, assim como, o estabelecimento de metas prioritárias para a gestão 2016/2017. Além dos servidores estavam presentes a juíza Coordenadora Karla Jeane Matos de Carvalho e o Juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Luís, atualmente juiz auxiliar da Corregedoria.

- No dia 10 de março a Coordenadoria promoveu audiência pública no município de Codó com o objetivo de discutir o método do depoimento especial. O evento teve a participação de cerca de 200 pessoas e contou com o apoio dos juízes da comarca. Durante o encontro, os profissionais que compõem a rede de proteção elogiaram o projeto do Judiciário, reconhecendo a sua importância na tentativa de oferecer um tratamento mais digno às crianças e adolescentes – vítimas ou testemunhas de violência física, psicológica ou sexual – e colocaram-se à disposição para auxiliar no que for possível. Participaram do evento a juíza Coordenadora da Infância, Karla Jeane Matos de Carvalho, os juízes Hólide Barros (2ª Vara de Codó), Rogério Pelegrini (1ª Vara) e Ailton Gutemberg (3ª Vara), integrantes da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, advogados, defensores públicos, delegados, representantes do Conselhos Tutelar e da Assistência Social do Município, além de assistentes sociais, psicólogos, profissionais da área médica, servidores do Judiciário, entre outros.

- No dia 11 de março a Coordenadoria se reuniu com os juízes Josane Araújo Farias Braga (1ª Vara de Coroatá), Nirvana Maria Mourão Barroso (3ª Vara de Balsas) e Rômulo Lago e Cruz (Vara única

de Maracaçumé) para a apresentação de projetos elaborados por estes para análise da Coordenadoria e posterior incentivo e apoio aos magistrados. A juíza Josane apresentou o projeto PROJETO ENCENANDO O ECA: A ARTE DE EXPRESSAR A PREVENÇÃO E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES que consiste na apresentações de peças de teatro desenvolvidas em escolas municipais e estaduais, de forma lúdica, como instrumento desencadeador de debates e transferência de conhecimentos acerca dos direitos da criança e do adolescente, com foco na identificação de situações de violência e maus-tratos. O projeto DENUNCIAR É PROTEGER, foi apresentado pela magistrada Nirvana Maria Mourão Barroso e tem por objetivo orientar professores das redes públicas e privadas sobre os sinais de abuso, recebendo palestras da equipe psicossocial, com orientações para a denúncia caso seja identificado algum caso; o projeto teve início em 2014, começando nos Termos e neste ano chegando a Área Urbana de Balsas, com aproximadamente 2000 professores. Já o juiz Rômulo Lago e Cruz contou que a elaboração de seu projeto CLUBE DOS AVENTUREIROS DE MARACAÇUMÉ que tem como objetivo planejar, coordenar e executar diversas atividades sócio-educativas com crianças de 4 a 12 anos incompletos e seus respectivos responsáveis, com prioridade para as de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social ou que tenham sido adotadas.

- O servidor Abel Lima representou a Coordenadoria na 3ª Conferência Nacional Saúde Mental e Direito (MA)/Construindo Interfaces/Concretizando Direitos – As palestras tiveram sob coordenação Associação Catarinense de Psiquiatria, Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho (Coordenador do Grupo de Monitoramento Acompanhamento Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário), Ana Cristina Borba Alves (Juíza de Direito do TJSC e Presidente do FONAJUV – Fórum Nacional da Infância e Juventude), Douglas de Melo Martins (Juiz de Direito do TJMA), Mônica De Lucca (Juíza de Direito TJSC) e cujos temas foram: Realidade Atual da Saúde Mental no Brasil - Política Nacional de Saúde Mental e Projeto do MS, Medidas de Segurança e Reforma da Assistência Psiquiátrica, Saúde Mental para a Infância e Juventude: o que temos?, A Prática Judiciária em São Luís com a aplicação do Provimento CGJ 08/2014 e A Interdição após o Estatuto do Deficiente. Ao final houve oficinas e debates para elaboração de propostas para a redação da Carta do Ma-

ranhão e a Coordenadoria participou de Debates e Propostas para a melhoria da saúde da infância e juventude onde o grupo apresentou as seguintes propostas: Encontrar caminhos para a implementação dos CAPSI – com equipe multidisciplinar completa – Psiquiatra, Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Pedagogo, Enfermeiro, Fonoaudiólogo e Técnicos e Garantir o atendimento na área de Saúde Mental do adolescente em conflito com a lei (Restrito de Liberdade)

- Em 31 de agosto, reunião com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES) quando foram discutidas a articulação quanto à integração do Poder Judiciário com a Rede de Proteção no que se refere à aplicação de MSE (Medidas Socioeducativas) em todo o Estado e estabelecer metas para apresentar o trabalho desenvolvido pelos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) no que se refere ao acompanhamento da aplicação dessas medidas.

- No dia 6 de setembro, ocorreu reunião com a Rede Maranhense de Justiça Juvenil, quando foi apontado pelas dirigentes a necessidade de firmar um Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Maranhão a fim de ampliar a rede socioassistencial e fortalecer os trabalhos desenvolvidos em favor dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

- Em 5 de dezembro, a Coordenadoria participou da 11ª Reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão. O tema tratado foi “Medidas Socioeducativas no Estado do Maranhão”, pelo juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. José dos Santos Costa.

- Em 6 de dezembro, ocorreu reunião com Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), que foi solicitado que a equipe da Secretaria informasse o quadro geral dos serviços de acolhimento da rede de execução direta e conveniada, bem como os aspectos concernentes aos benefícios socioassistencial e previdenciários de crianças e adolescentes em medida protetiva.

- No dia 13 de dezembro, houve reunião com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para articulação com a referida organização no intuito de ampliação das ações planejadas e executadas por esta Coordenadoria, mediante termos de cooperação técnica.

2. Semana da Infância

A Coordenadoria da Infância e Juventude em

parceria com a Corregedoria Geral de Justiça promoveu no período de 16 a 20 de maio a Semana da Infância, com o intuito de dar visibilidade ao dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A campanha teve por objetivo buscar o máximo de resultados positivos nos processos afetos à área, seja com a realização de audiências ou com sentenças, despachos e decisões e contou com a participação de várias Comarcas do Estado, que além de somarem esforços para trazerem números significativos ao Judiciário, promoveram diversas atividades extraprocessuais para sensibilização da comunidade local como caminhadas, panfletagens, stands, palestras e audiências públicas.

Participaram da Semana da Infância as Comarcas de: Açailândia (2ª Vara de Família), Bacuri, Balsas (3ª Vara), Bequimão, Buriti Bravo, Cantanhede, Coelho Neto (1ª e 2ª Vara), Colinas, Coroatá (1ª e 2ª Vara), Cururupu, Grajaú (2ª Vara), Humberto de Campos, Itapecuru (2ª Vara), Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Mirador, Montes Altos, Olinda Nova do Maranhão, Paço do Lumiar (2ª Vara), Pastos Bons, Paulo Ramos, Presidente Dutra (1ª e 2ª Vara), Santa Luzia do Tide (1ª Vara), São Luís (1ª Vara da Infância e Juventude; 3ª, 4ª, 5ª e 7ª Vara da Família e 9ª Vara Criminal) e Timon (4ª Vara Cível/2ª Vara de Família).

Dentre as audiências que foram designadas para Semana da Infância, destaca-se ações de guarda, adoção, Destituição do Poder Familiar, Busca e Apreensão de Menor, Alimentos, Reconhecimento de Paternidade, Estupro de vulnerável e apuração de ato infracional. Além das audiências, os magistrados também priorizaram o julgamento de processos com sentenças, decisões e despachos em processos que envolvem os direitos da criança e do adolescentes.

Semana da Infância

303 audiências	367 despachos	328 sentenças
71 decisões	41 atos diversos	

3. Cursos e Treinamentos

- Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

O curso foi realizado pela Escola Superior de Magistratura (Esmam), nos dias 02 e 03 de maio de

2016, destinado à magistrados vitalícios e vitaliciandos. O objetivo principal foi capacitar o magistrado para a condução do depoimento sem dano de crianças vítimas de violência sexual, por meio de métodos apropriados que viabilizem a diminuição da impunidade e a redução dos crimes de violência contra crianças e adolescentes, sem prejuízo das garantias constitucionais conferidas aos réus.

As Juízas Sara Fernanda Gama e Karla Jeane Matos de Carvalho, a psicóloga do TJMA Taise Castro Soares e a Assistente Social Jacqueline Brito Oliveira ministraram o curso, com aulas expositivas, oficinas de trabalho e simulação de audiência.

4. Processos e documentos encaminhados

- Solicitação junto à Diretoria de Informática do TJMA reparos nas salas de Depoimento Especial do Fórum “Desembargador Sarney Costa” da Comarca de São Luís, da Comarca de Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, Pedreiras, Balsa, Maracaçumé, Coroatá e Chapadinha.

- Foi solicitada junto à Esmam (Escola Superior de Magistratura) a realização de cursos de Depoimento Especial para magistrados sendo um no primeiro semestre e outro no segundo.

Realização de um levantamento junto às Varas com competência para julgar processos na área da infância sobre a estatística de processos recebidos no ano de 2015, em que crianças ou adolescentes sejam vítimas ou testemunhas para análise e estudo de novas instalações de salas de Depoimento Especial.

- Solicitação à 2ª Vara da Infância e Juventude da elaboração de um Fluxograma para o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a lei – CNCAL.

- Com o objetivo de otimizar os serviços da justiça infanto-juvenil, assim como melhorar o sistema de prestação jurisdicional foi solicitado junto à Corregedoria Geral de Justiça a Uniformização do procedimento de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco e ainda, a elaboração de um fluxo próprio para gestão do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas.

- Através do processo nº 39018/2015-TJ a Exma. Juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, respondendo pela 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Luís, solicitou a estruturação de uma sala de entrevista para atendimento às crianças e aos adolescentes. A coordenadoria realizou visita a referida unidade com o intuito de conhecer um espaço disponibilizado, assim como sua relevância

para o recebimento das crianças e deu encaminhamento ao referido processo à Presidência do TJ para adoção de providências pertinentes juntamente com documentos que subsidiaram o pedido e o orçamento dos materiais necessários para implantação.

- Com o apoio da Assessoria de Comunicação foi elaborado a logomarca e arte das camisas para Semana da Infância. Para divulgação da campanha 250 camisas foram confeccionadas e distribuídas nas Varas e Comarcas do Estado.

5 Outras atividades realizadas

- Levantamento sobre aplicação de Medidas Socioeducativas (MSE) nas comarcas do Estado – a coleta de dados se deu com ofício expedido aos magistrados que atuam na área da infância e juventude com MSE visando apurar o quantitativo de processos envolvendo ato infracional.

- Levantamento sobre a atuação dos CREAS na aplicação das MSE junto à 35 municípios que recebem cofinanciamento federal para as medidas em meio aberto, com elaboração de instrumental para refinar as informações dadas pelos magistrados no que concerne ao acompanhamento das MSE.

- Levantamento Situacional desta Coordenadoria para elaboração do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2017-2021.

6. Instalação das salas de Depoimento Especial

Dia 31/03
Fórum Desembargador Orville de Almeida e Silva
Comarca de Santa Luzia do Tide
Dia 26/04
Fórum Desembargador Bento Moreira Lima
Comarca de Colinas

7. CASA DA CRIANÇAS

A Casa da Criança Menino Jesus, coordenada pela Coordenadoria Especial da Infância e Juventude realizou o acolhimento de 42 crianças, em situação de risco social ou abandono. Destas, 23 crianças permanecem em situação de acolhimento, sete foram adotadas e outras 12 retornaram para convivência com a família.

Entre as atividades da Casa da Criança são realizadas acompanhamento social e psicológico. Em 2016 o atendimento psicológico da Casa da Criança realizou o atendimento das crianças acolhidas e

ainda dos familiares e adotantes. Foram realizados os cursos preparatório para adoção e para formação das cuidadoras. Este ano as crianças abrigadas passaram a ter também acompanhamento nutricional com a elaboração de cardápio por uma nutricionista direcionado às crianças.

A Casa da Criança conseguiu através de Termo de Ajustamento de Conduta, junto ao Ministério Público do Trabalho, a instalação do Laboratório de Informática e de uma Sala de Corte e Costura para a realização de cursos voltados a comunidade e às mulheres em situação de violência doméstica.

**NÚCLEO
SOCIOAMBIENTAL**

O Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi instituído pela Resolução 50/2016. Compete ao Núcleo socioambiental estimular a reflexão e a mudança de cultura por meio de ações que promovam a sustentabilidade no ambiente organizacional, a partir do Plano de Logística Sustentável – PLS, aprovado pelo Pleno do TJMA, em março de 2016.

A estrutura do Núcleo e o PLS tiveram como referência a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Judiciário maranhense.

Para a elaboração, avaliação, monitoramento e revisão do PLS, foi instituída a Comissão Gestora do PLS, que tem como presidente, o desembargador Jorge Rachid, conforme Portaria 1037/2016.

O apoio do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, do presidente da Comissão Gestora do PLS, desembargador Jorge Rachid, e do Juiz auxiliar da Presidência, Júlio César Praseres, foi fundamental para o Judiciário Maranhense instituir sua Política de Gestão Socioambiental.

Competência:

O Núcleo tem o papel de articular as ações socioambientais com os setores estratégicos do TJMA, a fim de colocar em prática as metas previstas para o uso eficiente e economicamente viável de insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização, capacitação, compras e contratações sustentáveis, entre outras ações voltadas para a sustentabilidade.

Plano de Logística Sustentável (PLS):

É uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

O PLS foi elaborado nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, sendo aprovado em Sessão Plenária no mês de março, e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No mesmo período, ocorreu a apresentação do documento ao presidente do

TJMA, desembargador Cleones Cunha.

Ações do Núcleo socioambiental de março a dezembro de 2016 – as atividades do Núcleo buscam potencializar as iniciativas já adotadas nos setores do TJMA, além de articular a implantação de medidas que ampliem e efetivem a sustentabilidade.

Sensibilização:

Apresentação do PLS e sensibilização sobre sustentabilidade, envolvendo cerca de 200 servidores efetivos, comissionados e terceirizados do TJMA, CGJ e Fórum de São Luís.

Realização da I Semana do Meio Ambiente do Judiciário Maranhense, com a realização de palestras, oficinas e exposições.

Campanhas educativas no ponto eletrônico.

Palestra “Compras sustentáveis na Administração Pública”.

Capacitação:

Curso “Sustentabilidade na Administração Pública” contemplando 105 servidores da capital e das comarcas do interior do Estado, em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Articulações e parcerias:

Criação da rede de sustentabilidade do Maranhão, denominada Ecoliga da Justiça, formada pelos núcleos socioambientais do TJMA, TRE, TRT, JUSTIÇA FEDERAL, UFMA E MINISTÉRIO PÚBLICO. O objetivo é integrar as ações dos órgãos, com destaque para a racionalização e redução de custos; logística integrada de veículos; capacitação e produção científica; gestão de resíduos sólidos e compras sustentáveis e compartilhadas.

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Tribunal Regional Eleitoral, Justiça Federal e a Universidade Federal do Maranhão, durante o “I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública”, realizado no auditório do TRE.

Parceria com a Assessoria de Comunicação para construção do hot site do Núcleo Socioambiental, elaboração de campanhas educativas e de sensibilização para o ponto eletrônico, manual do programa de coleta seletiva e vídeos.

Articulação com a Diretoria de Recursos Humanos para realização da Palestra “Atividade física, saúde e qualidade de vida”, em parceria com a UFMA, que integrou o Ciclo de Palestras em comemoração ao Dia do Servidor Público, que foi coordenado pela Diretoria de RH.

Articulação com a Diretoria de Engenharia, Ecoliga e Companhia Energética do Maranhão (Cemar) para participação do TJMA na chamada pública para Projetos de Eficiência Energética, cuja finalidade é selecionar projetos de conservação de energia e uso racional de energia elétrica, disponibilizando recursos para efetivar reformas nas instalações elétricas, a exemplo da substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

Articulação com a Diretoria Judiciária, por meio da participação dos servidores nas palestras de sensibilização e nas capacitações promovidas pelo Núcleo, que incentivou a redução do uso de papel A4 pela Coordenadoria das Câmaras Cíveis em até 50%, passando de 20 resmas por semana, para 10, conforme informações repassadas pelo setor.

Como órgão articulador, o Núcleo Socioambiental também conta com o apoio da Diretoria Administrativa, por meio da Coordenaria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Apoio Administrativo e funcionários terceirizados, além da Corregedoria Geral da Justiça, por intermédio da Coordenadoria Administrativa, para efetivar o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.

Gestão de Resíduos Sólidos

Com o propósito de implantar o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos no âmbito do Judiciário Maranhense, o Núcleo Socioambiental firmou parceria com: ONG. Amigos do Futuro, de Brasília (coleta de tonners e cartuchos inservíveis); Cooperativa

de Reciclagem de São Luís – COOPRESL (coleta de resíduos sólidos), e com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) (coleta de resíduos eletrônicos, como pilhas, baterias e carcaças de celular).

Coletas e doações de resíduos eletrônicos:
ONG Amigos do Futuro:

Tonners: **1.018** unidades

Carcaças: **76** unidades

Coopresl: **5.8** toneladas de resíduos eletrônicos, como impressora, HD, carcaça de computador.

Coletas e doações de resíduos sólidos (garrafas pet, papel e papelão):

Coopresl: **1,5** tonelada.

Com a instituição do Núcleo Socioambiental, o Tribunal de Justiça fortaleceu as ações socioambientais já realizadas nos diversos setores da instituição, o que contribuiu para a implantação de novas medidas previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e no Decreto 5.940/06.

Uma das inovações na gestão de resíduos do TJMA foi a implantação da coleta seletiva solidária, que consiste na doação de resíduos recicláveis gerados por órgãos e entidades da administração pública para cooperativas ou associações de catadores, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

A destinação dos resíduos para as cooperativas promove a geração de renda e a inclusão social dos catadores, além de fomentar o amplo debate sobre o desenvolvimento sustentável, a partir do descarte adequado dos resíduos, minimizando os impactos ambientais e contribuindo para maior durabilidade dos aterros sanitários.

A parceria com a Copresl estimulou o aumento da renda dos 14 catadores cooperados, que passou de uma média de R\$ 100 por mês para R\$ 1.000.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES / 2016 **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**



Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Juízes Auxiliares da Corregedoria

Gladiston Luís Nascimento Cutrim (Coordenador de Planejamento Estratégico)

José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude)

Márcia Cristina Coelho Chaves (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

Rosângela Santos Prazeres Macieira (Correições Judiciais)

Rosária de Fátima Almeida Duarte (Serventias Judiciais)

Sara Fernanda Gama (Serventias Extrajudiciais)

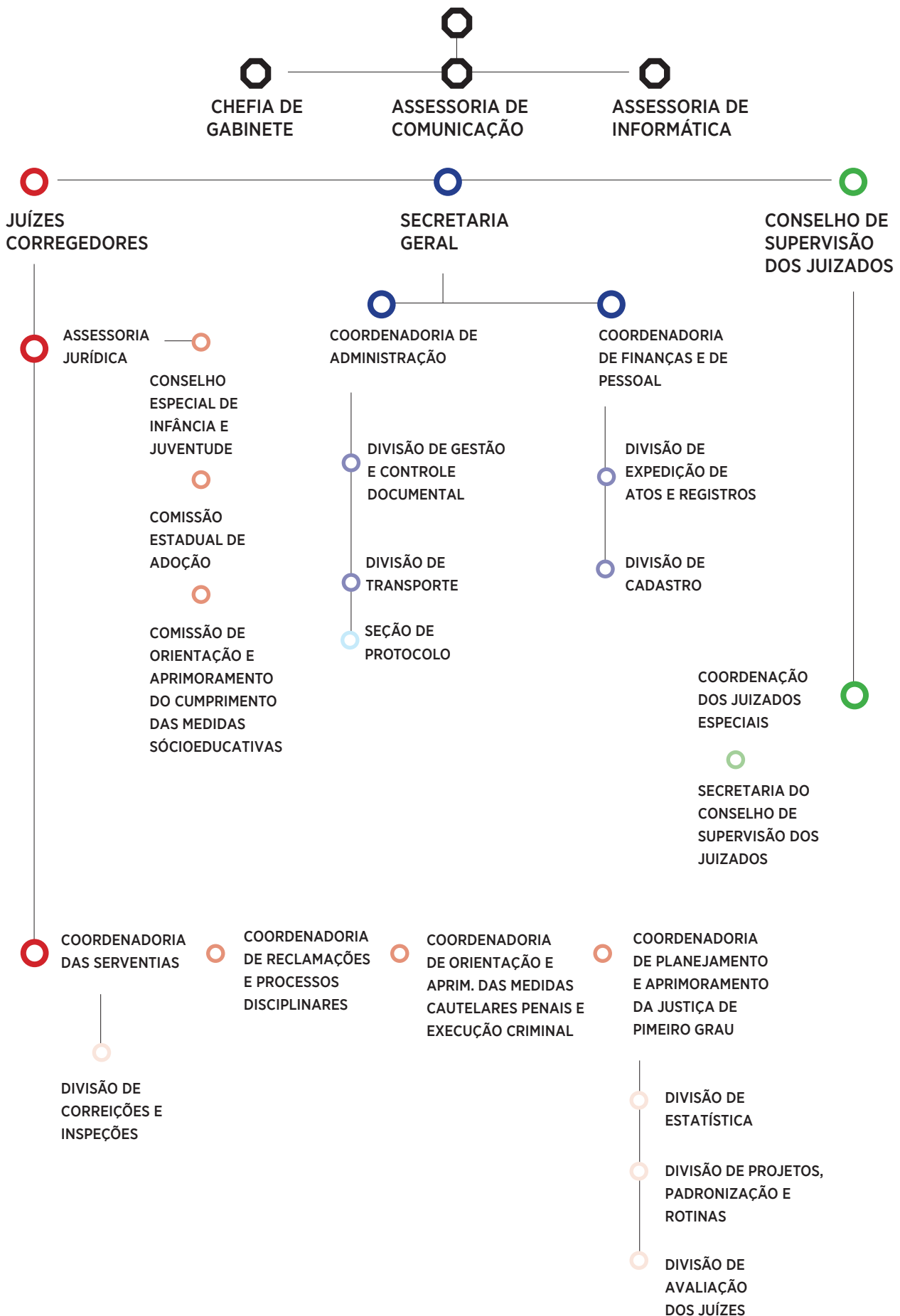
Diretor da Corregedoria

Gustavo Adriano Costa Campos

Juiz Diretor do Fórum de São Luís

Sebastião Lima Bonfim

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



Palavra da Corregedora



Muito a dizer em tão breves linhas! O ano de 2016 nos reservou muito trabalho para a execução do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça – biênio 2016/2017, alinhado às ações estratégicas do Tribunal de Justiça, por entendermos a unicidade do

Judiciário. A implementação das ações necessárias para o enfrentamento dos problemas da Justiça de 1º grau, e a redução do índice de congestionamento das unidades judiciais, estão no centro desse trabalho.

No 1º Semestre reativamos os importantes projetos especiais da Corregedoria; apoiamos ações como o “Maranhão Contra Corrupção”, Semana da Infância e Adolescência, Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente, entre outras, todas direcionadas ao impulsionamento processual.

Para além de nossa função correicional, remodelamos a atuação da Corregedoria, inserindo uma gestão compartilhada que nos permite ouvir magistrados, cartorários, servidores e representantes de instituições vinculadas à atividade fim do Judiciário. A “Central Única de Cartórios” já em funcionamento, e o projeto “Trocando Ideias” que presta apoio e orientação aos juízes de Direito em vitaliciamento na carreira, também foram colhidos a partir desse diálogo.

Reformulamos pontos estratégicos da Comissão Sentenciante, com a valorização do ser humano como ato social modificador do Judiciário. Já temos bons resultados dessas mudanças, nos meses em que a comissão atuou nas varas cíveis da capital.

No 2º Semestre regulamentamos os procedimentos para a realização das audiências de custódia, de acordo com a convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça. Percorremos centenas de quilômetros e fomos ao encontro de magistrados e servidores, na capital e interior, avaliar o andamento processual, a situação estrutural dos fóruns e as condições de trabalho disponíveis.

Revolucionamos o modo como as ocorrências de violência doméstica chegam à Justiça de 1º grau,

pelo Provimento 22/2016 instituímos a MPUe - Medida Protetiva de Urgência Eletrônica que agiliza o recebimento da denúncia pelo Judiciário, e a proteção da vítima de violência doméstica. Participamos de mutirões processuais nas Unidades Prisionais de Ressocialização do interior, enfim, um trabalho incessante.

Utilizando ferramentas disponíveis e sem custos adicionais para o Judiciário, inovamos em agilidade e maior segurança no cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias. Por meio do Termo de Cooperação Técnica (que resultou na elaboração do Provimento 24/2016) os alvarás de soltura de presos são cumpridos no prazo máximo de 24 horas, com a utilização do sistema Hermes (Malote Digital).

No extrajudicial temos avançado em questões importantes que aperfeiçoam a segurança e agilidade dos atos, com vistas a melhoria dos serviços prestados à população. Em julho, desmembramos a 1ª Zona de Registro de Imóveis e disciplinamos o controle de acervo de livros e documentos nas serventias extrajudiciais. Autorizamos a intimação digital de devedores e o protesto extrajudicial das CDA's – Certidões de Dívida Ativa de contribuintes em dívida com a Fazenda Pública. Pelo Provimento 27/2016, inserimos mais transparência e segurança jurídica ao processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas.

Apesar dos limites impostos pela atual crise, mas com foco em uma gestão compartilhada, seguimos trabalhando e avançando irmanados com a Presidência deste Tribunal, com os colegas desembargadores, nossa equipe de juízes auxiliares, assessores e servidores. Renovo, dessa forma, o convite para que em 2017 façamos melhor, implantando medidas e ações em prol dos jurisdicionados e da sociedade em geral, nosso público-alvo.

Portanto, findo essa mensagem com os ensinamentos de São Francisco de Assis, “comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”.

Muito obrigada!

Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão

Janeiro

A corregedora-geral Anildes Cruz impôs ritmo acelerado de trabalho, no intuito de dar vazão às demandas iniciais da gestão. Em pauta, questões essenciais como a efetivação das audiências de custódia na capital e interior do Estado; redefinição das diretrizes de trabalho da Comissão Sentenciante em seu plano de ação, com objetivos e metas alinhadas ao planejamento estratégico da CGJ; e as decisões que estão melhorando os serviços cartorários no Maranhão.



EFETIVIDADE



EFETIVAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NAS COMARCAS

A Corregedoria Geral da Justiça e a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) trataram da logística das audiências de custódia nas comarcas do interior do Estado. A corregedora Anildes Cruz apresentou ao secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, alternativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados nessas audiências. Os juízes auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu e Rosângela Prazeres, participaram da reunião, propondo a intensificação da parceria do Judiciário para a implantação das melhorias. A discussão dos

procedimentos na reunião também contou com a contribuição dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais) e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais).

As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 213/2015. O procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão é detalhado pelo documento que atribui dois protocolos de atuação: um sobre aplicação de penas alternativas; e o outro, sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura.

UMF



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu o coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Fróz Sobrinho. O desembargador apresentou o Plano de Trabalho e Cronograma de Atividades 2016/2017 da Unidade de Monitoramento. Falou das últimas ações realizadas pela coordenadoria; apresentou os programas desenvolvidos - Começar de Novo, APAC, Medidas Sócioeducativas, Mutirão Carcerário Permanente, Saúde Mental, Audiências de Custódia e outros, que representam as linhas de ação desenvolvidas pela Unidade.

I SEGURANÇA



SISTEMA DE SEGURANÇA DO ESTADO

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz reuniu com representantes das instituições que integram o Sistema de Segurança do Estado, para tratar das propostas de regulamentação das audiências de custódia no Maranhão. A regulamentação das audiências de custódia em todo o Maranhão cumpre determinação contida na

Resolução n.º 213 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que entrou em vigor em 1º de fevereiro. A resolução determina a obrigatoriedade da apresentação pessoal do preso em flagrante ou por meio de mandado de prisão, a um juiz no prazo de 24 horas, inclusive em finais de semana e feriados. O texto ressalta, também, a presença do Ministério Público e do

defensor durante a audiência, e o contato prévio entre o preso e seu advogado ou defensor público. “As audiências de custódia já acontecem, são uma realidade, por isso queremos ouvir as pontuações e sugestões de todas as instituições envolvidas neste processo, para juntos, de forma compartilhada, encaminharmos a melhor decisão”, afirmou a corregedora

I MELHORIAS

CGJ E CARTÓRIOS: MELHORIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

Titulares das Serventias Extrajudiciais de São Luís, responsáveis pelo Registro Civil das Pessoas, reuniram-se com o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Sara Gama. Na pauta do encontro a divulgação da tabela de plantão dos cartórios e a coleta de informações que visam a melhoria dos serviços prestados à população. Foram discutidos pontos e ideias para melhorar serviços de registro civil de óbito e registro de casamento. Entre as propostas apresentadas, está a elaboração de cartazes informativos para a população.



I NOVA CSI

REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES DA COMISSÃO SENTENCIANTE



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, logo em janeiro, conheceu as instalações do Núcleo Sentenciante, no Fórum Desembargador Sarney Costa. Tomou conhecimento das diretrizes da Comissão Sentenciante que serviram de base para modificações pontuais do Provimento n.º 25/2014.

O Provimento n.º 03/2016 altera o foco e metodologia de atuação da Comissão para obtenção de resultados mais significativos, um aprimoramento qualitativo.

“A experiência exitosa da Comissão Sentenciante da Corregedoria deve ser valorizada. É um trabalho fundamental, que desafoga unidades e melhora a prestação dos serviços da Justiça em varas e fóruns, seja em São Luís ou interior”, ressaltou a corregedora.

O Plano de Ações para impulsionar os processos paralisados nas unidades de maior congestionamento utiliza os trabalhos da Comissão Sentenciante Itinerante. De acordo com o juiz coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, Gladiston Cutrim, as metas inseridas no plano estão inteiramente alinhadas

aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O projeto tem abrangência em todo o Estado, porém, estão sendo priorizadas as unidades com maior taxa de congestionamento. As unidades escolhidas passam por um diagnóstico inicial realizado com base em dados do acervo geral, processos conclusos (e conclusos há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), taxa de congestionamento e gráfico comparativo de dados com outras unidades judiciais, entre outros aspectos.

Ao término dos trabalhos, é elaborado um relatório final com gráficos comparativos da situação anterior e atual da unidade jurisdicional envolvida, bem como uma breve análise do ambiente organizacional, sugerindo, quando necessário, apoio de outros setores do Poder Judiciário.

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a morosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade

A CORREGEDORIA
PRIORIZA ESTRATÉGIAS
PARA COMBATER
A MOROSIDADE
PROCESSUAL, E GARANTIR
MAIOR CELERIDADE
NA RESOLUÇÃO DAS
DEMANDAS PROCESSUAIS
COM A EFETIVA
ENTREGA DA PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL À
SOCIEDADE

Fevereiro

Em fevereiro, o desafio de reduzir a taxa de congestionamento processual começou a ser enfrentado pela corregedora Anildes Cruz, que priorizou o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, estreitou a relação com juízes, através de reuniões semanais e visitas às unidades para conhecer a realidade e vivência dos espaços onde a Justiça acontece.

I METAS

CORREGEDORA APRESENTA PLANO DE GESTÃO - 2016/2017

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, apresentou ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão, o Plano de Gestão da CGJ-MA. O Plano de Gestão – biênio 2016/2017 foi constituído de forma a alinhar as ações da Corregedoria com as metas estratégicas do Tribunal de Justiça e os macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que pretende executar todo o planejamento, que é fruto de um trabalho conjunto de sua equipe de juízes auxiliares da CGJ, através de reuniões e debates estabelecidos

desde o início da sua gestão. “Aprimorar a Justiça de 1º grau e fortalecer as ações positivas em prol de um Judiciário mais célere e eficaz está entre nossas metas”, afirmou a corregedora.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, a missão principal do Plano de Gestão é garantir à sociedade o amplo acesso à Justiça, aperfeiçoando a prestação jurisdicional mediante orientação e supervisão dos serviços judiciais e extrajudiciais. “O modelo de gestão compartilhada adotado pela corregedora geral favorece os objetivos traçados para a elaboração do Plano de Gestão”, concluiu o magistrado.



I TRANSPARÊNCIA



SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DEVEM ALIMENTAR DADOS DO JUSTIÇA ABERTA

A Corregedoria Geral da Justiça notificou os juízes com competência sobre registros públicos, para que eles determinem às serventias judiciais o preenchimento de dados do sistema “Justiça Aberta”, do Conselho Nacional de Justiça.

Esse sistema facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do Brasil

e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais. O provimento do Conselho Nacional de Justiça destaca que os órgãos judiciários de 1ª e 2ª instâncias deverão alimentar mensalmente e diretamente, via internet, todos os dados do sistema “Justiça Aberta” até o dia 10 seguinte de cada mês (ou até o próximo dia útil subsequente), devendo ainda manter atualizadas quaisquer alterações cadastrais.

I AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA



CORREGEDORIA REÚNE COM JUÍZES CRIMINAIS DA COMARCA DA ILHA

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, reuniu com juízes criminais que atuam na Comarca da Ilha de São Luís para tratar das propostas apresentadas pelos magistrados para o aprimoramento das audiências de custódia e plantão judicial. Foi mais um ato da gestão compartilhada proposta pela corregedora.

“Todas as proposições aqui apresentadas são valiosas contribuições dos magistrados que atuam na área criminal para consolidação das audiências de custódia em nosso Estado”, afirmou a corregedora.

O coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA, desembargador Froz Sobrinho, presente ao encontro, apresentou relatório sugerindo a necessidade, urgente, de intensificar as audiências de custódia.

As audiências de custódia proporcionam ao magistrado o imediato conhecimento do fato, o que reduz, por exemplo, as possibilidades da prática de tortura nas prisões e o número de presos, proporcionando ainda, a comunicação imediata com a família e o defensor do preso.



I PROJETO

VITALICIAMENTO DE JUÍZES: TROCANDO IDEIAS

Projeto de Vitaliciamento “Trocando Ideias”, objetiva dar suporte aos juízes de direito em fase de vitaliciamento na carreira, prestando o apoio e a orientação para o exercício das atividades judicantes, em diversas áreas.

Por determinação da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, está sendo implementado um projeto específico para acompanhar o processo de vitaliciamento dos novos juízes, com a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria. “Eles têm uma missão árdua e precisam estar preparados para enfrentar essa enorme responsabilidade, e a Corregedoria, como órgão fiscalizador e principalmente orientador, precisa estar presente nessa adaptação”, disse a corregedora Anildes Cruz.



I COPEN



REPRESENTANTE DA CGJ NO CONSELHO PENITENCIÁRIO

A corregedora Anildes Cruz empossou o juiz Gladiston Cutrim como membro do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão – COPEN. O presidente do COPEN, Gerson Lélis, esteve acompanhado do defensor público e vice-presidente da entidade, Bruno Dixon e dos conselheiros Francisco Conceição (representante da OAB), Francisca Moraes (Conselho de Psicologia do Maranhão), Maria da

Paz Calvet (Conselho de Serviço Social do Maranhão) e Luís Carlos Cintra (representante dos Direitos Humanos). Os membros do COPEN parabenizaram a Corregedoria pela acessibilidade e disposição de enfrentar os problemas do sistema penitenciário. A corregedora Anildes Cruz reafirmou aos membros do COPEN a continuação da parceria institucional com a CGJ na busca de melhorias para o sistema penal.



I NAE

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA NÚCLEO PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS CARTORÁRIOS NO MA

Levando em consideração a necessidade de prestação eficiente dos serviços notariais e de registro, e o modelo de gestão compartilhada adotado pela Corregedoria, o que implica a efetiva participação de todos os envolvidos no planejamento das ações fiscalizadas pelo Poder Público, a corregedora Anildes Cruz, instituiu através do Provimento

n.º 06/2016, o Núcleo Avançado Extrajudicial - NAE, presidido por um juiz auxiliar da CGJ, e composto pelo diretor do FERJ, coordenador das Serventias, dois servidores da Corregedoria, um notário e um registrador. Entre as competências do NAE estão a discussão de ideias relacionadas aos serviços extrajudiciais, com a elaboração de propostas e estratégias de

ações que visem a melhoria dos serviços cartorários no Maranhão. Uma das propostas iniciais busca inserir na Carteira de Identidade do cidadão, o nome do Cartório que emitiu o documento, para evitar a emissão de 2ª via em caso de perda/roubo. Outras 20 propostas de melhoria do serviço extrajudicial, devem ser implantadas até o final da gestão.

Março

A importante iniciativa dos juizes e promotores de Justiça recebeu integral apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O movimento “Maranhão Contra a Corrupção”, movimentou 70 unidades judiciais em todo o Estado, com o julgamento e impulsionamento de ações de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores públicos. Ainda em março, a Corregedoria implementou a realização de Correições Virtuais na Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pela 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis do Fórum de São Luís.

I ORIENTAÇÃO

CARTILHA DO MERCADO IMOBILIÁRIO ORIENTA CIDADÃOS



A Cartilha do Mercado Imobiliário vai orientar sobre os diversos procedimentos de registro junto aos Cartórios. A ideia nasceu de reunião em que a corregedora Anildes Cruz recebeu os representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Maranhão (ADEMI-MA); Sindicato

das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (SINDUSCON); e Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (ANOREG-MA). A corregedora determinou a criação de uma comissão para a elaboração do projeto da cartilha. Toda a legislação vigente estará contida, de forma explicativa, no documento.

“A DEMORA E EXTENSÃO DE PRAZOS OCORRE, MUITAS VEZES, EM VIRTUDE DA MINUCIOSA ANÁLISE DE DOCUMENTOS, QUE PRECISA SER FEITA EM CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS”

Mirella Rosa, representante da ANOREG-MA



I MULHER

CGJ PARTICIPA DA “SEMANA DA MULHER ADVOGADA” NA OAB-MA



A Corregedoria Geral da Justiça participou das atividades em comemoração ao Dia da Mulher, promovidas pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, seção Maranhão. A juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representou a desembargadora Anildes Cruz no evento “Semana da Mulher Advogada”. A magistrada traçou um histórico da luta feminina por direitos e garantias sociais, com a palestra “Direito das Mulheres”.

I REFORMULAÇÃO

NOVA COMISSÃO SENTENCIANTE JÁ ATUA EM UNIDADES JUDICIAIS DA CAPITAL



A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), instituída pela Corregedoria através do Provimento n.º 25/2014, desenvolve trabalho que dá suporte às unidades judiciárias. Na atual gestão, a CSI foi reformulada com alterações pontuais efetivadas pelo Provimento n.º 03/2016, que incluiu nas competências da Comissão o desenvolvimento de atividades previstas no Planejamento Estratégico da CGJ, buscando essencialmente a redução do índice de congestionamento nas unidades judiciais escolhidas.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, após reunião com juízes auxiliares e magistrados das Varas Cíveis da capital, determinou o início dos trabalhos da nova Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) pela 1ª, 2ª e 7ª Varas Cíveis.

Em um mês de atuação na 1ª Vara Cível a Comissão recebeu 1.202 (mil, duzentos e dois) processos de diversos assuntos como reparação de dano moral, ação de despejo, execução de título

extrajudicial, revisão contratual, e outros. De acordo com a coordenação, foram impulsionados no mês 915 processos, dos quais 586 despachos, 159 decisões e 170 sentenças.

Ao final dos trabalhos, buscou atuar na estrutura funcional do material humano da unidade judicial. Promoveu para os servidores da 1ª Cível o treinamento Desenvolvimento de Equipes. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

A corregedora Anildes Cruz, prestigiou a abertura do evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. “Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora.

A CSI FOI REFORMULADA COM ALTERAÇÕES PONTUAIS EFETIVADAS PELO PROVIMENTO N.º 03/2016, QUE INCLUIU NAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CGJ, BUSCANDO A REDUÇÃO DO ÍNDICE DE CONGESTIONAMENTO NAS UNIDADES JUDICIAIS.

I INTEGRAÇÃO

CORREGEDORIA PRESENTE NO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA GGI-SSP

A Corregedoria Geral da Justiça, durante a 1ª reunião do Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública do Maranhão (GGI-SSP/MA), discutiu a formatação do “Pacto pela Paz” criado no fim do ano passado com a aprovação do Projeto de Lei nº 275/2015. O objetivo do pacto é concentrar e impulsionar iniciativas estatais e sociais que contribuam para a difusão de práticas para redução

da violência e afirmação de uma cultura de respeito à lei e aos direitos humanos. O juiz Gladiston Cutrim informou que a desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça, se colocou à disposição do gabinete, assim como das demais instituições presentes, para colaborar com as ações. “É necessário unir esforços para combater a violência de forma a garantir uma sociedade mais justa e humana”, afirmou o juiz.


I INÉDITO


CORREIÇÕES VIRTUAIS INAUGURAM NOVO MOMENTO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

A Corregedoria Geral da Justiça implantou o projeto “Correições Virtuais” com objetivo de agregar rapidez e eficiência aos trabalhos da Justiça de 1º grau. A 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Criminais de São Luís foram as primeiras unidades correicionadas eletronicamente. Os trabalhos são realizados no anexo administrativo da Corregedoria, na Rua Engenheiro Couto Fernandes, Centro.

A desembargadora conversou com a equipe do Núcleo Avançado de Correições Virtuais, acompanhou o exame da

tramitação de processos no Sistema de Gerenciamento Processual Themis Primeiro Grau (Themis PG) e se informou sobre o andamento das atividades.

A medida faz parte do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça para o biênio 2016-2017. “Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com mais eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos”, destacou a desembargadora Anildes Cruz.



O FOCO DO TRABALHO DA CORREIÇÃO VIRTUAL É O COMBATE À MOROSIDADE PROCESSUAL. COM A AJUDA DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS, OTIMIZAMOS OS TRABALHOS DA CGJ”

Anildes Cruz , Desembargadora

I IMPERATRIZ E AÇAILÂNDIA

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE DEMANDAS DE JUÍZES DIRETORES

As demandas de 18 comarcas da Região Tocantina foram discutidas durante a primeira visita da corregedora Anildes Cruz a Imperatriz. A corregedora falou aos magistrados sobre os planos de sua gestão, estratégias e metas traçadas, que priorizam a aproximação do magistrado com a sociedade, ampliando o acesso à Justiça e voltando as ações para o desenvolvimento de projetos em diversas áreas de atuação.

A desembargadora disse que é necessário pensar métodos e práticas em um modelo de gestão em que cada magistrado funcione como gestor da meta traçada visando à melhoria dos serviços judiciários. “Embora não tendo os recursos e estruturas necessárias para uma melhor prestação jurisdicional, não deixamos de distribuir Justiça”, disse a desembargadora.

Durante a reunião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Marcos Antonio Oliveira (2ª Vara Criminal), expôs algumas demandas relacionadas à manutenção do fórum local, como a necessidade de pintura do prédio e substituição da frota de veículos que servem aquela unidade judicial, onde está localizada a maioria das varas judiciais da comarca, enquanto



é concluída a construção do novo fórum.

Em seguida, vistoriou os serviços judiciários e as instalações do fórum da comarca de Açailândia. A corregedora esteve acompanhada do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF/TJ), dos juizes auxiliares Rosângela Prazeres e José Américo Abreu Costa, e do juiz vice-presidente da AMMA, Ângelo dos Santos. A desembargadora percorreu as dependências da unidade e avaliou as condições da estrutura do fórum com a

finalidade de implementar o projeto de “audiências de custódia”.

A corregedora foi recebida pelo juiz André Bogéa Santos (2ª Vara Cível), diretor do fórum. Segundo o magistrado, a comarca possui um fórum modelo-padrão, em boas condições, mas necessita de obras de ampliação das dependências para abrigar mais duas varas criadas, mas ainda não instaladas: 2ª Criminal e Vara da Fazenda Pública. O Juizado Especial da comarca fica localizado em prédio alugado.



I CAMPANHA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA APÓIA O “MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”



“**A** Maranhão Contra a Corrupção” é uma ação idealizada por juízes e promotores de Justiça do Estado do Maranhão convencidos de que o combate à corrupção é uma importante medida de prevenção a violações de Direitos Humanos. Além de buscar a responsabilização de gestores por atos de improbidade na gestão de recursos públicos, o grupo também concentra esforços em trabalhos e medidas de prevenção. O movimento recebeu apoio integral da Corregedoria Geral da Justiça

Os números finais do mutirão de julgamento de ações penais e de improbidade administrativas, movidas contra gestores e ex-gestores, resultado do trabalho desenvolvido em mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas, no período de 7 a 18 de março, movimentou mais de 1.500 processos.

Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em

valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

As atividades foram direcionadas às ações de crimes contra a administração pública.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu publicamente o trabalho dos juízes de direito que participaram do “Movimento Contra a Corrupção”, atuando nos julgamentos do “Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública”.

Por meio da Portaria nº 1234/2016, a corregedora considerou que esse ato caracteriza “elevado zelo pelo bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça, amoldando-se, perfeitamente aos princípios constitucionais da eficiência”. A Portaria de elogio foi publicada no Diário da Justiça e passou a integrar os assentos funcionais dos magistrados.



FORAM PROFERIDAS 216 SENTENÇAS, 181 DECISÕES E REALIZADAS 87 AUDIÊNCIAS. EM VALORES, FORAM MAIS DE 10 MILHÕES DE REAIS DE CONDENAÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO, ALÉM DE MULTAS APLICADAS A GESTORES E EX-GESTORES.

I SOLIDARIEDADE



JUIZ RECEBE SOLIDARIEDADE DA CORREGEDORA DA JUSTIÇA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu no gabinete o juiz Alessandro Bandeira da comarca de Santa Inês, a quem prestou solidariedade. O magistrado foi vítima de agressões públicas em virtude de decisões proferidas em ações judiciais. A corregedora Anildes Cruz reforçou

as palavras de solidariedade ao juiz, e destacou que o magistrado Alessandro Bandeira honra e dignifica a Justiça maranhense. “O Poder Judiciário não irá se intimidar diante de ações que ameacem o Estado de Direito representado por juízes e juízas que integram a magistratura estadual”, afirmou a corregedora.



I ENCOGE



CGJ-MA PRESENTE NO 71º ENCONTRO DE CORREGEDORES

O desembargador José Bernardo Rodrigues representou a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, no 71º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE), em Cuiabá. O juiz Gladiston Cutrim,

coordenador do planejamento estratégico, e o diretor da CGJ-MA, Gustavo Costa Campos, participaram dos debates em torno da temática do encontro. As novidades e implicações apresentadas com a chegada do Novo CPC tomaram a maior parte dos debates.

I FACILIDADE

CEP PODE DEFINIR ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO JUIZADO CÍVEL

O Código de Endereçamento Postal (CEP) pode ser utilizado para definir a área de abrangência de Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, quando as normas em vigor não indicarem o bairro da parte processual. A medida, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), vale para moradores de São Luís.

O Provimento nº 07/2016, editado pela Corregedoria, determina que - caso as disposições normativas do Tribunal de Justiça em vigor não sejam suficientes para definir a qual área de abrangência dos juizados especiais pertence determinada localidade - a solução decorrerá de consulta ao Código de Endereçamento Postal (CEP) que estiver no comprovante de endereço da parte.

“Com o surgimento de novos bairros na capital e a existência de dúvidas ou indefinições quanto à área de abrangência dos juizados especiais entre juízes, servidores, advogados e jurisdicionados, resolvemos disciplinar essa matéria”, explica a corregedora Anildes Cruz, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados



Especiais do Maranhão.

Quando a consulta ao CEP disponível no endereço eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não for suficiente para sanar a dúvida ou aponte bairro que não pertença à área de abrangência de qualquer juizado especial, a questão será resolvida pela Corregedoria.

Nesse caso, o juizado especial deve diligenciar à CGJ-MA, que expedirá provimento estabelecendo, provisoriamente,

a qual área de abrangência pertence o bairro em questão. Se a Corregedoria estabelecer que determinado bairro pertence, provisoriamente, a duas ou mais áreas, a escolha do juizado cabe ao autor da ação.

Quando o CEP for utilizado para resolver a pendência quanto à definição a qual área de abrangência pertence o endereço da parte, essa diligência deverá ser certificada nos autos, antes da publicação da sentença.



I PRESIDÊNCIA

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI



Em março, o desembargador Tyrone José Silva tomou posse como presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão. No ato, a corregedora-geral Anildes Cruz enalteceu a atuação do desembargador, destacando o trabalho e a presteza no cumprimento das funções judicantes a ele confiadas. “É mais uma missão que certamente será

bem desempenhada pelo desembargador”, afirmou a corregedora. O desembargador Tyrone Silva agradeceu o convite e a confiança para o trabalho. “Prometo corresponder às expectativas da Corregedoria e da sociedade nessa nova função”, ressaltou o desembargador.

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, destacou o compromisso do desembargador empossado na entrega da prestação jurisdicional.

Abril

No mês de abril, a corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, determinou a reformulação do Código de Normas da CGJ em adequação ao novo Código de Processo Civil. Grupos de trabalho formados por cartorários e presididos por juízes, organizarão propostas de reformulação que irão constar de documento a ser apreciado pela Corregedora. A CGJ editou também o Provimento N.º 10/2016 que determina o encaminhamento de criança ou adolescentes do interior do Estado para São Luís, apenas se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

GESTÃO COMPARTILHADA



CORREGEDORA PRESENTE NO CICLO DE DEBATES DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, integrou a mesa de abertura do I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado nos dias 15 e 16 de abril, no Fórum “Des. Sarney Costa”, em São Luís.

Ao discursar, a desembargadora Anildes Cruz destacou a iniciativa dos notários e registradores pelo debate sobre o aprimoramento e modernização dos serviços notariais e registrais do Maranhão. “Essa atitude demonstra a disposição em prestar um serviço célere e de qualidade nas diversas unidades extrajudiciais do estado”, ressaltou a corregedora.

Para Thiago Estrela, presidente da Associação dos Titulares dos Cartórios do Maranhão (ATC), a presença da corregedora no evento da categoria demonstra a intenção do Poder Judiciário trabalhar de forma compartilhada com os cartorários. “As ações da Corregedoria refletem diretamente no trabalho das serventias”, completou Thiago.

O desembargador Ricardo Dip (TJSP) proferiu a palestra inicial da noite. Com o tema “Usucapião Extrajudicial e o Registro Civil, Dip resgatou a historicidade dos tabeliães e notários ao longo dos séculos até o cenário atual. Pontuou avanços e desafios da modernidade.



VISITA

DESEMBARGADOR DO TJSP VISITA A CORREGEDORIA



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a visita do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Ricardo Henry Marques Dip. Na oportunidade, o desembargador paulista e a corregedora da Justiça do Maranhão conversaram sobre as serventias extrajudiciais (Cartórios), e assuntos referentes ao tema.

Ricardo Dip esteve em São Luís para proferir palestra no I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão. O desembargador abordou o tema Registro Civil das Pessoas Naturais e Usucapião Extrajudicial.

I NOVO CPC

CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA EM ATUALIZAÇÃO



A reformulação do Código de Normas da CGJ em adequação ao novo CPC foi tema de reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O objetivo é atualizar os itens que tratam dos serviços extrajudiciais (Cartórios). Na reunião presidida pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, ficou acordado que as propostas de reformulação serão realizadas por grupos de trabalho. Essas equipes serão formadas por um juiz – que coordenará as atividades - e por pelo menos dois cartorários. De acordo com a corregedora Anildes Cruz,

a medida é importante em virtude da adequação das normas gerais da Corregedoria ao novo cenário jurídico-social trazido pelo novo Código de Processo Civil – CPC. “A implementação dos grupos de trabalho é mais um passo da gestão compartilhada desenvolvida pela Corregedoria”, explicou a desembargadora. As propostas sugeridas pelos grupos serão organizadas em um só documento, que será submetido à apreciação da CGJ-MA. Desse trabalho será extraída uma proposta de atualização da parte do código que trata da área extrajudicial.



I PROTEÇÃO

COMARCAS DEVEM ACOLHER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO



Alo Provimento nº 10/2016, a Corregedoria determina que o encaminhamento de crianças ou adolescentes para a capital somente será efetivado se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

A Corregedoria orienta ainda que deverão ser esgotados todos os meios legais de reinserção no ambiente familiar, após cessadas as causas de afastamento do ambiente familiar biológico. Não sendo possível a reinserção na família de origem, será verificada a possibilidade de inserção da criança ou adolescente em situação de risco em famílias substitutas.

“Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como “Família Acolhedora”, “Apadrinhamento Afetivo” ou semelhantes.

O objetivo é garantir a proteção integral à criança ou adolescente em situação de risco”, explicou a corregedora Anildes Cruz.

ECA - A medida da CGJ-MA considerou a dificuldade das equipes multiprofissionais avaliarem a situação familiar das crianças e adolescentes de outras localidades acolhidos institucionalmente em São Luís, o que impossibilita a verificação da reinserção na família biológica ou em famílias substitutas na sede do domicílio da criança e do adolescente acolhido.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar ou institucional deve ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, de modo a facilitar e estimular o contato da criança e do adolescente com a sua família de origem no processo de reinserção familiar.



NESSE CASO, O ENCAMINHAMENTO PARA UMA FAMÍLIA SUBSTITUTA PODE SER FEITO POR MEIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O PODER EXECUTIVO LOCAL, PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS COMO “FAMÍLIA ACOLHEDORA”, “APADRINHAMENTO AFETIVO” OU SEMELHANTES.”

Anildes Cruz, corregedora

I FÓRUM DE SÃO LUÍS

CORREGEDORA INAUGURA GABINETE DE TRABALHO AVANÇADO

A corregedora Anildes Cruz inaugurou gabinete de trabalho avançado no Fórum de São Luís. Trata-se de uma sala onde, pelo menos uma vez por semana, a corregedora cumpre agenda de trabalho. Visitas às unidades judiciais são realizadas periodicamente.

Até abril a desembargadora Anildes Cruz havia realizado três vistorias para verificação das condições de funcionamento e índices de congestionamento processual.

Entre as unidades visitadas estão a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública, em virtude de reclamações realizadas junto à CGJ-MA. Os magistrados apresentaram dados sobre as unidades e a grande demanda de trabalho nestes locais. Na 1ª Vara da Fazenda Pública, por exemplo, tramitam 9 mil processos para apenas 05 servidores e 01 juíza; na 2ª são 8 mil; na 3ª e 4ª e 5ª Varas, cerca de 7 mil processos cada.

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos; a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Cíveis e 1ª Vara de Execuções Penais, também receberam a vistoria da corregedora.

A corregedora determinou medidas iniciais para a melhoria da prestação jurisdicional; a redistribuição da força de trabalho nas Varas e a recontagem dos autos, já que existe uma divergência entre o número físico de processos e a quantidade existente no sistema.

A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), da Corregedoria Geral da Justiça, foi designada para atuar - emergencialmente - em algumas dessas unidades visando reduzir o índice de congestionamento processual.

“Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema”, ressaltou a corregedora. O juiz Sebastião Bonfim, diretor do Fórum de São Luís, tem oferecido o suporte necessário para a implementação de ações que buscam melhorias nas unidades judiciais.



ENCARAMOS ESSA REALIDADE CIENTES DE QUE O NÚMERO DE JUÍZES E SERVIDORES DESTAS UNIDADES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA SUPRIR A GRANDE DEMANDA DE SERVIÇOS QUE GERAM SOBRECARGA E DESORGANIZAÇÃO NOS ESPAÇOS FÍSICOS, ALÉM DE OCORREREM DIVERGÊNCIAS NA CONTAGEM MANUAL DE PROCESSOS EM RELAÇÃO AOS NÚMEROS APRESENTADOS PELO SISTEMA”

Anildes Cruz , Desembargadora

I ÓBITOS

PLANTÃO DE ÓBITOS EM MUNICÍPIOS DA ILHA

As serventias extrajudiciais de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa publicaram cartazes com informações sobre os contatos - como os telefones de cada serventia das cidades citadas - em locais de acesso ao público, como delegacias, funerárias, nos fóruns, nos ônibus do transporte coletivo, nas prefeituras, câmaras de vereadores e nos próprios cartórios.

Esta ação faz parte de uma série de medidas que estão sendo adotadas pela Corregedoria Geral da Justiça em par-

ceria com as Serventias Extrajudiciais, para facilitar o acesso do cidadão aos serviços extrajudiciais, seja por via eletrônica, ou através de divulgação de informações.

Para o registro de óbito são necessários os dados do falecido e do declarante. Os dados do falecido são: Declaração de Óbito (DO), RG, CPF, título de eleitor e certidão de nascimento ou casamento. Já os dados do declarante são: RG e CPF. Além disto, deve ser informado se o falecido deixa filhos, bens e testamento.

CONTATOS:

Cartório do 2º Ofício de São José de Ribamar

98727-1001
98866-0017

Cartório do 2º Ofício de Paço do Lumiar

987899-6868
98298-4625
99988-1574

Cartório de Raposa

98115-9348/98134-6578



I CORREIÇÃO

CORREGEDORIA DÁ INÍCIO ÀS CORREIÇÕES GERAIS NAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) determinou correições gerais ordinárias e extraordinárias nas comarcas do interior do Estado, com a finalidade de fiscalizar o andamento dos serviços da Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pelas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Urbano Santos e Santa Quitéria.

Durante a correição, o atendimento às partes e advogados pela secretaria judicial, assim como os prazos processuais, não são suspensos, de modo a não comprometer o serviço forense.

O calendário de correições 2016 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (Edição nº 66/2016), de 13 de abril. A Portaria de nº 1286/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, traz a lista com as datas e as unidades em que haverá correição e designa as juízas auxiliares da CGJ-MA, Rosângela Prazeres e Rosária Duarte, para presidir as correições.



I CONSTRUINDO A JUSTIÇA

CORREGEDORIA ABRE GESTÃO ESTRATÉGICA À POPULAÇÃO



A corregedora geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, lançou, em sessão de corte estadual, o projeto “Construindo a Justiça”, com a finalidade de viabilizar a participação popular na administração da Justiça de 1º grau, por meio de ideias para a elaboração e planejamento de projetos de gestão da Corregedoria.

Na apresentação do projeto no pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, a desembargadora destacou que a participação de todo cidadão tem importância fundamental para o desenvolvimento de uma prestação jurisdicional plena, voltada para a sociedade em geral.

“Com esse projeto, pretendemos ampliar o acesso à Justiça, dando oportunidade a qualquer pessoa nos ajudar a construir um Judiciário mais atuante e mais eficiente, capaz de corresponder aos anseios da população”, disse a corregedora.

Alguns desembargadores se manifestaram em apoio ao projeto. O presidente do TJMA, Cleones Cunha, parabenizou a Corregedoria e sua equipe pela iniciativa e expressou o apoio da direção do Tribunal, ressaltando a execução, sem custos, do projeto. “Os desembargadores são parceiros da Corregedoria em suas

ações e projetos”, enfatizou.

Segundo o desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto “se coaduna com o lema de gestão compartilhada” proposto pela Corregedoria. Para o desembargador Tyrone Silva, o projeto é “oportuno, por envolver a sociedade na construção da Justiça”. Froz Sobrinho ressaltou que a proposta “representa a aproximação da Justiça ao cidadão”. Já o desembargador João Santana disse que o projeto “demonstra o compromisso da corregedora com o alcance e a causa da Justiça”.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves (coordenadora dos juizados especiais), Gladiston Cutrim (coordenador de planejamento estratégico), Sara Gama e o diretor da secretaria, Gustavo Campos, acompanharam a apresentação do projeto no Pleno.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual, com a ressalva de que não haverá nenhuma compensação financeira pela contribuição.

INTERNET – Para participar, qualquer

pessoa pode acessar o endereço da Corregedoria Geral da Justiça na internet (<http://www.tjma.jus.br/cgj/index>), clicar no banner do projeto “Construindo a Justiça” e preencher um formulário, explicando os principais detalhes da sua sugestão.

Após o preenchimento dos dados, um relatório com a proposta será enviado, automaticamente, para a Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas da CGJ-MA, para apresentação e formatação. A ideia será analisada pela Coordenadoria de Planejamento da Corregedoria e, após, submetida à corregedora para deliberação.

O PROVIMENTO Nº 8/2016, DA CGJ-MA, QUE INSTITUIU O PROJETO NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO, ASSEGURA A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DA JUSTIÇA ESTADUAL, COM A RESSALVA DE QUE NÃO HAVERÁ NENHUMA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA CONTRIBUIÇÃO.

I RECONHECER É AMAR!

APOSENTADO FAZ RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE DE CINCO FILHOS ADULTOS



A aposentado José de Ribamar Silva, 75, morador de São Luís, procurou espontaneamente o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio do projeto “Reconhecer é Amar!”, para fazer o reconhecimento de paternidade de cinco filhos, todos adultos. Presentes na audiência, realizada em abril, os filhos e também a mãe, que mora no município maranhense de Alcântara. Visivelmente emocionados, após a audiência todos saíram juntos e foram para a casa do pai, no bairro Jaracati.

“Foi uma emoção muito grande. Não ter o nome do nosso pai na certidão de nascimento é como se estivesse faltando um pedaço da gente. Se já o amávamos, com esse

gesto dele passamos a amar mais ainda”, afirmou a feirante Célia Regina Diniz, uma das filhas que teve a paternidade reconhecida. “Agora temos também os nomes dos nossos avós paternos”, completou.

No Centro de Conciliação do Fórum de São Luís funciona o posto de atendimento do Projeto “Reconhecer é Amar!”, criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão em 2012, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto vinha ocorrendo nas Varas da Família e agora é executado pelo Centro de Conciliação. No interior, o agendamento pode ser realizado no Fórum local.



I PINHEIRO

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA PARTICIPA DE INSPEÇÃO EM PRESÍDIO



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) participam de uma série de ações conjuntas que estão sendo desenvolvidas no interior do Estado com o objetivo de aprimorar a execução penal e garantir a adequada ressocialização do preso.

As ações foram realizadas junto à 1ª Vara da comarca de Pinheiro e se estenderam ao presídio local.

O juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual, participou de uma inspeção

na Unidade de Ressocialização de Pinheiro, acompanhado da juíza titular da 1ª Vara, Tereza Palhares, que possui competência privativa para a execução penal.

Durante a inspeção foi constatado que, em geral, o presídio recém inaugurado atende às condições de humanização do sistema, com salas destinadas ao parlatório, assistência social, atendimento médico-odontológico, psicólogo e salas de aula, além de dispor de outros serviços para a garantia dos direitos dos presos. Quanto à assistência médico-odontológica, falta lotar pessoal pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Seap).

I ENUNCIADO

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DECIDE QUE JUIZADO ESPECIAL NÃO SEGUIRÁ PRAZO DO NOVO CPC



O desembargador Tyrone Silva, presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, realizou a primeira reunião da Turma sob sua direção. Segundo o desembargador, a reunião ordinária decorreu em virtude de consultas formuladas pelos presidentes das Turmas Recursais do estado quanto a aplicação do artigo 219 do novo CPC nos Juizados

Especiais do Maranhão.

O Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) emitiu Nota Técnica (n.º 01/2016), na qual externou posição pela inaplicabilidade do artigo 219 do CPC/2015 aos Juizados Especiais. O Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil também firmou posicionamento contrário à utilização do prazo deste artigo na Carta de Cuiabá, após o 71º Encontro (Encoge).

O Colegiado maranhense aprovou, por maioria, a não utilização do texto do art. 219 do novo CPC. “No Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão a forma de contagem dos prazos processuais será em dias corridos, não se aplicando a regra prevista no artigo 219 do CPC, ressalvados os casos expressamente previstos em Lei”, discorre o Enunciado n.º 9 aprovado na reunião da Turma de Uniformização.

Maio

Em maio, a corregedora Anildes Cruz prosseguiu vistoriando as unidades judiciais do Fórum de São Luís. As Varas Cíveis que possuem considerável índice de congestionamento foram priorizadas. Na 1ª Vara Cível, após atuação da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), foi ministrado um treinamento para os servidores da unidade com a proposta de melhoria das competências e aprimoramento das habilidades dos servidores. No dia 21 de maio a Corregedoria participou da 23ª Ação Global, na UFMA, oferecendo serviços à população.

I FATOR HUMANO

COMISSÃO SENTENCIANTE PROMOVE TREINAMENTO DE SERVIDORES



No fim de abril, a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) promoveu, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, o treinamento Desenvolvimento de Equipes para servidores da 1ª Vara Cível da Capital, na ESMAM. A atividade encerrou a atuação da Comissão na unidade judiciária. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

O palestrante desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias. O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atua a Comissão Sentenciante. “A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, aprimorando habilidades e realizando o esclarecimento de dúvidas”, explicou. Outro assunto abordado foi o desen-

volvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

A corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, prestigiou o evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações pontuais no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. “Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora. Para a juíza auxiliar da CGJ e coordenadora dos trabalhos da CSI, Rosângela Prazeres, “a reorganização da força de trabalho em relação às demandas só é possível com desenvolvimento humano com foco no objetivo maior da organização”.



À PROPOSTA É TRABALHAR COM OS SERVIDORES E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS DAS EQUIPES, APRIMORANDO HABILIDADES E REALIZANDO O ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS”

Eliandro Araújo psicólogo



I PROVIMENTO N. 09/2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA DIVISÃO DE PROTEÇÃO



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) instituiu a Divisão de Proteção Integral (DPI) junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Ilha de São Luís.

A divisão é composta e coordenada por comissários de Justiça, responsáveis pelos procedimentos relativos à proteção integral de crianças e adolescentes, no sentido de evitar qualquer forma de violência, abuso, exploração, discriminação e negligência.

Os comissários são responsáveis, dentre outras atividades: pela emissão de autorização de viagem e hospedagem nacional; fiscalização de transporte intermunicipal e interestadual de crianças e adolescentes;

fiscalização de bares, restaurantes, boates e casas de show e inspeção de entidades de acolhimento. E, ainda, por acompanhar o processo administrativo de alvará judicial para participação e presença de crianças e adolescentes em apresentações folclóricas e artísticas nas cidades da área de abrangência da comarca.

O Provimento nº 9/2016 traz o detalhamento das atividades realizadas pela divisão, bem como do trabalho desempenhado pelos comissários de Justiça. Pareceres, requerimentos e decisões serão elaborados pelo Conselho Especial da Infância e da Juventude da CGJ-MA e pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca da Ilha de São Luís.



I DIA DAS MÃES



MÃES SÃO HOMENAGEADAS

As mães magistradas, servidoras e terceirizadas que trabalham na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) foram homenageadas com programação especial em comemoração ao dia das mães.

Além de café da manhã, houve momento de oração e reflexão sobre a data, distribuição de rosas e sorteio de presentes oferecidos pelos servidores da CGJ para mais de 60 mães.

I PROJETO

CORREGEDORIA RECEBE DIRIGENTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB-MA



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu em reunião o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Thiago Diaz, para tratar de assuntos diversos. O vice-presidente, Pedro Alencar da OAB-MA, também participou do ato.

Os representantes classistas abordaram temas como expedição de alvará judicial em ações judiciais; padronização de atos e carga de processos; trâmite processual; correições; presença de advogados nas mediações e conciliações no âmbito dos

Tabelionatos de Notas, entre outros assuntos.

A desembargadora Anildes Cruz prometeu analisar as reivindicações elencadas, e disse que compartilha com a Ordem algumas preocupações na relação advogados – magistrados. “Nossa gestão está centrada no estudo de meios e extensão de boas práticas para reduzir o congestionamento de processos nas unidades judiciárias do Estado”, enfatizou a corregedora.

O presidente Thiago Diaz ressaltou à

corregedora que tem o compromisso de apurar todas as denúncias protocoladas na OAB sobre maus comportamentos de advogados que atentarem contra a ética profissional prevista no estatuto.

O vice-presidente, Pedro Alencar, parabenizou a corregedora pela postura proativa implantada na Corregedoria, buscando em primeiro lugar o diálogo para resolução dos problemas que acometem as unidades judiciais e que envolvem todos os interessados da sociedade civil organizada.



I PROJETO

CORREGEDORIA REATIVA PROJETO “JURADO VOLUNTÁRIO”



A Corregedoria Geral da Justiça criou o “Projeto Jurado Voluntário”, instituído em 2008, para recrutar a participação de pessoas da comunidade, com notória idoneidade, interessadas em participar das decisões da Justiça criminal, por meio do Tribunal do Júri. Pelo projeto, os jurados podem participar do julgamento dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, ou qualquer outro crime que tenha conexão com um crime doloso contra a vida, nas sessões do Tribunal do Júri.

O projeto visa auxiliar os juízes na formação da lista de jurados para compor o Conselho de Sentença nas sessões de julgamento do

Tribunal do Júri. Para participar, os interessados devem atender às seguintes condições: ser cidadão brasileiro, maior de 18 anos; ter notória idoneidade; residir na comarca onde pretende atuar como jurado; estar em pleno gozo dos direitos políticos (ser eleitor) e não ter sido processado criminalmente.

Além de prestar um serviço público relevante, o voluntário tem algumas vantagens, como a preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas; folga no trabalho no dia do comparecimento ao julgamento; benefícios acadêmicos (segundo a instituição de ensino conveniada) e direito à cela especial em caso de prisão.

I AVANÇO

CERTIDÕES ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou a expedição eletrônica de certidões negativas de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa e para fins eleitorais no âmbito da Justiça de 1º grau do Estado, que até então eram emitidas presencialmente.

A proposta, encaminhada ao Pleno pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora-geral da Justiça, foi aprovada por unanimidade pelos desembargadores na sessão plenária do dia 19 de maio.

A certidão emitida eletronicamente acusa a existência ou não de ações penais e de improbidade administrativa em tramitação, sobrestadas ou suspensas no Tribunal de Justiça, considerando os dados fornecidos na consulta, que são de exclusiva responsabilidade do usuário. E evita o deslocamento de interessados aos fóruns judiciais para solicitação do documento.

Anteriormente, as certidões eram emitidas de forma presencial nas comarcas. Com o novo sistema, a certidão pode ser

emitida de qualquer lugar, imediatamente, e em quantas vias forem necessárias, evitando deslocamento e perda de tempo pelo interessado.

Desde 2014, a Justiça de 2º Grau já utilizava o sistema que agora passa a funcionar no 1º Grau. Na avaliação da corregedora, há uma crescente demanda pela expedição de certidões nas comarcas que justifica estender essa facilidade ao 1º grau da Justiça, gratuitamente. “Verificamos a possibilidade de extensão desse serviço ao usuário da Justiça de 1º grau, pela praticidade do acesso à informação”, justificou a desembargadora Anildes Cruz.

ALTERAÇÃO – para implantação da certidão eletrônica da Justiça de 1º grau, a corregedora Anildes Cruz propôs alteração na Resolução n.º 14/2014, com a inclusão do novo serviço. Desse modo, para emissão da Certidão Única da Justiça Estadual do Maranhão, as buscas serão realizadas nos sistemas: Themis PG, SG, VEP/CNJ e PJE



I DIREITOS HUMANOS

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE REPRESENTANTES DA SMDH

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu representantes da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), que solicitaram a implantação de projeto para o acompanhamento das audiências de custódia. Para a SMDH, questões como superpopulação carcerária, torturas, lesões corporais, arbitrariedade policial e a identificação das falhas que ocorrem a partir da prisão até a manutenção ou não dessa medida pelo magistrado serão conhecidas e devidamente identificadas com o advento do projeto. Com isto, as arbitrariedades seriam reduzidas, permitindo, por exemplo, o avanço na ressocialização do preso. Segundo o advogado Luís An-

tônio Pedrosa, do Conselho Diretor da SMDH, o projeto acompanharia, através de advogados estagiários, as audiências de custódia realizadas pelas Varas criminais do Estado.

A desembargadora informou ao representante da SMDH, que em janeiro deste ano reuniu com os integrantes do Sistema de Segurança do Estado para tratar das propostas que visam regulamentar as audiências de custódia no Maranhão. “As audiências de custódia já são uma realidade em todo o Estado, mesmo assim, queremos ouvir todas as instituições envolvidas neste processo, para juntos, de forma compartilhada, encaminhar a melhor decisão”, afirmou a corregedora.



I MUTIRÃO

AÇÃO CONJUNTA DO PODER JUDICIÁRIO REALIZA SEMANA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu das mãos da juíza Karla Jeane de Carvalho - titular da 2ª Vara de Coelho Neto e integrante da Coordenadoria da Infância e Juventude - camisa alusiva à Semana da Infância que ocorreu em todo o Estado, com o julgamento prioritário de ações que envolvem violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis.

O evento é realizado pela Coordenadoria de Infância e Juventude do TJMA em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Foram realizadas audiências e julgamentos em 400 processos judiciais, além da promoção de atividades lúdicas.

A juíza Karla Jeane disse que o apoio da Corregedoria tem sido fundamental no desenvolvimento e avanço de ações desse tipo em todo o Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que o Poder Judiciário deve dar especial atenção à proteção que crianças e adolescentes em situação de risco. “A Corregedoria está totalmente envolvida com a causa que é muito importante para a sociedade”, destacou a desembargadora.



O desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria, enfatizou que a Semana da Infância é um incentivo para o julgamento dos processos relacionados a esse tema, e a oportunidade de divulgação das práticas adotadas pelo Judiciário maranhense em prol dessa causa social.

Mais de 30 juizes de todo o Estado participaram das ações desenvolvidas.

I RECONHECIMENTO

CORREGEDORA ANILDES CRUZ RECEBE HOMENAGEM DA ADEPOL-MA



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu representantes da Associação dos Delegados do Estado do Maranhão (ADEPOL). Os dirigentes classistas homenagearam a corregedora em reconhecimento aos relevantes serviços prestados aos delegados de Polícia Civil do Maranhão.

O presidente da ADEPOL, Marconi Chaves, entregou Diploma e Medalha de Honra ao Mérito à corregedora Anildes Cruz, que agradeceu e disse sentir-se muito honrada com a deferência.

Também estiveram presentes pela ADEPOL, o vice-presidente Lucas Ribeiro, e o diretor de finanças, José Milênio.

I FAMÍLIA

CORREGEDORIA VAI IMPLANTAR SALA ÚNICA PARA CONCILIAÇÃO



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reuniu com as juízas das Varas de Família de São Luís, Joseane Bezerra (3ª Vara), Maria do Socorro Carneiro (5ª Vara) e Francisca Galiza (4ª Vara). No encontro, foi discutido a implantação da Sala Única de Conciliação das Varas de Família.

O objetivo da Corregedoria é centralizar as audiências dessas unidades em um único espaço, atendendo dispositivo do novo Código de Processo Civil, que prevê em seu artigo 694: “Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação”. A desembargadora Anildes Cruz ressaltou que a

busca da mediação extrajudicial ou atendimento multidisciplinar será objeto de esforço da CGJ para dirimir conflitos de famílias. “Para efetivarmos a audiência de mediação e conciliação, buscaremos – inclusive - parceria com as faculdades para que acadêmicos dos cursos de Direito (estagiários) exerçam esse importante papel à sociedade”, disse a corregedora.

Para a juíza Joseane Bezerra, o ambiente único para conciliação de partes familiares em conflitos é uma excelente iniciativa da Corregedoria da Justiça do Maranhão, onde atuarão conciliadores capacitados pelas respectivas unidades judiciais. “As causas familiaristas, com suas subjetividades, exigem um trabalho de alcance diferenciado, pois, além dos autos, existem vidas que necessitam de reorientação especial”, defendeu a magistrada.



I PAD

CORREGEDORIA DISPONIBILIZA CARTILHA INFORMATIVA SOBRE PAD

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) disponibilizou a cartilha “Modelo de Processo Administrativo Disciplinar”, com informações úteis para o trabalho dos magistrados na apuração da responsabilidade disciplinar pela prática de infrações funcionais por servidores e delegatários de serventias extrajudiciais.

A publicação contém modelos de portarias de instalação de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD); ofícios; termos; certidões; intimações e informações referentes ao correto trâmite do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) - da instalação até a decisão final do processo.

O lançamento oficial da cartilha ocorreu na sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, quando a corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz,

apresentou o documento aos desembargadores. “Compartilhando ideias, decisões e informações como essas, é que iremos avançar rumo ao propósito maior que é a plena distribuição da Justiça”, explicou a corregedora.

A cartilha foi elaborada pela juíza Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelos serviços extrajudiciais e pelo assessor Lourival Ramos Júnior, com o auxílio de servidores da Comunicação da Corregedoria e do TJ.

Segundo a juíza Sara Gama, a edição da cartilha foi motivada por pedidos dos juízes de direito sobre modelos de procedimentos que pudessem auxiliar o trabalho disciplinar dos magistrados. “A ideia é compilar peças de ordem prática, em forma de roteiro, para facilitar e agilizar a tramitação das atividades disciplinares”, explicou a auxiliar da Corregedoria



I AÇÃO GLOBAL

CGJ INSCREVE PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO NA 23ª AÇÃO GLOBAL



Representando o Poder Judiciário do Maranhão, a Corregedoria Geral da Justiça participou da 23ª Ação Global na Cidade Universitária da UFMA (Bacanga). No evento, a CGJ-MA abriu as inscrições para o casamento comunitário de São Luís, expediu Certidão de Nascimento e apresentou diversos outros projetos especiais para a população maranhense.

A inscrição para o casamento comunitário de São Luís foi um dos serviços mais procurados na Ação Global deste ano. A Corregedoria disponibilizou espaço de atendimento ao público no Pavilhão da Cidadania, instalado no Centro Pedagógico Paulo Freire.

Além do casamento comunitário e expedição de Certidão de Nascimento, a CGJ-MA apresentou aos participantes da Ação Global deste ano os projetos “Jurado Voluntário” que cadastra interessados em participar das sessões do Tribunal do Júri; “Reconhecer é Amar” que orienta e encaminha os pais interessados em reconhecer a paternidade dos seus filhos; e “Construindo a Justiça”, que garante a participação de todos na elaboração de ideias e outros projetos de relevante valor para o cidadão e na construção de um Judiciário mais célere e eficaz. Todos gratuitos.

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhou os trabalhos realizados pelos servidores da CGJ e Cartórios parceiros. “O Poder Ju-

diciário - representado neste momento pela Corregedoria - está mais perto da população oferecendo serviços de relevante valor social”, ressaltou a corregedora.

A desembargadora foi recebida pelos organizadores da Ação Global, Roseli Ramos, superintendente do SESI-MA; Edilson Baldez, presidente da FIEMA; Rômulo Barbosa, representante do Sistema Mirante - Rede Globo; Nair Portela, reitora da UFMA; Tati Lima, representante da Prefeitura de São Luís; e José Joaquim, vereador de São Luís.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Gladiston Cutrim, José Américo Costa, Rosária Duarte e Márcia Chaves; os registradores das Zonas de Pessoas Naturais de São Luís, Rosseline Rodrigues (2ª); Margarida de Jesus (3ª); Enoch Ribeiro (4ª); e Núbia Silva (5ª), e o diretor da Secretaria da CGJ-MA, Gustavo Campos, também estiveram presentes durante o dia contribuindo com a Ação Global.

O desembargador Raimundo Barros, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), e o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, também visitaram a corregedora Anildes Cruz no espaço da CGJ no evento.

AÇÃO GLOBAL - A Ação Global nacional é uma parceria da Rede Globo com o SESI que promove um mutirão de serviços em prol da cidadania em todo

o país. A iniciativa ocorre em todos os Estados e no Distrito Federal. Em 22 edições, a Ação Global já prestou mais de 45 milhões de atendimentos. Em São Luís o evento acontece na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e conta com a presença de mais de 150 parceiros, entre eles, o Poder Judiciário através da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

A CGJ inscreveu número recorde de pessoas para o projeto “Casamentos Comunitários”. O projeto cadastrou 351 casais em apenas um dia de evento. Na última edição, em 2015, foram inscritos 175 casais.

No posto montado pela Corregedoria, 80 colaboradores, entre funcionários dos cartórios e da Corregedoria trabalharam no atendimento ao público, das 8h às 18h, prestando informações, cadastrando interessados e encaminhando solicitações sobre os projetos especiais da Justiça estadual.

Os casamentos comunitários são promovidos pela Corregedoria e celebrados gratuitamente pelos juízes de direito das comarcas desde setembro de 1998, quando foram criados pelo então corregedor, desembargador Jorge Rachid. A primeira cerimônia foi realizada em São Luís, em seguida, expandida para todas as comarcas do Estado, beneficiando milhares de casais de todas as idades e condição social.

I JUÍZES

NOVOS JUÍZES ENTRAM EM EXERCÍCIO PERANTE A CORREGEDORA DA JUSTIÇA

Os juízes Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, Cinthia de Sousa Facundo, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, Bruno Barbosa Pinheiro e Danilo Mendes de Santana, nomeados pelo presidente do TJ, assinaram os Termos de Exercício perante a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Os juízes Nelson Luiz Araújo, Cinthia Facundo, Arianna de Carvalho Saraiva e Bruno Pinheiro vão atuar, respectivamente, na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Zonas Judiciárias com sede na comarca de Imperatriz; já o juiz Danilo de Santana foi designado para a 5ª Zona Judi-

ciária com sede na comarca de Açailândia.

Durante a assinatura dos termos, os juízes destacaram o longo caminho percorrido e a árdua jornada enfrentada para a concretização dos sonhos alcançados. Os magistrados prometeram ainda, honrar o Poder Judiciário do Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz parabenizou os juízes e disse que se tratava de momento único na vida profissional dos magistrados. “Diversos desafios vão surgir no dia a dia de trabalho nas comarcas, mas eles servirão, sem dúvidas, para a evolução das vossas carreiras,” enfatizou a corregedora.



I ACOMPANHAMENTO



FORMAÇÃO CONTINUADA DOS JUÍZES EM VITALICIAMENTO

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, abriu o curso “Práticas de Inspeção em Serventias Extrajudiciais” destinado à formação continuada dos juízes em vitaliciamento. A corregedora apresentou aos juízes o palestrante André Villaverde Araújo, mestre em Teoria do Direito e do Estado (UNIVEM-Marília/SP), Tabelião do 36º Ofício de Notas da capital do Rio de Janeiro e autor do livro “2ª

Fase para concursos de cartórios”. “O exercício da magistratura requer esforço e dedicação, principalmente, na busca da atualização jurídica, essencial para o labor do magistrado”, ressaltou a corregedora Anildes Cruz. Segundo o palestrante André Villaverde, o curso permitirá aos magistrados a obtenção e conhecimento dos parâmetros e procedimentos para melhor análise do funcionamento dos cartórios.

I JUIZADOS

CORREGEDORIA CORREICIONA JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO

As correições gerais ordinárias e extraordinárias nos juizados especiais do Estado aconteceram durante todo o primeiro semestre de 2016.

O 1º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís; Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês; de Paço do Lumiar; Juizado Especial do Trânsito de São Luís, entre outros, já foram correicionados.

Segundo a juíza Márcia Chaves, as correições aconteceram em clima de “absoluta tranquilidade, com análise diária, em média, de 80 processos, dentre físicos criminais e cíveis, e eletrônicos (Projudi e PJe)”.

Além dos processos, a equipe da CGJ-MA realiza inspeção em todas as dependências dos prédios que abrigam os juizados, visando identificar as suas reais condições, além dos equipamentos que guarnecem a unidade. Após o encerramento das correições serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados por Juizado, dos trabalhos e fatos constatados durante sua realização.

A lista completa das unidades jurisdicionais, com data e tipo da correição – ordinária ou extraordinária – consta no anexo da Portaria nº 1361/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça.



Junho

A “Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente” realizada em junho, rendeu resultados positivos na Justiça de 1º grau, impulsionando cerca de 1700 processos, entre cíveis e criminais. Ainda nesse mês, a Corregedoria lançou a Central Única de Cartórios do Maranhão, que visa modernizar os serviços cartoriais à população.

I MEIO AMBIENTE

SEMANA ESTADUAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO MEIO AMBIENTE



A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, apresentou a parceiros institucionais, o projeto da “Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente”. O evento comemorou o “Dia Mundial do Meio Ambiente” - 5 de junho - e ocorreu de 6 a 10 de junho, com o julgamento prioritário de ações relativas aos crimes ambientais na Justiça estadual.

O projeto recebeu a parceria do Ministério Público Estadual; Polícia Rodoviária Federal; IBAMA; do Planejamento Estratégico do TJMA; e do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça.

“A ideia foi unir esforços da Corregedoria da Justiça, do Ministério Público, da Polícia Rodoviária Federal e do IBAMA em torno da iniciativa para agilizar a tramitação das ações judiciais referentes às questões ambientais, na Justiça estadual” frisou a corregedora Anildes Cruz.

Dentre as ações em tramitação foram identificadas questões referentes aos crimes contra a fauna e flora, poluição, agrotóxicos, zona de preservação, saneamento, mineração, caça e pesca.

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da CGJ-MA informou que a proposta da Semana decorreu das discussões do Gabinete de Gestão Integrada do Executivo estadual, acerca das dificuldades encontradas no

acesso às ações ambientais que tramitam no Poder Judiciário.

PROCESSOS - Segundo levantamento da coordenação do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, 1.739 processos relacionados à causa ambiental estão em tramitação nas comarcas do Estado, sendo 1.164 criminais e 575 cíveis. Do total, São Luís concentra 310 ações: 196 criminais e 114 cíveis.

Com o apoio de juízes de todo o estado, foram 361 despachos, 90 decisões e 88 sentenças prolatados; 110 audiências realizadas; 112 processos arquivados; e outros 461 conclusos ao magistrado. A ação teve por objetivo o impulsionamento de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020), que prevê o fomento de ações institucionais e promoção da responsabilidade socioambiental.

Entre as decisões prolatadas durante a Semana, houve proibição de derrubada de babaçu e determinação de recolhimento de animais soltos nas ruas (São Luís Gonzaga) e determinação de desativação de lixões (Coelho Neto e Duque Bacelar). Houve também decisões proferidas em Chapadinha e Itapecuru-Mirim. Foram realizados ainda concurso de redação e plantio de árvores na Comarca de Colinas,

além de palestra em escola (Tutóia). Em São Luís, além dos julgamentos de ações ligadas ao tema, exposições e oficinas realizadas no Fórum Desembargador Sarney Costa integraram as ações da Semana do Meio Ambiente.

RESPONSABILIDADE

SOCIOAMBIENTAL - A iniciativa da Corregedoria segue recomendações nº 11/2007 e 27/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que orientam sobre a inclusão de práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais de Justiça. No planejamento estratégico nacional, a Responsabilidade Socioambiental é considerada um “atributo de valor para a sociedade”.

**A AÇÃO TEVE
POR OBJETIVO O
IMPULSIONAMENTO DE
PROCESSOS RELATIVOS
AOS CRIMES AMBIENTAIS
NA JUSTIÇA ESTADUAL E
ESTÁ ALINHADA ÀS METAS
DO PODER JUDICIÁRIO
(2016/2020)**

I SEMANA DO MEIO AMBIENTE

CORREGEDORA PARTICIPA DO I SEMINÁRIO “JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE”



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da abertura do I Seminário “Justiça e Meio Ambiente”. O evento é uma iniciativa do Poder Judiciário do Maranhão, através da ESMAM, CGJ-MA, TJMA e demais parceiros. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha e o governador do Estado, Flávio Dino, também participaram do evento.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que o enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente, e que somente a união de esforços dos Poderes constituídos poderão resultar em ações positivas como a realização do Seminário “Justiça e Meio Ambiente” e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente. “Durante a Semana do Meio Ambiente, uma força tarefa do Judiciário priorizará o julgamento ou andamento de ações referentes a crimes diversos contra a fauna e a flora, poluição, agrotóxicos, saneamento, exploração mineral, entre outros”, pontuou a corregedora.

Durante a cerimônia o governador

Flávio Dino fez o lançamento do Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos. O governador destacou que os recursos do fundo - oriundos das multas estabelecidas pela Justiça nas ações promovidas pelo Ministério Público - serão destinados aos investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. O gerenciamento do fundo será incluído no Portal da Transparência do Estado. “Uma gestão participativa, compartilhada com os demais Poderes e a sociedade civil farão o gerenciamento do Fundo de Interesses Difusos e Coletivos”, ressaltou o governador.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, enfatizou as ações do Poder Judiciário maranhense como momento de conscientização para as questões de meio ambiente. Parabenizou toda a magistratura de 1º Grau em nome dos juízes presentes. O presidente parabenizou ainda os promotores de Justiça pelos trabalhos desenvolvidos que resultaram no seminário e na semana do meio ambiente.



O ENFRENTAMENTO DE QUESTÕES QUE ENVOLVEM A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DEVE SER FEITO CONJUNTAMENTE, E QUE SOMENTE A UNIÃO DE ESFORÇOS DOS PODERES CONSTITUÍDOS PODERÃO RESULTAR EM AÇÕES POSITIVAS COMO A QUE ACONTECE COM A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO “JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE” E SEMANA ESTADUAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO MEIO AMBIENTE.”

Aniles Cruz corregedora

SAÚDE MENTAL E DIREITO

CORREGEDORA PARTICIPA DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental e Direito, com o tema central “Construindo Interfaces, Concretizando Direitos”. O evento realizado no Fórum de São Luís foi promovido pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). A conferência é direcionada a magistrados e

servidores do Poder Judiciário e trabalhadores da área da saúde mental que integram a Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão. Além de palestras, mesas redondas e oficinas ministradas por especialistas com produção acadêmica na área da saúde mental e Justiça criminal foram realizadas. A terceira edição da Conferência Nacional de Saúde Mental congregou operadores jurídicos e médicos psiquiatras que buscam soluções conjuntas para as dificuldades práticas que envolvem as duas atividades.



SOLIDARIEDADE

CGJ DOA UMA TONELADA DE PAPEL EM BENEFÍCIO DO HOSPITAL ALDENORA BELLO

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Divisão de Controle e Gestão Documental (Arquivo), realizou a entrega de mais de uma tonelada de material reciclável ao projeto ECOCEMAR, promovido pela Companhia Energética do Maranhão. A renda dessa doação será abatida na conta de energia do Hospital Aldenora Bello, maior referência no tratamento do câncer no Maranhão.

De acordo com Maykon Nunes, Chefe da Divisão de Controle e Gestão Documental, os papéis rasgados e triturados, dispostos em 14 volumes de grande porte (caixas) foram separados para reciclagem junto à CEMAR. “Esses documentos são ofícios, memorandos, portarias e de outra natureza, confeccionados no período de 2011 a 2015 e que já se encontram disponíveis, anexados, nos processos administrativos no DIGIDOC para consulta, ocorrendo

dessa forma a duplicidade entre papéis físicos e digital”, ressaltou Maykon.

O projeto ECOCEMAR, criado em maio de 2011, consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica. Atualmente está presente nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Imperatriz. Além de organizar um programa de coleta seletiva de resíduos com valor de mercado, os objetivos do programa são: contribuir na preservação do meio ambiente; e oferecer alternativas para o pagamento das faturas. Clientes comerciais ou industriais não podem acumular descontos para sua própria conta de energia, mas podem doar o resíduo de seus processos e direcionar o bônus gerado para uma instituição beneficente ou para qualquer conta contrato residencial. No caso da Corregedoria Geral da Justiça a instituição foi o Hospital Aldenora Bello.



INÉDITO

CORREGEDORIA LANÇA A CENTRAL ÚNICA DOS CARTÓRIOS DO MARANHÃO

A Corregedoria Geral da Justiça lançou, no dia 17 de junho, a Central Única dos Cartórios do Maranhão durante o II Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado no Centro Administrativo do TJMA.

A Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), foi criada para centralizar as informações das serventias extrajudiciais do Maranhão, conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos Provimentos nº 46, 47 e 48, e Provimento nº 13/2016 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). A central disponibilizará os serviços de pesquisa eletrônica, certidões online, protocolo eletrônico e indisponibilidade de bens.

Para o juiz Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), que representou a corregedora Anildes Cruz no evento, a central dos cartórios é fruto de um esforço conjunto da Corregedoria com os cartórios do Maranhão, visando dispor às serventias os meios tecnológicos que possibilitem a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos usuários e a busca de informações, agilizando a solicitação de certidões e outros documentos gerados eletronicamente.

“Em janeiro a corregedora e sua equipe aceitaram o desafio de lançar a central dos cartórios com o objetivo de modernizar os serviços cartoriais do Maranhão, e hoje, graças ao modelo compartilhado de gestão adotado pela Corregedoria em parceria com notários e registradores, foi possível concretizar esse avanço com a chegada da central”, pontuou Gladiston Cutrim.

Na ocasião, a corregedora Anildes Cruz e o juiz Gladiston Cutrim foram homenageados com a concessão de uma placa em reconhecimento ao esforço e trabalho compartilhado junto à classe Notarial e Registral para a implantação da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados do Maranhão.

CENTRAL ÚNICA - Para a efetiva



prestação dos serviços e segurança dos dados transmitidos, a Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA) contratou a empresa especializada Light Tecnologia da Informação e criou a marca Cartórios Maranhão, responsável pela operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis no Estado do Maranhão, previsto pela Lei nº 11.977/2009, que impõe a integração das Serventias de Registro de Imóveis ao universo tecnológico de registro eletrônico. Assim, os usuários poderão apresentar títulos e documentos para registro mediante utilização da Cartórios Maranhão, com a comodidade das ferramentas digitais disponíveis, sem ter que se deslocar fisicamente ao cartório.

AValiação - Notários de todo o Maranhão prestigiaram o evento de lançamento da Central Única de Cartórios. Ana Lúcia, do Ofício Único da cidade de Jatobá, ressaltou que a Corregedoria e os registradores do Estado dão um grande passo para a modernização dos serviços dos cartórios, principalmente, no quesito regularização fundiária.

Para o substituto do 1º Ofício de São José de Ribamar, Clemilson Moura, a

implantação da Central dos Cartórios eliminará excessos burocráticos e agilizará procedimentos. Já para Henrique Vieira, escrevente e representante do titular do 1º Ofício de Paço do Lumiar, a Central de Cartórios dará maior agilidade no atendimento e a população será a maior beneficiada.

A CORREGEDORA ANILDES CRUZ E O JUIZ GLADISTON CUTRIM FORAM HOMENAGEADOS COM A CONCESSÃO DE UMA PLACA EM RECONHECIMENTO DO ESFORÇO E TRABALHO COMPARTILHADO JUNTO A CLASSE NOTARIAL E REGISTRAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS DO MARANHÃO.

CIDADANIA

3ª VARA DA FAMÍLIA DE SÃO LUÍS CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO NA VILA CASCAVEL



A 3ª Vara da Família de São Luís celebrou, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), casamento comunitário de 60 casais no bairro Vila Cascavel. O casamento solicitado pela Igreja Assembleia de Deus foi celebrado pelos juízes Joseane Correia Bezerra, titular da 3ª Vara da Família de São Luís, e André Ewerton Martins, titular da Comarca de Morros. O casamento ocorreu na Igreja Assembleia de Deus localizada na Vila Cascavel. Os casais lotaram o templo, local onde receberam as últimas instruções sobre a celebração e, assinaram, ao lado das testemunhas, o livro de registro.

A juíza Joseane Bezerra abriu a solenidade ressaltando a importância da regularização conjugal dos casais, muitos dos quais já vivem juntos por mais de uma década, destacando que o Poder Judiciário almeja alcançar os anseios da população que necessita desse direito, mas não tem condições financeiras de arcar com as despesas cartorárias.

“A partir dos casamentos que realizamos

no Fórum, as igrejas acabam solicitando casamentos comunitários, além daqueles realizados anualmente pela Corregedoria da Justiça do Maranhão”, ressaltou Joseane Bezerra.

Para o diácono da igreja, Clelson Alves, as expectativas foram alcançadas, pois conseguiram unir os 60 casais na forma da lei e gratuitamente. “A importância do projeto Casamentos Comunitários para a sociedade se traduz na realização de sonhos, como este que acontece para essas 120 pessoas e seus familiares nesta noite” concluiu o diácono.

A celebração do casamento foi a oportunidade para Carlos Henrique e Maria Cristina, juntos há 6 anos, com dois filhos, oficializarem a união perante a Justiça. Milena Alves e Edivaldo Silva, de 18 e 24 anos, respectivamente, também aproveitaram a oportunidade para casar após três anos de namoro.

Além dos juízes Joseane Bezerra e André Martins, os atos de celebração do casamento também tiveram a participação da juíza de paz, Ana Paula Carvalho.



A IMPORTÂNCIA DO PROJETO CASAMENTOS COMUNITÁRIOS PARA A SOCIEDADE SE TRADUZ NA REALIZAÇÃO DE SONHOS, COMO ESTE QUE ACONTECE PARA ESSAS 120 PESSOAS E SEUS FAMILIARES NESTA NOITE”

Clelson Alves diácono

I CELERIDADE PROCESSUAL

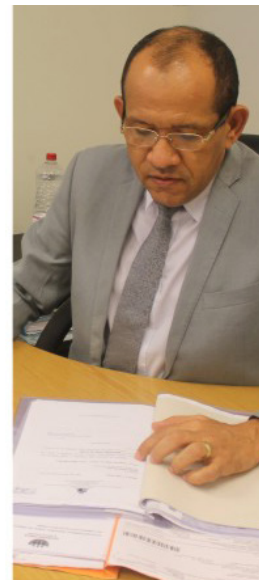
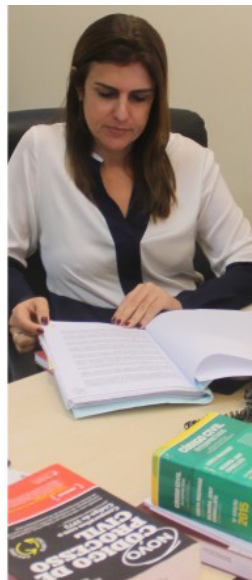
DADOS RETRATAM ATUAÇÃO DA COMISSÃO SENTENCIANTE NAS VARAS CÍVEIS DA CAPITAL

O trabalho da Comissão Sentenciante Itinerante, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), está contribuindo para maior celeridade e resolutividade nas demandas processuais da 2ª Vara Cível de São Luís. A comissão, composta por juízes auxiliares, recebeu, em um mês, 1.285 processos daquela vara e analisou 790, proferindo 500 sentenças, 31 despachos e 259 decisões. O objetivo é impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento, com a devida entrega da prestação jurisdicional à sociedade.

“Procuramos sanear o processo, resolvendo questões processuais pendentes. Nosso objetivo é proferir a sentença de mérito. Procuramos solucionar o litígio, dando uma resposta ao jurisdicionado”, afirmou o juiz Clésio Coelho Cunha, integrante da comissão. A próxima unidade a receber o apoio da comissão será a 3ª Vara Cível. Depois será a vez da 7ª Vara Cível da capital. Esse mesmo trabalho já foi realizado na 1ª Vara Cível, nos meses de março e abril deste ano, quando foram impulsionados 1.426 processos, dos quais 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças.

A escolha das unidades para receber o apoio da Comissão Sentenciante se dá após realização de diagnóstico da realidade da demanda judicial das Varas Cíveis da Comarca da Ilha de São Luís, considerando aquelas com maior taxa de congestionamento. Na definição das primeiras quatro varas eleitas foram levados em consideração a base de dados do acervo geral, processos conclusos (há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e taxa de congestionamento apresentados por meio de gráficos comparativos de dados quantitativos, dentre outros aspectos.

Clésio Coelho Cunha destacou a importância do apoio dado pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e pelo diretor do Fórum de São Luís e coordenador da Comissão Sentenciante, juiz Sebastião Bonfim, aos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. A corregedora Anildes revitalizou e deu



novo foco à comissão, criada na gestão anterior, além de disponibilizar assessores e uma equipe de servidores para compor comissão. O diretor do fórum, conforme destaca Clésio Coelho, vem dando todo o apoio necessário, contribuindo de forma significativa para os resultados alcançados pela comissão.

RECONHECIMENTO - Clésio Coelho Cunha afirmou que os resultados alcançados pela equipe têm sido destacados, principalmente por advogados e pelas partes. No início deste mês, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que “suas decisões são tecnicamente muito boas”, diz a manifestação. O juiz acrescentou, ainda, que há também uma boa receptividade por parte dos advogados. “E isso é muito importante, pois sem o advogado não se tem justiça”, acrescentou.

ATUAÇÃO - o trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante está alinhado ao Plano de Ação da atual gestão que pretende reduzir as taxas de congestio-

namento processual na Justiça de 1º grau. Sua atuação depende da anuência do magistrado titular da unidade jurisdicional ou de requerimento prévio, salvo quando determinado pela corregedora-geral de Justiça, por indicação de relatório correicional. Escolhida a unidade jurisdicional, uma equipe itinerante composta por magistrados e servidores vai até a unidade judicial para fazer uma inspeção. Há também reuniões prévias com os juízes titulares das unidades escolhidas para receber o trabalho da comissão.

A OUVIDORIA DO TJMA ENCAMINHOU À COMISSÃO SENTENCIANTE UM DOCUMENTO RECEBIDO NO SETOR, EM QUE UM MANIFESTANTE ELOGIA O TRABALHO DESEMPENHADO PELOS MAGISTRADOS DA COMISSÃO, ONDE ELE AFIRMA QUE “SUAS DECISÕES SÃO TECNICAMENTE MUITO BOAS”, DIZ A MANIFESTAÇÃO.

I METAS/CNJ

CORREGEDORIA DESTACA RESULTADOS POSITIVOS NOS JULGAMENTOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

A Corregedoria Geral da Justiça fez uma avaliação do cumprimento das metas de produtividades estabelecidas pelo Judiciário nacional e destacou aspectos positivos dentre os resultados obtidos no julgamento da demanda judicial em nível de primeiro grau nas comarcas do Estado, no primeiro semestre deste ano.

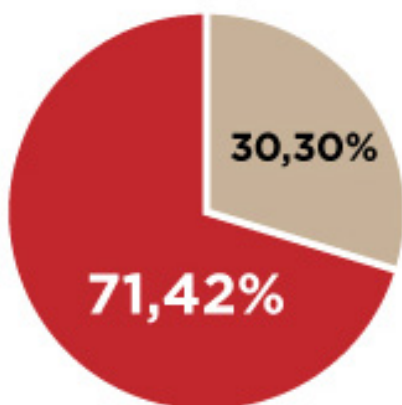
O comparativo de desempenho no período de janeiro a junho de 2015 e 2016, demonstrou pontos positivos decorrentes da proximidade do alcance das metas previstas para serem cumpridas até o final deste ano

META 1 julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, os percentuais foram positivos para o 1º grau comum (varas judiciais) com 63,05% de alcance da meta estipulada, 1,46% a mais de julgamentos em comparação ao mesmo período de 2015. Os Juizados Especiais julgaram 93,93%, superando em 2,74% o ano anterior, e as Turmas Recursais 92,48%, com acréscimo de 0,91%.

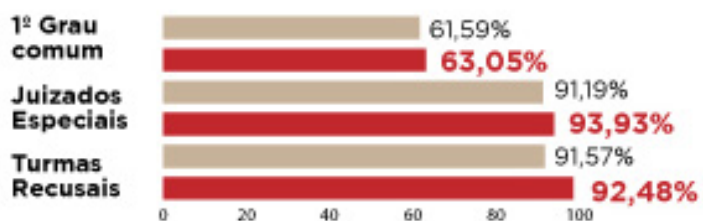
META 2 identificar e julgar, nos juizados especiais e turmas recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, os resultados positivos foram de 92,69% dos processos já julgados, que representam um crescimento de 1,34%, e 98,99% nas Turmas Recursais, perfazendo o resultado positivo de 3,07% a mais de ações julgadas.

META 4 identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas 31/12/2013, os juizados especiais criminais foram os responsáveis pelo saldo positivo: 41,12%.

Juizados Especiais Criminais META 4 (CNJ)



■ 2016 ■ 2015



MAR/2016/TJM



I CELERIDADE PROCESSUAL

CORREGEDORIA DISPONIBILIZA CARTILHA SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD

A Corregedoria disponibilizou a cartilha “Modelo de Processo Administrativo Disciplinar”, com informações úteis para o trabalho dos magistrados na apuração da responsabilidade disciplinar pela prática de infrações funcionais por servidores e delegatários de serventias extrajudiciais.

A publicação contém modelos de portarias de instalação de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD); ofícios; termos; certidões; intimações e informações referentes ao correto trâmite do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) - da instalação até a decisão final do processo.

O lançamento oficial da cartilha ocorreu em sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, no mês de junho, quando a corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz apresentou o

documento aos desembargadores. “Compartilhando ideias, decisões e informações como essas, é que iremos avançar rumo ao propósito maior que é a plena distribuição da Justiça”, explicou a corregedora.

A cartilha foi elaborada pela juíza Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelos serviços extrajudiciais e pelo assessor Lourival Ramos Júnior, com o auxílio de servidores da comunicação da Corregedoria e do TJ.

Segundo a juíza Sara Gama, a edição da cartilha foi motivada por pedidos dos juízes de direito sobre modelos de procedimentos que pudessem auxiliar o trabalho disciplinar dos magistrados. “A ideia é compilar peças de ordem prática, em forma de roteiro, para facilitar e agilizar a tramitação das atividades disciplinares”, explicou a auxiliar da Corregedoria.



Julho

Prosseguindo com as ações positivas em âmbito judicial e extrajudicial, a corregedora Anildes Cruz regulamentou a realização das audiências de custódia por meio do Provimento 11/2016, visitou os termos judiciários de Raposa, Paço do Lumiar e São José Ribamar, onde fiscalizou a realização dos serviços judiciais e conversou com juízes buscando estabelecer melhorias. Pelo Provimento 12/2016, descentralizou as competências do 1º e 2º Ofício de Imóveis, para melhorias administrativas, e criou uma equipe de servidores (presidida por juízes auxiliares) para inspeção em serventias extrajudiciais. Ainda em julho, efetivou mais uma etapa do projeto “Trocando Ideias”, com juízes de Direito em vitaliciamento na carreira. O projeto presta apoio e orientação para o exercício das atividades judicantes nas mais diversas áreas.

REGRAS

CGJ REGULAMENTA NOVOS PROCEDIMENTOS PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE PRESOS EM FLAGRANTE



A Corregedoria Geral da Justiça regulamentou os procedimentos para a realização das audiências de custódia para apresentação pessoal do preso em flagrante ao juiz no prazo de 48 horas, de acordo com a convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

O Provimento nº 11/2016, publicado no Diário da Justiça, assegura à pessoa presa em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva a apresentação à autoridade judicial para a realização da audiência de custódia e regulamenta esse procedimento nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e no interior do Estado.

Nas comarcas acima de 100 mil habitantes, as audiências de custódia serão realizadas em até 48 horas, após a comunicação da prisão em flagrante. Já nas comarcas com menos de 100 mil habitantes, a implantação da audiência de custódia ocorrerá de forma gradativa, conforme o índice populacional e as condições estruturais.

Depois de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, as comarcas de Timon,

Caxias, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia e Balsas são as que possuem mais habitantes.

Segundo a juíza corregedora Rosângela Prazeres, a regulamentação considerou a dificuldade encontrada pelos juízes das comarcas pequenas do interior em garantir a realização das audiências de custódia devido à estrutura dos órgãos integrantes dos sistemas de Justiça e segurança pública.

PRISÃO EM FLAGRANTE - Nos casos de prisão em flagrante ocorridos em São Luís, as audiências de custódia serão feitas pelos juízes da Central de Inquérito do fórum “Des. Sarney Costa”. Nos demais termos judiciais da região metropolitana - Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar -, as audiências de custódia serão realizadas pelos próprios juízes desses termos, nos dias úteis, durante o expediente forense.

Aos finais de semana e feriados, os autos de prisão em flagrante ocorridos nos termos judiciais de toda a Região Metropolitana serão recebidos no plantão judicial, junto à Central de Inquéritos de São Luís, para análise da regularidade

da prisão e realização da audiência de custódia.

Durante a realização da audiência, o juiz informará o autuado da possibilidade de não responder às perguntas que forem feitas e o entrevistará sobre a sua qualificação, condições pessoais, tais como estado civil, grau de alfabetização, meio de vida ou condições pessoais, como estado civil, grau de alfabetização, meios de vida ou profissão, local de residência, lugar onde exerce sua atividade, ainda, circunstâncias objetivas da sua prisão.

NAS COMARCAS
ACIMA DE 100
MIL HABITANTES,
AS AUDIÊNCIAS DE
CUSTÓDIA SERÃO
REALIZADAS EM ATÉ
48 HORAS, APÓS A
COMUNICAÇÃO DA
PRISÃO EM FLAGRANTE.

MELHORIAS

1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS

Na regulamentação das alterações da lei, a Corregedoria determinou a manutenção do acervo de livros e documentos do serviço registral da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís, quando da instalação da 3ª e 4ª zonas de registro de imóveis do mesmo município, desmembradas daquela serventia pela nova lei.

Determinou, ainda, a transferência imediata do acervo de livros e documentos

do serviço notarial do 1º Ofício inseridos no artigo 191 do CDOJ-MA, passando para as serventias extrajudiciais do 2º Ofício, tendo em vista a desacumulação das atribuições de tabelionato de notas.

As medidas da Corregedoria estão disciplinadas no **Provimento nº 12/2016**, assinado no dia 1º de julho deste ano pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e publicado no Diário da Justiça do dia 5 de julho.



FISCALIZAÇÃO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA REALIZA CORREIÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA



A Corregedoria cumpriu programação de correições ordinárias nas comarcas do interior do Estado, localizadas na Região Tocantina. Os trabalhos foram realizados nas comarcas de Amarante do Maranhão e Imperatriz.

Durante a atividade correicional dos serviços judiciais, a juíza auxiliar Rosângela Prazeres e o juiz gestor de Metas e Planejamento Estratégico, Gladiston

Cutrim, colheram informações junto aos advogados e partes sobre a atuação do juiz na unidade e orientaram os serviços forenses.

“Recebemos boas referências quanto ao trabalho desenvolvido na comarca”, informou a juíza Rosângela Prazeres.

O prédio que abriga o fórum está equipado com quantidade suficiente de aparelhos de informática, de modo

a atender a necessidade dos servidores e dos jurisdicionados, mas possui problemas estruturais, como rachaduras e infiltrações, o que influencia na segurança de todos, inclusive da população atendida na unidade. A equipe verificou também carência de servidores naquela vara única, que possui um déficit de três cargos vagos a serem providos por concurso público.

DIÁLOGO

COMITIVA DA OAB-MA DE AÇAILÂNDIA É RECEBIDA NA CORREGEDORIA

A corregedora Anildes Cruz recebeu representantes da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Açailândia, Stela Anicácio (presidente), Daniel Galvão (vice-presidente) e Waldelicy Gonçalves (secretária-geral). Eles apresentaram uma pauta de reivindicações para redução do congestionamento processual naquela comarca.

A corregedora ressaltou o esforço conjunto de toda a Corregedoria e juízes em busca de melhorias na prestação jurisdicional. “Diante da crise financeira, estamos buscando mecanismos que nos ajudem a melhorar a prestação jurisdicional na Justiça de 1º grau, área que mais sofre com a falta de juízes e servidores”, explicou a corregedora.

Stela Anicácio, presidente da Subseção, manifestou preocupação com a atual situação jurisdicional em Açailândia, ao mesmo tempo que compreende as limitações que o judiciário estadual enfrenta.

A desembargadora Anildes Cruz elogiou a intenção dos advogados em tentar solucionar os problemas de forma compartilhada, como está sendo trabalhado desde o início da sua gestão. A corregedora assegurou que vai encaminhar medidas para reduzir o índice de congestionamento processual na comarca. “Não descartamos acionar a Comissão Sentenciante Itinerante e a realizar



mutirões de conciliação e julgamentos para desafogar as unidades judiciais de Açailândia”, assegurou.

Participaram da reunião, os juízes auxiliares Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), Márcia Chaves (Juizados Especiais), Rosângela Prazeres (Correições

Judiciais) e Rosária Duarte (Serventias Judiciais). O juiz André Bezerra Ewerton Martins, recentemente promovido para a Comarca de Açailândia, durante sessão plenária do TJMA, também participou do ato.



CIDADE OLÍMPICA

ENCAMINHADA MEDIDAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Pelo menos 1500 famílias da Cidade Olímpica devem receber o título de propriedade dos imóveis nos próximos meses. O assunto foi debatido durante reunião presidida pela juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama - responsável pelas Serventias Extrajudiciais e com a juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital, Luzia Neponucena.

Segundo Luzia Neponucena, o bairro Cidade Olímpica foi ocupado há 19 anos, em uma área total de 270 hectares, adquirida posteriormente pela Companhia de Habitação Popular (COHAB), absolvida pela Empresa Maranhense de

Habitação - EMARPH. Esta, fez doação da área ao Estado do Maranhão, que a transformou em loteamento urbano em dezembro de 2003.

“Entretanto, os 9770 lotes para os quais foram abertas novas matrículas, permanecem como propriedade do Estado, o que jamais poderia acontecer, vez que o parcelamento em lotes já conferia a doação destes imóveis aos ocupantes ali identificados”, pontuou a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital. Duas cerimônias de entrega de títulos já ocorreram no 2º semestre de 2016 na Santa Efigênia.

ACOMPANHAMENTO

PROJETO 'TROCANDO IDEIAS' ORIENTA E APOIA JUÍZES EM VITALICIAMENTO

A Corregedoria efetivou mais uma etapa do projeto “Trocando Ideias”, que visa a dar suporte aos juízes de Direito em vitaliciamento na carreira. O projeto presta apoio e orientação para o exercício das atividades judicantes nas mais diversas áreas.

Nos encontros, realizados trimestralmente, os juízes em processo de vitaliciamento recebem orientação e acompanhamento. As atividades têm a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria e de convidados, que contribuem com o debate e esclarecimento das dúvidas existentes do tema escolhido pelos vitaliciandos.

Nessa edição do projeto o tema escolhido foi execução penal. Membros da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF/TJMA) apresentaram dados e abriram a discussão sobre temas como superlotação nas unidades prisionais, transferência de presos, emissão de cartas de guia, dentre outros. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, destacou a experiência da Unidade desde a sua criação até a atualidade, enfatizando aos vitaliciandos que eles devem pensar como juízes. “Nós somos juízes, e devemos agir como tais na aplicação da lei”.



AVANÇO

CRIADA EQUIPE DE SERVIDORES DA CGJ PARA INSPECIONAR AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A Corregedoria Geral da Justiça criou uma equipe de servidores, sob a presidência das juízas auxiliares da Corregedoria, Sara Gama, Rosângela Prazeres e Rosária Duarte, para conduzirem os trabalhos de inspeção de serventias extrajudiciais.

Por meio da Portaria nº 2253/2016, a desembargadora Anildes Cruz designou os servidores Acayene Lopes, Adriano

Braga, Arthur Neto, Andrea Coelho, Cláudio Bernardes, Eliana Ferreira, Germano Ribeiro, Jammson Almeida, Josmar Filho, Lourival Júnior, Priscilla Souza, Rita de Cássia de Nóvoa, Rafael Ribeiro, e Tânia Ramos.

INSPEÇÃO Durante os trabalhos de inspeção extraordinária não ficarão suspensos o atendimento ao público pelas

serventias extrajudiciais. Após o encerramento dos trabalhos de inspeção serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por serventia extrajudicial, das atividades e dos fatos que forem constatados durante sua realização.

Compete à corregedora Anildes Cruz, por deliberação própria, fiscalizar, em caráter geral e permanente os serviços extrajudiciais do Estado do Maranhão.

CGJ ITINERANTE

TERMOS JUDICIÁRIOS DE RAPOSA, PAÇO DO LUMIAR E RIBAMAR RECEBEM COMITIVA DA CORREGEDORIA



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, visitou os termos judiciários de Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, integrantes da Comarca da Ilha de São Luís. Durante as reuniões, os juízes diretores dos fóruns apresentaram demandas à corregedora.

No termo de Raposa, com um acervo de 1.842 processos; 978 estão concluídos ao juiz. Em 2016 já foram distribuídos 566 processos. O acervo total é de 4.513 ações judiciais. O termo processa e jul-

ga todas as matérias de competência da Justiça estadual, a exemplo de fazenda pública, juizados, Maria da Penha, família e crimes contra crianças e adolescentes.

Em Paço do Lumiar a corregedora Anildes Cruz foi recebida pela juíza Jaqueline Caracas, titular da 1ª Vara. Segundo a juíza, o principal problema da unidade judicial são as obras do prédio que abriga o fórum. O prolongamento das obras tem atrapalhado os serviços judiciais. “Estamos trabalhando em estrutura reduzida, fato que impossibilita

a melhoria da prestação jurisdicional no termo”, explicou a magistrada.

Em São José de Ribamar, termo judiciário com cinco Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal, a diretora do fórum, juíza Teresa Mendes, apresentou as instalações da unidade à corregedora. Teresa Mendes solicitou a abertura do Depósito e Arquivo Público para recebimento de bens apreendidos nos três termos integrantes da Comarca da Ilha. Segundo a juíza, até então, os espaços só acondicionam bens do termo de São Luís.

I TRANSPARÊNCIA

CGJ REALIZA AUDIÊNCIA E SORTEIA SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS VAGAS E NÃO INSTALADAS



Audiência foi convocada através do Edital n.º 4/2016, de 22 de julho, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha.

Participaram do ato os juízes auxiliares da CGJ, Sara Gama (serventias extrajudiciais) e Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), o diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, e o assessor jurídico do 2º Tabelionato de Protestos e Títulos da Capital, Juvêncio Costa Belfort.

Seguindo o estabelecido nas resoluções, as serventias - antes do sorteio - foram

agrupadas pelas datas de criação, da seguinte forma:

Grupo 1 – Serventias Extrajudiciais com data de vacância e criação em 30/11/2000;

Grupo 2 - Serventias Extrajudiciais com data de vacância em 13.04.2015 e criação em 10/11/1994;

Grupo 3 - Serventias Extrajudiciais com data de vacância em 13.10.2015 e criação em 10/11/1994;

Grupo 4 - Serventias Extrajudiciais com data de vacância e criação em 25/05/2016.

RESOLUÇÕES - a Resolução 27/2016,

que aprova o Regulamento do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão – Ingresso e Remoção, alterou a Resolução 28/2010. O documento estabelece em seu artigo 4º, § 2º, que “Quando vagas e criadas na mesma data, ou criadas na mesma data e ainda não instaladas, a ordem de que trata o caput deste artigo será estabelecida por sorteio, em audiência pública, presidida pelo corregedor-geral da Justiça e convocada com cinco dias de antecedência, por meio de edital, a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico”.

Agosto

Cumprindo meta prevista no Plano de Gestão, a corregedora Anildes Cruz vistoriou diversas comarcas do interior do Estado. Icatu, Morros, Rosário, Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita receberam a visita da desembargadora. No extrajudicial inovou, por meio dos Provimentos 18 e 19/2016 autorizou a intimação via edital digital de devedores; e a apresentação, por meio eletrônico, da Certidão da Dívida Ativa (CDA), visando ao protesto extrajudicial de dívida de contribuinte com a fazenda pública. Agosto ainda reservou espaço para a Corregedoria instituir, pelo Provimento 22/2016, a MPUe - Medida Protetiva de Urgência Eletrônica, que revolucionou o modo como as ocorrências de violência doméstica chegam à Justiça de 1º grau.

CGJ ITINERANTE

COMARCAS DE ICATU, MORROS E ROSÁRIO RECEBEM VISITA DA CORREGEDORA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, cumprindo ação prevista no Plano de Gestão para melhoria da Justiça de 1º Grau, com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual, visitou as comarcas de Icatu, Morros e Rosário, onde foram avaliados itens como a situação estrutural dos fóruns, demandas processuais e condições de trabalho de magistrados e servidores.

Acompanhada da juíza auxiliar CGJ, Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e do diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, a corregedora Anildes Cruz conversou com o juiz titular de Icatu, Karlos Alberto Mota, que também respondia pela comarca de Morros.

O magistrado apresentou um acervo de 3.503 processos, dos quais 2.564 em tramitação, 1.477 arquivados e 422 conclusos. Karlos Alberto expôs as rotinas do fórum, ressaltando as boas condições de trabalho, com quadro satisfatório de servidores, mas necessitando de analista judicial. A corregedora chamou atenção para cumprimento das rotinas de alimentação do sistema Themis, para aferição de produtividade, cujos dados são utilizados para promoção e remoção de magistrados.

No fórum de Morros, a corregedora foi recebida pelo secretário judicial da comarca, Emanuel Botelho. Nesta unidade a corregedora detectou alguns problemas estruturais no piso, luminárias, falhas elétricas, dentre outros. Diante da situação, Anildes Cruz determinou a produção de relatório e posterior envio ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

A juíza Rosângela Prazeres recomendou ao secretário a contagem manual dos processos para aferir se os números correspondem ao indicado no sistema Themis, com a atualização dos “status” e localização processual.

Em Rosário, a comitiva da Corregedoria foi recebida pelos juízes titulares Karine Castro (1ª Vara) e José Augusto Sá Leite (2ª Vara). Na unidade tramitam 4.262



processos, dos quais 2.174 na 1ª Vara e 2.088 na 2ª Vara. Os juízes apresentaram a estrutura predial do fórum, apontaram as reformas necessárias em razão de infiltrações e solicitaram equipamentos de informática para a melhoria dos trabalhos judiciais, dentre outras reivindicações.

Nos encontros, a corregedora-geral ratificou a parceria da CGJ na priorização dos julgamentos das ações judiciais, e conclamou os magistrados a participarem desse esforço conjunto. “Precisamos priorizar a celeridade processual e melhorar a prestação jurisdicional aos que buscam os serviços judiciais”, ressaltou a desembargadora Anildes Cruz.



PRECISAMOS PRIORIZAR A CELERIDADE PROCESSUAL E MELHORAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL AOS QUE BUSCAM OS SERVIÇOS JUDICIAIS”;

Anildes Cruz desembargadora

EM UMA SEMANA

CORREGEDORA VISITOU OITO COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO



Corregedora Anildes Cruz iniciou visitas pela comarca de Caxias. Participou de seminário promovido pela Esmam

No período de 16 a 19 de agosto a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, visitou oito comarcas do interior do Estado. Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita, foram as primeiras unidades judiciais a receber a visita da corregedora, que busca acompanhar o desempenho da Justiça de 1º grau, dialogando com juízes e servidores em busca da melhoria na prestação jurisdicional.

Nas visitas, a corregedora encontrou, dentre outros, problemas como a falta de servidores, insuficiência de mobiliário para comportar a demanda processual, aparelhos de ar-condicionado sem manutenção e outros esperando instalação há mais de um ano, e até a necessidade de alugar um outro prédio para funcionamento do fórum, como é o caso da comarca de Timbiras.

Para as questões de trâmite administrativo de competência da Corregedoria

Geral da Justiça (CGJ-MA), os pedidos aos setores responsáveis foram encaminhados imediatamente; os problemas de ordem macro foram inseridos em relatório entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária do TJMA, sugerindo a resolução de forma compartilhada.

Nas visitas são vistoriadas as condições estruturais dos fóruns, mobiliário, equipamentos, números de servidores, entre outros. A corregedora adentra as secretarias judiciais, conhece as metodologias de trabalho, os problemas, as reivindicações, dialoga e alerta os juízes acerca do cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Para a desembargadora, é preciso ir além dos relatórios mensais que a Corregedoria recebe, e conhecer de perto a realidade vivida nos fóruns para efetivamente melhorar a Justiça de 1º grau.



PROBLEMAS EXISTEM, ASSIM COMO AS BOAS PRÁTICAS QUE ALMEJAM A MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, POR ISSO, PRECISAMOS CORRIGIR OS ERROS E APOIAR AS INICIATIVAS QUE FORTALECEM O PODER JUDICIÁRIO JUNTO À SOCIEDADE”

Anildes Cruz desembargadora

EM CAXIAS

CORREGEDORA ANILDES CRUZ CUMPRIU EXTENSA AGENDA DE COMPROMISSOS E REUNIÕES



Em visita à Caxias, a corregedora Anildes Cruz cumpriu extensa agenda de compromissos e reuniões. A desembargadora participou do III Seminário de Atualização Jurídica promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM); vistoriou os serviços judiciais do Fórum Des. Artur Almada Lima; as correções ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria; e no final da visita, reuniu com os juizes da comarca para tratar de assuntos jurisdicionais.

Durante a vistoria realizada no fórum local, a desembargadora foi recebida pelos juizes Sidarta Gautama (titular da 1ª Vara e Diretor do Fórum) e Marcela Lobo (titular da 5ª Vara).

Os magistrados apresentaram as instalações e a estrutura do fórum. Rachaduras atingem diversas áreas do prédio (piso, paredes e vidraças), mas segundo o Juiz Diretor, vistoria já realizada pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça atesta que são superficiais e não há perigo de desabamento. Por falta de manutenção, elevadores estavam parados há mais de um ano, comprometendo a acessibilidade às varas que estão localizadas no piso superior do fórum. Outro problema, segundo os magistrados, é a falta de isolamento acústico das salas de audiências, fato que compromete o sigilo dos atos.

A corregedora determinou a produção de relatório com anotação de todas as problemáticas encontradas e reivindicações realizadas pelos magistrados, documento que a desembargadora entregou ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, requerendo o encaminhamento das melhorias.

REUNIÃO - No final do dia, a corregedora Anildes Cruz, acompanhada de sua equipe de assessores e juizes auxiliares, reuniu-se com todos os magistrados da comarca para uma conversa e apresentação das ações que a Corregedoria desenvolve nos últimos meses.

Os juizes Sidarta Gautama Farias Maranhão (1ª Vara), Anderson Sobral de Azevedo (2ª Vara), Paulo Afonso Vieira Gomes (3ª Vara), Antonio Manoel Araújo Velozo (4ª Vara), Marcela Santa Lobo (5ª Vara), e João Pereira Neto, do Juizado Especial Cível e Criminal, participaram do encontro.

Entre os diversos temas abordados, os juizes direcionaram suas preocupações para a questão da realização das audiências de custódia e a escolta de presos para as audiências criminais. Sidarta Gautama disse que só há uma viatura da polícia para atender a demanda em Caxias. Segundo os magistrados, a Unidade Prisional de

Ressocialização (UPR) está no limite e sem capacidade para abrigar mais presos, além da falta constante de policiamento no local (agentes penitenciários).

A corregedora enfatizou a importância dos magistrados, na impossibilidade de realizarem as audiências de custódia por motivos alheios ao Poder Judiciário, justificarem por escrito em suas decisões.

A juíza auxiliar, Rosângela Prazeres, ressaltou que no processo de elaboração do Provimento n.º 11/2016, que regulamenta a realização das audiências de custódia por determinação da Resolução n.º 213 do CNJ, a Corregedoria oportunizou através de reuniões e prazos a sugestão e participação de todas as instituições envolvidas, inclusive o Poder Executivo através das Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária. “Todo o trabalho desenvolvido pela Corregedoria em relação às audiências de custódia são de pleno conhecimento do CNJ, a nossa realidade e dificuldades inclusive”, explicou a juíza.

O juiz Gladiston Cutrim entregou aos magistrados relatório das metas do CNJ contendo as taxas de congestionamento de cada unidade judicial, e lembrou aos colegas a importância do acompanhamento dos números e cumprimento das metas estipuladas.

BOAS PRÁTICAS

CORREGEDORA CONHECE TRABALHO JUDICIAL EM COELHO NETO



Em visita realizada dia 17 de agosto, à Comarca de Coelho Neto, a corregedora Anildes Cruz conheceu a metodologia de trabalho desenvolvida na unidade. A juíza Raquel Araújo de Menezes, titular da 1ª Vara, recebeu a corregedora e apresentou toda a estrutura do Poder Judiciário na cidade.

Durante a reunião, a juíza pontuou dados da prestação jurisdicional da 1ª Vara, destacando que nos últimos três anos as duas unidades (1ª e 2ª Varas) têm cumprido as metas e sendo reconhecidas com a Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ). O relatório de atividades do ano de 2015, objeto de apresentação em audiência pública para a sociedade coelho-netense, e os dados de produtividade do período de janeiro a agosto desse ano, também constaram na exposição da juíza.

“Em 2015 tivemos um crescimento de 32,52% de produtividade na realização das audiências em comparação à 2014, conseguindo diminuir o acervo processual em 62,69%, baixando a quantidade de 2402 processos para 1506 ações”, declarou Raquel de Menezes.

Segundo a juíza, o trabalho desenvolvido de forma alinhada com os servidores, resultou em um índice de 112% de operosidade na 1ª Vara em de 2015. Em 2016, apesar da demanda crescente, com a distribuição mensal média de 250 processos, a unidade tem conseguido manter o nível de produtividade, mesmo diante de algumas dificuldades.

“Em 2016 já alcançamos as metas 4 e 6

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); estamos focados em atingir a meta 1, que é um desafio diante da crescente distribuição processual”, finalizou a juíza Raquel de Menezes.

Ainda na apresentação, a magistrada ressaltou os projetos sociais que estão sendo desenvolvidos na comarca. “Justiça e Cidadania - Porque Fazer o Bem Faz Bem” tem por objetivo aproximar o Poder Judiciário da comunidade local mediante a realização de palestras acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, e incentivar a realização da cidadania na sociedade local por meio de doações para os beneficiários do projeto.

“Cartilha da Justiça” visa alcançar os estudantes da rede municipal de ensino dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha. Produzida pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMA, a Cartilha da Justiça visa promover o contato direto entre estudantes e professores do ensino fundamental com o Poder Judiciário, possibilitando um acesso mais fácil às noções de cidadania e de justiça. Por meio de ilustrações com histórias em quadrinhos, a Cartilha aborda temas diversos, como a separação dos poderes, atribuições dos magistrados, promotores, polícia, advogados e defensores públicos. Conciliação, ativismo judicial e meio ambiente também são abordados na publicação.

A corregedora Anildes Cruz fez diversos elogios ao trabalho e resultados obtidos nas duas varas. A desembargadora afirmou que a magistrada Raquel de

Menezes honra e dignifica a magistratura do Maranhão, se referindo ao empenho constante na melhoria da prestação jurisdicional, e no afincamento e determinação na implementação de projetos sociais que ajudam a sociedade de Coelho Neto e dos demais termos judiciários à promoção da cidadania.

“As magistradas da 1ª e 2ª Varas, bem como todos os servidores do fórum estão de parabéns pelo trabalho desenvolvido, siga viagem na certeza de que os jurisdicionados dos termos estão bem servidos de Justiça”, finalizou a corregedora Anildes Cruz.

PEDIDOS - a juíza Raquel de Menezes apresentou à corregedora e sua equipe de assessores, algumas reivindicações, para a melhoria do trabalho desenvolvido. A disponibilização de policial militar para o fórum; a climatização das áreas internas do prédio, em especial o corredor que serve de espera para as audiências; a troca do disjuntor de energia, para dar fim às oscilações elétricas que atingem o fórum; e a cobertura da garagem.

A corregedora informou que vai cobrar do Poder Executivo através da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária, a regularização dessa situação, que segundo a desembargadora é inadmissível. Quanto aos pleitos administrativos, eles constaram de relatório com pedido formal entregue durante sessão plenária ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

PAZ EM CASA

CORREGEDORA PRESENTE À V SEMANA 'JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA' EM COROATÁ



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou, em Coroatá, das atividades que integraram a V Semana “Justiça pela Paz em Casa”.

O evento organizado pelos juízes Josane Braga (1ª Vara) e Francisco Ferreira (2ª Vara), foi aberto com debates, dinâmicas e palestras sobre autoestima e tipos de violência com as psicólogas Vilma Buna e Marluce Viégas. Também foram repassadas, por profissionais da saúde, informações e orientações de prevenção às mulheres; realizados testes de glicemia, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV, vacinas, entre outros.

A corregedora Anildes Cruz saudou o público presente ressaltando o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) no combate à violência contra a mulher. “Ações que fortalecem a rede de proteção da mulher e promovidas pela Justiça de 1º grau, a exemplo do que acontece em Coroatá, têm o nosso total apoio”, afirmou a desembargadora.

Além das ações preventivas e de orientação, as mulheres tiveram espaço para momentos de cuidados com a beleza e

autoestima. Um estúdio de maquiagem foi montado para atender o público presente. A corregedora Anildes Cruz fez a entrega de brindes às estudantes sorteadas.

De acordo com a juíza Josane Braga, o evento é o primeiro de muitos que acontecerão na comarca. “O Poder Judiciário precisa levar informação e orientação à sociedade como forma de proporcionar às mulheres, o exercício dos seus direitos como cidadãs”, declarou a magistrada.

O juiz Francisco Ferreira disse que o evento realizado pela comarca através dos magistrados, servidores e com apoio de parceiros, alcançou o objetivo de mobilizar a sociedade e chamar a atenção da população para questão tão importante. Após a fala do juiz foi exibido o filme “A Preciosa”, inserido dentro da temática do evento.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Rosângela Prazeres (Correições Judiciais) e Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), e o diretor da Secretaria da CGJ, Gustavo Campos, acompanharam a corregedora nas visitas aos fóruns do interior do Estado.



AÇÕES QUE FORTALECEM A REDE DE PROTEÇÃO DA MULHER E PROMOVIDAS PELA JUSTIÇA DE 1º GRAU, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM COROATÁ, TÊM O NOSSO TOTAL APOIO”

Anildes Cruz desembargadora

I APAC COROATÁ

CORREGEDORA CONHECE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA AOS PRESOS

A corregedora Anildes Cruz visitou a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Coroatá. A corregedora conversou com membros da diretoria da instituição, recebeu informações sobre o funcionamento das atividades assistenciais e conheceu as instalações onde condenados participam das atividades de auxílio na recuperação e reintegração social enquanto cumprem penas privativas de liberdade.

A APAC de Coroatá fica localizada no bairro de Trizidela. Segundo informações da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, a APAC de Coroatá tem capacidade para 34 recuperandos, mas abriga, atualmente, 22 internos, que participam de atividades laborais como a produção e comercialização de redes de dormir.



Os juízes Rosângela Prazeres, auxiliar da CGJ-MA; e Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico; Josane Farias Braga (1ª vara), diretora do

fórum de Coroatá, e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara) e o diretor da secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, acompanharam a visita.



I INÉDITO

CORREGEDORA REALIZA ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM CANTANHEDE

Em visita realizada à comarca de Cantanhede, a corregedora Anildes Cruz prestou atendimento ao público, oportunidade em que conversou com uma jurisdicionada, a professora Maria da Piedade, demitida após 23 anos de serviços prestados à Prefeitura de Pira-pemas. “A professora deve juntar toda a documentação referente ao período trabalhado, inclusive os atos de nomeação e exoneração, e procurar um advogado para ajuizar uma ação judicial”, orientou a corregedora. Durante a visita, o juiz Francisco Eduardo Girão Braga apresentou as instalações da comarca. O magistrado, que atua há um ano na unidade, entregou relatório descritivo da situação anterior e atual, e os trabalhos desenvolvidos no período. “Apesar das dificuldades temos avançado, mesmo diante da crescente demanda de 150 processos/mês de distribuição”, explicou o juiz.



CELERIDADE

CORREGEDORIA ENCAMINHA INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS EM TIMON

Na comarca de Timon a corregedora Anildes Cruz conversou com os juízes Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes (1ª Cível), Susi Ponte de Almeida (2ª Cível), Rosa Maria da Silva Duarte (1ª Família), Simeão Pereira e Silva (2ª Família), Rogério Monteles da Costa (Juizado Especial Cível e Criminal), Josemilton Silva Barros (1ª Criminal e Diretor do Fórum) e Francisco Soares Reis Júnior (2ª Vara Criminal).

Os magistrados apresentaram toda a estrutura do Poder Judiciário em Timon, e solicitaram a implantação da central de mandados na comarca, com a inclusão do Juizado Especial Cível e Criminal no novo sistema. O funcionamento da central já foi autorizado há cerca de dois anos.

Os juízes foram informados que em decisão assinada pela corregedora, foi determinada a remessa do processo à Comissão de Assuntos Legislativos do



Tribunal de Justiça, para apreciação da minuta do projeto de lei complementar que cria o cargo de Chefe da Central de Mandados. “Temos interesse em melho-

rar os serviços judiciários de 1º grau, e a chegada desse setor otimizará os trabalhos em Timon”, ressaltou a corregedora Anildes Cruz.


DIÁLOGO

CORREGEDORIA OUVE SOLICITAÇÕES DOS JUÍZES DA COMARCA DE CODÓ

A comitiva da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) passou pela comarca de Codó no dia 18 de agosto, durante a semana de trabalho itinerante realizada pela corregedora Anildes Cruz e juízes auxiliares.

Em reunião no fórum, a corregedora discutiu os juízes Hóldice Barros (2ª vara) e Ailton Lima (3ª vara e diretor do fórum), sobre as necessidades da comarca. A principal delas, o reforço de mais dois técnicos e três auxiliares para atuar nas secretarias judiciais das três varas e do juizado locais, que atualmente atendem à demanda de 5.505 processos em andamento.

O juizado possui um acervo de 1.021 processos em tramitação, do total. O juiz da 3ª vara que respondia pela unidade, relatou dificuldade com a lentidão no sistema de processo judicial eletrônico PJE, que dificulta os despachos.



Os juízes solicitaram, além da nomeação de pessoal, providências para adquirir equipamento de som para o júri, sistema de monitoramento por câme-

ras para dar mais segurança ao fórum, serviço de manutenção do sistema de ar-condicionado, além de cursos para qualificação dos servidores.

I INOVAÇÃO I

CARTÓRIOS DE PROTESTO JÁ PODEM FAZER INTIMAÇÃO DIGITAL DE DEVEDOR DESCONHECIDO

Cartórios de protesto de títulos do Maranhão podem fazer a intimação via edital digital quando a pessoa indicada para quitar a dívida for desconhecida ou sua localização for incerta ou ignorada, ou, ainda, se houver recusa do pagamento.

A medida se aplica aos casos previstos na Lei nº 9.492/97 que regulamenta os serviços referentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida: se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.

A intimação por meio eletrônico deve seguir um modelo predefinido pela Corregedoria Geral da Justiça no **Provimento nº 18/2016**, assinado pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora geral da Justiça.

Ao assinar o documento, a corregedora considerou que “os tabelionatos de protesto de vários estados já adotam a publicação de seus editais em sítios eletrônicos, mantidos e custeados pelos tabeliães, com acesso gratuito às pessoas,



em qualquer parte do mundo”. Essa lei estabelece a possibilidade de intimação do devedor de título de crédito via edital, a adoção de sistemas informatizados em microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e outros meios de reprodução de documentos relacionados ao protesto de créditos e dispensa a conservação física desses documentos após a digitalização.

PORTAL DO PROTESTO – O edital eletrônico deverá ser publicado pelo tabelião no “Portal de Protesto” (www.protestoma.com.br) ou em endereço eletrônico da internet, na própria serventia e na imprensa local. A versão eletrônica do documento será publicada diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e estaduais.



I INOVAÇÃO II

CARTÓRIOS DE PROTESTO JÁ PODEM RECEBER CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA POR MEIO ELETRÔNICO

A Corregedoria Geral da Justiça autorizou os cartórios de protesto extrajudicial do Estado do Maranhão a apresentação, por meio eletrônico, da Certidão da Dívida Ativa (CDA), visando ao protesto extrajudicial de dívida de contribuinte com a fazenda pública.

Poderão ser apresentadas por via digital para protesto as CDAs emitidas pela União, Estados e Municípios, bem como autarquias e fundações. A apresentação pode ser no original ou por simples indicação do órgão competente

encaminhada por meio digital.

Quando for por indicação, o documento deverá constar, também, a declaração de que a dívida foi regularmente inscrita e o que o respectivo termo contém todos os requisitos exigidos por lei. Mas, em ambos os casos, o apresentante da CDA deve firmar declaração garantindo a origem e a integridade do documento digitalizado, bem como a posse da documentação digitalizada.

A decisão da desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça, por

meio do **Provimento de nº 19/2016**, considerou que as novas tecnologias permitem a prestação de serviços extrajudicial de maneira integrada, segura e célere, a partir da adoção de mecanismos de compartilhamento de dados digitalizados.

“A adoção de tais medidas representam considerável melhoria, em face da celeridade e da segurança demonstradas, da prestação dos serviços das serventias extrajudiciais”, assegurou a corregedora Anildes Cruz no provimento.

I FISCALIZAÇÃO I

CORREIÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL E TURMA RECURSAL DE CAXIAS

Centenas de processos no Juizado cível e criminal e da Turma Recursal de Caxias passaram por uma correção determinada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Tramitam no juizado caxiense 1.602 processos, dos quais cem foram revisados durante a correção extraordinária. Na Turma Recursal, o acervo em tramitação é de 554 processos, sendo parte deles submetidos à correção ordinária.

A corregedora Anildes Cruz, acompanhou pessoalmente os trabalhos da equipe responsável pela correção, presidida pela juíza coordenadora dos juizados especiais do Estado, Márcia Chaves, e auxiliada por servidores da Corregedoria deslocados para auxiliar nas atividades na comarca.

“No juizado, todos os processos ava-



liados na correção ordinária realizada pela Corregedoria em 2015 estão sendo reanalisados pela equipe correicional, dentre outros. Na turma recursal, vamos correccionar todos os processos. O que

nos interessa, na verdade, é avaliar o trabalho da secretaria, verificar o número de recursos julgados por sessão e se os julgadores julgam por tema único ou variados”, informou a coordenadora.



I FISCALIZAÇÃO II

CORREIÇÃO ORDINÁRIA EM UNIDADES DE JUSTIÇA COMUM EM CAXIAS

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhou em Caxias a realização de correção ordinária na comarca, presidida pela juíza corregedora Rosária Duarte, no período de 15 a 19 de agosto, com o apoio de uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Foram analisados, em média, 70 processos em cada uma das quatro varas correccionadas.

Segundo a juíza corregedora, os trabalhos foram realizados com “tranquilidade”, e dentro do prazo estabelecido pela Corregedoria.

A comarca de Caxias possui cinco varas da Justiça comum, 1 turma recursal e 1 juizado especial. Segundo o diretor do fórum, juiz Sidarta Gautama, somente na 1ª vara, 65% dos 13 mil processos em tramitação são de execução fiscal.



AVANÇO

COMISSÃO SENTENCIANTE DA CORREGEDORIA APRESENTA RESULTADOS POSITIVOS

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, conheceu os dados positivos resultantes do trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) nas Varas Cíveis da capital. A CSI foi reformulada com o objetivo estratégico de impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento. Os juízes Lorena de Sales Rodrigues Brandão, Gustavo Henrique Silva Medeiros e Clésio Coelho Cunha, integrantes da CSI, apresentaram a metodologia aplicada e gráficos comparativos do trabalho realizado.

Na 1ª Vara Cível, em que a CSI atuou nos meses de março e abril, foram impulsionados 1.426 processos, com 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças. Já na 2ª Vara Cível, através dos trabalhos realizados em junho e julho, foram analisados 1.295 processos, sendo 793 sentenças, 63 decisões e 439 despachos.

Em agosto a Comissão Sentenciante Itinerante atuou na 3ª Vara Cível, que



possuía um acervo total de 6.139 processos, sendo 4.098 conclusos para despacho. Destes, 2.453 processos estavam conclusos há mais de cem dias. Cerca de 80% desta demanda foi analisada pela comissão.

A corregedora parabenizou todos os

membros da Comissão, juízes e servidores, pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses. “O trabalho da CSI representa a busca pela duração razoável do processo e da prestação jurisdicional eficaz”, declarou a corregedora.



EXECUÇÃO PENAL

CORREGEDORIA PARTICIPA DE VISTORIA DO COPEN NA UPR DE ITAPECURU-MIRIM

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, e membro do Conselho Penitenciário do Maranhão (COPEN), participou de inspeção realizada na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim (UPR), no dia 4 de agosto.

Durante a visita da comitiva do COPEN, as condições da estrutura física da prisão foram avaliadas e os presos, entrevistados. As autoridades do sistema de segurança e Justiça percorreram as instalações administrativas e carcerárias

da prisão e levantaram informações sobre a assistência aos internos.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, a estrutura física da UPR precisa ser ampliada para dar lugar a mais celas, tendo em vista que boa parte das instalações são ocupadas pelas atividades administrativas. De outro lado, o magistrado destacou como aspecto positivo a inclusão dos internos em programa educativo pelo sistema EJA – Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a prefeitura local, e a regularidade do atendimento de enfermagem.



I MENSAGEM

PRIMEIRA TURMA DE JUÍZES EM VITALICIAMENTO COMPLETA UM ANO DE MAGISTRATURA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, se manifestou no dia 8 de agosto sobre a passagem de um ano de atuação dos 30 novos juízes, empossados em 07 de agosto de 2015. A corregedora ressaltou que o trabalho dos novos magistrados têm sido fundamental para a melhoria da prestação jurisdicional nas comarcas do interior do Maranhão.

Segundo a desembargadora, o desejo de ver os novos magistrados praticando a judicatura com vontade, zelo, isenção, com verdadeiro senso de Justiça e a elevada responsabilidade profissional, se reflete nas ações desenvolvidas pela Corregedoria na atual gestão. “O projeto “Trocando Ideias” é um exemplo de ação com o objetivo de contribuir na formação dos magistrados em processo de vitaliciamento e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional”, ressaltou a corregedora.

Nos encontros, realizados trimestralmente, os juízes recebem orientação e



acompanhamento. As atividades têm a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria e de convidados, que contribuem com o debate e esclarecimento das dúvidas existentes e dos temas sugeridos pelos vitaliciandos.

A desembargadora Anildes Cruz parabenizou os juízes em vitaliciamento pelo empenho e dedicação. “Reafirmamos o compromisso de zelar por melhores condições de trabalho e valorização da Justiça de 1º grau”, finalizou a corregedora.



I PROTEÇÃO À MULHER

X JORNADA LEI MARIA DA PENHA NO STF

O evento foi promovido pela coordenação do Movimento Permanente pelo Combate à Violência Doméstica e Familiar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Participaram do evento a juíza Rosângela Prazeres, indicada pelo TJMA, a juíza Sônia Amaral, indicada pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), e a desembargadora Ângela Salazar, coordenadora estadual da mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão. “O diálogo na rede de proteção e de atendimento à mulher”, tendo a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, como moderadora foi um dos assuntos mais debatidos do evento. Oficinas com o tema “Efetividade no cumprimento das medidas protetivas de urgência” também movimentaram o encontro.





BRASÍLIA-DF

72º ENCONTRO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DA JUSTIÇA / ENCOGE



O 72º ENCOGE – Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça aconteceu em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto. O encontro abordou a temática “Os Impactos do Novo Código de Processo Civil e as Corregedorias-Gerais da Justiça: tendências e resoluções”. A corregedora Anildes Cruz, participou do encontro acompanhada da juíza auxiliar, Rosária Duarte e do diretor geral da CGJ-MA,

Gustavo Campos. “Os tribunais não podem ser ilhas isoladas, mas devem constituir-se em arquipélago em prol do bom funcionamento - jurisdicional e administrativo - e de ações otimizadas”, disse a ministra Nancy Andrichi, então corregedora nacional da Justiça, em mensagem dirigida aos participantes.

Dentre outros temas, os participantes discutiram a “Regulamentação das mo-

dificações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil: Atos Normativos do CNJ”; “Regulamentação das Modificações do Novo Código de Processo Civil pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados”; “Os impactos do Novo Código de Processo Civil no foro extrajudicial: reflexos na normatização administrativa”, e “As corregedorias-gerais da Justiça e a unificação do sistema de execução penal”.



SISTEMA PRISIONAL

MUTIRÃO ANALISA SITUAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS DA UNIDADE PRISIONAL DE ITAPECURU-MIRIM

A situação processual dos presos da Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim (UPR) foi analisada por um grupo de juízes em mutirão realizado de 3 a 5 de agosto. Ao final dos trabalhos, 26 presos provisórios foram liberados após a regularização do processo, e um dos condenados vai cumprir a pena em regime aberto.

A UPR de Itapecuru tem capacidade para apenas 90 presos mas abrigava 157 internos com problemas de “superlotação, tentativa de fugas, mortes e rebeliões”, segundo constatou o Judiciário. Do total de internos da UPR, 133 estavam

presos provisoriamente e 24 cumpriam pena - vinte em regime fechado e quatro no semiaberto.

O mutirão reuniu 120 processos de presos das comarcas do polo de Itapecuru, que inclui, além da sede, Miranda, Anajatuba, Cantanhede, Pirapemas, Presidente Vargas, Nina Rodrigues e Vargem Grande. Durante os trabalhos os juízes analisaram situações como excesso de prazo da prisão e aplicação de medidas cautelares relacionadas aos presos provisórios, e recebimento de guias de execução e progressão de regime dos presos definitivos que já cumprem a pena.

O mutirão foi realizado pelo Grupo de

Análise de Presos Provisórios (GAPP), criado pela parceria da Corregedoria Geral da Justiça e Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF) e formado pelos juízes Tereza Palhares (1ª Vara de Pinheiro) – coordenadora, Rodrigo Nina (Santa Luzia do Paurá) e Mirella Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim). Os promotores de Justiça Carla Alencar, Flávia Silva e Tiago Carvalho também participaram do mutirão, atuando pelo Ministério Público estadual. Pela Defensoria Pública atuaram Giovana Leite, Thiago Amin, Bruno Santos, Marcus Monteiro e Victor de Assis.

REPERCUSSÃO

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA CGJ – 2016.1

A corregedora Anildes Cruz apresentou durante o 72º Encoge, o Relatório Semestral de Atividades da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), 2016/1.

Durante o encontro, a corregedora Anildes Cruz entregou cópia do relatório à ministra Nancy Andrighi. Na oportunidade, parabenizou a corregedora nacional pela exitosa e marcante gestão. “A vossa passagem pela Corregedoria Nacional estabelece um marco nas relações institucionais entre as Corregedorias estaduais, e nos deixa um legado positivo de ações”, disse Anildes Cruz.

A presidente do CCOGE, desembargadora Maria Erotides Kneip, da Corregedoria-Geral de Mato Grosso, também recebeu um exemplar do relatório das mãos da corregedora Anildes Cruz, que ressaltou o trabalho e empenho da presidente na realização das duas últimas edições do Encoge, a 71ª em Cuiabá, e a 72ª em Brasília-DF.

Constam na publicação todos os doze Provimentos editados pela corregedora no primeiro semestre, e destacadas as principais ações da gestão e das coordenações que integram a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e todo o trabalho desenvolvido pelo órgão nos primeiros seis meses de sua gestão.

ABERTURA - Na abertura do evento a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, fez o discurso em tom de despedida dos trabalhos realizados à frente do órgão do Conselho Nacional de Justiça. Ela realizou um rápido balanço citando dados e pontuando, por exemplo, as mais de 20 mil decisões e despachos proferidos, 11 mil processos arquivados; mutirões nas Justiças estaduais que recolheram aos cofres públicos a ordem de 5 bilhões, dos quais 1 bilhão somente no Distrito Federal, dentre outras ações positivas. Nancy Andrighi finalizou apresentando o ministro João Otávio Noronha, que a sucedeu no cargo a partir do dia 24 de agosto.



I MODERNIZAÇÃO

CORREGEDORA INSTITUI A MPUE - MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA ELETRÔNICA

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, instituiu, no dia 15 de agosto, o projeto “Medida Protetiva de Urgência Eletrônica”, durante solenidade de lançamento da “V Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa”, no Tribunal de Justiça. A medida vai agilizar o conhecimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher entre as autoridades do sistema de Justiça e segurança pública.

Conforme o **Provimento nº 22/2016**, assinado pela corregedora Anildes Cruz, o requerimento da MPUE poderá ser enviado eletronicamente pelo requerente, via Malote Digital, e encaminhado diretamente à secretaria judicial das unidades especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher de São Luís e Imperatriz.

Durante a solenidade, as instituições participantes – Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança do Estado - assinaram com o Tribunal de Justiça do Maranhão o Termo de Cooperação Técnica que viabiliza a adequação do projeto ao sistema Hermes (Malote Digital) do TJMA.

Segundo a corregedora, a ferramenta vai contribuir no combate à violência contra as mulheres, agilizando as medidas protetivas e benefícios das vítimas. “Através do Malote Digital será possível



garantir as medidas em menos tempo e aumentar a proteção das vítimas”, avaliou.

O requerimento deve estar acompanhado da versão digitalizada e assinada do registro da ocorrência e o termo com pedido de concessão de medida protetiva especializada, da identificação, endereço e contato da vítima e do agressor.

PRIORIDADE - A MPUE terá prioridade diante dos demais atos, devendo ser apreciada pelo magistrado competente no prazo máximo de até 48 horas, e a decisão judicial comunicada à autoridade policial, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, em 24 horas.

O REQUERIMENTO DEVE ESTAR ACOMPANHADO DA VERSÃO DIGITALIZADA E ASSINADA DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA E O TERMO COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA PROTETIVA ESPECIALIZADA, DA IDENTIFICAÇÃO, ENDEREÇO E CONTATO DA VÍTIMA E DO AGRESSOR.



I “MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”

CORREGEDORA RECONHECE TRABALHO DE JUÍZES

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou do encerramento dos debates sobre o combate à corrupção da IV Semana de Valorização da Magistratura, promovida pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís.

A desembargadora enalteceu a iniciativa dos 54 juízes homenageados na solenidade pela participação no “Movimento Maranhão contra a Corrupção”,

durante o qual foram movimentados mais de 1.500 processos e prolatadas 216 sentenças. “A demanda daqueles que batem à porta do Poder Judiciário é um constante desafio para a magistratura. E nesse universo de juízes e juízas, temos aqueles que vislumbram além dos processos decididos diariamente e se entregam a projetos como o Movimento Maranhão contra a Corrupção”, destacou a magistrada.

I CAPACITAÇÃO

CURSO 'INSPEÇÕES EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS' PARA JUÍZES VITALÍCIOS



A corregedora Anildes Cruz participou do curso 'Inspeções em Serventias Extrajudiciais' promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), a pedido da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e destinado aos juízes vitalícios. A juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, acompanhou a desembargadora. O curso objetiva dar suporte aos magistrados maranhenses nas atividades de fiscalização

das serventias extrajudiciais.

Ricardo Henry Marques Dip, desembargador do TJSP, e Daniel Lago Rodrigues mestre em Direito, diretor da Associação de Notários e Registradores e da Associação de Titulares de Cartórios de São Paulo, e Fátima Cristina Ranaldo Caldeira, bacharel em Direito, titular de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Sede da comarca de Americana (SP), foram os palestrantes

do evento. A corregedora conversou com os juízes e discorreu sobre a importância das serventias extrajudiciais na segurança jurídica dos atos judiciais. "O correto exercício das atividades extrajudiciais tem reflexos diretos na jurisdição, podendo, por exemplo, reduzir a quantidade de ações judiciais por meio da resolução administrativa de diversas demandas requeridas pela população", afirmou a corregedora.



I GESTÃO COMPARTILHADA

CORREGEDORA DA JUSTIÇA REÚNE COM JUÍZES DE COROATÁ

Durante reunião de trabalho com os juízes, a corregedora Anildes Cruz tomou conhecimento das instalações do fórum e da regularidade da prestação jurisdicional em geral.

Durante a reunião, os juízes Josane Farias Braga (1ª vara), diretora do fórum, e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara) relataram as dificuldades encontradas, fizeram sugestões e solicitações com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços forenses nas duas varas judiciais, onde tramitam 10.223 processos.

UPR – a juíza da 1ª vara relatou a existência de grande número de presos de outras

regiões que se encontram na Unidade Prisional de Ressocialização de Coroatá, instalada na cidade em 2014 e solicitou à corregedora a instalação de uma vara especializada em execução penal, diante da crescente demanda de processos dessa natureza que tramitam naquela comarca. O volume de cartas precatórias criminais, pelas quais juízes de outras jurisdições solicitam atos processuais e diligências para serem cumpridas em Coroatá, têm aumentado a cada ano e hoje correspondem a 45,71% dos processos criminais distribuídos até agosto de 2016.

Para reduzir a demanda, os juízes

propuseram a assinatura de um termo de acordo entre a Corregedoria Geral da Justiça e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), no sentido de regularizar a transferência de internos e também solicitaram a instalação da comarca de Peritoró.

As solicitações dos magistrados foram discutidas com a participação dos juízes Rosângela Prazeres, auxiliar da Corregedoria, e Gladiston Cutrim, coordenador de planejamento estratégico, e anotadas pelo diretor Gustavo Campos, para serem encaminhadas junto ao Tribunal de Justiça pela CGJ-MA.

I POSSE

CORREGEDORA PRESTIGIA POSSE DO NOVO CORREGEDOR DO CNJ

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça do Maranhão, participou no dia 24 de agosto, em Brasília (DF), da posse do ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no cargo de corregedor nacional de Justiça, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Noronha foi indicado para o cargo por aclamação, pelo Pleno do STJ, para o biênio 2016-2018, em substituição à corregedora, ministra Nancy Andrichi. A indicação do ministro foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal no dia 22 de junho.



I REINCLUSÃO

CORREGEDORIA PARTICIPA DA SOLENIDADE DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE CONDENADOS

A Corregedoria Geral da Justiça participou, no centro administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão, da cerimônia de Livramento Condicional de presos que tem por objetivo orientar os apenados quanto aos seus direitos e deveres, no período em que estiverem no cumprimento de suas penas, em liberdade.

A solenidade, prevista no artigo 137 da Lei de Execução Penal (LEP), foi organizada pelo Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão (COPEN), com o apoio da CGJ e da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA. Durante a solenidade, os apenados e seus familiares foram orientados sobre essa nova etapa no processo de execução da pena. O presidente do Conselho Penitenciário, Gerson Lelis, ressaltou a importância da cerimônia para esclarecer e informar todos os direitos e deveres dos apenados.

O juiz Gladiston Cutrim destacou o compromisso da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em acompanhar mais de perto a execu-



ção penal do nosso Estado, ressaltando a importância do instituto do livramento condicional como porta de entrada para

que o egresso ultrapasse as barreiras do preconceito e retome o seu lugar na sociedade e até mesmo na sua família.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

CORREGEDORIA APRESENTA CUMPRIMENTO DE METAS DURANTE REUNIÃO DE AVALIAÇÃO

O juiz auxiliar Gladiston Cutrim (coordenador de Planejamento Estratégico), apresentou o cumprimento de metas exigidas pelo planejamento estratégico do Poder Judiciário do Maranhão e do CNJ, na II Reunião de Avaliação Estratégia (RAE) do TJMA, realizada no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), e presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha.

O representante da Corregedoria apresentou oito metas executadas pela Corregedoria, destacando os objetivos estratégicos e macrodesafios de cada meta, bem como a apresentação de vinte ações realizadas no âmbito da competência da Corregedoria, como a instituição da Central Única de Cartórios (Cartórios Maranhão); manutenção e ampliação do Projeto “Casamentos Comunitários”; reativação e modernização do Projeto “Jurado Voluntário”; instituição do Projeto “Construindo a Justiça”; efetivação da “Semana de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente” em todo o Estado, além de mutirões para agilização de processos,



destacando a mudança de foco da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI).

O juiz apresentou gráficos estatísticos com percentuais de cumprimento das metas sobre celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e ações planejadas para o próximo trimestre. “Implementar melhorias e aprimorar a gestão da Justiça têm sido o foco de trabalho da desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça. A

execução dessas metas passa pelo diálogo direto com juízes, servidores e entidades da sociedade civil organizada”, concluiu Gladiston Cutrim.

EQUIPE – Os técnicos Maycon Wendel Correa Silva (chefe da Divisão de Estatística da CGJ) e Eduardo Henrique (Assessoria de Informática da CGJ) acompanharam o juiz corregedor na reunião.

Setembro

Para facilitar, agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, a corregedora Anildes Cruz assinou Termo de Cooperação Técnica (que resultou na elaboração do Provimento 24/2016) para a utilização do sistema Hermes (Malote Digital), com o objetivo de dar cumprimento aos mandados no prazo máximo de 24h. A medida, já em vigor, utiliza as novas tecnologias disponíveis e muda - totalmente - a forma como o documento era cumprido desde que o Poder Judiciário foi criado, há 204 anos. A Corregedoria também implantou um projeto de revitalização da 1ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís, uma das mais antigas do Maranhão, com restauração do acervo, resgate histórico-cultural e da viabilidade econômica da serventia.

INTEGRAÇÃO

CGJ ASSINA COOPERAÇÃO PARA GARANTIR CELERIDADE NO CUMPRIMENTO DE ALVARÁS DE SOLTURA



Durante reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) - foi assinado Termo de Cooperação Técnica com a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/MA) e Delegacia Geral de Polícia Civil que tem por objeto a troca de informações entre as instituições para facilitar, agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, mediante a utilização do sistema Hermes (Malote Digital). Dessa forma, o cumpri-

mento dos mandados ocorrerá no prazo máximo de 24h.

O documento foi assinado pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, desembargador Froz Sobrinho (Coordenador Geral da UMF), Murilo Andrade (Secretário de Administração Penitenciária), Jefferson Portela (Secretário de Segurança Pública), e pelo delegado-geral Lawrence Pereira.

A Corregedoria disponibilizará, mediante prévio cadastramento, o acesso ao “Malote Digital”, possibilitando o recebimento eletrônico de alvarás de soltura. A execução da cooperação técnica não implica em gastos para nenhuma insti-

tuição parceira, e prevê a comunicação oficial entre as Justiças de 1º e 2º graus e o Poder Executivo por meio da SEAP e SSP.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou grande satisfação de contribuir para o aperfeiçoamento da comunicação entre a Justiça e o Sistema de Segurança do Estado. **“O Poder Judiciário, ora representado pela Corregedoria e Tribunal de Justiça, estão unidos em busca do bem-estar e segurança da sociedade. O alvará por via eletrônica é mais uma ação positiva da gestão compartilhada por nós trabalhada desde o início do ano”,** ressaltou a corregedora.

RESGATE

PROJETO DA CORREGEDORIA VAI REVITALIZAR 1ª ZONA DE REGISTRO CIVIL DA CAPITAL



A corregedora Anildes Cruz apresentou ao presidente Cleones Cunha, a situação atual da 1ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís, em funcionamento no centro de São Luís. A Corregedoria está implantando projeto de revitalização do cartório com restauração do acervo, equilíbrio financeiro, e resgate histórico-cultural da serventia, uma das mais antigas do Estado.

Na apresentação, a corregedora ressaltou a necessidade de atuação do Poder Judiciário na revitalização do cartório da 1ª Zona, tendo em vista a difícil situação estrutural ocasionada, também, pela falta de registrador titular nos últimos anos. “A serventia possui um acervo de 58 anos e uma longa história de serviços prestados à sociedade maranhense”, pontuou Anildes Cruz.

Entre os pontos sugeridos estão a mudança provisória da 1ª Zona de Registro Civil para as dependências de um prédio próprio do Poder Judiciário, acessível à população, e a concessão provisória de quatro servidores do quadro ou terceirizados para atuarem na digitalização do acervo dessa serventia. Também foram

apontadas outras necessidades para a execução dos objetivos, como suporte de informática e equipamentos, designação de um juiz de Registro Público para a fiscalização dos trabalhos, e a otimização das rotinas administrativas para garantir celeridade na prestação do serviço.

Na oportunidade, o presidente Cleones Cunha determinou a disponibilização de um espaço próprio do Poder Judiciário para a acomodação da serventia por um período provisório. “O projeto tem nosso apoio, pois resgata não só uma serventia, mas todo um acervo histórico que é parte do Poder Judiciário”, enfatizou o presidente.

Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, o projeto é necessário e providencial para a retomada da higidez econômica da serventia. “Por determinação da corregedora Anildes Cruz, nós temos trabalhado nesse projeto que visa a reestruturação total da serventia e o saneamento dos problemas existentes, com o intuito de melhorar os serviços prestados à população, que embora privados são por delegação pública”, explicou a magistrada.

Através da Portaria n.º 3297/2016, a corregedora-geral designou os servidores Adriano Aurélio Braga (Assessoria Jurídica), Acayene Lopes (Coordenação das Serventias), e Wandher Henrique da Silva (FERJ), para atuarem por um período de três meses na 1ª Zona de Registro Civil da capital, e auxiliarem a juíza Sara Gama.



“O PROJETO TEM NOSSO APOIO, POIS RESGATA NÃO SÓ UMA SERVENTIA, MAS TODO UM ACERVO HISTÓRICO QUE É PARTE DO PODER JUDICIÁRIO”

Cleones Cunha, presidente do TJMA

DIÁLOGO

JUÍZAS DE EXECUÇÃO PENAL EM COMARCAS DO INTERIOR SÃO RECEBIDAS NA CGJ



A corregedora Anildes Cruz recebeu as juízas Josane Braga (1ª vara de Coroatá), Ana Gabriela Ewerton (2ª vara de Pedreiras), Tereza Cristina Palhares (1ª vara de Pinheiro), Daniela de Jesus Bonfim Ferreira (2ª vara de Bacabal), Denise Pedrosa Torres (1ª vara de Zé Doca), e Luciany Cristina Ferreira (2ª vara de Santa Inês), para tratar de assuntos relacionados à execução penal. O presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, participou da conversa.

As juízas, todas com competência para execução penal em suas comarcas, expuseram as dificuldades e a sobrecarga de trabalho ocasionadas com a chegada das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR's), que têm atribuído uma série de atividades adicionais aos magistrados e servidores dessas varas.

“As demandas ocasionadas pelas UPR's expuseram um aumento significativo de trabalho, por exemplo, na quantidade das cartas precatórias, que tiveram um

crescimento de 62% de 2014 para 2015”, ressaltou a juíza Josane Braga.

A magistrada Denise Pedrosa disse que a demanda de trabalho aumentou, fato inversamente proporcional ao número de servidores. “Estou com o déficit de quatro servidores, o que tem sobrecarregado a minha equipe de trabalho”, informou.

Segundo a juíza Daniela Bonfim, a UPR de Bacabal dispõe de 80 vagas, mas abriga atualmente 145 presos, entre provisórios e definitivos. “O reflexo dessa sobrecarga é sentida no Judiciário local”, explicou a magistrada.

O presidente ressaltou que tão logo seja apresentada a proposta, o documento será apresentado aos demais desembargadores durante sessão plenária do TJMA, e, com a aprovação, o imediato envio do projeto de lei à Assembleia Legislativa.

VEP's – As juízas solicitaram à corregedora Anildes Cruz e ao presidente Cleones Cunha a criação e instalação de Varas

de Execução Penal (VEP) nas comarcas onde funcionam as Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR's) para o melhor acompanhamento do cumprimento das penas. Outra medida, a curto prazo, seria a reestruturação das varas competentes para a execução penal com pelo menos mais dois servidores (analista e técnico judiciário) para cuidarem da demanda.

Cleones Cunha informou que o Tribunal de Justiça está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Criar e prover novos cargos nesse momento é inviável”, explicou o presidente do TJ.

Anildes Cruz sugeriu a formação de um grupo de trabalho para estudar alterações nas competências dos juízes das comarcas onde existem as UPR's. “Um redimensionamento neste momento é perfeitamente viável, vamos estabelecer um grupo de trabalho, conversar, formular e encaminhar, de forma compartilhada, a melhor solução para o problema”, sugeriu a corregedora.

INTERINSTITUCIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO CONHECE DINÂMICA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA



A sistemática de trabalho dos magistrados e promotores de Justiça na realização das audiências da Central de Inquéritos do fórum de São Luís foi discutida na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão com os promotores de Justiça Marco Antonio Amorim, diretor da secretaria de assuntos institucionais do Ministério Público (MPMA) e Reginaldo Júnior Carvalho, assessor especial da Procuradoria Geral de Justiça.

A juíza Rosângela Prazeres, auxiliar da Corregedoria, explicou aos promotores

sobre o funcionamento da Central de Inquéritos e a competência para receber os autos de prisão em flagrante do termo judiciário de São Luís, por força do artigo 9, LXV da LC 14/1991, alterada pela LC 163/2014 e a dinâmica das audiências de custódia realizadas pelos juízes da central e plantonistas.

Conforme o **Provimento nº 11/2016** da CGJ-MA, antes de proferir a decisão sobre a legalidade da prisão ou sobre o seu relaxamento ou cumprimento de medida cautelar pelo preso, o juiz deve

ouvir o defensor e o Ministério Público.

Segundo os representantes do MPMA que participaram da reunião, quatro promotores de Justiça (dois titulares e dois substitutos) foram designados para atuar junto à Central de Inquéritos de São Luís. “Os promotores solicitaram a reunião para entender a dinâmica do funcionamento da Central de Inquéritos de modo a ajustar a pauta das audiências de custódia presididas pelos juízes, visando a participação efetiva dos promotores de Justiça”, explicou a juíza auxiliar.

AMPLIAÇÃO

CORREGEDORA SOLICITA A INSTALAÇÃO DA 6ª E 7ª VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz solicitou a instalação das 6ª e 7ª varas da Fazenda Pública de São Luís ao presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha. A corregedora apresentou a atual situação processual das unidades em funcionamento, as projeções de distribuição e seus impactos para os próximos anos.

A reunião contou com a participação dos juízes que atuam nas varas da Fazenda Pública. Eles opinaram sobre a importância da instalação das duas unidades já criadas desde 2013. “Uma ação ordinária, depois do julgamento, pode se transformar em outras centenas de ações de cumprimento de sentença, a exemplo do que ocorreu recentemente com um processo do Sindicato dos Professores”, ressaltou o juiz Carlos Henrique Veloso, titular da 2ª vara da Fazenda Pública.



Dentro das projeções apresentadas, sem a instalação da 6ª e 7ª varas, haverá, no período de um ano, o crescimento médio de 35% no número de ações por

vara. Em 2020, segundo o levantamento, serão mais de 75 mil ações tramitando nas cinco primeiras unidades da Fazenda Pública da capital.



SAÚDE PÚBLICA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

O Poder Judiciário do Maranhão, em evento realizado dia 12 de setembro, congregou em um Protocolo de Intenções, uma rede solidária de trabalho de prevenção ao suicídio, com a implementação de ações de capacitação e aperfeiçoamento de agentes públicos, políticos e administradores de servidores públicos, mediante a realização de atividades acadêmicas, de assistência humanitária e de educação geral.

Além do Tribunal de Justiça (TJMA), assinaram o documento, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), a Procuradoria-Geral do Estado, Associação dos Magistrados do Maranhão, Defensoria Pública do Estado, Seccional da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA), Associação Maranhense de

Psiquiatria, Departamento de Atenção à Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria Municipal de Saúde e Conselhos Regionais de Medicina, Psicologia, Serviço Social.

REDE SOLIDÁRIA DE TRABALHO E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO, IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DE AGENTES PÚBLICOS, POLÍTICOS E SERVIDORES PÚBLICOS MEDIANTE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA.



PROTEÇÃO

CGJ VAI DISCIPLINAR ATUAÇÃO DO 1º GRAU EM CASOS ENVOLVENDO VÍTIMAS E TESTEMUNHAS SOB PROTEÇÃO

A desembargadora Anildes Cruz, acompanhada do juiz auxiliar José Américo Abreu Costa (Medidas Socioeducativas) receberam representantes do Programa de Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA). Na ocasião, os membros do Programa apresentaram reivindicações sobre a prioridade na tramitação processual dos casos que envolvam testemunhas ou vítimas ameaçadas.

Os membros Maycko Passos (supervisor de atenção às vítimas e pessoas ameaçadas), Jorge Serejo (superintendente de proteção e defesa dos Direitos Humanos), Diogo Cabral (coordenador do Programa) e Fernando Rites (comissão arquiocesana de justiça e paz), solicitaram o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) para a demanda.

Eles informaram que em outros Tribunais já existem provimentos que disciplinam procedimentos e orientam a atuação de magistrados e servidores na operacionalização e especificidades do Programa de

Proteção, e por isso, apontam a necessidade de regulamentação no âmbito das unidades jurisdicionais de 1ª instância do Poder Judiciário do Maranhão, para os inquiridos e processos criminais em que figurem indiciado, acusado, vítima ou testemunhas protegidas pelo programa.

Segundo o coordenador do PROVITA, Diogo Cabral, a sensibilidade da corregedora Anildes Cruz para com a causa, abre um diálogo com vistas à regulamentação no âmbito do Poder Judiciário para o atendimento de vítimas ameaçadas, no que tange não só a celeridade processual, mas também ao sigilo documental. “A sinalização positiva da corregedora representa um avanço fundamental para os trabalhos executados pelo PROVITA/MA”, afirmou Cabral.

A corregedora ressaltou que implementa uma gestão compartilhada, buscando várias parcerias para atender demandas de âmbito social que necessitam de uma presença mais atuante do Judiciário, seja como executor ou apoiador dessas ações.

“A reivindicação do PROVITA é mais que oportuna, por isso determinamos o estudo e elaboração de um provimento que discipline a atuação de magistrados do 1º grau e servidores nos casos de vítimas ameaçadas e incluídas no programa de proteção”, ressaltou a desembargadora Anildes Cruz.

A SENSIBILIDADE DA CORREGEDORA ANILDES CRUZ PARA COM A CAUSA, ABRE UM DIÁLOGO COM VISTAS À REGULAMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ATENDIMENTO DE VÍTIMAS AMEAÇADAS, NO QUE TANGE NÃO SÓ A CELERIDADE PROCESSUAL, MAS TAMBÉM AO SIGILO DOCUMENTAL



I JUSTIÇA

MORADORES DA SANTA EFIGÊNIA RECEBEM TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Os Moradores da Santa Efigênia, em São Luís receberam, no dia 18 de setembro, os títulos de regularização imobiliária de seus imóveis durante cerimônia realizada no Clube das Mães do bairro. Os juízes da 1ª e 5ª varas da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena e João Francisco Rocha, acompanhados de representantes da Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia e líderes comunitários da área, conduziram a entrega dos títulos, cumprindo determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Os moradores lotaram a associação em busca de um direito que demorou 25 anos para se concretizar. Durante a cerimônia, juíza Luzia Neponucena informou aos moradores que os títulos de regularização são fruto de uma parceria realizada entre Estado do Maranhão e a Corregedoria Geral da Justiça, através de provimento assinado em 2015. “Cada um dos senhores e senhoras, a partir de hoje, estão adquirindo a regularização



definitiva dos seus imóveis, ou seja, não estamos fazendo regularização fundiária, mas a regularização imobiliária, porque cada beneficiário já tem um documento de cessão de uso do Estado e todos vão receber seus registros de propriedade”,

ressaltou a magistrada.

“Para mim é um momento de felicidade, pois agora tenho a certeza que a casa onde moro é verdadeiramente minha”, comentou emocionada, disse Maria Domingas, moradora.



I EXTRAJUDICIAL

CORREGEDORIA INSPECIONA 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS DE SÃO LUÍS

A Corregedoria realizou inspeção no 2º Tabelionato de Protesto de Letras e outros Títulos de Créditos de São Luís (Avenida Dos Holandeses, 01. Shopping do Automóvel, Calhau). A inspeção objetivou fiscalizar os serviços prestados pelo cartório e avaliar as condições gerais de funcionamento. Os resultados das inspeções constaram em um relatório que foi encaminhado à corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para providências.

O trabalho foi presidido pela juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, com o auxílio dos servidores Andrea Coelho, Eliana Ferreira, Artur Lima e Rafael Ribeiro.



I CELERIDADE

CORREGEDORA PARTICIPA DE MUTIRÃO DO 1º JEC DE SÃO LUÍS

A juíza Marcia Chaves ressaltou a importância do mutirão na medida em que atinge o propósito da Lei 9.099/95, que é a celeridade do trâmite processual. “O juiz Marco Antonio está de parabéns pela excelente iniciativa”, registrou a juíza coordenadora. A corregedora Anildes Cruz prestigiou a abertura do mutirão de audiências realizado pelo juiz Marco Antônio Netto Teixeira, titular do 1º Juizado da capital. O juiz explicou que o juizado já vem cumprindo as metas exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o mutirão visa a agilidade, ou seja, a abreviação do tempo do processo entre seu ajuizamento e a decisão final. A desembargadora Anildes Cruz parabenizou o magistrado pelo trabalho desenvolvido, e ressaltou que tem conversado com os juízes e sugerido ações dessa natureza não só para o cumprimento das metas exigidas, mas para a redução do índice de congestionamento processual na Justiça de 1º grau. O advogado Éder Marques, que atua em várias causas junto ao juizado, falou das vantagens proporcionadas pelo mutirão. “Essa iniciativa traz muitos benefícios para nós advogados e partes



envolvidas nos processos, uma vez que todo o acervo processual que tramita na unidade tende a ter uma resolução mais rápida, inclusive com a possibilidade de acordo entre as partes”, observou o advogado. A juíza Marcia Chaves ressaltou a

importância do mutirão na medida em que atinge o propósito da Lei 9.099/95, que é a celeridade do trâmite processual. “O juiz Marco Antonio está de parabéns pela excelente iniciativa”, registrou a juíza coordenadora.



I CORTESIA

ELEIÇÕES 2016 - CORREGEDORA CONHECE PLANO DE SEGURANÇA DO TRE PARA MAGISTRADOS

Em visita de cortesia ao desembargador Raimundo Barros, corregedor regional eleitoral do Maranhão, a corregedora Anildes Cruz conheceu o Plano de Segurança do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) para o pleito 2016.

O corregedor eleitoral, Raimundo Barros, informou que todas as estratégias de segurança montadas pelo Sistema de Segurança das eleições, incluíram um grande efetivo de policiais, as inteligências integradas das Polícias Militar, Civil, Federal, além do Exército brasileiro. Os agentes de segurança atuaram equipados em todos os municípios maranhenses.



EXECUÇÃO PENAL

CGJ PARTICIPA DE VISTORIA EM UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR



O juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), acompanhou visita de representantes da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) a estabelecimentos penais de Codó, Caxias e Timon, nos dias 19 e 20 de setembro. Ao final da visita, o magistrado destacou aspectos positivos da vistoria das condições de funcionamento dessas unidades.

Segundo informações do magistrado, na unidade de Codó, há uma obra de construção de presídio em fase terminal, com previsão da instalação da sala de videoconferência para realização das audiências, melhorias na casa do albergado, dentre outras.

Na oportunidade, o juiz da execução penal da comarca de Codó, Hóldice Cantanhede, ressaltou o apoio da Corregedoria da Justiça à melhoria da execução penal no Estado: “É visível o esforço e boa vontade da corregedora Anildes Cruz em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as URP’s e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juizes, especialmente, os da execução, além de

contribuir de forma fundamental para a redução da violência”, disse.

Na comarca de Caxias, o juiz auxiliar informou que a solicitação de mais um veículo para transporte dos presos para as audiências, encaminhada pela corregedora geral da justiça, desembargadora Anildes Cruz, no dia 18 de agosto, foi atendida pela SEAP e no prazo máximo de 20 dias serão entregues as viaturas para aquela unidade prisional.

A juíza da execução Marcela Lobo (5ª Vara de Caxias) reafirmou a sua preocupação com a infraestrutura da unidade de Caxias, onde já vem solicitando maior atenção para as reformas necessárias. Outra demanda solicitada e já encaminhada foi a reativação do IML no polo regional de Caxias, informou o juiz auxiliar Gladiston Cutrim: “o pleito facilitará o atendimento das vítimas de violência doméstica da região, dando mais segurança ao trabalho da Justiça”.

Na comarca de Timon a visita foi acompanhada pelo juiz Elismar Marques (3ª Vara Criminal), responsável pela execução penal, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. Na oportunidade, foi constatada a necessidade

de urgência na conclusão da obra da nova unidade prisional, considerando que o presídio atual já conta com cerca de 500 presos, aproximadamente.

Presente à visita, a subsecretaria da SEAP Ana Luísa Falcão, discutiu a proposta de uma equipe para fazer o acompanhamento dos presos do regime aberto e semiaberto. E garantiu a parceria para que seja discutido em conjunto os problemas existentes referentes a administração penitenciária.

“É VISÍVEL O ESFORÇO E BOA VONTADE DA CORREGEDORA EM COBRAR DO GOVERNO DO ESTADO PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE MELHOR ESTRUTURAR E EQUIPAR AS URP’S E PRESÍDIOS, O QUE REPERCUTE POSITIVAMENTE NO TRABALHO DOS JUÍZES DA EXECUÇÃO”.

Hóldice Cantanhede juiz

I CORREIÇÕES

EM SESSÃO PLENÁRIA CORREGEDORA APRESENTA RELATÓRIO DE ATIVIDADES CORREICIONAIS

Em Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão em 21 de setembro, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, entregou ao presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, relatório de atividades correicionais presenciais dos serviços judiciais no Estado do Maranhão.

Na apresentação do relatório a corregedora Anildes Cruz ressaltou que a atividade correicional sobre os serviços judiciais é uma das principais funções da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). “É de fundamental importância que este Plenário fique ciente do andamento dos trabalhos anuais desta natureza, iniciados no último dia 17 de março”, ressaltou.

A desembargadora corregedora discorreu sobre os trabalhos correicionais realizados em 47 unidades judiciais da Justiça comum pela equipe de juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu Costa, Rosária de Fátima Almeida Duarte e Rosângela Santos Prazeres Macieira, além de servidores designados. Foram correicionadas, em São Luís, a central de inquérito, vara de interesses difusos e coletivos, 1ª, 2ª, 3ª, 5, 7ª, e 9ª varas cíveis; 1ª, 3ª e 4ª varas do Tribunal do Juri, 2ª, 6ª e 7ª varas da Família, 1ª vara da Fazenda Pública, vara especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, auditoria militar, e 1ª e 2ª varas criminais de São José de Ribamar.

No interior do Estado as atividades correicionais foram executadas nas comarcas de Santa Quitéria, Urbano Santos, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Bacuri, Cururupu, Cedral, Bequimão, Olho D’água das Cunhas, Pio XII, Monção, Pindaré-Mirim, Joselândia, Esperantinópolis, Santo Antônio dos Lopes, Dom Pedro, Amarante do Maranhão, Santa Luzia (1ª e 2ª varas), Zé Doca (1ª e 2ª varas), Imperatriz (vara especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, 2ª e 3ª varas cíveis) e Caxias (1ª, 3ª, 4ª e 5ª varas).

Já nos Juizados Especiais, sob a coordenação da juíza Marcia Coêlho Chaves, foram correicionadas 12 unidades judiciais. Os trabalhos foram iniciados pelo termo



de São Luís com o 1º, 11º e 13º juizados especiais cíveis e das relações de consumo, 1º juizado criminal, 1º juizado especial da Fazenda Pública e turma recursal cível e criminal. Os juizados especiais de Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e Caxias também passaram por correição. A turma recursal cível e criminal com sede na comarca de Caxias também foi correicionada no último mês de agosto. “Friso que todos os relatórios estão sendo criteriosamente analisados e, conseqüentemente, aprovados, conforme delegação do Plenário do Tribunal de Justiça por meio da Resolução n.º 9/2016, que atribui competência exclusiva da Corregedoria, e destaco, que depois de aprovados, cópias destes relatórios serão encaminhados aos juízes das unidades judiciais correicionadas, bem como à Corregedoria Nacional de Justiça, em cumprimento à Resolução n.º 24/2009 do Conselho Nacional de Justiça”, pontuou a desembargadora Anildes Cruz.

A corregedora informou ainda que restavam 35 unidades judiciais a serem correicionadas em 2016, sendo 24 no interior e 11 na capital, destas, nove realizadas na modalidade virtual.

CORREIÇÃO VIRTUAL - As correições virtuais são realizadas à distância, nas dependências da Corregedoria Geral da Justiça, de onde a equipe do núcleo avançado de correições virtuais acessa os dados da vara e dos processos a serem analisados, por meio de computadores ligados ao Sistema de Gerenciamento de Processos do 1º Grau (Themis PG).

A medida faz parte do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça para o biênio 2016-2017, anunciado pela corregedora Anildes Cruz na sessão plenária do Tribunal de Justiça no dia 17 de fevereiro deste ano. “Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com mais eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos”, destacou a desembargadora.

Até o momento as correições virtuais foram realizadas nas 1ª, 3ª, 4ª e 5ª varas criminais de São Luís; 1ª vara de entorpecentes e 2ª vara de Infância e Juventude, todas da capital, cujos relatórios foram submetidos ao plenário do Tribunal de Justiça no último dia 03 de agosto.

I CGJ ITINERANTE

CORREGEDORA APRESENTA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE VISITA INSTITUCIONAL

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), realizada dia 21 de setembro, apresentou o 1º Relatório de Visita Institucional aos termos judiciários de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, e comarcas de Icatu, Morros, Rosário, Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu cópia integral do relatório.

No documento, composto de textos, dados e imagens, a desembargadora corregedora destaca acervo processual, taxa de congestionamento e estrutura física dos prédios onde funcionam as unidades judiciais visitadas. “No intuito de acompanhar de perto a realidade da Justiça de 1º grau, em especial as localizadas no interior do Estado, bem como auxiliar os magistrados na solução das dificuldades enfrentadas no exercício das atividades, realizamos itinerância nessas comarcas”, ressaltou a corregedora Anildes Cruz.

O relatório aponta problemas de natureza estrutural e administrativa, insu-



ficiência de servidores, e indicação das taxas consideráveis de congestionamento processual em algumas unidades, dentre outros. Em Coroatá, por exemplo, os juízes da comarca relataram que nas duas varas tramitam 10.223 processos, que somados ao grande número de presos de outras regiões que se encontram na Unidade Prisional de Ressocialização do município, requerem a necessidade de criação de uma vara especializada em execução penal ou instalação de já criada comarca de Peritoró.

A corregedora ressaltou os problemas

existentes na comarca de Timbiras. Ela pediu atenção especial ao caso em virtude de o imóvel que abriga o fórum apresentar estrutura interna precária, sem condições de funcionamento, não comportar o acervo da unidade, e apresentar intensas rachaduras. “Tivemos que orientar o magistrado a buscar, de forma urgente, um outro imóvel para alugar em razão das péssimas condições de trabalho e do volume de processos acondicionados em cima de mesas e cadeiras por falta de espaço nas estantes”, informou a corregedora Anildes Cruz.



I CORREIÇÃO

CGJ ANALISA ANDAMENTO DE PROCESSOS NA COMARCA DE BACABAL

Uma equipe da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou correição no Juizado Cível e Criminal e na Turma Recursal da comarca. Foram analisados, em média, 100 processos em cada unidade.

O trabalho de correição foi realizado junto ao sistema de acompanhamento processual eletrônico, por meio da análise do andamento dos processos cadastrados, verificação das pendências encontradas na tramitação e a regularidade na duração dos prazos processuais.



UNIÃO

CORREGEDORIA PARTICIPA DE ATO EM SOLIDARIEDADE AO JUIZ CLÊNIO LIMA CORRÊA



A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Rosângela Prazeres – representando a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz – participou de uma manifestação pública de apoio ao juiz Clênio Lima Corrêa, titular da comarca de São Domingos do Maranhão, no dia 26 de setembro. O ato de desagravo e solidariedade ao magistrado ocorreu no Fórum da comarca, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha.

Rosângela Prazeres levou a mensagem da corregedora e disse que a magistratura

do Maranhão é forte e unida, e que a população precisa de juízes livres e independentes em suas convicções para a tarefa de julgar. “Este momento nos leva a refletir a importância da nossa função, de mostrar à sociedade que gostamos do que fazemos, portanto, não vamos admitir atos de covardia que visem intimidar a atuação de um grande magistrado”, alertou.

A ação – de iniciativa da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) – foi em repúdio ao atentado sofrido pelo juiz Clênio Lima Corrêa na madrugada do dia 21 de setembro, quando duas pessoas em uma moto passaram em frente

à residência do juiz, em São Domingos do Maranhão, e dispararam seis tiros, que atingiram o portão da casa, o carro e uma porta.

“Prestamos incondicional apoio ao magistrado e reafirmamos o nosso repúdio diante do lamentável fato, que é um atentado contra o Estado Democrático de Direito. Estamos aqui para mostrar que o Poder Judiciário é uno e precisa de salvaguarda para prestar serviço à sociedade”, ressaltou o presidente do Tribunal, desembargador Cleones Cunha, acrescentado que com o ato o Judiciário mostra união e força diante desse tipo de violência.

COOPERAÇÃO

EM REUNIÃO COM O GOVERNADOR, CORREGEDORA REAFIRMA IMPORTÂNCIA DE PARCERIA INSTITUCIONAL



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, começou o mês de setembro se reunindo com o governador do Estado, Flávio Dino, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, desembargadores das Câmaras Criminais, juízes e a cúpula do Sistema de Segurança Pública do Estado. Todas as ações desenvolvidas pelo Executivo Estadual com vistas à melhoria do sistema de segurança no Maranhão, foram apresentadas durante o encontro.

Durante a apresentação, Flávio Dino ressaltou a importância da parceria entre os poderes e instituições para a melhoria do sistema. O governador apresentou casos em que o mesmo preso aparece com homônimos, sobrenomes diferentes, e até filiação diversa da registrada na última passagem pela polícia, e assinalou que é preciso empreender esforços para melhoria do sistema de identificação dos presos tanto nas delegacias, quanto no Judiciário.

A corregedora Anildes Cruz informou que estavam em ritmo acelerado os trabalhos da comissão interinstitucional que discute o compartilhamento de dados entre os sistemas de informação do Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria de Administração

Penitenciária (SEAP), Instituto Médico Legal (IML), e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e que resultaram na assinatura – ainda em setembro - de termo de cooperação técnica visando a integração dos serviços por intermédio da tecnologia “Web Service”, agilizando a atividade dos agentes de segurança pública. A magistrada disse ainda, que em janeiro deste ano remeteu ofício ao secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, solicitando a inclusão do nome da serventia extrajudicial (cartório de Registro Civil) na carteira de identidade expedida pelo órgão.

“Com todas essas medidas teremos mais segurança na identificação e autuação dos presos de Justiça, facilitando, por exemplo, a consulta e acesso do magistrado ao decidir um processo criminal”, explicou Anildes Cruz.

Na ocasião, a corregedora solicitou ao governador a melhoria no gerenciamento de apresentação de presos nas audiências de custódia e de processos criminais. “Por todas as comarcas que temos visitado há queixas de juízes que deixam de realizar os atos devido a não apresentação dos presos pela SEAP”, cobrou a desembargadora.

Flávio Dino explicou que tem implementado melhorias na área com a realização

de seletivos para agentes penitenciários, e novas viaturas para condução de presos. “Nós encontramos uma realidade de terceirizações e caos, reconheço as dificuldades e garanto que estamos trabalhando para sanar esses problemas”, assinalou o governador.

A desembargadora destacou ainda, que os juízes responsáveis pela execução penal nas comarcas do interior têm reclamado da falta de comunicação prévia nas transferências dos presos das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR’s). Ela citou o exemplo da UPR de Coroatá, que em uma só noite recebeu dezenas de presos sem que a juíza fosse informada.

“COM TODAS ESSAS MEDIDAS TEREMOS MAIS SEGURANÇA NA IDENTIFICAÇÃO E AUTUAÇÃO DOS PRESOS DE JUSTIÇA, FACILITANDO, POR EXEMPLO, A CONSULTA E ACESSO DO MAGISTRADO AO DECIDIR UM PROCESSO CRIMINAL”

Anildes Cruz corregedora

Outubro

O processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas foi regulamentado pela Corregedoria por meio do Provimento 27/2016. A medida estabelece transparência e a segurança jurídica do processo. Para agilizar o trâmite e reduzir o índice de congestionamento processual das unidades judiciais, a corregedora Anildes Cruz determinou a implantação do projeto “Cartório do Futuro” nas cinco primeiras varas da Fazenda Pública da capital, através de uma Secretaria Remota Digital (SRD) para atender, exclusivamente, os processos eletrônicos. Com a medida, prevista para entrar em funcionamento no início de 2017, a Corregedoria pretende ampliar a operosidade das unidades e reduzir, consideravelmente, a quantidade de processos.

I ALVARÁ ELETRÔNICO

CORREGEDORIA AGILIZA CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA DE PRESOS

Ordens de soltura e de livramento condicional de presos já podem ser enviadas eletronicamente para a unidade prisional ou policial, agilizando o cumprimento da decisão judicial. A Corregedoria Geral da Justiça regulamentou o uso do “Sistema de Malote Digital” na Justiça de 1º grau, com a finalidade de eliminar ou reduzir os entraves administrativos para restituir a liberdade aos encarcerados no cumprimento dos alvarás de soltura.

De acordo com o **Provimento nº 24/2016**, a entrega de alvarás de soltura, de guias de recolhimento, de decisão de livramento condicional e de retificação de penas na repartição competente pelo seu cumprimento será feita - preferencialmente -, por meio eletrônico ou oficial de Justiça da vara competente ou da Central de Mandados.

Os alvarás de soltura serão encaminhados de forma eletrônica para a unidade prisional ou policial, ou órgão central de recebimento por meio do “Sistema de Malote Digital”, com assinatura digital, imediatamente após o juiz determinar a soltura do preso, de modo que sua liberação ocorra no prazo de máximo 24 horas – salvo se tiver que permanecer preso por outra causa.

O retorno ao juiz do cumprimento ou



não da decisão de soltura também deve ser feita por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 horas do recebimento do documento. Caso a unidade prisional ou policial não possuir internet que possibilite o recebimento eletrônico do documento, o juiz encaminhará a ordem de soltura impressa, por meio de oficial de Justiça.

Para o juiz auxiliar Gladiston Cutrim, a utilização do alvará de soltura eletrônico é uma ação esperada por magistrados e servidores há algum tempo. “A medida vai garantir a segurança, e agilidade no procedimento judicial na ocasião da soltura da pessoa presa, garantindo a preservação

dos direitos regulamentados na Resolução N.º 108/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, explicou o magistrado.

MALOTE DIGITAL – Esse sistema contém recursos de segurança da informação, como assinatura digital e criptografia de armazenamento e tráfego de sinais eletrônicos que permitem seu emprego no cumprimento seguro de ordem judicial, conforme a lei federal nº 11.419/2006.

A medida foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 3 de outubro e entrou em vigor no dia 3 de novembro.

I FORUM DE SÃO LUÍS

CORREGEDORA DA JUSTIÇA PARTICIPA DE ATO EM DEFESA DAS CARREIRAS JURÍDICAS



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou de ato público promovido pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), dia 4 de outubro, no Fórum de São Luís. O evento, em Defesa do Poder Judiciário e do Ministério Público, reuniu autoridades, juízes, procuradores e promotores federais e estaduais.

No final da manifestação os signatários assinaram um documento em que repudiam a tramitação, no Congresso Nacional, de projetos que, se aprovados, segundo eles, podem inviabilizar a atuação do Judiciário e do Ministério Público em todo o País.

Participaram do ato o presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Marcelo Moreira; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha; o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público Estadual, Tarcísio Bonfim; o chefe da Procuradoria Geral da República no Maranhão, Juraci Guimarães Júnior; o presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), Newton Pereira Ramos Neto; e o Diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim.

Magistrados e procuradores comungam do entendimento de que existe uma

tentativa, no âmbito do Poder Legislativo, de enfraquecer e reduzir as prerrogativas dessas categorias, por meio de diversos projetos em tramitação no Congresso Nacional. Um deles é o PL 257, que entre outras coisas, propõe alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal e suas diretrizes.

Para a corregedora Anildes Cruz, os projetos de lei (PL 280/2016 e PEC 62/2015) visam minar a independência do Judiciário, conquistada arduamente na carta constitucional de 1988. “Atuamos diariamente como cidadãos brasileiros na defesa da Justiça, por isso, não podemos aceitar tais retrocessos”, finalizou a corregedora.



I QUESTÃO AGRÁRIA

OUIDOR AGRÁRIO NACIONAL VISITA A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho foi recebido pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para tratar da atuação do Poder Judiciário maranhense em casos de conflitos agrários. O promotor Haroldo Paiva de Brito, titular da 38ª Promotoria Especializada em Conflito Agrário do Maranhão, o secretário estadual adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, e o ouvidor regional do INCRA, Márcio de Oliveira, também participaram do encontro.

Durante a reunião, o ouvidor Gercino

Filho abordou questões relacionadas ao Provimento n.º 29/2009 da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que dispõe sobre recomendação aos juízes para que ouçam - nas ações de manutenção e reintegração de posse coletiva envolvendo imóveis rurais ocupados por trabalhadores sem-terra -, o Ministério Público, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a própria Ouvidoria Agrária Nacional, que é órgão ligado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil, e tem o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na zona rural.

Na ocasião, o ouvidor solicitou à corregedora a criação e instalação de uma Vara Agrária no Judiciário maranhense, para atuar conjuntamente com as áreas especializadas de outros poderes, a exemplo da Promotoria Agrária, Delegacia Agrária, Ouvidoria Agrária da Polícia Militar do Maranhão, ITERMA, INCRA, em centenas de casos, judicializados ou não, que aguardam uma solução.

I OUTUBRO ROSA

FÓRUM DE SÃO LUÍS REALIZA MOSTRA FOTOGRÁFICA DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

Mulheres mastectomizadas e que buscam vencer o câncer de mama integraram a mostra fotográfica no lançamento da campanha Outubro Rosa, promovida pelo Fórum Des. Sarney Costa. A campanha, além de destacar a luta das mulheres contra ao câncer, realiza palestras e arrecadação de materiais de higiene para pacientes atendidos do Hospital Aldenora Bello, Hospital do Câncer e da Fundação Antônio Brunno.

A corregedora geral da Justiça do Maranhão, Anildes Cruz, lembrou, durante o lançamento da campanha, que o movimento Outubro Rosa procura chamar a atenção da sociedade para o problema do câncer de mama e conscientizar as mulheres sobre a importância dos exames preventivos e do diagnóstico da doença que “pode ser tratada com eficiência se detectada precocemente”, ressaltou a corregedora. “Ajudar a combater o câncer de mama é uma missão de todos nós”, concluiu.

O diretor do Fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim, destacou que a Mostra Fotográfica Impressões de Mulher faz o registro de pacientes em tratamento no



Hospital Aldenora Bello e Hospital do Câncer do Maranhão (Hospital Geral), externando a garra e o amor pela vida, a luta e a força do recomeço dessas mulheres. O magistrado ressaltou, ainda, que por meio da campanha Outubro Rosa o Fórum de São Luís quer também

mobilizar as pessoas e contribuir para a redução do número de casos de câncer de mama no país. Conforme dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a estimativa de novos casos da doença no Brasil é de 57.960 só este ano.



I TRANSPARÊNCIA

CORREGEDORIA PUBLICA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APLICAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS

De acordo com o Provimento nº 10/2012, os editais, os resultados dos processos seletivos e as prestações de contas referentes aos valores da aplicação da pena pecuniária nas unidades jurisdicionais com competência criminal estão sendo publicados na área “Institucional” - item “Downloads”, do site da Corregedoria Geral da Justiça. Segundo o Provimento, o juiz de direito da unidade com competência criminal deverá publicar, no mínimo, anualmente, Edital convidando as entidades

públicas ou privadas com finalidade social, a participarem do processo de seleção de projetos para obtenção dos recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal.

As entidades beneficiadas deverão prestar contas dos valores recebidos ao juiz até 60 dias após o repasse dos recursos, com uma série de documentos anexos, como relatório da utilização dos recursos, comprovantes de pagamentos, entre

outros. Essa documentação é enviada, ainda, a uma equipe de serviço social e Ministério Público. O Provimento foi elaborado diante da necessidade de dar maior efetividade à pena de prestação pecuniária e zelar pela publicidade e transparência na destinação dos valores arbitrados. A CGJ-MA também leva em consideração as Resoluções nº 101/2009 e nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que tratam da regulamentação da destinação das prestações pecuniárias.

I CAPACITAÇÃO

CGJ CERTIFICA SERVIDORES DA 3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL



A Corregedoria representada pelo juiz auxiliar José Américo Abreu Costa, certificou os servidores da 3ª Vara Cível, que participaram do Curso “Desenvolvimento de Equipes”, realizado na Esmam. A atitude é uma iniciativa da corregedora Anildes Cruz, que ao designar a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) determinou a implementação de um cronograma de atividades motivacionais nas unidades judiciais atendidas pela CSI.

O treinamento dos servidores é realizado em parceria com a Diretoria RH do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e é voltado à organização do ambiente de

trabalho, aspectos interpessoais e gestão de competências. O psicólogo Eliandro Araújo, do TJMA, ministrou a palestra e desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias.

O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atuam a Comissão Sentenciante. “A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, para que ao final estejam sensibilizadas para as atividades que lhe serão submetidas”, explicou.

Outro assunto abordado foi o desenvolvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

Para o juiz auxiliar da Corregedoria, José Américo Abreu, a produtividade das unidades judiciais passa pela motivação de toda equipe que compõe a unidade judicial. “A gestão compartilhada trabalhada pela corregedora Anildes Cruz passa também pela integração dos servidores das unidades judiciais, com o objetivo de enfrentar as demandas submetidas ao Poder Judiciário”, ressaltou José Américo.



I SORTEIO

XL FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Corregedoria selecionou, por sorteio, quatro juízes de juizados especiais, para participarem do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, realizado em Brasília, de 16 a 18 de novembro, com o tema “Novos desafios dos Juizados Especiais”. O sorteio foi realizado por determinação da corregedora Anildes Cruz, pelas juízas auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves e Rosária Duarte, acom-

panhadas do vice-presidente da AMMA, juiz Ângelo Santos. Foram contemplados os seguintes juízes: 1º. Juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida – Titular do Juizado Especial de Trânsito; 2º. Juiz Clênio Lima Corrêa – Membro Titular da Turma Recursal com sede em Presidente Dutra; 3º. Juiz Adinaldo Ataídes Cavalcante – Titular do 2º JECRC; 4º. Juiz Luís Pessoa Costa – Titular do 12º JECRC



I CEA

SEMINÁRIO DO CENTRO ESTADUAL DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, representou a Justiça maranhense na abertura do Seminário de apresentação do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), criado e instalado pelo Poder Judiciário. O Centro é fruto de uma parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Ministério Público, Defensoria Pública do Estado, Universidades Federal e Estadual do Maranhão, Polícia Civil, secretarias

estaduais e municipais, além do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A corregedora ressaltou as ações desenvolvidas e esforços envidados para dar suporte àqueles que são vítimas de crimes, dentre os quais, maus tratos, estupro, agressões, ameaças. Para a desembargadora corregedora, o Centro Estadual de Apoio à Vítima representa um avanço, uma esperança para aqueles

que precisam voltar à vida, à liberdade, e ao exercício das suas atividades normais, sem pânico, sem medo.

“As vítimas necessitam do apoio e proteção dos poderes constituídos, através de assistência psicológica e jurídico social. O Poder Judiciário maranhense, por ações próprias ou em cumprimento das ações recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tem implementado projetos de apoio às vítimas, a exemplo da Casa Abrigo”, ressaltou Anildes Cruz.



I EFICÁCIA

CORREGEDORIA VAI REESTRUTURAR PROCESSOS INTERNOS

Durante a reunião, os servidores foram informados que será realizado um estudo dos procedimentos internos e da estrutura de trabalho disponível na Corregedoria visando à implantação de um fluxograma dos processos administrativos iniciados e deliberados nos diversos setores do órgão.

O estudo tem como objetivos identificar os processos em tramitação; disponibilizar ferramentas de gerenciamento eficaz das atividades internas; reduzir o tempo de duração dos processos; sanear os proces-

sos mais antigos em tramitação, além de estabelecer novos fluxos de trabalho para otimização dos serviços.

A corregedora Anildes Cruz falou da necessidade de garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Corregedoria e disse que é preciso engajar todos os servidores com a produtividade, para sanear os processos administrativos internos. “Pretendemos finalizar os processos que estão paralisados e iniciar 2017 com os serviços saneados”, destacou a desembargadora.

I PENTE FINO

CORREGEDORIA DISCUTE SÉRIE DE MEDIDAS PARA COMBATER FRAUDE EM PROCESSOS DE EMPRÉSTIMO



A corregedora Anildes Cruz reuniu-se com juízes, advogados e representantes de instituições bancárias para tratar da crescente demanda processual envolvendo empréstimos consignados. Os juízes auxiliares da Corregedoria, e das coordenações de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, também participaram do encontro.

Segundo a juíza da comarca de Coelho Neto, Karla Jeane, as crescentes demandas processuais referentes a empréstimo consignado contra o Banco Bradesco, por exemplo, estão inviabilizando até a própria Distribuição do fórum. A reclamação foi compartilhada pelo titular da 2ª vara de Códó, juiz Holidice Barros, que sugeriu o envolvimento da Corregedoria e das polícias estadual e federal para a resolução do problema. “Muitas dessas ações são ajuizadas sem que os autores tenham conhecimento da referida causa”, observou o magistrado.

A advogada Priscila Campos - representante do Banco Bradesco na reunião - apresentou dados gerais referentes aos processos de empréstimos consignados, os quais, segundo o Bradesco, apresentam

nítida má-fé de quem os ajuiza. “As ações e práticas do Bradesco são transparentes, e quando se detecta a falha, o Banco tem cumprido as determinações e procedimentos previstos em Lei e nas ordens judiciais”, frisou a advogada.

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA), Walney Abreu, vê com preocupação a alta demanda de processos sobre empréstimo consignado, e sugere medidas preventivas e repressivas, pois, segundo ele, a maioria são de direitos inexistentes. “A OAB não compactua com qualquer de seus membros que se comportem sem a ética que a profissão exige”, ressaltou o representante da Ordem.

A corregedora Anildes Cruz informou que a Corregedoria e a Presidência do TJMA estudam medidas para conter e identificar tais abusos que porventura estejam ocorrendo no ajuizamento de ações dessa e de outras naturezas em todo o Estado. “Temos orientado os juízes para que realizem - formalmente - os procedimentos judiciais de notificação aos órgãos competentes, quando identificarem ações com autoria e documentação de caráter

duvidoso, para as providências cabíveis”, ressaltou a desembargadora corregedora.

A juíza Sônia Amaral, da Coordenadoria de Planejamento Estratégico do TJMA, disse que as medidas mencionadas pela corregedora Anildes Cruz, estão sendo discutidas com a Coordenadoria de Planejamento Estratégico da CGJ, por meio do juiz Gladiston Cutrim.

Um workshop direcionado aos juízes com ênfase no tema fraude em empréstimos consignados deve ser realizado assim que for firmada uma parceria entre Poder Judiciário e Fenabam (Federação Nacional dos Bancos), que viabilizará, também, a troca de informações, o mapeamento de fraudes, e o acionamento do Sistema de Segurança do estadual e federal para investigar os casos.

Outro ponto discutido entre CGJ e TJ, é o desenvolvimento de parcerias para o processo de inclusão digital nas localidades de maiores ocorrências de fraudes. “Muitos usuários do sistema bancário ainda têm dificuldades em lidar com a informatização dos Bancos, o que contribui para o surgimento das fraudes”, finalizou a corregedora.

I SÃO LUÍS

1ª VEP INSPECIONA O CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PEDRINHAS

A juíza titular da 1ª VEP – Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís - Ana Maria Almeida Vieira, realizou inspeção no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas (CDP) para entregar a 269 apenados os cálculos de penas, concessão de remição, livramento condicional, progressão de regime e respostas de solicitações feitas em visitas da magistrada às unidades prisionais. Durante a visita, ocorrida no último dia 25, a juíza esteve acompanhada de uma equipe de servidores auxiliares.

Cada uma das 36 celas que integram os três pavilhões do CDP foi inspecionada pela juíza Ana Maria. Ela entregou pessoalmente os cálculos de pena, as respostas de solicitações feitas para à Vara de Execuções Penais, e encaminhou demandas para a Defensoria Pública Estadual (DPE), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

APURAÇÃO - A Lei 7.210/84 de Execuções Penais (LEP) estabelece que o juiz da execução penal deverá inspecionar - mensalmente - os estabelecimentos prisionais, tomando providências para o adequado funcionamento e promo-



vendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. “Durante a inspeção eu conversei com todos os presos da unidade escolhida (provisórios, regimes fechado e semiaberto), anotando reclamações, checando a situação e resolvendo pendências. Dois meses depois voltamos com as decisões e respostas que incluem revisão de cálculos penais, remição ou progressão de penas”, informou a juíza da 1ª VEP. A magistrada disse ainda que 11 defensores públicos que atuam no Núcleo

de Execuções Penais participam desse trabalho de atendimento às demandas dos apenados.

Para o diretor do CDP de Pedrinhas, Fábio Costa, o trabalho realizado pela juíza resolve a dúvida do interno, porque ele fica sabendo quanto tempo falta para o fim da pena e quando ele pode progredir no regime. “Esse trabalho é importante, pois possibilita ao preso saber sua realidade dentro do Sistema Prisional”, finalizou o diretor.



I TRANSPARÊNCIA

CGJ REGULAMENTA PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE CARTÓRIOS VAGOS

O processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas foi regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) por meio do **Provimento nº 27/2016**.

No ato, a Corregedoria considerou a precariedade das designações de interinidade e de intervenção; a necessidade de continuidade dos serviços notariais e registrais e a ausência de normas detalha-

das para o procedimento de transmissão do acervo nesses casos.

Conforme o Provimento, uma vez afastado o titular do cartório, é obrigatória a transmissão do acervo para quem for designado para a vaga, cabendo ao juiz de registros públicos da comarca o acompanhamento dos atos de transição.

O acervo do cartório inclui todos livros físicos e eletrônicos, fichas, documentos, papéis, microfimes, carimbos, mídias,

selos de fiscalização, arquivos digitais, banco de dados, credenciais, senhas e informações de usuários necessários aos acessos de programas usados na efetivação dos atos notariais e registrais.

Os delegatários envolvidos na transmissão do acervo deverão assinar um Termo de Compromisso assinado por eles e pelo juiz de registros, que deve ser encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça.

I CORREIÇÃO

CORREGEDORIA FISCALIZA PROCESSOS EM COMARCAS DO INTERIOR



A Corregedoria Geral da Justiça cumpriu agenda de correições ordinárias para fiscalização das comarcas de Pastos Bons, São João dos Patos, Passagem Franca e Buriti Bravo.

A juíza corregedora Rosária Duarte, que preside os trabalhos da correição, e mais quatro assessores foram deslocados para o interior para realizar o trabalho

de fiscalização. Em cada comarca são escolhidos cerca de 70 processos físicos em tramitação - 40 dentre os mais antigos e 30 dos novos -, conforme a Resolução nº 24/2009.

Juíza e equipe analisam, em cada processo, o andamento dos atos processuais em geral, o cumprimento dos despachos, os processos conclusos pendentes da de-

cisão do juiz, a prolação de sentenças e a aplicação do Código de Normas da CG-J-MA. Conforme o que for constatado, são feitas anotações no processo acerca das recomendações ao juiz da vara, oficial de Justiça e funcionários da secretaria. Também são observadas as condições de prediais e patrimoniais do fórum, o quadro de funcionários e a demanda processual.

CORREIÇÃO EM ESTREITO E PORTO FRANCO

A juíza Rosária Duarte, auxiliar da CGJ, presidiu correição ordinária que a Corregedoria Geral da Justiça realizou nas comarcas de Estreito e Porto Franco, no período de 24 a 27 de outubro.

Os trabalhos correicionais foram iniciados pela 1ª e 2ª varas de Estreito. Em seguida, a equipe se deslocou até Porto Franco, onde os trabalhos abrangeram as duas varas da comarca.

Apesar de a legislação determinar a análise de apenas 40 processos por unidade judicial correicionada, a juíza

Rosária Duarte decidiu verificar 70 processos, dentre esses os 20 mais antigos em tramitação, e mais 50 escolhidos de forma aleatória, incluindo os relativos a réus presos.

A magistrada avaliou que a estrutura dos fóruns das comarcas, em geral, é satisfatória para desenvolvimento dos trabalhos judiciais nas comarcas. “Em Porto Franco foram detectadas deficiências na estrutura física do Salão do Júri, que necessita de uma reforma para tornar o ambiente mais favorável à realização das

sessões do Tribunal do Júri”, observou a juíza.

EQUIPE - Auxiliam a juíza nos trabalhos os servidores Eurico Rocha, Josemar Filho, Tatiana Pereira, Bruna Menezes e João Castelo Branco. “Estamos concluindo, de forma satisfatória, os trabalhos da correição nessas comarcas com o auxílio dos servidores da Corregedoria, que estão muito comprometidos com o resultado da correição”, ressaltou a juíza corregedora.

FAZENDA PÚBLICA

CARTÓRIO DO FUTURO VAI AGILIZAR TRÂMITE PROCESSUAL NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) estuda projeto que objetiva unificar as secretarias judiciais das cinco primeiras varas da Fazenda Pública do termo da comarca da Ilha de São Luís, através de uma Secretaria Remota Digital (SRD), que irá agilizar a tramitação processual nessas unidades. O projeto, denominado Cartório do Futuro, foi apresentado à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, pelo juiz corregedor Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), no dia 27 de outubro.

A Secretaria Remota Digital seria estruturada para atender exclusivamente os processos eletrônicos das cinco varas da Fazenda Pública, possuindo uma coordenação e setores distintos por atividades, sem a necessidade da criação de novos cargos e aquisição de novas tecnologias. As seções da SRD serão divididas em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público.

Segundo o magistrado, a existência de uma secretaria híbrida com processos



físicos e eletrônicos, a crescente demanda processual e o alto índice de congestionamento nessas unidades judiciárias tornam necessária a implementação de modelos de gestão de produtividade cada vez mais eficientes, otimizando recursos humanos e tecnológicos. “No âmbito do Poder Judiciário do 1º grau, a sugestão é a adoção de um modelo já existente

em outros estados, onde os resultados são tecnicamente garantidos”, ressaltou Gladiston Cutrim.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, seria inviável adotar o mesmo tipo de gestão para os processos físicos e eletrônicos, de forma que o estudo de diversos modelos possibilitou a elaboração de uma proposta inicial de implantação

Novembro

A expressão “compartilhar e integrar” resume as principais ações da Corregedoria em novembro. Por meio do termo que autoriza a integração dos sistemas de informações criminais do Sistema de Segurança do Estado, assinado pela corregedora Anildes Cruz, o combate à criminalidade ascende a um novo patamar de agilidade e eficiência no Maranhão. Também nesse mês, pelo Provimento 28/2016, a CGJ regulamentou as audiências de custódia para menores apreendidos em ato infracional. Regularização imobiliária no bairro Coroado, em São Luís; realização da 3ª etapa do projeto “Trocando Ideias”; e a recomendação de práticas preventivas para lavratura de atos pelas serventias extrajudiciais, também foram algumas das ações da Corregedoria no período.

COMBATE AO CRIME

CORREGEDORIA ASSINA TERMO QUE INTEGRA SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS DO ESTADO

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que o termo é o resultado do esforço conjunto entre o Poder Judiciário, órgãos de segurança do Estado, e demais instituições envolvidas, para o combate à criminalidade e agilidade processual. “O Sistema de Segurança do Estado entra em um novo momento a partir de agora, com mais eficiência, agilidade e segurança na tomada de decisões”, assinalou a desembargadora corregedora.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, destacou a importância da parceria entre os órgãos. “A assinatura do termo de cooperação representa um avanço para administração pública estadual e trará bons frutos no campo institucional”, afirmou.

O procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coêlho, por sua vez, afirmou que a integração dos sistemas vai trazer um avanço gigantesco na prestação de serviços.

Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do TJMA, a maior vantagem é a segurança da informação, que vai possibilitar ao juiz identificar a pessoa que está sendo processada e as



outras provas que existem no processo de maneira mais rápida.

“A partir desse convênio, o juiz poderá acessar documentos no próprio órgão de origem. Ele poderá consultar informações na fonte, sendo desnecessário o envio de ofícios para que o documento seja encaminhado”, explicou.

De acordo com o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, a assinatura do termo fortalece o rela-

cionamento entre os órgãos e entidades públicas. “Essa visão compartilhada do problema contribui positivamente para a administração pública com todos marchando no mesmo tom”, frisou.

O secretário de Estado de Governo, Antonio Nunes, destacou que a utilização de um sistema unificado de informações, com o uso da tecnologia, resolve problemas internos e permite uma melhor prestação de serviços à sociedade.

ACOMPANHAMENTO

CORREGEDORIA REALIZA 3ª EDIÇÃO DO PROJETO 'TROCANDO IDEIAS'



No 'Trocando Ideias' os juízes discutem temas de grande relevância na atividade judicante dos magistrados do Maranhão, como incentivo ao aprimoramento da prestação jurisdicional nas comarcas onde atuam.

Durante a abertura, a desembargadora Anildes Cruz ressaltou que a troca de ideias e as boas práticas desenvolvidas pelos juízes proporcionam grande aprendizado a todos, por isso, devem ser compartilhadas e difundidas.

"O tempo tem nos exigido um es-

forço conjunto no enfrentamento dos problemas, dessa forma, a capacitação em Gestão Judiciária é para nós, mais uma ferramenta que visa melhorar a prestação jurisdicional, além de multiplicarmos as experiências positivas", concluiu a corregedora.

O presidente em exercício da AMMA, juiz Marcelo Moreira, manifestou a satisfação da associação em sediar um encontro de capacitação de magistrados. "Desejo que todos os objetivos planejados sejam alcançados", ressaltou.

A juíza Raquel Menezes, titular da 1ª vara de Coelho Neto, e o juiz José Augusto, titular da 2ª vara de Rosário, compartilharam, com os demais juízes, experiências desenvolvidas na gestão das unidades judiciais das comarcas onde atuam.

Os juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu (Infância e Juventude), Marcia Chaves (Coordenação dos Juizados), Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e Sara Gama (Serventias Extrajudiciais), acompanharam a corregedora no evento.



DIREITOS HUMANOS

CORREGEDORIA RECEBE ENTIDADES DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Entidades representativas de Direitos Humanos da Mulher foram recebidas na Corregedoria, pela desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral. Em pauta, o processamento e julgamento de ações que envolvem a Lei Maria da Penha. De acordo com o Centro de Promoção de Cidadania e Defesa de Direitos Humanos Pe. Josimo, processos que tratam do mesmo caso familiar e que envolvem violência doméstica e guarda dos filhos, processados em diferentes varas judiciais, resultam em decisões divergentes.

Para Thiago Viana, representante do Centro de Cidadania, é necessário estabelecer uma conexão nessas ações que tramitam na Vara da Mulher e nas Varas da Família, para evitar decisões conflitantes em um mesmo caso.

A corregedora Anildes Cruz propôs uma discussão que alcance todos os envolvidos no tema, um debate amplo. "Os direitos da mulher e das crianças, reivindicados perante o Poder Judiciário devem ser processados e julgados com os cuidados inerentes à matéria, para que

haja a eficaz e completa prestação jurisdicional", pontuou a corregedora Anildes Cruz. Representantes da Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Maranhão - ACECTMA; Secretaria Municipal de Educação de São Luís; e Universidade Federal do Maranhão, também participaram do encontro.

Acompanharam a corregedora durante a reunião, os juízes auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude) e Rosária Duarte (Serventias Judiciais).

PROVIMENTO 28/2016

CORREGEDORA REGULAMENTA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PARA ADOLESCENTES



Provimento nº 28/2016, já em vigor, determina que o adolescente apreendido por ato infracional ocorrido no termo judiciário de São Luís deverá ser apresentado em 24h, pela unidade da FUNAC, ao juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, após ouvido o Ministério Público. Quando a apreensão ocorrer nos finais de semana e feriados, a apreciação deverá ser feita pelo plantão judiciário criminal.

Para o juiz auxiliar da CGJ, José Américo Abreu Costa, a medida regulamentada pela Corregedoria “garante tratamento igualitário entre adultos e adolescentes, no que se refere ao direito de ser ouvido por autoridade judiciária nos casos de flagrante delito”.

INFÂNCIA E JUVENTUDE - As audiências de apresentação de adolescentes apreendidos em flagrante serão realizadas diariamente nas dependências da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, em horários marcados. O juiz apreciará a legalidade da apreensão e tomará as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que

podem ser o arquivamento dos autos; a remissão (absolvição) ou a aplicação de medida socioeducativa. As audiências de apresentação de adolescentes já são uma prática corrente na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, onde o primeiro ato do processo e os procedimentos relativos à continuidade da ação acontecem em uma mesma audiência.

“Estamos lidando com a adolescência - uma fase curta da vida - que depende de uma medida protetiva ou socioeducativa da Justiça importante para a reinserção social do adolescente. Com a audiência de apresentação podemos dar uma resposta mais célere acerca da responsabilização do adolescente infrator”, explicou o Juiz José Costa (2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís), que propôs a regulamentação das audiências de apresentação à Corregedoria.

O atendimento ao adolescente em conflito com a lei é feito de forma conjunta pelos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, Delegacia de Polícia do Adolescente Infrator e da unidade de atendimento da Fundação da Criança e o Adolescente (Funac).



“ESTAMOS LIDANDO COM A ADOLESCÊNCIA - UMA FASE CURTA DA VIDA - QUE DEPENDE DE UMA MEDIDA PROTETIVA OU SOCIOEDUCATIVA DA JUSTIÇA IMPORTANTE PARA A REINserÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE. COM A AUDIÊNCIA DE APRESENTAÇÃO PODEMOS DAR UMA RESPOSTA MAIS CÉLERE ACERCA DA RESPONSABILIZAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR”

José Costa, juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís

I NOVEMBRO AZUL

FÓRUM DE SÃO LUÍS LANÇA CAMPANHA ALERTANDO PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER EM HOMENS

Com um alerta sobre o crescimento do número de casos de câncer em homens no Brasil e a importância da realização do exame preventivo para o diagnóstico precoce da doença que deve atingir este ano 295.200 novos casos no país, foi lançada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a Campanha Novembro Azul, movimento mundial de combate ao câncer masculino. O evento foi aberto com a instalação da Geladeira Solidária e encerrado com a esquete da comédia Pão com Ovo.

O diretor do Fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim, disse que o órgão está engajado no movimento de combate ao câncer masculino e que continuará as parcerias nas campanhas de responsabilidade social.

O vice-presidente da Fundação, Antonio Dino Tavares, falou sobre a importância das parcerias para o trabalho da instituição que atua na luta contra o câncer no Maranhão desde 1976. Além do Hospital Aldenora Bello, a entidade mantém duas casas de apoio que hospedam pacientes vindos do interior e de outras localidades, para tratamento do câncer; e o consultório móvel, unidade ambulatorial utilizada em campanhas de prevenção da doença.

O diretor Comercial e Marketing da Psu, José Rafael da Silva, lembrou que



o projeto Geladeira Solidária, idealizado pela empresa e já funcionando há seis meses, tem como principal vertente a responsabilidade social, o incentivo à solidariedade e a consciência cidadã. É que o público terá livre acesso ao equipamento instalado durante todo o mês de novembro no Fórum de São Luís e

nenhum funcionário da empresa ficará ao lado para acompanhar a venda e entrega dos produtos. O próprio consumidor ficará livre para pegar o refrigerante, água, suco ou energético e depositar no cofre acoplado à geladeira o dinheiro equivalente a sua compra. Cada item custa de R\$ 2,00.



I SEGURANÇA

CGJ RECOMENDA PRÁTICAS PREVENTIVAS NA LAVRATURA DE ATOS PELOS CARTÓRIOS DE NOTAS

A Corregedoria Geral da Justiça expediu Recomendação (Nº 01/2016) a ser seguida pelos tabeliães de notas na lavratura de atos, de escritura pública, escrituras relativas a imóveis rurais e urbanos, e de escritura de separação/divórcio e de inventário/partilha, dentre outros casos.

Dentre outras quatro recomendações, a Corregedoria orienta que antes da la-

vatura de qualquer ato de seu ofício os tabeliães verifiquem se as partes estão com os originais dos documentos de identificação (CI ou CPF/CNPJ e, se for o caso, Certidão de Casamento).

Nos casos de lavratura de escritura pública, são vinte recomendações. Os requisitos incluem, por exemplo, dia, mês, ano e local; assinatura e qualifica-

ção das partes.

Escrituras relativas a bens imóveis – rurais e urbanos – devem ter a identificação e prova de quitação de tributos municipais, além de mais dez exigências. Lavraturas de escritura de separação e divórcio de inventário e partilha deverão observar os requisitos constantes na Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça.

ISO 9001:2015

EXAME DE DNA LABORATÓRIO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS RECEBE NOVA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

O Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) foi referenciado com a certificação ISO 9001:2015. O selo, aplicado mundialmente, atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames de DNA realizados pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.

A recomendação para recebimento do certificado foi entregue ao diretor do Fórum, juiz Sebastião Bonfim, pelo auditor Marcos Viana, da empresa certificadora suíça SGS (Société Generale de Surveillance), que passou dois dias avaliando os procedimentos do laboratório. Segundo o auditor da SGS, a certificação padroniza os processos de maneira consistente, assegurando confiabilidade e qualidade nas análises de DNA.

Marcos Viana já havia certificado o laboratório com o ISO 9001:2008, em 2013. Ele explicou que o ISO 9001:2015, obtido agora, diferencia-se do anterior por enumerar mais elementos para comprovação de excelência, como, gestão de riscos, contexto organizacional, necessidades e expectativas das partes interessadas. “É a garantia de que as análises de DNA são feitas mediante padrão de excelência e foco no atendimento ao cliente”.

Para o diretor Sebastião Bonfim, a nova certificação premia o esforço conjunto da gestão e de toda a equipe de servidores do laboratório. “É o resultado da



dedicação de todos; a competência aliada ao zelo profissional, o compromisso da diretoria em oferecer um trabalho de qualidade ao jurisdicionado”. Alias, foi na gestão de Sebastião Bonfim, em 2013, que o laboratório recebeu a certificação internacional pela primeira vez.

Criado em 1999, na gestão do corregedor Jorge Rachid, o Laboratório Forense conta atualmente com uma equipe de 10 profissionais, sendo três analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins. Este ano, até o mês de outubro, a unidade laboratorial já realizou 930 exames de DNA. No ano

anterior (2015) foram 1.073 exames; em 2014, 1.074; e em 2013, 1.130 exames.

No laboratório são realizados exames de DNA para fins processuais, requisitados por juízes das comarcas do interior e da capital. O exame pode ser requisitado nos processos de investigação de paternidade, por magistrados das varas da família ou por um juiz criminal para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e incesto, seguido de gravidez. Em relação à Vara da Infância e Juventude, o exame é indicado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez.

I ALVARÁ ELETRÔNICO

TREINAMENTO DE ANALISTAS DA SEGURANÇA PREPARA IMPLANTAÇÃO DO ALVARÁ ELETRÔNICO



Especialistas penitenciários jurídicos participaram de um treinamento no Fórum de São Luís, sobre o uso do sistema de “Malote Digital” do Poder Judiciário no cumprimento de alvarás de soltura expedidos por magistrados para liberação de presos. Os doze servidores da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (SEAP) são responsáveis pela análise dos alvarás de soltura de presos antes de dar efetividade à ordem judicial.

O treinamento foi ministrado pela diretoria de informática do Tribunal de Justiça do Maranhão e assessoria de informática da Corregedoria, com o acompanhamento do juiz Gladiston Cutrim coordenador de planejamento estratégico da CGJ-MA e do supervisor geral de gestão de alvarás da SEAP, Samyr Duarte Kzam.

Uma segunda etapa de treinamento será ministrada aos servidores das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPRs) vinculadas à SEAP e aos servidores das Delegacias Regionais subordinadas a Secretaria de Segurança Pública. A Corregedoria enviou uma Circular a todos os juízes de direito com competência criminal, sobre as providências tomadas para a efetivação do sistema.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, a preparação dos servidores da área da segurança pública que atuam nos órgãos recebedores dos alvarás de soltura é a etapa anterior à implantação e uso do sistema de malote digital para essa finalidade, que tem como meta reduzir o prazo do cumprimento da ordem de soltura de 24h, como geralmente acontece atualmente, para duas horas.

“A Corregedoria providenciará junto a Diretoria de Informática a melhoria do perfil de usuário dos analistas da área da segurança, com o objetivo de agilizar a pesquisa atual de dados referentes à situação do preso. Eles vão passar a utilizar o sistema com um perfil mais adequado, facilitando o trabalho de análise dos dados sobre a situação do preso”.

A capacitação oferecida pelo Judiciário decorreu de cooperação técnica firmada pela Corregedoria Geral da Justiça com a Unidade de Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA, a SEAP, a SSP e a Delegacia Geral de Polícia Civil, que permitiu o emprego do sistema de Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça como meio de comunicação oficial entre a Justiça de primeira e segunda instâncias para cumprimento de ordens judiciais

de soltura, conforme a Lei Federal nº 11.419/2006.

MALOTE - O uso do sistema de Malote Digital foi regulamentado pela CGJ-MA por meio do Provimento Nº 24/2016, que Institui o Alvará de Soltura Eletrônico e seu uso no âmbito da Justiça de primeiro e segundo grau por meio do Sistema de Malote Digital.

“

A CORREGEDORIA PROVIDENCIARÁ JUNTO A DIRETORIA DE INFORMÁTICA A MELHORIA DO PERFIL DE USUÁRIO DOS ANALISTAS DA ÁREA DA SEGURANÇA, COM O OBJETIVO DE AGILIZAR A PESQUISA ATUAL DE DADOS REFERENTES À SITUAÇÃO DO PRESO.”

Gladiston Cutrim, juiz

I PROPOSTA

CGJ VAI PADRONIZAR PROCEDIMENTO DE MEDIDAS APLICÁVEIS A PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Em atenção à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), apresentou à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, o modelo de fluxograma processual das medidas terapêuticas em execução penal, nos casos de incidentes de insanidade mental detectados no sistema prisional do Estado do Maranhão. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), também acompanhou a apresentação do fluxograma.

O trabalho detalha todos os procedimentos e medidas judiciais aplicáveis aos casos de incidente de insanidade mental detectados pela Rede de Atenção Psicossocial, que dão suporte às decisões judiciais.

O modelo apresentado aos desembargadores foi concebido a partir de uma articulação com os órgãos e unidades que integram a rede de atenção à saúde de apenados. Dentre eles, o Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública (DPE), Hospital Nina Rodrigues, Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Departamento Estadual de Saúde Mental, e Núcleo de Perícias Psiquiátricas do Estado do Maranhão.

A corregedora elogiou o trabalho desenvolvido pelo juiz da 2ª VEP e pela UMF, que objetiva realinhar e otimizar o fluxo de aplicação de medidas terapêuticas a presos com incidente de insanidade mental. “O alcance e a importância dessas medidas se concretizam na plena prestação jurisdicional à sociedade, na medida em que a CGJ vai orientar os magistrados com um procedimento padrão”, ressaltou a desembargadora corregedora.

Segundo o desembargador Froz Sobrinho, a partir desse fluxo é possível otimizar os procedimentos para atendimento de pessoas internadas com base em inci-

dente insanidade mental, inclusive, com a cooperação da família.

O modelo apresentado será convertido em formato de cartilha e servirá como manual de instrução para uso dos magistrados em processos judiciais que envolvem incidentes de insanidade mental, e que envolvam custodiados do sistema prisional portadores de transtornos de ordem mental.

O juiz Fernando Mendonça, destacou ainda, que a partir desse trabalho será viabilizado um termo de cooperação com as instituições envolvidas. “Estamos sugerindo um modelo de procedimentos para utilização pelos juízes da Execução Penal, que concede atenção integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, envolvendo toda a rede de proteção, a família do paciente e a sociedade”, finalizou o titular da 2ª VEP.

Participaram da reunião, o juiz auxiliar da corregedoria, Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), Gustavo Adriano Campos (diretor da Secretaria da CGJ) e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.



“O ALCANCE E A IMPORTÂNCIA DESSAS MEDIDAS SE CONCRETIZAM NA PLENA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL À SOCIEDADE, NA MEDIDA EM QUE A CGJ VAI ORIENTAR OS MAGISTRADOS COM UM PROCEDIMENTO PADRÃO”

Anildes Cruz, desembargadora

I CARTÓRIO DO FUTURO

CGJ CONHECE EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA JUDICIAL ÚNICA PARA A FAZENDA PÚBLICA



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) conheceu o funcionamento da secretaria judiciária única do “Cartório do Futuro”, do Poder Judiciário do Ceará, para fins de implantação de projeto semelhante nas varas da Fazenda Pública de São Luís.

Os juízes Carlos Veloso, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão e Gladiston Cutrim, juiz auxiliar de planejamento da CGJ-MA, visitaram o fórum de Fortaleza (CE), onde foram recebidos pelo juiz José Maria dos Santos Sales, diretor do fórum “Clóvis Beviláqua”, e pelo juiz Demetrio Saker Neto, auxiliar da corregedoria geral da Justiça do Ceará, além de servidores.

A oportunidade serviu para captar informações junto aos servidores e magistrados da Fazenda Pública cearense sobre a experiência na implantação da secretaria única – experiência bem sucedida implantada em janeiro de 2014, por autorização nº 02/2013 – TJCE. A tramitação processual no fórum local é inteiramente eletrônica por meio do sis-

tema SAJ, o que facilitou a implantação da Secretaria Judiciária Única.

Atualmente, a secretaria cearense conta com 47.500 processos. A unificação do serviço permitiu um incremento em 95% da expedição de mandados, cartas, ofícios e alvarás e 74% em arquivamento definitivo de processo, em relação à sistemática anterior à instalação da secretaria judicial única.

AGILIDADE - De acordo com o supervisor da secretaria judiciária única, Francisco Clávio Saraiva Nunes, em tese, a Secretaria Judiciária Única assumiu os expedientes e procedimentos voltados à tramitação processual, enquanto os gabinetes ficaram responsáveis pela produção.

O juiz Carlos Veloso, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão explicou que nos últimos 11 meses, as cinco varas da Fazenda Pública receberam, aproximadamente, 34 mil processos. “De repente fomos pegos com uma avalanche de processos e permanecemos com o

mesmo número de servidores, mesmas práticas desenvolvidas no processo físico, e exatamente por isso que estamos em busca de alternativas para melhorar o atendimento dos processos digitais e assim, consequentemente, melhorar a prestação jurisdicional”, disse o magistrado.

Para o juiz de planejamento, Gladiston Cutrim, a experiência de conhecer de perto o funcionamento da secretaria única do tribunal cearense deixou claro a certeza de ser possível dar maior agilidade na movimentação processual. “A padronização de rotinas e procedimentos facilita o cumprimento das determinações judiciais proferidas pelos magistrados, sem falar o fato de ser uma das formas de amenizar o problema de falta de servidores”.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, determinou a realização do estudo de projeto-piloto para as varas da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís, o que deverá ser discutido em breve com os magistrados e presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

PROVIMENTO 30/2016

PEÇAS PROCESSUAIS DE CRIMES PRATICADOS POR MILITARES DEVEM SER ENVIADAS À PROCURADORIA



Em atendimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Corregedoria Geral da Justiça disciplinou a remessa de cópias de peças processuais ao Ministério Público estadual, para fins de representação para perda de posto e de patente ou de graduação dos oficiais das polícias militares do Estado.

De acordo com o **Provimento nº 30/2016**, de 22/11/2016, os secretários judiciais das varas criminais do Poder Judiciário, no prazo de 30 dias do trânsito em julgado da sentença penal condenatória - que tenha determinado a oficiais ou praças graduados da Polícia Militar pena privativa de liberdade superior a dois anos -, encaminhem ao procurador geral da Justiça as cópias das peças processuais: denúncia, interrogatório, sentença condenatória, acórdão (se houver) e certidão de trânsito em julgado.

A determinação também se aplica quando do recebimento do processo submetidos à apreciação recursal, mas será dispensável na hipótese de praça graduado condenado já ter sido excluído

da corporação por ato administrativo.

CNJ – O Conselho Nacional de Justiça, em autos do Pedido de Providência recomendou aos tribunais de Justiça a edição de ato normativo que determinou a remessa de cópias das principais peças processuais à Procuradoria Geral da Justiça ou Procuradoria Geral da Justiça Militar, para fins de representação ara declaração de indignidade/incompatibilidade no exercício da carreira militar.

No Provimento, a Corregedoria considerou que a Constituição Federal determina que a perda do posto e da patente dos oficiais das polícias militares dos estados, com a consequente exclusão do quadro da corporação, depende de processo específico perante o Tribunal de Justiça, a ser deflagrado por representação do Ministério Público, visando à declaração da indignidade ou compatibilidade ao oficialato, após a condenação criminal por crime comum ou militar, com trânsito em julgado a pena privativa de liberdade superior a dois anos.

NO PROVIMENTO, A CORREGEDORIA CONSIDEROU QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DETERMINA QUE A PERDA DO POSTO E DA PATENTE DOS OFICIAIS DAS POLÍCIAS MILITARES DOS ESTADOS, COM A CONSEQUENTE EXCLUSÃO DO QUADRO DA CORPORACÃO, DEPENDE DE PROCESSO ESPECÍFICO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I DIGNIDADE

FAMÍLIAS RECEBEM REGISTRO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL EM AÇÃO NO BAIRRO DO COROADO



Na abertura, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, explicou sobre a situação do Coroado: “O que faremos hoje aqui é entregar o registro de imóveis dessas pessoas que, há 46 anos, compraram aqui seus terrenos, mediante contrato de compra e venda, e construíram suas casas, sendo que nunca conseguiram tirar esse registro. Quase todas essas pessoas, cerca de 99%, pagaram à SURCAP (Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital S/A) e não adquiriram o direito de propriedade. O Provimento 25 de 2015 da Corregedoria Geral da Justiça veio para garantir a essas pessoas a possibilidade de ter averbado o direito de propriedade no 2º Cartório de Registro de Imóveis”.

“As entidades representativas do Coroado se uniram e formaram uma comissão de moradores. O papel do Poder Judiciário é basicamente de orientação, pois a legislação já está aí para ser cumprida. Hoje, são as comunidades que estão procurando o Judiciário. Esse trabalho já foi realizado em diversos bairros de

São Luís, a exemplo de toda a região da Cidade Operária, Vila Janaína, Vila Riód, Santa Clara, Cidade Olímpica, Vila Luizão, Divinéia, Sol e Mar, Sá Viana, Pirapora. Já é um número significativo de bairros que estão tendo esse direito garantido. A situação aqui no Coroado deve estar toda regularizada até abril de 2017”, explicou Luzia. Ela ressalta que a iniciativa beneficia pessoas que já ocupam



as áreas por longos anos, e contempla famílias com renda não superior a cinco salários mínimos que vivam em imóveis com área do terreno não superior a 250 m² e área construída não superior a 70 m².

Neline Soares, moradora, ressaltou que esse movimento no bairro surgiu durante uma edição do Coroado de Natal, uma rede de solidariedade realizada na área há dois anos e que tem como parceira a 2ª Vara de Execuções Penais. “Eu passei mais de quatro anos andando entre SURCAP e cartório e ninguém me dava uma orientação correta. Durante uma edição do coroado de natal eu coloquei essa minha insatisfação. De pronto, o juiz Fernando Mendonça pediu que eu procurasse a juíza Luzia e que ela estaria com essa pasta de legalização fundiária. Luzia Neponucena analisou os contratos que a ela foram entregues e posso afirmar que a comunidade do Coroado deve muito à Corregedoria Geral de Justiça justamente por esse momento ímpar e a comunidade está começando a compreender isto”, disse ela, que mora no bairro desde 1978.

Dezembro

Dezembro inicia com a participação da corregedora geral no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF). No evento, a corregedora conheceu as metas nacionais a serem cumpridas pelos órgãos da Justiça em 2017, bem como o desempenho dos tribunais no cumprimento das metas de 2016. A corregedora também designou seis novos juízes para atuarem em zonas judiciais do interior do Estado e baixou o Provimento nº 31/2016, que determina o encaminhamento para o Exército, de armas apreendidas que estejam guardadas nas unidades judiciais.

PROVIMENTO 30/2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CONCLUI CALENDÁRIO ANUAL DE CORREIÇÕES EM COMARCAS



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) concluiu no dia 1º de dezembro, o calendário de correições gerais ordinárias e extraordinárias nas unidades jurisdicionais do interior do Estado do ano de 2016, iniciado no dia 02 de maio. Na última semana de correições, uma equipe da CGJ-MA, presidida pela juíza Rosângela Prazeres, com o auxílio de cinco servidores, correicionou as comarcas de São Pedro da Água Branca (dia 28), Itinga (29) e Açailândia (30 e 1º/12).

Os trabalhos foram iniciados na comarca de São Pedro da Água Branca, onde foi verificado que o quadro de servidores é reduzido e o prédio do fórum não possui a estrutura necessária para atender às necessidades dos servidores e jurisdicionados. Em Itinga, o número de servidores é razoável e a estrutura, em geral atende às necessidades da demanda. A equipe da Corregedoria verificou as condições de funcionamento do fórum e da secretaria

judicial da 1ª Vara Criminal e da 2ª Vara Cível de Açailândia.

Durante a visita às comarcas a magistrada e os servidores verificaram, dentre outros serviços, a regularidade na tramitação dos feitos, o tempo de duração dos processos; a qualidade do atendimento ao público pela secretaria judicial e as condições prediais e patrimoniais do fórum. “Estamos analisando, em média, 70 processos por unidade judicial”, pontuou a juíza Rosângela Prazeres.

Os servidores: Sabrina Smith, Lilia Gonçalves, Eurico Rocha, Eryka Martins e Thayana Cruz foram encarregados de auxiliar a magistrada durante os trabalhos correicionais.

Após o encerramento são elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por unidade correicionada, dos fatos que forem constatados durante a correição.

DURANTE A VISITA ÀS COMARCAS A MAGISTRADA E OS SERVIDORES VERIFICARAM, DENTRE OUTROS SERVIÇOS, A REGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS FEITOS, O TEMPO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS; A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO PELA SECRETARIA JUDICIAL E AS CONDIÇÕES PREDIAIS E PATRIMONIAIS DO FÓRUM.

AGILIDADE

PRIMEIRO ALVARÁ DE SOLTURA VIA MALOTE DIGITAL FOI CUMPRIDO EM UMA HORA E MEIA

Foi cumprido em uma hora e meia o primeiro alvará de soltura encaminhado à autoridade policial por meio do Sistema Malote Digital, implantado na Justiça estadual de primeiro grau pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

A decisão judicial partiu do juiz Marcelo Libério, titular do Juizado Cível e Criminal de São José de Ribamar e respondendo pela 1ª Vara Criminal e foi cadastrada no sistema às 9h6min, e lida às 10h29min. O despacho para cumprimento do alvará de soltura foi emitido pela autoridade policial às 12h04min do mesmo dia.

ALVARÁ DE SOLTURA MALOTE DIGIT@L



MALOTE DIGITAL – Por meio de Convênio de Cooperação Técnica assinado em setembro deste ano, pelo Poder Judiciário, foi implantado na Justiça estadual o Sistema “Malote Digital”, desenvolvido

pelo Conselho Nacional de Justiça, como meio de comunicação oficial entre os sistemas de Justiça e Segurança Pública, para fins de cumprimento de alvarás de

soltura de presos, no prazo máximo de 24 horas da decisão judicial de livramento, se o acusado não estiver preso por outro motivo.



73º ENCOGE

CORREGEDORES DE TODO O PAÍS DISCUTEM PROPOSTAS PARA A MAGISTRATURA



73º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge), discutiu a relação do juiz com a imprensa e mídias sociais, ética, inovações do novo Código de Processo Civil (CPC) e registro civil após reprodução assistida.

RECONHECIMENTO

CORREGEDORA ANILDES CRUZ É ELEITA PARA A COMISSÃO EXECUTIVA DO CCOGE

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi eleita para compor a nova comissão executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). A eleição aconteceu, por aclamação, ao final do 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado em São Paulo (SP).

A nova composição do Colégio é formada pelos desembargadores Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJSP) como presidente; desembargador André Leite Praça (TJMG), vice-presidente; desembargador José Cruz Macedo (TJDF), 2º vice-presidente; e a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, como secretária. O corregedor-geral do Espírito Santo, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, foi conduzido ao cargo de tesoureiro. O mandato dos eleitos tem a duração de um ano.

A desembargadora Anildes Cruz, única mulher a compor a nova diretoria,



agradeceu a confiança dos colegas para o mandato, e afirmou que as ações do CCOGE externadas nas ações e debates promovidos pelo Encoge, contribuem para as mudanças necessárias no Judiciário brasileiro frente à nova realidade

social dada. “O Encoge tem essa missão de tornar a prestação jurisdicional e extrajudicial uniforme, ampla, célere e eficaz, daí a importância de discussões e debates atuais promovidos por esse encontro”, ressaltou Anildes Cruz.



ORIENTAÇÃO

CORREGEDORES ESTADUAIS APROVAM A CARTA DE SÃO PAULO DURANTE O 73º ENCOGE

Os corregedores gerais das justiças estaduais de todo o país, lançaram, no dia 25 de novembro, a Carta de São Paulo após três dias de discussões e debates durante o 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado na capital paulista. A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça maranhense, contribuiu com a redação do documento.

Entre os pontos destacados está a intensificação do controle de assiduidade e disponibilidade dos juízes, garantindo a presença física do magistrado durante o período de expediente forense. Registro civil para nascimentos advindos de técnicas de reprodução assistida; rígido controle do excedente da remuneração



dos interinos em cartórios; atendimento prioritário pelo Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) para o desenvolvimento e suporte do Projeto PJe, dentre outros.

REFORÇO

SEIS NOVOS JUÍZES DE DIREITO ENTRAM EM EXERCÍCIO NA MAGISTRATURA DE 1º GRAU

Os seis novos juízes empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, entraram em exercício no dia 12 de dezembro, perante a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

A juíza Talita de Castro Barreto vai atuar na 6ª Zona Judiciária, sediada na comarca de Caxias. A magistrada Urbanete de Angiolis Silva, foi designada para a 5ª Zona Judiciária, na comarca de Açailândia. Já os juízes Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, Hugo Alves Albarelli Ferreira, Paulo do Nascimento Junior e Felipe Soares Damous, entraram em exercício no cargo de juiz substituto na 4ª, 3ª, 2ª e 1ª Zonas Judiciárias, respectivamente, com sede na comarca de Imperatriz. Na assinatura dos termos, a desembargadora Anildes Cruz deu as boas vindas e ressaltou os desafios



que os novos juízes vão enfrentar. “A magistratura é para ser amada, por isso, trabalhem observando as exigências do cargo”, enfatizou a corregedora.

O juiz José Américo Abreu Costa, auxiliar da Corregedoria, destacou o contexto atual da atuação do magistrado. “Ao contrário de um passado remoto, o Judiciário não é mais um quartel forense, é

sim um ambiente em que os juízes devem se manter em constante diálogo, com a troca de ideias e compartilhamento de experiências”, ressaltou o juiz corregedor.

Também participaram da cerimônia os juizes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim, Marcia Chaves, Rosângela Prazeres, e o diretor da Corregedoria, Gustavo Campos.

NOVOS JUÍZES DA JUSTIÇA DE 1º GRAU CONHECEM A ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO EM VISITA À CGJ

Os novos juízes empossados durante sessão plenária do Tribunal de Justiça, conheceram a estrutura da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Ricardo Moyses, Felipe Damous, Urbanete Silva, Paulo Junior, Talita Barreto e Huggo Ferreira foram recebidos pela corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, e pelos juízes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim e Rosângela Prazeres. Os magistrados conheceram as diversas funcionalidades dos Sistemas PJe e Themis-PG, que gerenciam eletronicamente os processos da Justiça de 1º grau. As principais ferramentas dos sistemas foram apresentadas, passo-a-passo, aos novos magistrados do Maranhão.

Foi pontuado também, durante a visita, as demandas requeridas pela Corregedoria, Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apresentação de relatórios, cumprimento de metas estabelecidas,



processos de vitaliciamento na carreira, correições e detalhes da execução penal, dentre outros.

Segundo a corregedora Anildes Cruz, que priorizou a realização desse momento para os novos magistrados, o juiz precisa ter um suporte de informações e orientações necessárias para o exercício

da atividade judicante, principalmente, no início da carreira. “A Corregedoria vai continuar orientando e dialogando com o magistrado em busca do cumprimento das normas legais, e da melhoria na prestação jurisdicional e redução dos índices de congestionamento processual nas unidades” observou a corregedora.

I PROVIMENTO 31/2016

CGJ DETERMINA ENVIO DE ARMA E MUNIÇÃO SOB CUSTÓDIA DO JUDICIÁRIO AO EXÉRCITO

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) determinou o envio de armas de fogo e munições que se encontram em unidades do Poder Judiciário ao comando do Exército Brasileiro para que sejam destruídas ou doadas, independentemente da fase em que se encontra o processo judicial.

No Provimento Nº 31/2016, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, justifica que essa medida é necessária por “questão de segurança”,

apesar do recolhimento mensal das armas pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Conforme a determinação da Corregedoria, as armas e munições sob custódia do Judiciário, vinculadas a processos com sentenças já transitadas em julgado deverão ser encaminhadas ao Exército, assim como as desvinculadas de processos judiciais terão o mesmo encaminhamento. Armas brancas deverão ser enviadas – imediatamente – para destruição.

A Corregedoria informa que, antes do

encaminhamento, as armas e munições deverão ser periciadas e os proprietários intimados para que, no prazo de dez dias, manifeste interesse na restituição.

Caso a arma apreendida seja de propriedade dos órgãos de Segurança Pública deverá ser devolvida à corporação, após a elaboração de laudo pericial e intimação das partes. Já a doação de armas aos órgãos da Segurança Pública e às Forças Armadas deverá ser realizada conforme a Lei Federal nº 10.826/2003.



I MENSAGEM

8 DE DEZEMBRO: DIA DA JUSTIÇA

Criado pelo Decreto-Lei n.º 8.292/45, os tribunais, fóruns e órgãos ligados ao Judiciário comemoram essa data desde 1940, em homenagem à santa Imaculada Conceição, reconhecida pelo Papa Pio IX no dia 8 de dezembro de 1854.

A criação do Dia da Justiça teve por objetivo homenagear não apenas o Poder Judiciário, mas todos os profissionais que atuam na área do direito promovendo

a justiça social.

ÉTICA - Para a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, a data deve ser comemorada porque resgata a discussão sobre valores como ética, cidadania, respeito, convivência e compreensão, pontos fundamentais de uma sociedade justa e igualitária. “A atuação da Justiça para garantir a solu-

ção de conflitos gerados na sociedade deve resgatar, sempre, tais valores, pois, dessa forma, estará contribuindo com a consolidação e o aperfeiçoamento das instituições brasileiras e a paz social”.

“Todos os valorosos magistrados maranhenses que honram e dignificam o Judiciário estão de parabéns neste importante dia”, finalizou a desembargadora corregedora.



I TRANSPARÊNCIA

CORREGEDORIA PÚBLICA PLANTÃO JUDICIÁRIO DA ILHA DE SÃO LUÍS EM 2017

A Corregedoria Geral da Justiça publicou a escala do Plantão Judiciário do 1º Grau da comarca da Ilha de São Luís para o ano de 2017, que tem início no dia 2 de janeiro de 2017 e encerramento no dia 6 de janeiro de 2018.

Na Portaria nº 4636/2016 são indicados os nomes dos juízes de direito e as datas que responderão pelos plantões semanais nos dias úteis e em recesso forense em toda a região metropolitana de São Luís, que abrange os termos judiciários

de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A medida segue a orientação da Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

RECONHECIMENTO

CORREGEDORIA RECONHECE EXCELÊNCIA DE SERVIÇOS PRATICADOS POR CARTÓRIOS DE SÃO LUÍS



Em solenidade realizada dia 19 de dezembro, a corregedora geral da Justiça reconheceu os serviços prestados por cinco cartórios extrajudiciais de São Luís que se destacaram pelas boas práticas de gestão administrativa e alcançaram grau de excelência, no ano de 2016.

A corregedora geral, desembargadora Anildes Cruz, entregou uma Portaria de Elogio, acompanhada de um Certificado, para os cartórios: Juliana Pereira Soares (5º Tabelionato de Notas), representada pela substituta Rafaela de Sousa Félix; Pedro Henrique de Cavalcante Lima (6º Tabelionato de Notas), Thyago Ribeiro Soares (2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas); Paulo de Tarso Guedes Carvalho (2º Tabelionato de Protesto de Letras e Outros Títulos de Créditos) e Gustavo Dal Molin de Oliveira (7º Tabelionato de Notas).

Os cartórios homenageados cumpriram as exigências da legislação, conforme suas especialidades, para o bom funcionamento dos serviços extrajudiciais, que foram fiscalizados durante as inspeções extraordinárias realizadas pela Corregedoria durante o mês de agosto deste ano.

Durante a solenidade, a corregedora Anildes Cruz parabenizou os cartórios e enalteceu a importância do trabalho do serviço extrajudicial para a população. “Esse reconhecimento é um incentivo

para os cartórios que cumpriram com rigor a legislação. Que essas boas práticas sirvam de exemplo para que os demais cartórios atinjam suas metas. O jurisdicionado só tem a ganhar com isso”, disse.

BOAS PRÁTICAS - Dois cartórios se destacaram por investimentos nos recursos humanos. O 5º Tabelionato de Notas adotou um Plano de Cargos e Carreira para contratação e gestão de pessoas, com prévio processo seletivo e cursos de formação para aperfeiçoamento do corpo funcional na área notarial e registral. Já o 6º Tabelionato de Notas implantou dois programas de atenção à saúde ocupacional dos colaboradores, e cumprimento as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando minimizar a exposição dos funcionários aos riscos posturais no desempenho da função.

No 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas foram feitas duas intervenções: a primeira efetivou o acompanhamento em tempo real do ordenamento das notificações, via e-mail. E a segunda, por meio de convênio com a Receita Federal em curso, a emissão imediata do CNPJ, tão logo seja registrada uma empresa no cartório.

No cartório 2º Tabelionato de Protesto de Letras e Outros Títulos de Créditos, foram feitos investimentos na informatização dos serviços, com resultados na agilização das intimações. Em paralelo,

estão sendo regulamentadas, junto à Corregedoria, algumas práticas que ainda não estão expressamente definidas no Código de Normas. No 7º Tabelionato de Notas, a Corregedoria constatou eficiência na estruturação e organização dos serviços, notabilizados pelo zelo e responsabilidade, tanto do delegatário, quanto dos servidores.

“Esses cartórios cumpriram todas as recomendações do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e adotaram práticas inovadoras que geraram segurança jurídica, tanto para os cartórios quanto para os jurisdicionados”, complementou a juíza auxiliar Sara Gama, responsável pela fiscalização das serventias extrajudiciais.

OS CARTÓRIOS HOMENAGEADOS CUMPRIRAM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO, CONFORME SUAS ESPECIALIDADES, PARA O BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS, QUE FORAM FISCALIZADOS DURANTE AS INSPEÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS PELA CORREGEDORIA DURANTE O MÊS DE AGOSTO DESTA ANO.

I METAS

COMBATE À CORRUPÇÃO FOI UM DOS DESTAQUES DO JUDICIÁRIO EM 2016

O Poder Judiciário do Maranhão, em 1º Grau, deu ênfase ao combate aos maus gestores municipais em todo o Estado. Na berlinda, processos referentes aos mais diversos crimes praticados por prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais, vereadores, envolvendo convênios fraudulentos, recursos não aplicados em obra a que se destinava, contratação irregular de servidores, falta de prestação de contas, ilegalidade em contratação de transporte e merenda escolar, e outros. Foram centenas de condenações ao longo do ano, em sua maioria, confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Sobre o tema, membros da Magistratura, do Ministério Público do Estado do Maranhão e do Ministério Público de Contas deram início ao Movimento

“Maranhão Contra a Corrupção”, que priorizou o julgamento de ações penais e de improbidade administrativa, movidas contra gestores e ex-gestores. Os trabalhos do mutirão aconteceram em todo o Maranhão, envolvendo mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas. O mutirão foi idealizado por juízes e promotores e as atividades foram todas direcionadas às ações de crimes contra a administração pública. Os juízes da comissão organizadora foram Glender Malheiros, titular da 1ª vara de João Lisboa, Mirella Freitas, da 2ª vara de Itapeturu-Mirim, Hóldice Barros, da 2ª vara de Codó, Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Marco Adriano Fonseca, da 1ª vara de Pedreiras e Jorge Antônio

Leite, da 3ª vara de Bacabal.

Durante o evento, que ocorreu no período de 7 a 18 de março e movimentou mais de 1.500 processos, foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de muitas aplicadas a gestores e ex-gestores. Mesmo com esse trabalho, o julgamento de ações de combate à corrupção aconteceram durante todo o ano. A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu, publicamente, o trabalho dos juízes de direito que participaram do “Movimento Contra a Corrupção”, atuando nos julgamentos do “Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública”.



I AVANÇO

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO CHEGOU A MAIS 50 UNIDADES DA JUSTIÇA ESTADUAL EM 2016

A tramitação processual na Justiça de 1º grau ganhou mais impulso este ano, com a chegada do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em mais 50 varas judiciais, que passaram a contar com esse sistema de gerenciamento dos processos em meio eletrônico.

Por meio do PJe, 125.035 processos passaram a tramitar no ambiente virtual em varas e juizados cíveis dessas 50 unidades, reduzindo prazos dos procedimentos nas secretarias judiciais, economizando custos com material de expediente e correspondências, agilizando o trabalho dos advogados e servidores da Justiça e as decisões dos juízes.

Na 5ª Vara da Família de São Luís, por exemplo, o sistema começou a ser utilizado em 27 de junho deste ano. Desde então, foram recebidos 511 processos via sistema Pje, dos quais 256 já foram julgados pela

juíza Maria do Socorro Carneiro até o final da primeira quinzena de dezembro. Nessa unidade, o tempo médio de tramitação do processo em meio eletrônico é de 42 dias.

Para a juíza, a implantação do sistema representou “um significativo passo para a

celeridade da prestação jurisdicional, pois reduz o trabalho burocrático para autuar os processos, juntar petições, mandados, Avisos de Recebimento, localização de autos e libera os servidores para a prática de outros serviços na secretaria judicial”.



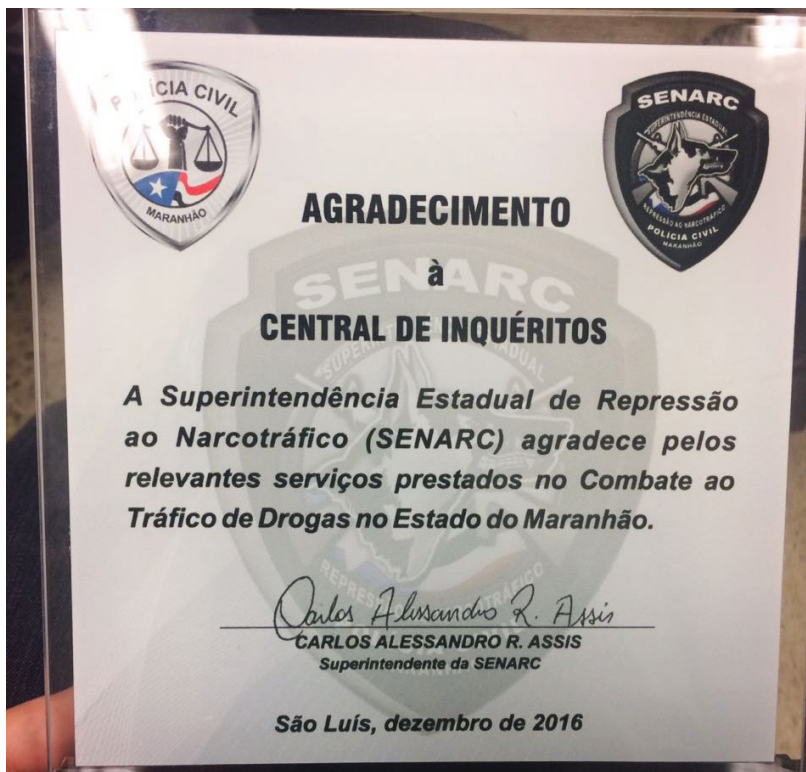
I BALANÇO

CENTRAL DE INQUÉRITOS DE SÃO LUÍS REALIZOU MAIS DE 1500 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM 2016

A Central de Inquéritos de São Luís realizou em 2016, 1.544 audiências de custódia de presos. Desse total, somente 3,5% tiveram relaxamento de prisão e 1,2% concessão de liberdade. Nas demais situações a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (816) ou aplicada medida cautelar (655). Na unidade judiciária, o preso é ouvido por um juiz, no prazo de 48h, na presença do Ministério Público, Defensoria Pública ou o advogado do preso. A central chega a fazer até 20 audiências por dia.

Conforme a coordenadora da Central de Inquéritos, juíza Janaína Araújo de Carvalho, geralmente a audiência de custódia tem ocorrido antes do prazo de 48h, previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa agilidade se dá, de acordo com a magistrada, porque o promotor de justiça, o defensor público ou o advogado e também a equipe da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), responsável pela escolta do preso até o Fórum de São Luís, onde ocorre a audiência, são intimados por meio eletrônico. Destacou também que a escolta tem cumprido as requisições, independentemente da quantidade de presos a serem escoltados.

O Superintendente Estadual de Repressão ao Narcotráfico, Carlos Alessandro



Assis, entregou aos juízes da Central de Inquéritos uma placa pelos relevantes serviços prestados pela unidade judiciária no combate ao tráfico de drogas no Maranhão. A grande maioria de audiências de custódia realizadas em 2016 pela central foi relativa a pessoas presas por tráfico

de drogas. Houve também um número grande de presos por roubo, homicídio, porte ilegal e arma e incêndio. A maioria dos que foram levados à audiência de custódia foi do sexo masculino. Só de setembro a novembro deste ano, foram 308 homens e apenas 24 mulheres.



I NOVOS PROCESSOS

JUSTIÇA ESTADUAL DE 1º GRAU RECEBEU 412.056 NOVOS PROCESSOS EM 2016

A Justiça estadual de Primeiro Grau registrou a distribuição de 412.056 novos processos em 2016, segundo dados da Corregedoria Geral da Justiça, contabilizados até o dia 19 de dezembro. A maioria dos processos é de área cível, que responde por 338.258 (82%) da demanda, contra 73.798 (18%) da área criminal.

As estatísticas foram repassadas pela assessoria de informática da CGJ-MA, e correspondem ao total de processos que entraram nas varas judiciais, juizados especiais e Turmas Recursais (recursos contra decisões dos juizados) e se somaram aos que já se encontravam em tramitação nas 228 varas judiciais e 33 juizados especiais em funcionamento

no Maranhão.

De outro lado, mais 16 novos juízes de direito ingressaram na carreira este ano, reforçando o quadro de magistrados em atuação nas 109 comarcas instaladas no Estado. Atualmente são 294 juízes para enfrentar a demanda judicial, sendo 76 juízes atuando na entrância Inicial, 105 na intermediária e 119 na entrância final.

ISO 9001

LABORATÓRIO FORENSE REALIZOU MAIS DE 1.200 EXAMES DE PATERNIDADE EM 2016

Em 2016 o Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) realizou 1.256 exames de DNA. Os testes são requisitados por juizes da capital e do interior do estado, para fins processuais ou para fins pré-processuais por meio do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A grande maioria dos testes é solicitada nos processos de investigação de paternidade. O exame é gratuito e feito a partir da coleta da mucosa bucal.

Desde 2013, a unidade laboratorial é referenciada com a certificação ISO 9001, selo aplicado mundialmente, que atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames feitos pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.

Criado em 1999, na gestão do corregedor Jorge Rachid, o Laboratório Forense conta atualmente com uma equipe de 10 profissionais, sendo três analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins. A atual gestão da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, tem dado o apoio necessário para os trabalhos do laboratório.



RESULTADOS

JUSTIÇA ESTADUAL DE 1º GRAU RECEBEU 412.056 NOVOS PROCESSOS EM 2016

A Corregedoria Geral da Justiça cumpriu todo o cronograma de correções e inspeções programadas para o ano de 2016. O trabalho de fiscalização das varas e juizados especiais foi executado pelos juizes auxiliares com o apoio dos servidores. O balanço das atividades do primeiro ano da atual gestão foi feito pela Coordenação das Serventias Extrajudiciais.

As correções foram contabilizadas em 82 unidades, sendo 67 unidades na modalidade presencial, abrangendo as comarcas do interior do Estado e capital e 15 unidades na modalidade virtual. Essa modalidade foi implantada pela atual gestão da corregedora Anildes Cruz, a partir do ano de 2016, tendo sido realizada, até o momento, apenas em São Luís.

Os relatórios foram elaborados de forma individualizada, relativo aos trabalhos correicionais de cada comarca e posteriormente encaminhados para ciência e providências aos respectivos juizes, para saneamento das irregularidades encontradas, bem como à presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão e à Corregedoria Nacional de Justiça para o devido conhecimento.

Metas nacionais



2016

META 1

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Instância	% Cumprimento			Comparação 2016 com	
	2014	2015	2016	2014	2015
1º Grau Comum	91,84%	79,75%	74,53%	Diminuiu 18,85%	Diminuiu 6,55%
Juizados Especiais	137,03%	113,80%	101,37%	Diminuiu 26,02%	Diminuiu 10,92%
Turmas Recursais	79,97%	102,91%	127,84%	Aumentou 59,86%	Aumentou 24,23%
Geral (1º GC/JE/TR)	99,86%	89,56%	83,49%	Diminuiu 19,23%	Diminuiu 9,94%

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016.

DESTAQUE: META 1 DE 2016 CUMPRIDA NOS JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS.

META 2

Identificar e julgar, até 31/12/2016:

No 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012;

No 2º grau, pelo menos 80% dos distribuídos até 31/12/2013 e;

Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Instância	% Julgamento	% Cumprimento			Comparação 2016 com	
	2016	2014	2015	2016	2014	2015
1º Grau Comum	79,38%	102,32%	99,78%	99,22%	Diminuiu 3,03%	Diminuiu 0,56%
Juizados Especiais	95,15%	92,20%	93,76%	95,15%	Aumento 3,20%	Aumentou 1,48%
Turmas Recursais	99,01%	70,46%	97,59%	99,01%	Aumento 40,52%	Aumentou 1,46%
2º Grau	98,74%	114,40%	123,76%	123,42%	Aumentou 7,88%	Diminuiu 0,27%

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016.

META 3

Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSCs.

Instância	% Conciliação		Diferença
	2015	2016	2016 - 2015
1º Grau Comum	15,19%	15,38%	0,19%
Juizados Especiais Cíveis	26,53%	23,24%	-3,29%
Juizado Esp. Fazenda Pública	6,37%	6,01%	-0,36%
Geral	16,03%	15,42%	-0,61%

DESTAQUE: META 3 DE 2016 CUMPRIDA NO 1º GRAU COMUM.

META 4

Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.

Instância	% Julgamento			% Cumprimento			Comparação 2016 com	
	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2014	2015
1º Grau Comum	54,12%	53,10%	82,80%	77,32%	Aumentou 45,61%	Diminuiu 6,62%		
Juizados Especiais Criminais	81,81%	35,37%	43,29%	116,88%	Aumentou 230,45%	Aumentou 169,99%		
2º Grau	99,45%	98,98%	142,86%	142,08%	Aumentou 43,54%	Diminuiu 0,55%		
Geral (1º GC/JE/2º Grau)	56,80%	54,34%	83,46%	81,15%	Aumentou 49,34%	Diminuiu 2,77%		

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016.

META 5

Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.

Percentual de cumprimento: **98,43%**

META 6

Julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.

Instância	% Julgamento			% Cumprimento			Comparação 2016 com	
	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2014	2015
1º Grau Comum	40,49%	66,36%	71,62%	67,49%	Aumentou 1,70%	Diminuiu 5,77%		
2º Grau	70,28%	100%	99,38%	117,14%	Aumentou 17,14%	Aumentou 17,87%		

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016

META 8

Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até 31/12/2016.

Percentual de cumprimento: 14,29%

8.1 O Tribunal instituiu formalmente programa para a realização de procedimento de Justiça Restaurativa? **NÃO**

8.2 O tribunal destinou espaço físico adequado para o atendimento restaurativo, diretamente ou por meio de parcerias, de forma adequada e segura para receber a vítima, o ofensor e as suas comunidades de referência,

além de representantes da sociedade? **NÃO**

8.3 O Tribunal disponibiliza, direta ou indiretamente, as condições materiais para a realização do procedimento de Justiça Restaurativa? **NÃO**

8.4 O Tribunal disponibiliza recursos humanos para a realização do procedimento de Justiça Restaurativa? **NÃO**

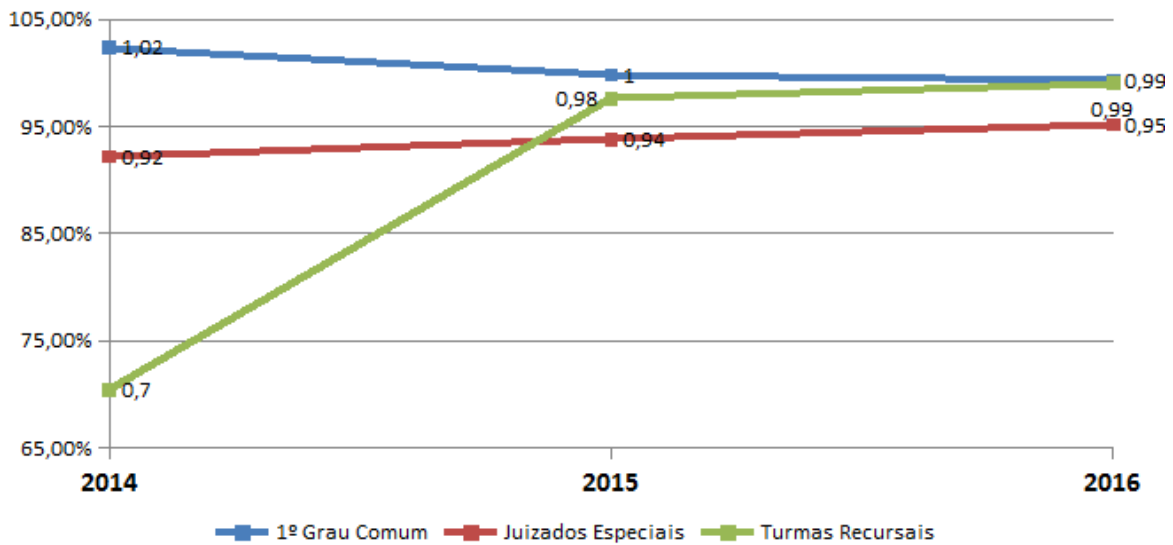
8.5 O Tribunal disponibiliza ações de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento em Justiça Restaurativa, para desenvolver as competências profissionais requeridas no procedimento de Justiça Restaurativa? **SIM**

8.6 O procedimento de Justiça Restaurativa promove encontros entre as partes (vítima e agressor), de modo a incentivar a reparação do dano e o resgate das relações sociais e afetivas? **NÃO**

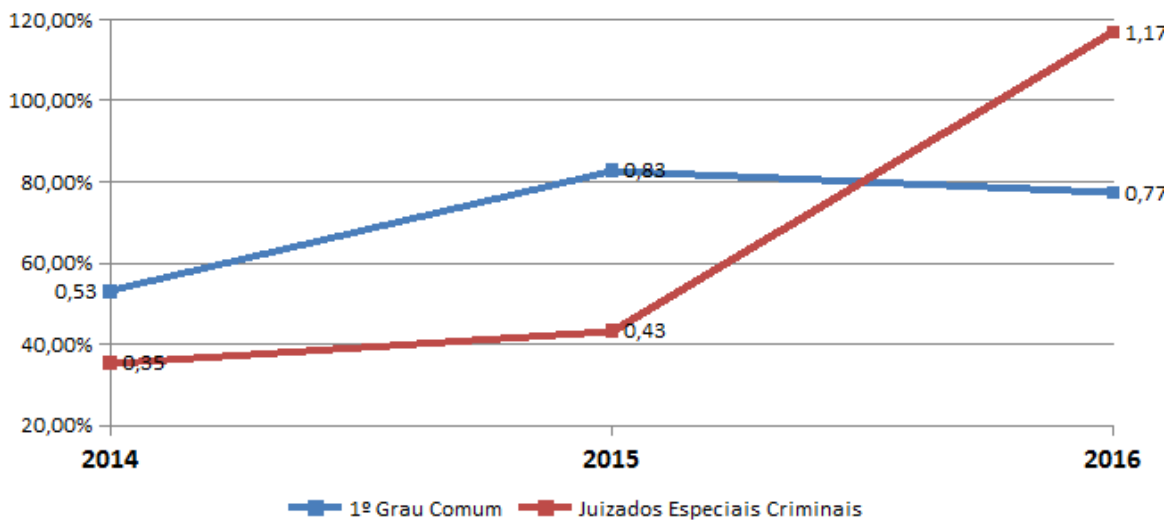
8.7 O procedimento de Justiça Restaurativa do Tribunal oferece atendimento para as pessoas indiretamente atingidas (familiares das vítimas, familiares dos ofensores e comunidades, etc)? **NÃO**

GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS METAS 2014 - 2016

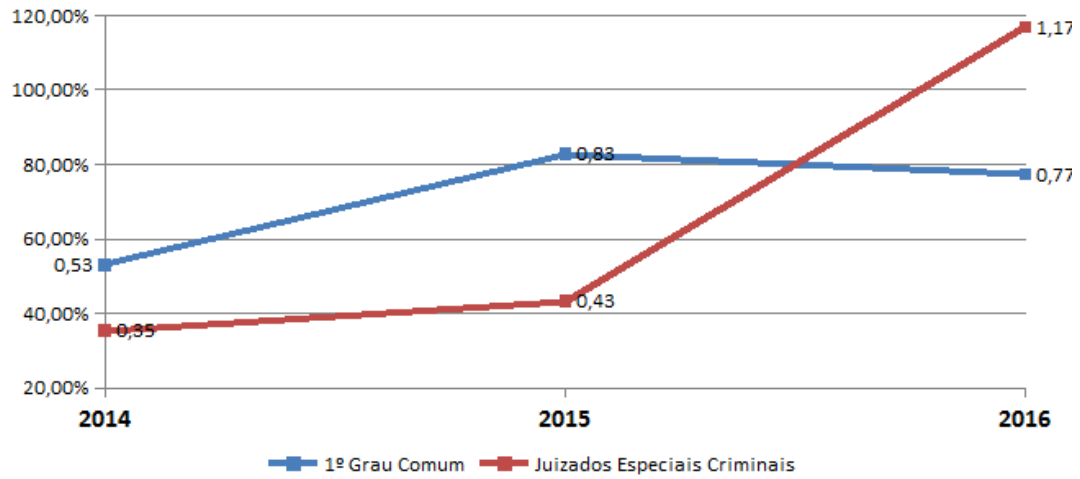
Meta 2 - Percentual de Cumprimento 2014 - 2016



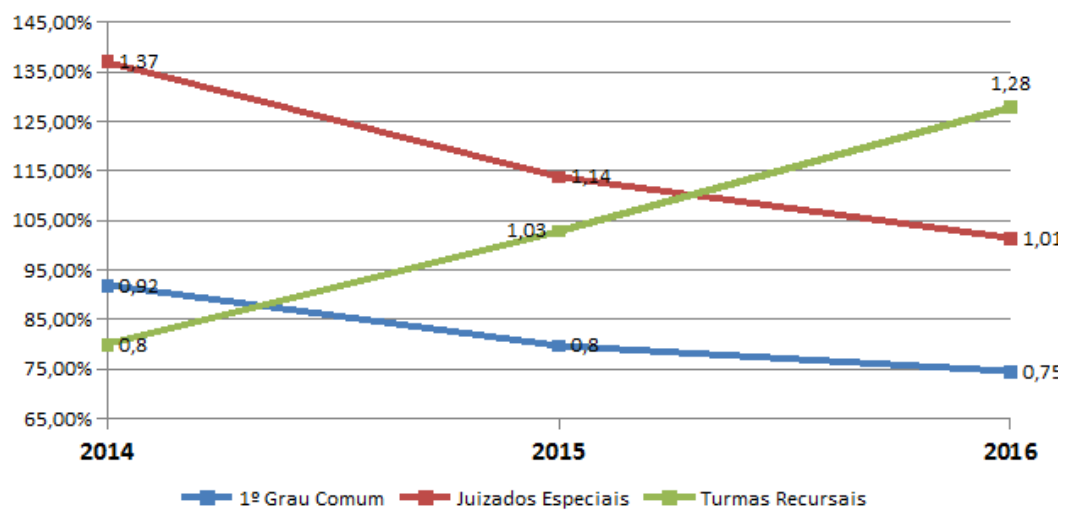
Meta 4 - Percentual de Cumprimento 2014 - 2016



Meta 4 - Percentual de Cumprimento 2014 - 2016



Meta 1- Percentual de Cumprimento 2014 - 2016



Casamentos comunitários

2016

MES	COMARCA	
Abril	Imperatriz - 2ª Vara	300
Maio	Colinas	160
Junho	São Luís - V. Cascavel	60
Julho	Coroatá	72
Setembro	Cantanhede	134
Outubro	Estreitos	49
	São Luís - FÓRUM	120
	Açailândia	180
	Bacabal - 3ª Vara	62
	Bom Jardim	22
	Imperatriz - 50 BIS	750
	São José de Ribamar	100
	Timon	302
	Anajatuba	153
	São Luís - UFMA	924
Dezembro	Tutóia	100
	Alto Parnaíba	53
TOTAL		3.541

MAIOR DO ANO

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CELEBRA O MAIOR CASAMENTO COMUNITÁRIO DO ANO, COM 924 CASAIS



Assim que as portas do Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foram abertas, às 8h da manhã do dia 12 de novembro, começaram a chegar os primeiros noivos para o maior casamento comunitário do ano, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça. A cerimônia reuniu 924 casais numa cerimônia que durou pouco menos de uma hora e reuniu mais de cinco mil pessoas, entre nubentes, familiares, servidores do Poder Judiciário e convidados.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em mensagem aos noivos, disse que a expressiva responsabilidade social do projeto Casamentos Comunitários adentra em outra dimensão: “Casamento é comunhão de vida, é construção de famílias, consolidação de relacionamentos afetivos, enfim, a legitimação de uma união duradoura”, declarou.

“Ver esse centro de convenções cheio e a alegria no rosto dos senhores e senhoras, são provas do reconhecimento público a

essa louvável iniciativa do Judiciário, que deve receber não apenas da nossa, mas das futuras administrações do Tribunal e da Corregedoria, dos juízes e servidores, a devida atenção e continuidade”, finalizou a desembargadora corregedora.

HOMENAGEM - O ex-corregedor e ex-presidente do TJMA, desembargador Jorge Rachid Maluf, foi homenageado em vídeo institucional por ter instituído o projeto “Casamentos Comunitários” e outros de cunho social que são praticados há anos pela Justiça estadual, com milhares de beneficiários. O magistrado foi representado na solenidade pelo advogado Jorge Rachid Mubárack Maluf Filho.

Cerca de 50 magistrados de todas as comarcas do Estado participaram da cerimônia celebrando os casamentos. Os juízes auxiliares da Corregedoria, Rosângela Prazeres, José Américo Abreu Costa, Sara Gama e Gladiston Cutrim atuaram como concelebrantes.



VER ESSE CENTRO DE CONVENÇÕES CHEIO E A ALEGRIA NO ROSTO DOS SENHORES E SENHORAS, SÃO PROVAS DO RECONHECIMENTO PÚBLICO A ESSA LOUVÁVEL INICIATIVA DO JUDICIÁRIO”

Anildes Cruz, desembargadora

HOMENAGEM



O ex-corregedor e ex-presidente do TJMA, desembargador Jorge Rachid Maluf, foi homenageado em vídeo institucional por ter instituído o projeto “Casamentos Comunitários” e outros de cunho social que são praticados há anos pela Justiça estadual, com milhares de beneficiários. O magistrado foi representado na solenidade pelo advogado Jorge Rachid Mubárack Maluf Filho.



ALCANCE SOCIAL

CANTANHEDE PROMOVE CASAMENTO COMUNITÁRIO COM MAIS DE 130 CASAIS

A Comarca de Cantanhede realizou uma grande cerimônia de casamento comunitário. O evento, coordenado pelo juiz titular Eduardo Girão, uniu 134 casais e ocorreu na Praça da Cruz, no centro da cidade.

Além do juiz Eduardo Girão (que presidiu a cerimônia), o casamento contou com a participação dos magistrados Samir Mohana, titular de Santa Rita, e Luiz Emílio Bittencourt, da Comarca de Olinda Nova do Maranhão. Após a abertura oficial, os magistrados realizaram a união do casal mais idoso, formado por Sabino Bispo de Lima e Maria dos Milagres Andrade, ambos de 73 anos de idade. Na sequência, aconteceu a união do casal mais jovem formado por Raimundo Sousa Santos (22 anos) e Ana Raquel Pinto Sousa (14).



I DIREITO SOCIAL

CASAMENTO COMUNITÁRIO CELEBRA A UNIÃO DE 120 CASAIS NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

O Fórum “Desembargador Sarney Costa” foi o palco da realização de uma cerimônia do Projeto “Casamento Comunitário” gratuito oferecido pelo Poder Judiciário, reunindo 120 casais, organizado pela 3ª Vara da Família de São Luís.

A cerimônia foi realizada no pátio interno do Fórum, decorado para a ocasião pelas igrejas evangélicas da capital, que inscreveram a maioria dos noivos participantes e ofereceram um café da manhã aos casais e familiares. Os noivos se inscreveram para o projeto gratuitamente, dois meses antes do evento,

junto às suas igrejas e deram entrada nos proclamas junto ao 3ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais, no bairro do João Paulo.

A cerimônia foi celebrada, conjuntamente, pelos juízes de direito Sebastião Bonfim, diretor do fórum; Joseane Bezerra (3ª Vara da Família), André Ewerton Martins (1ª Vara Criminal de Açailândia), Nelson Moraes Rego (Auditoria Militar) e pela juíza de paz Ana Paula Carvalho, com participação do Daniel Morais Sousa, chefe da Central de Mandados e pastor da Assembleia de Deus, que compuseram a mesa diretora da solenidade.



I ELOGIOS

CORREGEDORIA ELOGIA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA DE JUÍZES NO CASAMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO LUÍS



Por meio da Portaria nº 4335/2016, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, elogiou a participação voluntária dos juízes de direito na celebração do casamento comunitário de São Luís.

Cerca de 50 juízes oriundos de diver-

sas comarcas do Estado participaram como concelebrantes da cerimônia de Casamento Comunitário realizada pela Corregedoria Geral da Justiça no dia 12 de novembro, no campus universitário da UFMA, em São Luís.

Os magistrados atuaram voluntaria-

mente – sem ônus para o Poder Judiciário – da cerimônia, que teve como anfitriã a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e como presidente da mesa de honra o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

I SUL DO ESTADO

CASAMENTO COMUNITÁRIO - PROJETO DA CORREGEDORIA REÚNE 49 CASAIS EM ESTREITO



Uma cerimônia de casamento comunitário promovida pela 2ª vara da comarca de Estreito reuniu 49 casais para a oficialização da união. Comandada pelo titular da vara, juiz Frederico Feitosa, a cerimônia foi realizada na quadra do Colégio Transamazônico, no município.



I UNIÃO

CASAMENTO COMUNITÁRIO UNIU 72 CASAIS EM COROATÁ

Uma cerimônia de casamento comunitário realizada na Comarca de Coroatá, oficializou a união de 72 casais. O evento, promovido pela 2ª Vara da unidade, foi capitaneado pelo titular da Vara, juiz Francisco Ferreira de Lima. A juíza Josane Braga, titular da 1ª Vara da Comarca, ajudou na celebração que contou com a presença do desembargador Jorge Rachid, idealizador do projeto Casamentos Comunitários. O evento contou com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA).

Nas palavras do juiz Francisco Ferreira de Lima, a cerimônia foi simples, porém muito bonita. Para o magistrado, a presença do desembargador Jorge Rachid à cerimônia foi muito importante. “Foi uma presença simbólica”, afirma o juiz destacando que o projeto Casamentos Comunitários foi idealizado pelo desembargador em 1999”.



I TROCA DE ALIANÇAS

153 CASAIS DIZEM SIM EM CASAMENTO COMUNITÁRIO DE ANAJATUBA

A comarca de Anajatuba sediou uma grande cerimônia de Casamento Comunitário, com a presença de 153 casais da comunidade. A solenidade foi presidida pela juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, titular da comarca, com a participação dos juízes de paz Cildilene Cristina Silva e Guilherme Moraes Gazzinelli.

Para a juíza Jaqueline Rodrigues, o projeto casamentos comunitários é “de relevante valor social, visto que possibilita a união de casais que necessitam do reconhecimento oficial do Estado para obtenção de garantias e direitos”.

Durante a cerimônia os noivos foram presenteados com brindes sorteados após a solenidade.



I SOLENIDADE

CASAIS DE QUATRO MUNICÍPIOS PARTICIPAM DE CASAMENTO COMUNITÁRIO EM BACABAL

A comarca de Bacabal realizou cerimônia de Casamento Comunitário com a participação de 62 casais residentes na sede e nos termos judiciários de Bom Lugar, Lago Verde e Conceição do Lago Açu.

O evento aconteceu dia 1º de dezembro, às 17h30min, no Templo Central da Igreja da Assembleia de Deus, na cidade de Bacabal, e teve início com a celebração da união dos casais mais velho e mais jovem presentes.

A solenidade foi presidida pelo juiz titular da 3ª Vara de Bacabal, Jorge Sales Leite, com a participação de juízes convidados Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial), Vanessa Ferreira Lopes (1ª Vara) e Daniela Bonfim Ferreira (2ª Vara) como concelebrantes.

“É um evento é beneficente e gratuito e serve para regularizar o estado civil dos nubentes e proporciona maior dignidade para as famílias, além de aproximar o Judiciário a comunidade na construção de



uma sociedade mais justa, participativa e fraterna, um verdadeiro encontro com a cidadania”, declarou o juiz Jorge Leite.

O casamento foi possível com a par-

ceria dos cartórios extrajudiciais do 2º, 3º e 4º ofícios da comarca de Bacabal, que habilitaram os casais interessados em participar do projeto.

I INÉDITO

COMARCA DE TUTÓIA REALIZA CASAMENTO COMUNITÁRIO À BEIRA MAR

A Praia da Barra foi cenário da primeira cerimônia do projeto Casamentos Comunitários realizada à beira mar, pela comarca de Tutóia, no dia 9 de dezembro. O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, anfitrião da festa, conduziu o casamento que contou com a participação de 110 casais da sede e do termo judiciário de Paulino Neves. A vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria das Graças Duarte, e o idealizador do projeto, desembargador Jorge Rachid, prestigiaram o evento.

A cerimônia, iniciada às 17h20, ao entardecer, teve a participação de outros sete juízes concelebrantes, Francisco Eduardo Girão Braga (Cantanhede), Marco Adriano Fonseca (1ª vara de Pedreiras), Isaac Sousa e Silva (São Bernardo), José Lima Filho (Buriti), Aurimar Arrais Sobrinho (Governador Nunes Freire), Marcelo Fontenele Vieira (1ª vara de Araiões) e Jerusa Duarte Mendes (2ª vara de Araiões), que compareceram voluntariamente.



I COMARCA DA ILHA

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO NO JARDIM TROPICAL

Em cerimônia de casamento comunitário realizada pela 3ª vara da Família do termo judiciário de São José de Ribamar no dia 7 de dezembro, às 18h, na quadra poliesportiva do Instituto Filadélfia, no Bairro Jardim Tropical I, o juiz Márcio Matos Costa celebrou a união de 100 casais. Os noivos foram habilitados para o casamento no cartório extrajudicial do 2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais daquele município.

Em clima de alegria e expectativas, os casais e familiares lotaram o local do evento, após terem atendido as exigências legais para a cerimônia. Nos casamentos comunitários, cada casal tem, individu-



Medalhas



I DO STJ

CORREGEDORA ANILDES CRUZ ENTREGA MEDALHA '200 ANOS DO TJMA' À MINISTRA ISABEL GALLOTTI

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Isabel Gallotti, recebeu homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo agraciada com a 'Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes', em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. A ministra recebeu também, na ocasião, a Medalha Comemorativa dos 200 anos do TJMA entregue pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

A concessão da Medalha Cândido Mendes foi indicação do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, representado no ato pela vice-presidente, desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes. Participaram da solenidade o ministro Reinaldo Fonseca (STJ), o desembargador federal Ney Bello, o juiz federal Roberto Veloso, os desembargadores do TJMA, além do secretário estadual de Governo, Antonio Nunes.



I AOS JUÍZES

CORREGEDORA ANILDES CRUZ ENTREGA MEDALHAS DURANTE AS COMEMORAÇÕES DOS 203 ANOS DO

A corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz fez a entrega de medalhas comemorativas dos 203 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão, durante sessão solene realizada dia 4 de novembro. Magistrados, servidores, autoridades e personalidades públicas que prestaram relevantes serviços à Justiça receberam a honraria. A corregedora Anildes Cruz entregou a 'Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima' - categoria bronze - aos juízes Ana Lucrécia Sodré Reis, Ângelo Antonio Alencar e Denise Pedrosa, concedida a magistrados que completam dez anos de prestação de serviços. Ao desembargador do TJSP, Ricardo Henry Marques Dip, a desembargadora corregedora entregou a 'Medalha Antonio Rodrigues Vellozo', concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.



I 30 ANOS

CORREGEDORA RECEBE HOMENAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO



Durante a solenidade em comemoração aos 30 anos da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), na noite do dia 17 de novembro, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi homenageada com o “Troféu 30 anos”, dedicado a magistrados, servidores e personalidades que contribuíram de forma especial à Esmam.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que a parceria entre Esmam e Corregedoria proporciona a magistrados e servidores, cursos direcionados às práticas judiciais. “As alterações na legislação jurídica exigem reciclagem constante, e nesse particular, a Esmam cumpre o seu papel ímpar de formar com excelência”, finalizou a desembargadora.

A solenidade festiva, realizada na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e pelo diretor da Esmam, desembargador Jamil Gede-



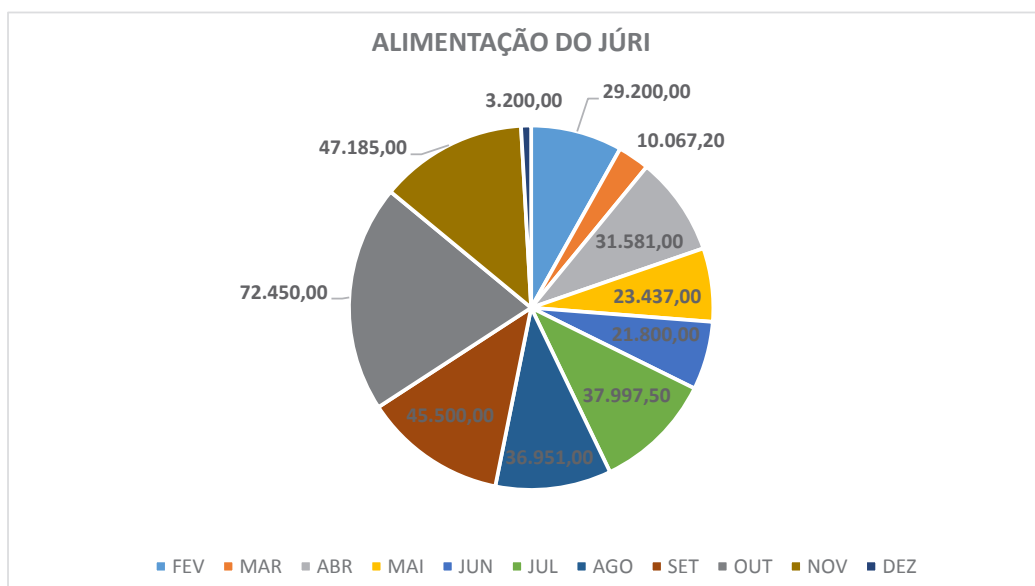
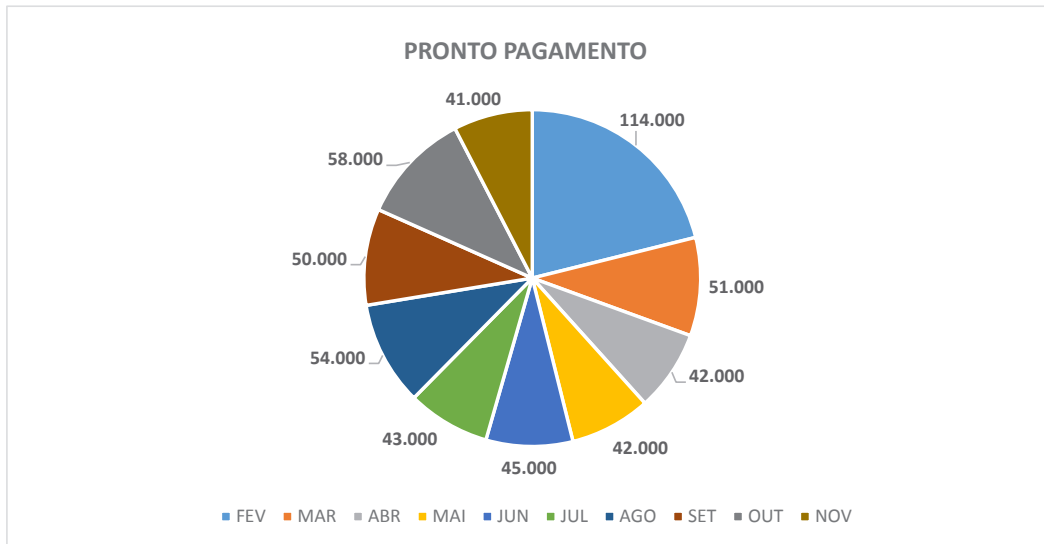
on, com as presenças do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Eustáquio Soares

Martins e do desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Fernando Cerqueira dos Santos.

RELATÓRIO FINANCEIRO

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS (CARTÃO CORPORATIVO)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$)												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
PRONTO PAGAMENTO	-	114.000	51.000	42.000	42.000	45.000	43.000	54.000	50.000	58.000	41.000	-	540.000,00
ALIMENTAÇÃO DO JÚRI	-	29.200,00	10.067,20	31.581,00	23.437,00	21.800,00	37.997,50	36.951,00	45.500,00	72.450,00	47.185,00	3.200,00	359.368,70

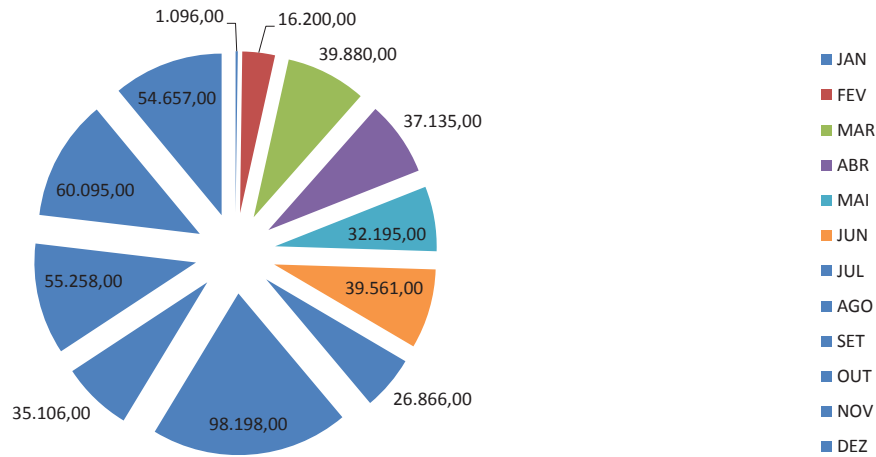


DIÁRIAS

Período: Jan a Dez 2016

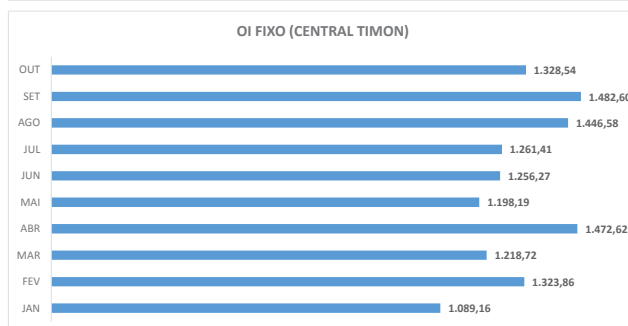
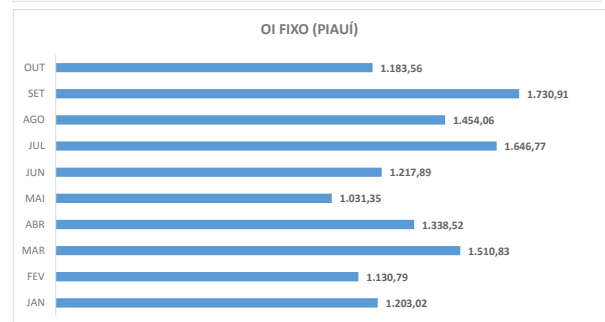
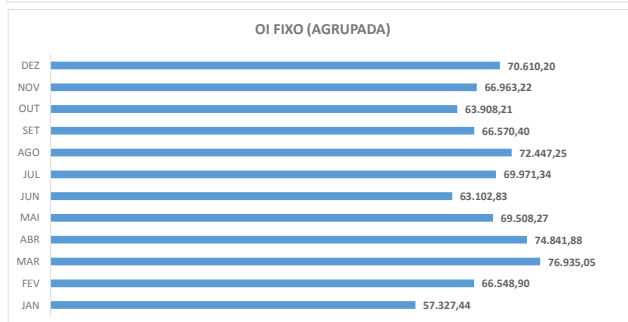
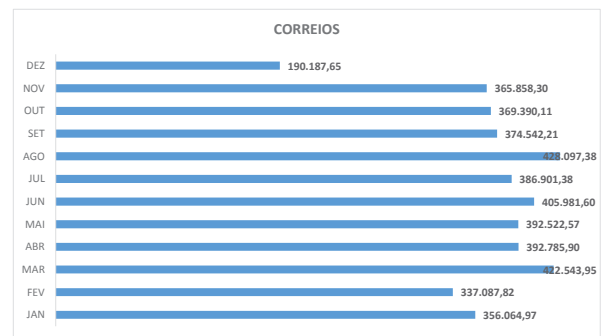
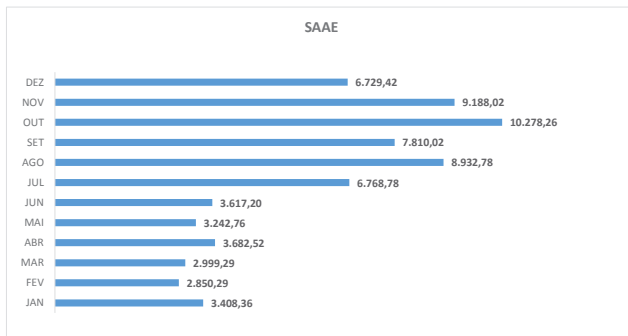
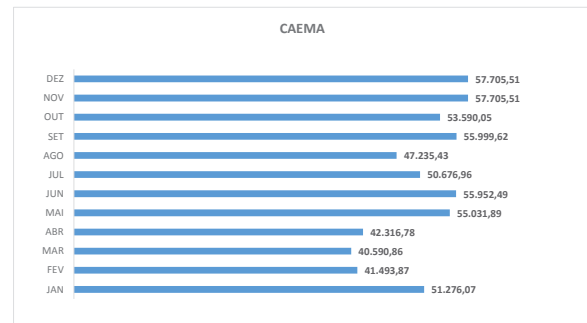
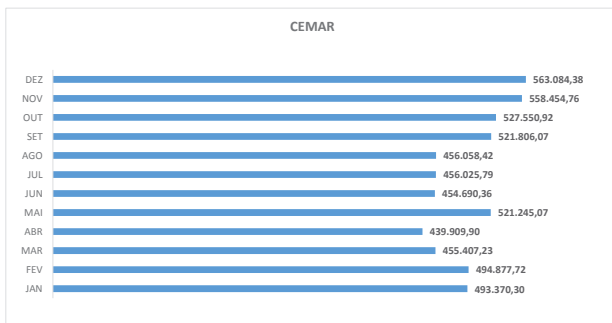
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	ORÇADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	REALIZAÇÃO (%)
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	875.000,00	496.247,00	56,71

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$)												TOTAL	SALDO
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.096,00	16.200,00	39.880,00	37.135,00	32.195,00	39.561,00	26.866,00	98.198,00	35.106,00	55.258,00	60.095,00	54.657,00	496.247,00	378.753,00



FATURAS

EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$)												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CEMAR	493.370,30	494.877,72	455.407,23	439.909,90	521.245,07	454.690,36	456.025,79	456.058,42	521.806,07	527.550,92	558.454,76	563.084,38	5.942.480,92
CAEMA	51.276,07	41.493,87	40.590,86	42.316,78	55.031,89	55.952,49	50.676,96	47.235,43	55.999,62	53.590,05	57.705,51	57.705,51	609.575,04
SAAE	3.408,36	2.850,29	2.999,29	3.682,52	3.242,76	3.617,20	6.768,78	8.932,78	7.810,02	10.278,26	9.188,02	6.729,42	69.507,70
CORREIOS	356.064,97	337.087,82	422.543,95	392.785,90	392.522,57	405.981,60	386.901,38	428.097,38	374.542,21	369.390,11	365.858,30	190.187,65	4.421.963,84
OI FIXO (AGRUPADA)	57.327,44	66.548,90	76.935,05	74.841,88	69.508,27	63.102,83	69.971,34	72.447,25	66.570,40	63.908,21	66.963,22	70.610,20	818.734,99
OI FIXO (PIAUI)	1.203,02	1.130,79	1.510,83	1.338,52	1.031,35	1.217,89	1.646,77	1.454,06	1.730,91	1.183,56			13.447,70
OI FIXO (CENTRAL TIMON)	1.089,16	1.323,86	1.218,72	1.472,62	1.198,19	1.256,27	1.261,41	1.446,58	1.482,60	1.328,54			13.077,95
TOTAL	963.739,32	945.313,25	1.001.205,93	956.348,12	1.043.780,10	985.818,64	973.252,43	1.015.671,90	1.029.941,83	1.027.229,65	1.058.169,81	888.317,16	11.888.788,14



EXPEDIENTE

ASSCOM CGJ

Márcio Rodrigo
Edgar Ribeiro
Helena Barbosa
Michael Mesquita
Marta Barros
Jodeilse Mafra

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Nonato Reis
Valquíria Santana
Priscilla Costa
Josy Lord

FOTOS

Asscom CGJ
Núcleo do Fórum
Ribamar Pinheiro

DIAGRAMAÇÃO

Carlos Eduardo Sales

CONTATOS

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma
www.twitter.com/CGJ_MA
(98) 3198-4636/ 3198-4624.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 DO PLANEJAMENTO

1.1 Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2016/2019 foi aprovado por meio da Lei nº. 10.375/2015, e autorizou a execução dos programas e ações do Tribunal conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS			
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional			
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.			
Público Alvo: Sociedade			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	Reembolso em folha de pagamento aos servidores e magistrados ativos dos gastos, efetivamente comprovados, com Planos de Saúde em benefício próprio ou de seus dependentes legais, respeitado os limites de valor definidos em legislação específica.
0543 - Prestação Jurisdicional	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	Desembolsos para despesas de custeio e capital com o fito de dar suporte ao gerenciamento e operacionalização das ações programáticas e para expansão das atividades do judiciário, inclusive com despesas de pessoal ativo, encargos não previdenciários e serviços terceirizados. Ainda com subvenções sociais, aquisição de materiais comuns e permanentes e contratação de serviços de qualquer natureza, inclusive acompanhamento e monitoramento da execução de obras e contratação de serviços de ampliação e reformas das instalações do poder judiciário; além de diárias, auxílio alimentação, passagens e outros desembolsos a servidores.
0543 - Prestação Jurisdicional	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para produção de material gráfico, produção audiovisual, promoção de eventos, bufet, publicidade e propaganda, assinaturas de TV, jornais e revistas e demais serviços relacionados a ações de comunicação; aquisição de material de consumo e permanente necessários ao desenvolvimento da ação tais como: câmeras, gravadores de voz, microfones, etc
PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS			

Programa Principal: 0411 – Apoio Administrativo			
Objetivo: Prover os órgãos do Estado de meios administrativos para a implementação de seus programas finalísticos e de serviços ao Estado.			
Público Alvo: Governo do Estado			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0411 – Apoio Administrativo	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	Recolhimento do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA
0411 – Apoio Administrativo	0901 Contribuição ao Regime Geral de Previdência	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	Recolhimento ao INSS
PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS			
Programa Principal: 0499 – Operações Especiais			
Objetivo: Cumprir obrigações constitucionais vigentes e garantir a transferência dos recursos financeiros recebidos dos mutuários, referente a seguro e FCVS, à Caixa Econômica Federal e seguradora habilitada para essa finalidade			
Público Alvo: Estado do Maranhão			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0499 – Operações Especiais	0902 - Cumprimento de Sentença Judicial	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal	Pagamento de Precatórios
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04102 - Corregedoria Geral da Justiça			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à	Desembolsos para despesas de custeio e capital com o fito de dar suporte ao gerenciamento e operacionalização das ações programáticas e para expansão das atividades do judiciário, inclusive com despesas de pessoal ativo, encargos não previdenciários e serviços terceirizados. Ainda com subvenções sociais, aquisição de materiais comuns e permanentes e

		justiça	contratação de serviços de qualquer natureza, inclusive acompanhamento e monitoramento da execução de obras e contratação de serviços de ampliação e reformas das instalações do poder judiciário; além de diárias, auxílio alimentação, passagens e outros desembolsos a servidores.
--	--	---------	---

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do Poder Judiciário no Estado, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2016 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional						
Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução	
			Física	Financeira	Física	Financeira
4305	Agente Público Assistido	unidade	3522	14.528.500,00	3826	13.999.119,33
4434	Medido pela despesa	unidade	-	753.650.476,06	0	735.204.998,81
4478	Matéria veiculada	unidade	12100	587.405,00	7682	463.278,20
Subtotal do Programa				768.766.381,06		749.667.396,34
PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional (corregedoria)						
4434	Medido pela despesa	unidade	-	18.768.051,00		18.490.483,25
Subtotal do Programa				18.768.051,00		18.490.483,25
PROGRAMA - 0411 - Apoio Administrativo						
0900	Medido pela despesa	unidade	-	63.734.955,00		63.302.637,28
0901	Medido pela despesa	unidade	-	25.000.000,00		22.239.991,33
Subtotal do Programa				88.734.955,00		85.542.628,61

PROGRAMA - 0499 – Operação Especial						
0902	Medido pela despesa	unidade	-	229.482.026,00	-	123.337.987,22
Subtotal do Programa				229.482.026,00	-	123.337.987,22
Total geral				1.105.751.413,06		977.038.495,42

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

2 DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Tribunal de Justiça subdivide-se em duas unidades orçamentárias: 04101 – Tribunal de Justiça e 04102 – Corregedoria Geral de Justiça.

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do Tribunal de Justiça para o exercício de 2016, fixou a despesa no valor de R\$ 1.037.454.512,00 (um bilhão trinta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e doze reais). No decorrer do exercício financeiro, após as suplementações orçamentárias, o orçamento autorizado para o período foi de R\$ 1.105.751.413,06 (um bilhão cento e cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil quatrocentos e treze reais e seis centavos).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

2.1 Por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quando abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2015:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. De Exec.
0543 - Prestação Jurisdicional	701.204.435,00	768.766.381,06	749.667.396,34	97,52%
0543 - Prestação Jurisdicional (corregedoria)	18.768.051,00	18.768.051,00	18.490.483,25	98,52%
0411 – Apoio Administrativo	88.000.000,00	88.734.955,00	85.542.628,61	96,40%
0499 - Operação Especial	229.482.026,00	229.482.026,00	123.337.987,22	53,70%
TOTAL	1.037.454.512,00	1.105.751.413,06	977.038.495,42	88,00%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programa apresentadas acima, constatamos que o Tribunal de Justiça executou 88% do previsto, exceto quanto ao programa 0499 - “Operação Especial”. Sobre este, especificamente, convém ressaltar que sua execução não havia sido programada inicialmente no PPA para o exercício de 2016, contudo, em cumprimento à Resolução nº 115, de 29 de junho de 2010, a qual impõe ao Poder Judiciário, o controle das obrigações de pagamento de outros entes devedores, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, tal programa passou a constar na LOA 2016 do Tribunal de Justiça.

Entretanto, se avaliarmos individualmente cada programa, principalmente aquele que tem como público alvo a sociedade, caso do programa “Prestação Jurisdicional”, constata-se que o percentual de execução se aproximou de 100% (98,52%), produzindo um resultado muito eficaz e plenamente satisfatório.

2.2 Por Ação

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o

aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do Tribunal de Justiça, somente a ação “Cumprimento de Sentença Judicial” tem as características de uma operação especial. As demais ações têm características de atividades.

A execução das metas físicas e financeiras das ações já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	4305	Assistência Suplementar de Saúde	14.528.500,00	13.999.119,33	96,4%
	4434	Acesso a Justiça	753.650.476,06	735.204.998,81	97,6%
	4478	Comunicação e Divulgação Inst.	5787.405,00	463.278,20	78,9%
	4434	Acesso à Justiça (corregedoria)	18.768.051,00	18.490.483,25	98,5%
0411 - Apoio Administrativo	900	Contrib. a Prev. do Serv. Publ. Estadual	63.734.955,00	63.302.637,28	99,3%
	901	Contrib. Ao Regime Geral de Previdência	25.000.000,00	22.239.991,33	89,0%
0499 - Operação Especial	902	Cumprimento de Sentença Judicial	229.482.026,00	123.337.987,22	53,7%
Total			1.105.751.413,06	977.038.495,42	88%

Da análise dos dados acima, podemos destacar que todas as ações “ tiveram resultados expressivos, com algumas se aproximando a 100% de execução.

São Luís (MA), 31 de Dezembro de 2016.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

PRESIDENTE

ANEXO

**RECOMENDAÇÕES DA
AUDITORIA**

**DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO – ANO 2016**

Ação de Auditoria

Principais Recomendações

**AÇÃO Nº. 01 - CONTRATOS
DE SERVIÇOS**

Necessidade de elaboração de editais de licitação em estrita conformidade com as determinações legais, e com exigência de habilitação devidamente justificadas e proporcionais ao objeto licitado, a fim de garantir-se certames regulares, e resguardar os princípios da isonomia, legalidade, e ampla competitividade.

Necessidade de implementação de processos de trabalho bem definidos em relação ao acompanhamento da execução contratual, posto que a inexistência de um método eficaz e eficiente de gestão e fiscalização de contratos enseja os maiores problemas durante o desenvolvimento da relação contratual.

Não desmembramento dos pagamentos relativos a contratos para facilitar o acompanhamento e controle de sua execução. Acaso os referidos pagamentos ocorram em processo separado que seja ao final apensado ao principal.

A inobservância dos dispositivos que norteiam a atuação da Administração Pública, como o artigo 60 da Lei 4.320/1964, o artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei 8.666/1993 e o artigo 30 do Decreto 93.872/1986, prejudicam o planejamento orçamentário-financeiro deste Tribunal.

Necessidade do cumprimento das determinações das Resoluções 98/2009, 169/2013 e 183/2013, do Conselho Nacional de Justiça, relativas às contas vinculadas, que dispõem sobre as provisões de encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário.

Portanto, os achados constatados demonstram a permanente necessidade de regulamentar os processos quanto à atualização das normas existentes sobre gestão e fiscalização de contratos no âmbito deste Poder Judiciário.

AÇÃO Nº. 02 - CONTROLE
PATRIMONIAL

A elaboração conjunta entre Assessoria de Gestão Estratégica, Coordenadoria de Material e Patrimônio, Diretorias de Engenharia, Administrativa e Financeira de procedimento administrativo para registro e controle dos bens imóveis adquiridos, cedidos, alugados, doados e construídos;

À Coordenadoria de Material e Patrimônio a criação de módulo de controle de bens imóveis (próprios e de terceiros) no sistema E-mat, contendo informações como número de registro de patrimonial, número de matrícula, áreas (total e construída), valor, modo de aquisição, descrição analítica do bem, localização, unidade administrativa e responsável pela guarda e manutenção;

A capacitação dos servidores na área de gestão patrimonial.

A formação de Comissão multidisciplinar para fins de Inventário, Avaliação e Depreciação de Bens do Patrimônio do Tribunal de Justiça, contendo servidores com formação em Contabilidade, Administração, Tecnologia da Informação e Engenharia, bem como, a definição dos critérios para cálculo.

A abertura de processo administrativo individualizado para cada bem imóvel existente para fins de regularização junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e Prefeitura (ver Propostas de encaminhamento do Achado 2.1)

Realizar consistência e ajustes, após Inventário, no sistema de Contabilidade;

Seja observado os procedimentos para movimentação de bens descrita na IN nº 01/2010 – TJMA;

Verificação das inconsistências relatadas a fim de se apurar extravio de bens, sem o devido procedimento de baixa e apuração de responsabilidade ou a necessidade de melhorias no sistema e-Mat para correção de falhas.

A realimentação dos valores dos bens do grupo de materiais Médico e Odontológico (Instrumentais e Equipamentos), conforme orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP (6ª edição) na Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais - Capítulos 5 (Ativo Imobilizado) e 7 (Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão) no sistema E-mat.a elaboração de procedimento conjunto entre a Assessoria de Gestão Estratégica e a Coordenadoria de Material e Patrimônio para fins de recebimento e incorporação de bens, observadas as regras da IN nº 01/2010, inclusive quanto à alimentação dessas informações nos sistemas E-mat e SIAGEM.

Revisão dos itens cadastrados no sistema e-Mat a fim de agrupar sob o mesmo item bens idênticos.

Melhorias no controle interno, como criação de campos obrigatórios nos registros alimentados no sistema e-Mat e emissão de relatórios de inconsistências/desconformidades.

Elaboração pela Coordenadoria de Material e Patrimônio de Manual Interno de Controle Patrimonial, em consonância com a IN nº 01/2010 e as práticas de gestão de patrimônio, bem como a divulgação e treinamento dos servidores do Tribunal de Justiça quanto à sua observância;

Que a Diretoria Financeira só efetue o pagamento de Notas Fiscais de aquisição de bens de consumo ou permanentes, encaminhadas pela Coordenadoria de Material e Patrimônio.

Efetuar planejamento de compras conforme as necessidades do Tribunal de Justiça;

Efetuar levantamento dos bens ociosos inutilizados a fim de decidir sobre venda ou doação dos mesmos.

Criação de rotina para cálculo da depreciação no e-Mat e a comunicação dos dados à Coordenadoria de Contabilidade para alimentação no SIAFEM.

Levantamento pela Diretoria de Engenharia das necessidades de reforma e adaptações do Almoxarifado;

Adoção de estruturas próprias de estocagem, a exemplo do que já ocorre em um dos galpões, onde são utilizadas prateleiras industriais que evitem o contato dos materiais com o solo;

Estudo de medidas que evitem o acúmulo de poeira e propiciem maior ventilação, evitando-se expor os servidores a problemas imunológicos e respiratórios;

Verificar alternativas para iluminação adequada, de acordo com o material sob guarda, evitando-se a deterioração;

A implantação de sistema de segurança eletrônica, inclusive com videomonitoramento, cercas elétricas e guarda especializada.

<p>AÇÃO Nº. 04 - Auditoria Contábil – ANO BASE 2015</p>	<p>Necessidade de adequar seu sistema contábil às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público mudando do enfoque orçamentário para o enfoque patrimonial que está relacionado a um modelo contábil integral com ênfase no patrimônio líquido da entidade, ou seja, deve-se dar cobertura integral das operações do setor público, no sentido de que devem ser contabilizados todos os eventos econômicos que afetam a posição patrimonial (monetários ou não monetários), por isso a necessidade primordial de serem feitas avaliações de todos os bens patrimoniais desta Corte e depois realizar os cálculos de depreciação e amortização com o objetivo de fazer com que os registros contábeis reflitam adequadamente a situação patrimonial. Será necessário também ser feito, com o objetivo de se adequar às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Princípio da Competência, o provisionamento das Despesas de Pessoal (férias e 13 salário) que irá favorecer o planejamento orçamentário-financeiro do TJMA. Ainda foi recomendado a implantação de informação de custos, importante ferramenta gerencial que favorece uma tomada de decisão organizacional mais precisa e eficiente através da implantação de sistemas informatizados para esse fim. Planejamento orçamentário e financeiro do órgão. Por fim foi sugerido que fossem feitas todas as mudanças necessárias não só com o objetivo de adequações às Normas de Contabilidade e Finanças Públicas como também para a modernização das práticas gerenciais do órgão com o intuito de melhorar a eficiência e a transparência dos gastos públicos amenizando a crise financeira por qual passa esta corte e efetivando o seu controle social e evitar que situações de desvio de recursos públicos ocorram.</p>
<p>AÇÃO Nº. 05 - CARTÃO CORPORATIVO</p>	<p>Recomenda-se avaliar a conveniência e oportunidade de se adequar a Resolução nº. 27/2008-TJMA e suas alterações ao Decreto Estadual nº. 28.730/2012.</p>
<p>AÇÃO Nº. 06 - FOLHA DE PAGAMENTO - Relatório nº 06/2016</p>	<p>Planejamento para gozo das férias acumuladas em conformidade com a lei e, não sendo possível o gozo total, que a partir do período de férias atual não se incorra mais na vedação legal; Que o sistema MENTORH possa realizar o controle do gozo das férias dos magistrados e servidores, concedendo de forma automática nos casos de mais de 2 períodos acumulados a partir de então, com aviso na página do servidor ou via e-mail institucional ou via Digidoc, com a antecedência que se achar necessária, podendo haver justificativa, com marcação da data mais próxima possível, caso se comprove prejuízo à atividade jurisdicional; Revisão da sistemática dos atos de nomeação e exoneração dos servidores deste Poder Judiciário; Necessidade de regulamentação de diversas matérias, tais como: o adicional por serviço extraordinário, da cessão e requisição de servidores, e outros.</p>
<p>AÇÃO Nº. 06 - FOLHA DE PAGAMENTO - Relatório nº 14/2016</p>	<p>Melhorias nos controles das exonerações; Alinhamento dos critérios para cálculo da GPJ, especialmente quanto aos afastamentos, com o desenvolvimento de um sistema de apurações, evitando-se cálculos manuais; Aperfeiçoamento dos normativos relativos à GPJ; Definição, no ano anterior, das regras de apuração da GPJ de forma que o servidor entenda todas as regras antes do início do período da apuração dos resultados. Regularização de inconsistências entre o sistema MENTORH e o processo de pagamento da folha, inclusive com a juntada adequada da documentação; Melhorias dos cálculos das memórias juntadas ao processo de pagamento da folha.</p>

<p>AÇÃO Nº. 07 - FORNECIMENTO DE BENS</p>	<p>Necessidade de exigência, às empresas contratadas, do fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato, sob pena de adequada aplicação de penalidade.</p> <p>Necessidade de elaboração de Editais de licitação em estrita conformidade com as determinações legais, e com exigência de habilitação devidamente justificadas e proporcionais ao objeto licitado, a fim de garantir-se certames regulares, e resguardar-se os princípios da isonomia, legalidade, e ampla competitividade.</p> <p>Solicitação de literal aprovação da minuta do edital pela Assessoria Jurídica.</p> <p>Necessidade de implementação de processos de trabalho bem definidos em relação ao acompanhamento da execução contratual.</p> <p>Necessidade de indicação, no instrumento contratual, de fiscal específico, bem como seu respectivo substituto, que deverão ser formalmente designados, e os quais serão responsáveis pelos recebimentos dos bens e consequente atesto nas notas fiscais correspondentes.</p> <p>Programação quanto a entrega do material e, eventual, parcelamento dessas mercadorias, em conformidade com a previsão contratual</p> <p>Não desmembramento dos pagamentos relativos aos contratos a fim de facilitar o acompanhamento e controle de sua execução. Acaso os referidos pagamentos ocorram em processo separado que seja ao final apensado ao principal.</p> <p>Sugere-se a inclusão no Sistema DIGIDOC, de campo específico, de preenchimento obrigatório no momento da abertura do processo virtual, no qual seja informado acerca da formação, ou não de autos físicos, conforme critérios da Resolução 57/2010-TJ/MA.</p> <p>Atenção especial quanto a vigência dos contratos de fornecimento.</p>
<p>AÇÃO Nº. 08 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS</p>	<p>Recomenda-se na fase de elaboração de minutas contratuais sejam observados os seguintes aspectos: delimitação precisa dos direitos da Administração, no caso de rescisão administrativa; exclusão de cláusula prevendo pagamento por indenização; implantação de controles internos para que as solicitações de aditivos sejam feitas em prazo razoável a fim de preservar a continuidade do contrato, ou se conveniente à Administração, a fixação da vigência de dos contratos seja superior a 12 meses.</p> <p>Recomenda-se que sejam envidados esforços como meio de se evitar eventuais gastos desnecessários com a locação de imóvel em localidade onde existam bens de propriedade deste Poder Judiciário, mediante a realização de atualização, de forma contínua, dos arquivos atinentes aos bens imóveis de domínio do Órgão, por parte do setor responsável pelo controle dos bens patrimoniais deste Tribunal.</p> <p>Recomenda-se à Coordenadoria de Material e Patrimônio, providências quanto a elaboração de um planejamento com vistas a melhoria na gestão do controle dos bens patrimoniais, assim como a adoção de medidas necessárias a contínua realização de inventários e a constante organização em arquivo, das escrituras públicas dos imóveis de propriedade deste Tribunal.</p>

AÇÃO Nº. 09 - BENS E SERVIÇOS DE TI	<p>Proceda-se aos estudos necessários de modo a viabilizar a implementação do processo de trabalho de contratação e gestão de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação conforme determinado pela Resolução nº 182/2013-CNJ. Recomenda-se a regulamentação das atribuições dos fiscais de contratos, bem como, sejam estes instruídos no tocante às suas funções, em especial, quanto à necessidade de anotação em registro próprio das ocorrências relativas ao objeto do contrato, a exemplo dos fatos impeditivos ao cumprimento do mesmo.</p>
AÇÃO Nº. 10 - FERJ E FERJ	<p>Recomenda-se a continuidade de fiscalização na referida serventia, nos termos do parágrafo único, art. 146 da lei nº 014/1991. Recomenda-se ainda, a exigência de maior zelo dos registradores da serventia quando do lançamento de informações no sistema.</p> <p>Que haja maior observância das exigências previstas nas normas que regulamentam a matéria, devendo-se manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, conforme o disposto no inciso I, art. 30 da Lei nº 8935/1994.</p> <p>Recomenda-se que este Poder Judiciário solicite ao magistrado com competência para fiscalização da referida serventia, para que proceda a análise das procurações visando atestar ou não a adequação do item da tabela de emolumento utilizado.</p> <p>Recomenda-se que faça constar em Resolução a expressa menção de guarda da documentação original comprobatória das despesas realizadas para fins de fiscalização. Sugere-se, ainda, que a indicação de interino recaia entre titulares de serventias da mesma comarca, visando a participação mais efetiva na unidade.</p> <p>Recomenda-se o envio de ofício ao (a) serventuário (a) da serventia para que se abstenha de efetuar recolhimentos ao FERJ em valores inferiores aos efetivamente devidos, assim como fazer cobranças em quantias acima daquelas previstas na Tabela de Custas de Emolumentos, e sobretudo, em estrita observância aos comandos legais.</p> <p>Recomenda-se que seja determinada à serventia apresentar todas as documentações que ensejaram a gratuidade dos atos.</p> <p>Recomenda-se que a Coordenadoria de Material e Patrimônio realize visitas em todas as serventias extrajudiciais onde houve interinos, visando inventariar os bens e conseqüentemente proceder aos seus tombamentos, bem como proceder a avaliação dos mesmos, a fim de registrá-los nos sistemas contábeis do Poder Judiciário.</p> <p>Recomenda-se que todos os atos praticados, sejam devidamente assinados, em conformidade com os ditames legais.</p>

<p>AÇÃO Nº. 11 – TRANSPORTES</p>	<p>Recomenda-se que seja observado na elaboração do Termo de Referência a legislação vigente, a jurisprudência e as boas práticas. Recomenda-se o desenvolvimento de modelo de gestão e fiscalização contratual adequados, de modo a regulamentar a matéria, minimizando assim possíveis riscos na execução dos contratos ou na realização dos seus pagamentos. Recomenda-se que sejam tomadas providências quanto à melhoria das condições de guarda dos veículos na Garagem do Tribunal de Justiça do Maranhão. Recomenda-se que sejam treinados e instruídos os secretários judiciais das comarcas para efetiva utilização do Sistema Frotas. Recomenda-se a ampliação e implantação do Sistema Frotas em todas as comarcas do Poder Judiciário maranhense.</p>
<p>AÇÃO Nº. 12 - CONVENIOS E COOPERAÇÃO TECNICA</p>	<p>Recomenda-se a observância quanto ao prazo de publicação dos ajustes firmados pela Administração, ainda que não haja contrapartida financeira do Tribunal de Justiça, como condição de eficácia dos mesmos. Recomenda-se como procedimento de melhoria na fiscalização dos ajustes a de designação de fiscal de Termo de Cooperação Técnica e de Convênio mediante Portaria específica. Recomenda-se a observância da fase de submissão das minutas de ajustes à prévia aprovação da Assessoria Jurídica.</p>
<p>AÇÃO Nº. 13 - ATOS DE ADMISSÃO</p>	<p>Recomenda-se para fins de controle o uso de check list da documentação a ser anexada à pasta funcional dos servidores quando da investidura em cargo público.</p>
<p>AÇÃO Nº. 14 - OBRAS DE ENGENHARIA</p>	<p>Recomenda-se a elaboração de um plano de obras segundo as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 114/2010-CNJ. Recomenda-se a definição de processo de trabalho adequado, no que tange à fase de estudos preliminares e confecção de projetos, com especial atenção ao tempo de elaboração e aos valores estimados, para que sejam o mais atualizado possível. Recomenda-se a observância da expedição de ART para o servidor/técnico responsável pela elaboração do projeto e do orçamento, bem como, do contatado na fase de execução. Recomenda-se a observância da exigência de prestação da garantia, conforme determinado no edital e no contrato. Recomenda-se a verificação da manutenção das condições de regularidade fiscal no momento da assinatura do contrato, bem como na elaboração de aditivos contratuais. Recomenda-se a verificação da qualidade dos serviços entregues, de forma a evitar efetivação de pagamentos sem o adequado registro da qualidade do objeto recebido. Recomenda-se a observância dos prazos contratuais e a efetiva gestão contratual de modo a evitar prestação de objeto sem a adequada cobertura contratual. Recomenda-se, nas situações de alterações de projetos já contratados, que sejam registrados por meio de aditivos, especificando-se as mudanças determinadas, inclusive com a determinação das implicações de desembolso financeiro por parte da Administração. Recomenda-se aos fiscais de contrato a efetiva anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, preferencialmente, dentro do mesmo processo, ou mediante inserção no processo original, facilitando a localização de tais informações. Recomenda-se instruir e informar aos fiscais as responsabilidades inerentes à função, bem como regulamentar as referidas atribuições, a fim de definir responsabilidades.</p>

<p>AÇÃO Nº 15 - DIÁRIAS E PASSAGENS</p>	<p>Recomenda-se o estabelecimento de fluxo de tramitação dos processos referentes à concessão de diárias e/ou passagens aéreas, consoante o estabelecido no art. 2º da Portaria nº 4392/2010-TJMA, com o fim de evitar que ocorra pagamento por indenização, bem como seja definido o setor competente para analisar as comprovações de deslocamento dos servidores, magistrados e colaboradores eventuais que receberem diárias no âmbito deste Tribunal de Justiça.</p>
<p>AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA</p>	<p>Recomenda-se melhorias nas fases de planejamento relativas à contratação de serviços, tecnologia da Informação e obras e serviços de engenharia, com o fim de adequação às resoluções do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>Recomenda-se a melhorias na definição de fluxos de processos relacionados ao procedimentos de contratação, contemplando fases do planejamento, certame e execução contratual. Recomenda-se a elaboração de programa de aprimoramento e capacitação contínua dos servidores com o objetivo de prestar um serviço público de melhor qualidade e mais eficiência.</p> <p>Recomenda-se que sejam implementadas ações no sentido de permitir que a Diretoria de Controle Interno possua em seu quadro, equipe multidisciplinar, com servidores especializados nas áreas de engenharia e tecnologia da informação.</p>

Poder Judiciário do Maranhão
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório do Sistema de Controle Interno

Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça

Prestação de Contas – Exercício 2016

Março/2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
AVALIAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	4
1. PLANO PLURIANUAL – PPA	4
1.1 <i>Do cumprimento das ações previstas no PPA.....</i>	7
2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO	8
2.1 <i>Da abertura de créditos adicionais</i>	8
2.2 <i>Do limite para dotação de outras despesas correntes.....</i>	10
2.3 <i>Do limite para dotação de despesas com pessoal e encargos sociais.....</i>	11
3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA	12
3.1 <i>Da realização da despesa.....</i>	15
3.2 <i>Dos procedimentos licitatórios realizados</i>	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao dever de prestar contas do Presidente do Tribunal de Justiça (art. 50, Parágrafo Único da Constituição Estadual), enquanto responsável pela utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento e administração de dinheiros, bens e valores públicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, ou, em nome deste, pela assunção de obrigações de natureza pecuniária, apresentamos o presente Relatório do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Maranhão, parte integrante da documentação exigida na Instrução Normativa nº 26/2011 do Tribunal de Contas do Estado, e de acordo com a sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005-TCE/MA.

O presente documento avalia a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2016.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG (04904).

Cumprе ressaltar que a unidade orçamentária da Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102) não é uma unidade gestora. Por esta razão, a análise de sua execução orçamentária dar-se-á neste Relatório, em conjunto com a unidade orçamentária Tribunal de Justiça – TJMA (04101) que é a unidade gestora responsável pela gerência dos créditos de ambas as unidades orçamentárias. Quanto às demais, serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas nesta manifestação do Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira, pela Divisão de

Contratos e Convênios e pela Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos; em dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM e do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão; nos instrumentos de planejamento orçamentário, incluindo a proposta de elaboração da LOA; em análises de processos administrativos.

AVALIAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1. PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual atual, estabelecido pela Lei nº 10.375 de 16 de dezembro de 2015, possui vigência nos exercícios financeiros de 2016, 2017, 2018 e 2019. Ainda que a 1ª Revisão ao mesmo tenha ocorrido no exercício de 2016, nela não constou qualquer alteração nos Programas atinentes ao Poder Judiciário do Maranhão.

Como Programa macro para este Poder, o PPA/2016-2019 prevê o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543), dividido em nove ações, cujo objetivo é “proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”. Ademais, o Programa de governo Apoio Administrativo (código 0411), cujo objetivo é “prover os órgãos do Estado de meios administrativos para a implementação de seus programas finalísticos e de serviços ao Estado”, contempla as ações Contribuição ao Regime Geral da Previdência e Contribuição à Previdência do Servidor Público. Segue abaixo quadro demonstrativo dos Programas de governo, com suas respectivas Ações, para o Poder Judiciário do Maranhão no quadriênio 2016-2019.

AÇÕES DO PPA 2016-2019 DO PODER JUDICIÁRIO

Programa	Código/Nome	Finalidade	UO's	Produto	Unidade de Medida
0543 - Prestação Jurisdicional	1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construir, reformar ou ampliar fóruns nas comarcas da capital e interior	FERJ	Prédio construído / ampliado / reformado	m ²
	4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	TJ	Agente público assistido	unidade
	4430 - Gratuidade do Registro Civil	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do Estado do Maranhão	FERC	Certidão concedida	unidade
	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	TJ e CGJ	Medido pela despesa	unidade
	4436 - Modernização do Judiciário	- Modernizar e reaparelhar o judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional	FERJ	Medido pela despesa	unidade
	4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Promover, de forma integrada, gestão e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade	FERJ	Servidor capacitado	unidade
	4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	ESMAM	Pessoa capacitada	unidade
	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJ	Matéria veiculada	unidade
	4686- Apoio a segurança da Magistratura	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas sedes de jurisdição.	FUNSEG	Medido pela despesa	unidade
	0411 - Apoio Administrativo	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	TJ	Medido pela despesa
0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência		Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	TJ	Medido pela despesa	unidade

Fonte: PPA 2016-2019 disponível no site da SEPLAN

O Poder Judiciário do Maranhão projetou, para o implemento das ações do programa Prestação Jurisdicional (código 0543), no ano de 2016, a importância de R\$ 825.149.106,00 (oitocentos e vinte e cinco milhões cento e quarenta e nove mil cento e seis reais). Deste valor, 84,83% destinavam-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária do Tribunal de Justiça (04101-TJ), ou seja, R\$ 701.204.435,00 (setecentos e um milhões duzentos e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais) e 2,27% destinavam-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária da Corregedoria Geral de Justiça (04102-CGJ), ou seja, R\$ 18.768.051,00 (dezoito milhões setecentos e sessenta e oito mil e cinquenta e um reais). Os 12,90% restantes referem-se às Unidades Gestoras FERJ, FERC, FESMAM e FUNSEG. É o que se destaca no quadro abaixo, no qual também se faz constar o indicador Taxa de Congestionamento de Processos Judiciais, utilizado pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça no relatório Justiça em Números, refletindo a atuação do Poder Judiciário do Maranhão em sua atividade-fim, relacionada ao objetivo do Programa Macro 0543 – Prestação Jurisdicional.

PROGRAMA:	0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
OBJETIVO:	Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.			
PÚBLICO ALVO:	Sociedade maranhense			
VALOR:				
	Tribunal de Justiça (TJ)		Corregedoria Geral de Justiça (CGJ)	
Total (em R\$)	(em R\$)	%		%
825.149.106,00	701.204.435,00	85%	18.768.051,00	2,27%
META:				
Indicador	Unidade de Medida	Índice mais recente	Data de Apuração	
Taxa de Congestionamento de Processos Judiciais	Percentual	72,4%	fev/17	
PPA 2016-2019 do Governo do Estado do Maranhão Lei Orçamentária Anual para 2016, disponível no site da SEPLAN *Informação da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, correspondente à prévia do relatório Justiça em Números, submetida à análise do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.				

Os recursos destinados às unidades orçamentárias do TJMA e da CGJ restaram distribuídos por ação, conforme a seguir:

AÇÕES PPA 2016-2019						
PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4305 Assistência Suplementar de Saúde	- Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	TJ	Servidor assistido	unidade	-	14.500.000,00
4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	683.917.030,00
		CGJ	Medido pela despesa	unidade	-	18.768.051,00
4478 Comunicação Divulgação Institucional	- sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	2.787.405,00
PROGRAMA 0411 - APOIO ADMINISTRATIVO						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
0900 Contribuição Previdência do Servidor Público Estadual	- Garantir os direitos e benefícios à previdenciários dos servidores do junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	63.000.000,00
0901 Contribuição Regime Geral da Previdência	- Garantir os direitos e benefícios ao previdenciários dos servidores do junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	TJ	Medido pela despesa	unidade	-	25.000.000,00

Fonte: PPA 2016-2019 disponível no site da SEPLAN

1.1 Do cumprimento das ações previstas no PPA

No que tange ao Programa Macro do Poder Judiciário previsto no PPA, qual seja, o de Prestação Jurisdicional, as ações seguiram assim realizadas, com a divisão da Ação 4434 – Acesso à Justiça entre as unidades orçamentárias TJ (04101) e CGJ (04102), respectivamente:

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Projeto / Atividade	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas			Metas Financeiras		
			Planejado	Realizado	%	Planejado	Realizado	%
4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Servidor assistido	unidade	3.522	3.826	109%	14.500.000,00	13.999.119,33	97%
4434 - Acesso à Justiça	Medido pela	unidade			-	683.917.030,00	735.204.998,81	107%
4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria Veiculada	unidade	12.100	7.682	63%	2.787.405,00	463.278,20	17%

Fontes: PPA 2016-2019 e consulta ao SISPCA (Acompanhamento das metas físicas e financeiras por programa)

O quadro acima demonstra uma eficiência na ação 4305-Assistência Suplementar de Saúde, posto que foi utilizado 97% dos recursos financeiros para a implementação de um acréscimo de apenas 9% da meta física; na ação 4434- Acesso à Justiça constatou-se um alinhamento entre o planejado e o executado nas Metas Financeiras; em relação à ação 4478 - Comunicação e Divulgação Institucional, não houve uma execução eficaz pois utilizou-se apenas 17% da dotação orçamentária para o cumprimento de 63% da Meta Física, indicando a necessidade de revisão dessa ação para os próximos exercícios financeiros.

2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2016 é a de nº 10.292, de 04 de agosto de 2015. Ela propõe as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2016.

2.1 Da abertura de créditos adicionais

Os artigos 33 a 42 da LDO para 2016 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para o exercício.

As unidades orçamentárias TJ e CGJ previam dotação inicial, na LOA 2016, no montante de R\$ 1.037.454.512 (um bilhão trinta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e doze reais). Ao final do exercício, a dotação atualizada restou em

R\$ 1.105.751.413,06 (um bilhão cento e cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil quatrocentos e treze reais e seis centavos).

Neste exercício foram abertos 13 (treze) créditos adicionais, além de anulações e cancelamento de dotações próprias, conforme quadro abaixo:

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS EM 2016 - TJ					
Nº	Espécie	Origem do Recurso	Documento	Publicação	Valor
1	Anulação	Anulação de Dotação Própria	Portaria TJ nº 842	15/03/2016	2.000.000,00
2	Suplementar	Recursos do Tesouro	Decreto nº 31.721	10/05/2016	17.377.556,00
3	Suplementar	Recursos do Tesouro	Decreto nº 31.810	01/06/2016	7.500.000,00
4	Suplementar	Recursos do Tesouro	Decreto nº 32.263	21/10/2016	3.764.112,00
5	Suplementar	Superávit Financeiro - Tribunal de Justiça	Decreto nº 31.767	24/05/2016	7.500.000,00
6	Suplementar	Recursos do Tesouro	Decreto nº 31.871	17/06/2016	13.096.001,06
7	Suplementar	Recursos do Tesouro	Decreto nº 32.046	04/08/2016	6.090.634,00
8	Suplementar	Recursos do Tesouro	Decreto nº 32.244	17/10/2016	6.090.634,00
9	Suplementar	Anulação de Dotação Própria	Portaria TJ nº 2727	30/06/2016	6.090.633,00
10	Suplementar	Alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa	Portaria TJ nº 5335	31/10/2016	3.000.000,00
11	Anulação	Anulação de Dotação Própria	Portaria TJ nº 5334	21/10/2016	69.000,00
12	Suplementar	Remanejamento Interno	Não se Aplica	-	200.000,00
13	Suplementar	Remanejamento Interno	Não se Aplica	-	12.845.701,00
14	Anulação	Cancelamento de Dotação Própria	Decreto nº 32.549	19/12/2016	200.000,00
15	Anulação	Cancelamento de Dotação Própria	Decreto nº 32.558	20/12/2016	1.279.905,00
16	Anulação	Cancelamento de Dotação Própria	Decreto nº 32.572	27/12/2016	1.000.000,00
17	Anulação	Cancelamento de Dotação Própria	Decreto nº 32.574	28/12/2016	5.952.000,00
Total					99.543.507,06
Acréscimo					68.296.901,06
Dotação Final					1.105.751.413,06

Fontes: Notas Orçamentárias e publicações no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado do Maranhão

2.2 Do limite para dotação de outras despesas correntes

O artigo 17 da LDO 2016 estabelece, como limite a ser observado para outras despesas correntes na proposta orçamentária de 2016,

o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária do ano de 2015, corrigida pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período de julho de 2014 a junho de 2015.

Segundo ainda observa o parágrafo único do mesmo artigo, deverão ser excluídos do cálculo os valores das dotações destinadas ao pagamento de precatórios e despesas de capital destinados à construção de obras.

Considerando as orientações acima, o limite fixado para o Poder Judiciário neste item foi de R\$ 862.027.225,08 (oitocentos e sessenta e dois milhões vinte e sete mil duzentos e vinte e cinco reais e oito centavos).

O valor orçado no grupo outras despesas correntes em 2016 para todas as unidades orçamentárias do Poder Judiciário (TJ e CGJ, FERJ, FESMAM, FERC e FUNSEG) totalizou R\$ 414.093.862,00 (quatrocentos e quatorze milhões noventa e três mil oitocentos e sessenta e dois reais), estando 48% abaixo do limite estabelecido pela LDO, o que demonstra o cumprimento dessa exigência por parte do Poder Judiciário do Maranhão, conforme quadro abaixo.

LIMITE PARA OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
UO's	Orçado 2016
	Outras Despesas Correntes
TJ e CGJ	346.481.773,00
FERJ	63.100.752,00
FESMAM	611.337,00
FERC	3.900.000,00
FUNSEG	
Total	414.093.862,00
Dotação 2015¹	794.056.029,00
Limite²	862.027.225,08
Diferença	447.933.363,08 48%

¹Excluídos os precatórios e as despesas de capital, conforme Art. 17, parágrafo único da LDO 2016 (Lei nº 10.292/15).

²Dotação 2015 corrigida pela variação acumulada do IPCA, para o período de julho de 2014 a junho de 2015.

2.3 Do limite para dotação de despesas com pessoal e encargos sociais

Quanto às despesas com pessoal e encargos sociais fixadas na proposta orçamentária para o exercício de 2016, observando-se os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do 1º, 2º e 3º Quadrimestres, verifica-se que a execução financeiro-orçamentária do exercício de 2016 cumpriu os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) para as despesas com pessoal e encargos sociais, posto que todos os percentuais apurados, respectivamente de 5,44%, 5,22% e 4,81%, calculados sem a inclusão do Imposto de Renda, nos termos da Decisão PL-TCE nº 15/2004, estiveram abaixo do limite prudencial de 5,7%.

Quanto ao valor aprovado na LOA para despesas com pessoal, cabe apontar o que dispõe o art. 47, *caput*, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, a seguir transcrito:

Art. 47. Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado terão como parâmetros para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2016, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em maio de 2015, compatibilizada com os eventuais acréscimos legais, respeitados os limites impostos pelos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

O parâmetro estabelecido para elaboração da proposta orçamentária relativa a pessoal e encargos sociais é a despesa com a folha de pagamento vigente em maio de 2015, compatibilizada com os eventuais acréscimos legais, respeitado o limite de 6% para o Poder Judiciário previsto na LRF (Lei Complementar nº 101/2000). Por conclusão lógica, a previsão para um ano deve considerar o valor apurado multiplicado por treze e meio (incluindo décimo terceiro e terço constitucional de férias). Considerando que o valor totalizado do mês de maio, excluindo-se os auxílios, foi de R\$ 56.404.737,42 (cinquenta e seis milhões quatrocentos e quatro mil setecentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos), ao multiplicarmos por 13,5, chega-se ao montante de R\$ 761.463.955,17 (setecentos e sessenta e um milhões quatrocentos e sessenta e três mil novecentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos). Esse valor não considera qualquer reajuste, bem como progressões e promoções da carreira.

A proposta encaminhada por este Poder Judiciário à Assembléia Legislativa previa, para os gastos relativos a pessoal e encargos sociais, o valor de R\$ 690.972.739,00 (seiscentos e noventa milhões novecentos e setenta e dois mil setecentos e trinta e nove reais). Não houve alteração na proposta para fazer face aos gastos dessa natureza, sendo este o valor

constante na LOA. Ao que se verifica, está abaixo do parâmetro definido no art. 47, *caput*, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Ao se comparar a proposta inicial com a dotação final, verificou-se um incremento de apenas R\$ 25.968.309,00 (vinte e cinco milhões novecentos e sessenta e oito mil trezentos e nove reais).

3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2016, Lei nº 10.405 de 30 de dezembro de 2015, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.142.631.132,00 (um bilhão cento e quarenta e dois milhões seiscentos e trinta e um mil cento e trinta e dois reais), assim distribuídos:

LOA 2016	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	1.037.454.512,00
TJ	1.018.686.461,00
CGJ	18.768.051,00
FERJ	97.700.726,00
FESMAM	611.337,00
FERC	3.900.000,00
FUNSEG	2.964.557,00
Total	1.142.631.132,00

Fonte: LOA 2016

O valor orçado às unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça correspondeu a 90,80% do total fixado na LOA 2016. Quanto à fonte, os recursos destas unidades originam-se exclusivamente do Tesouro Estadual, sendo R\$ 916.186.461,00 (novecentos e dezesseis milhões cento e oitenta e seis mil quatrocentos e sessenta e um reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 102.500.000,00 (cento e dois milhões e quinhentos mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

A despesa realizada nas unidades orçamentárias em comento nos anos de 2014 e 2015 aumentou de um exercício para o outro em 9%. A dotação para o exercício de 2016 aumentou 24% em relação à despesa realizada de 2015, representando um acréscimo em relação ao que foi realizado no ano anterior. Os recursos orçamentários foram alocados da seguinte forma:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO									
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	IDUSO	FONTES	VALOR
0411	APOIO ADMINISTRATIVO								88.000.000,00
0.900.0000	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	02 272							63.000.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA		S	1	1	91	0	101	63.000.000,00
0.901.0000	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	02 271							25.000.000,00
	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		S	1	1	90	0	101	25.000.000,00
0499	OPERAÇÃO ESPECIAL								229.482.026,00
0.902.0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	28 846							229.482.026,00
	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais, transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal		F	1	3	90	0	101	229.482.026,00
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								701.204.435,00
4.305.0000	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	02 302							14.500.000,00
	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental		S	2	3	90	0	101	14.500.000,00
4.434.0000	ACESSO À JUSTIÇA	02 061							683.917.030,00
	Expandir, agilizar e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça.		F	1	1	90	0	101	602.972.739,00
			F	1	3	90	0	101	2.000.000,00
			F	2	3	90	0	101	78.594.291,00
			F	2	3	91	0	101	350.000,00
4.478.0000	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	02 131							2.787.405,00
	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas		F	2	3	90	0	101	2.787.405,00
Total									1.018.686.461,00

Fonte: LOA 2016

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO										
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	ID	USO	FONTE	VALOR
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL									18.768.051,00
4.434.0000	ACESSO À JUSTIÇA	02	061							18.768.051,00
	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça			F	2	3	90	0	101	18.228.051,00
				F	2	3	91	0	101	540.000,00
									Total	18.768.051,00

Fonte: LOA 2016

3.1 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2016 às unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça totalizou R\$ 1.037.454.512,00 (um bilhão trinta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e doze reais). No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais suplementares correspondentes a um acréscimo de R\$ 60.632.805,00 (sessenta milhões seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e cinco reais). Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um montante de R\$ 1.105.751.413,06 (um bilhão cento e cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil quatrocentos e treze reais e seis centavos).

A despesa realizada no exercício de 2016 totalizou R\$ 977.038.495,42 (novecentos e setenta e sete milhões trinta e oito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos), representando uma execução de 94% em relação à dotação inicial e de 88% da dotação final. Registre-se que a realização da despesa da maioria das ações superou 95% e tais índices refletem o baixo cumprimento da Ação 0902 – Cumprimento de sentença judicial, que contempla o pagamento dos precatórios, realizada no percentual de 54% quanto à dotação inicial e final, bem como da Ação 4478 – Comunicação e Divulgação Institucional, realizada em 17% da dotação inicial e em 79% da final.

Segue abaixo a execução orçamentária geral das unidades orçamentárias TJ e CGJ, por grupo de natureza de despesa.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO	ITEM	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
			ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO					
		(A)	(B)	(C)					
	TOTAIS	1.037.454.512,00	31.250.416,00	99.547.317,06	1.105.751.413,06	977.038.495,42	128.712.917,64	94%	88%
3	DESPESAS CORRENTES	1.037.454.512,00	31.250.416,00	96.547.317,06	1.102.751.413,06	974.039.758,42	128.711.654,64	94%	88%
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	690.972.739,00	13.131.905,00	39.100.214,00	716.941.048,00	710.697.440,60	6.243.607,40	103%	99%
3.3	Outras Despesas Correntes	346.481.773,00	18.118.511,00	57.447.103,06	385.810.365,06	263.342.317,82	122.468.047,24	76%	68%
4	DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.000.000,00	3.000.000,00	2.998.737,00	1.263,00		100%
4.4	Investimentos	-	-	3.000.000,00	3.000.000,00	2.998.737,00	1.263,00		100%

Fontes: SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada
SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Na categoria econômica despesas correntes enquadram-se aquelas que não contribuem diretamente para aquisição ou formação de um bem de capital, ou seja, são aquelas destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos. Elas classificam-se em despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A categoria despesas de capital corresponde aos gastos da Administração Pública para aquisição ou constituição de bens de capital (máquinas, veículos, equipamentos, imóveis, entre outros), os quais enriquecem o patrimônio público e geram novos bens e serviços e, conseqüentemente, podem aumentar as despesas correntes. Elas dividem-se em investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida.

No caso das unidades em análise, verifica-se que a execução da classe pessoal e encargos sociais apresenta o índice de compatibilidade entre orçado e executado de 103%, demonstrando assim um planejamento eficiente. Entretanto, a classe outras despesas correntes teve uma execução em 76% do planejado.

Em seguida, verifica-se a execução orçamentária das unidades orçamentárias TJ e CGJ por ação.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO									
AÇÃO:	0900 - CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		63.000.000,00		934.955,00	63.734.955,00	63.302.637,28	432.317,72	100%	99%
	3 DESPESAS CORRENTES	63.000.000,00		934.955,00	63.734.955,00	63.302.637,28	432.317,72	100%	99%
	3.1 Pessoal e Encargos Sociais	63.000.000,00	200.000,00	934.955,00	63.734.955,00	63.302.637,28	432.317,72	100%	99%
AÇÃO:	0901 - CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		25.000.000,00	-	-	25.000.000,00	22.239.991,33	2.760.008,67	89%	89%
	3 DESPESAS CORRENTES	25.000.000,00	-	-	25.000.000,00	22.239.991,33	2.760.008,67	89%	89%
	3.1 Pessoal e Encargos Sociais	25.000.000,00	-	-	25.000.000,00	22.239.991,33	2.760.008,67	89%	89%
AÇÃO:	0902 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		229.482.026,00	-	-	229.482.026,00	123.337.987,22	106.144.038,78	54%	54%
	3 DESPESAS CORRENTES	229.482.026,00	-	-	229.482.026,00	123.337.987,22	106.144.038,78	54%	54%
	3.3 Outras Despesas Correntes	229.482.026,00	-	-	229.482.026,00	123.337.987,22	106.144.038,78	54%	54%
AÇÃO:	4305 - ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		14.500.000,00	-	28.500,00	14.528.500,00	13.999.119,33	529.380,67	97%	96%
	3 DESPESAS CORRENTES	14.500.000,00	-	28.500,00	14.528.500,00	13.999.119,33	529.380,67	97%	96%
	3.3 Outras Despesas Correntes	14.500.000,00	-	28.500,00	14.528.500,00	13.999.119,33	529.380,67	97%	96%
AÇÃO:	4434 - ACESSO À JUSTIÇA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		702.685.081,00	28.850.416,00	98.583.862,06	772.418.527,06	753.695.482,06	18.723.045,00	107%	98%
	3 DESPESAS CORRENTES	702.685.081,00	28.850.416,00	98.583.862,06	769.418.527,06	750.696.745,06	18.721.782,00	107%	98%
	3.1 Pessoal e Encargos Sociais	602.972.739,00	12.931.905,00	38.165.259,00	628.206.093,00	625.154.811,99	3.051.281,01	104%	100%
	3.3 Outras Despesas Correntes	99.712.342,00	15.918.511,00	57.418.603,06	141.212.434,06	125.541.933,07	15.670.500,99	126%	89%
	4 DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.000.000,00	3.000.000,00	2.998.737,00	1.263,00	-	100%
	4.4 Investimentos	-	-	3.000.000,00	3.000.000,00	2.998.737,00	1.263,00	-	100%
AÇÃO:	4478 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		2.787.405,00	-	-	587.405,00	463.278,20	124.126,80	17%	79%
	3 DESPESAS CORRENTES	2.787.405,00	-	-	587.405,00	463.278,20	124.126,80	17%	79%
	3.3 Outras Despesas Correntes	2.787.405,00	2.200.000,00	-	587.405,00	463.278,20	124.126,80	17%	79%
	4 DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.4 Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada e Realizada

A Ação 0900 (Contribuição à previdência do servidor público estadual) visa garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao FEPA. Do quadro acima, observa-se a adequação do planejamento dessa ação, com uma execução orçamentária eficaz, representando 99% da dotação final.

A Ação 0901 (Contribuição ao Regime Geral da Previdência) se relaciona à garantia dos benefícios previdenciários dos servidores que contribuem para o INSS. Também se observou uma adequação do planejamento e a execução orçamentária deu-se de forma eficaz, com a utilização de 89% dos recursos.

A Ação 0902 (Cumprimento de sentença judicial) objetiva o pagamento de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, em observância ao art. 100 da Constituição Federal. Aqui, nota-se a ineficácia e ineficiência na execução da ação, posto que o valor executado representa apenas 54% da dotação final.

A Ação 4305 (Assistência suplementar de saúde) garante o custeio de planos de saúde pagos pelos servidores e magistrados do Poder Judiciário, até o limite de R\$ 332,00 (trezentos e trinta e dois reais). Nota-se a adequação de 97% em relação ao planejado inicialmente, com uma execução eficaz quanto à dotação final, no percentual de 96%.

A Ação 4434 (Acesso à justiça) executa atividades destinadas a expandir, agilizar e modernizar a ação jurisdicional do Estado, promovendo melhorias no acesso à Justiça. Quanto à análise da execução orçamentária, observa-se eficiência na execução da ação, com o índice de 107% quanto à dotação inicial e 98% em relação à dotação final.

A Ação 4478 (Comunicação e divulgação institucional) visa dar amplo conhecimento à sociedade maranhense das políticas públicas e programas do Poder Judiciário. Sua execução orçamentária mostrou-se bem abaixo do planejado, com o índice de 17% quanto à dotação inicial e 79% em relação à dotação final.

3.2 Dos procedimentos licitatórios realizados

No exercício financeiro de 2016, o valor total de contratações das Unidades Orçamentárias TJ e CGJ foi da ordem de R\$ 52.609.063,14 (cinquenta e dois milhões seiscentos e nove mil sessenta e três reais e quatorze centavos), dos quais R\$ 23.093.381,81 (vinte e três milhões noventa e três mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos) decorreram de

contratações iniciais, 92% por Pregão Eletrônico; e R\$ 29.515.681,33 (vinte e nove milhões quinhentos e quinze mil seiscentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos) decorrentes de aditivos contratuais, como demonstra o quadro abaixo:

CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO	
UG 40101 - TJMA	
2016 - Licitações	
Medidas pelo valor	
MODALIDADE	2016
Convite	-
Tomada de Preço	-
Concorrência	-
Pregão Presencial	74.840,00
Pregão Eletrônico	21.223.993,20
Dispensa	897.586,20
Inexigibilidade	569.962,41
Adesão à Ata de Registro de Preço - SRP	327.000,00
TOTAL	23.093.381,81
Fonte: Divisão de Licitação e Contratos do TJMA	
Aditivos	29.515.681,33

O Poder Judiciário do Maranhão, considerando-se todas as Unidades Orçamentárias, realizou contratações iniciais em 2016 da ordem de R\$ 53.219.855,77 (cinquenta e três milhões duzentos e dezenove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme quadro abaixo, que apresenta comparação entre os exercícios de 2014 e 2015:

CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO					
2014/2015/2016 - Quadro comparativo					
Medidas pelo valor					
MODALIDADE	2014	2015	2016	ACRÉSCIMO 2015/2016	DECRÉSCIMO 2015/2016
Convite	-	-	-	-	-
Tomada de Preço	-	-	-	-	-
Concorrência	359.100,07	210.550,87	1.920.333,76	1.709.782,89	
Pregão Presencial	1.108.285,67	1.155.485,67	74.840,00		-1.080.645,67
Pregão Eletrônico	842.236,94	11.080.968,90	35.197.384,86	24.116.415,96	
Dispensa	3.209.365,79	5.499.196,13	1.050.055,14		-4.449.140,99
Inexigibilidade	405.530,07	727.071,11	1.536.389,48	809.318,37	
Adesão à Ata de Registro de Preço - SRP	3.944.958,62	9.753.725,07	13.440.852,53	3.687.127,46	
TOTAL	9.871.491,16	28.426.997,75	53.219.855,77	30.322.644,68	9.869.477,16

Fonte: Divisão de Contratos e Convênios do TJMA


Verifica-se que não houve contratações decorrentes da realização de licitações nas Modalidades Convite e Tomada de Preços em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das análises e de auditorias realizadas pela Diretoria de Controle Interno ao longo do exercício financeiro de 2016, verificou-se que:

- houve o cumprimento das metas previstas no PPA para as unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça, exceto quanto à meta física e financeira da ação 4478-Comunicação e Divulgação Institucional, que foi realizada em apenas 63% e 17% do planejado respectivamente.
- quanto ao cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, houve atendimento à LDO no que concerne aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais;
- a execução orçamentária do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça foi regular e as ações da LOA foram realizadas a contento, exceto quanto à 902 - Cumprimento de Sentença Judicial, que atingiu o percentual de 54% em razão da não transferência dos recursos financeiros por parte do Poder Executivo;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64;
- quanto às análises realizadas, houve a observância às fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da Lei nº 4.320/64;
- os créditos adicionais do exercício observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64.

São Luís, 29 de março de 2017.


JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Controle Interno
Mat. 107318

Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
4101	2	61	543	44340001				
	31900000	0101000000	1		602.972.739,00	12.931.905,00 M	0,00 M	
						12.931.905,00 A	38.165.259,00 A	628.206.093,00
	33900000	0101000000	1		2.000.000,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	1.600.000,00 A	3.600.000,00
	33900000	0101000000	2		78.594.291,00	3.230,00 M	0,00 M	
						3.003.230,00 A	29.804.091,00 A	105.395.152,00
	33900000	0301000000	2		0,00	0,00 M	0,00 M	
						12.845.701,00 A	25.941.702,06 A	13.096.001,06
	33910000	0101000000	2		350.000,00	0,00 M	3.230,00 M	
						0,00 A	3.230,00 A	353.230,00
	44900000	0101000000	2		0,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	3.000.000,00 A	3.000.000,00
				Total do Projeto	683.917.030,00	12.935.135,00 M	3.230,00 M	
						28.780.836,00 A	98.514.282,06 A	753.650.476,06
4101	2	131	543	44780001				
	33900000	0101000000	2		2.787.405,00	0,00 M	0,00 M	
						2.200.000,00 A	0,00 A	587.405,00
				Total do Projeto	2.787.405,00	0,00 M	0,00 M	
						2.200.000,00 A	0,00 A	587.405,00
4101	2	271	411	9010001				
	31900000	0101000000	1		25.000.000,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	25.000.000,00
				Total do Projeto	25.000.000,00	0,00 M	0,00 M	
						0,00 A	0,00 A	25.000.000,00
4101	2	272	411	9000001				

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
31910000	0101000000	1			63.000.000,00	200.000,00 M 200.000,00 A	200.000,00 M 934.955,00 A	63.734.955,00
Total do Projeto					63.000.000,00	200.000,00 M 200.000,00 A	200.000,00 M 934.955,00 A	63.734.955,00
4101	2	302	543	43050001				
33900000	0101000000	2			14.500.000,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 28.500,00 A	14.528.500,00
Total do Projeto					14.500.000,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 28.500,00 A	14.528.500,00
4101	28	846	499	9020001				
33900000	0101000000	1			229.482.026,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	229.482.026,00
Total do Projeto					229.482.026,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	229.482.026,00
4102	2	61	543	44340001				
33900000	0101000000	2			18.228.051,00	580,00 M 69.580,00 A	0,00 M 0,00 A	18.158.471,00
33910000	0101000000	2			540.000,00	0,00 M 0,00 A	580,00 M 69.580,00 A	609.580,00
Total do Projeto					18.768.051,00	580,00 M 69.580,00 A	580,00 M 69.580,00 A	18.768.051,00
Total da Gestao					1.037.454.512,00	13.135.715,00 M 31.250.416,00 A	203.810,00 M 99.547.317,06 A	1.105.751.413,06
Total								1.092.655.412,00
Fonte do Estado								13.096.001,06
Outras Fontes								
Total da Unidade					1.037.454.512,00	13.135.715,00 M 31.250.416,00 A	2.038,10 M 99.547.317,06 A	1.105.751.413,06
Total Fonte do Estado								1.092.655.412,00
Outras Fontes								13.096.001,06

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
N. Desp. FR								
4101	2	61	543	44340001				
					31900000 0101000000 1 628.206.093,00	0,00	0,00	628.206.093,00
					31901100 0101000000 0,00	63.451.275,62	495.527.377,38	495.527.377,38
					31901600 0101000000 0,00	482.434,76	5.348.496,61	5.348.496,61
					31909100 0101000000 0,00	8.292.821,12	99.592.247,50	99.592.247,50
					31909200 0101000000 0,00	553.507,12	24.184.838,20	24.184.838,20
					31909400 0101000000 0,00	66.125,53	421.710,26	421.710,26
					31909600 0101000000 0,00	0,00	80.142,04	80.142,04
					33900000 0101000000 1 3.600.000,00	0,00	0,00	3.600.000,00
					33900000 0101000000 2 105.395.152,00	0,00	0,00	105.395.152,00
					33900000 0301000000 2 13.096.001,06	0,00	0,00	13.096.001,06
					33901400 0101000000 0,00	49.070,20	1.049.795,28	1.049.795,28
					33903000 0101000000 0,00	231.993,06	3.032.598,18	3.032.598,18
					33903300 0101000000 0,00	99.999,99	679.290,53	679.290,53
					33903400 0101000000 0,00	0,00	61.633,50	61.633,50
					33903600 0101000000 0,00	0,00	247.949,01	247.949,01
					33903700 0101000000 0,00	695.722,14	12.828.056,66	12.828.056,66
					33903900 0101000000 0,00	544.835,32	7.523.217,49	7.523.217,49
					33904100 0101000000 0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
					33904600 0101000000 0,00	4.872.289,74	49.027.622,89	49.027.622,89
					33904700 0101000000 0,00	11.050,00	11.050,00	11.050,00
					33904800 0101000000 0,00	1.330.829,91	15.733.561,64	15.733.561,64

Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito	Empenhado	Empenhado	Saldo
					Autorizado	No Mes	Ate Mes	Disponivel
				N. Desp. FR				
				33904900 0101000000	0,00	304.487,79	3.466.094,80	3.466.094,80
				33909200 0101000000	0,00	3.033,98	12.208.272,46	12.208.272,46
				33909300 0101000000	0,00	200.130,79	817.432,06	817.432,06
				33910000 0101000000 2	353.230,00	0,00	0,00	353.230,00
				33913900 0101000000	0,00	12.925,71	352.875,32	352.875,32
				44900000 0101000000 2	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00
				44905200 0101000000	0,00	1.628.840,00	2.998.737,00	2.998.737,00
				Total do Projeto	753.650.476,06	81.277.716,02	735.204.998,81	18.445.477,25
4101	2	131	543	44780001				
				33900000 0101000000 2	587.405,00	0,00	0,00	587.405,00
				33900000 0101000000 2	0,00	0,00	0,00	0,00
				33903900 0101000000	0,00	0,00	276.007,91	276.007,91
				33909200 0101000000	0,00	0,00	104.286,95	104.286,95
				33909300 0101000000	0,00	0,00	82.983,34	82.983,34
				Total do Projeto	587.405,00	0,00	463.278,20	124.126,80
4101	2	271	411	9010001				
				31900000 0101000000 1	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
				31901300 0101000000	0,00	3.347.144,51	22.239.991,33	22.239.991,33
				Total do Projeto	25.000.000,00	3.347.144,51	22.239.991,33	2.760.008,67
4101	2	272	411	9000001				
				31910000 0101000000 1	63.734.955,00	0,00	0,00	63.734.955,00
				31910700 0101000000	0,00	9.615.697,64	63.302.637,28	63.302.637,28

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
Total do Projeto					63.734.955,00	9.615.697,64	63.302.637,28	432.317,72
4101	2	302	543	43050001				
	33900000		0101000000	2	14.528.500,00	0,00	0,00	14.528.500,00
	33909300		0101000000		0,00	1.330.710,79	13.999.119,33	13.999.119,33
Total do Projeto					14.528.500,00	1.330.710,79	13.999.119,33	529.380,67
4101	28	846	499	9020001				
	33900000		0101000000	1	229.482.026,00	0,00	0,00	229.482.026,00
	33909100		0101000000		0,00	340,39	123.337.987,22	123.337.987,22
Total do Projeto					229.482.026,00	340,39	123.337.987,22	106.144.038,78
4102	2	61	543	44340001				
	33900000		0101000000	2	18.158.471,00	0,00	0,00	18.158.471,00
	33901400		0101000000		0,00	57.851,15	499.439,15	499.439,15
	33903000		0101000000		0,00	76.506,21	2.211.175,55	2.211.175,55
	33903300		0101000000		0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
	33903600		0101000000		0,00	29,01	1.249.202,91	1.249.202,91
	33903700		0101000000		0,00	0,00	11.069.815,55	11.069.815,55
	33903900		0101000000		0,00	53.189,42	1.999.665,71	1.999.665,71
	33904700		0101000000		0,00	0,00	548,40	548,40
	33909200		0101000000		0,00	44.848,00	425.929,62	425.929,62
	33909300		0101000000		0,00	13.922,00	365.131,32	365.131,32
	33910000		0101000000	2	609.580,00	0,00	0,00	609.580,00
	33913900		0101000000		0,00	575,04	609.575,04	609.575,04

Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
			Total do Projeto	18.768.051,00	246.862,81	18.490.483,25	277.567,75
			Total da Gestao	1.105.751.413,06	95.817.791,38	977.038.495,42	128.712.917,64
			Total				
			Fonte do Estado	1.092.655.412,00	95.817.791,38	977.038.495,42	115.616.916,58
			Outras Fontes	13.096.001,06	0,00	0,00	13.096.001,06

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexoll
 Empenhado
 Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOURO

Data 13/02/17
 Pagina 5
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2016

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
N. Desp. FR							
				1.105.751.413,06	95.817.791,38	977.038.495,42	128.712.917,64
				1.092.655.412,00	95.817.791,38	977.038.495,42	115.616.916,58
				13.096.001,06	0,00	0,00	13.096.001,06

Unidade Gestora - 0 -
 Gestao - 0 -

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
	N. Desp.	FR			Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
	0				0,00	0,00	0,00	0,00
4101	2	61	543	44340001				
	31901100		0101000000		495.527.377,38	63.451.275,64	495.405.710,38	121.667,00
	31901600		0101000000		5.348.496,61	482.434,78	5.348.496,61	0,00
	31909100		0101000000		99.592.247,50	8.292.821,14	99.592.247,50	0,00
	31909200		0101000000		24.184.838,20	553.507,14	24.184.838,20	0,00
	31909400		0101000000		421.710,26	66.125,54	421.710,26	0,00
	31909600		0101000000		80.142,04	9.272,38	77.036,14	3.105,90
	31909600		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
	31909600		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
	31909600		0101000000		0,00	0,00	0,00	0,00
	33901400		0101000000		1.049.795,28	49.070,20	1.049.795,28	0,00
	33903000		0101000000		3.032.598,18	436.195,63	1.893.281,24	1.139.316,94
	33903300		0101000000		679.290,53	30.484,93	577.019,81	102.270,72
	33903400		0101000000		61.633,50	0,00	61.633,50	0,00
	33903600		0101000000		247.949,01	67.937,10	197.925,55	50.023,46
	33903700		0101000000		12.828.056,66	1.239.464,48	12.080.227,37	747.829,29
	33903900		0101000000		7.523.217,49	1.193.386,24	6.135.970,88	1.387.246,61
	33904100		0101000000		12.000,00	0,00	12.000,00	0,00
	33904600		0101000000		49.027.622,89	4.872.289,75	49.027.622,89	0,00
	33904700		0101000000		11.050,00	5.525,00	5.525,00	5.525,00
	33904800		0101000000		15.733.561,64	1.330.829,92	15.733.561,64	0,00

Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOUREO

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
	N. Desp. FR				Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
	33904900	0101000000			3.466.094,80	304.487,80	3.466.094,80	0,00
	33909200	0101000000			12.208.272,46	2.771.491,55	12.201.321,10	6.951,36
	33909300	0101000000			817.432,06	200.130,79	814.701,22	2.730,84
	33909300	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
	33913900	0101000000			352.875,32	66.004,24	352.875,32	0,00
	33913900	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
	44905200	0101000000			2.998.737,00	1.161.002,40	1.161.002,40	1.837.734,60
	Total do Projeto				735.204.998,81	86.583.736,65	729.800.597,09	5.404.401,72
	44905200	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
	44905200	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
4101	2	131	543	44780001				
	33903900	0101000000			276.007,91	18.128,24	183.981,13	92.026,78
	33909200	0101000000			104.286,95	0,00	104.286,95	0,00
	33909300	0101000000			82.983,34	0,00	82.983,34	0,00
	Total do Projeto				463.278,20	18.128,24	371.251,42	92.026,78
	33909300	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
4101	2	271	411	9010001				
	31901300	0101000000			22.239.991,33	3.347.144,52	22.239.991,33	0,00
	Total do Projeto				22.239.991,33	3.347.144,52	22.239.991,33	0,00
	31901300	0101000000			0,00	0,00	0,00	0,00
4101	2	272	411	9000001				
	31910700	0101000000			63.302.637,28	9.615.697,67	63.302.637,28	0,00

Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOIRO

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
N. Desp. FR					Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
Total do Projeto					63.302.637,28	9.615.697,67	63.302.637,28	0,00
31910700	0101000000				0,00	0,00	0,00	0,00
4101	2	302	543	43050001				
33909300	0101000000				13.999.119,33	1.330.710,80	13.999.119,33	0,00
Total do Projeto					13.999.119,33	1.330.710,80	13.999.119,33	0,00
33909300	0101000000				0,00	0,00	0,00	0,00
4101	28	846	499	9020001				
33909100	0101000000				123.337.987,22	19.844.560,86	123.337.987,22	0,00
Total do Projeto					123.337.987,22	19.844.560,86	123.337.987,22	0,00
33909100	0101000000				0,00	0,00	0,00	0,00
4102	2	61	543	44340001				
33901400	0101000000				499.439,15	57.851,15	499.439,15	0,00
33903000	0101000000				2.211.175,55	102.875,25	1.981.216,12	229.959,43
33903300	0101000000				60.000,00	28.477,04	28.477,04	31.522,96
33903600	0101000000				1.249.202,91	165.324,08	1.132.259,94	116.942,97
33903700	0101000000				11.069.815,55	1.268.203,80	9.417.733,76	1.652.081,79
33903900	0101000000				1.999.665,71	200.444,55	1.894.475,67	105.190,04
33904700	0101000000				548,40	0,00	548,40	0,00
33909200	0101000000				425.929,62	43.752,00	424.833,62	1.096,00
33909300	0101000000				365.131,32	13.922,00	365.131,32	0,00
33909300	0101000000				0,00	0,00	0,00	0,00
33913900	0101000000				609.575,04	115.411,02	609.575,04	0,00

Unidade Gestora - 40101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 Gestao - 1 - GESTAO TESOURO

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Empenhado	Liquidado	Liquidado	Saldo
N. Desp. FR				Ate o mes	No Mes	Ate Mes	A Liquidar
Total do Projeto				18.490.483,25	1.996.260,89	16.353.690,06	2.136.793,19
Total da Gestao				977.038.495,42	122.736.239,63	969.405.273,73	7.633.221,69
Total	Fonte do Estado			977.038.495,42	122.736.239,63	969.405.273,73	7.633.221,69
	Outras Fontes			0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Unidade				977.038.495,42	122.736.239,63	969.405.273,73	7.633.221,69
Total Fonte Estado				977.038.495,42	122.736.239,63	969.405.273,73	7.633.221,69
Outras Fontes				0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral da Unidade				977.038.495,42	122.736.239,63	969.405.273,73	7.633.221,69
Total Geral Fonte Estado				977.038.495,42	122.736.239,63	969.405.273,73	7.633.221,69
Geral Outras Fontes				0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: DEZEMBRO		DATA: 31.12.2016		PÁGINA: 2 de 2	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	1.163.721,53	796.999,18	796.999,18	-	366.722,35
	-	-	-	-	-	-
	-	1.163.721,53	796.999,18	796.999,18	-	366.722,35
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.163.721,53	796.999,18	796.999,18	-	366.722,35

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2016	PERÍODO: DEZEMBRO		DATA: 31.12.2016			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	9.135.939,57	-	-	-	7.387,69
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	9.135.939,57	-	9.128.551,88	-	7.387,69

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
BALANÇO FINANCEIRO
UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GESTÃO: 00001 - GESTÃO TESOUREIRO

EXERCÍCIO
2016
EMISSÃO
EMISSÃO:

MES
ENCERRAMENTO
PÁGINA
1

INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		1.032.190.668,53	927.988.184,46
TRANSF. RECEBIDA P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		1.003.331.554,68	811.577.132,11
REPASSES RECEBIDOS		1.003.331.554,68	811.577.132,11
TRANSF RECEBIDAS INDEP. EXEC ORÇAMENTARIA		28.859.113,85	116.411.052,35
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTARIOS (III)		251.176.803,32	364.533.522,86
INSCRIÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO EXERCÍCIO		20.705,63	9.135.939,57
DEPESAS LIQUIDADAS A PAGAR		20.705,63	9.135.939,57
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		7.653.927,32	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		7.633.221,69	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		20.705,63	
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		243.502.170,37	355.397.583,29
CONSIGNAÇÕES		242.767.675,32	354.623.363,53
DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS		237.109,62	56.078,60
OUTROS DEPOSITOS E VALORES RESTITUIVEIS		497.385,43	718.141,16
SALDO DE PERÍODO ANTERIOR (IV)		33.980.018,23	15.783.931,92
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		33.980.018,23	15.783.931,92
TOTAL INGRESSOS (V) = (I+II+III+IV)		1.317.347.490,08	1.308.305.639,24

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

BALANÇO FINANCEIRO

UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GESTÃO: 00001 - GESTÃO TESOUREIRO

EXERCÍCIO
2016
EMIÇÃO
EMIÇÃO:

MES
ENCERRAMENTO
PÁGINA
2

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DESPESA ORÇAMENTARIA (VI)		977.038.495,42	839.356.110,85
ORDINARIA		977.038.495,42	831.268.365,14
RECURSOS ORDINARIOS - TESOUREIRO		977.038.495,42	831.268.365,14
VINCULADA			8.087.745,71
RECURSOS ORDINARIOS - TESOUREIRO			8.087.745,71
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)			87.417.934,93
TRANSF. CONCED. INDEP. EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			87.417.934,93
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTARIOS (VIII)		276.281.456,67	348.715.296,76
PAG DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		796.999,18	3.639.403,55
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		9.128.551,88	
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		252.882.172,57	345.075.893,21
CONSIGNACOES		252.375.485,83	344.716.822,63
DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS		70.185,12	
OUTROS DEPOSITOS RESTITUIVEIS		436.501,62	359.070,58
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTARIOS		13.473.733,04	
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		64.006.832,36	33.980.018,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		64.006.832,36	33.980.018,23
TOTAL DISPÊNDIOS (X) = (VI+VII+VIII+IX)		1.317.326.784,45	1.309.469.360,77

VARIÁVEIS PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS E DELEGACÕES	1.038.809.307,07	948.453.145,29	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNA	1.038.809.307,07	948.453.145,29	
VALORIZ. E GANHOS C/ATIVOS E	181.317,43	1.576.509,26	
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO	181.317,43	1.576.509,26	
OUTRAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS	9.223.323,98	22.924.837,28	
DIVERSAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS	9.223.323,98	22.924.837,28	
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	969.143.287,15	927.894.381,91	
PESSOAL E ENCARGOS	859.418.008,45	739.320.059,75	
REMUNERAÇÃO A PESSOAL CIVIL	747.705.310,97	634.582.054,24	
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	22.239.991,33	22.925.443,69	
ENCARGOS PATRONAIS	2.507.506,95	4.302.163,13	
BENEFÍCIOS A PESSOAL	86.436.103,14	75.950.362,86	
OUTRAS VPD PESSOAL E ENCARGOS	529.096,06	1.560.035,83	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E	179.687,26	5.464.377,95	
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	179.687,26	5.464.377,95	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	44.292.830,55	32.463.547,14	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	450.972,40	414.583,53	
SERVÍCIOS	43.841.858,15	32.048.963,61	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGACÕES	0,00	87.417.934,93	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAIS	0,00	87.417.934,93	
TRIBUTARIAS	60.813.203,73	59.011.741,40	
CONTRIBUIÇÕES	60.813.203,73	59.011.741,40	
OUTRAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS	4.439.557,16	4.216.720,74	
DIVERSAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS	4.439.557,16	4.216.720,74	
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	79.070.661,33	45.060.109,92	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	79.070.661,33	45.060.109,92	

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
 BALANÇO PATRIMONIAL
 UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 0 NOTA EXERCÍCIO ATUAL EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO
 2016
 EMISSÃO
 PÁGINA:

MES
 DEZEMBRO.
 PÁGINA
 1

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	64.006.832,36	33.980.018,23
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	445.369,18	13.952.792,97
ESTOQUES	53.029,28	0,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	64.505.230,82	47.932.811,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	459.244.534,30	442.242.270,61
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	459.244.534,30	442.242.270,61
TOTAL DO ATIVO	523.749.765,12	490.175.081,81
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST A PAGAR A CP		9.128.135,07
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	20.705,63	7.804,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.601.561,80	10.981.564,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.622.267,43	20.117.503,57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	470.057.578,24	424.997.468,32
RESULTADOS ACUMULADOS	52.069.919,45	45.060.109,92
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	52.069.919,45	45.060.109,92
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	522.127.497,69	470.057.578,24
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	523.749.765,12	490.175.081,81

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

BALANÇO PATRIMONIAL

UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

0 NOTA EXERCÍCIO ATUAL EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO

2016

EMIÇÃO

PÁGINA:

MES

DEZEMBRO.

PÁGINA

2

ATIVO(I)

ATIVO FINANCEIRO	64.006.832,36	33.980.018,23
ATIVO PERMANENTE	459.742.932,76	456.195.063,58
TOTAL DO ATIVO	523.749.765,12	490.175.081,81

PASSIVO(II)

PASSIVO FINANCEIRO	1.164.175,61	444.717.763,88
PASSIVO PERMANENTE	458.091,82	397.208,01
TOTAL DO PASSIVO	1.622.267,43	445.114.971,89
SALDO PATRIM.(III) = (I-II)	522.127.497,69	45.060.109,92

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

BALANÇO PATRIMONIAL

UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

0 NOTA EXERCÍCIO ATUAL EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO
2016
EMISSÃO
PÁGINA:

MES
DEZEMBRO.
PÁGINA
3

ATOS POTENCIAIS ATIVOS

EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATU	68.651,30	-68.651,30
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	68.651,30	68.651,30

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRA	8.322.137,54	2.729.858,02
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.322.137,54	2.729.858,02

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

BALANÇO PATRIMONIAL

UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

0 NOTA EXERCÍCIO ATUAL EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO

2016

EMISSION

PÁGINA:

MES
DEZEMBRO.

PÁGINA

4

FONTES DE RECURSOS

ORDINÁRIA

01 RECURSOS ORDINÁRIOS - TESOURO	-56.026.413,97	-23.680.357,05
07 RECEITA OPERACIONAIS A FUNDOS	0,00	0,00
TOTAL ORDINÁRIA	-56.026.413,97	-23.680.357,05

VINCULADA

01 RECURSOS ORDINÁRIOS - TESOURO	0,00	0,00
02 REC. DESTINADOS A MANUT. E DESEN. DO ENSINO	0,00	0,00
11 CONVENIOS COM ORGÃOS FEDERAIS	0,00	0,08
TOTAL VINCULADA	0,00	0,08
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	-56.026.413,97	-23.680.356,97



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2016

PERÍODO: DEZEMBRO

DATA: 31.12.2016

PÁGINA: 1 de 2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	1.275.692.838,90	811.577.132,11
ORÇAMENTÁRIOS		
RECEITAS DERIVADAS	-	-
RECEITAS ORIGINÁRIAS	-	-
Remuneração das Disponibilidades		-
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.032.190.668,53	811.577.132,11
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	1.032.190.668,53	811.577.132,11
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	243.502.170,37	
Consignações	242.767.675,32	
Depositos de diversas origens	237.109,62	
Outros depósitos e valores restituíveis	497.385,43	
DESEMBOLSOS	1.244.505.022,37	836.561.077,67
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	968.223.565,70	836.561.077,67
Judiciária	968.223.565,70	836.561.077,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	-
EXTRAORÇAMENTÁRIOS	276.281.456,67	
Consignações	252.375.485,83	
Depositos de diversas origens	70.185,12	
Outros depósitos e valores restituíveis	436.501,62	
outros pagamentos extraorçamentários	13.473.733,04	
Pagamentos de restos a pagar	9.925.551,06	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31.187.816,53	(24.983.945,56)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DESEMBOLSOS	1.161.002,40	1.583.635,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.161.002,40	1.583.635,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.161.002,40)	(1.583.635,00)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2016

PERÍODO: DEZEMBRO

DATA: 31.12.2016

PÁGINA: 2 de 2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
DESEMBOLSOS	-	-
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	30.026.814,13	(26.567.580,56)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	33.980.018,23	15.783.931,92
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	64.006.832,36	33.980.018,23

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 1

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
1.0.0.0.0.00.00	ATIVO	490.175.081,81D		33.574.683,31D	523.749.765,12D
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	47.932.811,20D		16.572.419,62D	64.505.230,82D
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX	33.980.018,23D		30.026.814,13D	64.006.832,36D
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX	33.980.018,23D		30.026.814,13D	64.006.832,36D
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA E EQUIV.CAIXA EM MOEDA	33.980.018,23D		30.026.814,13D	64.006.832,36D
1.1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEM	33.980.018,23D		30.026.814,13D	64.006.832,36D
1.1.1.1.1.19.01	= BANCO DO BRASIL	33.980.018,23D		30.026.814,13D	64.006.832,36D
1.1.3.0.0.00.00	DEMAIS CREDITOS E VALORES A	13.952.792,97D		13.507.423,79C	445.369,18D
1.1.3.4.0.00.00	CREDITOS POR DANOS AO PATRIM	13.952.792,97D		13.507.423,79C	445.369,18D
1.1.3.4.1.00.00	CREDITOS POR DANOS AO PATRIM	13.952.792,97D		13.507.423,79C	445.369,18D
1.1.3.4.1.02.00	CRED. POR DANOS AO PAT. APUR	13.952.792,97D		13.507.423,79C	445.369,18D
1.1.3.4.1.02.01	= CRED A RECEBER DECORR DE P	342.603,86D			342.603,86D
1.1.3.4.1.02.07	= CRED A RECEBER DECOR DE PA	13.527.008,84D		13.527.008,84C	
1.1.3.4.1.02.11	= SUPRIMENTOS INDIVIDUAIS NA	83.180,27D		19.585,05D	102.765,32D
1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES			53.029,28D	53.029,28D
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO			53.029,28D	53.029,28D
1.1.5.6.1.00.00	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO			53.029,28D	53.029,28D
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAL DE CONSUMO			53.029,28D	53.029,28D
1.2.0.0.0.00.00	ATIVO NAO-CIRCULANTE	442.242.270,61D		17.002.263,69D	459.244.534,30D
1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	442.242.270,61D		17.002.263,69D	459.244.534,30D
1.2.3.1.0.00.00	BENS MOVEIS	128.635.148,56D		10.383.625,15D	139.018.773,71D
1.2.3.1.1.00.00	BENS MOVEIS-CONSOLIDACAO	128.635.148,56D		10.383.625,15D	139.018.773,71D
1.2.3.1.1.01.00	MAQUINAS, APARELHOS EQUIPAME	10.733.336,58D		928.579,71D	11.661.916,29D
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIEN	77.170,80D			77.170,80D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE	1.641.771,90D		141.852,14D	1.783.624,04D
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UT	1.098.402,58D		141.780,89D	1.240.183,47D
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PAR	454,25D			454,25D
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEG	429.004,23D		643.832,18D	1.072.836,41D
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDU	90.726,00D		615,00D	91.341,00D
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTEN	104.262,52D			104.262,52D
1.2.3.1.1.01.19	MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTE	5.901,20D		499,50D	6.400,70D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E E	7.278.691,07D			7.278.691,07D
1.2.3.1.1.01.24	BOMBAS HIGRAULICAS, DE GASOL	6.677,03D			6.677,03D
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS,	275,00D			275,00D
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMATICA	46.202.290,71D		4.598.514,49D	50.800.805,20D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENT	46.202.290,71D		4.598.514,49D	50.800.805,20D
1.2.3.1.1.03.00	MOVEIS E UTENSILIOS	58.112.218,82D		4.794.413,32D	62.906.632,14D
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMES	10.962.701,91D		1.926.309,83D	12.889.011,74D
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESC	684.322,59D			684.322,59D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	46.462.076,32D		2.865.407,63D	49.327.483,95D
1.2.3.1.1.03.04	UTENSILIOS EM GERAL	3.118,00D		2.695,86D	5.813,86D
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURALS, EDUCACI	2.900.052,70D		61.638,63D	2.961.691,33D
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGN	11.248,10D			11.248,10D
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOG	594.025,76D		18.476,03D	612.501,79D

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOURO2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 2

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VID	1.860.403,84D		34.563,60D	1.894.967,44D
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA E	64.579,35D			64.579,35D
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS,	369.795,65D		8.599,00D	378.394,65D
1.2.3.1.1.05.00	VEICULOS	10.687.249,75D		479,00D	10.687.728,75D
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	10.683.980,94D			10.683.980,94D
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.268,81D			3.268,81D
1.2.3.1.1.05.07	MAQ. TRATORES E EQUIP RODOV			479,00D	479,00D
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMOVEIS	313.607.122,05D		6.618.638,54D	320.225.760,59D
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMOVEIS-CONSOLIDACAO	313.607.122,05D		6.618.638,54D	320.225.760,59D
1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL REGISTR	181.814.222,44D		680.792,89D	182.495.015,33D
1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS/GLEBAS	5.216.405,03D			5.216.405,03D
1.2.3.2.1.01.24	SALAS	101.852,15D			101.852,15D
1.2.3.2.1.01.97	BENS IMOVEIS DA ADMINISTRACA	175.076.528,96D		680.792,89D	175.757.321,85D
1.2.3.2.1.01.98	OUTROS BENS IMOVEIS DE USO E	1.419.436,30D			1.419.436,30D
1.2.3.2.1.06.00	BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	51.655,27D			51.655,27D
1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	51.655,27D			51.655,27D
1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	131.741.244,34D		5.937.845,65D	137.679.089,99D
1.2.3.2.1.07.01	OBRAS E INSTALACOES	131.741.244,34D		5.937.845,65D	137.679.089,99D
2.0.0.0.0.00.00	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	490.175.081,81C		45.495.978,02D	444.679.103,79C
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	20.117.503,57C		18.495.236,14D	1.622.267,43C
2.1.1.0.0.00.00	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PRE	9.128.135,07C		9.128.135,07D	
2.1.1.3.0.00.00	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A P	209.357,63C		209.357,63D	
2.1.1.3.1.00.00	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A P	209.357,63C		209.357,63D	
2.1.1.3.1.02.00	BENEF ASSISTENCIAIS A PAGAR	209.357,63C		209.357,63D	
2.1.1.4.0.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	8.918.777,44C		8.918.777,44D	
2.1.1.4.2.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INT	8.918.777,44C		8.918.777,44D	
2.1.1.4.2.02.00	CONT. RPPS - EXERCICIOS ANTE	8.918.777,44C		8.918.777,44D	
2.1.1.4.2.02.01	CONT. AO REGIME PROPRIO DE P	8.918.777,44C		8.918.777,44D	
2.1.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGA	7.804,50C		12.901,13C	20.705,63C
2.1.3.1.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGA	7.804,50C		12.901,13C	20.705,63C
2.1.3.1.1.00.00	FORNEC E CONTAS A PAGAR NACI	7.804,50C		12.901,13C	20.705,63C
2.1.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS			20.705,63C	20.705,63C
2.1.3.1.1.01.01	= FORNECEDORES NACIONAIS A P			20.705,63C	20.705,63C
2.1.3.1.1.02.00	FORNECEDORES NACIONAIS DE EX	7.804,50C		7.804,50D	
2.1.3.1.1.02.01	= FORNEC NAC DO EXERC ANTERI	7.804,50C		7.804,50D	
2.1.8.0.0.00.00	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PR	10.981.564,00C		9.380.002,20D	1.601.561,80C
2.1.8.8.0.00.00	VALORES RESTITUIVEIS	10.584.355,99C		9.440.886,01D	1.143.469,98C
2.1.8.8.1.00.00	VALORES RESTITUIVEIS CONSOLI	10.584.355,99C		9.440.886,01D	1.143.469,98C
2.1.8.8.1.01.00	CONSIGNACAO	10.528.277,39C		9.607.810,51D	920.466,88C
2.1.8.8.1.01.02	INSS	42.109,04C		1.079,34C	43.188,38C
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO S/ A RENDA RETIDO NA	18.949,80C		2.492,43C	21.442,23C
2.1.8.8.1.01.08	ISS	4.247,27C		1.483,96D	2.763,31C
2.1.8.8.1.01.10	PENSAO ALIMENTICIA	3.123,52C			3.123,52C
2.1.8.8.1.01.11	PLANOS DE PREV. ASSIT.SOCIAL	6.807.020,04C		6.486.147,09D	320.872,95C

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 3

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
2.1.8.8.1.01.12	ASSIST.A SAUDE ADMINIST. PRO	215.335,57C		10.477,62D	204.857,95C
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS	3.437.492,15C		3.113.273,61D	324.218,54C
2.1.8.8.1.04.00	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	56.078,60C		166.924,50C	223.003,10C
2.1.8.8.1.04.01	DEPOSITOS E CAUCOES			167.897,78C	167.897,78C
2.1.8.8.1.04.03	DEPOSITOS DE TERCEIROS	56.078,60C		973,28D	55.105,32C
2.1.8.9.0.00.00	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO P	397.208,01C		60.883,81C	458.091,82C
2.1.8.9.1.00.00	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO P	397.208,01C		60.883,81C	458.091,82C
2.1.8.9.1.01.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	397.208,01C		60.883,81C	458.091,82C
2.1.8.9.1.01.01	DEVOLUCAO DE SALARIO NAO REC	397.208,01C		60.883,81C	458.091,82C
2.3.0.0.0.00.00	PATRIMONIO LIQUIDO	470.057.578,24C		27.000.741,88D	443.056.836,36C
2.3.1.0.0.00.00	PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL	470.057.578,24C			470.057.578,24C
2.3.1.1.0.00.00	PATRIMONIO SOCIAL	470.057.578,24C			470.057.578,24C
2.3.1.1.1.00.00	PATRIMONIO SOCIAL - CONSOLID	470.057.578,24C			470.057.578,24C
2.3.1.1.1.01.00	PATRIMONIO	470.057.578,24C			470.057.578,24C
2.3.7.0.0.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS			27.000.741,88D	27.000.741,88D
2.3.7.1.0.00.00	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMU			27.000.741,88D	27.000.741,88D
2.3.7.1.1.00.00	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMU			27.000.741,88D	27.000.741,88D
2.3.7.1.1.03.00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERI			13.527.008,84D	13.527.008,84D
2.3.7.1.1.05.00	AJUSTES FINANCEIROS DE EX. A			13.473.733,04D	13.473.733,04D
3.0.0.0.0.00.00	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUT			969.143.287,15D	969.143.287,15D
3.1.0.0.0.00.00	PESSOAL E ENCARGOS			859.418.008,45D	859.418.008,45D
3.1.1.0.0.00.00	REMUNERACAO A PESSOAL			769.945.302,30D	769.945.302,30D
3.1.1.1.0.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO CIVIL AB			747.705.310,97D	747.705.310,97D
3.1.1.1.1.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO ABRANGID			747.705.310,97D	747.705.310,97D
3.1.1.1.1.01.00	VENC E VANTAGENS FIXAS - PES			519.589.154,63D	519.589.154,63D
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			278.202.526,54D	278.202.526,54D
3.1.1.1.1.01.02	ADICIONAL NOTURNO			18.198,17D	18.198,17D
3.1.1.1.1.01.04	ABONO DE PERMANENCIA			4.050.522,85D	4.050.522,85D
3.1.1.1.1.01.06	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE			137.942,44D	137.942,44D
3.1.1.1.1.01.08	INCENTIVO A QUALIFICACAO			11.825.160,91D	11.825.160,91D
3.1.1.1.1.01.16	GRATIFICACAO POR EXERCICIO D			4.417.459,60D	4.417.459,60D
3.1.1.1.1.01.18	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SE			15.603.349,59D	15.603.349,59D
3.1.1.1.1.01.22	13 SALARIO			43.129.707,80D	43.129.707,80D
3.1.1.1.1.01.24	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONA			18.192.475,62D	18.192.475,62D
3.1.1.1.1.01.25	LICENCA-PREMIO			1.627.881,94D	1.627.881,94D
3.1.1.1.1.01.31	SUBSIDIOS			103.956.841,02D	103.956.841,02D
3.1.1.1.1.01.32	GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE			23.154.829,08D	23.154.829,08D
3.1.1.1.1.01.36	REMUN PARTICIP ORGAOS DELIBE			118.508,04D	118.508,04D
3.1.1.1.1.01.37	RESTITUICAO DE FALTA			741.196,06D	741.196,06D
3.1.1.1.1.01.38	GRATIFICACAO DE ATIVIDADES J			13.743.544,76D	13.743.544,76D
3.1.1.1.1.01.39	GRATIFICACAO DE PRODUTIVIDAD			439,36D	439,36D
3.1.1.1.1.01.99	OUTROS VENC E VANT FIXAS - P			668.570,85D	668.570,85D
3.1.1.1.1.02.00	OUTRAS DESP VARIABEIS - PESS			5.185.921,62D	5.185.921,62D
3.1.1.1.1.02.01	SUBSTITUICOES			5.133.264,19D	5.133.264,19D

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 4

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
3.1.1.1.1.02.03	SERVICOS EXTRAORDINARIOS			41.908,89D	41.908,89D
3.1.1.1.1.02.13	RESSARC DE DESPESA DE PESSOA			10.748,54D	10.748,54D
3.1.1.1.1.03.00	SENTENCAS JUDICIAIS		222.930.234,72D		222.930.234,72D
3.1.1.1.1.03.01	SENTENCAS JUDICIAIS		222.930.234,72D		222.930.234,72D
3.1.1.2.0.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO CIVIL AB		22.239.991,33D		22.239.991,33D
3.1.1.2.1.00.00	REMUN PESSOAL ATIVO ABRANGID		22.239.991,33D		22.239.991,33D
3.1.1.2.1.04.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERM		22.239.991,33D		22.239.991,33D
3.1.1.2.1.04.28	INSS PATRONAL		22.239.991,33D		22.239.991,33D
3.1.2.0.0.00.00	ENCARGOS PATRONAIS		2.507.506,95D		2.507.506,95D
3.1.2.1.0.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS		2.507.506,95D		2.507.506,95D
3.1.2.1.2.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS -		2.507.506,95D		2.507.506,95D
3.1.2.1.2.03.00	FUNBEN		2.507.506,95D		2.507.506,95D
3.1.3.0.0.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL		86.436.103,14D		86.436.103,14D
3.1.3.1.0.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS		16.847.201,50D		16.847.201,50D
3.1.3.1.1.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS		16.847.201,50D		16.847.201,50D
3.1.3.1.1.01.00	AUXILIO ALIMENTACAO		16.847.201,50D		16.847.201,50D
3.1.3.2.0.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS		69.588.901,64D		69.588.901,64D
3.1.3.2.1.00.00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS		69.588.901,64D		69.588.901,64D
3.1.3.2.1.01.00	AUXILIO ALIMENTACAO		32.180.421,39D		32.180.421,39D
3.1.3.2.1.02.00	AUXILIO TRANSPORTE		3.466.094,80D		3.466.094,80D
3.1.3.2.1.03.00	AUXILIO MORADIA		19.769.942,59D		19.769.942,59D
3.1.3.2.1.04.00	AJUDA DE CUSTO		173.323,53D		173.323,53D
3.1.3.2.1.05.00	AUXILIO A PESSOA		13.999.119,33D		13.999.119,33D
3.1.9.0.0.00.00	OUTRAS VPD'S - PESSOAL E ENC		529.096,06D		529.096,06D
3.1.9.1.0.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		421.710,26D		421.710,26D
3.1.9.1.1.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		421.710,26D		421.710,26D
3.1.9.1.1.01.00	INDENIZACAO E RESTITUICAO TR		421.710,26D		421.710,26D
3.1.9.2.0.00.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTRO		107.385,80D		107.385,80D
3.1.9.2.1.00.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTRO		107.385,80D		107.385,80D
3.1.9.2.1.01.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTRO		107.385,80D		107.385,80D
3.2.0.0.0.00.00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E		179.687,26D		179.687,26D
3.2.9.0.0.00.00	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCI		179.687,26D		179.687,26D
3.2.9.9.0.00.00	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCI		179.687,26D		179.687,26D
3.2.9.9.1.00.00	OUTROS BENEF PREVID E ASSIST		179.687,26D		179.687,26D
3.2.9.9.1.10.00	INDENIZACAO E RESTITUICAO		179.687,26D		179.687,26D
3.3.0.0.0.00.00	USO DE BENS, SERVICOS E CONS		44.292.830,55D		44.292.830,55D
3.3.1.0.0.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		450.972,40D		450.972,40D
3.3.1.1.0.00.00	CONSUMO DE MATERIAL		450.972,40D		450.972,40D
3.3.1.1.1.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOL		450.972,40D		450.972,40D
3.3.1.1.1.03.00	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGAR		140,00D		140,00D
3.3.1.1.1.06.00	GENEROS ALIMENTICIOS		30.777,10D		30.777,10D
3.3.1.1.1.16.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE		112.432,70D		112.432,70D
3.3.1.1.1.22.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD D		42.534,65D		42.534,65D
3.3.1.1.1.24.00	MATERIAL P/ MANUTDE BENS IMO		11.514,45D		11.514,45D

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 5

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
3.3.1.1.1.25.00	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BE			5.460,75D	5.460,75D
3.3.1.1.1.26.00	MATERIAL ELETRICO E ELETRONI			21.879,54D	21.879,54D
3.3.1.1.1.59.00	ADIANTAMENTO			70.035,95D	70.035,95D
3.3.1.1.1.60.00	AGUA MINERAL			36.640,29D	36.640,29D
3.3.1.1.1.99.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO			119.556,97D	119.556,97D
3.3.2.0.0.00.00	SERVICOS			43.841.858,15D	43.841.858,15D
3.3.2.1.0.00.00	DIARIAS			1.704.736,95D	1.704.736,95D
3.3.2.1.1.00.00	DIARIAS - CONSOLIDACAO			1.704.736,95D	1.704.736,95D
3.3.2.1.1.01.00	DIARIAS PESSOAL CIVIL			1.653.491,37D	1.653.491,37D
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - NO			464.055,42D	464.055,42D
3.3.2.1.1.01.02	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - NO			15.123,00D	15.123,00D
3.3.2.1.1.01.03	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - DE			1.174.312,95D	1.174.312,95D
3.3.2.1.1.02.00	DIARIAS - PESSOAL MILITAR			48.445,58D	48.445,58D
3.3.2.1.1.02.03	DIARIAS - PESSOAL MILITAR -			35.580,73D	35.580,73D
3.3.2.1.1.02.99	DIARIAS - PESSOAL MILITAR -			12.864,85D	12.864,85D
3.3.2.1.1.03.00	DIARIAS - COLABORADORES EVEN			2.800,00D	2.800,00D
3.3.2.1.1.03.01	DIARIAS - COLABORADORES EVEN			2.800,00D	2.800,00D
3.3.2.2.0.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PF			1.556.262,67D	1.556.262,67D
3.3.2.2.1.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PF - CO			1.556.262,67D	1.556.262,67D
3.3.2.2.1.06.00	SELECAO E TREINAMENTO			405,00D	405,00D
3.3.2.2.1.15.00	SERVICOS TECNICOS PROFISSION			30.568,50D	30.568,50D
3.3.2.2.1.21.00	LOCACOES			1.310.024,46D	1.310.024,46D
3.3.2.2.1.99.00	OUTROS SERVICOS PRESTADOS PO			215.264,71D	215.264,71D
3.3.2.3.0.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PJ			40.371.304,63D	40.371.304,63D
3.3.2.3.1.00.00	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CO			40.371.304,63D	40.371.304,63D
3.3.2.3.1.01.00	CONSULTORIA E ASSESSORIA			665,00D	665,00D
3.3.2.3.1.01.01	ASSESSORIA E CONSULTORIA TEC			665,00D	665,00D
3.3.2.3.1.04.00	COMUNICACAO			2.000,00D	2.000,00D
3.3.2.3.1.05.00	PUBLICIDADE			29.764,00D	29.764,00D
3.3.2.3.1.06.00	MANUTENCAO E CONSERVACAO			529.592,44D	529.592,44D
3.3.2.3.1.08.00	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, E			5.687.803,68D	5.687.803,68D
3.3.2.3.1.09.00	SERVICOS DE ALIMENTACAO			824.943,94D	824.943,94D
3.3.2.3.1.10.00	LOCACOES			1.917.496,63D	1.917.496,63D
3.3.2.3.1.14.00	ASSINATURAS DE PERIODICOS E			205.706,13D	205.706,13D
3.3.2.3.1.20.00	CONFECACAO DE UNIFORMES, BAND			396,00D	396,00D
3.3.2.3.1.23.00	FESTIVIDADES E HOMENAGENS			453.049,28D	453.049,28D
3.3.2.3.1.31.00	SERVMEDICO-HOSPITALAR,ODONTO			10.799,97D	10.799,97D
3.3.2.3.1.32.00	SERVICOS BANCARIOS			285.803,10D	285.803,10D
3.3.2.3.1.40.00	SERVICOS DE COPIAS E REPRODU			1.400,00D	1.400,00D
3.3.2.3.1.46.00	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIA			19.536,96D	19.536,96D
3.3.2.3.1.51.00	SERVICOS TECNICOS PROFISSION			20.601,00D	20.601,00D
3.3.2.3.1.54.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			29.271.508,01D	29.271.508,01D
3.3.2.3.1.54.02	LOCACAO MAO DE OBRA LIMPEZA			7.284.900,40D	7.284.900,40D
3.3.2.3.1.54.03	LOCACAO MAO DE OBRA DE VIGIL			16.608.385,54D	16.608.385,54D

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 6

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
3.3.2.3.1.54.05	LOCACAO MAO DE OBRA OPER MAQ			4.230.674,69D	4.230.674,69D
3.3.2.3.1.54.99	OUTROS SERVICOS DE LOCACAO D			1.147.547,38D	1.147.547,38D
3.3.2.3.1.56.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOC			625.690,65D	625.690,65D
3.3.2.3.1.56.01	PASSAGEM PARA O PAIS			582.024,31D	582.024,31D
3.3.2.3.1.56.02	PASSAGEM PA O EXTERIOR			43.666,34D	43.666,34D
3.3.2.3.1.58.00	DESPESA DE ADIANTAMENTO			21.522,44D	21.522,44D
3.3.2.3.1.60.00	SERVICOS DE LIMPEZA			17.455,25D	17.455,25D
3.3.2.3.1.99.00	OUTROS SERVICOS TERCEIROS -			445.570,15D	445.570,15D
3.3.2.4.0.00.00	CONTR TERC POR SUBST MOB-ART			209.553,90D	209.553,90D
3.3.2.4.1.00.00	C TERC POR SUB MOB-ART18,PAR			209.553,90D	209.553,90D
3.3.2.4.1.01.00	SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA			209.553,90D	209.553,90D
3.3.2.4.1.01.03	TERCEIR SERVICOS ADMINISTRAT			209.553,90D	209.553,90D
3.7.0.0.0.00.00	TRIBUTARIAS			60.813.203,73D	60.813.203,73D
3.7.2.0.0.00.00	CONTRIBUICOES			60.813.203,73D	60.813.203,73D
3.7.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS			60.813.203,73D	60.813.203,73D
3.7.2.1.2.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS-INTRA			60.795.130,33D	60.795.130,33D
3.7.2.1.2.01.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS RPPS			60.795.130,33D	60.795.130,33D
3.7.2.1.3.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS-INTER			18.073,40D	18.073,40D
3.7.2.1.3.99.00	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			18.073,40D	18.073,40D
3.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAI			4.439.557,16D	4.439.557,16D
3.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONI			4.439.557,16D	4.439.557,16D
3.9.9.9.0.00.00	VPD'S DECORRENTES DE FATOS G			4.439.557,16D	4.439.557,16D
3.9.9.9.1.00.00	VPD'S DECOR DE FATOS GERADOR			4.439.557,16D	4.439.557,16D
3.9.9.9.1.02.00	BAIXA DE BENS MOVEIS DE USO			103.967,98D	103.967,98D
3.9.9.9.1.02.04	NAO EXISTENCIA DO BEM			103.967,98D	103.967,98D
3.9.9.9.1.03.00	BAIXA DE BENS DE ESTOQUE			4.310.301,30D	4.310.301,30D
3.9.9.9.1.03.01	CONSUMO POR REQUISICAO			4.310.301,30D	4.310.301,30D
3.9.9.9.1.05.00	* BAIXA DE RESPONSABILIDADE			25.287,88D	25.287,88D
3.9.9.9.1.05.01	BAIXA DE RESPONS POR ADIANTA			25.287,88D	25.287,88D
4.0.0.0.0.00.00	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTA		1048.213.948,48C		1048.213.948,48C
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES		1038.809.307,07C		1038.809.307,07C
4.5.1.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNA		1038.809.307,07C		1038.809.307,07C
4.5.1.1.0.00.00	TRANSFERENCIA RECEBI P/ EXEC		1003.331.554,68C		1003.331.554,68C
4.5.1.1.2.00.00	TRANSF RECEBI P/ EXECUCAO OR		1003.331.554,68C		1003.331.554,68C
4.5.1.1.2.02.00	REPASSE RECEBIDO		1003.331.554,68C		1003.331.554,68C
4.5.1.2.0.00.00	TRANSF RECEBIDA INDEPENDENTE		35.477.752,39C		35.477.752,39C
4.5.1.2.2.00.00	TRANSF RECEBI INDEPENP EXEC		35.477.752,39C		35.477.752,39C
4.5.1.2.2.01.00	TRANSF FINANC RECEB INDEP EX		28.859.113,85C		28.859.113,85C
4.5.1.2.2.01.03	MOV DE FUND DEBITO CORRESP D		28.859.113,85C		28.859.113,85C
4.5.1.2.2.02.00	TRANSF NAO FINAC RECEB INDEP		6.618.638,54C		6.618.638,54C
4.5.1.2.2.02.01	TRANSFERENCIA RECEBIDA DE BE		6.618.638,54C		6.618.638,54C
4.6.0.0.0.00.00	VALORIZACAO E GANHOS COM ATI		181.317,43C		181.317,43C
4.6.4.0.0.00.00	GANHOS COM DESINCORPORACAO D		181.317,43C		181.317,43C
4.6.4.0.1.00.00	GANHOS COM DESINCORPORACAO D		181.317,43C		181.317,43C

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 7

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
4.6.4.0.1.01.00	DESINC. DE PASSIVOS/ CANCELA			181.317,43C	181.317,43C
4.6.4.0.1.01.01	CANCELAMENTO DE RP PROCESSAD			7.387,69C	7.387,69C
4.6.4.0.1.01.02	CANCELAMENTO DE RP NAO PROCE			173.929,74C	173.929,74C
4.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAI			9.223.323,98C	9.223.323,98C
4.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIACOES PATRIMON			9.223.323,98C	9.223.323,98C
4.9.9.9.0.00.00	VPA DECOR DE FATOS GERADORES			9.223.323,98C	9.223.323,98C
4.9.9.9.1.00.00	VPA DECOR DE FATOS GERADORES			9.223.323,98C	9.223.323,98C
4.9.9.9.1.02.00	INCORPORACAO DE BENS MOVEIS			1.884.767,26C	1.884.767,26C
4.9.9.9.1.02.03	DOACAO			1.784.517,26C	1.784.517,26C
4.9.9.9.1.02.09	AQUISICAO DE BENS MOVEIS POR			100.250,00C	100.250,00C
4.9.9.9.1.03.00	INCORPORACAO DE BENS DE ESTO			6.698,25C	6.698,25C
4.9.9.9.1.03.06	DIFERENCA DE INVENTARIO			2.378,25C	2.378,25C
4.9.9.9.1.03.08	AQUISICAO RAP			4.320,00C	4.320,00C
4.9.9.9.1.04.00	TRANSFERENCIA RECEBIDA			7.331.858,47C	7.331.858,47C
4.9.9.9.1.04.01	TRANSFERENCIA RECEBIDA			7.331.858,47C	7.331.858,47C
5.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA APROVACAO DO PL	10.299.661,10D	7.653.927,32D	3196.144.948,80D	3206.444.609,90D
5.2.0.0.0.00.00	ORCAMENTO APROVADO			3188.491.021,48D	3188.491.021,48D
5.2.1.0.0.00.00	PREVISAO DA RECEITA			1092.655.412,00D	1092.655.412,00D
5.2.1.4.0.00.00	PREV.RECEITA TRANSFER. INTRA			1092.655.412,00D	1092.655.412,00D
5.2.1.4.1.00.00	PREVISAO INCICIAL-TRANSF.INT			1037.454.512,00D	1037.454.512,00D
5.2.1.4.2.00.00	PREV.ADICIONAL - TRANSF. INT			55.200.900,00D	55.200.900,00D
5.2.2.0.0.00.00	FIXACAO DA DESPESA			2095.835.609,48D	2095.835.609,48D
5.2.2.1.0.00.00	DOTACAO ORCAMENTARIA			1105.751.413,06D	1105.751.413,06D
5.2.2.1.1.00.00	DOTACAO INICIAL			1037.454.512,00D	1037.454.512,00D
5.2.2.1.1.01.00	= CREDITO INICIAL			1037.454.512,00D	1037.454.512,00D
5.2.2.1.2.00.00	DOTACAO ADICIONAL POR TIPO D			86.428.806,06D	86.428.806,06D
5.2.2.1.2.01.00	= CREDITO ADICIONAL - SUPLEM			86.428.806,06D	86.428.806,06D
5.2.2.1.3.01.00	SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXER			13.096.001,06D	13.096.001,06D
5.2.2.1.3.01.01	= SUPERAVIT FINANCEIRO			13.096.001,06D	13.096.001,06D
5.2.2.1.3.02.00	EXCESSO DE ARRECADACAO			7.500.000,00D	7.500.000,00D
5.2.2.1.3.02.01	= EXC.ARRECADACAO DOT.SUPLEM			7.500.000,00D	7.500.000,00D
5.2.2.1.3.03.00	ANULACAO DE DOTACAO			65.832.805,00D	65.832.805,00D
5.2.2.1.3.03.01	= ANUL. TOTAL/PARCIAL DE DOT			65.832.805,00D	65.832.805,00D
5.2.2.1.3.09.00	* = (-) CANCELAMENTO DE DOTA			18.131.905,00C	18.131.905,00C
5.2.2.1.3.99.00	* = VALOR GLOBAL DA DOTACAO			68.296.901,06C	68.296.901,06C
5.2.2.1.9.00.00	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO D			18.131.905,00C	18.131.905,00C
5.2.2.1.9.01.01	= ACRESCIMO			72.810,00D	72.810,00D
5.2.2.1.9.01.09	* = (-)REDUCAO			72.810,00C	72.810,00C
5.2.2.1.9.04.00	(-)CANCELAMENTO DE DOTACOES			18.131.905,00C	18.131.905,00C
5.2.2.1.9.04.03	* = (-)CANCELAMENTO DE DOTAC			18.131.905,00C	18.131.905,00C
5.2.2.3.0.00.00	DETALHAMENTO DE CREDITO			13.045.701,00D	13.045.701,00D
5.2.2.3.1.00.00	= CREDITOS A DETALHAR			13.045.701,00D	13.045.701,00D
5.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA			977.038.495,42D	977.038.495,42D
5.2.2.9.2.00.00	EMPENHOS POR EMISSAO			977.038.495,42D	977.038.495,42D

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

2016

DEZEMBRO.

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

10/02/2017

8

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
5.2.2.9.2.01.00	EXECUCAO DE DESPESA POR NOTA			977.038.495,42D	977.038.495,42D
5.2.2.9.2.01.01	= EMISSAO DE EMPENHOS			185.845.853,56D	185.845.853,56D
5.2.2.9.2.01.02	= REFORCO DE EMPENHOS			798.591.740,39D	798.591.740,39D
5.2.2.9.2.01.03	* = (-)ANULACAO DE EMPENHOS			7.399.098,53C	7.399.098,53C
5.3.0.0.0.00.00	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.299.661,10D	7.653.927,32D	7.653.927,32D	17.953.588,42D
5.3.1.0.0.00.00	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSA	1.163.721,53D	7.633.221,69D	7.633.221,69D	8.796.943,22D
5.3.1.1.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS INSCRIT	1.163.721,53D			1.163.721,53D
5.3.1.7.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS - INSC		7.633.221,69D	7.633.221,69D	7.633.221,69D
5.3.2.0.0.00.00	INSCRICAO DE RP PROCESSADOS	9.135.939,57D	20.705,63D	20.705,63D	9.156.645,20D
5.3.2.1.0.00.00	= RP PROCESSADOS - INSCRITOS	9.135.939,57D			9.135.939,57D
5.3.2.7.0.00.00	= INSCRICAO DE RP PROCESSADO		20.705,63D	20.705,63D	20.705,63D
6.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLA	10.299.661,10C	7.653.927,32C	3196.144.948,80C	3206.444.609,90C
6.2.0.0.0.00.00	EXECUCAO DO ORCAMENTO			3188.491.021,48C	3188.491.021,48C
6.2.1.0.0.00.00	EXECUCAO DA RECEITA			1092.655.412,00C	1092.655.412,00C
6.2.1.4.0.00.00	EXECUCAO DAS TRANSF. INTRAGO			1092.655.412,00C	1092.655.412,00C
6.2.1.4.1.00.00	TRANSFERENCIAS A REALIZAR			60.464.743,47C	60.464.743,47C
6.2.1.4.2.00.00	TRANSFERENCIAS REALIZADAS			1032.190.668,53C	1032.190.668,53C
6.2.2.0.0.00.00	EXECUCAO DA DESPESA			2095.835.609,48C	2095.835.609,48C
6.2.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CREDITO			1105.751.413,06C	1105.751.413,06C
6.2.2.1.1.00.00	= CREDITO DISPONIVEL			128.712.917,64C	128.712.917,64C
6.2.2.1.3.00.00	CREDITO UTILIZADO			977.038.495,42C	977.038.495,42C
6.2.2.1.3.01.00	= CREDITO EMPENHADO A LIQUID		7.633.221,69D		
6.2.2.1.3.03.00	= CREDITO EMP.LIQ. A PAGAR		20.705,63D		
6.2.2.1.3.04.00	= CREDITO EMP.LIQ. PAGO			969.384.568,10C	969.384.568,10C
6.2.2.1.3.05.00	= EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRI		7.633.221,69C	7.633.221,69C	7.633.221,69C
6.2.2.1.3.07.00	= EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRI		20.705,63C	20.705,63C	20.705,63C
6.2.2.3.0.00.00	DETALHAMENTO DE CREDITO			13.045.701,00C	13.045.701,00C
6.2.2.3.1.00.00	= CREDITOS DETALHADOS			13.045.701,00C	13.045.701,00C
6.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA			977.038.495,42C	977.038.495,42C
6.2.2.9.2.00.00	EMISSAO DE EMPENHO			977.038.495,42C	977.038.495,42C
6.2.2.9.2.01.00	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO			977.038.495,42C	977.038.495,42C
6.2.2.9.2.01.01	= EMPENHOS A LIQUIDAR		7.633.221,69D		
6.2.2.9.2.01.03	= EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGA		20.705,63D		
6.2.2.9.2.01.04	= EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS			969.384.568,10C	969.384.568,10C
6.2.2.9.2.01.05	= RAP NAO PROCESSADOS - INSC		7.633.221,69C	7.633.221,69C	7.633.221,69C
6.2.2.9.2.01.07	= INSCRICAO DE RAP PROCESS -		20.705,63C	20.705,63C	20.705,63C
6.3.0.0.0.00.00	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.299.661,10C	7.653.927,32C	7.653.927,32C	17.953.588,42C
6.3.1.0.0.00.00	EXECUCAO DE RP NAO PROCESSAD	1.163.721,53C	7.633.221,69C	7.633.221,69C	8.796.943,22C
6.3.1.4.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS PAGOS			796.999,18C	796.999,18C
6.3.1.5.0.00.00	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDA	1.163.721,53C		1.163.721,53D	
6.3.1.5.1.00.00	= RAP NAO PROCESSADO A LIQUI	1.163.721,53C		1.163.721,53D	
6.3.1.7.0.00.00	RP NAO PROCESSADOS - INSCRI		7.633.221,69C	7.633.221,69C	7.633.221,69C
6.3.1.7.1.00.00	= RP NAO PROCESSADOS A LIQUI		7.633.221,69C	7.633.221,69C	7.633.221,69C
6.3.1.9.0.00.00	RP NAO PROCESSADOS CANCELADO			366.722,35C	366.722,35C

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO

2016

DEZEMBRO.

10/02/2017

9

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
6.3.1.9.9.00.00	= OUTROS CANCELAMENTOS DE RP			366.722,35C	366.722,35C
6.3.2.0.0.00.00	EXECUCAO DE RP PROCESSADOS	9.135.939,57C	20.705,63C	20.705,63C	9.156.645,20C
6.3.2.1.0.00.00	= RP PROCESSADOS A PAGAR	9.135.939,57C		9.135.939,57D	
6.3.2.2.0.00.00	= RP PROCESSADOS PAGOS			9.128.551,88C	9.128.551,88C
6.3.2.5.2.00.00	= RP PROCESSADO - LIBERADOS			7.387,69C	7.387,69C
6.3.2.5.3.00.00	* = OUTROS RP PROCESSADOS			7.387,69D	7.387,69D
6.3.2.7.0.00.00	= RP PROCESSADOS A PAGAR		20.705,63C	20.705,63C	20.705,63C
6.3.2.9.0.00.00	RP PROCESSADOS CANCELADOS			7.387,69C	7.387,69C
6.3.2.9.9.00.00	= OUTROS CANCELAMENTOS DE RP			7.387,69C	7.387,69C
7.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DEVEDORES	945.250.237,72D		2275.566.532,57D	3220.816.770,29D
7.1.0.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS	2.798.509,32D		5.592.279,52D	8.390.788,84D
7.1.1.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	68.651,30D			68.651,30D
7.1.1.3.0.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS	68.651,30D			68.651,30D
7.1.1.3.1.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSO	68.651,30D			68.651,30D
7.1.1.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE	68.651,30D			68.651,30D
7.1.2.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO	2.729.858,02D		5.592.279,52D	8.322.137,54D
7.1.2.3.0.00.00	OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.729.858,02D		5.592.279,52D	8.322.137,54D
7.1.2.3.1.00.00	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CON	2.729.858,02D		5.592.279,52D	8.322.137,54D
7.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE	2.729.858,02D		5.592.279,52D	8.322.137,54D
7.2.0.0.0.00.00	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	866.675.871,53D		1283.667.563,78D	2150.343.435,31D
7.2.1.0.0.00.00	DISPONIBILIDADES POR DESTINA	866.675.871,53D		177.916.150,72D	1044.592.022,25D
7.2.1.1.0.00.00	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE	866.675.871,53D		177.916.150,72D	1044.592.022,25D
7.2.1.1.1.00.00	RECURSOS ORDINARIOS	866.675.871,53D		167.159.788,54D	1033.835.660,07D
7.2.1.1.5.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS R			10.756.362,18D	10.756.362,18D
7.2.2.0.0.00.00	PROGRAMACAO FINANCEIRA			5.000.000,00C	5.000.000,00C
7.2.2.1.0.00.00	COTA FINANCEIRA LIBERADA - T			5.000.000,00C	5.000.000,00C
7.2.2.1.1.00.00	COTAS DECORRENTES DO ORCAMEN			5.000.000,00C	5.000.000,00C
7.2.2.1.1.09.00	/-/ANULACAO DA COTA DE DESPE			5.000.000,00C	5.000.000,00C
7.2.3.0.0.00.00	INSCRICAO DO LIMITE ORCAMENT			1110.751.413,06D	1110.751.413,06D
7.2.3.2.0.00.00	INSCRICAO DAS COTAS ORCAMENT			1110.751.413,06D	1110.751.413,06D
7.2.3.2.1.00.00	LIMITE ORCAMENTARIO AUTORIZA			1110.751.413,06D	1110.751.413,06D
7.2.3.2.1.01.00	LIMITE ORCAMENTARIO AUTORIZA			1110.751.413,06D	1110.751.413,06D
7.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	75.775.856,87D		986.306.689,27D	1062.082.546,14D
7.9.1.0.0.00.00	RESPONSABILIDADE POR VALORES	83.180,27D		19.585,05D	102.765,32D
7.9.1.2.0.00.00	RESP DE TERCEIROS POR VALORE	83.180,27D		19.585,05D	102.765,32D
7.9.1.2.1.00.00	CONTROLE DE SUPRIMENTO DE FU	83.180,27D		19.585,05D	102.765,32D
7.9.3.0.0.00.00	CONTROLES DE OBRIGACOES A PA			986.266.398,59D	986.266.398,59D
7.9.3.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			986.266.398,59D	986.266.398,59D
7.9.3.1.1.00.00	CREDORES POR EMPENHO			977.038.495,42D	977.038.495,42D
7.9.3.1.1.01.00	VALORES COMPROMETIDOS			977.038.495,42D	977.038.495,42D
7.9.3.1.2.00.00	SALDO DE COMPROMISSOS ANTERI			9.227.903,17D	9.227.903,17D
7.9.3.1.2.01.00	SALDO DE COMPROMISSOS ANTERI			9.227.903,17D	9.227.903,17D
7.9.9.0.0.00.00	DEMAIS CONTROLES	75.692.676,60D		20.705,63D	75.713.382,23D
7.9.9.6.0.00.00	CONTAS DE CONTROLE	75.692.676,60D		20.705,63D	75.713.382,23D

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOIRO2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 10

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
7.9.9.6.1.00.00	FORNECEDORES E CREDITORES	75.692.676,60D		20.705,63D	75.713.382,23D
8.0.0.0.0.00.00	CONTROLES CREDITORES	945.250.237,72C		2275.566.532,57C	3220.816.770,29C
8.1.0.0.0.00.00	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	2.798.509,32C		5.592.279,52C	8.390.788,84C
8.1.1.0.0.00.00	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	68.651,30C			68.651,30C
8.1.1.3.0.00.00	EXECUCAO DE DIREITOS CONTRAT	68.651,30C			68.651,30C
8.1.1.3.1.00.00	EXECUCAO DE DIREITOS CONTRAT	68.651,30C			68.651,30C
8.1.1.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE	68.651,30C			68.651,30C
8.1.1.3.1.04.01	EM EXECUCAO	68.651,30C			68.651,30C
8.1.2.0.0.00.00	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	2.729.858,02C		5.592.279,52C	8.322.137,54C
8.1.2.3.0.00.00	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTR	2.729.858,02C		5.592.279,52C	8.322.137,54C
8.1.2.3.1.00.00	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTR	2.729.858,02C		5.592.279,52C	8.322.137,54C
8.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE	2.729.858,02C		5.592.279,52C	8.322.137,54C
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR	2.729.858,02C		5.592.279,52C	8.322.137,54C
8.2.0.0.0.00.00	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FI	866.675.871,53C		1283.667.563,78C	2150.343.435,31C
8.2.1.0.0.00.00	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADE	866.675.871,53C		177.916.150,72C	1044.592.022,25C
8.2.1.1.0.00.00	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE	866.675.871,53C		177.916.150,72C	1044.592.022,25C
8.2.1.1.1.00.00	DISPONIB P/ DEST DE RECURSOS	23.680.357,13C		32.346.056,84C	56.026.413,97C
8.2.1.1.2.00.00	DISPONIB P/ DEST DE RECURSOS	1.163.721,53C		6.469.500,16C	7.633.221,69C
8.2.1.1.3.00.00	DISP DEST DE REC COMP LIQ E	9.135.939,57C		7.513.672,14D	1.622.267,43C
8.2.1.1.3.01.00	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO			20.705,63C	20.705,63C
8.2.1.1.3.02.00	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOE			1.601.561,80C	1.601.561,80C
8.2.1.1.3.05.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	9.135.939,57C		9.135.939,57D	
8.2.1.1.4.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAC	832.695.853,30C		146.614.265,86C	979.310.119,16C
8.2.2.0.0.00.00	EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINA			1105.751.413,06C	1105.751.413,06C
8.2.2.1.0.00.00	EXECUCAO DE CONCESSAO DE REC			1003.049.108,77C	1003.049.108,77C
8.2.2.1.1.00.00	CONCESSAO DE COTAS DECORRENT			1003.049.108,77C	1003.049.108,77C
8.2.2.1.1.03.00	COTA DE DESPESA DISPONIVEL A			26.010.613,35C	26.010.613,35C
8.2.2.1.1.04.00	COTA DE DESPESA EMPENHADA			7.633.221,69C	7.633.221,69C
8.2.2.1.1.05.00	CRONOGRAMA ORCAMENTARIO EXEC			969.405.273,73C	969.405.273,73C
8.2.2.2.0.00.00	COTA DE DESPESA			102.702.304,29C	102.702.304,29C
8.2.2.2.1.00.00	COTA A FIXAR			102.702.304,29C	102.702.304,29C
8.2.2.2.1.01.00	COTA DE DESPESA A FIXAR			102.702.304,29C	102.702.304,29C
8.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	75.775.856,87C		986.306.689,27C	1062.082.546,14C
8.9.1.0.0.00.00	EXEC RESPNS POR VALORES, TI	83.180,27C		19.585,05C	102.765,32C
8.9.1.2.0.00.00	EXEC RESP DE TERC POR VALORE	83.180,27C		19.585,05C	102.765,32C
8.9.1.2.1.00.00	EXEC SUPRIMENTO DE FUNDOS CO	83.180,27C		19.585,05C	102.765,32C
8.9.1.2.1.01.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A C	83.180,27C		19.585,05C	102.765,32C
8.9.3.0.0.00.00	CONTROLES DE OBRIGACOES A PA			986.266.398,59C	986.266.398,59C
8.9.3.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			986.266.398,59C	986.266.398,59C
8.9.3.1.1.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			977.038.495,42C	977.038.495,42C
8.9.3.1.1.01.00	LIQUIDACAO DE COMPROMISSOS			977.038.495,42C	977.038.495,42C
8.9.3.1.1.01.01	VALORES A LIQUIDAR			7.633.221,69C	7.633.221,69C
8.9.3.1.1.01.03	VALORES LIQUIDADOS			969.405.273,73C	969.405.273,73C
8.9.3.1.2.00.00	SALDOS DE COMPROMISSOS ANTER			9.227.903,17C	9.227.903,17C

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040101 TRIBUNAL DE JUSTICA
00001 GESTAO TESOURO2016 DEZEMBRO.
10/02/2017 11

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
8.9.3.1.2.01.00	SALDO DE COMPROMISSOS ANTERI			9.227.903,17C	9.227.903,17C
8.9.9.0.0.00.00	DEMAIS CONTROLES	75.692.676,60C		20.705,63C	75.713.382,23C
8.9.9.6.0.00.00	CONTAS DE CONTROLE ESPECIFIC	75.692.676,60C		20.705,63C	75.713.382,23C
8.9.9.6.1.00.00	FORNECEDORES E CREDORES	75.692.676,60C		20.705,63C	75.713.382,23C
RESUMO :					
	ATIVO	=	523.749.765,12D		
	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	=	444.679.103,79C		
	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	=	969.143.287,15D		
	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	=	1.048.213.948,48C		
	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCA	=	3.206.444.609,90D		
	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAM	=	3.206.444.609,90C		
	CONTROLES DEVEDORES	=	3.220.816.770,29D		
	CONTROLES CREDORES	=	3.220.816.770,29C		

__ SIAFEM2016-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta1 (DETALHA CONTA CONTABIL) _____

CONSULTA EM 03/03/2017 AS 09:07 TELA: 001 USUARIO : CELIA REGINA

UNIDADE GESTORA: 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO

POSICAO : DEZEMBRO - ABERTO

CONTA : 11111 19 01 - = BANCO DO BRASIL

CONTA CORRENTE	S A L D O R\$
00138466100005	24.227.380,19D
00138466186368	31.566.658,21D
00138466290009	7.716.943,98D
0013846631000X	186.124,91D
0013846651691	309.724,99D
0013846664785	0,08D
TOTAL :	64.006.832,36D

PF3=SAI PF4=RAZAO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

Unidade	Nota de Orçamento	Fonte do Crédito Adicional	Valor	Situação	Inst. Legal	Data	Diário	Edição	Publicação
Tribunal-040101	NO Nº 02	Anulação de Dotação Própria	2.000.000,00	Atendida	Portaria TJ nº 842	10/03/2016	Diário da Justiça	48/2016	15/03/2016
Tribunal-040101	NO Nº 03	Recursos do Tesouro	17.377.556,00	Atendida	Decreto nº 31.721	10/05/2016	Diário Oficial		10/05/2016
	NO Nº 05		13.719.236,00	Atendida					
Tribunal-040101	NO Nº 07	Recursos do Tesouro	7.500.000,00	Atendida	Decreto nº 31.810	31/05/2016	Diário Oficial		01/06/2016
	NO Nº 09		3.764.112,00	Atendida					
Tribunal-040101	NO Nº 08	Recursos do Tesouro	7.500.000,00	Atendida	Decreto nº 32.263	21/10/2016	Diário Oficial		21/10/2016
Tribunal-040101	NO Nº 10	Superávit Financeiro - Tribunal de Justiça	13.096.001,06	Atendida	Decreto nº 31.767	23/05/2016	Diário Oficial		24/05/2016
Tribunal-040101	NO Nº 11	Recursos do Tesouro	6.090.634,00	Atendida	Decreto nº 31.871	17/06/2016	Diário Oficial		17/06/2016
Tribunal-040101	NO Nº 12	Recursos do Tesouro	6.090.634,00	Atendida	Decreto nº 32.046	04/08/2016	Diário Oficial		04/08/2016
Tribunal-040101	NO Nº 13	Recursos do Tesouro	6.090.633,00	Atendida	Decreto nº 32.244	14/10/2016	Diário Oficial		17/10/2016
Tribunal-040101	NO Nº 14	Anulação de Dotação Própria	3.000.000,00	Atendida	Portaria TJ nº 2727	20/06/2016	Diário da Justiça	118/2016	30/06/2016
Tribunal-040101	NO Nº 16	Alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa	69.000,00	Atendida	Portaria TJ nº 5335	24/10/2016	Diário da Justiça	199/2016	31/10/2016
Tribunal-040101	NO Nº 17	Anulação de Dotação Própria	200.000,00	Atendida	Portaria TJ nº 5334	13/10/2016	Diário da Justiça	194/2016	21/10/2016
Tribunal-040101	NO Nº 22	Remanejamento Interno	12.845.701,00	Atendida	Não se Aplica	-	Não se Aplica	-	-
Tribunal-040101	NO Nº 26	Remanejamento Interno	200.000,00	Atendida	Não se Aplica	-	Não se Aplica	-	-
Tribunal-040101	NO Nº 27	Cancelamento de Dotação Própria	1.279.905,00	Atendida	Decreto nº 32.549	19/12/2016	Diário Oficial		19/12/2016
Tribunal-040101	NO Nº 28	Cancelamento de Dotação Própria	1.000.000,00	Atendida	Decreto nº 32.558	20/12/2016	Diário Oficial		20/12/2016
Tribunal-040101	NO Nº 29	Cancelamento de Dotação Própria	5.952.000,00	Atendida	Decreto nº 32.572	27/12/2016	Diário Oficial		27/12/2016
Tribunal-040101	NO Nº 30	Cancelamento de Dotação Própria	4.700.000,00	Atendida	Decreto nº 32.574	28/12/2016	Diário Oficial		28/12/2016

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04901 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.1656 0001	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	107	16.915.791	16.915.791	
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
-	19.915.791	-	-		16.915.791		-	16.915.791	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04901 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4436 0001	Modernização do Judiciário No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	107	16.915.791	16.915.791	
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
-	16.915.791	-	-		16.915.791		-	16.915.791	

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 11/03/2016 14:30 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

PORTARIA-TJ - 8422016

Código de validação: 0ED78A63C5

Abre ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º, inciso III da Lei nº 10.405, de 30 de dezembro de 2015, e no art. 40, §1º, inciso I da Lei n.º 10.292, de 04 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme Anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE MARÇO DE 2016.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.131.0543.4478 0001	Comunicação e Divulgação Institucional No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	2.000.000	2.000.000	
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
2.000.000	-	-	-		2.000.000		-	2.000.000	

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	2.000.000	2.000.000	
RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
2.000.000	-	-	-		2.000.000		-	2.000.000	

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 11/03/2016 14:30 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Supervisão dos Juizados Especiais

PORTARIA-CGJ - 10272016

Código de validação: CCBF2DE48F



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

53000 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
53101 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
53101.2678205313.014 0001	Restauração de Rodovias No Estado do Maranhão	F	3	4.4.90.00	0	124	4.200.000,00	4.200.000,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
-	4.200.000,00	-	-	-	4.200.000,00	4.200.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

53000 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
53101 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
53101.2678205314.736 0001	Conservação e Manutenção de Rodovias No Estado do Maranhão	F	2	4.4.90.00	0	124	4.200.000,00	4.200.000,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
-	4.200.000,00	-	-	-	4.200.000,00	4.200.000,00

DECRETO Nº 31.721, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 31.096.792,00 (trinta e um milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso V do art. 5º e no inciso V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,



DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 31.096.792,00 (trinta e um milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária na Reserva de Contingência, no valor de R\$ 31.096.792,00 (trinta e um milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais), com forme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES

Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

90000 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
90101 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
90101.999999999.999 0001	Reserva de Contingência No Estado do Maranhão	F	2	9.9.99.99	0	101	31.096.792,00	31.096.792,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
31.096.792,00	-	-	-	31.096.792,00	-	31.096.792,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL



04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	17.377.556,00	31.096.792,00
		F	2	3.3.90.00	0	101	13.719.236,00	

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
31.096.792,00	-	-	17.377.556,00	13.719.236,00	-	31.096.792,00

DECRETO Nº 31.722, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Encargos Gerais do Estado/ Encargos Financeiros, crédito suplementar no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso III do art. 5º e no inciso V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Encargos Gerais do Estado/Encargos Financeiros, crédito suplementar no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 10 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES

Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

60000 – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
60104 – ENCARGOS FINANCEIROS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL

ANEXO ÚNICO
REALOCAMENTO DE CARGOS

Qtd.	Cargo	Simbol.	De	Para	Nova Nomenclatura	Simbol.
01	Assessor Sênior	DANS-1	Gabinete	Superintendência da Rede de Serviços	Coordenador da Central Estadual de Regulação	DANS-1
01	Coordenador da Central Estadual de Regulação	DAS-1	Gabinete do Subsecretário	Gabinete do Secretário	Assessor Sênior	DAS-1
03	Assessor Sênior	DAS-1	Gabinete	Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos	Assessor Sênior	DAS-1
01	Assessor Sênior	DAS-1	Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas	Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos	Assessor Sênior	DAS-1
01	Assessor Especial I	DANS-1	Superintendência da Rede de Serviços	Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas	Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas	DANS-1
01	Diretor de Saúde	DAS-2	Unidade Regional de Saúde de Barreirinhas	Gabinete do Secretário	Assessor Júnior	DAS-2
01	Diretor de Saúde	DAS-2	Unidade Regional de Saúde de Tutóia	Gabinete do Secretário	Assessor Júnior	DAS-2
01	Diretor de Saúde	DAS-2	Unidade Regional de Saúde de Cururupu	Gabinete do Secretário	Assessor Júnior	DAS-2
01	Diretor de Saúde	DAS-2	Unidade Regional de Saúde de Governador Nunes Freire	Unidade Regional de Saúde de Caxias	Assessor Júnior	DAS-2
01	Diretor de Saúde	DAS-2	Unidade Regional de Saúde de Estreito	Gabinete do Secretário	Assessor Júnior	DAS-2
01	Diretor de Saúde	DAS-2	Unidade Regional de Saúde de Lago da Pedra	Gabinete do Secretário	Assessor Júnior	DAS-2

DECRETO Nº 31.810, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 11.264.112,00 (onze milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, cento e doze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso V do art. 5º e no inciso V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 11.264.112,00 (onze milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, cento e doze reais), para atender a programação constante do Anexo II.



Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária na Reserva de Contingência, no valor de R\$ 11.264.112,00 (onze milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, cento e doze reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 31 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

90000 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
90101 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
90101.9999999999.999 0001	Reserva de Contingência No Estado do Maranhão	F	2	9.9.99.99	0	101	11.264.112,00	11.264.112,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

11.264.112,00	-	-	-	11.264.112,00	-	11.264.112,00
---------------	---	---	---	---------------	---	---------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0227204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	734.955,00	734.955,00



04101.0230205434.305	Assistência Suplementar de Saúde								
0001	No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	101	28.500,00	28.500,00	
04101.0206105434.434	Acesso à Justiça	F	1	3.1.90.00	0	101	2.515.802,00		
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	7.984.855,00	10.500.657,00	

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
--------------------------------	--------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

11.264.112,00	-	-	3.250.757,00	8.013.355,00	-	11.264.112,00
---------------	---	---	--------------	--------------	---	---------------

DECRETO Nº 31.811, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Assembléia Legislativa, crédito suplementar no valor de R\$ 37.880.770,15 (trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, setecentos e setenta reais e quinze centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64; no inciso I do art. 5º e no inciso V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Assembléia Legislativa, crédito suplementar no valor de R\$ 37.880.770,15 (trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, setecentos e setenta reais e quinze centavos), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial da Assembléia Legislativa no exercício de 2015 no valor de R\$ 37.880.770,15 (trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, setecentos e setenta reais e quinze centavos), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 31 DE MAIO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EXERCÍCIO DE 2015

Em R\$

Fonte	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Este Crédito	Saldo Disponível
0301	40.206.711,99	2.325.941,84	37.880.770,15	37.880.770,15	-

DECRETO Nº 32.263, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; e, II do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Excesso de Arrecadação referente ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 21 DE OUTUBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITA

EXERCÍCIO DE 2016

Em R\$ 1,00

	Orçado	Arrecadado (Jan a Set)	Nova Estimativa (Out a Dez)	Nova Reestimativa para o Exercício	Excesso Previsto	Utilizado em Crédito	Este Crédito	Saldo Disponível
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	5.386.000.000	4.285.347.206	1.440.256.729	5.725.603.935	339.603.935	136.483.513	7.500.000	195.620.422

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**ANEXO II - ACRÉSCIMO****RECURSOS DE TODAS AS FONTES**

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL



04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	7.500.000,00	7.500.000,00
------------------------------	---	---	---	-----------	---	-----	--------------	--------------

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
7.500.000,00	-	-	-	7.500.000,00	-	7.500.000,00

DECRETO Nº 32.264, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; e, II do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Excesso de Arrecadação referente ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 21 DE OUTUBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITA

EXERCÍCIO DE 2016

Em R\$ 1,00

	Orçado	Arrecadado (Jan a Set)	Nova Estimativa (Out a Dez)	Reestimativa para o Exercício	Excesso Previsto	Utilizado em Crédito	Este Crédito	Saldo Disponível
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.386.000.000	4.285.347.206	1.440.256.729	5.725.603.935	339.603.935	143.983.513	8.500.000	187.120.422



ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
EXERCÍCIO DE 2015

Em R\$

Fonte	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Este Crédito	Saldo Disponível
0301	4.962.623,49	521.133,19	4.441.490,30	3.105.000,00	1.336.490,30

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

08000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
08101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
08101.0309203412.656 0001	Assistência Jurídica Gratuita No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	301	2.905.000,00	3.105.000,00
				4.4.90.00			0	

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
3.105.000,00	-	-	-	2.905.000,00	200.000,00	3.105.000,00

DECRETO Nº 31.767, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 13.096.001,06 (treze milhões, noventa e seis mil, um real e seis centavos), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso I do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 13.096.001,06 (treze milhões, noventa e seis mil, um real e seis centavos), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2015 no Tribunal de Justiça do Estado no valor de R\$ 13.096.001,06 (treze milhões, noventa e seis mil, um real e seis centavos), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MAIO DE 2016, 195ª DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

EXERCÍCIO DE 2015

Em R\$

Fonte	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Este Crédito	Saldo Disponível
0301	33.980.018,15	20.884.017,09	13.096.001,06	13.096.001,06	-

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO			

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	301	13.096.001,06	13.096.001,06

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------	-------

13.096.001,06	-	-	-	13.096.001,06	-	13.096.001,06
---------------	---	---	---	---------------	---	---------------

DECRETO Nº 31.768, DE 23 DE MAIO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, crédito suplementar no valor de R\$ 149.178,28 (cento e quarenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e no inciso I do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, crédito suplementar no valor de R\$ 149.178,28 (cento e quarenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e vinte e oito centavo s), para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão no exercício de 2015, no valor de R\$ 149.178,28 (cento e quarenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



DECRETO Nº 31.871, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 6.090.634,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; III do art. 5º e, V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 d e 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 6.090.634,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e quatro reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no Encargos Gerais do Estado/Encargos Financeiros no valor de R\$ 6.090.634,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e quatro reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE JUNHO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

60000 – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
60104 – ENCARGOS FINANCEIROS			

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
60104.2884104990.921 0001	Amortização e Encargos da Dívida Interna No Estado do Maranhão	F	0	3.2.90.00	0	101	6.090.634,00	6.090.634,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
--------------------------------	--------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

6.090.634,00	-	-	-	6.090.634,00	-	6.090.634,00
--------------	---	---	---	--------------	---	--------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	6.090.634,00	6.090.634,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
6.090.634,00	-	-	6.090.634,00	-	-	6.090.634,00

DECRETO Nº 31.872, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do FES/Unidade Central, crédito suplementar no valor de R\$ 11.069.822,16 (onze milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: I e III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; I e III do art. 5º; e, III e IV do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do FES - Unidade Central, crédito suplementar no valor de R\$ 11.069.822,16 (onze milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), para atender a programação constante do Anexo III.

Art. 2º. Os recursos necessários a abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2015 referente à Portaria Federal nº 1378 de 09.07.2013 no valor de R\$ 577.398,16 (quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos), conforme indicado no Anexo I; e

II - Anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 10.492.424,00 (dez milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

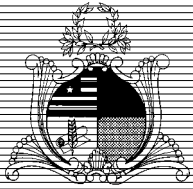
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE JUNHO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CX Nº 144 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 2016 EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	18
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	25
Secretaria de Estado da Fazenda	30
Secretaria de Estado da Saúde	46
Secretaria de Estado da Infraestrutura	48
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	49
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais....	50
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	51
Secretaria de Estado da Educação	51
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	51
Secretaria de Estado da Cultura e Turismo	56
Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	56

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 32.046, DE 4 DE AGOSTO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 6.090.634,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; III do art. 5º e, V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 6.090.634,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e quatro reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias na Secretaria de Estado da Infraestrutura no valor de R\$ 6.090.634,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e quatro reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 4 DE AGOSTO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

53000 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
53101 – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
53101.1545101371.089 0001	Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos No Estado do Maranhão	F	2	4.4.40.00	0	101	2.820.000,00	2.820.000,00
53101.1545101373.227 0001	Mobilidade Urbana No Estado do Maranhão	F	3	4.4.40.00	0	101	3.270.634,00	3.270.634,00



RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
6.090.634,00	-	-	-	6.090.634,00	-	6.090.634,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	6.090.634,00	6.090.634,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
6.090.634,00	-	-	6.090.634,00	-	-	6.090.634,00

DECRETO Nº 32.047, DE 4 DE AGOSTO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do FES/Unidade Central, crédito suplementar no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; III do art. 5º; e, IV do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do FES - Unidade Central, crédito suplementar no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários a abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

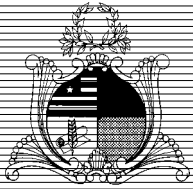
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 4 DE AGOSTO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CX Nº 193 SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2016 EDIÇÃO DE HOJE: 46 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	21
Secretaria de Estado da Fazenda	21
Secretaria de Estado da Saúde	27
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	32
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	33
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	36
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	37
Secretaria de Estado da Educação	37
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	41

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 32.244, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 6.090.633,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e três reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; III do art. 5º e, V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 6.090.633,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e três reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no Encargos Gerais do Estado/Encargos Administrativos no valor de R\$ 6.090.633,00 (seis milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e três reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 14 DE OUTUBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

60000 – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
60103 – ENCARGOS ADMINISTRATIVOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
60103.0412203284.452 0001	Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Cargos e Funções No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	6.090.633,00	6.090.633,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
6.090.633,00	-	-	6.090.633,00	-	-	6.090.633,00



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	6.090.633,00	6.090.633,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
6.090.633,00	-	-	6.090.633,00	-	-	6.090.633,00

DECRETO Nº 32.245, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos, crédito suplementar no valor de R\$ 2.249.001,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; e, III do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; e, no art. 10 da Lei Estadual nº 10.416 de 10.03.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos, crédito suplementar no valor de R\$ 2.249.001,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e um reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.249.001,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil e um reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 14 DE OUTUBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

PORTARIA-TJ - 27272016

Código de validação: E0A02639AC

Abre ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º, inciso III da Lei nº 10.405, de 30 de dezembro de 2015, e o disposto no art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 10.292, de 04 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme Anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 20 DE JUNHO DE 2016.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO I - CANCELAMENTO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	3.000.000	3.000.000	
RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL			
3.000.000	-	-	-	3.000.000	-	3.000.000			

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO II - ACRÉSCIMO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	4.4.90.00	0	101	3.000.000	3.000.000	
RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL			
3.000.000	-	-	-	-	-	3.000.000		3.000.000	

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/06/2016 10:25 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Informações de Publicação

118/2016	28/06/2016 às 11:07	30/06/2016
----------	---------------------	------------



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

PORTARIA-TJ - 53352016

Código de validação: FFDEEF9D5B

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Quadro de Detalhamento da Despesa/QDD do Tribunal de Justiça, conforme dispõe o art. 33 da Lei nº 10.292, de 04 de agosto de 2015, na forma do Quadro Anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUIS, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

ANEXO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ALTERAÇÃO DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

UNIDADE: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DETALHAMENTO DA ALTERAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR EM R\$ 1,00	
							ACRÉSCIMO	DECRÉSCIMO
02.061.0543.4434	Acesso à Justiça							
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	-	69.000
		F	2	3.3.91.00	0	101	69.000	-
TOTAL							69.000	69.000

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 25/10/2016 16:04 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Informações de Publicação

199/2016	27/10/2016 às 12:03	31/10/2016
----------	---------------------	------------



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

PORTARIA-TJ - 53342016

Código de validação: 3E69667239

Abre ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 40, §1º, inciso I da Lei n.º 10.292, de 04 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto ao Tribunal de Justiça crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para atender à programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme Anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO I - CANCELAMENTO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.131.0543.4478	Comunicação e Divulgação Institucional								
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	200.000	200.000	
RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL			
200.000	-	-	-	200.000	-	200.000			

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA								ANEXO II - ACRÉSCIMO	
04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA								RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
CODIGO	ESPECIFICACAO	ESF	RP	ND	IDUSO	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
02.061.0543.4434	Acesso à Justiça								
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	200.000	200.000	
RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL			
200.000	-	-	-	200.000	-	200.000			

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 19/10/2016 13:20 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Informações de Publicação

194/2016	20/10/2016 às 11:02	21/10/2016
----------	---------------------	------------



DECRETO Nº 32.549, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Procuradoria Geral da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 1.279.905,00 (hum milhão, duzentos e setenta e nove mil, novecentos e cinco reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; III do art. 5º; V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; e, III do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Procuradoria Geral da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 1.279.905,00 (hum milhão, duzentos e setenta e nove mil, novecentos e cinco reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no Tribunal de Justiça do Estado no valor de R\$ 1.279.905,00 (hum milhão, duzentos e setenta e nove mil, novecentos e cinco reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 19 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO			

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	1.279.905,00	1.279.905,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
--------------------------------	--------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

1.279.905,00	-	-	1.279.905,00	-	-	1.279.905,00
--------------	---	---	--------------	---	---	--------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO
07101 – PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
07101.0309103372.963 0001	Coordenação das Ações Essenciais à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	1.279.905,00	1.279.905,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
1.279.905,00	-	-	1.279.905,00	-	-	1.279.905,00

DECRETO Nº 32.550, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do Departamento Estadual de Trânsito, crédito suplementar no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; III do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; e, III e X do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do Departamento Estadual de Trânsito, crédito suplementar no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 19 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

**DECRETO Nº 32.558, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Procuradoria Geral da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; art. 36 da Lei Estadual nº 10.292 de 04.08.2015; inciso II do art. 5º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; parágrafo único do art. 17 do Decreto Estadual nº 31.483 de 01.02.2016; e, inciso XV do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Procuradoria Geral da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no Tribunal de Justiça do Estado no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 20 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**ANEXO I - CANCELAMENTO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	INDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	1.000.000,00	1.000.000,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
1.000.000,00	-	-	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO
07101 – PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	R P	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
07101.0309103372.963 0001	Coordenação das Ações Essenciais à Justiça No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	136.610,00	983.000,00
		F	2	4.4.90.00	0	101	846.390,00	
07101.0309103374.426 0001	Desenvolvimento Institucional No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	17.000,00	17.000,00

RECURSOS DO TESOURO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
1.000.000,00	-	-	-	153.610,00	846.390,00	1.000.000,00

DECRETO Nº 32.559, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor do FES/Unidade Central, crédito suplementar no valor de R\$ 3.811.305,09 (três milhões, oitocentos e onze mil, trezentos e cinco reais e nove centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: I, II e III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; art. 36 da Lei Estadual nº 10.292 de 04.08.2015; incisos: II e III do art. 5º; IV do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; art. 23 do Decreto Estadual nº 32.179 de 16.09.2016; e, incisos: III, VII, VIII e XV do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor do FES - Unidade Central, crédito suplementar no valor de R\$ 3.811.305,09 (três milhões, oitocentos e onze mil, trezentos e cinco reais e nove centavos), para atender a programação constante do Anexo III.

Art. 2º. Os recursos necessários a abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Estado referente ao Termo de Compromisso nº 1036/09-TC/PAC celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA no valor de R\$ 256,09 (duzentos e cinquenta e seis reais e nove centavos) conforme indicado no Anexo I;

II - Anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), conforme indicado no Anexo II; e,

III - Excesso de Arrecadação referente ao Termo de Compromisso nº 1036/09-TC/PAC celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA no valor de R\$ 11.049,00 (onze mil e quarenta e nove reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 20 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



res cresça, aumentando as chances de salvar vidas, pois, quando não se encontram doadores na mesma família, as chances de achar alguém compatível é de uma para cada 100 mil pessoas, por isso a necessidade de expandir o cadastro de doadores.

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º (Vetado).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 27 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 10.549, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre as patologias psiquiátricas (transtornos depressivos e ansiosos, transtornos mentais graves e persistentes e transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e outras drogas) no âmbito do Estado do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização sobre as patologias psiquiátricas (transtornos depressivos e ansiosos, transtornos mentais graves e persistentes e transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e outras drogas) no âmbito do Estado do Maranhão, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 10 de outubro, Dia Mundial da Saúde Mental.

Art. 2º (Vetado):

I - (Vetado);

II - (Vetado);

III - (Vetado).

Parágrafo único. A Semana de que trata a presente Lei passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Maranhão.

Art. 3º (Vetado).

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 27 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 32.572, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 27.179.333,00 (vinte e sete milhões, cento e setenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; art. 36 da Lei Estadual nº 10.292 de 04.08.2015; nos incisos: III do art. 5º; II e V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; parágrafo único do art. 17 do Decreto Estadual nº 31.483 de 01.02.2016; arts. 6º e 8º da Lei Estadual nº 10.416 de 10.03.2016; e, incisos II, III, IV e XV do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 27.179.333,00 (vinte e sete milhões, cento e setenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 27.179.333,00 (vinte e sete milhões, cento e setenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 27 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	5.952.000,00	5.952.000,00
12101.1512204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	800.209,00	800.209,00
13101.2012205824.450 0001	Gestão do Programa No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	8.723,00	8.723,00
13202.2027204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	5.000,00	5.000,00
15101.0830601934.783 0001	Distribuição de Leite No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	5	101	575.704,00	575.704,00
17101.1212204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	102	10.000,00	10.000,00
17101.1236205954.748 0001	Fortalecimento e Universalização do Ensino Médio e suas Modalidades No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	102	19.512.774,00	19.512.774,00
21901.1030205964.793 0047	Atendimento a Saúde da População No Município de Apicum- Açu	S	2	4.4.41.00	0	121	300.000,00	300.000,00
54202.1427204110.900 0001	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual No Estado do Maranhão	S	1	3.1.91.00	0	101	3.123,00	3.123,00
58202.0927204200.909 0001	Proventos de Aposentadoria do Poder Executivo No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	1.000,00	1.000,00
60104.0412903474.304 0001	Serviços da Rede Bancária No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	10.800,00	10.800,00

RECURSOS DO TESOUREO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
--	--	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

7.356.559,00	19.822.774,00	-	26.274.106,00	605.227,00	300.000,00	27.179.333,00
--------------	---------------	---	---------------	------------	------------	---------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
12101.1512205864.450 0001	Gestão do Programa No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	516.721,00	516.721,00
12101.1545105864.746 0001	Infraestrutura e Equipamentos Urbanos No Estado do Maranhão	F	2	4.4.40.00	0	101	180.000,00	180.000,00
12206.1751205524.160 0001	Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	5.952.000,00	5.952.000,00
13101.2012204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	8.723,00	8.723,00
13202.2012205464.450 0001	Gestão do Programa No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	5.000,00	5.000,00
14101.1339201314.713 0221	Apoio às Manifestações Artístico-Culturais No Município de São Mateus do Maranhão	F	2	3.3.40.00	0	101	100.000,00	100.000,00
15112.0851105523.245 0001	Construção de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água No Estado do Maranhão	S	3	4.4.40.00	0	101	575.704,00	575.704,00
17101.1212204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	102	17.233.308,00	17.233.308,00
17101.1236105954.741 0001	Fortalecimento do Ensino Fundamental e suas Modalidades No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	102	2.279.466,00	2.279.466,00
17101.1236805954.814 0001	Apoio e Desenvolvimento da Gestão Educacional No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	102	10.000,00	10.000,00
19110.0612205774.450 0001	Gestão do Programa No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	300.000,00	300.000,00
53101.1545101373.227 0075	Mobilidade Urbana No Município de Buritirana	F	3	4.4.40.00	0	101	3.488,00	3.488,00
54202.1427104110.901 0001	Contribuição ao Regime Geral da Previdência No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	915,00	915,00
54202.1412205414.450 0001	Gestão do Programa No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	2.208,00	2.208,00
58202.0927204200.909 0001	Proventos de Aposentadoria do Poder Executivo No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	103	1.000,00	1.000,00
60104.2884104990.921 0001	Amortização e Encargos da Dívida Interna No Estado do Maranhão	F F	0 0	3.2.90.00 4.6.90.00	0 0	101 101	4.000,00 6.800,00	10.800,00



RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
7.655.559,00	19.523.774,00	-	19.821.897,00	6.591.444,00	765.992,00	27.179.333,00

DECRETO Nº 32.573, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer, crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; art. 36 da Lei Estadual nº 10.292 de 04.08.2015; III do art. 5º; e, XV do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer, crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender a programação constante do Anexo II.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme indicado no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 27 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

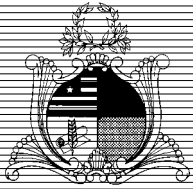
ANEXO I – CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

45000 - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER
45101 - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
45101.2745105783.259 0001	Infraestrutura Esportiva No Estado do Maranhão	F	3	4.4.90.00	0	101	500.000,00	500.000,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
500.000,00	-	-	-	-	500.000,00	500.000,00



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CX Nº 241 SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2016 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo	01
Casa Civil	09
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	13
Secretaria de Estado da Saúde	17
Secretaria de Estado da Infraestrutura	21
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	21
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	21
Secretaria de Estado da Educação	22
Secretaria de Estado da Segurança Pública	22
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	25
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	27

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 32.574, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 24.895.802,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida nos incisos: II e III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964; art. 36 da Lei Estadual nº 10.292 de 04.08.2015; nos incisos: II e III do art. 5º; II, III, IV e V do art. 6º da Lei Estadual nº 10.405 de 30.12.2015; parágrafo único do art. 17 do Decreto Estadual nº 31.483 de 01.02.2016; e nos incisos: II, III, VII, VIII e XV do art. 7º do Decreto Estadual nº 32.505 de 09.12.2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Estado, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 24.895.802,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois reais), para atender a programação constante dos Anexos VI ao X.

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 24.893.706,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e três mil, setecentos e seis reais), conforme indicado nos Anexos I ao V; e

II - Excesso de Arrecadação referente ao Termo de Compromisso/PAC nº 1036/2009 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde no valor de R\$ 2.096,00 (dois mil e noventa e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 28 DE DEZEMBRO DE 2016, 195º DA INDEPENDÊNCIA E 128º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

CYNTHIA CELINA DE CARVALHO MOTA LIMA
Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO I - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

04000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
04101.0206105434.434 0001	Acesso à Justiça No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	4.700.000,00	4.700.000,00

RECURSOS DO TESOURO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOURO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
4.700.000,00	-	-	4.700.000,00	-	-	4.700.000,00



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO II – CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

14000 – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO
14101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
14101.1312204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	F	1	3.1.90.00	0	101	1.725.688,00	1.725.688,00

RECURSOS DO TESOUREO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
--	--	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

1.725.688,00	-	-	1.725.688,00	-	-	1.725.688,00
--------------	---	---	--------------	---	---	--------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO III – CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

17000 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
17101 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
17101.1236205954.748 0001	Fortalecimento e Universalização do Ensino Médio e suas Modalidades No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	102	327.000,00	327.000,00

RECURSOS DO TESOUREO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
--	--	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	---------------------------	-------

-	327.000,00	-	-	327.000,00	-	327.000,00
---	------------	---	---	------------	---	------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO IV - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

21000 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
21901 – FES – UNIDADE CENTRAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL



21901.1012203113.126 0001	Estruturação das Unidades Regionais de Saúde No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	70.000,00	70.000,00
21901.1012204114.457 0001	Administração da Unidade No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	8.300.000,00	8.300.000,00
21901.1030305964.439 0251	Medicamentos dos Componentes Especializado e Estratégico da Assistência Farmacêutica e dos Programas da SES-MA Na Região da Saúde de São Luís	S	2	3.3.90.00	0	121	1.388.319,00	1.388.319,00
21901.1030205964.793 0001	Atendimento a Saúde da População No Estado do Maranhão	S	2	4.4.90.00	0	108	2.300.000,00	3.415.000,00
		S	2	4.4.41.00	0	121	1.115.000,00	
21901.1030205964.830 0001	Central de Captação, Notificação e Distribuição de Órgãos No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	700.000,00	700.000,00
21901.1012205974.450 0001	Gestão do Programa No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	1.000.000,00	1.158.700,00
		S	2	4.4.90.00	0	121	158.700,00	
21901.1030105974.555 0001	Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	137.999,00	137.999,00
21901.1030105974.610 0001	Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBU No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	1.300.000,00	1.300.000,00
21901.1030105974.784 0001	Implementação da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	200.000,00	200.000,00
21901.1030405984.565 0001	Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	300.000,00	300.000,00
21901.1030405984.789 0001	Execução das Ações de Vigilância Sanitária, Ambiental e Gerenciamento de Risco No Estado do Maranhão	S	2	3.3.90.00	0	121	250.000,00	250.000,00
21901.1030505984.791 0001	Vigilância e Controle da Hanseníase No Estado do Maranhão	S	1	3.3.90.00	0	121	225.000,00	225.000,00
21901.1030505984.795 0001	Promoção, Vigilância e Controle de HIV/AIDS, Hepatites Virais e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis DST No Estado do Maranhão	S	1	3.3.90.00	0	121	200.000,00	200.000,00



21901.1030505984.817	Vigilância, Prevenção, Controle de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde								
0001	No Estado do Maranhão	S	1	3.3.90.00	0	121	450.000,00	450.000,00	

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

-	18.095.018,00	-	-	14.521.318,00	3.573.700,00	18.095.018,00
---	---------------	---	---	---------------	--------------	---------------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO V - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

58000 - SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA
58202 - FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
58202.0927204200.909	Proventos de Aposentadoria do Poder Executivo							
0001	No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	46.000,00	46.000,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

46.000,00	-	-	46.000,00	-	-	46.000,00
-----------	---	---	-----------	---	---	-----------

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO VI - AGRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

12000 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
12206 - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	RP	NATUREZA DA DESPESA	IDUSO	FONTE	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
12206.1751205524.160	Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável							
0001	No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	825.688,00	825.688,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------	----------------------------	---------------------------	---------------------	-------

825.688,00	-	-	-	825.688,00	-	825.688,00
------------	---	---	---	------------	---	------------



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO VII - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

17000 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
17101 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
17101.1236105954.741 0001	Fortalecimento do Ensino Fundamental e suas Modalidades No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	102	327.000,00	327.000,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
-	327.000,00	-	-	327.000,00	-	327.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO VIII - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

21000 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
21901 – FES – UNIDADE CENTRAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
21901.1051105603.132 0001	Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares No Estado do Maranhão	S	3	4.4.90.00	0	111	2.096,00	2.096,00
21901.1030205964.793 0001	Atendimento a Saúde da População No Estado do Maranhão	S S	2 2	3.3.90.00 3.3.90.00	0 0	108 121	2.300.000,00 15.795.018,00	18.095.018,00

RECURSOS DO TESOUREO-ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREO-VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
-	18.097.114,00	-	-	18.095.018,00	2.096,00	18.097.114,00



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO IX - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

56000 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
56101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
56101.1442105544.684 0001	Manutenção das Unidades Prisionais No Estado do Maranhão	F	2	3.3.90.00	0	101	5.600.000,00	5.600.000,00

RECURSOS DO TESOUREIRO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREIRO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
5.600.000,00	-	-	-	5.600.000,00	-	5.600.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

ANEXO X - ACRÉSCIMO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

58000 - SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA
58202 - FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	E S F E R A	RP	NATUREZA DA DESPESA	I D U S O	F O N T E	VALOR R\$	
							DETALHADO	TOTAL
58202.0927204200.911 0001	Proventos de Aposentadoria do Tribunal de Contas do Estado No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	3.000,00	3.000,00
58202.0927204200.914 0001	Pensão Previdenciária do Poder Executivo No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	103	1.000,00	1.000,00
58202.0927204200.916 0001	Pensão Previdenciária do Tribunal de Contas No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	15.000,00	15.000,00
58202.0927204200.918 0001	Pensão Previdenciária do Ministério Público No Estado do Maranhão	S	1	3.1.90.00	0	101	27.000,00	27.000,00

RECURSOS DO TESOUREIRO- ORDINÁRIOS	RECURSOS DO TESOUREIRO- VINCULADOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
45.000,00	1.000,00	-	46.000,00	-	-	46.000,00



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS
UG: 40101

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº	NºContrato	U.G.	NºProc.	Objeto / Aditivo	Contratada	Base Legal	Vigência			Sacop TCE	Autoridade responsável
							Início	Término	Valor		
040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA											
1	2016NE02254	40101	45317/2014	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA	Ellen White de Almeida Hague	ART. 24, DA LEI Nº 8.666/93	08/08/2016	31/12/2016	885,00	148651891379	Des. Cleones Carvalho Cunha
2	2016NE00267	40101	49910/2015	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA.	Litero Idiomas e Consultoria Ltda	Art. 24, da Lei nº 8.666/93	25/02/2016	31/12/2016	1.305,00	148651891379	Des. Cleones Carvalho Cunha
3	2016NE00948	40101	8009/2016	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA.	Luciana Maria Onofre de Souza Martins	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93	22/04/2016	31/12/2016	1.450,00	1461686016281	Des. Cleones Carvalho Cunha
				CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FILADELF COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME - CUJO OBJETO E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA							
4	2016NE01154	40101	18030/2016	DIVULGAÇÃO IMPRESSA A FIM DE ATENDER AOS PROJETOS SOCIAIS DA CGJ	Filadelf Comercio e Serviços Ltda. - Me	Art. 24, II, Lei nº 8.666/93	04/05/2016	31/12/2016	7.700,00	1462903329164	Des. Cleones Carvalho Cunha

5	2016NE00466	40101	16455/2016	REGISTRO DE PREÇOS DE ROTEADORES WIFI PARA ATENDER DEMANDA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO.	Linuxell Informática e Serviços Ltda	ART 24,II, LEI Nº8666/93.	03/06/2016	31/12/2016	860,00	1465587370067	Des. Cleones Carvalho Cunha
6	2016NE01593	40101	22427/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET NO "II BALCÃO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS".	Paulo de Tarso de Carvalho Bayma Filho Me	Art. 24, II, da Lei 8.666/93	14/06/2016	31/12/2016	2.000,00	1466435656417	Des. Cleones Carvalho Cunha
7	2016NE03154_TJ	40101	38007/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B.	Rluz -serviços e Comércio Ltda,	ART 24, II DA LEI 8666/93	21/10/2016	31/12/2016	270,00	1477931784740	Des. Cleones Carvalho Cunha
8	2016NE03517	40101	39834/2016	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA	Maria do Carmo Sousa Santos	ART.24, II, LEI 8666/93.	11/11/2016	31/12/2016	484,49	1479749204517	Des. Cleones Carvalho Cunha
9	2016NE03627_TJ	40101	46997/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO	Dlord Comercio de Alimentos Ltda - Me	LEI 8666/1993	17/11/2016	17/11/2017	2.149,50	1479991252429	Des. Cleones Carvalho Cunha
10	2016NE03628_TJ	40101	46997/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO.	Dlord Comercio de Alimentos Ltda - Me	LEI 8666/1993	17/11/2016	17/11/2017	3.009,30	1479991252429	Des. Cleones Carvalho Cunha
11	2016NE03694_TJ	40101	35288/2016	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA.	Maria do Carmo Sousa Santos	Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93	22/11/2016	31/12/2016	564,20	1480093351090	Des. Cleones Carvalho Cunha
12	0002_D/2016	40101	37190/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DO JUIZADO ESP. CÍVEL E CRIMINAL DA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA.	Eurivan Arruda Fonseca	ART.24 X DA LEI Nº8.666/93.	31/03/16	31/03/17	78.100,68	1460040791116	Des. Cleones Carvalho Cunha
13	0003_D/2016	40101	37911/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DO 3º JUIZADO ESP. CRIMINAL EM SÃO LUIS/MA	Iracema Gusmão Brandão Lopes	Art. 24, X da Lei nº 8.666/93	02/03/16	02/03/17	34.172,04	1457710867890	Des. Cleones Carvalho Cunha
14	0003_D/2016	40101	37911/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DO 3º JUIZADO ESP. CRIMINAL EM SÃO LUIS/MA	Iracema Gusmão Brandão Lopes	Art. 24, X da Lei nº 8.666/93	02/03/16	02/03/17	34.172,04	1457710867890	Des. Cleones Carvalho Cunha

15	0004_D/2016	40101	47638/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA COORD. DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E COORD. DA MULHER.	Yollete de Rezende Araújo	Art. 24, X da Lei nº 8.666/93	25/02/16	25/02/17	66.217,20	1457721654896	Des. Cleones Carvalho Cunha
16	0005_D/2016	40101	8736/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJAS INSTALAÇÕES ABRIGAM O FÓRUM DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA/MA.	Stela Imoveis Ltda - Me	ART.24 X DA LEI Nº8.666/93.	14/06/16	14/06/17	36.000,00	1466450363783	Des. Cleones Carvalho Cunha
17	0006_D/2016	40101	9895/2016	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS, DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL E NACIONAL.	Mcs Serviços Gerais Ltda	ART.24 IV DA LEI Nº8.666/93.	06/04/16	04/08/16	73.640,00	1460509327777	Des. Cleones Carvalho Cunha
18	0007_D/2016	40101	740/2016	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES POR RADIOFREQUÊNCIA PARA TRANSMISSÃO DE DADOS.	Bsb Tic Soluções Ltda - Epp	ART.24 IV DA LEI Nº8.666/93.	26/04/16	25/07/16	48.900,00	1461958684833	Des. Cleones Carvalho Cunha
19	0008_D/2016	40101	22911/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJA OCUPAÇÃO DESTINA-SE ÀS INSTALAÇÕES DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA.	Vania Quiteria Maciel Holanda	Art. 24, X da Lei nº 8.666/93	14/03/16	14/03/17	35.954,40	1458152029272	Des. Cleones Carvalho Cunha
20	0009_D/2016	40101	24391/2015	LOCAÇÃO DO IMÓVEL CUJAS INSTALAÇÕES DESTINAM-SE AS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS EM SÃO LUIS/MA.	Carlos Augusto de Araújo Cateb	ART.24 X DA LEI Nº8.666/93.	24/05/16	24/05/17	57.235,20	1464609707765	Des. Cleones Carvalho Cunha
21	0010_D/2016	40101	14330/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA INSTALAÇÃO DE AMBIENTE INFANTIL NA BIBLIOTECA DO TJMA.	Wtec Móveis e Equipamentos Técnicos Ltda	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	10/06/16	31/12/16	7.809,28	1466597142966	Des. Cleones Carvalho Cunha
22	0011_D/2016	40101	52454/2015	LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJA OCUPAÇÃO DESTINA-SE ÀS INSTALAÇÕES DO FÓRUM DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA/MA.	Maria do Socorro Neres Oliveira	ART.24 X DA LEI Nº8.666/93.	31/05/16	31/05/17	40.800,00	1465311350069	Des. Cleones Carvalho Cunha

23	0012_D/2016	40101	49832/2015	LOCAÇÃO DO IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO 6º JUIZADO ESPECIAL CIVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM SÃO LUIS/MA.	Sonia Branca Pires da Fonseca Murad	ART.24 X DA LEI Nº8.666/93.	13/05/16	15/05/17	108.000,00	1463496466841	Des. Cleones Carvalho Cunha
24	0013_D/2016	40101	1182/2016	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) QUADROS DE PROJEÇÃO PARA USO NAS APRESENTAÇÕES, NOS AUDITÓRIOS DO PRÉDIO SEDE DO TJMA E DO CENTRO ADMINISTRATIVO	Quarup Assistencia e Comercio Eireli - Me	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	13/05/16	31/12/16	4.245,00	1464018038725	Des. Cleones Carvalho Cunha
25	0014_D/2016	40101	30164/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PERICIA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PERICULOSIDADE COM ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO.	Aguiar Engenharia Ltda - Me	ART.24 I DA LEI Nº8.666/93.	07/06/16	31/12/16	2.900,00	1465479577798	Des. Cleones Carvalho Cunha
26	0015_D/2016	40101	22814/2016	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS FUNÇÕES DE CUIDADOR, COZINHEIRO E LAVADEIRO PARA ATENDER DEMANDA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.	Start Serviços Ltda - Me	ART.24 IV DA LEI Nº8.666/93.	30/05/16	29/08/16	167.298,28	1465306743109	Des. Cleones Carvalho Cunha
27	0017_D/2016	40101	6318/2016	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) COMPRESSORES DE AR ODONTOLÓGICO PARA ATENDER DEMANDA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.	Odomed- D.f. Comercial Odontológica Ltda	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	27/06/16	31/12/16	5.979,60	1467125468699	Des. Cleones Carvalho Cunha
28	0018_D/2016	40101	24259/2016	LOCAÇÃO DO IMÓVEL DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DO FÓRUM DA COMARCA DE ITINGA/MA	Cleide Campos de Brito Macedo	ART.24 X DA LEI Nº8.666/93.	01/09/16	01/09/17	44.688,48	1473946134943	Des. Cleones Carvalho Cunha

29	0019_D/2016	40101	14736/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, 01 (UMA) PLACA DE CONTROLE MC24P DA ADTECH COM FORTWARE, (PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADOR).	Thyssenkrupp Elevadores Sa.	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	20/07/16	31/12/16	2.695,86	1469626225929	Des. Cleones Carvalho Cunha
30	0020_D/2016	40101	20333/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO DE VMWARE 6.0.	Converge Data Tecnologia da Informacao Ltda - Me	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	20/07/16	20/09/16	7.990,00	1469461446722	Des. Cleones Carvalho Cunha
31	0022_D/2016	40101	27074/2016	AQUISIÇÃO DE LIVROS JURÍDICOS PARA ATUALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA	Acaiaca Distribuidora de Livros Ltda	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	01/08/16	31/12/16	7.922,79	1471362378491	Des. Cleones Carvalho Cunha
32	0023_D/2016		26977/2016	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA COMPLETO DE SERVIÇO MÓVEL VHF MODULAÇÃO DIGITAL 4FSK.	Tecnobray Comercial de Equipamentos Ltda	ART.24 IV DA LEI Nº8.666/93.	30/08/16	27/02/17	108.375,00	1472748903520	Des. Cleones Carvalho Cunha
33	0024_D/2016		10512/2016	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FONMART TECNOLOGIA LTDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERLIGAÇÃO, VIA FIBRA ÓPTICA, DO UMF COM O PRÉDIO SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.	Fonmart Tecnologia Ltda	ART.24 II DA LEI Nº8.666/93.	04/10/16	03/12/16	4.450,00	1476209379406	Des. Cleones Carvalho Cunha
34	0025_D/2016	40101	39625/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COLETIVO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA 50 ESTAGIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.	Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/a	Art. 24, II, c/c. art. 23, II, "a", da Lei nº 8.666/93	21/11/16	21/11/17	3.474,00	1479997969448	Des. Cleones Carvalho Cunha
35	0026_D/2016	40101	30679/2016	AQUISIÇÃO DE SOM AMBIENTE.	Sue-ellen M. P. dos Santos - Me	ART 24, II da LEI 8666/1993	14/11/16	14/11/17	6.530,60	1479315927148	Des. Cleones Carvalho Cunha

36	0027_D/2016	40101	46247/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EMERGENCIAL EM EQUIPAMENTO ENERGÉTICO INSTALADO NO ANEXO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.	J Nogueira Filho - Me	LEI Nº 8.666/93	12/12/16	10/02/17	4.600,00	1481896825565	Des. Cleones Carvalho Cunha
37	0028_D/2016	40101	44492/2016	LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO CUJO ESPAÇO DESTINA-SE AO FUNCIONAMENTO DO FÓRUM DA COMARCA DE GOVERNADOR NUNES FREIRE	Maria do Socorro Martins dos Santos	ART 24, X, LEI Nº 8666/93.	29/11/16	29/11/17	39.161,16	1481806976446	Des. Cleones Carvalho Cunha
38	0030_D/2016	40101	48038/2016	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AZEVEDO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E PROJETO EXECUTIVO PARA SOLUÇÃO DAS PATOLOGIAS ESTRUTURAIS CONSTATADAS NA EDIFICAÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE CAXIAS.	Azevedo Engenharia e Construções Ltda	ART 24, II, LEI Nº 8666/93.	12/12/16	12/12/17	14.500,00	1481802541916	Des. Cleones Carvalho Cunha

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº	NºContrato	U.G.	NºProc.	Objeto / Aditivo	Contratada	Base Legal	Vigência			Sacop TCE	Autoridade responsável
							Início	Término	Valor		
040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA											
1	2016NE00011	40101	3189/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Alexandre Antonio Franco Freitas	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	17/02/2016	31/12/2016	3.984,00	1456338332925	Des. Cleones Carvalho Cunha
2	2016NE00015	40101	4091/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Hipólito Alves Cardozo	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	18/02/2016	31/12/2016	7.968,00	1456340102242	Des. Cleones Carvalho Cunha
3	2016NE00164	40101	9739/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Daniela Pereira Madeira	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	16/03/2016	31/12/2016	566,00	1458563018457	Des. Cleones Carvalho Cunha

4	2016NE00165	40101	10006/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Egberto de Almeida Penido	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	17/03/2016	31/12/2016	3.984,00	1458587065384	Des. Cleones Carvalho Cunha
5	2016NE00168	40101	9481/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Frederico Augusto Leopoldino Koehler	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	17/03/2016	31/12/2016	566,00	1458647343907	Des. Cleones Carvalho Cunha
6	2016NE00046	40101	9601/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Newton Pereira Ramos Neto	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	17/03/2016	31/12/2016	566,00	1458654013426	Des. Cleones Carvalho Cunha
7	2016NE00050	40101	9411/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE	Firly Nascimento Filho	LEI Nº 8.666/93	22/03/2016	31/12/2016	680,00	1459272217393	Des. Cleones Carvalho Cunha
8	2016NE00202	40101	11719/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Joel Souza Dutra	LEI Nº 8.666/93	31/03/2016	31/12/2016	19.500,00	1459783947921	Des. Cleones Carvalho Cunha
9	2016NE00058	40101	12150/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE..	Rafael Moraes Telles	Art. 25, da Lei nº 8.666/93	04/04/2016	31/12/2016	4.980,00	1459972561187	Des. Cleones Carvalho Cunha
10	2016NE00257	40101	15326/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO DE CAPACITAÇÃO. .	M M P Costa Treinamento e Desenvolvimento Humano	ART 25, II, LEI Nº8666/93.	13/04/2016	31/12/2016	11.945,00	1460991059227	Des. Cleones Carvalho Cunha
11	2016NE00122	40101	18846/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Rafael Moraes Telles	ART 25, II, LEI Nº8666/93.	19/05/2016	31/12/2016	4.000,00	1464201835445	Des. Cleones Carvalho Cunha
12	2016NE00077	40101	16810/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Tuca Centro de Pesquisa e Ensino Juridico Ltda Epp	ART25,II, LEI Nº8666/93.	28/04/2016	31/12/2016	3.000,00	1464791715194	Des. Cleones Carvalho Cunha
13	2016NE00128	40101	19263/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Heliana Maria Coutinho Hess	ART25, II, LEI Nº8666/93.	24/05/2016	31/12/2016	5.440,00	1465232597086	Des. Cleones Carvalho Cunha
14	2016NE00426	40101	209212016	INSCRIÇÃO DE MAGISTRADO PARA PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO.	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	24/05/2016	31/12/2016	1.540,00	1465226245168	Des. Cleones Carvalho Cunha
15	2016NE00136	40101	21507/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Nicolao Dino de Castro e Costa Neto	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	02/06/2016	31/12/2016	1.132,00	1465473657190	Des. Cleones Carvalho Cunha
16	2016NE00453	40101	22014/2016	INSCRIÇÃO DE MAGISTRADO PARA PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO.	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	ART.25, II, LEI Nº 8666/93.	03/06/2016	31/12/2016	1.250,00	1465480221223	Des. Cleones Carvalho Cunha
17	2016NE00138	40101	21534/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Roberto Carvalho Veloso	ART25, II, LEI Nº 8666/93.	02/06/2016	31/12/2016	1.360,00	1465483158114	Des. Cleones Carvalho Cunha

18	2016NE00153	40101	23063/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Fernando da Fonseca Gajardoni	ART25,II, LEI Nº8666/93.	08/06/2016	31/12/2016	1.360,00	1466022353609	Des. Cleones Carvalho Cunha
19	2016NE00484	40101	22615/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Frederico Augusto Leopoldino Koehler	ART25, II, LEI Nº 8666/93.	08/06/2016	31/12/2016	4.528,00	1466020539302	Des. Cleones Carvalho Cunha
20	2016NE00481	40101	21746/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Elizabeth Maria de Faria Ramos	ART 25, II, LEI Nº 8666/93.	08/06/2016	31/12/2016	9.960,00	1466019005355	Des. Cleones Carvalho Cunha
21	2016NE00080	40101	16854/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Jodson Luis Diniz	ART25,II, LEI Nº8666/93.	02/05/2016	31/12/2016	1.245,00	1462549550323	Des. Cleones Carvalho Cunha
22	2016NE00120	40101	18843/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Luis Manuel Fonseca Pires	ART25,II, LEI Nº8666/93.	19/05/2016	31/12/2016	5.440,00	1464109848576	Des. Cleones Carvalho Cunha
23	2016NE00101	40101	16072/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Keila Cristina Ribeiro Vale	ART25,II, LEI Nº8666/93.	09/05/2016	31/12/2016	6.792,00	1463141610136	Des. Cleones Carvalho Cunha
24	2016NE00097	40101	17494/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Jose Mauricio Gouvea Berni	ART25,II, LEI Nº8666/93.	09/05/2016	31/12/2016	1.245,00	1463148477987	Des. Cleones Carvalho Cunha
25	2016NE00095	40101	16235/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Jose Eduardo Campos de Oliveira Faria	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	09/05/2016	31/12/2016	5.440,00	1463150752723	Des. Cleones Carvalho Cunha
26	2016NE00093	40101	16865/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Mauricio Viegas Pinto	ART25,II, LEI Nº8666/93.	09/05/2016	31/12/2016	1.245,00	1463152213152	Des. Cleones Carvalho Cunha
27	2016NE00502	40101	22933/2016	INSCRIÇÃO DE MAGISTRADO PARA PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO.	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	15/06/2016	31/12/2016	1.540,00	1466426433204	Des. Cleones Carvalho Cunha
28	2016NE00450	40101	20557/2016	IIINSCRIÇÃO DE MAGISTRADO PARA PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO.	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	02/06/2016	31/12/2016	1.540,00	1465483280020	Des. Cleones Carvalho Cunha
29	2016NE00451	40101	21280/2016	INSCRIÇÃO DE MAGISTRADO PARA PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO.	Joao Santana Sousa	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	02/06/2016	31/12/2016	1.540,00	1465485306289	Des. Cleones Carvalho Cunha
30	2016NE00496	40101	24489/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Alexandre Reis Siqueira Freire	ART25,II, LEI Nº8666/93.	14/06/2016	31/12/2016	4.000,00	1466428865021	Des. Cleones Carvalho Cunha
31	2016NE00158	40101	22255/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Jose Mauricio Gouvea Berni	ART25, II, LEI Nº 8666/93.	14/06/2016	31/12/2016	3.735,00	1466429559274	Des. Cleones Carvalho Cunha

32	2016NE00498	40101	22833/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Eduardo Leal Rodrigues	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	14/06/2016	31/12/2016	6.792,00	1466432152964	Des. Cleones Carvalho Cunha
33	2016NE00532	40101	22900/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO DE CAPACITAÇÃO.	Esafi - Escola de Administração e Treinamento Ltda - Epp	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	21/06/2016	31/12/2016	5.780,00	1467134080689	Des. Cleones Carvalho Cunha
34	2016NE00578	40101	25892/2016	IIINSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO DE CAPACITAÇÃO.	Fed. Bras. de Assoc. de Bib., C. Informação e Instituições	ART 25, II, LEI Nº8666/93.	05/07/2016	31/12/2016	600,00	1468245146335	Des. Cleones Carvalho Cunha
35	2016NE00582	40101	26881/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO DE CAPACITAÇÃO.	M M P Costa Treinamento e Desenvolvimento Humano	ART25 II, LEI Nº8666/93.	05/07/2016	31/12/2016	21.592,00	1468329435147	Des. Cleones Carvalho Cunha
36	2016NE00583	40101	26660/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO.	M M P Costa Treinamento e Desenvolvimento Humano	ART 25,II, LEI Nº 8666/93.	05/07/2016	31/12/2016	22.999,00	1468428667095	Des. Cleones Carvalho Cunha
37	2016NE00613	40101	27131/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO DE CAPACITAÇÃO.	Fed. Bras. de Assoc. de Bib., C. Informação e Instituições	ART 25, II, LEI Nº8666/93.	11/07/2016	31/12/2016	300,00	1468506839471	Des. Cleones Carvalho Cunha
38	2016NE00629	40101	29479/2016	INSCRIÇÃO DE MAGISTRADO PARA PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO.	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	Art. 25, II, Lei nº 8.666/93	14/07/2016	31/12/2016	1.540,00	1468942970202	Des. Cleones Carvalho Cunha
39	2016NE00628	40101	27797/2016	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO DE CAPACITAÇÃO.	Fed. Bras. de Assoc. de Bib., C. Informação e Instituições	Art. 25, II, Lei nº 8.666/93	14/07/2016	31/12/2016	300,00	1468941353523	Des. Cleones Carvalho Cunha
40	2016NE00193	40101	29036/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Elpídio Donizetti Nunes	ART25,II, LEI Nº8666/93.	18/07/2016	31/12/2016	6.615,07	1469117149919	Des. Cleones Carvalho Cunha
41	2016NE00197	40101	29309/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Tuanny Soeiro Sousa	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	19/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469462813817	Des. Cleones Carvalho Cunha
42	2016NE00198	40101	29309/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Julio Camargo de Azevedo	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	19/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469461584439	Des. Cleones Carvalho Cunha
43	2016NE00199	40101	29309/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Herminia Maria Silveira Azoury	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	19/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469463192196	Des. Cleones Carvalho Cunha
44	2016NE00203	40101	29065/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Paulo Sérgio Velten Pereira	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	22/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469554096963	Des. Cleones Carvalho Cunha

45	2016NE00204	40101	29065/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Rafael Calmon Rangel	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	22/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469541564835	Des. Cleones Carvalho Cunha
46	2016NE00206	40101	29065/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Silas Silva Santos	ART25,II, LEI Nº 666/93.	22/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469554234438	Des. Cleones Carvalho Cunha
47	2016NE00207	40101	29065/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Newton Pereira Ramos Neto	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	22/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469542621139	Des. Cleones Carvalho Cunha
48	2016NE00208	40101	29065/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Amanda Lobão Torres	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	22/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1469543571888	Des. Cleones Carvalho Cunha
49	2016NE00214	40101	31765/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Gilberto da Silva Melo	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	27/07/2016	31/12/2016	6.400,00	1470325155003	Des. Cleones Carvalho Cunha
50	2016NE00215	40101	31765/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE..	Gilberto da Silva Melo	Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93	27/07/2016	31/12/2016	5.760,00	1470325533179	Des. Cleones Carvalho Cunha
51	2016NE00210	40101	31353/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Jose Raimundo Leite Filho	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	27/07/2016	31/12/2016	3.984,00	1470327849148	Des. Cleones Carvalho Cunha
52	2016NE00220	40101	31578/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Fátima Nancy Andrighi	ART25,II, LEI Nº 8666/93.	29/07/2016	31/12/2016	1.000,00	1470751772617	Des. Cleones Carvalho Cunha
53	2016NE00225	40101	31339/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Omar Chamon	ART25,II, LEI Nº8666/93.	02/08/2016	31/12/2016	4.528,00	1470749353214	Des. Cleones Carvalho Cunha
54	2016NE00229	40101	31969/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Ricardo Augusto Schmitt	art 25, II, lei nº 8666/93	03/08/2016	31/12/2016	5.440,00	1470753117533	Des. Cleones Carvalho Cunha
55	2016NE00227	40101	31586/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Rafael Moraes Telles	art 25, II, lei nº 8666/93	02/08/2016	31/12/2016	4.000,00	1471010394815	Des. Cleones Carvalho Cunha
56	2016NE00223	40101	31745/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Rafael Moraes Telles	art 25, II, lei nº 8666/93	02/08/2016	31/12/2016	4.000,00	1471004422706	Des. Cleones Carvalho Cunha
57	2016NE00239	40101	32648/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Ricardo Henry Marques Dip	art 25, II, lei nº 8666/93	10/08/2016	31/12/2016	4.528,00	1471526753040	Des. Cleones Carvalho Cunha
58	2016NE00237	40101	32648/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/PALESTRANTE.	Daniel Lago Rodrigues	Art. 25, II da Lei nº 8.666/93	10/08/2016	31/12/2016	2.264,00	1471526753040	Des. Cleones Carvalho Cunha

59	2016NE03110_TJ	40101	40304/2016	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER DEMANDA DO LABORATÓRIO FORENSE DE BIOLOGIA MOLECULAR.	Promega Biotecnologia do Brasil Ltda	Art. 25, II da Lei nº 8.666/93	17/10/2016	31/12/2016	16.700,00	1477320504090	Des. Cleones Carvalho Cunha
60	0002_I/2016	40101	4365/2016	SERVIÇOS DE ATIVAÇÃO DO SINCRONISMO DE CONTA E SENHA EM CENTRAIS TELEFÔNICA.	Dígito Tecnologia Ltda	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	30/03/16	30/03/17	3.201,88	1459532384121	Des. Cleones Carvalho Cunha
61	0003_I/2016	40101	30115/2015	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A, PARA MINISTRAR CURSO ONLINE AOS MAGISTRADOS DO TJMA SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.	Anhanguera Educacional Participações S/a	Art. 25, II da Lei nº 8.666/93	29/04/16	31/12/16	83.991,60	1462463579761	Des. Cleones Carvalho Cunha
62	0004_I/2016	40101	1121/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS.	Ibm Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	20/05/16	22/05/17	200.106,76	1464614646501	Des. Cleones Carvalho Cunha
63	0005_I/2016	40101	9435/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO EQUIPAMENTO TAPE LIBRARY QUANTUM SCALAR I500.	Unitech - Rio Comercio e Serviços Ltda	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	31/05/16	31/05/17	145.000,00	1465313448677	Des. Cleones Carvalho Cunha
64	0006_I/2016	40101	42598/2015	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS - SIABI.	W J Servicos de Informatica Ltda - Epp	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	11/07/16	11/07/17	6.411,60	1468501606270	Des. Cleones Carvalho Cunha
65	0010_I/2016	40101	14728/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXPANSÃO DA PLATAFORMA DÍGITRO.	Dígito Tecnologia Ltda	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	01/09/16	01/09/17	74.679,70	1473089296463	Des. Cleones Carvalho Cunha

66	0011_I/2016	40101	23888/2015	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA W J SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXCLUSIVOS E SUPORTE TÉCNICO DO SIABI - SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS, DESTINADOS À BIBLIOTECA DA ESMAM.	W J Servicos de Informatica Ltda - Epp	Art. 25, I da Lei n° 8.666/93	02/09/16	31/12/16	6.273,96	1473769653115	Des. Cleones Carvalho Cunha
67	0009_I/2016	40101	15705/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS CONSUMÍVEIS, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO DE DNA.	Life Technologies Brasil Com. e Ind. de Prod.	Art. 25, I da Lei n° 8.666/93	02/09/16	31/12/16	63.664,86	1473951685695	Des. Cleones Carvalho Cunha
68	0012_I/2016	40101	32410/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA NA ÁREA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS PARA ATENDER DEMANDA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.	Zenite Informacao e Consultoria S/a	Art. 25, I da Lei n° 8.666/93	27/09/16	27/09/17	7.750,00	1475606089562	Des. Cleones Carvalho Cunha
69	0015_I/2016	40101	32768/2016	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE LICENÇA DE USO A BANCO DE DADOS	Np Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda	Art. 25, I da Lei n° 8.666/93	19/10/16	19/10/17	7.990,00	1477327973676	Des. Cleones Carvalho Cunha
70	0016_I/2016	40101	45362/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E DE PROJETO EXECUTIVO PARA SOLUÇÃO DAS PATOLOGIAS ESTRUTURAIS DO EDIFÍCIO DO FÓRUM DA COMARCA DE CAXIAS.	Roberto Henrique Guimarães Teixeira	ART 25, II, LEI N°8666/93	31/10/16	31/10/17	55.250,00	1478282779130	Des. Cleones Carvalho Cunha

71	0008_I/2016	40101	17540/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS PARA O TJ/MA E SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E A CGJ/MA, BEM COMO OS FÓRUNS DAS COMARCAS LOCALIZADAS NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO.	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	11/11/16	11/11/21	86.000,00	1479406057206	Des. Cleones Carvalho Cunha
72	0017_I/2016	40101	43969/2016	CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR/REGENTE PARA MINISTRAR AULAS DE MÚSICA E REGER O CORAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO.	Amos Souza Noia	Art. 25, I da Lei nº 8.666/93	21/11/16	21/11/17	25.800,00	1479993561940	Des. Cleones Carvalho Cunha
73	0018_I/2016	40101	39610/2016	AQUISIÇÃO DE MÓDULO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL, PARA O PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO.	Consult Informática Ltda	art.25, I, Lei nº 8.666/93.	29/11/16	29/05/16	45.000,00	1480715071562	Des. Cleones Carvalho Cunha

Joanne D. C. Selares
JOANNE DIAS CUNHA SELARES

MAT. 104349

CHEFE DA DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Laura S. Amaral
LAURA SUELY LAVRA AMARAL

MAT. 113381

TÉCNICO JUDICIÁRIO

RELATÓRIO TCE 2016 – COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

UNIDADE GESTORA TJ	PROCESSO	BASE LEGAL	OBJETO	VALOR DA LICITAÇÃO	MODALIDADE	Nº PROTOCOLO TCE	AUTORIDADE COMPETENTE
40101- TJ	3169/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	R\$ 1.282.110,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1463407873374	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	52239/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE PAPEL A4	R\$ 4.680.000,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1459171261554	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	53701/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA	R\$ 2.798.590,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1462544920501	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	4700/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE PALLETS	R\$ 41.370,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1460559708836	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	53485/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE	DESERTA	PREGÃO ELETRÔNICO	1464630292544	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	8146/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA O TJMA	R\$ 67.997,40	PREGÃO ELETRÔNICO	1465496736625	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	11398/2016	10520/02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	REVOGADO, CONFORME DECISÃO GP – 50042016	PREGÃO ELETRÔNICO	1483984741428	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	44801/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE CAMISAS, CAMISETAS E COLETES	R\$ 92.730,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1466796312794	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	7658/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO, EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL/NACIONAL	R\$ 39.648,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1464958962803	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	11052/2016	10520/02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR E COZINHEIRO	R\$ 167.562,33	PREGÃO ELETRÔNICO	1476476656755	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	4292/2015	10520/02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE VIGILÂNCIA ARMADA	R\$ 27.197.551,68	PREGÃO ELETRÔNICO	1479826139812	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	51974/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL PEDAGÓGICO	R\$ 69.723,60	PREGÃO ELETRÔNICO	1467125820955	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	53485/2015	10520/02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AUDITORIA DA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE	R\$ 13.350,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1475506277361	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	529/2016	10520/02	CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS	R\$ 77.498,91	PREGÃO ELETRÔNICO	1476738011881	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101- TJ	11950/2016	10520/02	PASSAGEM AÉREA	R\$ 1.180.845,90	PREGÃO ELETRÔNICO	1471458880472	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	34137/2016	10520/02	CARTUCHOS E TONNERS	R\$ 1.836.278,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1472848192545	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	10562/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO	R\$ 1.329.440,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1472477548434	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	37122/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A CASA ABRIGO	R\$ 234.796,07	PREGÃO ELETRÔNICO	1471373840815	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	233282016	10520/02	GARÇOM E RECEPCIONISTA	R\$ 837.360,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1481299037510	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 – TJ	12895/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	R\$ 1.044.473,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1475503291530	CLEONES CARVALHO CUNHA

40101 -TJ	233282016	10520/02	GARÇOM E RECEPCIONISTA	R\$ 837.360,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1481299037510	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	11874/2016	10520/02	CONFECÇÃO DE BRASÕES	R\$ 247.340,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1476201378220	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	11052/2016	10520/02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR E COZINHEIRO	R\$ 167.562,33	PREGÃO ELETRÔNICO	1476476656755	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	13273/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS (CASA ABRIGO, CASA DA CRIANÇA, TJ E FÓRUM)	R\$ 3.137,65	PREGÃO ELETRÔNICO	1476457423722	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	10985/2016	10520/02	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE BEBEDOURO	R\$ 3.400,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1479407774213	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	18551/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE PAPEL TOALHA " INTERFOLHA"	R\$ 120.105,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1474632228472	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	37159/2015	8666/93	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	R\$ 29.600,00	PREGÃO PRESENCIAL	1466102975033	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	6206/2016	10520/02	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE PARA A CASA DA CRIANÇA	R\$ 247.340,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1474484428184	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	34137/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS	R\$ 1.836.278,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1472848192545	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	3285/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 525.636,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1462278513411	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	37122/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A CASA ABRIGO	R\$ 234.796,07	PREGÃO ELETRÔNICO	1471373840815	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	10494/2016	10520/02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADOR	R\$ 135.700,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1473860426879	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	6206/2016	10520/02	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE PARA A CASA DA CRIANÇA	R\$ 247.340,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1474484428184	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	13273/2016	10520/02	MEDICAMENTOS E CORRELATOS (CASA ABRIGO, CASA DA CRIANÇA, TJ E FÓRUM)	R\$ 3.137,65	PREGÃO ELETRÔNICO	1476457423722	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	12895/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL	R\$ 1.044.473,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1475503291530	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	11874/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE PLACAS E BRASÕES	R\$ 247.340,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1476201378220	CLEONES CARVALHO CUNHA
40901 -TJ	53519/2015	10520/02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE	R\$ 14.950,00	PREGÃO ELETRÔNICO	1465934287969	CLEONES CARVALHO CUNHA
40101 -TJ	4176/2016	10520/02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A CASA DA CRIANÇA	R\$ 190.971,96	PREGÃO ELETRÔNICO	1474484428184	CLEONES CARVALHO CUNHA

São Luis, 16 de janeiro de 2017



Wberberth Silva Sousa
Coordenação de Licitação e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DE DEZEMBRO/2016

CONTA: 5169-1 BANCO DO BRASIL

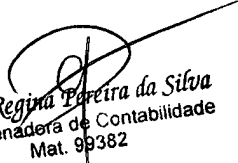
DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA/acerto PAGTO DE PESSOAL

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	633.652,50
(+) Depósitos Bancário Não Contabilizados no Extrato R\$	-
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	-
SUB-TOTAL	633.652,50
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	-
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	323.927,51
Saldo Atual SIAFEM R\$	309.724,99

São Luis (MA), 31 dezembro de 2016

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CREDITOS BANCÁRIOS NÃO CONTAB. NO SIAFEM	
creditos	323.927,51
total	323.927,51


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade
Mat. 99382



Extrato conta corrente

A336251856694212013
25/01/2017 19:06:18

Cliente - Conta atual

Agência 3846-6
Conta corrente 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
Período do extrato 12 / 2016

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/11/2016		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
08/12/2016		0000	14105	874 Transferência Agendada 08/12 8618 25696-X IRMA HELENN RI	861.800.000.025.696	354,55 C	354,55 C
09/12/2016		7800	13199	729 Transferência 09/12 8618 22535-0 WYRLLENSON F B	18.618.000.022.535	89,00 C	443,55 C
13/12/2016		8392	71132	870 Transferência on line 13/12 2972 22540-1 MADALENA LEITA	222.972.000.022.540	272,23 C	
13/12/2016		0566	99020	870 Transferência on line 13/12 0566 24361-2 PATRICIA R N C	600.566.000.024.361	28,89 C	744,67 C
14/12/2016		8392	71194	870 Transferência on line 14/12 2972 22802-8 ANTONIA A M RO	222.972.000.022.802	254,89 C	
14/12/2016		8392	71194	870 Transferência on line 14/12 4288 16753-3 ELIZANGELA MEN	224.288.000.016.753	135,69 C	
14/12/2016		8392	72971	870 Transferência on line 14/12 4323 35291-8 MARIO BOTELHO	224.323.000.035.291	873,22 C	2.008,47 C
15/12/2016		8523	70225	870 Transferência on line 15/12 8618 19432-8 MARIA REMEDIOS	228.618.000.019.432	227,03 C	
15/12/2016		2972	99020	870 Transferência on line 15/12 2972 22442-1 DIEGO BERREDO	602.972.000.022.442	129,31 C	
15/12/2016		3178	99020	870 Transferência on line 15/12 3178 40211-7 JOSE VITOR LEI	603.178.000.040.211	42,87 C	2.407,68 C
16/12/2016		1311	99020	870 Transferência on line 16/12 1311 28265-0 JOQUEBEDE CAME	601.311.000.028.265	372,81 C	
16/12/2016		1734	99020	870 Transferência on line 16/12 1734 6873-X JACIRA AVELINO	601.734.000.006.873	329,43 C	3.109,92 C
19/12/2016		2972	70224	870 Transferência on line 19/12 2972 23444-3 JUCILENE FONSE	222.972.000.023.444	325,53 C	
19/12/2016		2972	99020	870 Transferência on line 19/12 2972 22523-1 CARLOS HENRIQU	602.972.000.022.523	199,63 C	
19/12/2016		5821	99020	870 Transferência on line 17/12 5821 600230-7 WLACIR BARBOSA	605.821.000.600.230	1.313,32 C	4.948,40 C
20/12/2016		1612	99012	870 Transferência on line 20/12 1612 20237-1 RANYERE FURTAD	521.612.000.020.237	598,42 C	
20/12/2016		8198	99012	870 Transferência on line 20/12 8198 10383-7 JOANA LIMA SAN	528.198.000.010.383	309,12 C	5.855,94 C
28/12/2016		0613	70437	870 Transferência on line 28/12 0613 45122-3 NAIRA SARAIVA	220.613.000.045.122	2.199,45 C	8.055,39 C
30/12/2016		8618	99020	870 Transferência on line 30/12 8618 17745-8 JOSE STELIO NU	608.618.000.017.745	2.188,87 C	
30/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	10.244,26 D	0,00 C
31/12/2016		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES :

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A336251856694212017
25/01/2017 19:08:15**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	50.383,22			15.144,981759		
30/12/2016	SALDO ATUAL	50.769,89			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	50.383,22
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	386,67
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	386,67
SALDO ATUAL =	50.769,89

Valor da Cota

30/11/2016	3,326727155
30/12/2016	3,352258271

Rentabilidade

No mês	0,7674
No ano	9,5021
Últimos 12 meses	9,5021

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	566.546,64			159.853,814626		
30/12/2016	APLICAÇÃO	10.244,26			2.859,717711	3,582262668	162.713,532337
30/12/2016	SALDO ATUAL	582.882,61			162.713,532337		162.713,532337

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	566.546,64
APLICAÇÕES (+)	10.244,26
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	6.091,71
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	6.091,71
SALDO ATUAL =	582.882,61

Valor da Cota

30/11/2016	3,544154636
30/12/2016	3,582262668

Rentabilidade

No mês	1,0752
No ano	13,3848
Últimos 12 meses	13,3848

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DEZEMBRO DE 2016

CONTA: 001388466 29 000 9

DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$

7.711.646,38

(+) Depósito Não Creditados no Extrato Bancários R\$

5.297,60

(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$

SUB-TOTAL

7.716.943,98

(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$

(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$

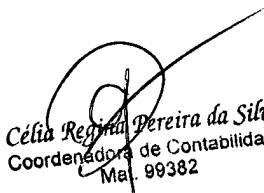
0,00

Saldo Atual SIAFEM R\$

7.716.943,98

São Luis (MA), 31 de DEZEMBRO de 2016

depósito bancário não creditado no extrato		
31/12/2016	gr 00025	684,00
31/12/2016	nl 7632	137,60
31/12/2016	nl 7634	526,00
31/12/2016	nl 7635	350,00
31/12/2016	nl 7637	1.000,00
31/12/2016	nl 7638	500,00
31/12/2016	nl 7641	800,00
31/12/2016	nl 7642	1.000,00
31/12/2016	nl 7646	300,00
TOTAL	XXX	5.297,60


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade
Mat. 99382



Extrato conta corrente

A336131159732064008
13/01/2017 12:02:29

Cliente - Conta atual

Agência 3846-6
 Conta corrente 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Período do extrato 12 / 2016

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/11/2016		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
01/12/2016		8392	72972	900 Movimento do Dia 01/12 *****2817 JOAO PAULO MEL	223.846.000.020.000	1.000,00 C	
01/12/2016		5821	99020	870 Transferência on line 01/12 5821 19440-9 KEILA LIGIA CO	605.821.000.019.440	112,05 C	
01/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.223	8.050.446,31 D	
01/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	8.049.334,26 C	0,00 C
02/12/2016		0554	70662	870 Transferência on line 02/12 5016 21961-4 PRISCILLA MACI	225.016.000.021.961	944,00 C	
02/12/2016		2581	99020	870 Transferência on line 02/12 2581 17681-8 DENIZE LEITE A	602.581.000.017.681	800,00 C	
02/12/2016		2581	99020	870 Transferência on line 02/12 2581 17681-8 DENIZE LEITE A	602.581.000.017.681	800,00 C	
02/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.224	161.420,34 D	
02/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	158.876,34 C	0,00 C
05/12/2016		1878	99020	870 Transferência on line 05/12 1878 5235-3 MARIANA C BRAN	601.878.000.005.235	105,96 C	
05/12/2016		1878	99020	870 Transferência on line 05/12 1878 5235-3 MARIANA C BRAN	601.878.000.005.235	154,04 C	
05/12/2016		8618	99020	870 Transferência on line 05/12 8618 5587-5 JULIO CESAR SI	608.618.000.005.587	365,96 C	
05/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.225	89.145,17 D	
05/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	88.519,21 C	0,00 C
06/12/2016		5895	99020	875 Transferido da poupança 06/12 5895 5333-3 SHEILA MARIA A	5.895.510.005.333	200,00 C	
06/12/2016		0554	70662	900 Movimento do Dia 06/12 *****2615 JURI MARCOS OL	223.846.000.020.000	247,00 C	
06/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.226	1.307.584,75 D	
06/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	1.307.137,75 C	0,00 C
07/12/2016		1313	15351	830 Depósito Online	13.131.535.100.405	688,81 C	
07/12/2016		2972	70222	900 Movimento do Dia 07/12 *****3382 INALDO BAROLO	223.846.000.020.000	1.000,00 C	
07/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.227	11.181,12 D	
07/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	10.000,00 C	507,69 C
09/12/2016		0124	10280	830 Depósito Online	2.699.559.825	800,00 C	
09/12/2016		2972	99020	870 Transferência on line 09/12 2972 22825-7 FERNANDA MELO	602.972.000.022.825	1.126,00 C	
09/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.229	62.856,33 D	
09/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	60.422,64 C	0,00 C
12/12/2016		4408	16273	830 Depósito Online	44.081.627.300.008	270,00 C	
12/12/2016		2972	70224	870 Transferência on line 12/12 1611 210227-7 CLEONES CARVAL	221.611.000.210.227	1.469,00 C	
12/12/2016		2826	70596	900 Movimento do Dia 12/12 *****5767 ISAAC D V S SI	223.846.000.020.000	304,00 C	
12/12/2016		2826	70596	900 Movimento do Dia 12/12 *****5874 JURI ISSAC SIL	223.846.000.020.000	1.206,00 C	
12/12/2016		0554	70662	870 Transferência on line 12/12 5016 24646-8 IRIS DANIELLE	225.016.000.024.646	82,00 C	
12/12/2016		8392	72973	870 Transferência on line 11/12 5821 23169-X AURIMAR A ARRA	225.821.000.023.169	413,00 C	
12/12/2016		8523	70225	870 Transferência on line 12/12 5821 23169-X AURIMAR A ARRA	225.821.000.023.169	600,00 C	
12/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.230	934.970,85 D	

12/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	930.626,85 C	0,00 C
13/12/2016	4124	72566	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	512,00 C	
			13/12 *****5882 JURI RAPHAEL A			
13/12/2016	1773	72730	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	800,00 C	1.312,00 C
			13/12 *****2525 JURI JOSE P L			
14/12/2016	8392	12174	830 Depósito Online	83.921.217.400.191	600,00 C	
14/12/2016	8392	18912	830 Depósito Online	83.921.891.200.172	60,00 C	
14/12/2016	8397	71951	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	2.400,00 C	
			14/12 *****9357 JURI JOSEMILTO			
14/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.231	910.072,81 D	
14/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.232	130.271,43 D	
14/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	1.035.972,24 C	0,00 C
15/12/2016	5794	73888	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	2.400,00 C	
			15/12 *****4697 JUR ALEXANDRE			
15/12/2016	4124	72566	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	576,00 C	
			15/12 *****5882 JURI RAPHAEL A			
15/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.233	710.745,25 D	
15/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	707.769,25 C	0,00 C
16/12/2016	3846	13071	502 Depósito em Dinheiro	38.461.307.100.024	773,30 C	
16/12/2016	3846	13071	502 Depósito em Dinheiro	38.461.307.100.025	0,63 C	
16/12/2016	8397	10624	830 Depósito Online	83.971.062.400.413	80,00 C	
16/12/2016	0248	70988	870 Transferência on line	220.248.000.002.152	800,00 C	
			16/12 0248 2152-0 EDIMAR N ALMEI			
16/12/2016	8397	73392	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	8.000,00 C	
			16/12 *****9351 AEX DEILSON GU			
16/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.234	2.337.012,47 D	
16/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	2.327.358,54 C	0,00 C
19/12/2016	8397	73398	870 Transferência on line	221.878.000.005.245	800,00 C	
			17/12 1878 5245-0 SHEILA SILVA C			
19/12/2016	2645	75005	900 Movimento do Dia	223.846.000.020.000	700,00 C	
			19/12 *****6422 PRISCILA F LIM			
19/12/2016	8102	99012	870 Transferência on line	528.102.000.010.304	20,00 C	
			19/12 8102 10304-7 LEONICE BARROS			
19/12/2016	1611	99020	870 Transferência on line	601.611.000.043.275	684,00 C	
			18/12 1611 43275-X ANSELMO LOPES			
19/12/2016	0000	14349	729 Transferência	15.257.101.010.100	293,13 C	
19/12/2016	0000	14349	729 Transferência	15.257.120.010.100	19,00 C	
19/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.235	1.670.824,13 D	
19/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	1.668.308,00 C	0,00 C
20/12/2016	8397	12892	830 Depósito Online	2.571.010.400	800,00 C	
20/12/2016	0000	14349	729 Transferência	15.264.493.010.100	10.947.300,00 C	
20/12/2016	0000	13349	144 Transferência	15.264.310.010.100	8.000,00 D	
20/12/2016	0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	10.940.100,00 D	0,00 C
21/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.237	8.452.516,01 D	
21/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	8.452.516,01 C	0,00 C
28/12/2016	1611	99020	870 Transferência on line	601.611.000.043.447	684,00 C	684,00 C
			28/12 1611 43447-7 ROMULO HENRIQU			
31/12/2016	0000	00000	999 S A L D O			684,00 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A336201108691681007
20/01/2017 11:14:45

Cliente

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	21.443.072,83			6.050.264,458295		
01/12/2016	RESGATE	8.049.334,26			2.270.032,928679	3,545910792	3.780.231,529616
	Aplicação 20/10/2016	7.215.230,42			2.034.803,140843		
	Aplicação 18/11/2016	834.103,84			235.229,787836		
02/12/2016	RESGATE	158.876,34			44.783,654226	3,547641271	3.735.447,875390
	Aplicação 18/11/2016	158.876,34			44.783,654226		
05/12/2016	RESGATE	88.519,21			24.939,433059	3,549367373	3.710.508,442331
	Aplicação 18/11/2016	88.519,21			24.939,433059		
06/12/2016	RESGATE	1.307.137,75			368.094,749393	3,551090452	3.342.413,692938
	Aplicação 18/11/2016	1.307.137,75			368.094,749393		
07/12/2016	RESGATE	10.000,00			2.814,669651	3,552814803	3.339.599,023287
	Aplicação 18/11/2016	10.000,00			2.814,669651		
09/12/2016	RESGATE	60.422,64			16.990,502480	3,556259744	3.322.608,520807
	Aplicação 18/11/2016	60.422,64			16.990,502480		
12/12/2016	RESGATE	930.626,85			261.560,603748	3,557977909	3.061.047,917059
	Aplicação 18/11/2016	930.626,85			261.560,603748		
14/12/2016	RESGATE	1.035.972,24			290.885,697559	3,561440967	2.770.162,219500
	Aplicação 18/11/2016	1.035.972,24			290.885,697559		
15/12/2016	RESGATE	707.769,25			198.635,157045	3,563162033	2.571.527,062455
	Aplicação 18/11/2016	707.769,25			198.635,157045		
16/12/2016	RESGATE	2.327.358,54			652.855,611468	3,564890152	1.918.671,450987
	Aplicação 18/11/2016	2.327.358,54			652.855,611468		
19/12/2016	RESGATE	1.668.308,00			467.755,004678	3,566627793	1.450.916,446309
	Aplicação 18/11/2016	1.668.308,00			467.755,004678		
20/12/2016	APLICAÇÃO	10.940.100,00			3.065.851,827121	3,568372060	4.516.768,273430
21/12/2016	RESGATE	8.452.516,01			2.367.578,475436	3,570110177	2.149.189,797994
	Aplicação 18/11/2016	5.179.931,57			1.450.916,446309		
	Aplicação 20/12/2016	3.272.584,44			916.662,029127		
30/12/2016	SALDO ATUAL	7.698.962,38			2.149.189,797994		2.149.189,797994

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	21.443.072,83
APLICAÇÕES (+)	10.940.100,00
RESGATES (-)	24.796.841,09
RENDIMENTO BRUTO (+)	112.630,64
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	112.630,64
SALDO ATUAL =	7.698.962,38

Valor da Cota

30/11/2016	3,544154636
30/12/2016	3,582262668

Rentabilidade

No mês	1,0752
No ano	13,3848
Últimos 12 meses	13,3848

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - CDB / RDB e BB Reaplic

A33R171350948171010
17/01/2017 13:56:34

Dados consultados

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHÃO
 Período 01/12/2016 a 30/12/2016

BB CDB DI

Data	Dt. proc	Histórico	Nr. depósito	Valor
30/11		Saldo anterior valor capital		12.000,00
30/12		Rendimento mensal valor juros	- 2410013308947	211,92
30/12		Saldo final valor capital		12.000,00

SALDO NOS ULTIMOS 6 MESES

Data	Capital em ser	Juros	IR proj.	Liquid. proj.
30/06/2016	12000,00	5862,48	0,00	17862,48
29/07/2016	12000,00	6060,24	0,00	18060,24
31/08/2016	12000,00	6279,36	0,00	18279,36
30/09/2016	12000,00	6481,92	0,00	18481,92
31/10/2016	12000,00	6675,60	0,00	18675,60
30/11/2016	12000,00	6869,28	0,00	18869,28
30/12/2016	12000,00	7081,20	0,00	19081,20

RESUMO DOS DEPOSITOS EM SER

Numero	Dt. aplic	Capital Inicial	Saldo de Capital	Taxa	Dt. vcto
2410013308947	02/08/2012	1.245.500,00	12.000,00	100,00	07/07/2017

RENDIMENTO BRUTO NO PERIODO POR DEPOSITO

Data	Nr. depósito	Rend. bruto
30/12	2410013308947	7.081,20

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOURE

CONTA : 1.1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL

CC : 0013846290009

D O C U M E N T O

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

SALDO ANTERIOR A 01DEZ2016		21426.731,55D	
01DEZ2016	040101 00001 2016NULO6254 550505	200,00D	
01DEZ2016	040101 00001 2016NULO6256 550505	1.000,00D	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04775 701984	903.151,41C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04776 701984	54.406,83C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04777 701984	119.695,03C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04778 701984	10.881,37C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04779 701976	7689.583,98C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04780 701984	4.080,88C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04781 701984	8.977,95C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04782 701984	67.742,68C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04783 701984	816,18C	
01DEZ2016	040101 00001 2016NULO6262 706984	67.742,68D	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04784 701984	44.889,73C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04785 701984	98.757,41C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04786 701984	8.977,95C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04787 701984	351,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04788 701984	870,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04789 701984	645,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04790 701984	651,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04791 701984	1.093,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04792 701984	384,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04793 701984	417,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04794 701984	1.185,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04795 701984	1.185,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04796 701984	645,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04797 701984	651,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04798 701984	651,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04799 701984	651,00C	
01DEZ2016	040101 00001 2016NULO6283 706984	903.151,41D	13377.485,24D
01DEZ2016	040101 00001 2016OB04800 701984	125.321,39C	
02DEZ2016	040101 00001 2016OB04801 701984	6.595,86C	
02DEZ2016	040101 00001 2016OB04802 701984	237,00C	
02DEZ2016	040101 00001 2016OB04803 701984	476,00C	

02DEZ2016	040101	00001	20160B04804	701984	476,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04805	701984	351,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04806	701984	2,901,57C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04807	701984	94,63C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04808	701984	870,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04809	701984	870,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04810	701984	3,481,92C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04811	701984	197,04C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04812	701984	274,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04813	701984	274,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04814	701984	6,294,93C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04815	701984	1,188,62C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04816	701984	1,660,59C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04817	701984	274,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04818	701984	274,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04819	701984	1,743,00C
02DEZ2016	040101	00001	20160B04820	701984	274,00C

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

13223.355,69D

02DEZ2016	040101	00001	2016OB04821	701984	822,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04822	701984	274,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04823	701984	548,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04824	701984	1.330,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04825	701984	651,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04826	701984	651,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04827	701984	476,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04828	701984	351,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04829	701984	870,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04830	701984	645,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04831	701984	134,89C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04832	701984	234,86C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04833	701984	3,80C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04834	701984	74,60C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04835	701984	32,00C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04836	701984	17,40C	
02DEZ2016	040101	00001	2016OB04837	701984	175,24C	13216.064,90D
05DEZ2016	040101	00001	2016NL06329	550505	360,00D	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04838	701984	2.351,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016NL06337	550505	1.000,00D	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04839	701984	1.371,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04840	701984	1.126,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04841	701984	984,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04842	701984	274,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04848	701984	57.705,51C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04855	701984	888,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04856	701984	11.764,60C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04857	701984	3.263,32C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04858	701984	1.684,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04859	701984	394,50C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04860	701984	855,00C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04861	701984	4.756,08C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04862	701984	604,91C	
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04863	701984	1.123,25C	13128.279,73D
06DEZ2016	040101	00001	2016OB04865	701984	1.684,00C	
06DEZ2016	040101	00001	2016OB04866	701984	984,00C	
06DEZ2016	040101	00001	2016OB04867	701984	423.681,44C	
06DEZ2016	040101	00001	2016OB04868	701984	24.586,60C	
06DEZ2016	040101	00001	2016OB04869	701984	936,38C	

06DEZ2016	040101	00001	20160B04870	701984	56.150,56C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04871	701984	5.104,60C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04872	701984	225.817,01C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04873	701984	13.603,43C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04874	701984	29.927,56C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04875	701984	2.720,69C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04876	701984	207.282,39C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04877	701984	27.219,98C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04878	701984	2.474,54C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04879	701984	773,30C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04880	701984	773,30C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04881	701984	773,30C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04882	701984	3.866,48C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04883	701984	773,30C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04884	701984	386,65C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04885	701984	4.368,00C
06DEZ2016	040101	00001	20160B04886	701984	5.000,00C

07DEZ2016	040101	00001	2016OB04926	701984	36,98C	
07DEZ2016	040101	00001	2016OB04927	701984	17,40C	
07DEZ2016	040101	00001	2016OB04928	701984	2,168,35C	
07DEZ2016	040101	00001	2016OB04929	701984	1,469,00C	
07DEZ2016	040101	00001	2016NL06473	550505	10,00D	11809.523,86D
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04930	701984	1,330,00C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04931	701984	1,100,00C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04932	701984	56,565,04C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04933	701984	3,008,80C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04934	701984	601,76C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04935	701984	235,68C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04936	701984	12,54C	
09DEZ2016	040101	00001	2016OB04937	701984	2,51C	11746.667,53D
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04938	701984	11,191,89C	
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04939	701984	12,882,56C	
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04940	701984	804,84C	
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04941	701984	18,683,00C	

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

11703.105,24D

12DEZ2016	040101	00001	2016OB04942	701984	8.007,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04943	701984	2.441,64C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04944	701984	3.200,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04945	701984	500,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04946	701984	500,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04947	701984	1.000,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06571	706984	500,00D
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04948	701984	500,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04949	701984	496.451,20C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04950	701984	102.928,13C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04951	701984	12.721,45C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04952	701984	5.390,68C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04953	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04954	701984	845,62C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04955	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04956	701984	2.186,61C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04957	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04958	701984	22.91C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04959	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04960	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04961	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04962	701984	1.216,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04963	701984	2.598,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04964	701984	2.598,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04965	701984	82,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04966	701984	394,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04967	701984	20.987,50C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04968	701984	33.002,12C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04969	701984	134,89C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04970	701984	179.655,91C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04971	701984	40,20C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04972	701984	40,20C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04973	701984	60,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04974	701984	246,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04975	701984	984,00C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04976	701984	5.669,38C
12DEZ2016	040101	00001	2016OB04977	701984	205,62C
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06635	550505	800,00D
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06637	550505	105,96D

12DEZ2016	040101	00001	2016NL06639	550505	154,04D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06647	550505	33,56D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06648	550505	800,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06651	550505	688,81D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06653	550505	1.000,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06656	550505	84,61D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06658	550505	944,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06660	550505	800,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06668	550505	478,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06670	550505	800,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06672	550505	200,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06689	550505	300,00D	
12DEZ2016	040101	00001	2016NL06690	550505	335,33D	10819.220,99D
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04978	701984	338.680,20C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04979	701984	20.402,42C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04980	701984	44.885,33C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04981	701984	4.080,48C	

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

10411.172,56D

13DEZ2016	040101	00001	2016OB04982	701984	19.210,59C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04983	701984	1.157,27C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04984	701984	2.545,98C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04985	701984	231,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04986	701984	1.185,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04987	701984	645,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06698	550505	500,00D
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06700	550505	82,00D
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04988	701984	29.760,55C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04989	701984	1.405,25C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04990	701984	62.936,50C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04991	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04992	701984	548,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04993	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04994	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04995	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04996	701984	822,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04997	701984	822,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB04998	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05000	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05001	701984	548,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05002	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05003	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05004	701984	125,89C
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06748	550505	66,00D
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05005	701984	32.249,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05006	701984	274,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05007	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05008	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05009	701984	822,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05010	701984	274,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05011	701984	548,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05012	701984	548,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05013	701984	548,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05014	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05015	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05016	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05017	701984	274,00C

13DEZ2016	040101	00001	2016OB05018	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05019	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05020	701984	548,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05021	701984	1.096,00C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05022	701984	30.484,93C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05023	701984	28.477,04C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05024	701984	2.039,35C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05025	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05026	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05027	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05028	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05029	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05030	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05031	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05032	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05033	701984	270,45C
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05034	701984	270,45C

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

10171.728,26D

13DEZ2016	040101	00001	2016OB05035	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05036	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05037	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05038	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05039	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05040	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05041	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05042	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05043	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05044	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05045	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05046	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05047	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05048	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05049	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05050	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05051	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05052	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05053	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05054	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05055	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05056	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05057	701984	270,45C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05058	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05059	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05060	701984	847,90C	
13DEZ2016	040101	00001	2016GR00022	541495	1.469,00D	
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06825	550505	24,20D	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05061	701984	120.042,00C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05062	701984	33.436,74C	
13DEZ2016	040101	00001	2016OB05063	701984	95.647,14C	
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06832	550505	112,05D	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05064	701984	62.478,64C	9911.401,43D
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05065	701984	2.965,46C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05066	701984	4.661,30C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05067	701984	2.164,45C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05068	701984	21,12C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05069	701984	2.775,32C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05070	701984	72,35C	

14DEZ2016	040101	00001	2016OB05071	701984	6.263,73C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05072	701984	8.492,66C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05073	701984	2.022,23C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05074	701984	7.394,36C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05075	701984	1.605,64C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05076	701984	3.245,26C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05077	701984	155,28C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05078	701984	1.517,21C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05079	701984	143,38C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05080	701984	6.285,72C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05081	701984	1.185,12C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05082	701984	2.312,28C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05083	701984	683,92C
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06848	550505	729,72D
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06855	550505	9,50D
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05084	701984	274,00C
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05085	701984	117,00C

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

9795.304,22D

14DEZ2016	040101	00001	2016OB05086	701984	870,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05087	701984	1.185,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05088	701984	706,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05089	701984	706,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05090	701984	1.100,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05091	701984	1.542,25C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05092	701984	1.082,25C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05093	701984	645,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05094	701984	651,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05095	701984	271,90C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05096	701984	351,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05097	701984	271,90C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05098	701984	279,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05099	701984	870,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05100	701984	279,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05101	701984	870,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05102	701984	196,90C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05103	701984	196,90C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05104	701984	984,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05105	701984	196,90C	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06925	550505	376,90C	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06926	550505	800,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06927	550505	100,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06928	550505	500,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06929	550505	50,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06930	550505	2.400,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06931	550505	1.000,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06932	550505	800,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06933	550505	7,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06934	550505	500,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06935	550505	D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06936	550505	300,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016NL06957	550505	247,00D	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05106	701984	30,00D	9788.603,63D
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05107	701984	434.644,84C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05108	701984	186.276,36C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05109	701984	43.630,00C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05110	701984	2.281,78C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05111	701984	30,63C	
14DEZ2016	040101	00001	2016OB05111	701984	11.274,97C	

15DEZ2016	040101	00001	2016OB05112	701984	270,45C	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05113	701984	540,90C	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05114	701984	270,45C	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05115	701984	270,45C	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05116	701984	270,45C	
15DEZ2016	040101	00001	2016NL06973	550505	D	
15DEZ2016	040101	00001	2016NL06978	550505	800,00D	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05117	701984	6.928,69C	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05118	701984	16.700,00C	
15DEZ2016	040101	00001	2016OB05119	701984	7.355,28C	
15DEZ2016	040101	00001	2016NL06995	550505	2,40D	9078.661,18D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07000	550505	59,30D	
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05120	701984	940,35C	
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05121	701984	940,35C	
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05122	701984	940,35C	
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05123	701984	695,35C	
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05124	701984	940,35C	

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

9074.263,73D

16DEZ2016	040101	00001	2016OB05125	701984	940,35C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05126	701984	745,169,55C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05127	701984	67,742,68C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05128	701984	903,151,41C
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07010	550505	35,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05129	701984	903,00C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05130	701984	2,004,70C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05131	701984	1,276,99C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05132	701984	1,655,66C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05133	701984	48,20C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05134	701984	48,20C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05135	701984	48,20C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05136	701984	48,20C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05137	701984	19,76C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05138	701984	19,76C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05139	701984	558,454,76C
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07024	550505	60,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07028	550505	5,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07029	550505	576,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07032	550505	512,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07035	550505	69,75D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07037	550505	1,604,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05140	701984	21,200,80C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05141	701984	11,086,50C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05142	701984	583,50C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05143	701984	2,343,33C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05144	701984	123,33C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05145	701984	3,000,00C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05146	701984	5,599,39C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05147	701984	924,79C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05148	701984	3,464,83C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05149	701984	194,03C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05150	701984	44,99C
16DEZ2016	040101	00001	2016OB05151	701984	2,458,81C
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07048	560605	179,40C
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07050	550505	3,46D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07057	550505	700,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07060	550505	4,00D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07533	565605	179,40D

16DEZ2016	040101	00001	2016NL07536	560605	179,40C	6745,097,82D
17DEZ2016	040101	00001	2016NL07061	550505	104,00D	
17DEZ2016	040101	00001	2016NL07062	550505	200,00D	
17DEZ2016	040101	00001	2016NL07076	550505	250,00D	6745,651,82D
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05152	701984	270,45C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05153	701984	940,35C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05154	701984	695,35C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05155	701984	695,35C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05156	701984	8,419,00C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05157	701984	8,419,00C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05158	701984	1,303,34C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05159	701984	357,25C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05160	701984	1,640,75C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05161	701984	326,26C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05162	701984	1,589,18C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05163	701984	335,24C	
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05164	701984	2,223,16C	

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

6718.437,14D

19DEZ2016	040101	00001	2016OB05165	701984	624,51C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05166	701984	4.521,31C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05167	701984	1.714,99C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05168	701984	48.351,50C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05169	701984	2.172,24C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05170	701984	823,96C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05171	701984	2.554,56C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05172	701984	845,44C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05173	701984	90.937,99C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05174	701984	3.866,48C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05175	701984	773,30C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05176	701984	773,30C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05177	701984	773,30C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05178	701984	386,65C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05179	701984	773,30C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05180	701984	27.219,98C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05181	701984	2.474,54C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05182	701984	119.475,56C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05183	701984	6.525,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05184	701984	2.475,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05185	701984	3.886,72C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05186	701984	1.474,27C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05187	701984	3.521,74C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05188	701984	477,23C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05189	701984	5.218,80C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05190	701984	1.338,82C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05191	701984	78.228,25C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05192	701984	13.610,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05193	701984	1.237,27C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05194	701984	30.651,68C
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07135	550505	800,00D
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07136	550505	365,96D
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05200	701984	540,90C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05201	701984	409.693,05C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05202	701984	386,65C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05203	701984	618,64C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05204	701984	71.452,46C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05205	701984	6.495,68C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05206	701984	4.740,00C

19DEZ2016	040101	00001	2016OB05207	701984	1.260,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05208	701984	2.748,99C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05209	701984	975,05C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05210	701984	387,40C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05211	701984	13.922,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05212	701984	3.063,83C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05213	701984	80.297,30C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05214	701984	6.294,93C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05215	701984	1.188,62C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05216	701984	8.870,60C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05217	701984	2.165,60C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05218	701984	3.128,72C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05219	701984	134,71C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05220	701984	2.710,25C
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07177	706984	134,71D
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05221	701984	7.596,28C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05222	701984	2.710,25C

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

5630.648,21D

19DEZ2016	040101	00001	2016OB05223	701984	134,71C
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07200	550505	1.206,00D
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05224	701984	6.458,24C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05225	701984	2.086,87C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05226	701984	22,22C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05227	701984	5.669,38C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05228	701984	205,62C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05229	701984	11.243,24C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05230	701984	3.065,56C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05231	701984	9.272,38C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05232	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05233	701984	501,90C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05234	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05235	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05236	701984	1.425,35C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05237	701984	653,45C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05238	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05239	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05240	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05241	701984	658,80C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05242	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05243	701984	658,80C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05244	701984	658,80C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05245	701984	1.198,75C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05246	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05247	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05248	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05249	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05250	701984	1.096,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05251	701984	822,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05252	701984	548,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05253	701984	548,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05254	701984	548,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05255	701984	274,00C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05256	701984	33.002,12C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05257	701984	57.705,51C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05258	701984	160.921,32C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05259	701984	2.136,40C
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05260	701984	43,60C

19DEZ2016	040101	00001	20160B05261	701984	855,00C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05262	701984	847,90C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05263	701984	855,00C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05264	701984	855,00C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05265	701984	20,483,60C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05266	701984	570,88C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05267	701984	6,570,52C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05268	701984	5,525,00C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05269	701984	5,227,32C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05270	701984	106,68C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05271	701984	176,847,84C	
19DEZ2016	040101	00001	20160B05272	701984	21,857,60C	
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07349	550505	2,400,00D	5079,599,65D
20DEZ2016	040101	00001	2016NL07365	550505	610,34D	
20DEZ2016	040101	00001	2016NL07366	550505	19,66D	5080,229,65D
21DEZ2016	040101	00001	20160B05273	701984	270,45C	
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07368	550505	10947,300,00D	

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE

16027.259,20D

21DEZ2016	040101	00001	2016OB05284	701976	8449.321,76C	
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05285	701984	847,90C	
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05286	701984	847,90C	
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05287	701984	614,00C	
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05288	701984	614,00C	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07380	550505	600,00D	7575.013,64D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07381	550505	413,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07403	550505	1,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07404	550505	200,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07408	550505	19,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07415	550505	216,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07426	550505	112.630,64D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07428	555505	700,00C	
31DEZ2016	040101	00001	2016GR00023	541495	1.126,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016GR00024	541495	684,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016GR00025	541495	684,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016GR00026	541495	684,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07445	550505	1.000,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07457	550505	800,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07465	550505	20,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07475	550505	200,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07477	550505	500,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07481	550505	2.400,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07492	550505	293,13D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07514	550505	80,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07520	550505	1.000,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07528	550505	800,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07548	550505	2.400,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07551	550505	600,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07575	555505	2.565,00C	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07576	550505	2.565,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07596	550505	800,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07597	550505	100,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07600	550505	684,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07605	550505	921,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07609	550505	25,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07610	550505	270,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07611	550505	800,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07621	550505	200,00D	

31DEZ2016	040101	00001	2016GR00027	541495	870,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07625	550505	870,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07628	550505	137,60D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07629	550505	137,60D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07630	550505	5.125,97D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07631	555505	275,20C	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07632	550505	137,60D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07634	550505	526,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07635	550505	350,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07637	550505	1.000,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07638	550505	500,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07641	550505	800,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07642	550505	1.000,00D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07646	550505	300,00D	
						7716,943,98D



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DE DEZEMBRO/2016

CONTA: 31000-x BANCO DO BRASIL

DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA/acerto PAGTO DE PESSOAL

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	186.124,91
(+) Depósitos Bancário Não Contabilizados no Extrato R\$	-
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	-
SUB-TOTAL	186.124,91
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	-
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	-
Saldo Atual SIAFEM R\$	186.124,91

São Luis (MA), 31 de DEZEMBRO de 2016

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CREDITOS BANCÁRIOS NÃO CONTAB. NO SIAFEM	
total	

Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade
Mat. 99382



Extrato conta corrente

A33R091202910634008
09/01/2017 12:08:39

Cliente

Agência	3846-6
Conta	31000-x
Período solicitado	12 / 2016

Lançamentos

Sem lançamentos no período

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091202910634016
09/01/2017 12:16:13**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	184.707,36			55.522,245631		
30/12/2016	SALDO ATUAL	186.124,91			55.522,245631		55.522,245631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	184.707,36
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.417,55
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.417,55
SALDO ATUAL =	186.124,91

Valor da Cota

30/11/2016	3,326727155
30/12/2016	3,352258271

Rentabilidade

No mês	0,7674
No ano	9,5021
Últimos 12 meses	9,5021

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088

— SIAPEM2016-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO) _____

CONSULTA EM 09/01/2017 AS 12:27 PAG.0001 USUARIO : BRUNA

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOURE

CONTA : 1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL

CC : 0013846631000X

D O C U M E N T O

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

SALDO ANTERIOR A 01DEZ2016

31DEZ2016 040101 00001 2016INL07426 550505 1.417,55D 184.707,36D
186.124,91D



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - DEZEMBRO 2016

CONTA: 001388466 10000 5

DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	24.242.473,19
(+) Depósitos Não Creditados no Extrato Bancários R\$	21.720,00
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	42.301,13
SUB-TOTAL	24.306.494,32
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	0,00
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	79.114,13
Saldo Atual SIAFEM R\$	24.227.380,19

São Luis (MA), 31 de DEZEMBRO de 2016

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

DÉBITOS BANCÁRIOS NÃO CONTABILIZADOS NO SIAFEM	
26/02/2014- Pagtos.Diversos Autorizados	42.301,13
TOTAL	42.301,13

DÉBITOS NÃO CREDITADOS NO EXTRATO BANCÁRIO	
16/06/2014 - NL 02540	21.720,00
TOTAL	21.720,00

CRÉDITO BANCÁRIO NÃO CONTABILIZADO SIAFEM	
24/06/2016 - mov. do dia	44.457,00
18/07/2016 - mov. do dia	10.227,39
18/07/2016 - mov. do dia	10.362,45
18/07/2016 - mov. do dia	6.449,66
18/07/2016 - mov. do dia	4.929,08
01/08/2016 - mov do dia	2.686,62
02/08/2016 - mov do dia	1,93
TOTAL	79.114,13


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade
Mat. 99382



Extrato conta corrente

A33G091017488053012
09/01/2017 10:29:19

Cliente - Conta atual

Agência 3846-6
 Conta corrente 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Período do extrato 12 / 2016

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
24/11/2016		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
05/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.225	19.844.901,24 D	✓
05/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Absoluto	69	19.844.901,24 C	→ 0,00 C
14/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.233.072.010.100	3.600.000,00 C	✓
14/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Absoluto	69	3.600.000,00 D	→ 0,00 C
22/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.284.702.010.100	20.000.000,00 C	✓
22/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Absoluto	69	20.000.000,00 D	→ 0,00 C
31/12/2016		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

 OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G09103255055009
09/01/2017 10:38:25

Cliente

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	20.377.445,90			3.165.822,794711		
05/12/2016	RESGATE	19.844.901,24			3.078.749,387952	6,445767011	87.073,406759
	Aplicação 09/11/2016	199.825,49			31.001,041522		
	Aplicação 10/11/2016	19.645.075,75			3.047.748,346430		
14/12/2016	APLICAÇÃO	3.600.000,00			556.687,570882	6,466823023	643.760,977641
22/12/2016	APLICAÇÃO	20.000.000,00			3.084.077,891854	6,484920518	3.727.838,869495
30/12/2016	SALDO ATUAL	24.242.473,19			3.727.838,869495		3.727.838,869495

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	20.377.445,90
APLICAÇÕES (+)	23.600.000,00
RESGATES (-)	19.844.901,24
RENDIMENTO BRUTO (+)	109.928,53
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	109.928,53
SALDO ATUAL =	24.242.473,19

Valor da Cota

30/11/2016	6,436698205
30/12/2016	6,503090408

Rentabilidade

No mês	1,0314
No ano	12,8314
Últimos 12 meses	12,8314

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

____ SIAPEM2016-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO) _____

CONSULTA EM 09/01/2017 AS 12:26 PAG.0001 USUARIO : BRUNA

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO

CONTA : 1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL

CC : 00138466100005

D O C U M E N T O

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

SALDO ANTERIOR A 01DEZ2016

D A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O
05DEZ2016	040101	00001	20160804864	701984	19844.901,24C	20362.546,90D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07045	550505	3600.000,00D	517.645,66D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07049	560605	194,00C	4117.451,66D
22DEZ2016	040101	00001	2016NL07413	550505	20000.000,00D	24117.451,66D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07426	550505	109.928,53D	24227.380,19D



Consultas - CDB / RDB e BB Reaplic

A33R171350948171015
17/01/2017 13:59:14

Dados consultados

Agência 3846-6
Conta 10685-2 FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZACAO E R
Período 01/12/2016 a 30/12/2016

BB CDB DI

Data	Dt.proc	Histórico	Nr.deposito	Valor
30/11		Saldo anterior valor capital		32.500,00
30/12		Rendimento mensal valor juros	- 0100574849502	577,20
30/12		Saldo final valor capital		32.500,00

SALDO NOS ULTIMOS 6 MESES

Data	Capital em ser	Juros	IR proj.	Liquid.proj.
30/06/2016	32500,00	17223,05	0,00	49723,05
29/07/2016	32500,00	17762,55	0,00	50262,55
31/08/2016	32500,00	18360,55	0,00	50860,55
30/09/2016	32500,00	18912,40	0,00	51412,40
31/10/2016	32500,00	19440,20	0,00	51940,20
30/11/2016	32500,00	19968,00	0,00	52468,00
30/12/2016	32500,00	20545,20	0,00	53045,20

RESUMO DOS DEPOSITOS EM SER

Numero	Dt.aplic	Capital Inicial	Saldo de Capital	Taxa	Dt.vcto
0100574849502	29/02/2012	2.733.000,00	32.500,00	98,00	02/02/2017

RENDIMENTO BRUTO NO PERIODO POR DEPOSITO

Data	Nr. depósito	Rend.bruto
30/12	0100574849502	20.545,20

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



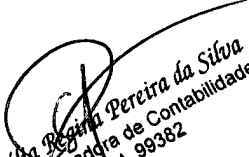
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DE DEZEMBRO/2016

CONTA: 18.636 - 8 BANCO DO BRASIL
DISCRIMINAÇÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA/PAGTO DE PESSOAL

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	31.566.658,21
(+) Depósitos Bancário Não Contabilizados no Extrato R\$	-
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	-
SUB-TOTAL	31.566.658,21
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	-
(-) Créditos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	-
Saldo Atual SIAFEM R\$	31.566.658,21

São Luis (MA), 31 de dezembro de 2016


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade
Mat. 99382

___ SIATEM2016-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO)
CONSULTA EM 20/01/2017 AS 09:11 PAG.0001 USUARIO : CELIA REGINA
UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO
CONTA : 1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL
CC : 00138466186368

D O C U M E N T O									
D A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O			
SALDO ANTERIOR A 01DEZ2016							56806.781,76D		
01DEZ2016	040101	00001	2016OB04779	701976	7689.583,98D	64496.365,74D			
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04843	701984	6749.208,91C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04844	701984	3440.069,88C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04845	701984	206.349,70C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04846	701984	4747.739,77C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04847	701984	206.150,92C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04849	701984	814.814,56C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04850	701984	2071.210,59C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04851	701984	500,00C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04852	701984	100.854,95C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04853	701984	445.512,01C				
05DEZ2016	040101	00001	2016OB04854	701984	500,00C	45713.454,45D			
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06819	550505	27.737,78D				
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06820	550505	13.335,72D				
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06821	550505	11.239,00D				
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06822	550505	11.967,16D	45777.734,11D			
15DEZ2016	040101	00001	2016NL07449	560604	13473.733,04C	32304.001,07D			
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07044	550505	29352.908,00D				
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07047	560605	295,00C				
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07532	565605	295,00D				
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07535	560605	295,00C	61656.614,07D			
17DEZ2016	040101	00001	2016NL07068	560605	229.111,68C				
17DEZ2016	040101	00001	2016NL07069	560605	12749.357,18C				
17DEZ2016	040101	00001	2016NL07438	560605	273,30C	48677.871,91D			
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05195	701984	1863.667,62C				
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05196	701984	4357.227,02C				
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05197	701984	956.031,79C				
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05198	701984	2482.191,33C				
19DEZ2016	040101	00001	2016OB05199	701984	4688.486,30C				
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05274	701984	7540.333,77C	34330.267,85D			
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05275	701984	204.625,96C				
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05276	701984	3450.679,51C				
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05277	701984	4722.768,36C				

21DEZ2016	040101	00001	2016OB05278	701984	204.443,01C
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05279	701984	814.030,06C
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05280	701984	2127.732,45C
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05281	701984	500,00C
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05282	701984	100.854,95C
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05283	701984	449.910,81C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07368	550505	54279.274,34D
21DEZ2016	040101	00001	2016OB05284	701976	8449.321,76D
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07369	560605	334.819,23C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07370	560605	32479.468,16C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07371	560605	4872.289,75C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07372	560605	1330.710,80C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07373	560605	1330.829,92C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07374	560605	611.003,49C
21DEZ2016	040101	00001	2016NL07375	560605	304.487,80C
22DEZ2016	040101	00001	2016NL07446	560605	4872.063,48C
22DEZ2016	040101	00001	2016NL07447	560605	502.831,56C
22DEZ2016	040101	00001	2016NL07447	560605	30804.480,88D

36179.375,92D
30804.480,88D

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

TRANSPORTE					30804.480,88D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07426	550505	373.292,93D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07469	550505	28.430,99D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07470	550505	12.049,03D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07472	550505	27.156,59D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07473	550505	4.968,98D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07494	565605	3.916,08D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07513	550505	107.736,77D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07670	560605	204.625,96C
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07671	550505	204.625,96D
31DEZ2016	040101	00001	2016NS00108	881883	204.625,96D
					31566.658,21D

SIAFEM2016-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO)

CONSULTA EM 20/01/2017 AS 09:15 PAG.0001 USUARIO : FERNANDO

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO

CONTA : 1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL

CC : 0013846651691

D O C U M E N T O

D A T A U.G. GESTAO NUMERO EVENTO M O V I M E N T O S A L D O

SALDO ANTERIOR A 01OUT2016					217.104,46D
04OUT2016	040101	00001	2016NL04772	550505	739,19D
04OUT2016	040101	00001	2016NL04777	550505	457,05D
04OUT2016	040101	00001	2016NL04955	550505	669,76D
05OUT2016	040101	00001	2016NL04833	550505	300,00D
06OUT2016	040101	00001	2016NL04869	550505	1.220,48D
06OUT2016	040101	00001	2016NL04870	550505	1.128,22D
07OUT2016	040101	00001	2016NL04883	550505	595,90D
10OUT2016	040101	00001	2016NL04954	550505	301,32D
10OUT2016	040101	00001	2016NL04972	550505	180,84D
13OUT2016	040101	00001	2016NL04961	550505	1.187,40D
17OUT2016	040101	00001	2016NL05102	550505	300,00D
18OUT2016	040101	00001	2016NL05028	550505	249,67D
19OUT2016	040101	00001	2016NL05036	550505	300,00D
19OUT2016	040101	00001	2016NL05039	550505	391,02D
19OUT2016	040101	00001	2016NL05044	550505	619,68D
19OUT2016	040101	00001	2016NL05063	550505	130,06D
20OUT2016	040101	00001	2016NL05077	550505	2.741,77D
20OUT2016	040101	00001	2016NL05082	550505	3.070,62D
25OUT2016	040101	00001	2016NL05114	550505	182,96D
25OUT2016	040101	00001	2016NL05115	550505	301,32D
25OUT2016	040101	00001	2016NL05389	550505	255,52D
27OUT2016	040101	00001	2016NL05486	550505	387,18D
31OUT2016	040101	00001	2016NL05275	550505	283,06D
31OUT2016	040101	00001	2016NL05276	550505	301,56D
31OUT2016	040101	00001	2016NL05374	550505	5.675,00D

222.697,22D 223.884,62D 224.184,62D 224.434,29D 225.875,05D 231.687,44D 232.427,24D 232.814,42D 239.074,04D

____ STAFEM2016-CONTAB.,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO) _____
 CONSULTA EM 20/01/2017 AS 09:15 PAG.0001 USUARIO : FERNANDO
 UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA
 GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO
 CONTA : 1.1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL
 CC : 0013846651691

D O C U M E N T O

D A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O
SALDO ANTERIOR A 01NOV2016						
01NOV2016	040101	00001	2016NL05745	550505	382,91D	239.074,04D
03NOV2016	040101	00001	2016NL05619	550505	161,06D	239.456,95D
03NOV2016	040101	00001	2016NL05733	550505	300,24D	239.918,25D
07NOV2016	040101	00001	2016NL05408	550505	148,29D	
07NOV2016	040101	00001	2016NL05412	550505	316,14D	240.382,68D
08NOV2016	040101	00001	2016NL05489	550505	172,08D	
08NOV2016	040101	00001	2016NL05492	550505	682,83D	
08NOV2016	040101	00001	2016NL05771	550505	227,17D	241.464,76D
09NOV2016	040101	00001	2016NL05555	550505	713,22D	
09NOV2016	040101	00001	2016NL05819	550505	365,32D	242.543,30D
10NOV2016	040101	00001	2016NL05618	550505	497,87D	243.041,17D
16NOV2016	040101	00001	2016NL05746	550505	16,83D	
16NOV2016	040101	00001	2016NL05747	550505	208,89D	243.266,89D
17NOV2016	040101	00001	2016NL05772	550505	3,49D	
17NOV2016	040101	00001	2016NL05816	550505	868,52D	244.138,90D
18NOV2016	040101	00001	2016NL05825	550505	32,66D	244.171,56D
22NOV2016	040101	00001	2016NL06135	550505	326,79D	244.498,35D
23NOV2016	040101	00001	2016NL06392	550505	1.350,00D	245.848,35D
24NOV2016	040101	00001	2016NL06016	550505	72,54D	
24NOV2016	040101	00001	2016NL06391	550505	1.413,60D	247.334,49D
27NOV2016	040101	00001	2016NL06460	550505	300,00D	247.634,49D
30NOV2016	040101	00001	2016NL06214	550505	459,80D	
30NOV2016	040101	00001	2016NL06295	550505	5.450,23D	
30NOV2016	040101	00001	2016NL06490	550505	168,80D	253.713,32D

___ SIAFEM2016-CONTAB_CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO) _____

CONSULTA EM 20/01/2017 AS 09:15 PAG.0001 USUARIO : FERNANDO

UNIDADE GESTORA : 040101 - TRIBUNAL DE JUSTICA

GESTAO : 00001 - GESTAO TESOIRO

CONTA : 1.1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL

CC : 0013846651691

D O C U M E N T O

D A T A	U.G.	GESTAO	NUMERO	EVENTO	M O V I M E N T O	S A L D O

				SALDO ANTERIOR A 01DEZ2016		253.713,32D
06DEZ2016	040101	00001	2016NL06462	550505	660,55D	254.373,87D
08DEZ2016	040101	00001	2016NL06881	550505	354,55D	254.728,42D
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06737	550505	66,00D	
13DEZ2016	040101	00001	2016NL06746	555505	66,00C	254.728,42D
15DEZ2016	040101	00001	2016NL07653	550505	42,87D	
15DEZ2016	040101	00001	2016NL07656	550505	129,31D	254.900,60D
16DEZ2016	040101	00001	2016NL07661	550505	372,81D	255.273,41D
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07130	550505	272,23D	
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07142	550505	227,03D	
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07143	550505	28,89D	
19DEZ2016	040101	00001	2016NL07249	550505	303,12D	256.104,68D
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07426	550505	6.478,38D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07651	550505	199,63D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07658	550505	329,43D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07659	550505	2.199,45D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07662	550505	598,42D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07663	550505	135,69D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07664	550505	309,12D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07666	550505	254,89D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07668	550505	873,22D	
31DEZ2016	040101	00001	2016NL07673	550505	89,00D	267.571,91D



Extrato conta corrente

A33G091059661078018
09/01/2017 11:19:48

Cliente - Conta atual

Agência 3846-6
Conta corrente 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Período do extrato 12 / 2016

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/11/2016		0000	00000	000 Saldo Anterior			0.00 C
01/12/2016		0000	14134	983 TED Devolvida	899	25 00 C	
				237 00489 0000000069325 000003035			
01/12/2016		0000	14134	669 Devolução	103.360.800.212.009	954 02 C	979.02 C
				000003034			
02/12/2016		3846	99026	870 Transferência on line	663.846.000.014.401	13 335,72 C	
				02/12 3846 14401-0 E M ADM PORTUA			
02/12/2016		0000	14138	632 Ordem Bancária	201.612.010.051.073	7 689 583.98 C	
				063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
02/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	7 703 898,72 D	0.00 C
05/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.225	18 782 911,29 D	
05/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	18 782 911,29 C	0.00 C
06/12/2016		0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	6.275.689.000.000	11 239.00 C	
				054246670001-35 JUSTICA FEDERAL DE PRI			
06/12/2016		0000	14138	632 Ordem Bancária	201.612.050.054.627	27 737 78 C	
				063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
06/12/2016		0000	14138	632 Ordem Bancária	201.612.050.056.014	11 967,16 C	
				063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
06/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	50 943,94 D	0.00 C
07/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.193.023.010.100	3 718 928.09 C	
07/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.193.026.010.100	292 792,06 C	
07/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.193.028.010.100	9 768.00 C	
07/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	4 021 488 15 D	0.00 C
14/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.233.035.010.100	29 352 908.00 C	
14/12/2016		0000	14138	632 Ordem Bancaria	201.612.060.028.482	28 430 99 C	
				063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
14/12/2016		0000	13134	250 Folha de Pagamento	17.144	12 727 130.26 D	
14/12/2016		0000	13134	393 Pagamentos Diversos	17.145	17 940.08 D	
14/12/2016		0000	13134	393 Pagamentos Diversos	17.146	32 212,59 D	
14/12/2016		0000	13134	250 Folha de Pagamento	100.966	196 899,09 D	
14/12/2016		0000	13134	250 Folha de Pagamento	177.584	4.560,14 D	
14/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	16 402 596,83 D	0.00 C
15/12/2016		0000	14134	669 Devolução	100.966	3 589,77 C	
				000003043			
15/12/2016		0000	14134	669 Devolução	103.500.800.095.496	3 750 34 C	340,11 C
				000003042			
16/12/2016		0000	14138	632 Ordem Bancaria	201.612.140.043.225	14 196,00 C	
				063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
16/12/2016		0000	14138	632 Ordem Bancária	201.612.140.043.226	12 960,59 C	
				063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
16/12/2016		0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	34 496,70 D	0.00 C
19/12/2016		0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.235	14 347 604,06 D	
19/12/2016		0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	14 347 604,06 C	0.00 C
20/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.264.282.010.100	10 528.00 C	
20/12/2016		0000	14349	729 Transferência	15.264.299.010.100	1 333 317,01 C	

20/12/2016	0000	14349	729 Transferência	15.264.553.010.100	54 279 274 34 C	
20/12/2016	0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	55-623.119,35 D	0 00 C
21/12/2016	0000	14138	632 Ordem Bancária	201.612.200.060.752	12 049,03 C	
			063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	17.401	41.237.658,35 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	17.402	519 559,99 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	17.403	20 090,81 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	17.404	112 597,67 D	
21/12/2016	0000	13134	393 Pagamentos Diversos	17.405	72 750,05 D	
21/12/2016	0000	13134	393 Pagamentos Diversos	17.406	44 800,21 D	
21/12/2016	0000	13138	132 Emissão Ordem Bancária	50.237	19 411 252,92 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	100.966	290 019,02 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	101.154	233 394,34 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	102.343	74 048,29 D	
21/12/2016	0000	13134	250 Folha de Pagamento	180.398	2 535,43 D	
21/12/2016	0000	00000	855 BB CP Admin Diferenciado	71	62 006 658,05 C	0,00 C
22/12/2016	0000	14134	983 TED Devolvida	1.324	523,30 C	
			237 01319 0000000506136 000003061			
22/12/2016	0000	14134	669 Devolução	100.966	3 149,19 C	
			000003054			
22/12/2016	0000	14138	632 Ordem Bancária	201.612.210.074.017	8 449 321 76 C	
			063544680001-60 ESTADO DO MARANHAO			
22/12/2016	0000	13134	211 Pagamentos Diversos	17.339	601 407,89 D	
22/12/2016	0000	13134	393 Pagamentos Diversos	17 340	13 902,43 D	
22/12/2016	0000	13134	393 Pagamentos Diversos	17.341	736 411,74 D	
22/12/2016	0000	00000	345 BB CP Admin Diferenciado	71	7 101 272,19 D	0 00 C
23/12/2016	0000	14134	983 TED Devolvida	1.054	25,00 C	
			237 00489 000000069325 000003059			
23/12/2016	0000	14134	669 Devolução	103 580 800.136.256	954,02 C	979,02 C
			000003058			
28/12/2016	0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	6.976.663.000.000	3 341 67 C	
			059624210001-17 TRIBUNAL REGIONAL ELEI			
28/12/2016	0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	6.976.665.000.000	1 627,31 C	5 948,00 C
			059624210001-17 TRIBUNAL REGIONAL ELEI			
31/12/2016	0000	00000	999 S A L D O			5 948,00 C

OBSERVAÇÕES :

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.



Consultas - CDB / RDB e BB Reaplic

A33R171350948171009
17/01/2017 13:54:30**Dados consultados**

Agência	3846-6
Conta	18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA DO MARANHAO
Período	01/12/2016 a 30/12/2016

BB CDB DI

Data	Dt. proc	Histórico	Nr. depósito	Valor
30/11		Saldo anterior		
		valor capital		132.500,00
30/12		Rendimento mensal	- 2500589951450	
		valor juros		2.305,50
30/12		Saldo final		
		valor capital		132.500,00

SALDO NOS ULTIMOS 6 MESES

Data	Capital em ser	Juros	IR proj.	Liquid.proj.
30/06/2016	132500,00	63949,80	0,00	196449,80
29/07/2016	132500,00	66101,60	0,00	198601,60
31/08/2016	132500,00	68489,25	0,00	200989,25
30/09/2016	132500,00	70691,40	0,00	203191,40
31/10/2016	132500,00	72800,80	0,00	205300,80
30/11/2016	132500,00	74907,55	0,00	207407,55
30/12/2016	132500,00	77213,05	0,00	209713,05

RESUMO DOS DEPOSITOS EM SER

Numero	Dt.aplic	Capital Inicial	Saldo de Capital	Taxa	Dt.vcto
2500589951450	02/08/2012	17.364.000,00	132.500,00	99,00	07/07/2017

RENDIMENTO BRUTO NO PERIODO POR DEPOSITO

Data	Nr. depósito	Rend.bruto
30/12	2500589951450	77.213,05

Transação efetuada com sucesso por: JA781292 BRUNA M T FERNANDES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA 2016

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
TRIBUNAL - CUSTEIO 29000-9	46.054,31	59.358,68	61.139,02	36.691,29	47.114,89	62.726,60	88.984,20	142.570,50	162.720,25	171.969,56	173.480,84	112.630,64	1.165.440,78
TRIBUNAL - FOPAG 18636-8	182.123,64	139.215,24	84.828,77	147.896,06	169.193,54	201.970,05	99.015,68	176.403,12	257.052,68	303.925,77	267.102,11	373.292,93	2.402.019,59
TRIBUNAL - PRECATORIOS 10000-5	336,63	305.551,49	571.822,52	344.975,71	122.916,52	126.218,12	29.181,26	119.858,93	101.704,56	16.819,31	136.052,66	109.928,53	1.985.366,24
TRIBUNAL - ACERTO FOLHA 5169-1	3.374,47	3.606,48	4.358,32	4.176,11	4.568,34	4.968,14	5.058,44	5.946,89	5.770,36	5.675,00	5.450,23	6.478,38	59.431,16
TRIBUNAL - CAUÇÃO 31.000-X	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.618,97	1.486,16	1.631,31	1.389,97	1.323,29	1.314,68	1.417,55	10.181,93
TOTAL RECEITA	231.889,05	507.731,89	722.148,63	533.739,17	343.793,29	397.501,88	223.725,74	446.410,75	528.637,82	499.712,93	583.400,52	603.748,03	5.622.439,70



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A336140847203894011
14/03/2017 08:52:59**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Mês/ano referência JANEIRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2015	SALDO ANTERIOR	1.161.008,45			367.479,257178		
20/01/2016	APLICAÇÃO	9.752.881,40			3.066.884,657177	3,180061362	3.434.363,914355
22/01/2016	RESGATE	10.000,00			3.141,440835	3,183252694	3.431.222,473520
	Aplicação 10/12/2015	10.000,00			3.141,440835		
26/01/2016	RESGATE	10.000,00			3.138,278319	3,186460531	3.428.084,195201
	Aplicação 10/12/2015	10.000,00			3.138,278319		
29/01/2016	SALDO ATUAL	10.939.944,16			3.428.084,195201		3.428.084,195201

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	1.161.008,45
APLICAÇÕES (+)	9.752.881,40
RESGATES (-)	20.000,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	46.054,31
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	46.054,31
SALDO ATUAL =	10.939.944,16

Valor da Cota

31/12/2015	3,159384983
29/01/2016	3,191270557

Rentabilidade

No mês	1,0092
No ano	1,0092
Últimos 12 meses	12,7775

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A336140847203894012
14/03/2017 08:53:55**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Mês/ano referência FEVEREIRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/01/2016	SALDO ANTERIOR	10.939.944,16			3.428.084,195201		
01/02/2016	RESGATE	7.984.973,11			2.500.866,474852	3,192882623	927.217,720349
	Aplicação 10/12/2015	1.153.267,73			361.199,538024		
	Aplicação 20/01/2016	6.831.705,38			2.139.666,936828		
02/02/2016	APLICAÇÃO	567.233,00			177.565,986074	3,194491313	1.104.783,706423
05/02/2016	RESGATE	10.000,00			3.125,670013	3,199314054	1.101.658,036410
	Aplicação 20/01/2016	10.000,00			3.125,670013		
16/02/2016	RESGATE	75.846,14			23.647,433401	3,207373025	1.078.010,603009
	Aplicação 20/01/2016	75.846,14			23.647,433401		
17/02/2016	RESGATE	38.455,68			11.983,734835	3,208989562	1.066.026,868174
	Aplicação 20/01/2016	38.455,68			11.983,734835		
18/02/2016	RESGATE	10.000,00			3.114,691583	3,210590755	1.062.912,176591
	Aplicação 20/01/2016	10.000,00			3.114,691583		
19/02/2016	RESGATE	10.000,00			3.113,125176	3,212206203	1.059.799,051415
	Aplicação 20/01/2016	10.000,00			3.113,125176		
22/02/2016	APLICAÇÃO	9.066.520,39			2.821.097,326204	3,213827579	3.880.896,377619
23/02/2016	RESGATE	66.278,16			20.612,393754	3,215451868	3.860.283,983865
	Aplicação 20/01/2016	66.278,16			20.612,393754		
24/02/2016	RESGATE	19.619,00			6.098,401048	3,217072778	3.854.185,582817
	Aplicação 20/01/2016	19.619,00			6.098,401048		
25/02/2016	RESGATE	27.204,68			8.452,096898	3,218690028	3.845.733,485919
	Aplicação 20/01/2016	27.204,68			8.452,096898		
26/02/2016	RESGATE	34.076,06			10.581,611991	3,220308969	3.835.151,873928
	Aplicação 20/01/2016	34.076,06			10.581,611991		
29/02/2016	RESGATE	117.142,66			36.357,879075	3,221933264	3.798.793,994853
	Aplicação 20/01/2016	117.142,66			36.357,879075		
29/02/2016	SALDO ATUAL	12.239.460,74			3.798.793,994853		3.798.793,994853

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	10.939.944,16
APLICAÇÕES (+)	9.633.753,39
RESGATES (-)	8.393.595,49
RENDIMENTO BRUTO (+)	59.358,68
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	59.358,68
SALDO ATUAL =	12.239.460,74

Valor da Cota

29/01/2016	3,191270557
29/02/2016	3,221933264

Rentabilidade

No mês	0,9608
No ano	1,9797
Últimos 12 meses	12,9783

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932011
14/03/2017 09:24:13

Cliente

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência MARCO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/02/2016	SALDO ANTERIOR	12.239.460,74			3.798.793,994853		
01/03/2016	RESGATE	8.170.334,66			2.534.567,425066	3,223561772	1.264.226,569787
	Aplicação 20/01/2016	2.579.270,68			800.130,682575		
	Aplicação 02/02/2016	572.394,92			177.565,986074		
	Aplicação 22/02/2016	5.018.669,06			1.556.870,756417		
02/03/2016	RESGATE	10.000,00			3.100,588472	3,225194214	1.261.125,981315
	Aplicação 22/02/2016	10.000,00			3.100,588472		
03/03/2016	RESGATE	122.901,46			38.087,563580	3,226813386	1.223.038,417735
	Aplicação 22/02/2016	122.901,46			38.087,563580		
04/03/2016	RESGATE	47.017,60			14.563,575620	3,228437935	1.208.474,842115
	Aplicação 22/02/2016	47.017,60			14.563,575620		
07/03/2016	RESGATE	10.000,00			3.095,914361	3,230063508	1.205.378,927754
	Aplicação 22/02/2016	10.000,00			3.095,914361		
08/03/2016	RESGATE	37.101,87			11.480,642196	3,231689427	1.193.898,285558
	Aplicação 22/02/2016	37.101,87			11.480,642196		
09/03/2016	RESGATE	10.000,00			3.092,970279	3,233138083	1.190.805,315279
	Aplicação 22/02/2016	10.000,00			3.092,970279		
10/03/2016	RESGATE	45.127,73			13.950,980254	3,234735422	1.176.854,335025
	Aplicação 22/02/2016	45.127,73			13.950,980254		
11/03/2016	RESGATE	248.106,47			76.662,046550	3,236366379	1.100.192,288475
	Aplicação 22/02/2016	248.106,47			76.662,046550		
14/03/2016	RESGATE	596.446,33			184.202,510278	3,237992409	915.989,778197
	Aplicação 22/02/2016	596.446,33			184.202,510278		
15/03/2016	RESGATE	29.191,00			9.010,631631	3,239617509	906.979,146566
	Aplicação 22/02/2016	29.191,00			9.010,631631		
16/03/2016	RESGATE	406.370,36			125.374,915463	3,241241348	781.604,231103
	Aplicação 22/02/2016	406.370,36			125.374,915463		
17/03/2016	RESGATE	306.486,48			94.510,637685	3,242878130	687.093,593418
	Aplicação 22/02/2016	306.486,48			94.510,637685		
18/03/2016	ESTORNO DE RESGATE	306.486,48			94.510,637685	3,244506280	781.604,231103
18/03/2016	RESGATE	295.427,10			91.100,278258	3,244506280	690.503,952845
	Aplicação 22/02/2016	295.427,10			91.100,278258		
21/03/2016	RESGATE	683.969,28			210.702,279292	3,246140869	479.801,673553
	Aplicação 22/02/2016	683.969,28			210.702,279292		
22/03/2016	APLICAÇÃO	9.158.450,73			2.819.913,416963	3,247777281	3.299.715,090516
28/03/2016	RESGATE	1.182.595,84			363.574,723465	3,252689925	2.936.140,367051
	Aplicação 22/02/2016	1.182.595,84			363.574,723465		
29/03/2016	RESGATE	302.227,96			92.869,554763	3,254327651	2.843.270,812288
	Aplicação 22/02/2016	302.227,96			92.869,554763		
30/03/2016	RESGATE	89.335,81			27.437,533943	3,255970824	2.815.833,278345
	Aplicação 22/02/2016	76.051,00			23.357,395325		
	Aplicação 22/03/2016	13.284,81			4.080,138618		
31/03/2016	RESGATE	40.455,72			12.418,820619	3,257613685	2.803.414,457726
	Aplicação 22/03/2016	40.455,72			12.418,820619		
31/03/2016	SALDO ATUAL	9.132.441,30			2.803.414,457726		2.803.414,457726

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR 12.239.460,74
APLICAÇÕES (+) 9.158.450,73

RESGATES (-)	12.326.609,19
RENDIMENTO BRUTO (+)	61.139,02
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	61.139,02
SALDO ATUAL =	9.132.441,30

Valor da Cota

29/02/2016	3,221933264
31/03/2016	3,257613685

Rentabilidade

No mês	1,1074
No ano	3,1091
Últimos 12 meses	13,1098

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932010
14/03/2017 09:23:09**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência ABRIL/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/03/2016	SALDO ANTERIOR	9.132.441,30			2.803.414,457726		
01/04/2016	RESGATE	263.890,30			80.966,447605	3,259255010	2.722.448,010121
	Aplicação 22/03/2016	263.890,30			80.966,447605		
04/04/2016	RESGATE	8.042.651,86			2.466.385,214162	3,260906615	256.062,795959
	Aplicação 22/03/2016	8.042.651,86			2.466.385,214162		
05/04/2016	RESGATE	198.929,26			60.973,820223	3,262535614	195.088,975736
	Aplicação 22/03/2016	198.929,26			60.973,820223		
06/04/2016	RESGATE	10.000,00			3.063,561741	3,264174463	192.025,413995
	Aplicação 22/03/2016	10.000,00			3.063,561741		
07/04/2016	RESGATE	487.966,95			149.416,592063	3,265815016	42.608,821932
	Aplicação 22/03/2016	487.966,95			149.416,592063		
08/04/2016	RESGATE	66.223,32			20.267,490313	3,267465235	22.341,331619
	Aplicação 22/03/2016	66.223,32			20.267,490313		
11/04/2016	RESGATE	10.000,00			3.058,935271	3,269111346	19.282,396348
	Aplicação 22/03/2016	10.000,00			3.058,935271		
12/04/2016	RESGATE	11.455,33			3.502,354397	3,270751244	15.780,041951
	Aplicação 22/03/2016	11.455,33			3.502,354397		
13/04/2016	RESGATE	34.790,62			10.631,523796	3,272402025	5.148,518155
	Aplicação 22/03/2016	34.790,62			10.631,523796		
14/04/2016	RESGATE	10.000,00			3.054,331198	3,274039176	2.094,186957
	Aplicação 22/03/2016	10.000,00			3.054,331198		
15/04/2016	RESGATE	6.859,90			2.094,186957	3,275685472	
	Aplicação 22/03/2016	6.859,90			2.094,186957		
20/04/2016	APLICAÇÃO	9.186.013,95			2.800.070,197951	3,280637020	2.800.070,197951
22/04/2016	RESGATE	1.315.731,24			400.857,867750	3,282288676	2.399.212,330201
	Aplicação 20/04/2016	1.315.731,24			400.857,867750		
25/04/2016	APLICAÇÃO	1.179.272,20			359.102,443122	3,283943684	2.758.314,773323
26/04/2016	RESGATE	10.000,00			3.043,592120	3,285591369	2.755.271,181203
	Aplicação 20/04/2016	10.000,00			3.043,592120		
28/04/2016	RESGATE	886.313,37			269.486,376696	3,288898611	2.485.784,804507
	Aplicação 20/04/2016	886.313,37			269.486,376696		
29/04/2016	RESGATE	10.000,00			3.039,002888	3,290552977	2.482.745,801619
	Aplicação 20/04/2016	10.000,00			3.039,002888		
29/04/2016	SALDO ATUAL	8.169.606,59			2.482.745,801619		2.482.745,801619

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	9.132.441,30
APLICAÇÕES (+)	10.365.286,15
RESGATES (-)	11.364.812,15
RENDIMENTO BRUTO (+)	36.691,29
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	36.691,29
SALDO ATUAL =	8.169.606,59

Valor da Cota

31/03/2016	3,257613685
29/04/2016	3,290552977

Rentabilidade

No mês	1,0111
No ano	4,1516
Últimos 12 meses	13,2273

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932012
14/03/2017 09:24:58

Cliente

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Mês/ano referência MAIO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/04/2016	SALDO ANTERIOR	8.169.606,59			2.482.745,801619		
02/05/2016	RESGATE	8.081.967,04			2.454.868,895790	3,292219415	27.876,905829
	Aplicação 20/04/2016	6.991.499,90			2.123.643,358497		
	Aplicação 25/04/2016	1.090.467,14			331.225,537293		
03/05/2016	RESGATE	59.427,78			18.041,871250	3,293881171	9.835,034579
	Aplicação 25/04/2016	59.427,78			18.041,871250		
04/05/2016	RESGATE	10.000,00			3.034,402657	3,295541538	6.800,631922
	Aplicação 25/04/2016	10.000,00			3.034,402657		
05/05/2016	APLICAÇÃO	2.642.591,00			801.467,725146	3,297189540	808.268,357068
06/05/2016	RESGATE	158.607,98			48.079,788660	3,298849359	760.188,568408
	Aplicação 25/04/2016	22.434,26			6.800,631922		
	Aplicação 05/05/2016	136.173,72			41.279,156738		
09/05/2016	RESGATE	129.388,42			39.202,409718	3,300522109	720.986,158690
	Aplicação 05/05/2016	129.388,42			39.202,409718		
10/05/2016	RESGATE	110.745,29			33.536,983575	3,302183983	687.449,175115
	Aplicação 05/05/2016	110.745,29			33.536,983575		
11/05/2016	RESGATE	19.501,33			5.902,610483	3,303848366	681.546,564632
	Aplicação 05/05/2016	19.501,33			5.902,610483		
12/05/2016	RESGATE	138.590,27			41.927,311341	3,305489085	639.619,253291
	Aplicação 05/05/2016	138.590,27			41.927,311341		
13/05/2016	RESGATE	1.358.733,57			410.847,705322	3,307146547	228.771,547969
	Aplicação 05/05/2016	1.358.733,57			410.847,705322		
17/05/2016	RESGATE	10.000,00			3.020,712700	3,310477028	225.750,835269
	Aplicação 05/05/2016	10.000,00			3.020,712700		
18/05/2016	RESGATE	10.000,00			3.019,184715	3,312152433	222.731,650554
	Aplicação 05/05/2016	10.000,00			3.019,184715		
19/05/2016	RESGATE	106.134,42			32.027,865541	3,313814961	190.703,785013
	Aplicação 05/05/2016	106.134,42			32.027,865541		
20/05/2016	APLICAÇÃO	10.654.082,56			3.213.436,314657	3,315479604	3.404.140,099670
23/05/2016	RESGATE	41.161,30			12.408,619789	3,317153777	3.391.731,479881
	Aplicação 05/05/2016	41.161,30			12.408,619789		
24/05/2016	RESGATE	11.385,00			3.430,425325	3,318830443	3.388.301,054556
	Aplicação 05/05/2016	11.385,00			3.430,425325		
27/05/2016	RESGATE	12.020,00			3.618,115772	3,322171196	3.384.682,938784
	Aplicação 05/05/2016	12.020,00			3.618,115772		
30/05/2016	RESGATE	176.665,74			53.150,935183	3,323850077	3.331.532,003601
	Aplicação 05/05/2016	176.665,74			53.150,935183		
31/05/2016	RESGATE	8.007.100,16			2.407.775,913888	3,325517177	923.756,089713
	Aplicação 05/05/2016	392.729,24			118.095,688944		
	Aplicação 20/05/2016	7.614.370,92			2.289.680,224944		
31/05/2016	SALDO ATUAL	3.071.966,74			923.756,089713		923.756,089713

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	8.169.606,59
APLICAÇÕES (+)	13.296.673,56
RESGATES (-)	18.441.428,30
RENDIMENTO BRUTO (+)	47.114,89
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	47.114,89
SALDO ATUAL =	3.071.966,74

Valor da Cota

29/04/2016	3,290552977
31/05/2016	3,325517177

Rentabilidade

No mês	1,0625
No ano	5,2583
Últimos 12 meses	13,3634

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932014
14/03/2017 09:27:45**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Mês/ano referência JUNHO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/05/2016	SALDO ANTERIOR	3.071.966,74			923.756,089713		
01/06/2016	RESGATE	10.000,00			3.005,538800	3,327190453	920.750,550913
	Aplicação 20/05/2016	10.000,00			3.005,538800		
02/06/2016	RESGATE	185.666,41			55.774,534525	3,328874218	864.976,016388
	Aplicação 20/05/2016	185.666,41			55.774,534525		
06/06/2016	RESGATE	167.062,16			50.135,322116	3,332224726	814.840,694272
	Aplicação 20/05/2016	167.062,16			50.135,322116		
08/06/2016	RESGATE	476.101,15			142.734,088442	3,335581256	672.106,605830
	Aplicação 20/05/2016	476.101,15			142.734,088442		
09/06/2016	RESGATE	40.179,97			12.039,784811	3,337266457	660.066,821019
	Aplicação 20/05/2016	40.179,97			12.039,784811		
10/06/2016	RESGATE	21.336,09			6.390,067852	3,338945766	653.676,753167
	Aplicação 20/05/2016	21.336,09			6.390,067852		
13/06/2016	RESGATE	10.000,00			2.993,456946	3,340619284	650.683,296221
	Aplicação 20/05/2016	10.000,00			2.993,456946		
14/06/2016	RESGATE	85.793,75			25.669,283634	3,342272859	625.014,012587
	Aplicação 20/05/2016	85.793,75			25.669,283634		
15/06/2016	RESGATE	121.508,12			36.336,700524	3,343950283	588.677,312063
	Aplicação 20/05/2016	121.508,12			36.336,700524		
16/06/2016	RESGATE	132.615,70			39.638,540124	3,345625232	549.038,771939
	Aplicação 20/05/2016	132.615,70			39.638,540124		
17/06/2016	RESGATE	16.864,00			5.038,073210	3,347311422	544.000,698729
	Aplicação 20/05/2016	16.864,00			5.038,073210		
20/06/2016	APLICAÇÃO	9.726.109,09			2.904.184,301450	3,348998576	3.448.185,000179
21/06/2016	RESGATE	43.038,52			12.844,679269	3,350688569	3.435.340,320910
	Aplicação 20/05/2016	43.038,52			12.844,679269		
22/06/2016	RESGATE	173.637,13			51.795,208696	3,352378229	3.383.545,112214
	Aplicação 20/05/2016	173.637,13			51.795,208696		
23/06/2016	RESGATE	14.684,01			4.377,981549	3,354059362	3.379.167,130665
	Aplicação 20/05/2016	14.684,01			4.377,981549		
24/06/2016	RESGATE	38.858,61			11.579,714947	3,355748408	3.367.587,415718
	Aplicação 20/05/2016	38.858,61			11.579,714947		
27/06/2016	RESGATE	47.917,06			14.271,901132	3,357440579	3.353.315,514586
	Aplicação 20/05/2016	47.917,06			14.271,901132		
28/06/2016	RESGATE	36.259,06			10.794,176040	3,359131801	3.342.521,338546
	Aplicação 20/05/2016	36.259,06			10.794,176040		
30/06/2016	APLICAÇÃO	32.092,00			9.544,044477	3,362515763	3.352.065,383023
30/06/2016	SALDO ATUAL	11.271.372,69			3.352.065,383023		3.352.065,383023

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	3.071.966,74
APLICAÇÕES (+)	9.758.201,09
RESGATES (-)	1.621.521,74
RENDIMENTO BRUTO (+)	62.726,60
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	62.726,60
SALDO ATUAL =	11.271.372,69

Valor da Cota

31/05/2016	3,325517177
30/06/2016	3,362515763

Rentabilidade

No mês	1,1125
No ano	6,4294
Últimos 12 meses	13,4675

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932015
14/03/2017 09:32:07**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência JULHO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IR	Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2016	SALDO ANTERIOR	11.271.372,69				3.352.065,383023		
01/07/2016	RESGATE	7.208.949,19				2.142.832,467604	3,364215028	1.209.232,915419
	Aplicação 20/05/2016	1.474.660,05				438.337,037096		
	Aplicação 20/06/2016	5.734.289,14				1.704.495,430508		
04/07/2016	RESGATE	155.845,16				46.300,959382	3,365916432	1.162.931,956037
	Aplicação 20/06/2016	155.845,16				46.300,959382		
05/07/2016	RESGATE	216.769,19				64.368,796510	3,367612908	1.098.563,159527
	Aplicação 20/06/2016	216.769,19				64.368,796510		
06/07/2016	RESGATE	40.232,42				11.940,853044	3,369308696	1.086.622,306483
	Aplicação 20/06/2016	40.232,42				11.940,853044		
07/07/2016	RESGATE	11.525,99				3.419,167955	3,370992637	1.083.203,138528
	Aplicação 20/06/2016	11.525,99				3.419,167955		
11/07/2016	RESGATE	68.445,04				20.283,660164	3,374392957	1.062.919,478364
	Aplicação 20/06/2016	68.445,04				20.283,660164		
12/07/2016	RESGATE	91.706,98				27.163,671961	3,376089217	1.035.755,806403
	Aplicação 20/06/2016	91.706,98				27.163,671961		
13/07/2016	RESGATE	87.454,87				25.891,131361	3,377792526	1.009.864,675042
	Aplicação 20/06/2016	87.454,87				25.891,131361		
14/07/2016	RESGATE	118.233,76				34.985,776441	3,379480807	974.878,898601
	Aplicação 20/06/2016	118.233,76				34.985,776441		
18/07/2016	RESGATE	10.266,59				3.034,868094	3,382878492	971.844,030507
	Aplicação 20/06/2016	10.266,59				3.034,868094		
19/07/2016	RESGATE	187.213,69				55.313,611933	3,384586243	916.530,418574
	Aplicação 20/06/2016	187.213,69				55.313,611933		
20/07/2016	APLICAÇÃO	14.391.850,52				4.250.029,242140	3,386294470	5.166.559,660714
22/07/2016	RESGATE	120.126,65				35.438,687322	3,389703713	5.131.120,973392
	Aplicação 20/06/2016	120.126,65				35.438,687322		
25/07/2016	ESTORNO DE RESGATE	120.126,65				35.438,687322	3,391413980	5.166.559,660714
25/07/2016	RESGATE	109.586,65				32.329,271016	3,391413980	5.134.230,389698
	Aplicação 20/06/2016	109.586,65				32.329,271016		
25/07/2016	RESGATE	413.099,05				121.807,320615	3,391413980	5.012.423,069083
	Aplicação 20/06/2016	413.099,05				121.807,320615		
26/07/2016	RESGATE	33.344,18				9.826,989507	3,393122581	5.002.596,079576
	Aplicação 20/06/2016	33.344,18				9.826,989507		
27/07/2016	RESGATE	81.776,49				24.088,483317	3,394837646	4.978.507,596259
	Aplicação 20/06/2016	81.776,49				24.088,483317		
28/07/2016	RESGATE	960.777,66				282.869,201332	3,396543899	4.695.638,394927
	Aplicação 20/06/2016	960.777,66				282.869,201332		
29/07/2016	SALDO ATUAL	15.956.980,50				4.695.638,394927		4.695.638,394927

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	11.271.372,69
APLICAÇÕES (+)	14.391.850,52
RESGATES (-)	9.795.226,91
RENDIMENTO BRUTO (+)	88.984,20
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	88.984,20
SALDO ATUAL =	15.956.980,50

Valor da Cota

30/06/2016	3,362515763
29/07/2016	3,398255820

Rentabilidade

No mês	1,0628
No ano	7,5606
Últimos 12 meses	13,3960

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932017
14/03/2017 09:36:23

Cliente

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Mês/ano referência AGOSTO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/07/2016	SALDO ANTERIOR	15.956.980,50			4.695.638,394927		
01/08/2016	RESGATE	7.212.050,41			2.121.204,872770	3,399978240	2.574.433,522157
	Aplicação 20/06/2016	1.482.611,88			436.065,108310		
	Aplicação 30/06/2016	32.449,54			9.544,044477		
	Aplicação 20/07/2016	5.696.988,99			1.675.595,719983		
02/08/2016	RESGATE	80.017,97			23.522,989121	3,401692259	2.550.910,533036
	Aplicação 20/07/2016	80.017,97			23.522,989121		
03/08/2016	RESGATE	52.151,95			15.323,434857	3,403411212	2.535.587,098179
	Aplicação 20/07/2016	52.151,95			15.323,434857		
04/08/2016	RESGATE	113.418,04			33.308,055777	3,405123396	2.502.279,042402
	Aplicação 20/07/2016	113.418,04			33.308,055777		
05/08/2016	RESGATE	339.016,68			99.510,971142	3,406827168	2.402.768,071260
	Aplicação 20/07/2016	339.016,68			99.510,971142		
08/08/2016	RESGATE	159.325,42			46.742,938208	3,408545250	2.356.025,133052
	Aplicação 20/07/2016	159.325,42			46.742,938208		
09/08/2016	RESGATE	175.940,03			51.591,405618	3,410258509	2.304.433,727434
	Aplicação 20/07/2016	175.940,03			51.591,405618		
10/08/2016	RESGATE	10.000,00			2.930,850182	3,411979248	2.301.502,877252
	Aplicação 20/07/2016	10.000,00			2.930,850182		
11/08/2016	RESGATE	41.701,27			12.215,873611	3,413695273	2.289.287,003641
	Aplicação 20/07/2016	41.701,27			12.215,873611		
12/08/2016	RESGATE	131.543,68			38.514,832745	3,415403122	2.250.772,170896
	Aplicação 20/07/2016	131.543,68			38.514,832745		
15/08/2016	RESGATE	164.719,26			48.204,150928	3,417117755	2.202.568,019968
	Aplicação 20/07/2016	164.719,26			48.204,150928		
16/08/2016	RESGATE	10.000,00			2.924,967586	3,418841305	2.199.643,052382
	Aplicação 20/07/2016	10.000,00			2.924,967586		
17/08/2016	RESGATE	10.000,00			2.923,492166	3,420566717	2.196.719,560216
	Aplicação 20/07/2016	10.000,00			2.923,492166		
18/08/2016	RESGATE	23.382,66			6.832,465123	3,422287502	2.189.887,095093
	Aplicação 20/07/2016	23.382,66			6.832,465123		
19/08/2016	APLICAÇÃO	14.880.987,00			4.346.071,014959	3,424009168	6.535.958,110052
22/08/2016	RESGATE	711.995,16			207.837,117322	3,425736313	6.328.120,992730
	Aplicação 20/07/2016	711.995,16			207.837,117322		
23/08/2016	RESGATE	405.958,11			118.442,631619	3,427466145	6.209.678,361111
	Aplicação 20/07/2016	405.958,11			118.442,631619		
24/08/2016	RESGATE	10.000,00			2.916,137517	3,429193562	6.206.762,223594
	Aplicação 20/07/2016	10.000,00			2.916,137517		
25/08/2016	RESGATE	10.000,00			2.914,671278	3,430918634	6.203.847,552316
	Aplicação 20/07/2016	10.000,00			2.914,671278		
26/08/2016	RESGATE	782.060,03			227.830,331186	3,432642291	5.976.017,221130
	Aplicação 20/07/2016	782.060,03			227.830,331186		
29/08/2016	RESGATE	7.268.905,82			2.116.515,528136	3,434373962	3.859.501,692994
	Aplicação 20/07/2016	5.597.844,81			1.629.946,206171		
	Aplicação 19/08/2016	1.671.061,01			486.569,321965		
30/08/2016	RESGATE	13.660,37			3.975,541587	3,436102906	3.855.526,151407
	Aplicação 19/08/2016	13.660,37			3.975,541587		
31/08/2016	SALDO ATUAL	13.254.691,14			3.855.526,151407		3.855.526,151407

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	15.956.980,50
APLICAÇÕES (+)	14.880.987,00
RESGATES (-)	17.725.846,86
RENDIMENTO BRUTO (+)	142.570,50
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	142.570,50
SALDO ATUAL =	13.254.691,14

Valor da Cota

29/07/2016	3,398255820
31/08/2016	3,437842364

Rentabilidade

No mês	1,1649
No ano	8,8136
Últimos 12 meses	13,5107

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932018
14/03/2017 09:37:27**Ciente**

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência SETEMBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/08/2016	SALDO ANTERIOR	13.254.691,14			3.855.526,151407		
01/09/2016	RESGATE	363.856,80			105.785,320508	3,439577422	3.749.740,830899
	Aplicação 19/08/2016	363.856,80			105.785,320508		
02/09/2016	RESGATE	83.058,85			24.135,796653	3,441313796	3.725.605,034246
	Aplicação 19/08/2016	83.058,85			24.135,796653		
05/09/2016	RESGATE	10.000,00			2.904,404037	3,443047136	3.722.700,630209
	Aplicação 19/08/2016	10.000,00			2.904,404037		
06/09/2016	RESGATE	211.111,36			61.284,401244	3,444781310	3.661.416,228965
	Aplicação 19/08/2016	211.111,36			61.284,401244		
12/09/2016	RESGATE	525.987,71			152.460,590837	3,449991287	3.508.955,638128
	Aplicação 19/08/2016	525.987,71			152.460,590837		
14/09/2016	RESGATE	10.000,00			2.895,649681	3,453456427	3.506.059,988447
	Aplicação 19/08/2016	10.000,00			2.895,649681		
16/09/2016	RESGATE	2.453.099,05			709.619,050326	3,456923893	2.796.440,938121
	Aplicação 19/08/2016	2.453.099,05			709.619,050326		
20/09/2016	APLICAÇÃO	12.187.130,67			3.521.879,009177	3,460405834	6.318.319,947298
21/09/2016	RESGATE	632.271,17			182.623,744782	3,462152037	6.135.696,202516
	Aplicação 19/08/2016	632.271,17			182.623,744782		
22/09/2016	RESGATE	682.147,12			196.930,764025	3,463893127	5.938.765,438491
	Aplicação 19/08/2016	682.147,12			196.930,764025		
23/09/2016	RESGATE	41.398,54			11.945,443107	3,465634521	5.926.819,995384
	Aplicação 19/08/2016	41.398,54			11.945,443107		
27/09/2016	RESGATE	64.966,33			18.726,999379	3,469126510	5.908.092,996005
	Aplicação 19/08/2016	64.966,33			18.726,999379		
28/09/2016	RESGATE	172.871,83			49.806,466873	3,470871171	5.858.286,529132
	Aplicação 19/08/2016	172.871,83			49.806,466873		
29/09/2016	RESGATE	29.148,76			8.393,892872	3,472615203	5.849.892,636260
	Aplicação 19/08/2016	29.148,76			8.393,892872		
30/09/2016	SALDO ATUAL	20.324.624,54			5.849.892,636260		5.849.892,636260

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	13.254.691,14
APLICAÇÕES (+)	12.187.130,67
RESGATES (-)	5.279.917,52
RENDIMENTO BRUTO (+)	162.720,25
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	162.720,25
SALDO ATUAL =	20.324.624,54

Valor da Cota

31/08/2016	3,437842364
30/09/2016	3,474358557

Rentabilidade

No mês	1,0621
No ano	9,9694
Últimos 12 meses	13,5100

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932020
14/03/2017 09:38:39**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência OUTUBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/09/2016	SALDO ANTERIOR	20.324.624,54			5.849.892,636260		
03/10/2016	RESGATE	51.684,74			14.868,511964	3,476120551	5.835.024,124296
	Aplicação 19/08/2016	51.684,74			14.868,511964		
04/10/2016	RESGATE	7.361.942,85			2.116.794,006137	3,477874006	3.718.230,118159
	Aplicação 19/08/2016	7.361.942,85			2.116.794,006137		
05/10/2016	RESGATE	231.075,00			66.408,017170	3,479625049	3.651.822,100989
	Aplicação 19/08/2016	231.075,00			66.408,017170		
07/10/2016	RESGATE	10.000,00			2.870,991998	3,483116639	3.648.951,108991
	Aplicação 19/08/2016	10.000,00			2.870,991998		
11/10/2016	RESGATE	56.133,75			16.099,694991	3,486634376	3.632.851,414000
	Aplicação 19/08/2016	56.133,75			16.099,694991		
13/10/2016	RESGATE	24.367,57			6.985,338774	3,488387720	3.625.866,075226
	Aplicação 19/08/2016	24.367,57			6.985,338774		
17/10/2016	RESGATE	96.225,07			27.556,758985	3,491886330	3.598.309,316241
	Aplicação 19/08/2016	96.225,07			27.556,758985		
19/10/2016	RESGATE	17.272,96			4.941,619628	3,495404604	3.593.367,696613
	Aplicação 19/08/2016	17.272,96			4.941,619628		
20/10/2016	APLICAÇÃO	11.606.374,89			3.318.797,851440	3,497162349	6.912.165,548053
24/10/2016	RESGATE	10.000,00			2.856,630863	3,500627305	6.909.308,917190
	Aplicação 19/08/2016	10.000,00			2.856,630863		
26/10/2016	RESGATE	1.711.127,28			488.322,772402	3,504090689	6.420.986,144788
	Aplicação 19/08/2016	240.492,95			68.632,056573		
	Aplicação 20/09/2016	1.470.634,33			419.690,715829		
27/10/2016	RESGATE	57.878,03			16.509,110105	3,505823732	6.404.477,034683
	Aplicação 20/09/2016	57.878,03			16.509,110105		
31/10/2016	RESGATE	43.229,24			12.318,462764	3,509304759	6.392.158,571919
	Aplicação 20/09/2016	43.229,24			12.318,462764		
31/10/2016	SALDO ATUAL	22.432.032,50			6.392.158,571919		6.392.158,571919

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	20.324.624,54
APLICAÇÕES (+)	11.606.374,89
RESGATES (-)	9.670.936,49
RENDIMENTO BRUTO (+)	171.969,56
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	171.969,56
SALDO ATUAL =	22.432.032,50

Valor da Cota

30/09/2016	3,474358557
31/10/2016	3,509304759

Rentabilidade

No mês	1,0058
No ano	11,0755
Últimos 12 meses	13,4471

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932021
14/03/2017 09:39:42**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
Mês/ano referência NOVENBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/10/2016	SALDO ANTERIOR	22.432.032,50			6.392.158,571919		
01/11/2016	RESGATE	7.717.076,84			2.197.950,119677	3,511033654	4.194.208,452242
	Aplicação 20/09/2016	7.717.076,84			2.197.950,119677		
03/11/2016	RESGATE	13.272,80			3.778,434478	3,512777601	4.190.430,017764
	Aplicação 20/09/2016	13.272,80			3.778,434478		
04/11/2016	RESGATE	537.781,49			153.017,253786	3,514515368	4.037.412,763978
	Aplicação 20/09/2016	537.781,49			153.017,253786		
07/11/2016	RESGATE	167.119,99			47.527,894953	3,516250618	3.989.884,869025
	Aplicação 20/09/2016	167.119,99			47.527,894953		
08/11/2016	RESGATE	151.094,40			42.949,140512	3,517984253	3.946.935,728513
	Aplicação 20/09/2016	151.094,40			42.949,140512		
09/11/2016	RESGATE	1.074.552,17			305.293,224896	3,519738017	3.641.642,503617
	Aplicação 20/09/2016	1.074.552,17			305.293,224896		
10/11/2016	RESGATE	44.608,93			12.667,707086	3,521468384	3.628.974,796531
	Aplicação 20/09/2016	44.608,93			12.667,707086		
11/11/2016	RESGATE	515.757,64			146.389,641690	3,523183977	3.482.585,154841
	Aplicação 20/09/2016	515.757,64			146.389,641690		
14/11/2016	RESGATE	60.136,24			17.060,372933	3,524907705	3.465.524,781908
	Aplicação 20/09/2016	60.136,24			17.060,372933		
16/11/2016	RESGATE	145.489,26			41.254,183228	3,526654720	3.424.270,598680
	Aplicação 20/09/2016	145.489,26			41.254,183228		
17/11/2016	RESGATE	726.561,19			205.917,874988	3,528402719	3.218.352,723692
	Aplicação 20/09/2016	372.150,33			105.472,747240		
	Aplicação 20/10/2016	354.410,86			100.445,127748		
18/11/2016	APLICAÇÃO	14.175.163,68			4.015.461,317452	3,530145744	7.233.814,041144
21/11/2016	RESGATE	1.110.263,44			314.353,490792	3,531894738	6.919.460,550352
	Aplicação 20/10/2016	1.110.263,44			314.353,490792		
22/11/2016	RESGATE	1.906.669,59			539.576,277323	3,533642360	6.379.884,273029
	Aplicação 20/10/2016	1.906.669,59			539.576,277323		
23/11/2016	RESGATE	61.221,14			17.316,646427	3,535392390	6.362.567,626602
	Aplicação 20/10/2016	61.221,14			17.316,646427		
24/11/2016	RESGATE	22.395,00			6.331,381591	3,537142672	6.356.236,245011
	Aplicação 20/10/2016	22.395,00			6.331,381591		
25/11/2016	RESGATE	320.412,50			90.540,329222	3,538892588	6.265.695,915789
	Aplicação 20/10/2016	320.412,50			90.540,329222		
29/11/2016	RESGATE	667.481,69			188.426,461993	3,542398891	6.077.269,453796
	Aplicação 20/10/2016	667.481,69			188.426,461993		
30/11/2016	RESGATE	95.709,88			27.004,995501	3,544154636	6.050.264,458295
	Aplicação 20/10/2016	95.709,88			27.004,995501		
30/11/2016	SALDO ATUAL	21.443.072,83			6.050.264,458295		6.050.264,458295

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	22.432.032,50
APLICAÇÕES (+)	14.175.163,68
RESGATES (-)	15.337.604,19
RENDIMENTO BRUTO (+)	173.480,84
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	173.480,84
SALDO ATUAL =	21.443.072,83

Valor da Cota

31/10/2016	3,509304759
30/11/2016	3,544154636

Rentabilidade

No mês	0,9930
No ano	12,1786
Últimos 12 meses	13,4266

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932022
14/03/2017 09:40:52**Ciente**

Agência 3846-6
 Conta 29000-9 TRIB JUSTICA MA CUSTEIO
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	21.443.072,83			6.050.264,458295		
01/12/2016	RESGATE	8.049.334,26			2.270.032,928679	3,545910792	3.780.231,529616
	Aplicação 20/10/2016	7.215.230,42			2.034.803,140843		
	Aplicação 18/11/2016	834.103,84			235.229,787836		
02/12/2016	RESGATE	158.876,34			44.783,654226	3,547641271	3.735.447,875390
	Aplicação 18/11/2016	158.876,34			44.783,654226		
05/12/2016	RESGATE	88.519,21			24.939,433059	3,549367373	3.710.508,442331
	Aplicação 18/11/2016	88.519,21			24.939,433059		
06/12/2016	RESGATE	1.307.137,75			368.094,749393	3,551090452	3.342.413,692938
	Aplicação 18/11/2016	1.307.137,75			368.094,749393		
07/12/2016	RESGATE	10.000,00			2.814,669651	3,552814803	3.339.599,023287
	Aplicação 18/11/2016	10.000,00			2.814,669651		
09/12/2016	RESGATE	60.422,64			16.990,502480	3,556259744	3.322.608,520807
	Aplicação 18/11/2016	60.422,64			16.990,502480		
12/12/2016	RESGATE	930.626,85			261.560,603748	3,557977909	3.061.047,917059
	Aplicação 18/11/2016	930.626,85			261.560,603748		
14/12/2016	RESGATE	1.035.972,24			290.885,697559	3,561440967	2.770.162,219500
	Aplicação 18/11/2016	1.035.972,24			290.885,697559		
15/12/2016	RESGATE	707.769,25			198.635,157045	3,563162033	2.571.527,062455
	Aplicação 18/11/2016	707.769,25			198.635,157045		
16/12/2016	RESGATE	2.327.358,54			652.855,611468	3,564890152	1.918.671,450987
	Aplicação 18/11/2016	2.327.358,54			652.855,611468		
19/12/2016	RESGATE	1.668.308,00			467.755,004678	3,566627793	1.450.916,446309
	Aplicação 18/11/2016	1.668.308,00			467.755,004678		
20/12/2016	APLICAÇÃO	10.940.100,00			3.065.851,827121	3,568372060	4.516.768,273430
21/12/2016	RESGATE	8.452.516,01			2.367.578,475436	3,570110177	2.149.189,797994
	Aplicação 18/11/2016	5.179.931,57			1.450.916,446309		
	Aplicação 20/12/2016	3.272.584,44			916.662,029127		
30/12/2016	SALDO ATUAL	7.698.962,38			2.149.189,797994		2.149.189,797994

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	21.443.072,83
APLICAÇÕES (+)	10.940.100,00
RESGATES (-)	24.796.841,09
RENDIMENTO BRUTO (+)	112.630,64
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	112.630,64
SALDO ATUAL =	7.698.962,38

Valor da Cota

30/11/2016	3,544154636
30/12/2016	3,582262668

Rentabilidade

No mês	1,0752
No ano	13,3848
Últimos 12 meses	13,3848

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030018
09/03/2017 15:45:15**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Mês/ano referência JANEIRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2015	SALDO ANTERIOR	18.884.529,47			5.977.280,252861		
04/01/2016	RESGATE	3.116.030,64			985.779,295001	3,160982033	4.991.500,957860
	Aplicação 27/11/2015	1.922.741,30			608.273,405123		
	Aplicação 30/11/2015	10.650,73			3.369,435989		
	Aplicação 03/12/2015	61.969,77			19.604,592998		
	Aplicação 15/12/2015	126.046,43			39.875,720017		
	Aplicação 18/12/2015	994.622,41			314.656,140874		
05/01/2016	APLICAÇÃO	24.444,23			7.729,268186	3,162554256	4.999.230,226046
07/01/2016	RESGATE	10.000,00			3.158,830232	3,165728851	4.996.071,395814
	Aplicação 18/12/2015	10.000,00			3.158,830232		
15/01/2016	APLICAÇÃO	16.692,34			5.256,973758	3,175275504	5.001.328,369572
18/01/2016	RESGATE	10.000,00			3.147,759325	3,176862958	4.998.180,610247
	Aplicação 18/12/2015	10.000,00			3.147,759325		
21/01/2016	APLICAÇÃO	53.155.676,64			16.706.929,074783	3,181654534	21.705.109,685030
22/01/2016	RESGATE	55.385.214,22			17.398.937,358757	3,183252694	4.306.172,326273
	Aplicação 18/12/2015	390.642,01			122.717,875820		
	Aplicação 21/12/2015	45.324,39			14.238,390474		
	Aplicação 23/12/2015	37.125,66			11.662,806369		
	Aplicação 30/12/2015	15.396.041,34			4.836.575,295640		
	Aplicação 05/01/2016	24.604,21			7.729,268186		
	Aplicação 15/01/2016	16.734,28			5.256,973758		
	Aplicação 21/01/2016	39.474.742,33			12.400.756,748510		
25/01/2016	APLICAÇÃO	26.168,10			8.216,411677	3,184857457	4.314.388,737950
27/01/2016	RESGATE	10.000,00			3.136,694847	3,188069126	4.311.252,043103
	Aplicação 21/01/2016	10.000,00			3.136,694847		
28/01/2016	APLICAÇÃO	35.485,03			11.125,000156	3,189665573	4.322.377,043259
29/01/2016	SALDO ATUAL	13.793.874,59			4.322.377,043259		4.322.377,043259

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	18.884.529,47
APLICAÇÕES (+)	53.258.466,34
RESGATES (-)	58.531.244,86
RENDIMENTO BRUTO (+)	182.123,64
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	182.123,64
SALDO ATUAL =	13.793.874,59

Valor da Cota

31/12/2015	3,159384983
29/01/2016	3,191270557

Rentabilidade

No mês	1,0092
No ano	1,0092
Últimos 12 meses	12,7775

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030019
09/03/2017 15:46:35**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
 Mês/ano referência FEVEREIRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/01/2016	SALDO ANTERIOR	13.793.874,59			4.322.377,043259		
01/02/2016	RESGATE	10.217.847,84			3.200.195,261296	3,192882623	1.122.181,781963
	Aplicação 21/01/2016	10.217.847,84			3.200.195,261296		
02/02/2016	APLICAÇÃO	4.406.910,64			1.379.534,394745	3,194491313	2.501.716,176708
05/02/2016	APLICAÇÃO	13.651,24			4.266,927150	3,199314054	2.505.983,103858
12/02/2016	RESGATE	4.829.494,14			1.507.262,953927	3,204148372	998.720,149931
	Aplicação 21/01/2016	3.533.664,18			1.102.840,370130		
	Aplicação 25/01/2016	26.326,60			8.216,411677		
	Aplicação 28/01/2016	35.646,15			11.125,000156		
	Aplicação 02/02/2016	1.233.857,21			385.081,171964		
18/02/2016	APLICAÇÃO	59.882,94			18.651,688916	3,210590755	1.017.371,838847
22/02/2016	APLICAÇÃO	50.929.289,17			15.846.926,419695	3,213827579	16.864.298,258542
25/02/2016	RESGATE	39.876.585,67			12.389.072,984073	3,218690028	4.475.225,274469
	Aplicação 02/02/2016	3.200.836,67			994.453,222781		
	Aplicação 05/02/2016	13.733,92			4.266,927150		
	Aplicação 18/02/2016	60.034,01			18.651,688916		
	Aplicação 22/02/2016	36.601.981,07			11.371.701,145226		
26/02/2016	APLICAÇÃO	37.649,04			11.691,126647	3,220308969	4.486.916,401116
29/02/2016	RESGATE	24.070,86			7.470,936865	3,221933264	4.479.445,464251
	Aplicação 22/02/2016	24.070,86			7.470,936865		
29/02/2016	SALDO ATUAL	14.432.474,35			4.479.445,464251		4.479.445,464251

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	13.793.874,59
APLICAÇÕES (+)	55.447.383,03
RESGATES (-)	54.947.998,51
RENDIMENTO BRUTO (+)	139.215,24
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	139.215,24
SALDO ATUAL =	14.432.474,35

Valor da Cota

29/01/2016	3,191270557
29/02/2016	3,221933264

Rentabilidade

No mês	0,9608
No ano	1,9797
Últimos 12 meses	12,9783

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030020
09/03/2017 15:47:36**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
 Mês/ano referência MARCO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/02/2016	SALDO ANTERIOR	14.432.474,35			4.479.445,464251		
01/03/2016	RESGATE	6.971.820,48			2.162.769,313297	3,223561772	2.316.676,150954
	Aplicação 22/02/2016	6.971.820,48			2.162.769,313297		
02/03/2016	APLICAÇÃO	3.508.486,91			1.087.837,406742	3,225194214	3.404.513,557696
04/03/2016	RESGATE	8.217.714,09			2.545.414,920606	3,228437935	859.098,637090
	Aplicação 22/02/2016	7.441.501,09			2.304.985,024307		
	Aplicação 26/02/2016	37.744,08			11.691,126647		
	Aplicação 02/03/2016	738.468,92			228.738,769652		
08/03/2016	RESGATE	210.224,80			65.051,052940	3,231689427	794.047,584150
	Aplicação 02/03/2016	210.224,80			65.051,052940		
11/03/2016	APLICAÇÃO	82.264,79			25.418,874245	3,236366379	819.466,458395
17/03/2016	APLICAÇÃO	32.911,31			10.148,796433	3,242878130	829.615,254828
18/03/2016	APLICAÇÃO	83.222,28			25.650,213874	3,244506280	855.265,468702
21/03/2016	APLICAÇÃO	30.926,84			9.527,263679	3,246140869	864.792,732381
22/03/2016	APLICAÇÃO	12.582.803,85			3.874.281,627503	3,247777281	4.739.074,359884
23/03/2016	APLICAÇÃO	26.555,67			8.172,438613	3,249418106	4.747.246,798497
28/03/2016	RESGATE	10.000,00			3.074,378508	3,252689925	4.744.172,419989
	Aplicação 02/03/2016	10.000,00			3.074,378508		
29/03/2016	APLICAÇÃO	34.067,26			10.468,294423	3,254327651	4.754.640,714412
31/03/2016	APLICAÇÃO	18.037,06			5.536,893488	3,257613685	4.760.177,607900
31/03/2016	SALDO ATUAL	15.506.819,72			4.760.177,607900		4.760.177,607900

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	14.432.474,35
APLICAÇÕES (+)	16.399.275,97
RESGATES (-)	15.409.759,37
RENDIMENTO BRUTO (+)	84.828,77
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	84.828,77
SALDO ATUAL =	15.506.819,72

Valor da Cota

29/02/2016	3,221933264
31/03/2016	3,257613685

Rentabilidade

No mês	1,1074
No ano	3,1091
Últimos 12 meses	13,1098

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030021
09/03/2017 15:48:31**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
 Mês/ano referência ABRIL/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/03/2016	SALDO ANTERIOR	15.506.819,72			4.760.177,607900		
01/04/2016	RESGATE	11.309.810,50			3.470.060,018409	3,259255010	1.290.117,589491
	Aplicação 02/03/2016	2.577.983,38			790.973,205642		
	Aplicação 11/03/2016	82.846,59			25.418,874245		
	Aplicação 17/03/2016	33.077,52			10.148,796433		
	Aplicação 18/03/2016	83.600,59			25.650,213874		
	Aplicação 21/03/2016	31.051,78			9.527,263679		
	Aplicação 22/03/2016	8.501.250,64			2.608.341,664536		
04/04/2016	RESGATE	3.794.840,11			1.163.737,744756	3,260906615	126.379,844735
	Aplicação 22/03/2016	3.794.840,11			1.163.737,744756		
05/04/2016	APLICAÇÃO	3.418.439,89			1.047.786,229621	3,262535614	1.174.166,074356
06/04/2016	APLICAÇÃO	16.575,74			5.078,080288	3,264174463	1.179.244,154644
08/04/2016	APLICAÇÃO	124.449,19			38.087,379987	3,267465235	1.217.331,534631
11/04/2016	APLICAÇÃO	51.213,20			15.665,786380	3,269111346	1.232.997,321011
12/04/2016	APLICAÇÃO	27.398,72			8.376,888964	3,270751244	1.241.374,209975
13/04/2016	APLICAÇÃO	2.545.755,71			777.947,113634	3,272402025	2.019.321,323609
14/04/2016	APLICAÇÃO	37.093,07			11.329,452094	3,274039176	2.030.650,775703
15/04/2016	RESGATE	1.082.399,51			330.434,505771	3,275685472	1.700.216,269932
	Aplicação 22/03/2016	334.782,32			102.202,218211		
	Aplicação 23/03/2016	26.770,34			8.172,438613		
	Aplicação 29/03/2016	34.290,84			10.468,294423		
	Aplicação 31/03/2016	18.137,12			5.536,893488		
	Aplicação 05/04/2016	668.418,89			204.054,661036		
18/04/2016	APLICAÇÃO	12.513,67			3.818,251826	3,277329670	1.704.034,521758
20/04/2016	APLICAÇÃO	50.955.163,26			15.532.094,208947	3,280637020	17.236.128,730705
25/04/2016	APLICAÇÃO	34.690,31			10.563,612941	3,283943684	17.246.692,343646
26/04/2016	RESGATE	39.868.939,47			12.134.479,000087	3,285591369	5.112.213,343559
	Aplicação 05/04/2016	2.772.157,16			843.731,568585		
	Aplicação 06/04/2016	16.684,50			5.078,080288		
	Aplicação 08/04/2016	125.139,57			38.087,379987		
	Aplicação 11/04/2016	51.471,37			15.665,786380		
	Aplicação 12/04/2016	27.523,03			8.376,888964		
	Aplicação 13/04/2016	2.556.016,32			777.947,113634		
	Aplicação 14/04/2016	37.223,95			11.329,452094		
	Aplicação 18/04/2016	12.545,22			3.818,251826		
	Aplicação 20/04/2016	34.270.178,35			10.430.444,478329		
27/04/2016	APLICAÇÃO	35.338,66			10.750,219029	3,287250232	5.122.963,562588
28/04/2016	RESGATE	50.473,90			15.346,748553	3,288898611	5.107.616,814035
	Aplicação 20/04/2016	50.473,90			15.346,748553		
29/04/2016	APLICAÇÃO	24.444,23			7.428,608556	3,290552977	5.115.045,422591
29/04/2016	SALDO ATUAL	16.831.327,94			5.115.045,422591		5.115.045,422591

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	15.506.819,72
APLICAÇÕES (+)	57.283.075,65
RESGATES (-)	56.106.463,49
RENDIMENTO BRUTO (+)	147.896,06
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	147.896,06
SALDO ATUAL =	16.831.327,94

Valor da Cota

31/03/2016	3,257613685
29/04/2016	3,290552977

Rentabilidade

No mês	1,0111
No ano	4,1516
Últimos 12 meses	13,2273

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030022
09/03/2017 15:49:18**Ciente**

Agência 3846-6
Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Mês/ano referência MAIO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/04/2016	SALDO ANTERIOR	16.831.327,94			5.115.045,422591		
02/05/2016	RESGATE	11.308.723,76			3.434.984,833780	3,292219415	1.680.060,588811
	Aplicação 20/04/2016	11.308.723,76			3.434.984,833780		
03/05/2016	APLICAÇÃO	8.115.352,72			2.463.766,085871	3,293881171	4.143.826,674682
04/05/2016	APLICAÇÃO	16.346,48			4.960,180234	3,295541538	4.148.786,854916
06/05/2016	RESGATE	8.425.582,50			2.554.097,378534	3,298849359	1.594.689,476382
	Aplicação 20/04/2016	5.447.449,81			1.651.318,148285		
	Aplicação 25/04/2016	34.847,77			10.563,612941		
	Aplicação 27/04/2016	35.463,35			10.750,219029		
	Aplicação 29/04/2016	24.505,86			7.428,608556		
	Aplicação 03/05/2016	2.883.315,71			874.036,789723		
09/05/2016	RESGATE	10.000,00			3.029,823667	3,300522109	1.591.659,652715
	Aplicação 03/05/2016	10.000,00			3.029,823667		
12/05/2016	APLICAÇÃO	68.630,66			20.762,633980	3,305489085	1.612.422,286695
13/05/2016	RESGATE	10.000,00			3.023,754726	3,307146547	1.609.398,531969
	Aplicação 03/05/2016	10.000,00			3.023,754726		
16/05/2016	APLICAÇÃO	40.729,51			12.309,399745	3,308813658	1.621.707,931714
19/05/2016	APLICAÇÃO	24.456,23			7.380,083163	3,313814961	1.629.088,014877
20/05/2016	APLICAÇÃO	50.925.870,21			15.360.031,214959	3,315479604	16.989.119,229836
24/05/2016	APLICAÇÃO	46.977,26			14.154,763494	3,318830443	17.003.273,993330
25/05/2016	RESGATE	39.797.743,01			11.985.465,330078	3,320500449	5.017.808,663252
	Aplicação 03/05/2016	5.258.595,93			1.583.675,717755		
	Aplicação 04/05/2016	16.470,28			4.960,180234		
	Aplicação 12/05/2016	68.942,34			20.762,633980		
	Aplicação 16/05/2016	40.873,37			12.309,399745		
	Aplicação 19/05/2016	24.505,57			7.380,083163		
	Aplicação 20/05/2016	34.388.355,52			10.356.377,315201		
27/05/2016	APLICAÇÃO	26.188,59			7.882,974252	3,322171196	5.025.691,637504
31/05/2016	RESGATE	14.971.373,02			4.501.968,332488	3,325517177	523.723,305016
	Aplicação 20/05/2016	14.971.373,02			4.501.968,332488		
31/05/2016	SALDO ATUAL	1.741.650,85			523.723,305016		523.723,305016

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	16.831.327,94
APLICAÇÕES (+)	59.264.551,66
RESGATES (-)	74.523.422,29
RENDIMENTO BRUTO (+)	169.193,54
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	169.193,54
SALDO ATUAL =	1.741.650,85

Valor da Cota

29/04/2016	3,290552977
31/05/2016	3,325517177

Rentabilidade

No mês	1,0625
No ano	5,2583
Últimos 12 meses	13,3634

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030023
09/03/2017 15:55:28**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Mês/ano referência JUNHO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/05/2016	SALDO ANTERIOR	1.741.650,85			523.723,305016		
01/06/2016	APLICAÇÃO	8.008.590,40			2.407.012,917694	3,327190453	2.930.736,222710
02/06/2016	RESGATE	4.812.800,72			1.445.774,278276	3,328874218	1.484.961,944434
	Aplicação 20/05/2016	1.670.048,15			501.685,567270		
	Aplicação 24/05/2016	47.119,43			14.154,763494		
	Aplicação 27/05/2016	26.241,43			7.882,974252		
	Aplicação 01/06/2016	3.069.391,71			922.050,973260		
06/06/2016	APLICAÇÃO	37.660,94			11.302,040857	3,332224726	1.496.263,985291
07/06/2016	APLICAÇÃO	26.134,80			7.839,120404	3,333894449	1.504.103,105695
08/06/2016	APLICAÇÃO	88.486,67			26.528,111057	3,335581256	1.530.631,216752
09/06/2016	APLICAÇÃO	13.323,72			3.992,405212	3,337266457	1.534.623,621964
13/06/2016	APLICAÇÃO	21.093,80			6.314,338212	3,340619284	1.540.937,960176
14/06/2016	APLICAÇÃO	32.347,94			9.678,425839	3,342272859	1.550.616,386015
15/06/2016	APLICAÇÃO	20.622,71			6.167,170039	3,343950283	1.556.783,556054
16/06/2016	APLICAÇÃO	77.137,86			23.056,336155	3,345625232	1.579.839,892209
17/06/2016	APLICAÇÃO	2.636.525,88			787.654,791445	3,347311422	2.367.494,683654
20/06/2016	APLICAÇÃO	50.944.806,49			15.211.952,269877	3,348998576	17.579.446,953531
23/06/2016	APLICAÇÃO	20.054.944,45			5.979.305,159954	3,354059362	23.558.752,113485
24/06/2016	RESGATE	59.946.247,39			17.863.749,030497	3,355748408	5.695.003,082988
	Aplicação 01/06/2016	4.983.158,68			1.484.961,944434		
	Aplicação 06/06/2016	37.926,81			11.302,040857		
	Aplicação 07/06/2016	26.306,12			7.839,120404		
	Aplicação 08/06/2016	89.021,68			26.528,111057		
	Aplicação 09/06/2016	13.397,51			3.992,405212		
	Aplicação 13/06/2016	21.189,33			6.314,338212		
	Aplicação 14/06/2016	32.478,36			9.678,425839		
	Aplicação 15/06/2016	20.695,47			6.167,170039		
	Aplicação 16/06/2016	77.371,26			23.056,336155		
	Aplicação 17/06/2016	2.643.171,31			787.654,791445		
	Aplicação 20/06/2016	51.047.484,61			15.211.952,269877		
	Aplicação 23/06/2016	954.046,25			284.302,076966		
27/06/2016	APLICAÇÃO	10.207,37			3.040,223575	3,357440579	5.698.043,306563
28/06/2016	RESGATE	3.280.373,33			976.553,920577	3,359131801	4.721.489,385986
	Aplicação 23/06/2016	3.280.373,33			976.553,920577		
30/06/2016	RESGATE	1.303.448,91			387.640,981298	3,362515763	4.333.848,404688
	Aplicação 23/06/2016	1.303.448,91			387.640,981298		
30/06/2016	SALDO ATUAL	14.572.633,58			4.333.848,404688		4.333.848,404688

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	1.741.650,85
APLICAÇÕES (+)	81.971.883,03
RESGATES (-)	69.342.870,35
RENDIMENTO BRUTO (+)	201.970,05
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	201.970,05
SALDO ATUAL =	14.572.633,58

Valor da Cota

31/05/2016	3,325517177
30/06/2016	3,362515763

Rentabilidade

No mês	1,1125
--------	--------

No ano	6,4294
Últimos 12 meses	13,4675

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030024
09/03/2017 15:56:48**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Mês/ano referência JULHO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2016	SALDO ANTERIOR	14.572.633,58			4.333.848,404688		
01/07/2016	RESGATE	9.223.715,73			2.741.714,085822	3,364215028	1.592.134,318866
	Aplicação 23/06/2016	9.223.715,73			2.741.714,085822		
04/07/2016	APLICAÇÃO	2.347.228,77			697.352,063671	3,365916432	2.289.486,382537
05/07/2016	APLICAÇÃO	38.022,88			11.290,751353	3,367612908	2.300.777,133890
06/07/2016	RESGATE	26.351,11			7.820,924818	3,369308696	2.292.956,209072
	Aplicação 23/06/2016	26.351,11			7.820,924818		
07/07/2016	APLICAÇÃO	11.037,97			3.274,397540	3,370992637	2.296.230,606612
14/07/2016	APLICAÇÃO	39.300,98			11.629,295221	3,379480807	2.307.859,901833
15/07/2016	APLICAÇÃO	33.908,42			10.028,590361	3,381175098	2.317.888,492194
22/07/2016	APLICAÇÃO	33.720,11			9.947,804544	3,389703713	2.327.836,296738
25/07/2016	APLICAÇÃO	6.849.179,21			2.019.564,479710	3,391413980	4.347.400,776448
26/07/2016	APLICAÇÃO	9.539.423,81			2.811.399,701094	3,393122581	7.158.800,477542
27/07/2016	RESGATE	13.935.046,77			4.104.775,604340	3,394837646	3.054.024,873202
	Aplicação 23/06/2016	5.368.165,69			1.581.273,170473		
	Aplicação 27/06/2016	10.321,07			3.040,223575		
	Aplicação 04/07/2016	2.367.397,04			697.352,063671		
	Aplicação 05/07/2016	38.330,28			11.290,751353		
	Aplicação 07/07/2016	11.116,05			3.274,397540		
	Aplicação 14/07/2016	39.479,57			11.629,295221		
	Aplicação 15/07/2016	34.045,44			10.028,590361		
	Aplicação 22/07/2016	33.771,18			9.947,804544		
	Aplicação 25/07/2016	6.032.420,45			1.776.939,307602		
29/07/2016	RESGATE	1.284.665,53			378.036,733562	3,398255820	2.675.988,139640
	Aplicação 25/07/2016	824.502,40			242.625,172108		
	Aplicação 26/07/2016	460.163,13			135.411,561454		
29/07/2016	SALDO ATUAL	9.093.692,27			2.675.988,139640		2.675.988,139640

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	14.572.633,58
APLICAÇÕES (+)	18.891.822,15
RESGATES (-)	24.469.779,14
RENDIMENTO BRUTO (+)	99.015,68
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	99.015,68
SALDO ATUAL =	9.093.692,27

Valor da Cota

30/06/2016	3,362515763
29/07/2016	3,398255820

Rentabilidade

No mês	1,0628
No ano	7,5606
Últimos 12 meses	13,3960

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030025
09/03/2017 15:57:59

Cliente

Agência 3846-6
 Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
 Mês/ano referência AGOSTO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/07/2016	SALDO ANTERIOR	9.093.692,27			2.675.988,139640		
01/08/2016	APLICAÇÃO	41.319,64			12.152,913072	3,399978240	2.688.141,052712
02/08/2016	APLICAÇÃO	2.290.588,04			673.367,214197	3,401692259	3.361.508,266909
04/08/2016	APLICAÇÃO	12.208,33			3.585,282699	3,405123396	3.365.093,549608
05/08/2016	APLICAÇÃO	67.928,66			19.938,980362	3,406827168	3.385.032,529970
09/08/2016	RESGATE	10.000,00			2.932,329022	3,410258509	3.382.100,200948
	Aplicação 26/07/2016	10.000,00			2.932,329022		
10/08/2016	APLICAÇÃO	10.000,00			2.930,850182	3,411979248	3.385.031,051130
11/08/2016	APLICAÇÃO	26.839,33			7.862,251271	3,413695273	3.392.893,302401
16/08/2016	APLICAÇÃO	28.764,38			8.413,487914	3,418841305	3.401.306,790315
19/08/2016	RESGATE	54.265,41			15.848,500205	3,424009168	3.385.458,290110
	Aplicação 26/07/2016	54.265,41			15.848,500205		
22/08/2016	APLICAÇÃO	35.279,14			10.298,264891	3,425736313	3.395.756,555001
24/08/2016	APLICAÇÃO	50.993.103,48			14.870.290,217814	3,429193562	18.266.046,772815
25/08/2016	RESGATE	35.920.328,53			10.469.594,986612	3,430918634	7.796.451,786203
	Aplicação 26/07/2016	9.116.662,08			2.657.207,310413		
	Aplicação 01/08/2016	41.695,66			12.152,913072		
	Aplicação 02/08/2016	2.310.268,12			673.367,214197		
	Aplicação 04/08/2016	12.300,81			3.585,282699		
	Aplicação 05/08/2016	68.409,02			19.938,980362		
	Aplicação 10/08/2016	10.055,51			2.930,850182		
	Aplicação 11/08/2016	26.974,74			7.862,251271		
	Aplicação 16/08/2016	28.865,99			8.413,487914		
	Aplicação 22/08/2016	35.332,51			10.298,264891		
	Aplicação 24/08/2016	24.269.764,09			7.073.838,431611		
29/08/2016	RESGATE	12.008.163,33			3.496.463,536838	3,434373962	4.299.988,249365
	Aplicação 24/08/2016	12.008.163,33			3.496.463,536838		
30/08/2016	APLICAÇÃO	1.357.789,54			395.153,922086	3,436102906	4.695.142,171451
31/08/2016	APLICAÇÃO	164.481,93			47.844,523565	3,437842364	4.742.986,695016
31/08/2016	SALDO ATUAL	16.305.640,59			4.742.986,695016		4.742.986,695016

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	9.093.692,27
APLICAÇÕES (+)	55.028.302,47
RESGATES (-)	47.992.757,27
RENDIMENTO BRUTO (+)	176.403,12
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	176.403,12
SALDO ATUAL =	16.305.640,59

Valor da Cota

29/07/2016	3,398255820
31/08/2016	3,437842364

Rentabilidade

No mês	1,1649
No ano	8,8136
Últimos 12 meses	13,5107

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030026
09/03/2017 15:59:07**Ciente**

Agência 3846-6
 Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
 Mês/ano referência SETEMBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/08/2016	SALDO ANTERIOR	16.305.640,59			4.742.986,695016		
02/09/2016	APLICAÇÃO	43.207,39			12.555,492629	3,441313796	4.755.542,187645
06/09/2016	APLICAÇÃO	14.607,28			4.240,408515	3,444781310	4.759.782,596160
22/09/2016	APLICAÇÃO	60.559.143,86			17.482.971,223320	3,463893127	22.242.753,819480
23/09/2016	RESGATE	39.609.363,39			11.429.180,760403	3,465634521	10.813.573,059077
	Aplicação 24/08/2016	14.902.187,72			4.299.988,249365		
	Aplicação 30/08/2016	1.369.459,07			395.153,922086		
	Aplicação 31/08/2016	165.811,63			47.844,523565		
	Aplicação 02/09/2016	43.512,75			12.555,492629		
	Aplicação 06/09/2016	14.695,71			4.240,408515		
	Aplicação 22/09/2016	23.113.696,51			6.669.398,164243		
27/09/2016	APLICAÇÃO	46.105,85			13.290,333998	3,469126510	10.826.863,393075
28/09/2016	RESGATE	11.159,55			3.215,201444	3,470871171	10.823.648,191631
	Aplicação 22/09/2016	11.159,55			3.215,201444		
30/09/2016	SALDO ATUAL	37.605.234,71			10.823.648,191631		10.823.648,191631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	16.305.640,59
APLICAÇÕES (+)	60.663.064,38
RESGATES (-)	39.620.522,94
RENDIMENTO BRUTO (+)	257.052,68
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	257.052,68
SALDO ATUAL =	37.605.234,71

Valor da Cota

31/08/2016	3,437842364
30/09/2016	3,474358557

Rentabilidade

No mês	1,0621
No ano	9,9694
Últimos 12 meses	13,5100

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030027
09/03/2017 16:00:00**Ciente**

Agência 3846-6
Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Mês/ano referência OUTUBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/09/2016	SALDO ANTERIOR	37.605.234,71			10.823.648,191631		
04/10/2016	RESGATE	18.913.720,20			5.438.299,422972	3,477874006	5.385.348,768659
	Aplicação 22/09/2016	18.913.720,20			5.438.299,422972		
05/10/2016	APLICAÇÃO	5.972.842,80			1.716.519,083490	3,479625049	7.101.867,852149
19/10/2016	APLICAÇÃO	26.725,86			7.645,998969	3,495404604	7.109.513,851118
20/10/2016	APLICAÇÃO	47.079,10			13.462,085914	3,497162349	7.122.975,937032
24/10/2016	APLICAÇÃO	55.025.509,25			15.718.756,798647	3,500627305	22.841.732,735679
25/10/2016	RESGATE	45.916.091,84			13.110.048,109406	3,502358760	9.731.684,626273
	Aplicação 22/09/2016	18.814.875,92			5.372.058,434661		
	Aplicação 27/09/2016	46.547,52			13.290,333998		
	Aplicação 05/10/2016	6.011.865,65			1.716.519,083490		
	Aplicação 19/10/2016	26.779,03			7.645,998969		
	Aplicação 20/10/2016	47.149,05			13.462,085914		
	Aplicação 24/10/2016	20.968.874,67			5.987.072,172374		
26/10/2016	APLICAÇÃO	24.736,72			7.059,383502	3,504090689	9.738.744,009775
27/10/2016	APLICAÇÃO	21.624,05			6.168,036858	3,505823732	9.744.912,046633
31/10/2016	SALDO ATUAL	34.197.866,22			9.744.912,046633		9.744.912,046633

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	37.605.234,71
APLICAÇÕES (+)	61.118.517,78
RESGATES (-)	64.829.812,04
RENDIMENTO BRUTO (+)	303.925,77
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	303.925,77
SALDO ATUAL =	34.197.866,22

Valor da Cota

30/09/2016	3,474358557
31/10/2016	3,509304759

Rentabilidade

No mês	1,0058
No ano	11,0755
Últimos 12 meses	13,4471

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030028
09/03/2017 16:00:44**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
Mês/ano referência NOVENBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/10/2016	SALDO ANTERIOR	34.197.866,22			9.744.912,046633		
01/11/2016	RESGATE	18.911.300,29			5.386.248,653144	3,511033654	4.358.663,393489
	Aplicação 24/10/2016	18.911.300,29			5.386.248,653144		
03/11/2016	APLICAÇÃO	6.314.465,37			1.797.570,494699	3,512777601	6.156.233,888188
07/11/2016	APLICAÇÃO	25.992,90			7.392,220528	3,516250618	6.163.626,108716
08/11/2016	APLICAÇÃO	25.755,96			7.321,226630	3,517984253	6.170.947,335346
09/11/2016	APLICAÇÃO	36.825,97			10.462,702002	3,519738017	6.181.410,037348
10/11/2016	APLICAÇÃO	12.967,07			3.682,290620	3,521468384	6.185.092,327968
16/11/2016	APLICAÇÃO	35.930,89			10.188,377613	3,526654720	6.195.280,705581
18/11/2016	APLICAÇÃO	24.318,79			6.888,891214	3,530145744	6.202.169,596795
21/11/2016	APLICAÇÃO	13.771,84			3.899,278155	3,531894738	6.206.068,874950
22/11/2016	RESGATE	10.748,54			3.041,773588	3,533642360	6.203.027,101362
	Aplicação 24/10/2016	10.748,54			3.041,773588		
24/11/2016	APLICAÇÃO	54.393.821,74			15.377.898,712025	3,537142672	21.580.925,813387
25/11/2016	RESGATE	39.991.295,08			11.300.511,130405	3,538892588	10.280.414,682982
	Aplicação 24/10/2016	15.367.266,65			4.342.394,199541		
	Aplicação 26/10/2016	24.982,40			7.059,383502		
	Aplicação 27/10/2016	21.828,02			6.168,036858		
	Aplicação 03/11/2016	6.361.408,90			1.797.570,494699		
	Aplicação 07/11/2016	26.160,27			7.392,220528		
	Aplicação 08/11/2016	25.909,03			7.321,226630		
	Aplicação 09/11/2016	37.026,38			10.462,702002		
	Aplicação 10/11/2016	13.031,23			3.682,290620		
	Aplicação 16/11/2016	36.055,57			10.188,377613		
	Aplicação 18/11/2016	24.379,05			6.888,891214		
	Aplicação 21/11/2016	13.799,13			3.899,278155		
	Aplicação 24/11/2016	18.039.448,45			5.097.484,029043		
28/11/2016	APLICAÇÃO	37.309,21			10.537,403446	3,540645491	10.290.952,086428
29/11/2016	APLICAÇÃO	118.267,82			33.386,364336	3,542398891	10.324.338,450764
30/11/2016	RESGATE	1.336.777,18			377.178,006406	3,544154636	9.947.160,444358
	Aplicação 24/11/2016	1.336.777,18			377.178,006406		
30/11/2016	SALDO ATUAL	35.254.274,80			9.947.160,444358		9.947.160,444358

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	34.197.866,22
APLICAÇÕES (+)	61.039.427,56
RESGATES (-)	60.250.121,09
RENDIMENTO BRUTO (+)	267.102,11
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	267.102,11
SALDO ATUAL =	35.254.274,80

Valor da Cota

31/10/2016	3,509304759
30/11/2016	3,544154636

Rentabilidade

No mês	0,9930
No ano	12,1786
Últimos 12 meses	13,4266

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33R091514381030029
09/03/2017 16:02:51**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 18636-8 TRIBUNAL DE JUSTICA FOPAG
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	35.254.274,80			9.947.160,444358		
02/12/2016	APLICAÇÃO	7.703.898,72			2.171.555,163419	3,547641271	12.118.715,607777
05/12/2016	RESGATE	18.782.911,29			5.291.903,969389	3,549367373	6.826.811,638388
	Aplicação 24/11/2016	18.782.911,29			5.291.903,969389		
06/12/2016	APLICAÇÃO	50.943,94			14.345,998979	3,551090452	6.841.157,637367
07/12/2016	APLICAÇÃO	4.021.488,15			1.131.916,064581	3,552814803	7.973.073,701948
14/12/2016	APLICAÇÃO	16.402.596,83			4.605.606,826558	3,561440967	12.578.680,528506
16/12/2016	APLICAÇÃO	34.496,70			9.676,791858	3,564890152	12.588.357,320364
19/12/2016	RESGATE	14.347.604,06			4.022.736,571548	3,566627793	8.565.620,748816
	Aplicação 24/11/2016	14.347.604,06			4.022.736,571548		
20/12/2016	APLICAÇÃO	55.623.119,35			15.587.813,830713	3,568372060	24.153.434,579529
21/12/2016	RESGATE	62.006.658,05			17.368.275,760639	3,570110177	6.785.158,818890
	Aplicação 24/11/2016	2.101.353,05			588.596,135639		
	Aplicação 28/11/2016	37.619,69			10.537,403446		
	Aplicação 29/11/2016	119.193,00			33.386,364336		
	Aplicação 02/12/2016	7.752.691,19			2.171.555,163419		
	Aplicação 06/12/2016	51.216,80			14.345,998979		
	Aplicação 07/12/2016	4.041.065,06			1.131.916,064581		
	Aplicação 14/12/2016	16.442.523,80			4.605.606,826558		
	Aplicação 16/12/2016	34.547,21			9.676,791858		
	Aplicação 20/12/2016	31.426.448,25			8.802.655,011823		
22/12/2016	APLICAÇÃO	7.101.272,19			1.988.125,867903	3,571842359	8.773.284,686793
30/12/2016	SALDO ATUAL	31.428.210,21			8.773.284,686793		8.773.284,686793

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	35.254.274,80
APLICAÇÕES (+)	90.937.815,88
RESGATES (-)	95.137.173,40
RENDIMENTO BRUTO (+)	373.292,93
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	373.292,93
SALDO ATUAL =	31.428.210,21

Valor da Cota

30/11/2016	3,544154636
30/12/2016	3,582262668

Rentabilidade

No mês	1,0752
No ano	13,3848
Últimos 12 meses	13,3848

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932023
14/03/2017 09:42:12**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência JANEIRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2015	SALDO ANTERIOR	42.311,64			7.341,252760		
08/01/2016	RESGATE	10.000,00			1.730,866716	5,777452365	5.610,386044
	Aplicação 06/10/2015	10.000,00			1.730,866716		
29/01/2016	SALDO ATUAL	32.648,27			5.610,386044		5.610,386044

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	42.311,64
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	10.000,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	336,63
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	336,63
SALDO ATUAL =	32.648,27

Valor da Cota

31/12/2015	5,763545461
29/01/2016	5,819256407

Rentabilidade

No mês	0,9666
No ano	0,9666
Últimos 12 meses	12,2206

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932024
14/03/2017 09:43:16**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência FEVEREIRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/01/2016	SALDO ANTERIOR	32.648,27			5.610,386044		
16/02/2016	APLICAÇÃO	70.008.994,72			11.972.620,953135	5,847424302	11.978.231,339179
29/02/2016	SALDO ATUAL	70.347.194,48			11.978.231,339179		11.978.231,339179

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	32.648,27
APLICAÇÕES (+)	70.008.994,72
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	305.551,49
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	305.551,49
SALDO ATUAL =	70.347.194,48

Valor da Cota

29/01/2016	5,819256407
29/02/2016	5,872920007

Rentabilidade

No mês	0,9221
No ano	1,8976
Últimos 12 meses	12,4171

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932026
14/03/2017 09:43:48**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência MARCO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/02/2016	SALDO ANTERIOR	70.347.194,48			11.978.231,339179		
04/03/2016	RESGATE	14.148.976,71			2.404.521,909711	5,884320144	9.573.709,429468
	Aplicação 06/10/2015	33.013,31			5.610,386044		
	Aplicação 16/02/2016	14.115.963,40			2.398.911,523667		
10/03/2016	RESGATE	10.000,00			1.696,144313	5,895724747	9.572.013,285155
	Aplicação 16/02/2016	10.000,00			1.696,144313		
17/03/2016	RESGATE	13.151.268,12			2.225.267,153379	5,909972697	7.346.746,131776
	Aplicação 16/02/2016	13.151.268,12			2.225.267,153379		
31/03/2016	SALDO ATUAL	43.608.772,17			7.346.746,131776		7.346.746,131776

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	70.347.194,48
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	27.310.244,83
RENDIMENTO BRUTO (+)	571.822,52
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	571.822,52
SALDO ATUAL =	43.608.772,17

Valor da Cota

29/02/2016	5,872920007
31/03/2016	5,935794077

Rentabilidade

No mês	1,0705
No ano	2,9885
Últimos 12 meses	12,5560

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932029
14/03/2017 09:50:39**Ciente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência ABRIL/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/03/2016	SALDO ANTERIOR	43.608.772,17			7.346.746,131776		
06/04/2016	APLICAÇÃO	53.075,70			8.924,331548	5,947302575	7.355.670,463324
25/04/2016	RESGATE	40.992.867,14			6.852.797,165919	5,981917478	502.873,297405
	Aplicação 16/02/2016	40.992.867,14			6.852.797,165919		
29/04/2016	SALDO ATUAL	3.013.956,44			502.873,297405		502.873,297405

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	43.608.772,17
APLICAÇÕES (+)	53.075,70
RESGATES (-)	40.992.867,14
RENDIMENTO BRUTO (+)	344.975,71
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	344.975,71
SALDO ATUAL =	3.013.956,44

Valor da Cota

31/03/2016	5,935794077
29/04/2016	5,993470840

Rentabilidade

No mês	0,9716
No ano	3,9893
Últimos 12 meses	12,6736

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932030
14/03/2017 09:51:26**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência MAIO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/04/2016	SALDO ANTERIOR	3.013.956,44			502.873,297405		
02/05/2016	APLICAÇÃO	37.856,51			6.313,189443	5,996415970	509.186,486848
03/05/2016	APLICAÇÃO	106.729,57			17.790,329131	5,999302723	526.976,815979
05/05/2016	APLICAÇÃO	8.829.800,00			1.470.381,493660	6,005108224	1.997.358,309639
09/05/2016	RESGATE	10.000,00			1.663,636453	6,010928638	1.995.694,673186
	Aplicação 16/02/2016	10.000,00			1.663,636453		
12/05/2016	APLICAÇÃO	85.047,84			14.128,457287	6,019612635	2.009.823,130473
18/05/2016	APLICAÇÃO	4.239.184,86			702.869,087790	6,031258073	2.712.692,218263
19/05/2016	APLICAÇÃO	326.948,78			54.183,020816	6,034155628	2.766.875,239079
31/05/2016	SALDO ATUAL	16.752.440,52			2.766.875,239079		2.766.875,239079

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	3.013.956,44
APLICAÇÕES (+)	13.625.567,56
RESGATES (-)	10.000,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	122.916,52
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	122.916,52
SALDO ATUAL =	16.752.440,52

Valor da Cota

29/04/2016	5,993470840
31/05/2016	6,054642539

Rentabilidade

No mês	1,0206
No ano	5,0506
Últimos 12 meses	12,8073

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932031
14/03/2017 09:52:20**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência JUNHO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/05/2016	SALDO ANTERIOR	16.752.440,52			2.766.875,239079		
15/06/2016	APLICAÇÃO	1.178.885,42			193.676,111961	6,086891192	2.960.551,351040
20/06/2016	RESGATE	15.280.173,59			2.506.705,186715	6,095720259	453.846,164325
	Aplicação 16/02/2016	3.000.833,66			492.285,329404		
	Aplicação 06/04/2016	54.400,23			8.924,331548		
	Aplicação 02/05/2016	38.483,44			6.313,189443		
	Aplicação 03/05/2016	108.444,87			17.790,329131		
	Aplicação 05/05/2016	8.963.034,26			1.470.381,493660		
	Aplicação 12/05/2016	86.123,12			14.128,457287		
	Aplicação 18/05/2016	3.028.854,01			496.882,056242		
24/06/2016	APLICAÇÃO	59.761,56			9.784,911832	6,107521562	463.631,076157
30/06/2016	SALDO ATUAL	2.837.132,03			463.631,076157		463.631,076157

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	16.752.440,52
APLICAÇÕES (+)	1.238.646,98
RESGATES (-)	15.280.173,59
RENDIMENTO BRUTO (+)	126.218,12
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	126.218,12
SALDO ATUAL =	2.837.132,03

Valor da Cota

31/05/2016	6,054642539
30/06/2016	6,119374175

Rentabilidade

No mês	1,0691
No ano	6,1737
Últimos 12 meses	12,9089

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932033
14/03/2017 09:54:30**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência JULHO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2016	SALDO ANTERIOR	2.837.132,03			463.631,076157		
18/07/2016	APLICAÇÃO	31.968,58			5.193,930367	6,154988176	468.825,006524
19/07/2016	RESGATE	10.000,00			1.623,910522	6,157974756	467.201,096002
	Aplicação 18/05/2016	10.000,00			1.623,910522		
22/07/2016	APLICAÇÃO	57.154,96			9.267,989260	6,166921259	476.469,085262
26/07/2016	RESGATE	19.540,61			3.165,554356	6,172887211	473.303,530906
	Aplicação 18/05/2016	19.540,61			3.165,554356		
29/07/2016	SALDO ATUAL	2.925.896,22			473.303,530906		473.303,530906

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	2.837.132,03
APLICAÇÕES (+)	89.123,54
RESGATES (-)	29.540,61
RENDIMENTO BRUTO (+)	29.181,26
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	29.181,26
SALDO ATUAL =	2.925.896,22

Valor da Cota

30/06/2016	6,119374175
29/07/2016	6,181860106

Rentabilidade

No mês	1,0211
No ano	7,2579
Últimos 12 meses	12,8433

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932034
14/03/2017 09:55:14**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência AGOSTO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/07/2016	SALDO ANTERIOR	2.925.896,22			473.303,530906		
01/08/2016	APLICAÇÃO	7.669.486,62			1.240.040,801159	6,184866347	1.713.344,332065
03/08/2016	RESGATE	263.795,49			42.610,370094	6,190875353	1.670.733,961971
	Aplicação 18/05/2016	263.795,49			42.610,370094		
05/08/2016	APLICAÇÃO	639.000,00			103.116,791236	6,196856907	1.773.850,753207
10/08/2016	APLICAÇÃO	940.000,00			151.469,692979	6,205861922	1.925.320,446186
18/08/2016	APLICAÇÃO	3.206.125,83			515.135,907420	6,223844589	2.440.456,353606
24/08/2016	RESGATE	10.790.000,00			1.730.298,682692	6,235917595	710.157,670914
	Aplicação 18/05/2016	988.936,69			158.587,196576		
	Aplicação 19/05/2016	337.880,85			54.183,020816		
	Aplicação 15/06/2016	1.207.748,27			193.676,111961		
	Aplicação 24/06/2016	61.017,91			9.784,911832		
	Aplicação 18/07/2016	32.388,92			5.193,930367		
	Aplicação 22/07/2016	57.794,42			9.267,989260		
	Aplicação 01/08/2016	7.732.792,25			1.240.040,801159		
	Aplicação 05/08/2016	371.440,69			59.564,720721		
29/08/2016	APLICAÇÃO	7.580.000,00			1.213.777,573739	6,244966264	1.923.935,244653
31/08/2016	SALDO ATUAL	12.026.572,11			1.923.935,244653		1.923.935,244653

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	2.925.896,22
APLICAÇÕES (+)	20.034.612,45
RESGATES (-)	11.053.795,49
RENDIMENTO BRUTO (+)	119.858,93
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	119.858,93
SALDO ATUAL =	12.026.572,11

Valor da Cota

29/07/2016	6,181860106
31/08/2016	6,251027492

Rentabilidade

No mês	1,1188
No ano	8,4580
Últimos 12 meses	12,9527

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G140919307932035
14/03/2017 09:55:59**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência SETEMBRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/08/2016	SALDO ANTERIOR	12.026.572,11			1.923.935,244653		
14/09/2016	APLICAÇÃO	1.000.000,00			159.278,612281	6,278306834	2.083.213,856934
20/09/2016	RESGATE	7.561.508,40			1.202.061,951590	6,290448167	881.151,905344
	Aplicação 05/08/2016	273.962,04			43.552,070515		
	Aplicação 10/08/2016	952.812,25			151.469,692979		
	Aplicação 18/08/2016	3.240.435,72			515.135,907420		
	Aplicação 29/08/2016	3.094.298,39			491.904,280676		
23/09/2016	APLICAÇÃO	1.012.947,85			160.795,955942	6,299585360	1.041.947,861286
30/09/2016	SALDO ATUAL	6.579.716,12			1.041.947,861286		1.041.947,861286

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	12.026.572,11
APLICAÇÕES (+)	2.012.947,85
RESGATES (-)	7.561.508,40
RENDIMENTO BRUTO (+)	101.704,56
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	101.704,56
SALDO ATUAL =	6.579.716,12

Valor da Cota

31/08/2016	6,251027492
30/09/2016	6,314822806

Rentabilidade

No mês	1,0205
No ano	9,5648
Últimos 12 meses	12,9531

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166010
14/03/2017 10:31:57**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência OUTUBRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/09/2016	SALDO ANTERIOR	6.579.716,12			1.041.947,861286		
06/10/2016	RESGATE	6.065.756,97			958.697,781990	6,327079382	83.250,079296
	Aplicação 29/08/2016	4.567.349,63			721.873,293063		
	Aplicação 14/09/2016	1.007.768,42			159.278,612281		
	Aplicação 23/09/2016	490.638,92			77.545,876646		
17/10/2016	RESGATE	13.047,77			2.056,243559	6,345439936	81.193,835737
	Aplicação 23/09/2016	13.047,77			2.056,243559		
27/10/2016	APLICAÇÃO	54.306,40			8.525,647805	6,369768168	89.719,483542
31/10/2016	SALDO ATUAL	572.037,09			89.719,483542		89.719,483542

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	6.579.716,12
APLICAÇÕES (+)	54.306,40
RESGATES (-)	6.078.804,74
RENDIMENTO BRUTO (+)	16.819,31
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	16.819,31
SALDO ATUAL =	572.037,09

Valor da Cota

30/09/2016	6,314822806
31/10/2016	6,375840202

Rentabilidade

No mês	0,9662
No ano	10,6235
Últimos 12 meses	12,8925

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166011
14/03/2017 10:32:51**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência NOVENBRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/10/2016	SALDO ANTERIOR	572.037,09			89.719,483542		
09/11/2016	APLICAÇÃO	1.053.114,21			164.702,250004	6,394048715	254.421,733546
10/11/2016	APLICAÇÃO	20.000.000,00			3.126.428,492045	6,397075785	3.380.850,225591
23/11/2016	APLICAÇÃO	53.896,56			8.393,261144	6,421408684	3.389.243,486735
24/11/2016	RESGATE	1.435.356,31			223.420,692024	6,424455573	3.165.822,794711
	Aplicação 23/09/2016	521.626,19			81.193,835737		
	Aplicação 27/10/2016	54.772,65			8.525,647805		
	Aplicação 09/11/2016	858.957,47			133.701,208482		
30/11/2016	SALDO ATUAL	20.377.445,90			3.165.822,794711		3.165.822,794711

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	572.037,09
APLICAÇÕES (+)	21.107.010,77
RESGATES (-)	1.435.356,31
RENDIMENTO BRUTO (+)	133.754,35
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	133.754,35
SALDO ATUAL =	20.377.445,90

Valor da Cota

31/10/2016	6,375840202
30/11/2016	6,436698205

Rentabilidade

No mês	0,9545
No ano	11,6794
Últimos 12 meses	12,8738

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166012
14/03/2017 10:33:48**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 10000-5 TRIB JUST MA PRECATORIOS
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO ABSOLUTO - CNPJS PUBLICO ABSOLUTO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	20.377.445,90			3.165.822,794711		
05/12/2016	RESGATE	19.844.901,24			3.078.749,387952	6,445767011	87.073,406759
	Aplicação 09/11/2016	199.825,49			31.001,041522		
	Aplicação 10/11/2016	19.645.075,75			3.047.748,346430		
14/12/2016	APLICAÇÃO	3.600.000,00			556.687,570882	6,466823023	643.760,977641
22/12/2016	APLICAÇÃO	20.000.000,00			3.084.077,891854	6,484920518	3.727.838,869495
30/12/2016	SALDO ATUAL	24.242.473,19			3.727.838,869495		3.727.838,869495

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	20.377.445,90
APLICAÇÕES (+)	23.600.000,00
RESGATES (-)	19.844.901,24
RENDIMENTO BRUTO (+)	109.928,53
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	109.928,53
SALDO ATUAL =	24.242.473,19

Valor da Cota

30/11/2016	6,436698205
30/12/2016	6,503090408

Rentabilidade

No mês	1,0314
No ano	12,8314
Últimos 12 meses	12,8314

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166014
14/03/2017 10:36:13**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência JANEIRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2015	SALDO ANTERIOR	46.364,28			15.144,981759		
29/01/2016	SALDO ATUAL	46.700,58			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	46.364,28
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	336,30
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	336,30
SALDO ATUAL =	46.700,58

Valor da Cota

31/12/2015	3,061362680
29/01/2016	3,083567742

Rentabilidade

No mês	0,7253
No ano	0,7253
Últimos 12 meses	8,9314

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2015	SALDO ANTERIOR	292.178,61			92.479,584391		
18/01/2016	APLICAÇÃO	10.059,87			3.166,604959	3,176862958	95.646,189350
27/01/2016	APLICAÇÃO	43.600,81			13.676,243606	3,188069126	109.322,432956
29/01/2016	SALDO ATUAL	348.877,46			109.322,432956		109.322,432956

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	292.178,61
APLICAÇÕES (+)	53.660,68
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	3.038,17
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	3.038,17
SALDO ATUAL =	348.877,46

Valor da Cota

31/12/2015	3,159384983
29/01/2016	3,191270557

Rentabilidade

No mês	1,0092
No ano	1,0092
Últimos 12 meses	12,7775

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166015
14/03/2017 10:37:50**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência FEVEREIRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/01/2016	SALDO ANTERIOR	46.700,58			15.144,981759		
29/02/2016	SALDO ATUAL	47.023,81			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	46.700,58
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	323,23
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	323,23
SALDO ATUAL =	47.023,81

Valor da Cota

29/01/2016	3,083567742
29/02/2016	3,104910523

Rentabilidade

No mês	0,6921
No ano	1,4224
Últimos 12 meses	9,1112

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/01/2016	SALDO ANTERIOR	348.877,46			109.322,432956		
05/02/2016	RESGATE	11.387,89			3.559,478628	3,199314054	105.762,954328
	Aplicação 18/12/2013	11.387,89			3.559,478628		
25/02/2016	APLICAÇÃO	11.549,19			3.588,164719	3,218690028	109.351,119047
29/02/2016	SALDO ATUAL	352.322,01			109.351,119047		109.351,119047

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	348.877,46
APLICAÇÕES (+)	11.549,19
RESGATES (-)	11.387,89
RENDIMENTO BRUTO (+)	3.283,25
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	3.283,25
SALDO ATUAL =	352.322,01

Valor da Cota

29/01/2016	3,191270557
29/02/2016	3,221933264

Rentabilidade

No mês	0,9608
No ano	1,9797
Últimos 12 meses	12,9783

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166016
14/03/2017 10:38:38**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência MARCO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/02/2016	SALDO ANTERIOR	47.023,81			15.144,981759		
31/03/2016	SALDO ATUAL	47.402,11			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	47.023,81
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	378,30
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	378,30
SALDO ATUAL =	47.402,11

Valor da Cota

29/02/2016	3,104910523
31/03/2016	3,129888590

Rentabilidade

No mês	0,8044
No ano	2,2384
Últimos 12 meses	9,2447

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/02/2016	SALDO ANTERIOR	352.322,01			109.351,119047		
10/03/2016	APLICAÇÃO	10.264,89			3.173,332177	3,234735422	112.524,451224
30/03/2016	APLICAÇÃO	11.348,36			3.485,399781	3,255970824	116.009,851005
31/03/2016	SALDO ATUAL	377.915,28			116.009,851005		116.009,851005

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	352.322,01
APLICAÇÕES (+)	21.613,25
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	3.980,02
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	3.980,02
SALDO ATUAL =	377.915,28

Valor da Cota

29/02/2016	3,221933264
31/03/2016	3,257613685

Rentabilidade

No mês	1,1074
No ano	3,1091
Últimos 12 meses	13,1098

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166017
14/03/2017 10:39:33**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência ABRIL/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/03/2016	SALDO ANTERIOR	47.402,11			15.144,981759		
29/04/2016	SALDO ATUAL	47.746,83			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	47.402,11
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	344,72
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	344,72
SALDO ATUAL =	47.746,83

Valor da Cota

31/03/2016	3,129888590
29/04/2016	3,152650076

Rentabilidade

No mês	0,7272
No ano	2,9819
Últimos 12 meses	9,3561

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/03/2016	SALDO ANTERIOR	377.915,28			116.009,851005		
27/04/2016	APLICAÇÃO	10.062,22			3.060,983889	3,287250232	119.070,834894
29/04/2016	SALDO ATUAL	391.808,89			119.070,834894		119.070,834894

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	377.915,28
APLICAÇÕES (+)	10.062,22
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	3.831,39
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	3.831,39
SALDO ATUAL =	391.808,89

Valor da Cota

31/03/2016	3,257613685
29/04/2016	3,290552977

Rentabilidade

No mês	1,0111
No ano	4,1516
Últimos 12 meses	13,2273

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166018
14/03/2017 10:40:14**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência MAIO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/04/2016	SALDO ANTERIOR	47.746,83			15.144,981759		
31/05/2016	SALDO ATUAL	48.111,56			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	47.746,83
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	364,73
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	364,73
SALDO ATUAL =	48.111,56

Valor da Cota

29/04/2016	3,152650076
31/05/2016	3,176732490

Rentabilidade

No mês	0,7638
No ano	3,7685
Últimos 12 meses	9,4692

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/04/2016	SALDO ANTERIOR	391.808,89			119.070,834894		
18/05/2016	APLICAÇÃO	10.009,60			3.022,083132	3,312152433	122.092,918026
31/05/2016	SALDO ATUAL	406.022,10			122.092,918026		122.092,918026

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	391.808,89
APLICAÇÕES (+)	10.009,60
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	4.203,61
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	4.203,61
SALDO ATUAL =	406.022,10

Valor da Cota

29/04/2016	3,290552977
31/05/2016	3,325517177

Rentabilidade

No mês	1,0625
No ano	5,2583
Últimos 12 meses	13,3634

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166020
14/03/2017 10:41:50**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência JUNHO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/05/2016	SALDO ANTERIOR	48.111,56			15.144,981759		
30/06/2016	SALDO ATUAL	48.498,82			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	48.111,56
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	387,26
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	387,26
SALDO ATUAL =	48.498,82

Valor da Cota

31/05/2016	3,176732490
30/06/2016	3,202303038

Rentabilidade

No mês	0,8049
No ano	4,6038
Últimos 12 meses	9,5561

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/05/2016	SALDO ANTERIOR	406.022,10			122.092,918026		
17/06/2016	APLICAÇÃO	10.258,25			3.064,623725	3,347311422	125.157,541751
27/06/2016	APLICAÇÃO	11.263,38			3.354,751851	3,357440579	128.512,293602
30/06/2016	SALDO ATUAL	432.124,61			128.512,293602		128.512,293602

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	406.022,10
APLICAÇÕES (+)	21.521,63
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	4.580,88
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	4.580,88
SALDO ATUAL =	432.124,61

Valor da Cota

31/05/2016	3,325517177
30/06/2016	3,362515763

Rentabilidade

No mês	1,1125
No ano	6,4294
Últimos 12 meses	13,4675

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166021
14/03/2017 10:42:39**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
Mês/ano referência JULHO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2016	SALDO ANTERIOR	48.498,82			15.144,981759		
29/07/2016	SALDO ATUAL	48.872,00			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	48.498,82
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	373,18
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	373,18
SALDO ATUAL =	48.872,00

Valor da Cota

30/06/2016	3,202303038
29/07/2016	3,226943230

Rentabilidade

No mês	0,7694
No ano	5,4087
Últimos 12 meses	9,5186

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2016	SALDO ANTERIOR	432.124,61			128.512,293602		
11/07/2016	APLICAÇÃO	13.040,34			3.864,499531	3,374392957	132.376,793133
29/07/2016	SALDO ATUAL	449.850,21			132.376,793133		132.376,793133

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	432.124,61
APLICAÇÕES (+)	13.040,34
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	4.685,26
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	4.685,26
SALDO ATUAL =	449.850,21

Valor da Cota

30/06/2016	3,362515763
29/07/2016	3,398255820

Rentabilidade

No mês	1,0628
No ano	7,5606
Últimos 12 meses	13,3960

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166022
14/03/2017 10:43:27**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência AGOSTO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/07/2016	SALDO ANTERIOR	48.872,00			15.144,981759		
31/08/2016	SALDO ATUAL	49.284,51			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	48.872,00
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	412,51
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	412,51
SALDO ATUAL =	49.284,51

Valor da Cota

29/07/2016	3,226943230
31/08/2016	3,254180752

Rentabilidade

No mês	0,8440
No ano	6,2984
Últimos 12 meses	9,5976

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/07/2016	SALDO ANTERIOR	449.850,21			132.376,793133		
02/08/2016	APLICAÇÃO	11.516,35			3.385,476734	3,401692259	135.762,269867
04/08/2016	APLICAÇÃO	10.561,36			3.101,608597	3,405123396	138.863,878464
16/08/2016	APLICAÇÃO	12.627,52			3.693,508669	3,418841305	142.557,387133
31/08/2016	APLICAÇÃO	14.164,79			4.120,255817	3,437842364	146.677,642950
31/08/2016	SALDO ATUAL	504.254,61			146.677,642950		146.677,642950

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	449.850,21
APLICAÇÕES (+)	48.870,02
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	5.534,38
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	5.534,38
SALDO ATUAL =	504.254,61

Valor da Cota

29/07/2016	3,398255820
31/08/2016	3,437842364

Rentabilidade

No mês	1,1649
No ano	8,8136
Últimos 12 meses	13,5107

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166023
14/03/2017 10:44:53**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
Mês/ano referência SETEMBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/08/2016	SALDO ANTERIOR	49.284,51			15.144,981759		
30/09/2016	SALDO ATUAL	49.663,65			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	49.284,51
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	379,14
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	379,14
SALDO ATUAL =	49.663,65

Valor da Cota

31/08/2016	3,254180752
30/09/2016	3,279215083

Rentabilidade

No mês	0,7692
No ano	7,1161
Últimos 12 meses	9,5996

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/08/2016	SALDO ANTERIOR	504.254,61			146.677,642950		
22/09/2016	APLICAÇÃO	11.619,63			3.354,500145	3,463893127	150.032,143095
30/09/2016	SALDO ATUAL	521.265,46			150.032,143095		150.032,143095

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	504.254,61
APLICAÇÕES (+)	11.619,63
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	5.391,22
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	5.391,22
SALDO ATUAL =	521.265,46

Valor da Cota

31/08/2016	3,437842364
30/09/2016	3,474358557

Rentabilidade

No mês	1,0621
No ano	9,9694
Últimos 12 meses	13,5100

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166027
14/03/2017 10:48:18**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência OUTUBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/09/2016	SALDO ANTERIOR	49.663,65			15.144,981759		
31/10/2016	SALDO ATUAL	50.024,61			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	49.663,65
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	360,96
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	360,96
SALDO ATUAL =	50.024,61

Valor da Cota

30/09/2016	3,279215083
31/10/2016	3,303048605

Rentabilidade

No mês	0,7268
No ano	7,8947
Últimos 12 meses	9,5563

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/09/2016	SALDO ANTERIOR	521.265,46			150.032,143095		
13/10/2016	APLICAÇÃO	11.839,15			3.393,874463	3,488387720	153.426,017558
31/10/2016	APLICAÇÃO	10.406,79			2.965,484822	3,509304759	156.391,502380
31/10/2016	SALDO ATUAL	548.825,44			156.391,502380		156.391,502380

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	521.265,46
APLICAÇÕES (+)	22.245,94
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	5.314,04
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	5.314,04
SALDO ATUAL =	548.825,44

Valor da Cota

30/09/2016	3,474358557
31/10/2016	3,509304759

Rentabilidade

No mês	1,0058
No ano	11,0755
Últimos 12 meses	13,4471

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166026
14/03/2017 10:47:28**Cliente**

Agência 3846-6
Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
Mês/ano referência NOVENBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/10/2016	SALDO ANTERIOR	50.024,61			15.144,981759		
30/11/2016	SALDO ATUAL	50.383,22			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	50.024,61
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	358,61
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	358,61
SALDO ATUAL =	50.383,22

Valor da Cota

31/10/2016	3,303048605
30/11/2016	3,326727155

Rentabilidade

No mês	0,7168
No ano	8,6681
Últimos 12 meses	9,5426

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/10/2016	SALDO ANTERIOR	548.825,44			156.391,502380		
30/11/2016	APLICAÇÃO	12.270,97			3.462,312246	3,544154636	159.853,814626
30/11/2016	SALDO ATUAL	566.546,64			159.853,814626		159.853,814626

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	548.825,44
APLICAÇÕES (+)	12.270,97
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	5.450,23
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	5.450,23
SALDO ATUAL =	566.546,64

Valor da Cota

31/10/2016	3,509304759
30/11/2016	3,544154636

Rentabilidade

No mês	0,9930
No ano	12,1786
Últimos 12 meses	13,4266

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B141026543166028
14/03/2017 10:51:43**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 5169-1 TJ - ACERTOS DA FOPAG
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	50.383,22			15.144,981759		
30/12/2016	SALDO ATUAL	50.769,89			15.144,981759		15.144,981759

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	50.383,22
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	386,67
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	386,67
SALDO ATUAL =	50.769,89

Valor da Cota

30/11/2016	3,326727155
30/12/2016	3,352258271

Rentabilidade

No mês	0,7674
No ano	9,5021
Últimos 12 meses	9,5021

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJS PUBLICO DIFERENCIA

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	566.546,64			159.853,814626		
30/12/2016	APLICAÇÃO	10.244,26			2.859,717711	3,582262668	162.713,532337
30/12/2016	SALDO ATUAL	582.882,61			162.713,532337		162.713,532337

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	566.546,64
APLICAÇÕES (+)	10.244,26
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	6.091,71
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	6.091,71
SALDO ATUAL =	582.882,61

Valor da Cota

30/11/2016	3,544154636
30/12/2016	3,582262668

Rentabilidade

No mês	1,0752
No ano	13,3848
Últimos 12 meses	13,3848

Transação efetuada com sucesso por: J5040313 CELIA REGINA PEREIRA DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339008
16/03/2017 08:26:11**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência JANEIRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2015	SALDO ANTERIOR	213.481,10			69.734,011862		
29/01/2016	SALDO ATUAL	215.029,55			69.734,011862		69.734,011862

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	213.481,10
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.548,45
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.548,45
SALDO ATUAL =	215.029,55

Valor da Cota

31/12/2015	3,061362680
29/01/2016	3,083567742

Rentabilidade

No mês	0,7253
No ano	0,7253
Últimos 12 meses	8,9314

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339009
16/03/2017 08:26:41**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência FEVEREIRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/01/2016	SALDO ANTERIOR	215.029,55			69.734,011862		
29/02/2016	SALDO ATUAL	216.517,87			69.734,011862		69.734,011862

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	215.029,55
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.488,32
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.488,32
SALDO ATUAL =	216.517,87

Valor da Cota

29/01/2016	3,083567742
29/02/2016	3,104910523

Rentabilidade

No mês	0,6921
No ano	1,4224
Últimos 12 meses	9,1112

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339010
16/03/2017 08:27:12**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência MARCO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/02/2016	SALDO ANTERIOR	216.517,87			69.734,011862		
31/03/2016	SALDO ATUAL	218.259,69			69.734,011862		69.734,011862

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	216.517,87
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.741,82
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.741,82
SALDO ATUAL =	218.259,69

Valor da Cota

29/02/2016	3,104910523
31/03/2016	3,129888590

Rentabilidade

No mês	0,8044
No ano	2,2384
Últimos 12 meses	9,2447

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339011
16/03/2017 08:27:39**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência ABRIL/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/03/2016	SALDO ANTERIOR	218.259,69			69.734,011862		
29/04/2016	SALDO ATUAL	219.846,94			69.734,011862		69.734,011862

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	218.259,69
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.587,25
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.587,25
SALDO ATUAL =	219.846,94

Valor da Cota

31/03/2016	3,129888590
29/04/2016	3,152650076

Rentabilidade

No mês	0,7272
No ano	2,9819
Últimos 12 meses	9,3561

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339012
16/03/2017 08:28:10**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência MAIO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/04/2016	SALDO ANTERIOR	219.846,94			69.734,011862		
31/05/2016	SALDO ATUAL	221.526,30			69.734,011862		69.734,011862

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	219.846,94
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.679,36
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.679,36
SALDO ATUAL =	221.526,30

Valor da Cota

29/04/2016	3,152650076
31/05/2016	3,176732490

Rentabilidade

No mês	0,7638
No ano	3,7685
Últimos 12 meses	9,4692

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339013
16/03/2017 08:28:36**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência JUNHO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/05/2016	SALDO ANTERIOR	221.526,30			69.734,011862		
09/06/2016	RESGATE	30.000,00			9.419,524455	3,184874156	60.314,487407
	Aplicação 10/11/2011	18.076,37			5.675,693432		
	Aplicação 11/11/2011	4.057,49			1.273,986150		
	Aplicação 21/06/2012	317,06			99,552151		
	Aplicação 14/08/2012	7.549,08			2.370,292722		
30/06/2016	SALDO ATUAL	193.145,27			60.314,487407		60.314,487407

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	221.526,30
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	30.000,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.618,97
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.618,97
SALDO ATUAL =	193.145,27

Valor da Cota

31/05/2016	3,176732490
30/06/2016	3,202303038

Rentabilidade

No mês	0,8049
No ano	4,6038
Últimos 12 meses	9,5561

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339014
16/03/2017 08:29:04**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência JULHO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2016	SALDO ANTERIOR	193.145,27			60.314,487407		
29/07/2016	SALDO ATUAL	194.631,43			60.314,487407		60.314,487407

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	193.145,27
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.486,16
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.486,16
SALDO ATUAL =	194.631,43

Valor da Cota

30/06/2016	3,202303038
29/07/2016	3,226943230

Rentabilidade

No mês	0,7694
No ano	5,4087
Últimos 12 meses	9,5186

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339015
16/03/2017 08:29:35**Ciente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência AGOSTO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/07/2016	SALDO ANTERIOR	194.631,43			60.314,487407		
25/08/2016	RESGATE	15.583,32			4.795,758594	3,249396252	55.518,728813
	Aplicação 14/08/2012	11.175,35			3.439,209038		
	Aplicação 26/10/2012	4.407,97			1.356,549556		
26/08/2016	ESTORNO DE RESGATE	15.583,32			4.795,758594	3,250578076	60.314,487407
29/08/2016	RESGATE	15.583,32			4.792,241776	3,251780843	55.522,245631
	Aplicação 14/08/2012	11.183,55			3.439,209038		
	Aplicação 26/10/2012	4.399,77			1.353,032738		
31/08/2016	SALDO ATUAL	180.679,42			55.522,245631		55.522,245631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	194.631,43
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	15.583,32
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.631,31
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.631,31
SALDO ATUAL =	180.679,42

Valor da Cota

29/07/2016	3,226943230
31/08/2016	3,254180752

Rentabilidade

No mês	0,8440
No ano	6,2984
Últimos 12 meses	9,5976

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339018
16/03/2017 08:30:18**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência SETEMBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/08/2016	SALDO ANTERIOR	180.679,42			55.522,245631		
30/09/2016	SALDO ATUAL	182.069,39			55.522,245631		55.522,245631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	180.679,42
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.389,97
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.389,97
SALDO ATUAL =	182.069,39

Valor da Cota

31/08/2016	3,254180752
30/09/2016	3,279215083

Rentabilidade

No mês	0,7692
No ano	7,1161
Últimos 12 meses	9,5996

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339019
16/03/2017 08:30:43**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência OUTUBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/09/2016	SALDO ANTERIOR	182.069,39			55.522,245631		
31/10/2016	SALDO ATUAL	183.392,68			55.522,245631		55.522,245631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	182.069,39
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.323,29
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.323,29
SALDO ATUAL =	183.392,68

Valor da Cota

30/09/2016	3,279215083
31/10/2016	3,303048605

Rentabilidade

No mês	0,7268
No ano	7,8947
Últimos 12 meses	9,5563

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339021
16/03/2017 08:32:05**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência NOVENBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/10/2016	SALDO ANTERIOR	183.392,68			55.522,245631		
30/11/2016	SALDO ATUAL	184.707,36			55.522,245631		55.522,245631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	183.392,68
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.314,68
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.314,68
SALDO ATUAL =	184.707,36

Valor da Cota

31/10/2016	3,303048605
30/11/2016	3,326727155

Rentabilidade

No mês	0,7168
No ano	8,6681
Últimos 12 meses	9,5426

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33B160822116339023
16/03/2017 08:35:18**Cliente**

Agência 3846-6
 Conta 31000-X TRIB JUSTICA MA CAUCAO
 Mês/ano referência DEZEMBRO/2016

S PUBLICO SUPREMO - CNPJS PUBLICO SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	184.707,36			55.522,245631		
30/12/2016	SALDO ATUAL	186.124,91			55.522,245631		55.522,245631

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	184.707,36
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.417,55
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.417,55
SALDO ATUAL =	186.124,91

Valor da Cota

30/11/2016	3,326727155
30/12/2016	3,352258271

Rentabilidade

No mês	0,7674
No ano	9,5021
Últimos 12 meses	9,5021

Transação efetuada com sucesso por: J5503666 FERNANDO ANTONIO CARVALHO MARQUES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
 Para deficientes auditivos 0800 729 0088



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE 2016 (JAN A DEZ/16)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	594.980.061,91	0,00
Pessoal Ativo	593.124.275,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	1.855.786,74	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	7.557.871,44	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	851.187,25	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.574.820,68	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.131.863,51	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	587.422.190,47	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.802.513.622,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	587.422.190,47	5,44%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	648.150.817,35	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	615.743.276,48	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	583.335.735,62	5,40%

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 24 de maio de 2016.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente

205	1504570	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS RODRIGUES	TECNICO JUDICIARIO - APOIO TEC. ADMINISTRATIVO	31/5/2006	9	B08	B09	11/6/2016	Excelente
206	1504612	TELMA MIRANDA SANTOS	AUXILIAR JUDICIARIO - APOIO ADMINISTRATIVO	23/6/2006	0	B08	B09	23/6/2016	Excelente

Diretoria Financeira

PORTARIA-TJ - 19962016
(relativo ao Processo 209212016)
Código de validação: 223D1BBC2D

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

ARBITRAR diária(s) e AUTORIZAR o afastamento, em razão do deslocamento para atendimento das finalidades especificadas abaixo, conforme solicitação protocolizada sob o n.º 20921/2016.

Beneficiário	Cargo ou função	Localidade	Período	Diárias			Finalidade	
				Qt.	Unitário	Desc.Aux.		Total
José Bernardo Silva Rodrigues Mat: 10280	Desembargador	São Paulo-SP	22/08 a 26/08/2016	5	700,00	165,00	3.335,00	Participar do 22º Seminário Internacional de Ciências Criminais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, a realizar-se na cidade de São Paulo - SP, no período de 23 a 26 de agosto de 2016.
		São Luís-MA	27/08 a 27/08/2016	Meia	350,00	0,00	350,00	
		Totais		5,50				

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 20 de maio de 2016.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 24/05/2016 16:03 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1º QUADRIMESTRE 2016 (JAN A DEZ/16)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)

DESPESA COM PESSOAL

LIQUIDADAS

INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹

(a)

(b)

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	594.980.061,91	0,00
Pessoal Ativo	593.124.275,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	1.855.786,74	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	7.557.871,44	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	851.187,25	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.574.820,68	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.131.863,51	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	587.422.190,47	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.802.513.622,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a +III b)	587.422.190,475,44%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	648.150.817,356,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	615.743.276,485,70%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	583.335.735,625,40%	

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 24 de maio de 2016.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

Presidente

Supervisão dos Juizados Especiais

Turma Recursal Cível e Criminal

Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de São Luís

TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 26/04/2016 (sessão originária: 30/03/2016)

RECURSO INOMINADO Nº236-67.2014.8.10.0143 (412016)

ORIGEM: COMARCA DE MORROS – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECORRENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

ADVOGADA: DRªWELLEN SANDRA SANTOS COQUEIRO

RECORRIDO: CELEDONIA CONSTANTINO MAIA SOBRINHO

ADVOGADO: DR. GERALDO PINTO SANTOS JUNIOR

RELATOR: JUIZ TALVICK AFONSO ATTA DE FREITAS

ACÓRDÃO Nº993/2016

EMENTA: NULIDADE DE COBRANÇA – ENERGIA ELÉTRICA – CONSUMO NÃO REGISTRADO – PERÍCIA – IRREGULARIDADE — DANOS MATERIAIS COMPROVADOS – RESTITUIÇÃO SIMPLES – DANO MORAL - RECURSO CONECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE – CUSTAS PROCESSUAIS RECOLHIDAS NA FORMA DA LEI – SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima indicadas, **DECIDEM** os Senhores Juizes da **TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL**, por unanimidade, em conhecer do Recurso e, por maioria, no mérito, **dar-lhe provimento parcial**, nos termos do voto do relator.

Votou, além do Relator, a Juíza **LUCIMARY CASTELO BRANCO CAMPOS DOS SANTOS** (Presidente). Vencida, no que tange à exclusão do dano moral, a Juíza **MARIA IZABEL PADILHA** (Membro).

Sala das Sessões da **Turma Recursal Cível e Criminal**, em São Luís, 26 de abril de 2016.

Juiz TALVICK AFONSO ATTA DE FREITAS

Relator

RELATÓRIO

Dispensado conforme o *caput* do art. 38 da Lei nº9.099/95.

VOTO

O recurso é próprio, tendo sido interposto no prazo legal, atendendo aos demais pressupostos de admissibilidade, razões pelas quais deve ser recebido.

Tratando-se de obrigação de trato sucessivo, a lesão renovou-se mensalmente, afastando-se, portanto, a prejudicial de mérito

ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 2º QUADRIMESTRE 2016 (JAN A AGO/16)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	609.141.776,25	0,00
Pessoal Ativo	607.702.631,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	1.439.144,28	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	14.739.604,95	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	517.957,99	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.684,16	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.215.962,80	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	594.402.171,30	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.394.735.552,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a +III b)	594.402.171,30	5,22%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	683.684.133,17	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	649.499.926,51	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	615.315.719,85	5,40%

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 26 de setembro de 2016.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
 Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
 Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
 Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CÍVEL

Número Processo: 0002391-94.2014.8.10.0029

Número Protocolo:045726-2016

Apelação Cível:062785-2015

Recorrente:COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR

Advogados:DENISE TRAVASSOS GAMA (OAB/MA 7268) E NEY BATISTA LEITE
FERNANDES (OAB/MA 5983)

Recorrida:A.V.E.S.S.

Representante:MARTA ROBERTA EVANGELISTA DE BRITO

Defensora Pública:GERUSA DE CASTRO ANDRADE CARVALHO

INTIMAÇÃO

Intimo a recorrida acima aludida para apresentar contrarrazões de que trata o artigo 1.030 do Código de Processo Civil.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 26 de setembro de 2016.

Elizabeth Alves Marinho Miranda

Técnico Judiciário

COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS**RECURSO ESPECIAL CÍVEL**

Número Processo: 0002391-94.2014.8.10.0029

Número Protocolo:045725-2016

Apelação Cível:062785-2015

Recorrente:COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR

Advogados:DENISE TRAVASSOS GAMA (OAB/MA 7268) E NEY BATISTA LEITE
FERNANDES (OAB/MA 5983)

Recorrida:A.V.E.S.S.

Representante:MARTA ROBERTA EVANGELISTA DE BRITO

Defensora Pública:GERUSA DE CASTRO ANDRADE CARVALHO

INTIMAÇÃO

Intimo a recorrida acima aludida para apresentar contrarrazões de que trata o artigo 1.030 do Código de Processo Civil.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 26 de setembro de 2016.

Elizabeth Alves Marinho Miranda

Técnico Judiciário

Diretoria Financeira

ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º QUADRIMESTRE 2016 (JAN A AGO/16)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea
"a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	609.141.776,25	0,00
Pessoal Ativo	607.702.631,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	1.439.144,28	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	14.739.604,95	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	517.957,99	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período	5.684,16	0,00

anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.215.962,80	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	594.402.171,30	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.394.735.552,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	594.402.171,305,22	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	683.684.133,176,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	649.499.926,515,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	615.315.719,855,40	

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 26 de setembro de 2016.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

Presidente

Supervisão dos Juizados Especiais

Turma Recursal Cível e Criminal

Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de São Luís

AUTOS: RECURSO INOMINADO - 0801527-58.2015.8.10.0006

RECORRENTE: RODSON COELHO SERRA

Advogado do(a) RECORRENTE: URIEL HENRIQUE SERRA DE SOUSA - MAA1448100

RECORRIDA: PRO VISAO S/S - ME

RELATOR: MARIA IZABEL PADILHA

ÓRGÃO JULGADOR COLEGIADO: TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUIS

EMENTA

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL – RESOLUÇÃO 35/2007 DO TJMA – COMPROVANTE DE ENDEREÇO – CUMPRIMENTO TARDIO- MANUTENÇÃO DA EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

RELATÓRIO

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

VOTO VENCEDOR

1. Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita ao recorrente, com fulcro no caput do art. 98, do NCPC.
2. É sabido que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão editou a Resolução nº. 35/2007, através da qual fixou a área de abrangência dos Juizados Especiais da Comarca da Capital, com o objetivo de aproximar o cidadão do microsistema.
3. No presente caso, verifica-se que a ação fora proposta no 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, contudo, a

ESTADO DO MARANHÃO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 3º QUADRIMESTRE 2016 (JAN A DEZ/16)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	710.924.277,09	0,00
Pessoal Ativo	710.714.723,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	209.553,90	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	112.390.052,37	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	421.710,26	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Decisão PL - TCE nº 15/2004 ²	89.755.895,56	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	22.212.446,55	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	598.534.224,72	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.434.760.473,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	598.534.224,72	4,81%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III art. 20 da LRF)	746.085.628,39	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 20 da LRF)	708.781.346,97	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	671.477.065,55	5,40%

FONTE: Sistema SIAFEM

NOTAS:

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.892/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

São Luís-MA, 25 de janeiro de 2017.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
 Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
 Diretor Financeiro

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
 Presidente

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/01/2017 16:56 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

PORTARIA-TJ - 8002017
(relativo ao Processo 30922017)
Código de validação: 6D59A41731O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

ARBITRAR diária(s) e AUTORIZAR o afastamento, em razão do deslocamento para atendimento das finalidades especificadas abaixo, conforme solicitação protocolizada sob o n.º 3092/2017.

Beneficiário	Cargo / função	Localidade	Período	Diárias				Finalidade
				Qt.	Unitário	Desc.Aux.	Total	
Domingos Santos Rodrigues Mat: 27870	3º Sargento	Alto Parnaíba-MA	27/01 a 04/02/2017	9	230,00	219,30	1.850,70	Prestar segurança pessoal a juíza de Direito do Fórum de Alto Parnaíba, Drª Nuza Maria Oliveira Lima, no período de 27/01/2017 a 05/02/2017.
		São Luís-MA	05/02 a 05/02/2017	Meia	115,00	0,00	115,00	
		Totais		9,50			1.965,70	

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 26 de janeiro de 2017.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/01/2017 16:56 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

PORTARIA-TJ - 8042017
(relativo ao Processo 30942017)
Código de validação: 3321539DFBO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

ARBITRAR diária(s) e AUTORIZAR o afastamento, em razão do deslocamento para atendimento das finalidades especificadas abaixo, conforme solicitação protocolizada sob o n.º 3094/2017.

Beneficiário	Cargo / função	Localidade	Período	Diárias				Finalidade
				Qt.	Unitário	Desc.Aux.	Total	
Iomar dos Santos Lisboa Mat: 142935	Cabo	São Domingos do Maranhão-MA	25/01 a 02/02/2017	9	230,00	255,85	1.814,15	Prestar segurança pessoal ao juiz de direito do Fórum da comarca de São Domingos do Maranhão, Dr. Clênio Lima Corrêa, no período de 25/01/2017 à 03/02/2017.
		São Luís-MA	03/02 a 03/02/2017	Meia	115,00	36,55	78,45	
		Totais		9,50			1.892,60	

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 26 de janeiro de 2017.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/01/2017 16:57 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
3º QUADRIMESTRE DE 2016(SET A DEZ/16)

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55 incisol, alínea "a")

DESPESAS EXECUTADAS (SET/13 A
DEZ/16)

DESPESAS COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DEPESA BRUTA COM PESSOAL	710.924.277,09	0,00
Pessoal Ativo	710.714.723,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	209.553,90	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	112.221.431,49	0,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária	421.710,26	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
(-) Despesas de Exerc. Anteriores	22.212.446,55	0,00
(-) Decisão PL – TCE nº 15/2004	89.587.274,68	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I – II)	598.702.845,60	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RLC (IV)	12.434.760.473,20	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) *100	4,81%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III art. 20 da LRF) – 6%	746.085.628,39	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 20 da LRF) – 5,7%	708.781.346,97	
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do Art 59 da LRF) – 5,4%	671.477.065,55	

Fonte: SIAFEM

NOTA:1 – DE ACORDO COM A DECISÃO PL – TCE Nº 1.892/2002, INATIVOS E PENSIONISTAS NÃO SÃO COMPUTADOS PARA FINS DE LIMITES ESPECÍFICOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 20, II DA LRF.

NOTA: 2 – DE ACORDO COM A DECISÃO PL-TCE Nº 15/2004, O VALOR DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE NÃO DEVERÁ SER COMPUTADO COMO DESPESA COM PESSOAL COMPONDO OS LIMITES GLOBAIS E ESPECÍFICOS PREVISTOS NOS ARTS. 19 E 20 DA LRF.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretor de Controle Interno
AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretora Financeiro
Desembargadora CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

3º QUADRIMESTRE DE 2016(SET A DEZ/16)

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	118.068.439,12	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.806.005,91
Caixa		Depósitos	1.707.051,15
Bancos	<u>118.068.439,12</u>	Restos a Pagar Processados	<u>98.954,76</u>
Conta Movimento	118.068.439,12	Do Exercício	98.954,76
Contas Vinculadas		De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	
Outras Disponibilidades Financeiras		<Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>	
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>			
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	116.262.433,21
TOTAL	118.068.439,12	TOTAL	118.068.439,12
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			23.151.817,50
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			93.110.615,71

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento		Do Exercício	
Contas Vinculadas		De Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	
Outras		<Identificação das obrigações mais	

Disponibilidades Financeiras		relevantes do Poder ou órgão>	
<Identificação das outras disponibilidades financeiras>			
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)

SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII)
= (VI - VII)

Fonte: SIAFEM

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretor de Controle Interno
AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretora Financeiro
Desembargadora CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
3º QUADRIMESTRE DE 2016(SET A DEZ/16)

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

ÓRGÃO	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
PODER JUDICIÁRIO					
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0,00	20.705,63	0,00	7.633.221,69	0,00
FERJ	0,00	62.355,36	0,00	15.421.964,81	0,00
FESMAM	0,00	0,00	0,00	66.660,00	0,00
FERC	0,00	15.893,77	0,00	7.921,00	0,00
FUNSEG	0,00	0,00		22.050,00	
TOTAL	0,00	98.954,76	0,00	23.151.817,50	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO
PROCESSADOS 116.262.433,21
(Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

RESTOS A PAGAR INSCRITOS

FONTE DE RECURSO	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS DO TESOURO	0,00	20.705,63	0,00	7.633.221,69	
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO	0,00	78.249,13	0,00	15.518.595,81	0,00
TOTAL	0,00	98.954,76	0,00	23.151.817,50	0,00

Fonte: SIAFEM

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretor de Controle Interno
AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretora Financeiro
Desembargadora CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
3º QUADRIMESTRE DE 2016(SET A DEZ/16)

LRF, art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	598.702.845,60	4,81%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	746.085.628,39	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	708.781.346,97	5,70%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por		

Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
-----------------------------	------	------

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	23.151.817,50	116.262.433,21

Fonte: SIAFEM

JUREMA MAMEDE DE PAIVA
Diretor de Controle Interno
AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO
Diretora Financeiro
Desembargadora CLEONES CARVALHO CUNHA
Presidente.

Diretoria de Informática e Automação

RESOL-GP - 52017

Código de validação: 671BC2791B

Dispõe sobre a Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade definir processos para gestão dos ativos de tecnologia da informação, notadamente no que concerne à gerência e ao monitoramento, bem como ao registro e ao acompanhamento da localização de cada ativo, conforme estabelecido na Resolução nº 211 do CNJ;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o nivelamento de infraestrutura de TIC, garantindo a distribuição equânime de equipamentos de informática, conforme disposto na Resolução nº 211 do CNJ;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar a forma de gerir o desenvolvimento, as alterações e correções dos sistemas informatizados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO que o caráter de efetividade da atividade judiciária impõe um atendimento eficiente, de modo a primar pela qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados;

R E S O L V E, *ad referendum*,

Art. 1º Instituir a Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, com os seguintes objetivos:

I - disciplinar o uso, a aquisição, a distribuição e o recolhimento de ativos de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

II - disciplinar a aprovação, fiscalização e homologação de serviços de instalação e manutenção de redes de dados e telefonia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;